

UNIVERSIDADE DO PORTO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS DE ABEL SALAZAR

**Serviço Social e Modelos de Intervenção: da sociedade
industrial à sociedade do risco**

Maria Helena Fernandes Moura



Dissertação de doutoramento
em Ciências do Serviço Social

2006

SERVIÇO SOCIAL E MODELOS DE INTERVENÇÃO

da sociedade industrial à sociedade do risco

Maria Helena Fernandes Moura

Dissertação de doutoramento em Ciências do Serviço Social apresentada no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora Anabela Soriano Carvalho (Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa)

2006

SERVIÇO SOCIAL E MODELOS DE INTERVENÇÃO

da sociedade industrial à sociedade do risco

Maria Helena Fernandes Moura

2006

| DEDICATÓRIA

Aos meus pais pelos valores éticos em que me educaram e de uma forma especial à memória da minha mãe que morreu sem conseguir compreender a razão porque uma tese de doutoramento me impacientava tanto ao ponto de me levar a ficar triste.

Aos meus filhos como meio de lhes demonstrar que é sempre possível nos reencontrarmos com os nossos sonhos.

| AGRADECIMENTOS

À Universidade do Porto não só pela ousadia demonstrada ao pôr em funcionamento o 1º Curso de Doutoramento na área do Serviço Social em Portugal, mas também pela oportunidade que me deu em poder prestar provas de doutoramento na cidade que me viu nascer.

Ao Instituto Superior Miguel Torga por fazer honrar a sua memória de 70 anos ao serviço do ensino do Serviço Social em Portugal ao me ter criado as condições para que me possa tornar na primeira doutorada em Ciências do Serviço Social por uma Universidade pública portuguesa contribuindo uma vez mais para a história do Serviço Social Português.

À minha orientadora Prof^a Anabela Soriano Carvalho por ter compreendido o desafio que lhe fiz.

| RESUMO

Neste trabalho de dissertação são focalizadas as grandes questões que estão na origem da ambiguidade instalada entre a trajectória social da Intervenção Social e a do exercício profissional da intervenção pelos assistentes sociais. Procura-se, através de uma análise das formas e descontextualização e recontextualização das práticas de intervenção do Serviço Social, encontrar os pontos de convergência e de divergência relativamente aos estereótipos de intervenção social configurados na sociedade industrial e reconfigurados na sociedade do risco. No sentido de tornar mais consistente a teoria de que a recriação do Serviço Social resulta do realinhamento do exercício da intervenção profissional face às transformações dos modos de vida e dos quotidianos sociais, foram desenvolvidas duas perspectivas: uma que explora os fenómenos de empréstimo que interferem sobre o alinhamento do Serviço Social como profissão social e o seu desalinhamento como profissão política; outra que transforma a destradicionalização do Serviço Social num epifenómeno que, para além de reflectir as alterações que se foram processando nos seus traços culturais, produz as condições para a profissão preparar o seu futuro. Centrado no ecossistema do Serviço Social, mas sem se afastar das realidades periféricas onde se integra a alteração na representação dos problemas sociais e dos sistemas de ajuda social, é dada a devida ênfase à consolidação dos valores e princípios ético-políticos que dão novas legitimidades ao Serviço Social perante o surgimento de novos riscos sociais ligados ao desenvolvimento da Economia no mundo. Na prática, utiliza-se a dinâmica de renovação e recriação do exercício profissional da intervenção pelos assistentes sociais para justificar as formas de gerir as questões da pertença social na sociedade não tradicional, tal como a expressão pública e privada dos seus paradoxos

| ABSTRACT

This dissertation work focuses on the major issues that give rise to the ambiguity existing between the social trajectory of Social Intervention and the professional practice of intervention by social workers. Through an analysis of the forms and decontextualization and recontextualization of the intervention practices of Social Work, an attempt is made to find converging and diverging points with regards to the stereotypes within social intervention that were shaped in the industrial society and reshaped in the risk society. In order to render more consistent the theory that the recreation of Social Work results from the realignment of the practice of professional intervention in the light of the transformations in the ways of life and social everyday activities, two perspectives have been developed: one that explores the borrowing phenomena that act upon the alignment of Social Work as a social profession and its dealignment as a political profession; and another one that transforms the detraditionalization of Social Work into an epiphenomenon that, besides reflecting the changes that have taken place in terms of its cultural features, also produces the conditions that allow the profession to be prepared for the future. Being centred on the Social Work ecosystem, but without withdrawing from the peripheral realities where change in the representation of social problems and social assistance systems is integrated, the proper emphasis is given to the consolidation of the values and ethical political principles that impart new legitimacies to Social Service in view of the emergence of new social risks associated to the development of Economics in the world. In practice, the renovation and recreation dynamic of the professional practice of intervention by social workers is used to justify the ways of managing the issues of social belonging in the non-traditional society, such as the public and private expression of its paradoxes.

| RESUME

Dans ce travail de thèse sont traitées les grandes questions qui sont à l'origine de l'ambiguïté existante entre la trajectoire sociale de l'Intervention Sociale et celle de l'exercice professionnel d'intervention effectué par les assistants sociaux. On cherche, grâce à une analyse des formes et à la décontextualisation et recontextualisation des pratiques d'intervention du Service Social, à trouver les points de convergence et de divergence vis-à-vis des stéréotypes d'intervention sociale adoptés au sein de la société industrielle et reconfigurés dans le cadre de la société à risque. Dans le but de rendre plus consistante la théorie selon laquelle la recreation du Service Social provient du réaligement de l'exercice d'intervention professionnelle face aux transformations des modes de vie et des quotidiens sociaux, deux points de vue ont été développés: l'un explore les phénomènes d'emprunt qui ont une influence sur l'alignement du Service Social en tant que profession sociale et son désalignement en tant que profession politique; l'autre transforme la détraditionnalisation du Service Social en un épiphénomène qui, mis à part le fait de refléter les changements qui se sont opérés au niveau de ses traits culturels, permet à la profession d'être en condition de préparer son futur. Prenant essentiellement en compte l'écosystème du Service Social, sans toutefois s'éloigner des réalités périphériques où s'intègre le changement observé dans la représentation des problèmes sociaux et des systèmes d'aide sociale, on a accordé, à juste titre, de l'importance à la consolidation des valeurs et principes éthico-politiques qui donnent au Service Social une nouvelle légitimité face à l'apparition de nouveaux risques sociaux liés au développement de l'Economie dans le monde. Dans la pratique, on utilise la dynamique de rénovation et recreation de l'exercice professionnel d'intervention effectué par les assistants sociaux pour justifier la façon dont sont gérées les questions d'appartenance sociale dans la société non traditionnelle, ainsi que l'expression publique et privée de leurs paradoxes.

| ÍNDICE

INTRODUÇÃO	13

I PARTE | ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL, ORGANIZAÇÃO METODOLÓGICA, APRESENTAÇÃO DO TRABALHO EMPÍRICO

CAPÍTULO 1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO CONCEPTUAL E METODOLÓGICO	33

1.1 INTRODUÇÃO	33
1.2 ESTRUTURA TEÓRICO-CONCEPTUAL	34
1.3 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	53

CAPÍTULO 2 METODOLOGIA E TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA EMPÍRICA	57

2.1 INTRODUÇÃO	57
2.2 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS ENVIADOS POR INTERNET	59
2.3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA RECOLHA DE INFORMAÇÃO OBTIDA ATRAVÉS DOS REGISTOS DOS RELATÓRIOS DE ESTÁGIO DE FIM DE CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DO INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL/INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA	62
2.4 APRESENTAÇÃO DA REFLEXÃO SOBRE A ORIENTAÇÃO DOS ESTÁGIOS CURRICULARES DE FIM DE CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DO INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL/INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA: UM CASO PESSOAL	67

II PARTE | SOBRE A INTERVENÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL

CAPÍTULO 1 A INTERVENÇÃO SOCIAL NA TRANSFIGURAÇÃO DO POLÍTICO	75
1.1 INTRODUÇÃO	75
1.2 INTERVENÇÃO SOCIAL: NA GESTÃO DAS DESIGUALDADES	76
1.3 INTERVENÇÃO: TRAJECTÓRIA DA TRANSFORMAÇÃO	89
1.4 INTERVENÇÃO: PROPÓSITOS E ESTRATÉGIAS	101
1.5 INTERVENÇÃO: ESTILOS DE ACÇÃO	112
1.6 INTERVENÇÃO: EXPRESSÃO CULTURAL	117
1.7 INTERVENÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: AS DUAS MARGENS DO DESENVOLVIMENTO	144
1.8 SÍNTESE CONCLUSIVA	168
CAPÍTULO 2 SERVIÇO SOCIAL: A RESSONÂNCIA DO PASSADO SOBRE O PRESENTE	171
2.1 INTRODUÇÃO	163
2.2 SERVIÇO SOCIAL: CONSTRUÇÃO PROFISSIONAL	172
2.3 SERVIÇO SOCIAL: FORMAS DE PENSAR A PROPRIEDADE PROFISSIONAL	182
2.4 SERVIÇO SOCIAL: CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA	208
2.5 SERVIÇO SOCIAL: CONSTRUÇÃO E RECRIAÇÃO DA SUA IMAGEM CULTURAL	224
2.6 SERVIÇO SOCIAL: MODELOS DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL	244
2.7 SERVIÇO SOCIAL: PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	262
2.8 SÍNTESE CONCLUSIVA	288
CAPÍTULO 3 CONTEMPORANEIDADE E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO	291
3.1 INTRODUÇÃO	291
3.2 SERVIÇO SOCIAL: MODERNIZAÇÃO	292
3.3 A REINVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	310
3.4 SERVIÇO SOCIAL E GLOBALIZAÇÃO	333
3.5 A ATITUDE DOS ASSISTENTES SOCIAIS FACE À MODERNIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO	361
3.5.1 ANÁLISE VERTICAL	362
3.5.1.1 REGIÃO EUROPEIA	362
3.5.1.2 AMÉRICA LATINA E CENTRAL	370
3.5.1.3 AMÉRICA DO NORTE	374
3.5.2 ANÁLISE HORIZONTAL	376
3.5.2.1 REGIÃO EUROPEIA	376
3.5.2.2 REGIÕES DA AMÉRICA CENTRAL E LATINA	378
3.5.2.3 AMÉRICA DO NORTE – ESTADOS UNIDOS E CANADÁ	380

3.6. SÍNTESE CONCLUSIVA	381
CAPÍTULO 4 SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE DO RISCO: CONVERSÃO DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL ...	383
4.1 INTRODUÇÃO	383
4.2. SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE DE RISCO	385
4.3. SERVIÇO SOCIAL: SOCIEDADE DO RISCO E O SEU NOVO CICLO DE MODERNIZAÇÃO	414
4.4. SERVIÇO SOCIAL COMO MARCA DE REFERÊNCIA DA INTERVENÇÃO SOCIAL	445
CONCLUSÃO	517
BIBLIOGRAFIA	531

| ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

| QUADROS

QUADRO 1 NÚMERO POR PAÍSES DE INQUÉRITOS ENVIADOS NA EUROPA	59
QUADRO 2 NÚMERO POR PAÍSES DE INQUÉRITOS ENVIADOS PARA OS PAÍSES DA AMÉRICA DO NORTE	60
QUADRO 3 NÚMERO POR PAÍSES DE INQUÉRITOS ENVIADOS PARA OS PAÍSES DA AMÉRICA CENTRAL E LATINA	60
QUADRO 4 LISTA NUMÉRICA DOS RELATÓRIOS REGISTRADOS E DOS RELATÓRIOS SELECIONADOS	63
QUADRO 5 TOTAL FINAL E POR ANOS DOS RELATÓRIOS SELECIONADOS	64
QUADRO 6 NÚMERO DE SUPERVISÕES DE ESTÁGIO POR ANO	68
QUADRO 7 MODELOS DE INTERVENÇÃO: PARÂMETROS PARA A ACÇÃO	138
QUADRO 8 DIFERENÇAS ENTRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL DE COMUNIDADES E A INTERVENÇÃO TERRITORIALIZADA	166
QUADRO 9 DIFERENÇAS ENTRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL DE COMUNIDADES E A INTERVENÇÃO NA COMUNIDADE	167
QUADRO 10 DIFERENÇAS ENTRE FORMA INTUITIVA E SISTEMATIZADA DO EXERCÍCIO DA ASSISTÊNCIA PELO SERVIÇO SOCIAL	233
QUADRO 11 PADRÕES DE DESEMPENHO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS	243
QUADRO 12 PADRÕES CLÁSSICOS DE EXERCÍCIO DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL	248
QUADRO 13 DIFERENÇAS ENTRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA REGULAÇÃO E DA EMANCIPAÇÃO	389
QUADRO 14 DIFERENÇAS ENTRE PERIGO E RISCO	398
QUADRO 15 DIFERENÇAS ENTRE PROBLEMAS PREVISÍVEIS E NÃO PREVISÍVEIS	399
QUADRO 16 CARACTERIZAÇÃO DAS FASES DA INTERVENÇÃO EXTENSIVA	400
QUADRO 17 FASES DA CONSTRUÇÃO DA INTERVENÇÃO SOBRE O PERIGO	427
QUADRO 18 FASES DA CONSTRUÇÃO DA INTERVENÇÃO SOBRE O RISCO CALCULADO	428
QUADRO 19 ELEMENTOS DE REFERÊNCIA DO MEDIATO NO SERVIÇO SOCIAL	429
QUADRO 20 ELEMENTOS DE REFERÊNCIA NO EXERCÍCIO DO IMEDIATO NO SERVIÇO SOCIAL	429
QUADRO 21 CARACTERÍSTICAS DA INTERVENÇÃO NA GESTÃO SOCIAL DO CASO NA SOCIEDADE DO RISCO	434
QUADRO 22 PROCEDIMENTOS PROFISSIONAIS NA GESTÃO SOCIAL DO CASO	435
QUADRO 23 ORGANIZAÇÃO E SUBSTANCIAÇÃO DAS FASES DE QUE SE COMPÕE A GESTÃO SOCIAL DO CASO	436
QUADRO 24 EIXOS DE SUPORTE À INOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	448
QUADRO 25 FINALIDADE DA INOVAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL	448

QUADRO 26 OBJECTIVOS DA INOVAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL	449
QUADRO 27 ORGANIZAÇÃO DO EIXO RECREATIVO NO PROCESSO DE INOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	449
QUADRO 28 ORGANIZAÇÃO DO EIXO CONSTRUTIVO NO PROCESSO DE INOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	450
QUADRO 29 AS INTERFERÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS NA RECRIAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	457
QUADRO 30 DIFERENÇAS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA RELAÇÃO DE AJUDA NO SERVIÇO SOCIAL	458
QUADRO 31 DIFERENÇAS ENTRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA RELAÇÃO DE AJUDA PELOS ASSISTENTES SOCIAIS OU POR OUTROS AGENTES SOCIAIS NÃO QUALIFICADOS	459
QUADRO 32 EXERCÍCIO DA INCLUSÃO COMO NOVA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL	462
QUADRO 33 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O CENÁRIO VIVIDO E O CENÁRIO PROPOSTO PARA A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS	463
QUADRO 34 DIFERENÇAS ENTRE OS DESÍGNIOS, LIMITES E FRONTEIRAS DO SERVIÇO SOCIAL NA SOCIEDADE INDUSTRIAL E NA SOCIEDADE DO RISCO	489
QUADRO 35 ACTUAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS	491
QUADRO 36 INTERVENÇÃO DIRECTA E RADIAL: CARACTERIZAÇÃO	507

| FIGURAS

FIGURA 1 INTERVENÇÃO SOCIAL: LIMITADA	72
FIGURA 2 INTERVENÇÃO SOCIAL: ALARGADA	72
FIGURA 3 ORGANIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO SOCIAL ALARGADA	73
FIGURA 4 RELAÇÃO DE CONVERGÊNCIA ENTRE INTERVENÇÃO, PROTECÇÃO SOCIAL, EMPOWERMENT E SERVIÇO SOCIAL	247
FIGURA 5 INTERVENÇÃO / MUNDO IMAGINADO / MORFOLOGIA	338
FIGURA 6 INTERVENÇÃO / MUNDO IMAGINADO / FISIONOMIA	338
FIGURA 7 MODELO DE INTERVENÇÃO CONCERTADO	340
FIGURA 8 	341
FIGURA 9 MODELO DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DISJUNTIVO	343
FIGURA 10 ENQUADRAMENTO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA INTEGRAÇÃO	390
FIGURA 11 TRANSMUTAÇÕES NA RELAÇÃO ENTRE ASSISTENTE SOCIAL E O UTILIZADOR DOS SERVIÇOS NUM CONTEXTO DE UMA PRÁTICA DE INTERVENÇÃO REFLEXIVA	411
FIGURA 12 	411
FIGURA 13 	412
FIGURA 14 	413
FIGURA 15 	413
FIGURA 16 	416
FIGURA 17 	416
FIGURA 18 	416
FIGURA 19 	420

FIGURA 20 CONJUNTO DE ELEMENTOS ESSENCIAIS NA CARACTERIZAÇÃO DO CORPO SOCIAL DO PROBLEMA . . .	421
FIGURA 21 ELEMENTOS ESSENCIAIS DO CONHECIMENTO PARA A ACÇÃO	425
FIGURA 22 ELEMENTOS PREPONDERANTES NA ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO SOCIAL DO CASO	430
FIGURA 23 PATAMARES DE INTERVENÇÃO	496
FIGURA 24 EIXOS DE SUSTENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO DIRECTA	496
FIGURA 25 REQUISITOS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA PROXIMIDADE E DA PERSONALIZAÇÃO DA ACÇÃO	498
FIGURA 26 VIAS DE CONDUÇÃO DO PROCESSO DE ACOLHIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL	500
FIGURA 27 IDIOSINCRASIA DA PRESENÇA NO TERRENO	502
FIGURA 28 A INTERVENÇÃO DIRECTA E A GESTÃO DO RISCO CALCULADO	503
FIGURA 29 A PERSONALIZAÇÃO DA ACÇÃO: ESPAÇO DE ACÇÃO	504
FIGURA 30 PERSONALIZAÇÃO DA ACÇÃO: ESQUEMA DE REFERÊNCIA.	505
FIGURA 31 ELEMENTOS BÁSICOS DA INTERVENÇÃO DIRECTA	506
FIGURA 32 PROCESSO DE INSCRIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA DEMOCRATIZAÇÃO DA DEMOCRACIA	509
FIGURA 33 REFORMULAÇÃO DO CONTEÚDO IDIOSINCRÁTICO DO SERVIÇO SOCIAL	510

| INTRODUÇÃO

O trabalho de dissertação aqui apresentado sob o título **Serviço Social e Modelos de Intervenção da sociedade industrial à sociedade do risco**, tem como objectivo dar a conhecer o produto da investigação realizada sobre o processo de recriação da profissão, desde a sua legitimação na viragem para o século XX¹, até à sua relegitimação no século XXI. Traduz o investimento produzido num diagnóstico das transformações que se processaram no exercício da intervenção pelos assistentes sociais. Justifica-se pelo facto de se considerar que o esbater do desfasamento entre modelos tradicionais e pós-tradicionais de intervenção sobre as realidades socialmente degradadas pode ser uma via para responder ao hiato instalado entre presente e futuro. Daí que o seu objecto de estudo esteja centrado nas configurações do exercício da intervenção desenvolvido pelos assistentes sociais ao nível da gestão localizada dos considerados tradicionais e novos riscos sociais, que se constituíram em micro-unidades sociais. Enquadra-se na área das Ciências Sociais, muito particularmente no campo disciplinar do Serviço Social, e tem como finalidade identificar a existência ou inexistência de uma relação concertada entre recriação e modernização no Serviço Social. Tomou a forma de um estudo panorâmico que se fundamentou numa descontextualização e recontextualização do exercício profissional dos assistentes sociais, desde a sociedade industrial à sociedade do risco. Quanto às estratégias utilizadas na sua prossecução, foram utilizados eixos de investigação de carácter teórico conceptual e de carácter empírico.

Relativamente ao eixo teórico conceptual, este suportou-se em fontes bibliográficas de referência que permitiram não tornar episódicos a linguagem e o conhecimento adquirido e utilizado. Daí que os conceitos e teorias que definem

¹ Mais especificamente em 1897 nos EUA e em 1899 na Europa.

o traçado da investigação e que estão associados à intervenção - sociedade industrial, sociedade do risco e Serviço Social - se tenham constituído, de forma explícita ou mitigada, nos conhecimentos “residenciais” que estão sempre presentes e fazem parte da geografia central da investigação. Quanto ao eixo empírico, este desenvolveu-se com base num estudo do património documental que expressa a sua memória colectiva e que disponibiliza a informação necessária para se levar a cabo o processo de composição e de recomposição profissional. Realizou-se ainda um questionário via Internet aos agentes nacionais e internacionais com responsabilidade na formação dos assistentes sociais, quer a visível, quer a invisível exercida pelos *opinion makers* sobre a propriedade intelectual do Serviço Social. É uma investigação de características qualitativas suportada em fontes primárias e secundárias. Nas fontes primárias integram-se as fontes bibliográficas, relatórios de final do curso de Serviço Social apresentados no Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra/Instituto Superior Miguel Torga e o questionário lançado a entidades com responsabilidades acrescidas na área do Serviço Social. Nas fontes secundárias deliberadas ou inadvertidas, estão integrados discursos, planos de formação académica e actas de encontros internacionais de assistentes sociais. Mas na medida em que, tanto ao nível da produção do conhecimento como ao nível do debate contemporâneo, a realidade profissional do Serviço Social tem sido essencialmente pensada em termos de passado e presente, perspectivá-la em termos de um presente com olhos no futuro tornou-se na grande particularidade deste trabalho, o que lhe dá um carácter inovador. Na realidade não se pretende reescrever a história de vida do Serviço Social enquanto profissão, mas sim revê-la e estudá-la de uma forma contextualizada para, depois de compreendida, a transformar no centro difusor do futuro. Assim se justifica o facto de a desconstrução e a reconstrução do exercício profissional dos assistentes sociais terem como balizas a sociedade industrial e a sociedade do risco: **a sociedade industrial** por corresponder ao espaço onde se processou a inscrição da profissão na construção criativa de um modelo de sociedade, neste caso a sociedade industrial; **a sociedade do risco** porque, para além de se ter constituído no espaço do confronto entre as construções simbólicas do Serviço Social e a reconstrução dos seus significantes míticos, se tornou também no espaço onde se tem vindo a processar a hermenêutica da sua recuperação que, para Lash (2000:142), é definida como “*um olhar para debaixo*” *do significante de modo a aceder aos significados partilhados que são as condições de*

existência...”. A grande dificuldade encontrada está relacionada com uma produção teórica no campo disciplinar do Serviço Social que se caracteriza por ser pouco significativa face às restantes áreas das ciências sociais. Mas, se entendermos que o conhecimento no Serviço Social não é autónomo e que a sua propriedade intelectual é constituída por um somatório alargado de um conhecimento que traduz a sua expansão por diferentes áreas das ciências sociais, pode-se paradoxalmente dizer que se tornou suficientemente extenso. E, por ser extenso, implicou uma selecção. Como critérios de selecção foram utilizados o conhecimento de suporte, que neste caso está ligado à sociedade industrial, a modernização, a destradicionalização, a sociedade do risco, a cultura e a identidade. Por esse motivo apoiou-se, não exclusivamente no conhecimento existente não só na área do Serviço Social, mas também nas da Sociologia e da Antropologia.

Na área do Serviço Social os suportes bibliográficos utilizados estenderam-se pelos campos das historiografias clássica, neo-clássica e moderna da profissão², e não numa historiografia reflexiva, uma vez que não foram encontradas referências bibliográficas em que a realidade histórica da profissão fosse sujeita a uma auto-confrontação. Na área da Sociologia foram usadas as fontes de conhecimento produzidas sobre reflexão, reflexividade, modernização, destradicionalização, sociedade industrial e sociedade de risco, assim como Globalização. Na Antropologia a recolha de informação de suporte centrou-se mais especificamente nas questões relativas à cultura e à identidade. Pode-se assim dizer que houve uma articulação entre os conhecimentos de diversas áreas. Esta articulação faz igualmente parte da estratégia encontrada para fundamentar a opção por uma visão da produção do conhecimento que se suporta na teoria de Giddens(2000), a qual defende a inexistência de fronteiras na propriedade intelectual. Tendo no entanto em consideração o modelo de pesquisa utilizado, o objecto em que incide a investigação e o propósito em demonstrar que, em termos de Serviço Social:

✧ a sua construção é um produto cultural da legitimação da sociedade industrial,

² Na clássica porque se mantém viva enquanto forma de pensar a profissão. Na neo - clássica por traduzir uma forma mais elaborada e recontextualizada de pensar a trajectória de vida do Serviço Social. Na moderna por fazer uma simbiose histórica entre a sua realidade institucional e a sua realidade política.

- ✧ a sua modernização corresponde à necessidade de acompanhar a dinâmica de transformação da sociedade industrial,
- ✧ a sua inovação traduz a resposta profissional aos desafios da sociedade do risco,

justifica-se assim a ênfase atribuída às teorias de Beck sobre sociedade do risco, às de Giddens sobre modernização e às de Castel sobre exclusão e desigualdades, até porque são fundamentais para o exercício teórico de reconstrução do Serviço Social.

Castel integra uma perspectiva sociológica de análise da evolução dos fenómenos da exclusão e da desigualdade que se caracteriza pelo facto de os enquadrar num contexto histórico alargado e por os diferenciar de acordo com a dinâmica das “descontinuidades”, das “bifurcações” e das “inovações”, dinâmicas essas que se foram gerando no contexto da História que permite construir a “história do presente” e que facilitam ao Serviço Social construir a sua história através da História. Giddens desenvolve um meio de pensar as realidades concretas, assim como o seu impacto na construção do futuro, ou seja, permite compreender a forma como a sociedade respondeu ao seu processo de transformação social e como geriu as suas sinergias, tendo em linha de conta que a relação entre modernização e inovação pode ser considerada como um elemento de cosmopolitização da vida quotidiana que, iniciada na sociedade industrial, se estende pela sociedade do risco. No confronto que estabelece com a modernidade e a pós-modernidade, abre o devido espaço para se poder compreender a política emancipatória, bem como as questões do empenhamento político no sistema de controlo do social exercido por via das políticas de regulação social onde se situa o Serviço Social. Beck expressa o salto qualitativo na forma de pensar as novas expressões do bem-estar e a relação da sociedade com a própria sociedade na construção das “políticas de vida” para o presente e para o futuro. Daí que, na volta histórica do Serviço Social ao presente, a sua recriação tanto se possa consubstanciar numa modernização como numa destradicionalização. E, como pensar o presente e o futuro do Serviço Social adquiriu uma importância significativa para a hermenêutica da sua recuperação, estas três lógicas de reflectir sobre o presente social representadas por estes três autores constituíram nos grandes alicerces da estrutura teórica do trabalho realizado e aqui apresentado. Apesar do papel singular que exerceram no quadro das referências teóricas activas, foram, porém, coadjuvadas por fontes teóricas

passivas³, que se constituíram como tal por se circunscreverem mais aos efeitos dos fenómenos sociais que interferem sobre as políticas de vida do que propriamente aos que aos que interferem sobre as mudanças nas políticas de vida. O mesmo é dizer que a opção teórica está consignada ao espaço da relação do Serviço Social com a “desnormalização” dos modos de vida. Este foi o meio encontrado para identificar, tanto a ressonância do passado institucional sobre o futuro profissional do Serviço Social, como a capacidade da profissão de metabolizar a sua cultura institucional constituindo-a como uma identidade política capaz de avaliar a dimensão dos significados atribuídos ao exercício profissional dos assistentes sociais. Assim, e porque o exercício da intervenção pelos assistentes sociais se constituiu no elemento de referência profissional que assegurou e assegura o aprofundamento da razão no espaço da sociedade civil, transformou-se num dos elementos identitários da profissão. Contudo, como o princípio da identidade deu por vezes lugar ao princípio do contraditório – o que para Wunenburger (2003) implica que a causalidade linear se tivesse de encaixar no interior das causalidades complexas e multidimensionais – a razão identitária do Serviço Social absorveu um conjunto de axiomas e de postulados. No entanto, estes axiomas e postulados foram ciclicamente repensados de forma a gerar confiança nas normas da liberdade e da justiça que se legitimaram como ícones, não só da sociedade industrial, como da consciência cosmopolita do Serviço Social ao longo do seu processo de recriação⁴ na sociedade do risco. Como um todo, a finalidade deste mesmo trabalho de dissertação visa dar a conhecer o conhecimento produzido sobre:

- ✧ a construção social do exercício profissional da intervenção pelos assistentes sociais;
- ✧ a organização e desenvolvimento dos modelos de intervenção do Serviço Social;
- ✧ a relação social e política da reconstrução dos modelos de intervenção com a transformação do significado social da profissão;

³ Onde se engloba os autores que se têm empenhado em reflectir sobre o contexto da mudança nas políticas de vida e não à mudança nas políticas de vida, como acontece com Faleiros com a sua obra “Desafios do Serviço Social na era Globalização” (2001).

⁴ Assim, e com base nas referências obtidas através da forma como a intervenção foi usada pelo Serviço Social face à industrialização e à Globalização tal como utilizando o cruzamento da meta história com o conhecimento na área do Serviço Social, foram definidos os meios para, ao nível da investigação realizada, neutralizar as pseudo evidências e os dogmas estereotipados do Serviço Social

✧ a reinvenção do exercício profissional da intervenção na sociedade do risco.

Já propriamente em termos de tese, o que é pretendido é demonstrar que a recriação do Serviço Social resulta do realinhamento do exercício da intervenção profissional face às transformações dos modos de vida e dos quotidianos sociais. Daí que o seu epicentro se localize **na relação entre Intervenção e Serviço Social**, uma vez que a compreensão desta relação é tão importante para o estudo da recriação do Serviço Social quanto o teorema de Pitágoras o foi para as Ciências Exactas. Por este motivo, uma desconstrução e uma reconstrução dos modelos de intervenção, que estiveram subjacentes à criação dos estereótipos de intervenção profissional criados na sociedade industrial e reconfigurados na sociedade do risco, constituíram a linha mestra da investigação realizada. Na prática, a intenção é dar a conhecer como se processou a construção, organização, legitimação e reconstrução dos modelos de intervenção do Serviço Social, assim como verificar como os factores exógenos⁵ interferiram na sua conduta profissional relativamente à gestão dos problemas sociais. A razão por que se optou por tomar a intervenção como ponto fulcral da reflexão acerca da recriação da profissão é uma opção que se justifica pelo facto justifica-se de as alterações na forma de agir profissional traduzirem as respostas encontradas para:

- ✧ colmatar as deficiências sentidas ao nível na organização ético/política da gestão do social;
- ✧ reorganizar as competências profissionais considerando a reformulação a que estão expostos os pontos de partida e os pontos de chegada do exercício da intervenção pelos assistentes sociais;
- ✧ desenvolver um diálogo contínuo com as ciências sociais e humanas.

Através desta estratégia de investigação pode-se ainda determinar como as relações entre intervenção e Serviço Social têm:

⁵ Factores estes relacionados com as dinâmicas sociais, políticas, económicas e científicas que justificam formas de gerir as questões da pertença social numa sociedade tradicional e não tradicional, tal como a expressão pública e privada dos seus paradoxos que foi criando por força da sua legitimação.

- ✧ servido para combater o ambiente asséptico em que as correntes tradicionais pretenderam envolver a profissão;
- ✧ interferido sobre a definição das competências reconhecidas ao Serviço Social;
- ✧ contribuído para a reinvenção do sistema simbólico da profissão;
- ✧ exercido os seus efeitos sobre a cultura profissional dos assistentes sociais;
- ✧ suscitado a necessidade de difusão de uma nova concepção profissional de Serviço Social.

A opção por esta estratégia tem como objectivo periférico constatar se, na transição da sociedade industrial para a sociedade do risco, se produziu uma insegurança no Serviço Social porque, tal como refere Beck (2000:5), “(...) as certezas da sociedade industrial (...) dominam o pensamento e a acção das pessoas e das instituições na sociedade industrial.”, por isso “(...) as instituições da sociedade industrial tornam-se produtoras e legitimadoras das ameaças que não conseguem controlar”. Já na sociedade do risco, apesar dos riscos residuais e os calculados poderem ser passíveis de aceitação e, por isso, mais facilmente enquadrados por via de respostas institucionais, os riscos não previsíveis fogem facilmente às instituições de monitorização do risco. Assim se explica que durante a sociedade industrial o exercício profissional da intervenção pelos assistentes sociais correspondesse a um processo de fusão entre assistência, promoção e educação social. Na prática era uma atitude de resposta a um processo de socialização⁶ das desigualdades em curso. Daí que, no contexto da sociedade industrial, o exercício da integração tenha sido assumido como eixo propulsor da intervenção profissional dos assistentes sociais. Serviu de meio para tornar o indivíduo membro da sua sociedade sem que, no entanto, fosse dada a devida atenção à forma como este produzia a sua identificação com a mesma. Formou-se assim um dos paradoxos em que se envolveu a acção profissional tutelada pelo Serviço Social (Autès:2004), ou seja, aquele que se constituiu com base no facto de os profissionais do Serviço Social promoverem a integração sem que avaliassem a capacidade cultural do indivíduo para se afectar ao modelo de organização social onde se inseria. O mesmo será dizer que os assistentes

⁶ A noção de socialização aqui utilizada é a definida por Cuche (2003: 83) como sendo: “o processo de integração de um indivíduo numa dada sociedade ou num grupo particular através da interiorização dos modos de pensar, de sentir e de agir, ou, por outras palavras, dos modelos culturais próprios da sociedade ou do grupo em causa”.

sociais, ao mesmo tempo que profissionalmente promoviam uma cultura integradora, não cumpriam os imperativos criados pelo exercício social da “evitação”⁷. Na prática tornavam tendencialmente imprevisível a sua acção, pois, ao quererem actuar sobre os problemas da integração, produziam as condições para que se reproduzisse o risco da exclusão. O mesmo é dizer que, perante a evolução do ciclo da incerteza que precipitou a transformação dos sistemas de intervenção social, o Serviço Social ficou comprometido com o pensamento tradicional. Em face deste comprometimento emergiu a necessidade de o exercício da intervenção por parte dos assistentes sociais ser recontextualizado. E esta recontextualização, para que se tornasse devidamente consistente, deveria ter em linha de conta a separação que entretanto se processou entre os problemas de ordem e de risco⁸. Já relativamente às estratégias que o Serviço Social utilizou para tornar o exercício da integração social numa das suas competências profissionais, dado:

- ✧ não afectarem os sistemas de decisão,
- ✧ não criarem rupturas ao nível das redes de solidariedade,
- ✧ não enfraquecerem o individualismo,
- ✧ nem tão pouco fazerem perder a capacidade da profissão de enformar a vida social

acabaram por se confundir com as estratégias políticas utilizadas para reforçar as tendências estruturantes do sistema de protecção social⁹. Esta é a razão por que profissionalmente o Serviço Social não fugiu ao reentendimento das linhas de conflitos e de realinhamento político dos limites de fronteira entre sociedade industrial e sociedade de risco. Viu-se então confrontado com um aparente colapso no seu auto conceito de intervenção¹⁰. No seu quotidiano, este mesmo colapso no seu auto - conceito de intervenção¹¹ gerou uma controvérsia

⁷ Por evitação, considera-se o processo que conduz a uma forma de agir que impeça que aconteça alguma coisa ou produza efeitos.

⁸ A separação entre questões de risco e de ordem significa para Beck (o.p.10) que se está a iniciar a ruptura, ou seja, um conflito dentro da modernidade no que respeita aos fundamentos da racionalidade e do auto-conceito da sociedade industrial.

⁹ Apesar de estarem intrincadas com as estratégias do sistema de protecção social, as estratégias adoptadas pelo Serviço Social distinguiram-se das do sistema de protecção social por conseguirem articular um exercício tradicional⁹ da integração com um exercício moderno da mesma, que foi dominado por um processo de assistência individual que sofreu as influências de uma ritualização dos hábitos individualistas (Fernandes:1999:72).

¹⁰ Colapso este que se consubstanciou na desvalorização de algumas das suas competências no campo da integração social e na desdogmatização da especificidade do Serviço Social.

¹¹ Colapso este que, em termos do exercício profissional do Serviço Social, coincide com uma reorganização dos seus paradigmas de intervenção que, na passagem da sociedade industrial para a sociedade do risco, foram influenciados, quer por uma perspectiva dialéctica onde segundo Fernandes (1999:219) se inserem o radicalismo-conservadorismo, a liberdade-totalitarismo, o inovacionismo-tradicionalismo, o positivismo-

no universo profissional do Serviço Social relativamente à separação entre o que se considerava atributos e competências dos assistentes sociais. Produziu também os seus efeitos sobre a forma como o Serviço Social reconfigurou o seu espaço de intervenção profissional face:

- ✧ ao papel exercido pelo Estado na gestão dos problemas sociais;
- ✧ ao conflito de ideias e de interesses que se instalou na reorganização dos modelos sociais;
- ✧ à relação estabelecida entre público e privado na gestão do social.

Mas a necessidade que sentiu em se situar no seu tempo, criou-lhe uma consciência de temporalidade a qual se reflectiu na forma como subordinou o exercício profissional da intervenção às necessidades locais e globais de intervenção. Superou assim as influências que, sobre as suas práticas profissionais, tinham sido exercidas pelos organicistas. Por isso mesmo o figurino identitário do exercício profissional da intervenção deixou de estar confinado à sua natureza assistencial, o que justifica o facto de a razão identitária do Serviço Social se ter reconstituído no tempo, tendo como indicadores as linhas de tensão social que definem os limites do bem-estar. O mesmo será dizer que, se a sua razão identitária se foi consignando de acordo com a forma como a profissão geriu a articulação entre o consumo das políticas sociais e o desenvolvimento/reestruturação das necessidades sociais, o que passou a diferenciar o exercício da intervenção entre as diferentes profissões sociais foi o facto de cada profissão ter criado um artefacto próprio na condução do exercício da intervenção social. E, para o Serviço Social, o seu artefacto prende-se com a capacidade que foi demonstrando ao longo da sua trajectória em se reinventar de acordo com:

- ✧ o poder que no tempo lhe tem sido conferido;
- ✧ o reconhecimento por si realizado dos poderes constituídos;
- ✧ a dimensão da crítica instalada às tradições e às instituições;
- ✧ a consolidação da interdisciplinaridade na gestão das discontinuidades existentes no sistema de coesão social;

racionalismo, o catatrofismo-reformismo, quer dentro de um pensamento que propõe novos valores e uma nova moral ética para uma sociedade aberta e em progresso.

▲ a dinâmica do exercício da desconstrução cultural do processo de intervenção.

Para uma melhor compreensão da tese apresentada *e dos resultados produzidos* de modo a demonstrar que a construção social da profissão é um produto cultural da modernidade, as transformações verificadas na sua identidade reflectem a forma como utilizou a sua destradicionalização *para exercer a sua modernização e conduzir a sua recontextualização na sociedade do risco*. A dimensão argumentativa da tese aparece sob a forma de produção de conhecimento, que por sua vez está dividida em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, “**O exercício da intervenção social na transfiguração do político**”, é abordada a questão da construção social do exercício profissional da intervenção e a sua absorção pelo Serviço Social. Pretende-se com esta abordagem compreender como a relação concertada que se estabeleceu entre Intervenção e Serviço Social foi determinante, não só para a legitimação do Serviço Social na sociedade industrial como dispositivo público de regulação das desigualdades sociais, mas também para a recriação na sociedade do risco, tanto do seu sistema identitário, como do simbólico.

O segundo capítulo, “**Serviço Social: a ressonância do passado sobre o presente**”, visa dar a conhecer como as transformações operadas no exercício profissional da intervenção pelos assistentes sociais não resultaram de nenhum processo de ruptura com o seu passado, mas sim de um alinhamento com o processo contínuo de decomposição e recomposição ideológica e cultural das práticas de intervenção social.

No terceiro capítulo, “**Contemporaneidade e Serviço Social: desafios da Globalização**”, são desenvolvidos dois aspectos fundamentais para a avaliação das transformações que se foram operando no Serviço Social. Um que está relacionado, por um lado com o exercício da mudança no Serviço Social, por outro com os sistemas utilizados para exercer a mudança; outro que diz respeito à forma como os profissionais se posicionam face aos desafios da Globalização, ou seja, de como se recontextualiza a profissão num espaço de desordem cultural em que as tensões sociais aumentam, as diferenças assumem maior visibilidade, os problemas de não-integração se avolumam e se torna importante repensar as relações de coabitação e de interdependência.

O quarto capítulo, intitulado “**Serviço Social e Sociedade do Risco: conversão da intervenção profissional**”, trata da reorganização do espaço do

Serviço Social num contexto societário significativamente marcado pela reinvenção das profissões, isto é, de como o Serviço Social conduz a transfiguração do seu ecossistema ideológico e cultural face à desconstrução sociológica do conceito de problema social e da sua divisão entre problemas de perigo e risco, e de como está empenhado em deixar de ser identificado como uma profissão depositária do tempo passado. Por outras palavras, projecta as possíveis respostas institucionais que a profissão pode criar, dada a sua necessidade de inovação, e quais as mudanças que pode exercer na sua esfera de acção. Estes são os propósitos centrais que servem de referência à reflexão a que nos conduz a um estudo amplo sobre a conversão das práticas de intervenção social como meio de revitalização profissional do Serviço Social.

Em suma, a estrutura do trabalho apresentado obedece às regras definidas para o efeito. Na prática, o corpo do trabalho, para além da incluir a respectiva introdução, está dividido em dois grandes blocos, aos quais se segue a conclusão final. No primeiro bloco existe um primeiro capítulo onde são tratadas as questões relacionadas com o enquadramento teórico e conceptual do seu objecto e a arquitectura metodológica, quer do trabalho teórico, quer do trabalho empírico, e um segundo capítulo é totalmente dedicado ao trabalho empírico realizado. No segundo bloco são apresentados os quatro capítulos referenciados que, para além de se constituírem numa resposta estruturada aos desafios patentes no título original deste trabalho de dissertação, pretendem também abrir espaço a trabalhos posteriores sobre esta matéria.

I PARTE

ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL, ORGANIZAÇÃO

METODOLÓGICA, APRESENTAÇÃO DO TRABALHO EMPÍRICO

CAPÍTULO 1 | ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL E METODOLÓGICO

1.1 | Introdução

Neste capítulo, destinado à fundamentação teórica que serve de suporte ao tratamento do objecto definido para o presente trabalho de dissertação, são abordadas, no plural, a problemática teórica onde se circunscreve o tema do trabalho “**Serviço Social e Modelos de Intervenção: da sociedade industrial à sociedade do risco**” e, no singular, a conceitualização das palavras-chave utilizadas, isto é: Modelos de Intervenção; Sociedade Industrial; Sociedade do Risco; Serviço Social.

Pretende-se desta forma apresentar o quadro teórico e conceptual que acompanhará toda a textura do trabalho e que confere o rigor necessário ao esforço oscilatório que por vezes interfere na relação entre consistência/inconsistência teórica e objectividade/subjectividade no plano metodológico. Foi concebido mediante uma atitude de vigilância crítica que pretende afastar os perigos da compreensão espontânea, mas não rejeita o conhecimento construído. Serve-se dos seus significados imediatos para, com a ajuda documental, esclarecer os elementos susceptíveis de não serem devidamente compreendidos ou interpretados de forma mecanizada. Embora referenciado por três autores seleccionados, Castel, Giddens e Beck, tem igualmente em atenção as questões epistemológicas do Serviço Social, bem como o cenário alargado de produção teórica que permite construir a *sua história* através da História. Utiliza o conhecimento adquirido para exercitar o contraditório. Recorre a premissas teóricas complementares, cooptadas na

propriedade intelectual de diferentes áreas de conhecimento, como meio de não tornar a investigação intelectualmente hermética.

No quadro teórico está igualmente integrado o quadro conceptual. Em termos conceptuais são valorizadas as unidades conceptuais nucleares consideradas fundamentais, não só pelo seu significado como ideias constituintes, mas também por funcionarem como proposições portadoras de significados isolados.

Relativamente ao quadro metodológico são apresentadas as estratégias metodológicas utilizadas na organização da fundamentação do desenvolvimento teórico da tese, bem como as estratégias metodológicas de suporte ao trabalho empírico.

1.2 | Estrutura teórico-conceptual

Não obstante a forma de pensar o Serviço Social estar dividida entre duas correntes – uma de características humanistas e doutrinárias e outra de características marxistas e racionalistas – o seu exercício profissional tem assumido múltiplos significados ao longo da sua trajectória de vida social. Este facto, por ter sido empiricamente integrado na unidade cultural que associa a transformação do Serviço Social à sua história, não tem sido devidamente valorizado como exercício da sua modernização. Advém este facto do debate sobre a epistemologia do Serviço Social ter estado dissociado de uma postura crítica relativamente ao conhecimento produzido sobre esta matéria, não só porque ambas as correntes se fundamentam numa lógica de interpretação dos factos históricos e sociais alinhada por propósitos ideológicos, mas também porque se constituíram numa alternativa uma da outra. Por isso mesmo, sem que seja desvalorizada a produção teórica existente, mas fazendo uso da mesma para desenvolver outras formas de interpretar a realidade profissional construída ou em construção, a reflexividade - que para Giddens (2002:27) “consiste no facto de as práticas sociais serem constantemente examinadas e reformadas à luz da informação adquirida sobre essas mesmas práticas, alterando assim constitutivamente o seu carácter” - é aqui assumida como paradigma utilizado para desconstruir as certezas que geraram interpretações descontinuístas sobre as mudanças no Serviço Social. Assim se explica que o uso da história do Serviço Social seja utilizado para romper com o seu passado e preparar o seu futuro. Não se trata, como diz Foulcaut (1969), “...de transferir para o domínio da história, e

singularmente para o domínio da história dos conhecimentos, um método estruturalista....". Trata-se, sim, de utilizar a investigação histórica como instrumento para produzir uma localização singular da exterioridade do Serviço Social a qual, no confronto com a experiência profissional, abre uma busca do originário do seu futuro. E, na preparação do seu futuro, o conceito de "modernização reflexiva" - que para Lash (2002:105) se constituiu como a teoria crítica do século XXI, para Giddens (2002:5) significa um processo de *auto confrontação* e para Beck a descontextualização e a recontextualização das formas sociais industriais - tomou um significado especial. Na prática, a reflexão sobre presente e passado tendo em vista o futuro faz com que se desenvolva a importância que deve ser reconhecida à desconstrução dos consensos estabelecidos na relação entre tradição e inovação no Serviço Social. Por esse motivo, e para que esta questão não seja passível de ser simplesmente confundida com disputas de ordem teórica, a descontextualização e recontextualização das transformações que se processaram nas práticas profissionais serve de meio para examinar o comportamento profissional relativamente ao processo legitimador das certezas da sociedade industrial e das incertezas da sociedade do risco. Assim - como forma de desenvolver a conversão e a reconversão das práticas profissionais dos assistentes sociais e com base no pressuposto de que a história desempenha um papel constante na busca da identidade e simultaneamente abre caminho a novas buscas, através da teoria da reflexividade que, para Lash (2000:136), só se converte numa teoria crítica "quando afasta a sua reflexão da experiência quotidiana e a dirige para o "sistema" - pretende-se compreender como o Serviço Social se resignificou face ao jogo das dominâncias que no tempo se constituiu sob a forma de interceptar os desfasamentos sociais. E esta visão, que em larga medida responde à proposição de usar as correlações estudadas entre os traços assinaláveis da profissão e a reestruturação, tanto das suas práticas, como das regras de uso dos modelos de intervenção pelo Serviço Social, faz da história o discurso do contínuo tal como a concebe Foulcaut (2005). Por conseguinte a transformação profissional deve ser considerada como sua continuidade histórica.

Ou seja, o que se pretende não é fazer história. Pretende-se, sim, que esta seja usada, por um lado para encontrar as diferenças do Serviço Social relativamente às variadas profissões sociais, por outro para se analisar a capacidade dos profissionais de conciliarem os factores endógenos e exógenos que dão legitimidade ao seu futuro e que revitalizam a consciência profissional.

Mas ao trazer para o debate as questões existenciais que se colocam à profissão, logo se esboça a importância em enfatizar a sua reorganização no tempo e no espaço. É uma perspectiva singular e dinâmica de utilizar o passado para construir o futuro. Integra-se num cenário de reflexividade institucional que se amplia ao estabelecer uma conexão entre os traços institucionais da profissão e a transformação do conteúdo e da natureza do quotidiano da vida profissional. Pode ser entendida como um meio de conhecer o que Giddens (2001) denomina de “ transformação da intimidade”, considerando que a “intimidade tem a sua própria reflexividade e as suas formas próprias de ordem internamente referencial”. Os efeitos expropriadores da reflexividade levam, contudo, a que os processos de transformação que povoam o habitat institucional do Serviço Social deixem de ser teoricamente alinhados com as premissas desenvolvidas por Castel no quadro da “Teoria da Desvantagem”. Daí que se tenha optado por não utilizar uma lógica de inserção das práticas profissionais numa forma de estar institucional que se aproximava ideologicamente de uma cultura de governação das desigualdades e se traduzia na integração dos assistentes sociais no âmbito das novas tutelas sociais, onde se incluía a acção social e a protecção social. Em contrapartida, toma-se como substrato o exercício de um raciocínio em que a acção profissional é enquadrada no campo da execução das políticas de defesa da provisão social e de vitalização da concertação entre o público e o privado no que diz respeito à responsabilização social da intervenção. Sublinhando esta perspectiva de conduzir uma forma de pensar as transformações do Serviço Social dentro de uma metamorfose das combinações existentes entre o moderno e o tradicional, a recriação do exercício da intervenção pelos assistentes sociais passou assim a ser equacionada como elemento difusor da reinvenção profissional que, paradoxalmente, se foi desenvolvendo dentro de um quadro que Castel (2003:144) definiria como independência dentro da dependência. O mesmo será dizer que o Serviço Social, ao longo do seu quotidiano de vida profissional, foi ajustando as suas características funcionais às diferentes formas de gestão das políticas sociais. E, ao mesmo tempo que se integrou nos diferentes fluxos de desenvolvimento das estratégias de regulação social, aferiu as suas configurações de acordo, quer com a diversidade dos modelos de desenvolvimento económico e social, quer com os parâmetros da interacção entre crescimento e desenvolvimento, quer ainda com a consistência ou inconsistência das vulnerabilidades sociais. Assim se explica que profissionalmente os assistentes sociais se tenham envolvido de forma sistemática na gestão do social

e cultivado processos de intervenção que lhes permitiram um protagonismo mais ou menos sólido na esfera dos sistemas de harmonização social. Por conseguinte, e através de uma lógica de pensamento reflexivo que retira qualquer pertinência a uma proposta historicista, toma todo o sentido o estudo da forma como o Serviço Social se estruturou dentro da sua própria idiossincrasia.

Como meio de pragmatizar a problemática teórica que resulta de uma investigação particular onde se circunscreve a confrontação do Serviço Social com a estrutura genética do processo de intervenção, a sua recriação torna-se assim no referencial que permitirá criar os cenários necessários para conhecer de forma dirigida, e em consonância com os factores externos aos sistemas sociais da sociedade industrial e da sociedade do risco (Giddens:2000), os impulsos institucionais do Serviço Social como um todo e os dos modelos de intervenção em particular. Deste modo evita-se que o Serviço Social se apresente como “um dado extrínseco”, o que torna a sua experiência numa reacção a efeitos expropriadores que geram desqualificação, ou que criam dificuldades a uma política profissional que, não sendo emancipatória, se pretende que seja afirmativa das suas competências profissionais.

Relativamente ao exercício da intervenção pelo Serviço Social - e não obstante se poder considerar que a legitimação do Serviço Social surgiu como uma resposta à nova fisionomia política dos problemas sociais decorrentes da promessa “modernista” de bem-estar que se estabeleceu no quadro de uma simbiose entre capitalismo e democracia - a corrente marxista e a humanista têm contudo defendido perspectivas diferentes. Para a corrente marxista do Serviço Social, tanto a legitimação da profissão, como a construção do seu modelo de intervenção - **entendido como um conjunto de acções que paradigmaticam a forma de agir** - estão associadas ao processo de organização das estratégias de dispersão dos conflitos criadas pelo capitalismo para assegurar as suas hegemonização e reprodução como sistema económico dominante. Dentro desta perspectiva de análise, os contemporâneos do Serviço Social, tal como Paulo Netto (1991,1992) e Natalio Kisnerman (1978), ao se apoiarem numa teoria que considerava os conflitos existentes como o produto de um processo instalado de luta de classes¹, justificavam a institucionalização do Serviço Social como: uma nova profissão criada pelo capitalismo para pôr em prática formas sociais de integração dos indivíduos num novo contexto de modelo societário. Por esta

¹ Que se tinha consolidado por via de uma politização dos assalariados gerada pelo paradoxo onde se tinha sustentado um dos axiomas da Revolução Francesa que defendia a igualdade no contexto de afirmação da propriedade privada (Mouro; Carvalho:1987).

razão, neste contexto de raciocínio, o Serviço Social é enfatizado pelo papel político mitigado de educativo², que não estava divorciado dum exercício assistencial ou mesmo assistencialista (Alayón: 1992). A sua actuação consubstanciava-se numa acção sobre os indivíduos e as famílias com o objectivo de desproblematizar a gestão das igualdades. Deste modo, neste contexto de análise, o Serviço Social é considerado como um mecanismo de dispersão dos conflitos, dado assumir um papel de mediação entre interesses antagónicos, sendo eles o capital e o trabalho. . Este mecanismo, ao nível da intervenção, caracterizou-se pelos seguintes factos:

- ✦ as suas práticas terem sido estabelecidas em função das necessidades de legitimação do modelo de gestão social definido pelo poder político em função dos interesses do poder económico;
- ✦ o seu modelo de actuação fundir o binómio estabelecido entre a acção social e a assistência;
- ✦ o seu exercício ser desenvolvido de forma polivalente como meio de colmatar eventuais brechas entre os indivíduos e as instituições.

Já no quadro da perspectiva humanista defendida por Balbina Ottoni Vieira (1985) e Ander-Egg (1994), a institucionalização do Serviço Social no século XIX resultou de um processo de evolução da arte de bem-fazer que, tendo as suas raízes nas sociedades clássicas, assumiu um elevado protagonismo na sociedade tradicional marcada pelo domínio cultural da Igreja Católica. O bem-fazer, se nas sociedades tradicionais se constituiu numa arte social, traduziu-se num conjunto de práticas conduzidas pela sociedade civil como forma de cumprir uma obrigação religiosa que se iniciou com o exercício social da caridade e se multiplicou sob a forma de beneficência e de assistência. A noção de **necessidade** era então socialmente desvitalizada, visto que a pobreza era justificada à luz da teoria teocêntrica. O pobre era socialmente aceite como expressão da vontade divina (Geremek:1995), fazendo parte de um mosaico social que representava o pensamento construído sobre o papel dos diferentes actores sociais. Mas a noção de necessidade e a forma de actuar sobre este campo foram-se alterando em função das transformações culturais e económicas que no tempo atravessaram a forma de pensar o exercício da regulação social.

² Esse papel educativo teria sido veiculado por meio dos centros sociais e das organizações assistenciais.

Foi por essa razão que as práticas de ajuda social assumiram estéticas diferentes, sem contudo se substituírem umas às outras. Este facto servirá de argumento para que o Serviço Social seja definido, tal como Balbina (1981:7) o faz, numa “arte de ajudar as pessoas a se ajudarem a si mesmas, cooperando com elas a fim de beneficiá-las e, ao mesmo tempo, à sociedade em geral” e para que o seu modelo de intervenção seja perspectivado como a síntese da articulação instalada entre a doutrina social da Igreja Católica e o individualismo que qualifica a natureza do liberalismo económico. Daí que o entendimento sobre a acção se tenha centrado na intervenção profissional mais no indivíduo do que no seu meio ambiente. O mesmo será dizer que era reconhecido ao Serviço Social a competência de ajudar a combater a atitude parasitária dos indivíduos transformando-a numa forma útil de participar na legitimação de um mundo social racional. Desta forma, conciliou as exigências do direito natural com as da eficácia económica (Castel:234). Criou na prática uma afirmação da religiosidade num contexto de laicização da vida social. A contradição velada que esta posição contém fez subestimar o antagonismo de interesses que discretamente marcavam o inconsciente social da sociedade industrial. Por outro lado, ajudou a recriar os suportes relacionais e sociais e conciliou o espaço público com o espaço privado na reintegração do indivíduo no seu espaço social e comunitário.

Independentemente das diferenças contidas entre a perspectiva marxista e humanista, o certo é que em ambas as correntes de pensamento a questão da socio-espacialidade dos problemas sociais se tem sobreposto a uma reflexão sobre os agentes de produção do bem-estar, ou sobre as representações individuais e colectivas do bem-estar. Tanto uma como outra fazem uma associação muito mitificada sobre a relação profissional dos assistentes sociais com os fenómenos de precariedade e exclusão social. No entanto dissociam-na dos fenómenos de vulnerabilidade, de invalidação e de desfiliação social tal como os define Castel (2003:234). Mas, ao valorizarem a relação do Serviço Social com o interstício da desigualdade, tornam-se incapazes de desfazer a forma equivocada como a socialização assistencialista das desigualdades se tem projectado na gestão da cidadania, tal como é focado por Selma Schons (1999) e Marília Iamamoto (1992). Por isso mesmo distorcem a construção identitária do Serviço Social e tornam sofismáveis as escolhas dos modelos de intervenção pelos profissionais. Não só desenvolvem uma perspectiva identitária da profissão em que o seu sistema simbólico está dominado por uma linguagem passiva e um modo de pensar e agir que, ao querer dessacralizar a acção, se transformou num

somatório de saber, mas também conduzem a projecção profissional no contexto das dinâmicas políticas e culturais de legitimação das desigualdades.

Porém, como toda a cultura é um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução tal como a identidade é uma construção social e não um dado (Cuche: 2003), uma análise reflexiva sobre o exercício da intervenção pelo Serviço Social pode ser uma via para a identificação do particularismo da profissão na forma de gerir e actuar sobre os problemas sociais. Para o efeito, partindo do pressuposto de que a cultura não é estática e considerando que, por intervenção, se deve considerar: **uma acção conduzida por via institucional ou não e que de forma voluntária, consciente ou intencional visa exercer a transformação** (Robertis:1991), as alterações exercidas nos processos de intervenção do Serviço Social devem ser metabolizadas em função da identidade socio-política do contexto espacial onde está inscrito o exercício da intervenção social. O mesmo é dizer que o exercício da intervenção não é estático nem hermético. Por isso mesmo, e considerando que os registos da acção dependem da posição dos agentes e da interacção criada com os recursos e o modo estratégico de utilizar os próprios recursos identitários, o exercício da caridade pode ser interpretado como um modelo de intervenção que se legitimou como tal, face à morfologia cultural do espaço-tempo em que se desenvolveu. Daí que, até à afirmação cultural do antropocentrismo e da reforma protestante, a caridade tenha funcionado como um mecanismo de intervenção social legitimado para permitir assegurar o processo de coesão social (Donzelot:1986). Todavia, face às mudanças culturais que se operaram por força da concertação de poderes entre o catolicismo e protestantismo, modificou-se a consciência identitária do exercício da regulação social e abriu-se espaço a uma reorganização do percurso político e cultural do processo de intervenção de onde se destaca a sua produção por via institucional.

E, se até à sua inscrição em contexto institucional o modelo de intervenção desenvolvido se caracterizou por uma subjectividade activa que resultava do exercício individual da caridade, o seu enquadramento no sistema institucional não fez com que se tivesse desactivado o exercício individual da intervenção, nem tão pouco o seu exercício institucional deixou de assumir as características que particularizavam a caridade como modelo de intervenção. Permitiu no entanto uma manipulação na sua representação simbólica, a qual se consubstanciou na construção social da beneficência. A beneficência constituiu-se, assim, como um novo modelo de intervenção que não pretendia ser uma

alternativa ao existente, mas sim um complemento estruturado e organizado na base de um empréstimo de uma identidade cultural que remetia para as modificações nos modos de vida e de pensar a ajuda social, a inscrição de uma outra forma de agir que também ela não estava isenta de ambiguidades. O que de novo trouxe a beneficência foi a representação de um novo modelo de interacção entre sociedade e fenómenos de precariedade que emergiu na sequência da renovação dos agentes sociais envolvidos no processo social da sua regulação. Assim a instituição tornou-se numa nova figura social de que o indivíduo carenciado se poderia socorrer para procurar ajuda, mas não suportes. Com a legitimação da instituição como dispositivo de intervenção social, o exercício da intervenção deixou de ser exclusivamente personalizado e passou a ser também disciplinado. E, a partir do momento que passou a fazer uma articulação entre “uma cultura paroquial centrada em interesses locais com uma cultura de sujeição que alimenta a passividade nos indivíduos” (Cuche 2003.158), deixou também de ser autóctone. Mas, sem que fossem objectivamente postos em causa política ou ideologicamente, quer o modelo caritativo, quer o modelo beneficente, a construção social da sociedade industrial, ao reinventar o sistema de valores e ao constituir um domínio localizado da vida quotidiana (Mommas:169), não desenvolveu as condições para uma emancipação institucional do processo de intervenção; levou, antes à legitimação da modernização dos sistemas de ajuda social. E a sua modernização passou por uma conjugação entre a recontextualização do exercício tradicional da ajuda e a construção de novos paradigmas de intervenção social aos quais atribuiu um particularismo sintomático. Esta conjugação traduz o resultado do diálogo que na sociedade industrial se estabeleceu entre o modelo de intervenção social experimentado, as características da realidade social e a redefinição do sistema simbólico da ajuda social. Foi da consolidação deste mesmo diálogo que emergiu a assistência como um novo modelo de intervenção que, se no contexto da sociedade industrial se centrou inicialmente nos processos de incapacidade social, posteriormente veio a centrar-se nos problemas de exclusão. Mas, se na sociedade industrial a assistência se constituiu numa síntese entre caridade e promoção social, já no quadro da sociedade do risco, apesar do seu exercício como um todo se bifurcar entre assistência e acção social, traduz-se numa resposta à simbiose entre incapacidade e exclusão. Por sua vez, o seu exercício pelo Serviço Social tomou como referência o processo de redefinição da natureza

do exercício da intervenção social e adaptou-o aos modelos de actuação que foi exercitando desde a sociedade industrial à sociedade do risco.

Se por sociedade industrial entendemos, através de uma leitura multifacetada do conceito, **uma fase da modernidade marcada pelo impacto do industrialismo, pela construção de uma nova ordem económica e por um exercício descontinuista do desenvolvimento social**, como sociedade do risco Beck (2000:6) define “...**uma fase da modernidade na qual as ameaças até agora produzidas no caminho da sociedade industrial começam a predominar.**”. Daí que a sociedade do risco não possa ser pensada de forma isolada ou circunstanciada no tempo. Para ser melhor compreendida deve ser contextualizada no quadro de um diagnóstico cultural que permita reconhecer a validade, a vastidão e as ambivalências dos previsíveis e imprevisíveis efeitos sociais gerados pelas mudanças, que se foram e vão operando, nas características da fisionomia social da sociedade.

Tomando então como referência o diagnóstico por via do qual se pode determinar a expressão de alguns dos problemas sociais que foram assumindo um significado mais ou menos relevante, verifica-se que, se por um lado os problemas que se instalaram na sociedade industrial produzidos pelas alterações nos modos de vida não foram superados, por outro constituíram-se novos problemas que retratam as novas realidades sociais decorrentes da forma como as dinâmicas culturais, económicas e tecnológicas emergentes interferiram na vida social. No que concerne aos problemas não superados, pelo facto de estarem muito relacionados com o processo contínuo de fragilização das redes primárias de apoio social³, embora não se tivessem dissolvido, foram porém “reciclados”. Por outras palavras, assumiram novas expressões sociais. Foi o que aconteceu por exemplo com o problema da “terceira idade”. Tendo emergido enquanto problema social na sociedade industrial⁴, a sua morfologia foi-se entretanto modificando de acordo com o processo de governamentalização da gestão social, mantendo-se como problema de dependência - mas constituiu-se também como problema de isolamento. O mesmo aconteceu, na Europa Central, com os problemas de desemprego, ou mesmo de trabalho. Se estes, no evoluir da

³ Neste contexto de problemáticas sociais integram-se as relações familiares e comunitárias, isto é, as relações de proximidade que funcionavam como uma das instâncias, talvez a principal, de suporte social e emocional aos seus elementos de pertença e que estão relacionadas pela substituição da família extensa pela família nuclear. Em contrapartida o Estado torna-se progressivamente substituto, abrindo espaço à governamentalização da gestão social.

⁴ Não só porque as políticas de trabalho se alteraram, mas também por outros factores ligados aos novos êxodos sociais da sociedade industrial, ao crescimento da longevidade e à transformação operado no seu processo identitário.

sociedade industrial, deixaram de ter o mesmo peso na produção social dos fenómenos de exclusão económica, todavia, quando relacionados com o bem-estar, fizeram aumentar os processos de desfiliação social⁵. Todos estes problema já existentes e que escondem os efeitos de uma desconstrução cultural da realidade social, não sendo um fenómeno forçosamente negativo, geraram e geram novas identidades simbólicas aos fenómenos sociais que se repercutem sobre a construção das identidades particulares das situações sociais.

Na prática o que se verifica é o facto de os problemas de desfiliação e de desintegração social já enraizados não terem sido anulados⁶ e se terem avolumado com a emergência de novos problemas sociais gerados no quadro da consolidação da sociedade do risco. Isto sucede porque a protecção social, apesar de não relativizar as iniciativas de diferenciação que foram emergindo na sociedade e que retratavam a relação do público com o privado em matéria de intervenção institucional, funcionou e funciona como um instrumento de resposta aos problemas existentes e de difusão das políticas de regulação social⁷, não só porque manteve uma relação de fidelização institucional na regulação dos clássicos riscos sociais do trabalho⁸, mas também porque se recontextualizou face à transformação operada no conceito cultural de vida social alargando o seu domínio às necessidades que atravessam as novas realidade de vida dos indivíduos⁹. Esta sua recontextualização pode ser considerada como uma resposta às exigências da modernidade, se entendermos a modernidade tal como Giddens a define (2001:3): *“reduz o carácter geral dos riscos de certas áreas e modos de vida, mas introduz ao mesmo tempo novos parâmetros desse risco em grande parte ou completamente desconhecidas em épocas anteriores.”* I

Partindo desta premissa conceptual, compreende-se então que o processo de intervenção conduzido por via do sistema de protecção social se tivesse alargado de acordo com a gestão política do social. Sendo esta gestão política da responsabilidade dos governos, o que explica o fenómeno crescente de governamentalização do social, não deixa contudo de simultaneamente reflectir

⁵ Segundo Castel (op.ct, p.51) “ Há risco de desfiliação quando o conjunto das relações de proximidade que um indivíduo mantém a partir de sua inscrição territorial, que é também sua inscrição familiar e social, é insuficiente para reproduzir a sua existência e para assegurar a sua protecção”

⁶ Mas também não criaram clivagens sintomáticas no perfil cultural e social da sociedade de bem-estar, nem tão pouco na forma como o Estado providência organizou as respostas sociais às necessidades teoricamente estudadas, que passavam pela recriação do sistema de protecção social e pela afirmação da sua coesão.

⁷ Para caracterizar esta constelação central, cujo núcleo duro assenta na forma de organização do sistema de protecção social, torna-se importante referir que a construção de um sistema de protecção social deve ser interpretada como uma resposta às reivindicações organizadas no sentido de melhorar as condições de vida e de trabalho que faziam parte das novas aspirações sociais e que eram fundamentais para dar corpo ao estilo de vida que a modernidade foi criando e recriando.

⁸ Invalidez, morte, desemprego, doença.

⁹ Como por exemplo: subsídios de dependência, colocação de crianças em amas, em famílias de acolhimento.

as influências do processo de modernização na representação do poder e de consolidação de um tipo de bens que Castel (2003:48) considera que “*não são comerciáveis e que servem ao bem comum*”. Mas o facto de na sociedade industrial se terem constituído estratégias de intervenção que tinham como objectivo a tutela da vida social, como aconteceu com a institucionalização do sistema de protecção social, não significa que estas mesmas estratégias tivessem conseguido absorver todas as situações de desvinculação social. Existia um outro conjunto de situações que, pela sua natureza social, se constituíram em “situações periféricas” e que são definidas por Castel (idem:476) como as situações vividas por todos aqueles que por vontade própria ou pelas circunstâncias de não estarem integrados na dinâmica da sociedade industrial, viviam em situação de exclusão ou de vulnerabilidade social. Mais concretamente, eram situações que estavam mais ligadas aos problemas de precariedade económica e social e que resultavam, sobretudo, de uma desfiliação relativamente ao sistema produtivo. Sucedião com pessoas que viviam nas franjas da pobreza absoluta, ou que por uma opção consciente ou inconsciente de vida viviam em círculo com a sua dificuldade de socialização e em perigo de ruptura com a ideologia instalada de desenvolvimento económico e social. Por este motivo o sentido de homogeneização, que foi insuflado no modelo de intervenção social recriado na sociedade industrial, tornou-se efémero no contexto da sociedade do risco, uma vez que foi essencialmente usado para gerir a diferenciação, e não para promover a igualdade. Portanto, na sociedade de risco a questão da destituição social não deixou de ocupar um espaço próprio no processo de intervenção. Esse facto permite confirmar que a política de intervenção dirigida às margens, quando sustentada no exercício da protecção social, faz com que se fragilizem os aspectos relacionais onde deveria assentar o processo de controlo social. Por sua vez, a metamorfose do processo de controlo social e a sua recriação na sociedade do risco fez-se depender das modificações produzidas na natureza e nas características dos problemas sociais, do exercício do poder na gestão social e, ainda, das formas culturais de protagonizar esse mesmo poder. Por este motivo, a identidade da intervenção, pelo facto de ser uma construção social como defende Cuche, também se alterou em face dos contextos onde está integrada. Assim se compreende que a reconstrução dos modelos de intervenção na sociedade do risco resultem das descontinuidades do exercício do controlo social produzido na sociedade industrial - e que se recriem tomando novas configurações no contexto da sociedade de informação.

Tendo em consideração o conceito anteriormente apresentado de sociedade do risco e relacionando-o com o processo de construção e de desconstrução do risco no quadro de um processo de contextualização, pode-se assim compreender que o risco se sedimentou no tempo, apesar de se ter reestruturado no espaço. Tem valores plurais que podem penetrar, ou não, completamente na vida quotidiana e que se diferenciam de acordo com a pressão que exercem sobre o seu presente, a influência que produzem sobre o modo de organizar os recursos sociais e a forma como fazem emergir a consciência sobre os problemas produzidos. Portanto, quanto à questão do risco, este não pode ser entendido como um produto construído exclusivamente pela sociedade contemporânea, nem tão pouco como um resultado da transformação no espaço das relações de poder que se traduzem em problemas de ordem, ou melhor dizendo de uma nova ordem social. O risco é cúmplice da dissipação e da causalidade e nunca está inerte. A sua dimensão representa o grau das transformações operadas nos modos de vida, estilos de vida, cultura de intervenção, organização do passado em relação ao presente, bem como no desenvolvimento das capacidades críticas e reflexivas e das formas de interjeição do futuro. Daí que se deva definir o risco em função da sua contextualização no tempo, dentro dos aspectos de que se reveste sempre de acordo com a sua idiossincrasia e do espaço social que ocupam. Neste sentido, da mesma forma que pode estar relacionado com os efeitos produzidos pelo desenraizamento social, pode também estar adstrito às alterações exercidas ao nível da realidade do trabalho e do quotidiano de vida, assim como à construção de uma nova ordem social criada por uma cultura de Globalização que se sofisticou perante o crescimento da sociedade da comunicação. Porém, como a sua recontextualização é contínua, por questões - não de ordem conceptual, mas de ordem antropológica - o risco pode ser dividido em: **risco clássico e neo - risco**.

Por riscos clássicos consideram-se os riscos ligados à reprodução da precariedade, da exclusão e da vulnerabilidade, isto é, pobreza, diferenciação e fragilização. No seu conjunto são fenómenos sociais constantes. A sua estrutura genética tem raízes na sociedade pré-industrial. Tendo-se transformado em problema padrão e consolidado em sintonia com as dinâmicas socio-económicas, políticas e culturais da sociedade industrial, no quadro do processo de reconstrução das relações económicas no exercício da mundialização da economia, reprojectam-se como novas realidades do futuro.

Por neo - riscos reputam-se as situações que foram emergindo fora do espaço onde se localizam os riscos clássicos e que tomam forma como corolário de uma mundialização da vida social e de uma transformação nos modos e estilos de vida. Tal como os tradicionais problemas sociais que se criaram e criam nas margens das contradições e dos paradoxos do sistema económico e social, os neo-riscos são produto, quer de uma reconfiguração ou de uma derivação de alguns riscos já instalados, quer das novas construções sociais do risco relacionadas com:

- ✧ a atitude reflexiva que passou a invadir o inconsciente social e que recriou o conceito de democracia, participação e individualização;
- ✧ o progresso da ciência e as suas repercussões na vida individual e colectiva;
- ✧ a mercantilização do social que está na origem de uma descaracterização da relação da sociedade com o social;
- ✧ a redefinição dos estilos e modos de vida e de trabalho.

Neste tipo do risco inserem-se, não só os problemas ambientais referidos por Beck, como também os problemas éticos relacionados com a ciência e os riscos da desmilitarização relativos aos contornos da nova ordem pós moderna explorados por Giddens. Para Giddens tomam também espaço os problemas relacionados com as consequências previstas e não previstas da mundialização das relações económicas, políticas, sociais e dos propósitos sociais. Nas consequências previstas podem ser englobadas as situações sociais ligadas às políticas de vida, aos processos emancipatórios e à intersecção entre consumo e justiça. Nas não previstas enquadram-se os problemas que possam resultar de uma ruptura com a tradição e de uma opressão na heterogeneização dos interesses e dos propósitos. Considerando numa primeira instância os problemas previstos, a arquitectura social da intervenção deve corresponder a uma mitigação das estratégias de manipulação da identidade dos problemas para os assumir como pertenças no sistema social. Quanto aos problemas não previstos, e porque as oposições simbólicas criam a renovação da acção de acordo com as características do relacionamento entre o social e o cultural, o modelo de intervenção deverá ser produto da desconstrução e da reconstrução das

estratégias de intervenção, tendo como paradigma o significado e o lugar que ocupam nas conquistas intelectuais e no particularismo cultural das profissões.

No que diz respeito aos riscos clássicos, a sua gestão passa por um modelo de intervenção que se desnormalize e que se imponha como força legitimadora à formação de um espaço social cívico, tal como é definido por Mommas (2001:170) Por conseguinte, o sistema de intervenção muito centrado numa perspectiva institucionalizante entendida como uma forma de modernismo social onde se conjuga a desresponsabilização pública com a responsabilização social¹⁰, deve dar lugar a um modelo de intervenção mais flexível e difuso. Este modelo deverá corresponder a uma política de actuação que congregue no mesmo espaço profissional estratégias de actuação que desenvolvam a individualização, a territorialização, a intermediação cultural e a participação, e que ao mesmo tempo metabolizem o património genético como meio de desenhar a forma de gerir e actuar sobre os problemas sociais

O Serviço Social, como profissão que se constituiu no universo da gestão dos riscos e dos perigos sociais, tem criado com estes uma relação de “pseudo-sobrevivência” profissional - não só porque o seu espaço de actuação está intrinsecamente ligado à gestão das realidades sociais originados pelos mesmos, mas também porque a construção e a reconstrução, tanto dos seus modelos de intervenção profissional como do seu figurino identitário, resultam da postura profissional que foi desenvolvendo face à emergência e à recriação dos fenómenos de desfiliação e de exclusão social. Não obstante a intensidade dos seus vínculos institucionais à gestão dos problemas sociais, o certo é que, em termos da sua identidade cultural, a International Federation of Social Work não limita o horizonte da intervenção profissional à gestão dos problemas sociais. Alarga-o à gestão do bem-estar e à promoção da mudança social. Razão pela qual ao fazer menção ao exercício quotidiano das actividades profissionais, define-o do seguinte modo: “ (...) **promove a mudança social, a resolução dos problemas no contexto das relações humanas e a capacidade e empenhamento das pessoas na melhoria do bem-estar (...)**”¹¹ Distingue-se por fundir a sua herança cultural numa perspectiva emancipatória. O mesmo é dizer que, nesta lógica de pensar o presente do Serviço Social, a sua relação com o passado converte-se num investimento para o futuro que utiliza a revalorização da sua imagem patrimonial para reforçar o seu *ethos* no campo da intervenção

¹⁰ Que se materializa através da criação de políticas pragmáticas de actuação no qual se insere o partenariado.

¹¹ Acedido em 7 de Julho de 2006 em www.ifsw.org/publications/4.6pt.pub.html .

social. Reflete a influência de uma corrente de pensamento que no interior do Serviço Social recusa qualquer ruptura com o passado e que por isso mesmo defende que o espaço do exercício da intervenção pelos assistentes sociais está historicamente definido. Assim, e tal como sucedeu durante a sociedade industrial, só precisa de se adaptar às novas configurações que os problemas sociais vão adquirindo. Consubstancia a recriação de um estereótipo de actuação que, tendo servido de ícone profissional, paradoxalmente tem permitido assegurar a preservação da sua “diferença” entre os restantes profissionais com que interage no contexto do exercício da intervenção, isto é, não criou a fronteira entre passado e presente. A questão do futuro é equacionada na base de uma postura pragmática. Ou seja, o futuro deve ser preparado, mas dentro de um contexto de uma **não desvitalização**, nem tão pouco de uma **desvirtualização** da sua identidade cultural cujo axioma se prende com a teoria de que se deve: ajudar as pessoas a sentirem-se pessoas. Na prática representa uma linha de destradicionalização da profissão que, segundo Santos (apud Fortuna, 2001:235), pode ser designada como “equação entre raízes e opções”. Criou o seu espaço através da relação que foi aprofundando com a cultura política e legitimou-o ao se ter constituído como uma alternativa a uma outra forma de pensar o exercício profissional, a qual se sustentava numa premissa de ruptura com a que representava a tradição na profissão. Esta proposta de recriação do Serviço Social sustentada, não na sua destradicionalização, mas sim numa ruptura com o passado, e que obrigava à construção de outras formas de agir profissional, teve como paradigma o processo de reconceptualização do Serviço Social que se difundiu nos anos 70 a partir da América Latina¹² e na fileira intelectual protagonizada por Malcolm Payne, simbolicamente representada em “Teorias do Trabalho Social Moderno” (1991). Mas, enquanto o propósito de ruptura com o passado protagonizado pelos “Movimentos de Reconceptualização do Serviço Social” tinham subjacente a recontextualização política do Serviço Social, Malcolm Payne criou um outro processo de ruptura especificamente relacionado com a propriedade intelectual da profissão. Recusa a possibilidade de as propostas, por si criadas para a recriação do exercício profissional dos assistentes sociais, possam poderem ter sido influenciadas pelas correntes positivistas (Payne, 2002:62), usando para o efeito de um criticismo acentuado relativamente ao passado e presente das práticas de intervenção profissional. E é com base numa

¹² Quer no documento de Teresópolis, quer no documento de Araxá, existe um elemento comum nestes dois documentos que é o propósito de ruptura com o passado e a tradição do Serviço Social. Serviço Social Serviço Social Serviço Social.

proposta de construção residencial¹³ de metodologias de intervenção que se servirá da fundamentação epistemológica para se distanciar da fundamentação política e doutrinária dos movimentos de reconceptualização do Serviço Social. Ambas as propostas de ruptura recusam a reconversão das práticas profissionais tradicionais, mas no entanto essas recusas sustentam-se em pressupostos diferentes. Enquanto a de ruptura política se sustenta numa reformulação do exercício da intervenção apoiada nas propostas desenvolvidas pelo escola sul-americana de Serviço Social, de uma forma especial por Boris Lima (1976)¹⁴, Malcom Payne alvitra que as novas práticas de intervenção resultem numa osmose entre a reinvenção da identidade profissional e a produção das correntes teóricas que têm contribuído para a qualificação da intervenção. Nesta medida, a intervenção sectorial, desenvolvida como resposta ao exercício epistemológico de categorização dos problemas sociais, dá lugar a uma intervenção determinada. A intervenção na saúde, na justiça, na segurança social e nas restantes áreas sectoriais onde tradicionalmente era aplicada a metodologia de casos, grupos e comunidades é, na proposta de Paynes, organizada em função de diferentes perspectivas teóricas de intervenção, nas quais se incluem:

- ✦ as perspectivas psicodinâmicas;
- ✦ a teoria cognitivo-comportamental;
- ✦ a teoria geral de sistemas e teoria ecológica de sistemas;
- ✦ a teoria radical e marxista;
- ✦ a teoria humanista existencial,

e segundo os modelos:

- ✦ de intervenção em crises;
- ✦ centrados em tarefas;
- ✦ de comunicação e de psicologia social.

Noutro sentido, mas também com o objectivo de desenvolver a recriação organizativa do Serviço Social, Sarah Banks (2001) propõe uma reestruturação nas

¹³ Diz-se construção residencial na medida em que a construção de novas metodologias de intervenção social se consolidaram através do uso da produção de conhecimento de outras áreas residenciais das Ciências Sociais, como por exemplo: o direito, a psicologia, a psiquiatria, a sociologia.

¹⁴ Na sua negação das suas raízes reformula os modelos de intervenção, criando um modelo único, também conhecido por modelo básico, que se deveria adaptar às realidades concretas.

tipologias do campo de intervenção profissional. Para o efeito, defende que o exercício profissional se deve dividir entre um modelo de características generalistas e um outro por especialidades. Altera assim a concepção tradicional de pensar a forma de organização do desempenho profissional dos assistentes sociais e desestandardiza as suas competências. Estabelece uma divisão no exercício das competências profissionais, a qual corresponde a duas formas de intervir. Uma de características amplas e outra de características periciais. O exercício profissional divide-se deste modo em duas dimensões: a de gestão e a de intervenção. Na de gestão enquadram-se as funções de teor executivo, de gestão de recursos ou de administração de serviços. Na de intervenção integram-se as actividades de diagnóstico diagnóstico e acompanhamento das situações sociais objecto de intervenção. Por isso mesmo na escola anglo-saxónica a importância do Serviço Social está mais focalizada na qualificação da acção do que na reconversão da cultura identitária da profissão. Esta dinâmica de recriação do exercício profissional, que significativamente tem atravessado no presente o Serviço Social, ao ser pensada em termos de futuro particulariza-se pelo facto de estar centrada na necessidade de dar uma resposta à competitividade que se foi impondo como um dos factores endógenos ao processo de Globalização que acompanha a viragem do milénio. Pode igualmente ser perspectivada como uma estratégia para enfrentar a sua auto-desvalorização e fazer reconhecer a sua capacidade de criar novos padrões culturais de intervenção. Especificamente quanto ao impacto produzido pelo exercício da destradicionalização na recriação do Serviço Social, este consubstanciou-se numa descristalização das práticas de intervenção conduzidas pelos assistentes sociais, que foi utilizada para aferir a sua identidade cultural em relação ao exercício da sua recontextualização. Quanto à ruptura mediatizada pelos movimentos de reconceptualização em termos gerais, essa levou à perda da opacidade política que singularizava a profissão. As suas repercussões ao nível particular foram geridas em consonância com a identidade cultural das estratégias de desenvolvimento do Serviço Social em termos locais, sendo que estas reflectem as formas, diferenciadas dentro da profissão, de criar resistências ou de estabelecer uma identificação com as propostas apresentadas por este movimento. Já a proposta de Payne responde a uma opção que - por estar de acordo com um investimento que enfatiza a controvérsia sobre as competências, as aptidões e os papéis do Serviço Social no contexto da sociedade contemporânea - faz com que no imediato não se exerça

qualquer efeito sobre o poder simbólico da profissão, não obstante ser esse o seu objectivo.

Nestes dois eixos de organização do pensamento sobre o processo de recriação do Serviço Social – o **patrimonialista e o de ruptura** – e perante a associação constante que em termos de memória se faz entre o passado e o presente e as formas como a profissão utiliza o passado para construir o presente, coloca-se ao Serviço Social o problema da sua tradição. Mas este facto arrasta consigo uma outra questão, também só por si pertinente para a projecção sustentada do Serviço Social no futuro. E esta questão prende-se com a desconstrução da profissão como meio de conduzir à sua reconstrução. Neste contexto surge então a importância de que se abra o debate sobre a hipótese de o exercício da intervenção pelos assistentes sociais poder ser considerada uma tradição genuína ou uma tradição inventada, tal como Giddens (2000a:90) concebe a divisão relativamente à tradição. Esta não é sem dúvida a problemática fundamental do Serviço Social na sociedade do século XXI, mas é uma questão acessória que pode ser importante na recontextualização do Serviço Social na sociedade do risco, de modo que a relação profissional dos assistentes sociais com os processos culturais de gestão do risco é a questão fulcral da recontextualização do Serviço Social como força profissional legitimadora de um espaço social cívico onde os riscos sociais se pluralizaram. Com a sua pluralização tornou-se mais amplo o universo dos “mundos sociais”. Na prática, a sua recontextualização implica que o Serviço Social procure a sua área de confluência entre os diferentes factores que determinaram a retracção da atenção profissional para os problemas relacionados com a moral social e com os problemas de trabalho¹⁵. Por seu lado, a sua actuação passa a situar-se a jusante do impacto social produzido pelo risco, o que faz com que a acção profissional sobre o risco não se produza exactamente sobre este, mas sim sobre os processos de representação dos efeitos do risco. Para o efeito precisa compreender como, por exemplo, uma estratégia de individualização utilizada pelo Serviço Social na sua função tutelar ao nível da família assumiu uma acção reparadora no campo do trabalho e se recria no contexto de um processo de Globalização que articula a modernização com os novos pensamentos de acção e de organização da sociedade. Em termos pragmáticos é exercer uma travessia nas representações simbólicas do exercício profissional dos assistentes sociais,

¹⁵ Que estiveram na origem do facto de a família e o trabalho se terem constituído como seus primeiros campos de actuação

partindo do pressuposto teórico de Fortuna (2001), que defende que o património pode servir de interface para a modernização. E a sua modernização torna-se menos complexa quando está acompanhada de uma desconstrução da imagem do risco e da estratégia de regulação do mesmo, tendo como premissa que o seu significado depende, não só da sintomatologia de mal-estar social por ele gerado, mas também pelas dificuldades que provoca na gestão da coesão social. Por isso mesmo, as suas práticas profissionais tendo em vista a sua modernização têm sido maioritariamente conduzidas em função da realidade concreta que representa as expressões do risco e que no quotidiano é convertida em problemas próximos ou distantes, os quais se convertem no tempo e no espaço em problemas de carácter individual, local, regional, nacional ou internacional. Esta mesma modernização implica também desenvolvimento de uma postura cosmopolita por parte do Serviço Social, a qual passa pelo reconhecimento dos fenómenos sociais que estão ligados aos processos de legitimação da economia no mundo. E foi exactamente o problema da SIDA que despoletou a criação de novas formas de olhar as realidades sociais e a emergência de uma nova explicação espacial dos fenómenos sociais. A construção desta nova postura criou a consciência de um futuro onde, para além da dimensão individual, local, regional e nacional dos problemas sociais, existe ainda um outro espaço supra, que pode ou não ter características particulares. Enquanto o problema da SIDA pode ser contextualizado de forma transversal, a pobreza podendo igualmente ser considerado um fenómeno transversal assume diferentes expressões que a particularizam de continente para continente, de país para país, de região para região e de local para local. E são exactamente as novas formas emergentes de se contextualizar os problemas sociais, que criam os maiores desafios na modernização do Serviço Social, sendo que os mesmos passam por:

- ✧ definir o espaço da intervenção profissional dos assistentes sociais no quadro do processo de Globalização que tem servido de ícone à mudança do século XX para o século XXI;
- ✧ recriar o objecto de intervenção do Serviço Social, na medida em que os problemas sociais são cada vez menos problemas de classe e cada vez mais problemas de pessoas, como por exemplo, os problemas da SIDA, da toxicodependência e do desemprego;

▲ construir novos campos de actuação profissional que permitam assegurar o seu processo emancipatório e partilhar as novas respostas que terão que ser encontradas para os novos efeitos da Globalização, tais como o lazer, o isolamento e o ambiente.

Daí que a condução da legitimação profissional do Serviço Social, num contexto de Globalização e de reflexão crítica (Faleiros:2001), abra espaço para, através de uma análise comparativa, se avaliar se o seu modelo de reconstrução segue ou não um processo de destradicionalização em que se conjugam as raízes com as opções.

1.3 | Estratégias metodológicas

Considerando a natureza da investigação proposta, esta será necessariamente uma investigação de características qualitativas, sendo que as estratégias metodológicas adoptadas se suportam em dois eixos. Um de carácter teórico-conceptual já apresentado e que se particulariza por utilizar as fontes bibliográficas de referência que permitem não tornar episódica a linguagem e o conhecimento adquirido e utilizado. Por isso mesmo, conceitos e teorias relacionadas com sociedade industrial, sociedade do risco, intervenção e Serviço Social definem o traçado principal da investigação e são apresentados de forma explícita ou mitigada de maneira a exprimir os conhecimentos “residenciais” que estão sempre presentes e fazem parte da arquitectura da investigação, assim como os conhecimentos diferenciados baseados na flexibilidade da deslocação e da estética organizada na estruturação das estratégias analíticas. Dentro das estratégias analíticas, a reflexividade serviu de base à reconstrução do conhecimento sobre o alcance da mudança que se foi processando no ethos profissional do Serviço Social. Foi utilizada como fio condutor da lógica em que assenta a desconstrução da informação adquirida e de sustentáculo para a sua reconstrução face à necessidade de utilizar a análise produzida para desenvolver uma produção crítica sobre a realidade em análise que neste caso é a recriação do Serviço Social no espaço entre a sua consolidação na sociedade industrial e a sua relegitimação na sociedade do risco. Foi seleccionada a reflexividade na medida em que, dada a criatividade e a autonomia que se pretendia dar à avaliação das transformações do Serviço Social, qualquer outra estratégia poderia

conduzir a uma forma evolucionista de perspectivar o passado, o presente e o futuro da profissão.

O outro eixo é de características empíricas e procura concertar ambivalências de processos, ou seja, articular a utilização de fontes documentais clássicas com novos meios tecnológicos na implementação do trabalho de campo. Por isso mesmo desenvolveu-se com base:

- ✧ num estudo do património documental que expressa a sua memória colectiva e que disponibiliza a informação necessária para se proceder ao processo de composição e de recomposição profissional onde se integra a leitura dos relatórios de estágio da licenciatura em Serviço Social;
- ✧ num inquérito que se realizou via Internet a todos os representantes na Rede Europeia de Escolas de Serviço Social, a docentes de Serviço Social que leccionam em Escolas Norte-Americanas e Sul-Americanas seleccionadas de forma aleatória, assim como *opinion makers* e autores com publicações dentro da área e que são reputadas como importantes pelos assistentes sociais.

As fontes documentais foram seleccionadas pela qualidade da informação que detêm, pelo conteúdo do seu discurso e pelo facto de poderem assegurar a qualidade da pesquisa. Nesta medida os relatórios de estágio foram utilizados como fontes através das quais se recolheu a informação necessária para adquirir uma perspectiva sincrónica e diacrónica sobre a construção de conceitos, o discurso e a acção desenvolvida no campo profissional, a qual, por sua vez, reflecte o conhecimento reproduzido no campo académico. Concomitantemente, foram utilizadas outras fontes documentais tais como, discursos, projectos e programas de intervenção social considerados pertinentes para a investigação. Este material assegurou a construção das fontes primárias e secundárias necessárias ao processo de investigação, nas quais se incluem as fontes deliberadas e as inadvertidas que são utilizadas com o propósito de tornar segura a imparcialidade na pesquisa. Revelaram-se como a estratégia metodológica mais indicada, dada a necessidade de utilizar um olhar sócio-antropológico sobre as formas encontradas pela sociedade civil e política para reconciliar o pensamento com a acção.

Nesta medida, esta proposta de tema de investigação e a metodologia utilizada abriu espaço para uma análise aprofundada sobre a construção dos

modelos de intervenção no Serviço Social e a sua utilização e desenvolvimento no processo relacional dos indivíduos, grupos e comunidades com a sociedade. Consequentemente, possibilitou a produção de conhecimento sobre a:

- ✧ construção social da profissão;
- ✧ a legitimação e a reinvenção dos modelos de intervenção desenvolvidos pelo Serviço Social;
- ✧ a transformação do padrão identitário da profissão;
- ✧ a recriação do Serviço Social como profissão de intervenção.

CAPÍTULO 2 | METODOLOGIA E TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA EMPÍRICA

2.1 | Introdução

Conforme se referiu na Introdução, o eixo empírico deste trabalho releva de duas dimensões: uma referente à análise do património documental, centrada, enquanto expressão da memória colectiva, nos processos de composição e recomposição da formação e da actividade profissional; dito de outro modo, esta primeira vertente visa a análise e a interpretação dos relatórios de estágio que compõem a unidade curricular de final de curso apresentados nos Institutos Superior de Serviço Social / Miguel Torga de Coimbra. A segunda vertente remete para a realização de um inquérito via Internet aos diversos agentes, nacionais e internacionais, responsáveis pela formação e actuação dos profissionais de Serviço Social.

A opção por estas duas vertentes decorreu de uma reflexão sobre as diversas propostas do protocolo de investigação e observação contempladas, quer no âmbito das Ciências Sociais (inquérito por questionário, por entrevista, por respostas fechadas e/ou abertas), quer no do Serviço Social (caso, grupo, comunidade).

Do ponto de vista metodológico foram considerados como critérios de observação, interpretação e análise os que alicerçam o objectivo deste estudo: os **processos de modernização e de Globalização na institucionalização e exercício da actividade profissional dos agentes do Serviço Social.**

O objectivo deste “caminho” metodológico inscreveu-se na tentativa de captar, num espectro tão amplo quanto possível, o que une e o que diferencia as experiências vividas e/ou em curso nos diferentes espaços regionais do globo. Trata-se, pois, de um caminho que não se encaixa nas clássicas metodologias das Ciências Sociais, o que obviamente comporta riscos, nomeadamente em relação à pesquisa via Internet, dos quais estamos cientes. Entre outros, destaca-se: em primeiro lugar, as incertezas quanto à qualidade e à quantidade de respostas; em segundo lugar, as dificuldades que se colocam na análise e na interpretação das respostas, tão diferenciadas quanto as diferenças entre e intra países/regiões; em terceiro lugar o facto de as respostas serem condicionadas por factores subjectivos que se podem manifestar na (in)disponibilidade, na (des)confiança, no (des)conhecimento da realidade portuguesa e, por fim, a impossibilidade de contextualizar do ponto de vista histórico, socio-económico e político o processo de institucionalização e operacionalização do Serviço Social. Como se verá mais adiante, na análise dos resultados, há inquiridos que o referem, enquanto outros não o fazem.

No sentido de minimizar algumas das dificuldades encontradas na análise de cada um dos questionários, dada a sua diversidade, procurou-se considerar, sempre que os inquiridos o contemplem, três dimensões:

- ✧ contextos sociais em que emerge e se desenvolve o Serviço Social;
- ✧ conceptualização de modernização e Globalização;
- ✧ linhas de continuidade e/ou de ruptura entre ambos os processos.

Considerando, como se afirmou anteriormente, que foi feita uma opção por uma metodologia qualitativa que se afasta das perspectivas mais clássicas, procurámos tornar a análise dos questionários tão fina quanto possível. Com este objectivo foram criados, para a análise dos questionários que obtiveram respostas, os seguintes critérios:

- ✧ região geográfica
- ✧ semelhanças e diferenças em cada uma das regiões
- ✧ semelhanças e diferenças entre todas as regiões

Foram assim considerados três níveis de análise: a descrição a nível horizontal dos resultados obtidos por país/região, a descrição a nível vertical dos resultados obtidos por país/região e no último nível a interpretação dos resultados pelo confronto das semelhanças e diferenças entre regiões.

Por fim houve preocupação em reportar os questionários não válidos procurando sempre inventariar as razões de não resposta ou de não validade.

2.2 | Apresentação dos Resultados dos Questionários enviados por Internet

O inquérito sob a forma de questionário realizado via Internet com objectivo de identificar a posição do Serviço Social face à Globalização e modernização teve como público-alvo um universo que se pretendeu que fosse homogéneo e com uma opinião formada sobre a realidade contemporânea da profissão. Foram então seleccionados representantes de Escolas Superiores/Universidades onde fosse leccionado o Curso de Serviço Social e *opinion makers*. Ao nível dos representantes das instituições de ensino do Serviço Social foi dada especial importância às instituições académicas europeias, não só por questões de identidade territorial, mas especialmente porque estão constituídas numa organização denominada European University Social Work (EUSW) que tem como finalidade o debate sobre a formação em Serviço Social. Já quanto aos *opinion makers*, como meio de recolha de opinião foi utilizado o mesmo inquérito e o mesmo meio de envio do inquérito, a Internet. Porém, foi feita uma opção por figuras académicas de uma outra realidade geográfica, esta do continente americano. Daí que a sua análise tenha obedecido aos mesmos parâmetros da utilizada para os questionários europeus. Foram enviados 47 inquéritos e recebidas 22 respostas, o que equivale a 46,8. (Quadro 1; 2; 3),

QUADRO 1 | NÚMERO POR PAÍSES DE INQUÉRITOS ENVIADOS NA EUROPA

Países da Europa	Enviados	Recebidos	Nulos
Suécia	3	1	0
Noruega	1	1	0
Reino Unido	2	2	0
Holanda	2	1	0
Roménia	1	0	0
França	1	1	0
Áustria	1	1	0
Rep. Checa	1	1	1

Bélgica	1	1	1
Chipre	1	1	1
Alemanha	2	0	0
Checoslováquia	1	1	1
Estónia	1	0	0
Irlanda	1	0	0
Finlândia	1	0	0
Portugal	1	0	0
Espanha	1	1	0
Itália	4	1	0
Grécia	1	1	1
Totais	27	14	5

QUADRO 2 | NÚMERO POR PAÍSES DE INQUÉRITOS ENVIADOS PARA OS PAÍSES DA AMÉRICA DO NORTE

Países da América do Norte	Enviados	Recebidos	Nulos
EUA	6	3	0
Canadá	2	1	0
Total	8	4	0

QUADRO 3 | NÚMERO POR PAÍSES DE INQUÉRITOS ENVIADOS PARA OS PAÍSES DA AMÉRICA CENTRAL E LATINA

Países da América Central e Latina	Enviados	Recebidos	Nulos
Brasil	5	3	0
Costa Rica	3	1	0
Venezuela	2	0	0
Argentina	1	0	0
Chile	1	0	1
Total	12	4	1

Realizada a análise e a interpretação dos resultados, seguindo um padrão comparativo entre países da mesma região e países de regiões diferentes que é apresentado no Capítulo 3, em jeito de síntese poderemos dizer que, para o conjunto dos países analisados (excepto, como se refere o caso da República Checa), se salientam três aspectos: os que se relacionam com as transformações do Estado, os que relevam do exercício profissional dos profissionais do Serviço Social e, por fim, os que se prendem com os problemas sociais emergentes.

Em relação ao primeiro aspecto destaca-se o carácter “universal” da transformação do papel do Estado que se impõe em todos os países, independentemente da sua trajectória sócio-histórica e política e da sua

localização geográfica. Assim, esta transformação consubstancia-se nas seguintes dimensões:

- ✧ diminuição do papel do Estado na configuração das políticas sociais e, consequentemente, do seu exercício de regulação e coordenação da acção dos diferentes agentes sociais, segundo a filosofia “de menos estado e melhor sociedade civil”;
- ✧ em consequência, a intervenção do Estado tem-se centrado em iniciativas de carácter legislativo e administrativo cujo objectivo é o de fornecer quadros de referência à actuação dos agentes sociais situados ao nível da sociedade civil;
- ✧ transferência das responsabilidades financeiras e de implementação das políticas sociais para o domínio local e privado, ou seja, as autarquias, as organizações e associações sem fins lucrativos, como sejam, entre outras, as ONG´s e cooperativas, e o sector social privado com fins lucrativos.

Quanto ao segundo aspecto – exercício profissional dos assistentes sociais – salienta-se o seguinte:

- ✧ perda pelo Estado do estatuto de interlocutor privilegiado que detinha durante o processo de modernização;
- ✧ o seu posicionamento face ao paradoxo de haver uma maior necessidade de intervenção social e simultaneamente uma progressiva diminuição de recursos disponíveis;
- ✧ esvaziamento das suas competências e funções específicas, precarização das suas condições de trabalho, pulverização das suas formas de actuação e intervenção sociais e, finalmente, a exigência de cumprimento de tarefas burocrático-administrativas;
- ✧ a necessidade sentida pelos inquiridos de repensarem através de uma reflexão sobre as possíveis alternativas, quer quanto aos requisitos da sua qualificação académica, quer quanto à capacidade de recuperarem a especificidade das suas formas de acção e intervenção sociais.

Em relação ao terceiro aspecto – os problemas sociais emergentes – pode reconhecer-se uma pequena clivagem entre os países desenvolvidos e os países

menos desenvolvidos. Esta clivagem situa-se no lugar que o trabalho (em sentido amplo) assumiu nas diferentes sociedades. Se é um facto que todos os inquiridos reconhecem a fragilização do mercado do trabalho e do estatuto do trabalhador promovidos pela legislação liberal, cujas principais consequências são o aumento do desemprego e a perda progressiva dos direitos sociais, esta dimensão assume uma maior centralidade e preocupação entre os inquiridos dos países da América Central e Latina.

Com efeito esta centralidade evidencia-se em relação à percepção que os inquiridos dos países desenvolvidos têm relativamente aos problemas emergentes. Assim, para além do trabalho, os inquiridos apontam, no âmbito da problemática da integração/exclusão sociais, as questões relacionadas, quer com as populações nacionais (desempregados, toxicodependentes, idosos) que se tornam cada vez mais vulneráveis, quer com as populações estrangeiras que contemplam questões relacionadas, não só com o mercado de trabalho, mas também com questões religiosas (as diferentes pertenças religiosas), políticas (refugiados, asilados), culturais (étnicas, multiculturais) e sociais (turismo sexual, tráfegos diversos de pessoas e de produtos)

2.3 | Apresentação dos resultados da recolha de informação obtida através dos registos dos relatórios de estágio de fim de curso de Serviço Social do Instituto Superior de Serviço Social/Instituto Superior Miguel Torga

Relativamente à análise documental, esta centrou-se significativamente na interpretação e na análise dos registos alargados dos relatórios de estágio que representam o fim do curso de Serviço Social, realizados no Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra/Instituto Superior Miguel Torga e que constam da base de dados da respectiva Biblioteca. Não foi uma escolha aleatória. A selecção deste património obedeceu aos seguintes requisitos:

- ✧ estar catalogado informaticamente;
- ✧ estar registado como de interesse para consulta pública, o que implica que cada um destes relatórios tenha obtido uma média igual ou superior a 14 valores.

O período entre o ano de 1964 e o de 2000 constituiu-se no universo de tempo seleccionado. O ano de 1964 porque corresponde ao primeiro registo

informático encontrado na base de dados consultada. O ano 2000 porque marca a consolidação de uma tendência para um aumento substancial do número de relatórios apresentados por ano, a qual coincide com um crescimento acentuado do número de estudantes a frequentar o curso de Serviço Social na instituição referenciada. Em 34 anos foram encontrados 946 relatórios, o que em média equivale a um valor aproximado de 26,8 relatórios por ano. Dentro deste universo total, e porque o objectivo deste estudo documental se prende com o reconhecimento das mudanças desenvolvidas no exercício da intervenção profissional dos assistentes sociais, foram seleccionados 153 relatórios (Quadro 2).

QUADRO 4 | LISTA NUMÉRICA DOS RELATÓRIOS REGISTADOS E DOS RELATÓRIOS SELECIONADOS

Ano	Total de Relatórios Registrados	Total de Relatórios Seleccionados	Relatórios registrados (%)
1964	1	0	0
1965	0	0	0
1966	3	0	0
1967	4	0	0
1968	2	2	100
1969	12	6	50
1970	9	5	56
1971	22	10	45
1972	21	9	43
1973	11	1	9
1974	0	0	0
1975	0	0	0
1977	1	1	100
1978	2	1	50
1979	4	3	75
1980	3	0	0
1981	10	0	0
1982	4	0	0
1983	14	0	0
1985/86	4	0	0
1987	5	2	40
1988	13	3	23
1989	16	8	50
1990	11	1	9
1991	120	20	17
1992	10	4	40
1993	27	6	22
1994	45	4	9

1995	96	16	17
1996	14	2	14
1997	181	7	4
1998	135	21	16
1999	9	1	11
2000	137	20	15
Total	946	153	16

Esta selecção realizou-se usando o título do relatório, o local da sua realização e o sumário que o acompanha: o título porque serve de “bilhete de identidade” do estágio, o local porque permite identificar a área de actuação onde se integrou o estágio e o sumário porque permite captar a natureza do estágio. Daí terem sido excluídos os relatórios cujo estágio tinha assumido um carácter mais teórico do que de intervenção.

Desta selecção resultou uma redução de número de relatórios de 153 para 94 (Quadro 3)

QUADRO 5 | TOTAL FINAL E POR ANOS DOS RELATÓRIOS SELECIONADOS

Ano	Total de Relatórios registados	Total final de Relatórios seleccionados	Relatórios seleccionados (%)
1964	1	0	0%
1965	0	0	0%
1966	3	0	0%
1967	4	0	0%
1968	2	2	100%
1969	12	3	25%
1970	9	5	56%
1971	22	2	9%
1972	21	4	19%
1973	11	1	9%
1974	0	0	0%
1975	0	0	0%
1977	1	0	0%
1978	2	1	50%
1979	4	1	25%
1980	3	0	0%
1981	10	0	0%
1982	4	0	0%
1983	14	0	0%
1985/86	4	0	0%

1987	5	2	40%
1988	13	1	8%
1989	16	6	38%
1990	11	1	9%
1991	120	7	6%
1992	10	4	40%
1993	27	2	7%
1994	45	1	2%
1995	96	10	10%
1996	14	2	14%
1997	181	3	2%
1998	135	19	14%
1999	9	1	11%
2000	137	16	12%
Total	946	94	10%

Dentro deste universo dos 94 relatórios seleccionados - e porque as experiências vividas em termos de estágio contemplam um conjunto de incertezas no que diz respeito à concepção de intervenção profissional, na medida em que traduzem vivências em micro-cenários de acção profissional - a via utilizada para apurar as transformações no exercício da intervenção seguiu um “caminho” metodológico que se distinguiu por ter investido num modelo existencial para compreender o significado das alterações encontradas através da informação complementar que, sob a forma de sinopse ou sumário, deveria acompanhar o registo do relatório ou o próprio relatório.

Não se enquadrando nas clássicas metodologias das Ciências Sociais, como também já foi referenciado, o risco desta estratégia metodológica não foi o da subjectividade, mas sim o da objectividade. Ou seja, a informação recolhida corresponde a uma informação factual que não deixa contudo de ser vulnerável. Apesar de corresponder a um exercício preexistente de representação identitária de cada um dos relatórios, como seja a área onde se realizou o estágio ou mesmo o local da sua realização, o sumário pode, no entanto, não corresponder a uma concordância absoluta com o conteúdo. Daí as dificuldades encontradas em transformar a informação recolhida em interpretação científica dos dados. Não deixa, porém, de ser informação substantiva que, se do ponto de vista clássico não pode servir para comprovar o propósito da tese, serve de referência na consubstanciação de uma metodologia reflexiva utilizada ao longo de todo o trabalho de dissertação que se segue na II Parte.

Neste sentido, e dentro de uma metodologia qualitativa na análise da informação recolhida por via:

- ✧ da identificação do local de estágio e da sua relação com o trabalho desenvolvido na instituição referida,
- ✧ da sinopse da actuação desenvolvida no contexto do estágio,

e com base ao recurso a três conjuntos de palavras-chave:

- ✧ pobreza/promoção social/intervenção comunitária - uma tríade que se regulariza através de um modelo de intervenção profissional de características pedagógicas e que actua mais centrado no risco do que no perigo social;
- ✧ acção social/pobreza/intervenção institucional - uma tríade que é controlada através de um modelo de intervenção profissional de características psíco-educativas e que actua mais centrado no perigo do que no risco social;
- ✧ cidadania/políticas sociais/exclusão - uma tríade que é regulada através de um modelo de intervenção profissional de características emancipatórias e actua, quer ao nível do perigo, quer ao nível do risco;

tornou-se possível, identificar que:

- ✧ durante a década de 64-74, os estágios mais circunscritos a uma intervenção explícita sobre as desigualdades eram conduzidos por via de instituições particulares, como centros sociais, suportavam-se no exercício de uma intervenção comunitária e a sua actuação revestia-se de características pedagógicas - daí a importância atribuída à promoção social. Reflectiam uma cultura paternalista relativamente ao exercício da intervenção social.
- ✧ durante as décadas de 74-84 e 84-94, tornou-se sintomática a subvalorização da vertente comunitária em detrimento de uma intervenção de “gabinete” no controle das desigualdades e que, não obstante poder corresponder ao processo de governamentalização da gestão do social, representa um modelo de intervenção profissional psíco-educativo. Daí que, nos estágios, para além de serem predominantemente enquadrados em

instituições estatais, quanto aos investimentos na regulação da exclusão estes são efectivamente conduzidos por meio da acção social. Continuam a reflectir uma cultura paternalista que, no entanto, se reveste de uma imagem proteccionista.

↗ já a partir da segunda metade dos anos noventa até ao ano 2000, toma destaque a organização dos estágios por áreas sectoriais de intervenção social, o que revela a relação de sintonia estabelecida com o exercício político das políticas sociais. Como o objectivo das políticas sociais pressupõe uma cultura de autonomia social, o exercício pelo Serviço Social desta mesma cultura de autonomia toma por epicentro um conceito de cidadania que, apesar de não promover desfasamento entre direitos e deveres, enfatiza sobremaneira mais os direitos do que os deveres. A construção de uma política de intervenção profissional baseada no reconhecimento da cidadania abriu espaço à consolidação de um modelo de intervenção profissional de características emancipatórias, o qual se legitima no contexto do processo de conciliação entre individualização e emancipação social.

2.4 | Apresentação da reflexão sobre a orientação dos estágios curriculares de fim de curso de Serviço Social do Instituto Superior de Serviço Social/Instituto Superior Miguel Torga: um caso pessoal.

Fugindo a um modelo tradicional de análise documental que vulgarmente se apoia em fontes externas, a avaliação documental que se segue resulta de uma auto-confrontação com o meu exercício profissional, como supervisora de estágios finais de Serviço Social, da supervisão realizada durante de 27 anos desta actividade.

Neste espaço de 27 anos foram realizados, sob minha responsabilidade, 91 estágios de alunos finalistas do curso de Serviço Social, que em média correspondem a um valor de 3,3 orientações por ano, sendo que em número se desenvolveram de forma heterogénea, uma vez que aquele oscilava de acordo com o número de alunos inscritos em estágio.

QUADRO 6 | NÚMERO DE SUPERVISÕES DE ESTÁGIO POR ANO

Ano	Número de Supervisões de Estágio por ano
1977	2
1978	2
1979	3
1980	3
1981	3
1982	3
1983	3
1984	3
1985	3
1986	3
1987	4
1988	3
1989	3
1990	4
1991	4
1992	4
1993	3
1994	3
1995	3
1996	4
1997	4
1998	4
1999	4
2000	5
2001	5
2002	3
2003	3

Total 27

Total 91

Como fontes documentais foram consideradas as cópias dos relatórios de estágio entregues ao supervisor do estágio. Foram contemplados na sua totalidade, uma vez que nesta análise não foi feita nenhuma seriação relativamente à nota final do relatório, nem tão pouco quanto à natureza do estágio. Como metodologia de análise, num primeiro momento foram utilizados os mesmos parâmetros aplicados no levantamento anterior, isto é:

- ✦ pobreza/promoção social/intervenção comunitária
- ✦ acção social/ pobreza/intervenção institucional

^ cidadania/ políticas sociais/ exclusão

Em termos conclusivos, os resultados obtidos não diferiram dos resultados do estudo anterior. Face a estas conclusões seguiu-se um novo momento, este já não de características analíticas, mas sim interpretativas, que se fez acompanhar de um esforço reflexivo. Traduziu-se num processo que não necessita de elementos estatísticos para definir a natureza das práticas, mas que se baseia na desconstrução dos conceitos e das teorias desenvolvidos no contexto do exercício de uma prática profissional como meio de esclarecer a natureza desses mesmas práticas. Não é um processo produtor de conhecimento pericial, mas é um processo produtor de um conhecimento expansivo da compreensão e, por isso mesmo, esclarecedor das instituições humanas (Giddens2002). Daí que se singulariza pela sua capacidade diferencial em construir conhecimento através da reflexividade, uma vez que a reflexividade, segundo Giddens (2003:27), “consiste no facto de as práticas sociais serem constantemente examinadas e reformadas à luz de informação adquirida sobre essas práticas, alterando assim constitutivamente o seu carácter”.

Com base numa desconstrução dos projectos de estágio, numa reconstrução dos processos de supervisão de estágios sem que tivessem sido isolados do seu contexto e na experiência adquirida através da interacção criada com os estagiários, em termos de consciência profissional posso afirmar que, ao longo destes 27 anos de experiência de supervisão de estágios, existem duas fases de experiência, mediada por teoria, que correspondem à intromissão de perspectivas distantes na consciência quotidiana das práticas de intervenção conduzida pelos estagiários:

^ Uma fase atravessa todo o período de 1977, ano do começo da supervisão de estágios, e prolonga-se até à década de 90. Caracteriza-se por se ter desenvolvido tendo como referência um conceito de integração influenciado por uma atitude paroxística que pretendia desenvolver uma perspectiva crítica do Serviço Social. Não obstante este conceito corresponder a uma articulação entre a interferência do ambiente político vivido na sociedade portuguesa relativamente à forma de pensar o exercício profissional dos assistentes sociais e o impacto ideológico produzido pelo movimento de reconceptualização do Serviço Social no modelo português de formação académica dos estudantes de Serviço

Social, a importância que lhe foi reconhecida decorria do facto de, em termos de dinâmica de intervenção, o exercício da mudança social ser percebido como meio de corresponder às necessidades individuais e colectivas dos grupos sociais mais carenciados. Na prática confrontava-se com uma dinâmica durkeimiana de exercício profissional dos assistentes sociais cultivada pelas instituições de acolhimento dos estagiários. O conceito de integração, que reflectia a forma dos novos pensadores do Serviço Social que produziram uma oposição intelectual às correntes conservadoras, permitiu a emergência de um desfasamento entre: a cultura intelectual alojada ao nível da formação académica, muito particularmente no contexto da supervisão, e a cultura de intervenção de cariz clássico assimilada pelos profissionais por efeito do seu processo de socialização profissional. O que era pedido aos estagiários prendia-se com a necessidade de renovar a imagem profissional. E esta renovação passava por criar um corte com o exercício da inserção e de um modelo de intervenção tradicional que se organizava em função do pensamento clássico de Balbina Vieira. Por esta razão, os projectos de estágio enfatizam, como foi possível perceber pela sua releitura, a importância de uma prática interventiva que segue um modelo pedagógico de cariz libertador. Em termos metodológicos, a intervenção comunitária e a intervenção em grupos eram os processos mais aplicados; a técnica foi o inquérito.

↗ Outra fase projecta-se a partir da década de 90 e foi-se recriando em função dos parâmetros existenciais de perigo e de risco, assim como do carácter circular das pretensões do conhecimento. Com base na mesma fonte informativa, isto é, os projectos de estágio e a reflexão sobre o exercício da supervisão, em termos de conceitos foi criada uma conexão com um novo conceito emergente, o da exclusão. Isto significa que o exercício da integração passou a ser incluído no quadro de modelo de intervenção profissional que se fez depender de procedimentos profissionais que permitiam desenvolver a relação entre conhecimento técnico e teórico. Daí que o conceito de integração se tivesse libertado de um património simbólico que o valorizava enquanto mecanismo de dispersão das desigualdades, tendo passado a ser usado profissionalmente pelos profissionais como meio de trabalhar o exercício técnico da aquisição de competências sociais. Por isso mesmo, na condução do

exercício da supervisão de estágios existia uma atenção significativa sobre a forma como os estagiários perspectivavam o exercício da integração. Em termos teóricos era perspectivada como a consecução de uma mediação entre as dinâmicas políticas e sociais e a qualificação dos quotidianos individuais. Neste sentido, toda a condução das estratégias de estágio passou a visar a transformação dos indivíduos em agentes activos da sua mudança. Este processo distingue-se por desenvolver um modelo de preparação dos futuros profissionais que tem como finalidade a sua legitimação como peritos da integração social. Mas, porque teoricamente o conceito de integração não colidiu com a emergência do conceito de inclusão, o exercício da supervisão passou a ser orientado no sentido de levar os estagiários a desconstruírem os modelos de intervenção pré-existent e a tornarem a experiência adquirida num valor acrescentado que deveria ser capitalizado no sentido de integrar no projecto emancipatório os novos propósitos profissionais. Nesta nova lógica, a supervisão serviu para aproximar a construção do exercício profissional a um modelo emancipatório. Este facto explica o enquadramento das estratégias de estágio num novo modelo de intervenção profissional de características emancipatórias, o facto de os processos metodológicos se recentrarem no indivíduo e de as técnicas se terem ampliado em consonância com o conhecimento produzido nesta matéria pelas Ciências Sociais, sem todavia se ter deixado de privilegiar o uso do inquérito.

Em suma, através desta interpretação tornou-se compreensível o exercício das transformações que se foram processando na lógica da intervenção definida pelos estagiários no quadro da sua integração no mundo do trabalho do Serviço Social. Permitiu avaliar, num quadro de um micro-contexto, a existência de mudanças nas formas de intervir profissionalmente. E estas mudanças detectadas, que se consubstanciaram em alterações na natureza do modelo de intervenção e na forma cultural e política do agir profissional dos assistentes sociais, permitem-nos criar uma ponte para o exercício de uma relação entre as transformações locais e globais, sendo que as transformações globais são especificamente tratadas na II Parte deste trabalho.

II PARTE

SOBRE A INTERVENÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL

CAPÍTULO 1 | A INTERVENÇÃO SOCIAL NA TRANSFIGURAÇÃO DO POLÍTICO

1.1 | INTRODUÇÃO

Neste capítulo far-se-á uma reflexão sobre o binário da desconstrução e reconstrução da Intervenção Social, tendo em conta o seu exercício profissional como prática política e social, desde a sociedade industrial à sociedade do risco.

Em primeiro lugar importa abordar a forma como a Intervenção Social se organiza, sendo ela dispositivo público de regulação das desigualdades; num momento posterior a tónica estará na recriação do seu sistema identitário e simbólico. Pretende-se deste modo criar uma antecâmara de reflexão sobre a relação entre Serviço Social e Intervenção Social, ou seja, compreender até que ponto a história de vida do Serviço Social está ligada à da Intervenção Social. Desta forma poder-se-á confirmar que os respectivos processos de destradicionalização foram coincidentes no tempo e divergentes no espaço.

Mas, como no exercício da Intervenção Social existem pontos de fusão com a prática do Serviço Social, é relevante identificar a realidade que os aproxima e a que os diferencia. Para isso torna-se pertinente a realização de uma viagem reflexiva ao interior da Intervenção Social, abarcando o período que vai desde a sociedade industrial¹ até à sociedade do risco².

O objectivo desta estratégia não se limita unicamente a conhecer para caracterizar, mas também pretende compreender como se foi exercendo a

¹ Quando a intervenção social assumiu o auge da sua projecção política e cultural na sociedade.

² Em que a intervenção social se confirmou como dispositivo de gestão das iniquidades que provocam a vulnerabilização do sistema social.

recontextualização da Intervenção Social sem pôr em perigo a sua reprodução como vector de recalibragem do sistema social.

Para aprofundar esta e outras questões foram utilizados os seguintes suportes: referências bibliográficas seleccionadas e uma análise de um conjunto aleatório de relatórios de fim de curso de alunas de Serviço Social, cujo trabalho de campo abrangeu o desempenho de um conjunto de actividades assumidas como de intervenção social.

1.2 | Intervenção Social: na gestão das desigualdades

Tendo por base a relação da Intervenção Social com o paradigma assistencial, providencial e emancipatório desenvolvido pelo Serviço Social desde a sociedade industrial à sociedade do risco, pode-se definir o seu exercício como **uma acção sobre as situações sociais que geram ou foram geradas por factores que directa ou indirectamente contribuem para o desequilíbrio do sistema social ou para uma desafecção das pessoas relativamente às formas de organização social e económica.**

Compreende-se então que **o exercício social da intervenção:**

- ✧ implique a criação de um processo de interacção, que tanto pode ser conduzido por via institucional, como não institucional³;
- ✧ obedeça ao objectivo concreto de actuar ao nível das realidades sociais e humanas que degradam os quotidianos sociais;
- ✧ contribua de forma inequívoca para a legitimação do exercício da mudança;

que as suas práticas se revistam de diferentes características, na medida em que dependem:

- ✧ dos resultados sociais e políticos pretendidos;
- ✧ das estratégias utilizadas para a regulação do impacto exercido pelos problemas sociais na vida social;

³ Institucional na medida em que é conduzida de forma estruturada ou em função de impulsos gerados por movimentos sociais; não institucional quando o é por iniciativas dinamizadas pela sociedade civil.

que o seu modelo de actuação está condicionado pelos seus propósitos que podem ser:

- ✧ de cariz integrador;
- ✧ de cariz emancipatório,

que a sua acção seja identificada como uma forma de agir sobre:

- ✧ situações episódicas, temporárias ou crónicas de perigo que tanto podem ter um carácter individual, como grupal, comunitário, territorial;
- ✧ situações reconhecidas de risco social que tanto podem apresentar um carácter local como global.

No que respeita à área de abrangência da intervenção social, esta pode ser:

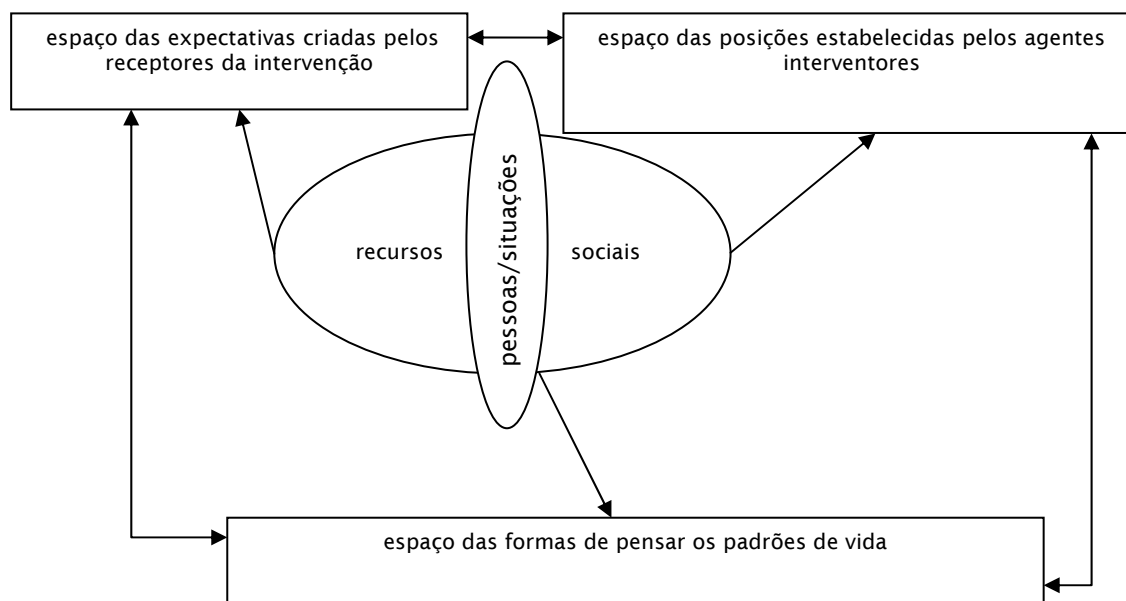
- ✧ limitada⁴;
- ✧ alargada.

Abrangência limitada (fig.1), quando se centra numa pessoa ou numa situação específica e se serve dos recursos sociais existentes para assegurar uma conexão entre:

- ✧ as posições estabelecidas pelos agentes interventores;
- ✧ as expectativas criadas pelos receptores da intervenção;
- ✧ a forma política de pensar os padrões de vida.

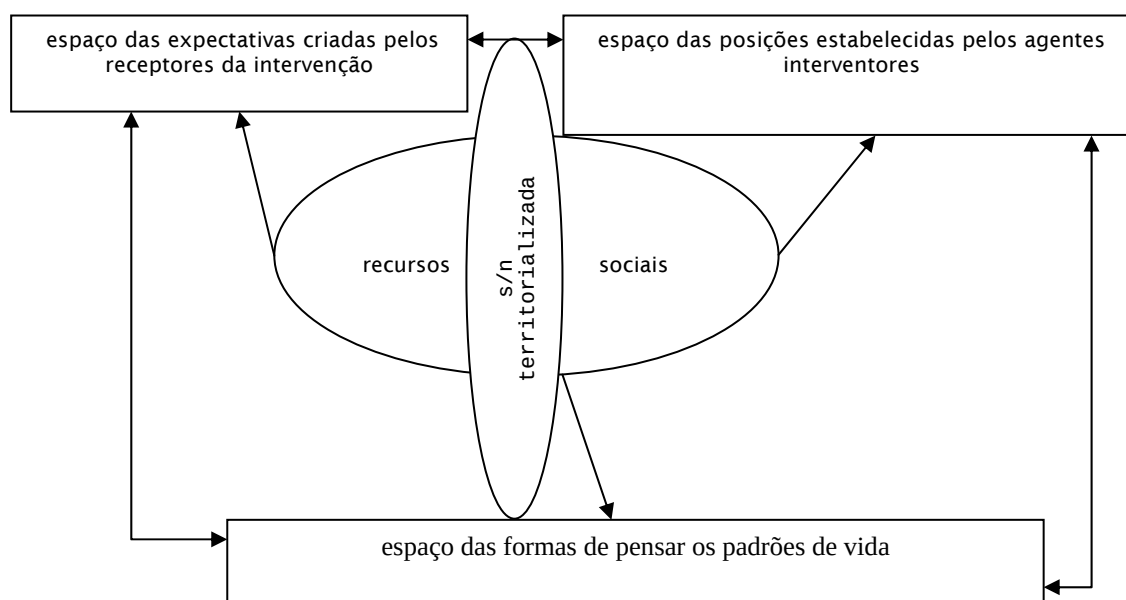
⁴ Que pode ser considerada a mais contínua ao longo da sua trajectória de vida.

FIGURA 1 | INTERVENÇÃO SOCIAL: LIMITADA



Abrangência alargada (fig.2), quando o alvo da intervenção é constituído por: grupos, comunidades, ou territórios.

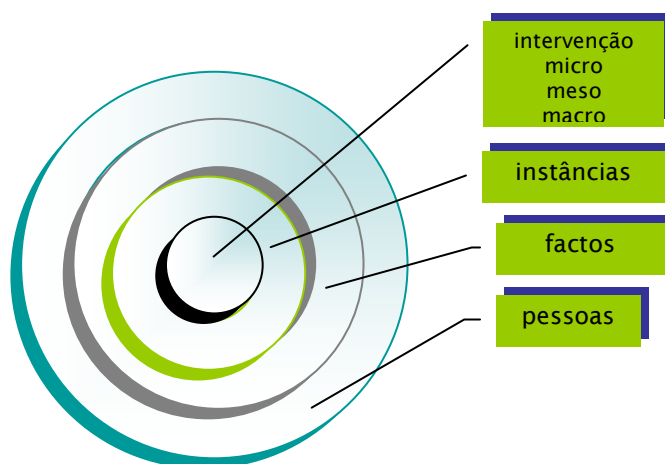
FIGURA 2 | INTERVENÇÃO SOCIAL: ALARGADA



Mas, enquanto a intervenção limitada assume uma estrutura que visa uma actuação de teor individualizado, o que faz com que se expresse como um modelo de micro-intervenção, já a que abrange grupos, comunidades ou territórios cabe dentro de um modelo reconhecido por meso-intervenção; por fim,

a intervenção aplicada a grandes projectos que se expandem por áreas geográficas de grande dimensão é identificada por macro-intervenção. No entanto, e independentemente da intervenção social poder ser exercida através de qualquer uma destas modalidades, o princípio que as atravessa leva a pressupor a existência de uma tríade entre instâncias, factos e pessoas. (Fig:3).

FIGURA 3 | ORGANIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO SOCIAL ALARGADA



Relativamente às **estratégias de intervenção social**, estas formulam-se em função da **marca da acção**:

- ⤴ a micro-intervenção suporta-se fundamentalmente numa estratégia de individualização;
- ⤴ a meso-intervenção tem como *modus operandi* a articulação entre projectos individuais e colectivos⁵;
- ⤴ a macro-intervenção diferencia-se, no que diz respeito aos modelos anteriores, por privilegiar uma acção sobre um colectivo determinado, como por exemplo os exilados políticos, ou global, como acontece com a fome.

Por outras palavras, se a micro e a meso-intervenção estão comprometidas com um processo de mudança da trama existencial, a que estão associados os problemas individuais, grupais, comunitários e territoriais, a macro-intervenção

⁵ Que, uma vez referenciados por uma temporalidade calculada, promovem uma cultura integrada como meio de não desvalorizar as transformações.

está fundamentalmente direccionada para uma desestruturação da ordem do vivido para, seguidamente, prevenindo os processos de evasão e recorrendo a uma consciência colectiva, procurar dar a devida importância ao que na vida quotidiana se assume como menos positivo. Concomitantemente, a macro-intervenção cria também uma forma compósita⁶ de modificar o presente no interior das sociedades actuais, sem negligenciar as novas condições de existência que atestam o carácter dinâmico das mesmas e reforçam as capacidades de acção e inter-relação necessárias à procura do espaço social no futuro.

Estamos especificamente a falar de uma acção sobre as realidades sociais degradadas que ganhou significado institucional no contexto da industrialização⁷. Desta forma a Intervenção Social veio legitimar o crescimento económico como vector de alteração das condições sociais de vida dos grupos mais carenciados (Mouro: 2001). Posteriormente, já numa fase de reorganização da sociedade industrial – que se segue à 2ª Guerra Mundial – a Intervenção Social consolidou-se como forma de exercer um papel fundamental no quadro da institucionalização política e disciplinar do Desenvolvimento (Ion.; Ravon:2002). A partir dos anos 70, e sob os efeitos do impacto da crise económica, política e ideológica que “invadiu” a sociedade industrial⁸, deixou de ser perspectivada como um elemento construtor da organização do quotidiano. Transformou-se, então, num dispositivo de:

- ✧ interface entre a gestão das desigualdades, da exclusão e da desfiliação social;
- ✧ pressão para que se refunda o espaço económico no espaço social.

Daí que a recontextualização da intervenção social na sociedade do risco se tenha sustentado na importância reconhecida:

- ✧ ao valor que passou a ser dado à vida colectiva⁹;
- ✧ à recriação cultural da civilização democrática;

⁶ Partilhada por diferentes forças sociais e institucionais.

⁷ Através de uma ligação à dinâmica política e social do conceito de progresso, tal como Adam Smith a defendeu, dizendo que só o desenvolvimento económico poderia produzir progresso e que a legitimação do progresso implicava uma intervenção, para que o seu processo de reprodução não sofresse interrupções que poderiam ser prejudiciais ao sistema

⁸ E que abriu portas para a mudança significativa que esteve na origem da sociedade do risco.

⁹ Contraditoriamente na medida em que a individualização ganhou uma importância económica e ideológica bastante significativa.

- ✧ à Globalização e aos seus efeitos sobre a vida social;
- ✧ ao progresso dos *mass media* e ao seu contributo para que as realidades sociais tivessem deixado de ser imaginárias;

e se tenha integrado no campo da regulação, quer dos desequilíbrios, quer das políticas de destruição ou de terciarização dos capitais sociais e humanos, que directa ou indirectamente fazem com que se legitime a necessidade de dissipar os mitos que dificultam a apreensão do sentido social do equilíbrio, da realidade e da mudança.

A transformação que, desde a sociedade industrial à sociedade do risco, se foi operando na Intervenção Social traduz-se essencialmente por:

- ✧ a alteração produzida no seu padrão identitário;
- ✧ a forma continuada e progressiva como processou o reajustamento das suas estratégias de legitimação às novas realidades contextuais.

Isto significa que a própria *facies* da intervenção social se foi modificando. Enquanto na fase inicial da sua vida se aproximou substancialmente da assistência organizada informalmente¹⁰, tornando-se num mecanismo organizado de ajuda social¹¹, numa fase de enquadramento na política dos sistemas de protecção social inscreveu-se no âmbito do exercício da acção social¹², e no quadro da crise dos sistemas estatizantes de protecção social confirmou-se como meio de acompanhar a mudança social e cultural evitando processos fracturantes na gestão das desigualdades.

Daí que, ao se legitimar no contexto da sociedade industrial¹³, a intervenção social se tenha constituído como um mecanismo de construção de respostas a situações que, pelas suas características sociais ou económicas, necessitavam de ser reparadas de modo a assegurar, por um lado a relação entre realidade visível e invisível, por outro o fluxo vital que permitia o equilíbrio da realidade social. Deste modo, tornou-se num sinal de pertença na reconstrução simbólica da realidade e distinguiu-se pelo seu propósito contínuo de desagrar

¹⁰ Tal como o apoio material e moral, o que remeteu a Intervenção Social para um papel muito ligado à construção simbólica de um modelo empírico de protecção social.

¹¹ Que coincide com a passagem de uma prática não estruturada para uma organização da regulação do impacto produzido pelos problemas sociais.

¹² Que, em parte, resultava da ênfase alcançada pelo niilismo latente na reconstrução da forma de pensar a ajuda social e a solidariedade (Mouro:2001).

¹³ E com base na sua biografia padrão, assim como no facto de se ter legitimado num contexto cultural em que a ajuda pressupunha a resolução dos problemas sociais.

os efeitos produzidos pelo comportamento do sistema económico, retirando assim alguma legitimidade às teorias do liberalismo económico em matéria de acção social¹⁴. Apesar de se ter desenvolvido mediante uma postura supostamente híbrida do ponto de vista político¹⁵, foi este mesmo tipo de postura que lhe permitiu desenvolver no tempo uma acção política intensa que consagrava a existência de desigualdades como produto das incapacidades individuais¹⁶ em ultrapassar as dificuldades reais. Mas como a pregnância da acção política, no quadro do seu exercício, levou à perdurabilidade da intervenção social, a sua actuação revestiu-se dum carácter simbólico ao valorizar o seu papel social a favor de do papel político. Capitalizando a sua vontade de estabelecer uma conexão entre reversibilidade e sociabilidade, a intervenção social foi aumentando o seu investimento numa cultura de sociabilidade, a qual já era intrínseca na sua gestação institucional. Por isso mesmo se apoiou na reconstrução do costume, que neste caso se consubstanciava no exercício da ajuda social, para - a partir da sua reconstrução em termos desorganizados ou organizados, de forma activa ou passiva - se constituir como uma “*força subterrânea*”¹⁷ que devia agir sobre o terreno da degradação do quotidiano da vida social. Por isso mesmo tornou-se numa força institucional que de uma forma englobante inscrevia a acção social numa instância indicadora das circunstâncias em que se desenvolvia a vida social. Mas, para que pudesse dar maior firmeza às suas estratégias de legitimação, definiu uma lógica para a sua organização que se sustentou numa concertação entre os hábitos de pensar a realidade social e a sistematização do amplamente vivido e compreendido. Por conseguinte, e paradoxalmente, o seu exercício social fez desde cedo transparecer:

- ✧ uma forma de pensar e de estar perante a realidade social bastante influenciada pelo positivismo;
- ✧ um estilo de actuação que reflectia uma simbiose entre o sentido dos acontecimentos e as circunstâncias em que estavam envolvidos esses mesmos acontecimentos.

¹⁴ Isto sucede porque o liberalismo económico tinha uma concepção não intervencionista e considerava que a sociedade estava dividida entre aptos e não aptos. Todos os que não conseguiam acompanhar os desafios criados pelo progresso económico, não deveriam contar com respostas organizadas que pudessem atenuar as suas circunstâncias de vida.

¹⁵ É importante considerar que o habitat da intervenção social estava marcado pelo espaço político ocupado pelos movimentos sociais onde se destacavam o movimento operário, o movimento filantrópico e o catolicismo social.

¹⁶ Ou mesmo locais quando confinadas a fenómenos circunstanciais.

¹⁷ Esta imagem resultava do produto social e político produzido pelas práticas de ajuda social.

A intervenção social, neste contexto de confirmação como uma instância de regulação das desigualdades, combinava então positivismo com humanismo. No entanto, e por não se ter dissociado da inteligência e da política, projectou-se como uma acção que não profanava as iniciativas religiosas em matéria de ajuda social, mas - uma vez que não se fazia depender delas - recorria à destradicionalização dos seus arquétipos para responder aos desafios de momento.

Compreende-se, deste modo que, **no âmbito da sociedade industrial, a intervenção social fosse conduzida por via institucional**¹⁸ através de organizações vocacionados para estruturar projectos de acção social que visavam a transformação da realidade objectiva; **ou então por via informal** dando consistência a protagonismos espontâneos que partilhavam o mesmo propósito de activamente¹⁹ ou passivamente²⁰ participar na recomposição do tecido social degradado.

Nesta medida - e não perdendo de vista o objectivo central da intervenção social, que se prende com a preservação da coesão social – o seu exercício social estruturou-se de acordo com as necessidades observadas ou confirmadas. Isto significa que, se por um lado a intervenção social activa foi conduzida por via de programas de acção que, num tempo mais ou menos imediato, exerciam o seu impacto sobre o quotidiano da vida social das populações carenciadas, por outro a intervenção social passiva foi-se consubstanciando através do processo de interacção criado entre os agentes e os alvos da intervenção²¹ e, dentro da ordem social e cultural estabelecida, dava maior consistência ao reenquadramento ideológico exercido por via do discurso e do relacionamento instalado. Passou pois a desenvolver um papel importante na construção do modelo societário definido para a sociedade industrial. Sob outro aspecto, o carácter inovador com que se distinguiu no universo da acção social resultou da sua posição anti-dogmática e perturbadora das certezas que preenchiam o habitat do conhecimento. Relativamente à forma de agir retratou as múltiplas digressões ao

¹⁸ Estava vulgarmente aliada a um reconhecimento prévio das necessidades concretas e à construção de um projecto de intervenção que pressupunha a definição de estratégias, a organização da acção e a criação da interacção. Contudo, as estratégias poderiam diferir de acordo com as características do projecto e as expectativas criadas.

¹⁹ Quando se apoiava em estratégias que, sendo pertinentes e prospectivas, mobilizavam meios e recursos de acordo com os objectivos a atingir.

²⁰ Quando, apesar de se apoiar em estratégias que, sendo também pertinentes e prospectivas, não exerciam um protagonismo directo na criação de recursos, mas mobilizavam os meios humanos encarregados de pressionar a criação dos recursos sentidos como necessários.

²¹ Portanto, a intervenção social, como mecanismo ideológico e político de dispersão dos efeitos produzidos pelos desequilíbrios sociais, tomou uma forma política revestida de uma dimensão social.

passado da ajuda social, não se deixando porém enclausurar num sistema de verdades pré-estabelecidas. Daí se particularizar por:

- ✧ a importância atribuída às existências individuais;
- ✧ a forma como geriu a relação entre tradicional e racional, assim como entre o que é moral ou simbólico.

Como diria Maffessoli (2004:32) a intervenção social incorporou “ *a dimensão mental do político*”. Ou seja, empenhou-se, sem negligência, na luta quotidiana de transformar a esfera do conflito na arte suprema de relativizar o conflito.

Apesar de manter esta postura, por forças das circunstâncias históricas e sociológicas relacionadas com:

- ✧ a reorganização política e cultural do sistema democrático na sociedade europeia no quadro da guerra-fria entre Leste e Oeste,
- ✧ os desafios da reconstrução europeia no após 2ª Grande Guerra,
- ✧ a influência exercida pelo Keynesianismo na transformação da vida social,

a Intervenção Social procedeu a uma recriação da sua identidade que se particularizou por dar uma interpretabilidade às suas práticas. Conciliava a catarse ideológica dos princípios políticos da Revolução Francesa com o auto contraditório da dinâmica abstracta que inspirava o hermetismo do conceito de igualdade²². Por outras palavras, o facto de a reinvenção da relação entre público e privado na gestão dos problemas sociais²³ ter precipitado a recriação da intervenção social, sem relativizar o seu propósito de acompanhar as lógicas societárias e científicas emergentes, levou a que a sua expressão se tivesse pluralizado. Isto levou a que se tivesse reconhecido a extensão da sua cultura e a que se tivessem estabelecido diferentes significados para as suas práticas²⁴. Daí o facto de a sua imagem simbólica ter deixado de ser essencialmente influenciada pelo conjunto dos modelos locais de intervenção social, para agregar a este mesmo localismo outras formas mais complexas de articular a produção do

²² Facto este que fez com que tenha perdido a função sógnica e referencial alcançada dentro do exercício da acção social.

²³ Que está directamente relacionada com reconstrução política da função no Estado, num contexto de construção de um modelo de governação que não secundarizou o seu papel ao nível da gestão do social.

²⁴ As quais se passaram a expressar sob a forma de variáveis que mantinham uma conexão entre si.

conhecimento com o universo de representação do conhecimento. A este nível destaca-se a importância do conceito de Desenvolvimento no processo de re-significação da Intervenção Social, na medida em que, ao se legitimar como instrumento de transformação social²⁵, o desenvolvimento abriu espaço para a bifurcação da Intervenção Social em dois segmentos:

- ✦ um de características reguladoras que aparece associado a uma dispersão dos efeitos que acompanham o processo de desenvolvimento económico e social;
- ✦ outro de características assimiladoras que acompanha a transferência da racionalidade económica para o âmbito geral da afirmação de uma estratégia que justapõe o espaço económico ao espaço social.

Mas, ao bifurcar-se, o seu exercício tornou-se simultaneamente menos ambíguo²⁶ e mais complexo, pois passou a constituir-se em diferentes vertentes:

- ✦ **a filantrópica e humanista**, fundamentada num papel assistencial e promocional desenvolvido em contextos de elevada fragilização social;
- ✦ **a integradora**, sustentada numa perspectiva de intervenção que passa pela criação ou reanimação de redes de suporte social;
- ✦ **a desenvolvimentista**, baseada numa lógica de reparação do equilíbrio social mediante um investimento no desenvolvimento económico.

A reorganização do exercício da Intervenção Social, na sua globalidade, fez com que deixassem de ser paradoxais:

- ✦ o seu vínculo ao processo político de regulação das assimetrias;
- ✦ a ruptura com o pensamento iniciático da intervenção que fazia com que esta fosse confundida com o exercício da caridade ou da solidariedade;
- ✦ a selecção pragmática por si realizada dos aspectos sociais que deveriam ser sujeitos a um processo de intervenção;

²⁵ Especificamente depois da 2ª Grande Guerra, num contexto de dinamização institucional da ONU.

²⁶ Isto acontece porque passou a utilizar formas de actuação que tinham como finalidade o ordenamento dos trajectos sociais através da regularização das relações sociais; a introdução da diversidade no exercício da acção interventora. Isto fez com a intervenção social se tivesse transformado num modo de: exercer o domínio sobre o quotidiano social; reconfigurar a gestão das diferentes situações sociais e desenvolver a regulação da conflitualidade por via da reconciliação entre o público e o privado tendo em vista a disciplinarização das condutas pessoais.

- ✧ a capacidade de saber interferir sobre as realidades sociais que resultavam de uma não aproximação da geometria política à geografia cultural das necessidades sociais;
- ✧ a forma de gerir os problemas sentidos e os problemas vividos;
- ✧ a compreensão de que não é possível existirem realidades sociais precisamente iguais;
- ✧ a importância da concepção das interpretações do acessório e do essencial e da confirmação do que é real e precisa de ser mudado;
- ✧ a prática do cálculo do risco na realidade percebida e na realidade construída;
- ✧ a relação estabelecida entre o conhecimento e a construção da acção;
- ✧ a interferência da relação causal na caracterização morfológica do processo de intervenção.

Todos estes aspectos fizeram realçar as propriedades sociais e ideológicas da Intervenção Social, de tal forma que **na sociedade do risco os seus propósitos podem ser divididos em três eixos:**

- ✧ reformista
- ✧ estruturador
- ✧ regulador

Por eixo reformista considera-se aquele que serve de fio condutor a uma intervenção cuja finalidade está relacionada com a potencialização dos protagonismos que introduzem limitações à perdurabilidade das zonas obscuras que irrigam as insatisfações, as desconfianças, a resistência e o mal-estar social. Este eixo está normalmente adstrito a problemas relacionados com todas as situações sociais que se converteram em fenómenos de desagregação ou de descalibragem no sistema social. Representa uma linha de continuidade reformulada do modelo de Intervenção Social desenvolvido no quadro da sociedade industrial. Apesar de os objectivos inicialmente definidos não se terem mantido nos termos político-ideológicos da sua substancia , especificamente no que se refere ao controlo da transformação dos modos de

vida, alterou as suas estratégias de actuação tendo em consideração a evolução do conhecimento nas áreas da Economia, Psicologia, Antropologia e Sociologia²⁷.

Quanto ao **eixo estruturador**, está fundamentalmente interligado às **lógicas de invalidação do quotidiano existente**. Num sentido amplo, pode-se mesmo dizer que se desenvolve tendo por base a necessidade de:

- ✧ assegurar uma protecção social que permita um crescimento social regular;
- ✧ mobilizar a força imaginal que promova um equilíbrio entre o meio ambiente e a energia interna da comunidade;
- ✧ conduzir o crescimento dentro de uma harmonia social;
- ✧ garantir as metamorfoses do ambiente social de forma não dissociada do ambiente natural;
- ✧ gerir a conformidade de acordo com as perspectivas de controlo interno e externo das tensões implícitas nos processos de desenvolvimento social.

O eixo estruturador traduz uma perspectiva de acção essencialmente dirigida para o exercício de um processo de transformação social apoiado em programas de intervenção social que visam a criação de interfaces que tornem efectivas as alterações produzidas nos hábitos, valores e costumes, ou mesmo nos modos de vida. Este eixo está na sua essência vocacionado para se assumir como vector de desenvolvimento. A forma como gere este seu papel está todavia relacionada com o conteúdo político e social atribuído ao próprio conceito de Desenvolvimento. Se o conceito tem como pressuposto uma visão centrada numa perspectiva economicista, não é de estranhar que o exercício da intervenção social se possa expressar através de uma actuação incisiva sobre a realidade social que sirva os interesses económicos²⁸. Isto implica que a sua função estruturadora conduza a população a uma adaptação a novas formas de vida e a novas regras sociais. Todavia, quando existe um interesse de cariz marcadamente humanitário, o exercício da Intervenção Social pode tornar-se num sinal de pertença da Solidariedade, elemento este que promove um movimento de reversibilidade das situações de precariedade social, uma vez que se integra numa efervescência dos sentimentos sociais, que se torna devidamente

²⁷ Isto significa que a sua actuação - ou mais precisamente as formas de actuação que pressupunham uma análise da realidade para que a Intervenção fosse efectivamente eficaz - foi evoluindo em sintonia com o impacto exercido por cada domínio do conhecimento na análise da realidade social e pela "invasão" que a produção do conhecimento exercia sobre o exercício pragmático do conhecimento.

²⁸ Tal como está patente nos relatórios de estágio consultados.

perceptível em momentos da vida social relacionados com as situações de risco não previsíveis. Quando este interesse se particulariza por uma dimensão política²⁹, o que significa o reconhecimento da existência de desequilíbrios contrastantes³⁰, activa a superação das contradições. Para o efeito distingue-as entre as que podem ser superadas e as que não podem ser superadas. Nesta divisão, o pressuposto defendido por Maffesoli (2004:54) de que *“o excesso de regulação pode neutralizar a tensão vital que faz com que uma certa comunidade se sinta responsável por si mesma e assegure deste modo a sua própria conservação de si”* toma todo cabimento. Esta perspectiva entra em colisão com a dinâmica política recorrente que defende uma política de equilíbrio através de uma pedagogia reguladora que dignifique a economia política. É precisamente na base da projecção da denominada política do equilíbrio que se organiza o terceiro eixo, ou seja, **o eixo regulador**. Este **considera que a regulação pode ser um instrumento de responsabilização social da realidade produzida pela economia e pela política, na medida que inverte a lógica que transforma numa realidade abstracta a coisa pública, desapossando-se do seu poder sobre a vida pública**. Neste sentido, e sem criar ou aprofundar qualquer fosso entre o que se considera como poder instituído e poder instituinte, afirma a sua actuação pela capacidade de pôr a descoberto as realidades sociais geradas pela distinção entre sociedade e corpo político. O mesmo é dizer que, ao reconhecer as dificuldades existentes na realidade social, a intervenção dirige a sua atenção para a vida pública, com especial enfoque para o quotidiano das realidades marginais, e estimula uma pressão subterrânea sobre o poder instituinte e sobre o poder instituído para que se torne possível subverter ou sublimar qualquer pressão social mais explosiva. De uma forma mais pragmática, pode-se efectivamente dizer que este eixo se distancia significativamente dos pontos de referência tradicionais consagrando-se segundo duas ópticas. Uma óptica mais moderada, alicerça-se numa acção que tem como objectivo a construção de um processo político de mobilização de sinergias. Para o efeito, serve-se da execução de projectos de desenvolvimento que conduzam à formação das condições necessárias para que, de forma sustentada e mediante uma capacitação para gerir a responsabilização, possam ser encontrados os meios indicados para alterar as características perturbadoras da existência quotidiana social. Outra

²⁹ Vulgarmente aliadas a pressões políticas ou públicas.

³⁰ E que correspondem a uma forma de querer constituir um invólucro protector que elimine a desordem através de uma lógica dialéctica que pretende ultrapassar o que considera o não lógico de que é constituída a vida social.

óptica mais prospectiva, que se afirma como elemento essencial para perspectivar o futuro, criando desde logo laços com o mesmo, laços esses que não resultam de imperativos políticos, mas sim de imperativos humanos e ambientais. Esta segunda óptica, não obstante reconhecer a devida importância às evidências convencionais, tem como propósito identificar qual a concordância societal a partir da qual o novo colectivo social pode pensar uma sociedade fragmentada. Contraria não só as análises construídas sobre a realidade social nos três séculos de modernidade homogeneizante, mas também o conceito de desigualdade que tinha como paradigma o desenvolvimento económico. Tem como objectivo articular o sentimento de pertença comunitária e a respectiva especificidade cultural com uma forma substitutiva de contrariar a reprodução das condições de vida degradada e das formas de estar na vida, saturadas por uma metamorfose do ritmo social. Daí que o sentido dado à noção de regulação pressuponha a reconstrução do conceito do ponto de vista cultural e social, normalmente vinculado a processos de regularização que passam por um controlo activo das situações. Por esta razão deve ser entendida como uma nova forma de representação, não de uma cultura política de um social mutante, mas sim de novas formas de compreensão dos espaços de vida e de pensar que vão estar presentes na reconstrução da sociabilidade, no contexto da sociedade do risco.

1.3 | Intervenção: trajectória da transformação

Utilizando uma abordagem reflexiva³¹ sobre a Intervenção Social enquanto prática social e política, facilmente se reconhece a existência de:

- ✧ uma correlação entre as transformações culturais e políticas – que se foram processando na sua forma de agir – e as mudanças no auto-entendimento acerca do seu papel na gestão da degradação do social³²;
- ✧ três etapas na trajectória da sua inscrição social desde a sociedade industrial à sociedade do risco³³.

³¹ A qual se orientou tendo em linha de conta as alterações nas formas sociais de actuação e no auto-entendimento sobre o seu papel social.

³² Que se reflectiu na reorganização das práticas que utilizou para se salvaguardar de um processo de auto-destruição com que teria de se confrontar se não tivesse investido na sua recriação social e política.

³³ Esta divisão, feita por razões de ordem metodológica, tem como objectivo permitir uma melhor compreensão das transformações que se foram processando no interior da Intervenção Social.

Dentro destas três etapas, a primeira, a **Etapa Resolutiva**, de características controladoras, **particulariza-se pela sua opção por uma política de resolução dos problemas sociais, a qual é conduzida através de uma desvalorização simbólica do padrão identitário das situações de conflito, criadas no curso das disputas políticas que se constituíram como marca da sociedade industrial.**

A segunda, a **Etapa Integracionista**³⁴, de características reguladoras, **distingue-se pelo facto de desenvolver uma atitude política que valoriza o papel do conhecimento no processo de diagnose social e por creditar a prática como meio de regular interesses e de integrar conflitos.**

A terceira, a **Etapa Intencionista**³⁵, de características mediadoras, **caracteriza-se pela sua postura activa perante o confronto existente entre os tradicionais riscos sociais gerados pela reprodução das desigualdades económicas e sociais e as novas formas de desigualdade**³⁶.

Em comum estas três etapas têm o facto de, em cada uma delas, a prática de intervenção social se recriar ³⁷ em sintonia com os processos sociais que envolvem:

- ✧ a produção e a reprodução dos fenómenos de exclusão e desfiliação social;
- ✧ a reconstrução da relação entre teoria e prática;
- ✧ o exercício da recontextualização da intervenção social.

São diferenciadas por:

- ✧ o tónus ideológico que cada etapa expressa;
- ✧ o padrão cultural dos modelos de actuação que se desenvolvem em cada uma das etapas;
- ✧ as estratégias utilizadas, em cada uma das etapas, na gestão da realidade social.

³⁴ Situação no contexto de transição da sociedade industrial para a sociedade do risco.

³⁵ Expandiu-se em simultâneo com o processo de mundialização que projectou a sociedade do risco.

³⁶ Que se consolidam como resultado da reinvenção cultural dos modos de vida e das novas formas sociais de gerir as construções identitárias da igualdade.

³⁷ Entrando pelo campo da sua heurística, e partindo de uma perspectiva reflexiva sobre a sua genealogia, as lógicas societais que estão na origem da recriação da intervenção – como nas práticas social e política – permitem-nos identificar os traços comuns ao valor acrescentado produzido pelas tradicionais ligações aos paradigmas científicos, aos paradigmas culturais dominantes, bem como a sua potencialidade relativamente às formulações de sínteses que resultam da configuração de como se renovou a sua actuação, se galvanizou a sua acção e se heterogeneizaram as suas estratégias.

Em termos mais específicos, a **Etapa Resolutiva** (que se desenvolveu no quadro da legitimação e da afirmação da sociedade industrial) organizou-se tendo como referência a desconstrução política das práticas de ajuda de raiz religiosa e a reconstrução do processo de ajuda de acordo com os novos padrões culturais da sociedade industrial. Daí que tenha feito uma simbiose entre a laicização do processo de ajuda social e a recuperação das lógicas assistenciais, que tinham como pressuposto a necessidade de reformulação do exercício da regulação social³⁸. Por isso mesmo, a laicização e a racionalização tornaram-se nas coordenadas a partir das quais a Intervenção Social passou a ser pensada e realizada. Porém, ao existir uma relação equivocada entre ajuda e intervenção social³⁹, as práticas de intervenção⁴⁰ mantiveram-se centradas nas preocupações de ordem neo-tradicional⁴¹, ou seja, a pobreza. A pobreza, mais precisamente o pobre, continuou a ser considerado uma referência simbólica da reprodução das desigualdades e, portanto, do conjunto dos problemas sociais que socialmente representava⁴². Assim a gestão do seu poder passou por criar uma relação sincronizada entre o posicionamento da sociedade civil perante o fenómeno da pobreza e a forma como o poder constituído actuava para manter inerte a identidade desta problemática. Consequentemente, a intervenção social afirmou o seu poder institucional no controlo das situações problemáticas, preservando um modelo de actuação de carácter individual⁴³ que desenvolvia num quadro de acção de ordem territorial⁴⁴. Este modelo de exercício da intervenção social, que exprimia a sua reacção à simbiose entre frustração e defesa do modelo de sociedade tradicional⁴⁵, expressava a forma como a sociedade industrial pensava:

↗ a interacção que deveria existir entre a realidade pensada e a realidade consentida;

³⁸ A reorganização do sistema assistencial já vinha a ser implementada em alguns países da Europa, tal como em Itália, Portugal e França. Esta política de reformas no processo assistencial consubstancializou-se numa racionalização de recursos sociais existentes e que tinham na sua origem grandes instituições, tal como o Hospital de Todos os Santos e a Misericórdia de Lisboa em Portugal, o Hospital de St^a Maria de Florença em Itália e o “Hotel de Dieu” em França.

³⁹ Porque se vivia um modelo de transição entre o tradicional e o moderno.

⁴⁰ Que simultaneamente se tinham transformado em eixos estruturantes do processo de intervenção social.

⁴¹ Por neo-tradicional compreenda-se o processo de continuidade de uma prática tradicional num contexto de pretensa ruptura com o modelo tradicional.

⁴² De saúde, habitação, de violência e criminalidade.

⁴³ Deste modo, tornava-se mais fácil e viável, não só exercer o controlo da produção dos problemas sociais, mas também estabelecer as condições para se desenvolver uma racionalização efectiva da utilização de serviços e recursos criados.

⁴⁴ Esta estratégia resultou da destradicionalização do processo de intervenção desenvolvido na sociedade tradicional.

⁴⁵ Onde a visão do mundo assentava num sistema fixo de símbolos e as instituições e ideologias se suportavam nos significados criados pela família, comunidade e trabalho.

↗ a estratégia que devia utilizar para evitar rupturas no modelo de organização social,

e estruturou-se com base numa simbiose entre a cultura laica e a religiosa.

Na prática confirmou a existência de hierarquias culturais, não obstante, como considera Cuche (2003:26), *“a cultura do grupo dominante nem sempre determinar o carácter da cultura dos restantes grupos culturais”*. Por esta razão, a identidade cultural da intervenção social só pode ser compreendida se tivermos em linha de conta as relações estabelecidas entre as diferentes hierarquias culturais. Daí que tivesse sido definida em consonância com a capacidade demonstrada de divinizar a pobreza e em construir respostas que assegurassem o controlo da reprodução da pobreza sem pôr em perigo a gestão do quotidiano. Por outras palavras, sem que a pobreza se tivesse tornado invisível, as práticas de intervenção investiram num diálogo entre poder constituinte e constituído que tanto podia servir para legitimar políticas como para ilegitimar as discriminações implícitas nessas mesmas políticas. O mesmo será dizer que assumiram uma atitude pragmática perante as situações de pobreza, tornando-se numa resposta circunstancial que permitiu eliminar as rugosidades do sistema cultural⁴⁶. No entanto, neste contexto, o exercício da intervenção social acabou também por consagrar o propósito em reconhecer a pobreza como produto do confronto do sistema consigo mesmo. Perante tal, e como forma de colmatar o efeito político que advinha deste confronto, a intervenção social investiu numa conversão fusional das formas de pensar que partilhavam a ideia de que esta deveria ser assumida como um projecto exterior à lógica cultural da pobreza. Neste sentido, a perspectiva cultural, que concebeu a figura do pobre como um elemento integrante do sistema de organização social, foi sendo substituída por uma outra perspectiva, que trocou a alienação religiosa da pobreza por uma alienação económica da mesma. Consequentemente, o pobre, que se afirmou como figura emblemática da degradação do quotidiano social, transformou-se num elemento que deveria ser integrado no sistema, e a pobreza, enquanto fenómeno social, tornou-se objecto de uma requalificação social e económica⁴⁷. Em face desta alteração, que se processou no exercício da representação da pobreza⁴⁸ e a

⁴⁶ As quais se vinham sustentando na divinização da pobreza.

⁴⁷ Daí o desenvolvimento de uma lógica política de bem-estar que passou pela construção dos padrões sociais de vida e que no tempo dá origem à legitimação das políticas de bem-estar.

⁴⁸ Gerada pela politização do seu universo simbólico.

desmultiplicação da sua imagem por via da sectorização do social⁴⁹, fragmentou-se a apropriação da gestão da intervenção social. Ou seja, passou progressivamente a estar sob a alçada de duas parcerias: uma constituída por poder religioso e sociedade civil, outra formada por poder político e sociedade civil. Criaram-se então dois modelos de parceria na gestão da desigualdade, que se distinguem pelo seu padrão cultural e pelos propósitos que contemplam⁵⁰. Mas, por coexistirem e se entrecruzarem⁵¹, a idiossincrasia do seu capital simbólico enfatizou-se por ter convertido a ajuda individual⁵² num processo de socialização política dos fenómenos de exclusão social. Tendo em conta esta realidade e perante uma reconstrução cultural e política da imagem identitária das desigualdades, **a intervenção social constituiu-se então numa forma de agir, não só sobre a pobreza, mas sobre todos os problemas sociais que poderiam contribuir para a degradação da realidade social.** Nesta medida, passou a centrar-se na forma como se foram legitimando os problemas sociais adjacentes à reprodução das desigualdades e criou, com a esfera pública e a privada, os esforços necessários para promover respostas efectivas que permitissem controlar os significantes da distinção social. Por conseguinte, no desenvolvimento da sociedade industrial, a intervenção social foi-se paulatinamente destradicionalizando e recontextualizando face à consagração de uma política pública que visava solucionar um conjunto de situações de carácter social directamente relacionadas com os efeitos sociais de uma política liberal – que, paradoxalmente, se foi convertendo numa política intervencionista e abriu espaço para o proteccionismo de Estado (Fitoussi; Rosavallon: 1996).

Mas, se por um lado esta mudança identitária na forma de gerir o social⁵³ deu origem a que a sociedade civil se organizasse, no sentido de mediar um conjunto de situações que poderiam potencializar um clima de conflito, por outro lado fez com que o poder político tivesse passado a afirmar as suas competências em matéria de intervenção social. Assim se compreende o facto de ter reconhecido como de utilidade pública algumas organizações sociais, passando

⁴⁹ Que coincide com uma intervenção sectorizada sobre intervenção social.

⁵⁰ Isto é, na parceria constituída pelo poder religioso e sociedade civil o seu padrão tinha cariz intervencionista e assistencialista, identificando-se com os propósitos intervencionistas do poder religioso. Já na parceria constituída entre poder político e sociedade civil o padrão cultural desenvolvido sustenta-se numa perspectiva mediadora e assistencial.

⁵¹ Mau grado se terem construído fronteiras identitárias nos processos de intervenção, houve contudo uma coexistência de práticas. Tanto as tradicionais, muito identificadas com uma instrumentalização religiosa da pobreza, como as modernas, desapossadas dos valores religiosos, não se desvirtualizaram socialmente e revestiram-se de um interesse eminentemente político.

⁵² O que corresponde a uma alteração na sua relação com os problemas sociais deixando de os assumir como consequência do progresso económico, mas sim como um distúrbio da ordem social.

⁵³ Especificamente quando deixa de estar centrada na pobreza para se centrar nos seus efeitos.

mesmo a subsidiá-las, bem como o ter criado equipamentos e recursos em algumas áreas sociais⁵⁴ – como meio de concretizar as primeiras políticas públicas de assistência social. Consequentemente, toma consistência política e cultural uma visão pública a respeito do processo de intervenção social sobre pessoas, grupos ou comunidades em situação de exclusão ou de não-integração social. Focalizada nestes problemas – de exclusão e de não-integração – a intervenção social passou então a assumir-se como um vector externo que continuamente se deveria recriar, de forma a agir sobre uma realidade que se pretendia atomizar pelas inquietações e incertezas que representava. Mas, ao re-substanciar-se ideologicamente e considerando também a referencialidade do compromisso político que estabeleceu com o trabalho⁵⁵, desfez o hiato entre a sua intenção de cortar com a tradição⁵⁶ e os indicativos práticos reveladores do interesse político na sua reconstrução⁵⁷. Por essa razão deslocou o exercício do assistencialismo para o campo da acção social e as práticas assistenciais para a gestão da não-integração.

Na base da nova relação do Estado com os antagonismos existentes na reprodução da vida material dos segmentos de população mais carenciados, vão surgir as políticas sociais estatais e os programas de acção conduzidos pela sociedade civil através de organizações que deixam de lado a sua imagem voluntarista para acompanhar a perspectiva técnica e burocrática que vai determinar uma nova etapa de vida das organizações sociais.

Todo este processo que levou à atribuição de uma nova racionalidade à gestão do social – que decorre da transformação da sociedade industrial em sociedade do risco – corresponde à construção da **Etapa Integracionista da Intervenção Social**, em que a reformulação do modelo social vivido superou a defesa de um processo de ruptura com o mesmo. A intervenção passou então a actuar em função da manutenção da coesão social, o que implicou que os processos de desfiliação se tivessem tornado alvo de uma acção de integração no sistema social construído. Não questionava como o sistema integrava as situações de exclusão ou de desfiliação; o importante era a forma encontrada para descaracterizar politicamente estas situações. Por isso mesmo a intervenção assumiu um estilo de actuação⁵⁸ que fazia uso de um processo de individualização na análise das situações sociais, para mais eficazmente proceder a uma

⁵⁴ Tais como educação, saúde, habitação e segurança social.

⁵⁵ Essencialmente materializada através do exercício político da protecção social dos trabalhadores.

⁵⁶ Ou seja, a ruptura com o modelo público de intervenção social influenciado pelo “beveridgeanismo”.

⁵⁷ Como acontece nos modelos políticos não intervencionistas em matéria de acção social.

⁵⁸ Influenciado pelo positivismo.

integração de indivíduos, grupos ou comunidades na respectiva ordem política e económica⁵⁹. Para o efeito, este modo de actuação sustentou-se numa lógica que considerava que a desordem poderia ter o seu lugar, visto que o excesso de regulação tiraria a vitalidade necessária ao processo de autonomização social. A acção era, assim, aferida de acordo com os níveis de tensão que cada situação social podia gerar. O que significa que a actuação podia ter características:

- ↗ banalizadoras quando os problemas em causa eram passíveis de serem integrados através de medidas sociais e institucionais, sem gerar conflito – como sucedeu com o problema da terceira idade;
- ↗ pedagógicas, quando investia na reversibilidade da relação entre lógica, moral e costume, caso no qual se destaca a intervenção sobre o alcoolismo;
- ↗ deslizantes, quando intervinha de forma a conter a desordem, se passível de ser superada, como seja a violência, ou insuperável, no caso da pobreza.

Esta adequação das práticas da intervenção a um processo de reinvenção da racionalidade fez com que, nesta sua etapa, se tivesse transformado numa “agência” de um racionalismo que se veio a apoiar na técnica e na especialização. Mas, ao basear-se na técnica e na especialização, tornou-se numa espécie de “mão invisível” do poder que se deveria ocupar da gestão externa do equilíbrio social⁶⁰. Confirmou-se desta forma como um mecanismo recorrente de regulação dos problemas sociais. Por isso mesmo a intervenção era fundamentalmente exercida através de serviços públicos, como meio de consagrar uma política de teor intervencionista que deveria dar consistência a uma sociedade de bem-estar. No entanto, quando a sua eficácia ou a sua abrangência se relativizaram devido a pressões exteriores, que estavam relacionadas com uma dicotomização do esquema identitário do bem-estar⁶¹, a intervenção constituiu-se numa entidade abstracta que, convertendo ou dissimulando a sua capacidade de acção, a transformava em detalhes que deveriam ser geridos por especialistas capazes de tornar o desenvolvimento económico mais competitivo e, portanto, regulador do princípio da realidade.

⁵⁹ Este modo de actuar reflectia o processo de transfiguração ideológica do padrão identitário dos problemas sociais; daí que a intervenção integracionista se tenha tornado numa referência para o exercício social da Intervenção em termos globais e territoriais.

⁶⁰ Externa, porque a interna era conduzida pela sociedade política.

⁶¹ E que correspondem às crises de identidade da sociedade industrial.

Perante este panorama criou-se então o espaço para que a intervenção social – sem deixar de desempenhar uma função integracionista – desenvolvesse um papel de supletividade e complementaridade no quadro do exercício da acção social. Deste modo criou-se um poder dentro do poder simbólico e ideológico já estabelecido. Mas, não obstante ser protagonizado por entidades públicas ou privadas, o poder que lhe passou a ser sociologicamente reconhecido tornou o exercício da intervenção “numa coisa pública”, que deveria criar com o sector público uma relação de proximidade para que, sem alterar o seu padrão identitário, se pudesse constituir como um suporte social que serviria de rede às situações singulares que se passaram a evidenciar e a afirmar na sociedade do risco.

Pela consciência que tinha do seu poder, a intervenção social, na sociedade do risco, para além de se manter muito ligada aos processos de desenvolvimento económico⁶², expandiu-se pelas áreas do desenvolvimento humano e ambiental. Indirectamente, implicou-se num papel de relativização do impacto das mudanças que se foram processando na fisionomia dos problemas sociais, para o que contribuiu a reacção⁶³ contra um racionalismo exacerbado a que o positivismo conduziu a produção do conhecimento. Consequentemente, as características da intervenção passaram a ser definidas em função da relação que foi estabelecendo entre as especificidades dos problemas sociais e os propósitos das instituições através das quais foi conduzindo o seu exercício. A título de exemplo, numa instituição vocacionada para a prática do aconselhamento a adolescentes a intervenção teve necessariamente de assumir um carácter individual e o seu objectivo passou a corresponder ao somatório do objectivo da instituição com o do indivíduo que faz uso dos seus serviços. Se considerarmos porém o exemplo de um projecto de intervenção local liderado por uma autarquia tendo em vista o controlo de um processo acelerado de desertificação, a intervenção, apesar de ter de corresponder a este objectivo, tem imperativamente que ser radial.

Mas, tão importante quanto o identificar dos problemas sociais e as suas causas tornou-se relevante a forma de agir desenvolvida pela intervenção na **Etapas Intencionista, que se distingue das restantes por valorizar os interesses em presença sem descurar a construção de novos focos de atenção.** Por este

⁶² Todavia, a ligação da intervenção social às questões do desenvolvimento vai graduar a dimensão da sua acção, mediante a criação dos diferentes patamares em que se constituiu o seu exercício, isto é, micro, meso e macro-intervenção. Esta mesma ligação ao desenvolvimento contribui também para que se tivessem definido as regras sociais e políticas que vão estar subjacentes à sua actuação, uma vez que ficará relativamente dependente dos interesses das entidades responsáveis pelos programas sociais

⁶³ Especialmente nas várias áreas das ciências sociais e humanas.

motivo, o exercício da intervenção recriou-se e, ao fazê-lo, tornou-se necessariamente não só mais diversificado, como também mais estruturador. Se tomarmos como exemplo um projecto de luta contra a fome conduzido por um organismo internacional, logo se constatará o facto de a produção de um modelo de intervenção se sustentar no diagnóstico e características desta problemática e a definição do seu modelo de actuação não pressupor uma variante negociável ou contratualizante, como eventualmente acontece no quadro de uma intervenção não crónica. Considerando ainda um outro exemplo, como a intervenção sobre a pobreza, esta ainda hoje pode ser exercida de acordo com a extensão da sua superfície. E se há situações em que a intervenção individual se torna suficiente, existem outras que implicam a organização de dinâmicas intersectivas, assim como noutros casos o exercício de um modelo de intervenção de raiz solidária⁶⁴.

Por conseguinte, a forma de ser e de estar da intervenção, relativamente aos aspectos conjunturais e científicos que interferem sobre a sua reconstrução identitária na sociedade do risco, fazem com que o seu vínculo com o exercício da mudança confirme o espaço a partir do qual:

- ✧ cria as componentes essenciais da sua acção;
- ✧ desenvolve as suas capacidades de regulação dos desequilíbrios;
- ✧ determina as suas competências no campo da sociabilidade e da sociabilização;
- ✧ define as suas especificidades culturais.

Quanto à construção do corpo político da intervenção, na prática corresponde à forma como cuidou do seu significado social. No caso do modelo social europeu, este regeu-se por uma atitude prospectiva relativamente à evolução do conceito de sociedade de bem-estar. Fez uso do conhecimento adquirido, não só para regular as diferenças vividas no presente, mas também para consolidar uma cultura de quotidiano que se singulariza por inverter os problemas sociais através da afirmação de um modelo de vida social que deve ser composto por:

- ✧ uma relação fusional entre integração e inclusão;

O qual pode ser visto como o produto final de um processo de destradicionalização da ajuda caritativa, ou então como um processo que tem por objectivo uma articulação entre crescimento económico, coesão social e os valores humanistas representados mediante o exercício social da solidariedade.

✧ um substrato nutritivo em termos de acção social que vitalize a conexão entre políticas de enquadramento e gestão de antagonismos.

Porém, esta mesma atitude prospectiva articulou-se com o exercício de uma potencialização das políticas activas de produção do bem-estar que integrassem ordem e desordem numa ordem orgânica (Mafessoli:2004) cuja solidez é avaliada no tempo. O equilíbrio passou a ser o alvo central da Intervenção Social. Em nome deste, as energias da Intervenção Social foram canalizadas para dar expressão ao propósito de conduzir a gestão das necessidades sociais de uma forma racionalmente controlada. Contraditoriamente, o seu envolvimento nas políticas sociais criou-lhe também uma dificuldade em se aperceber das variações “subterrâneas” que se foram infiltrando no equilíbrio colectivo. Por este motivo, a regulação do equilíbrio deixou de dominar o *modus operandi* da intervenção e o controlo do equilíbrio foi substituído pela necessidade emergente de sintonizar os desequilíbrios, construídos pela forma como o racionalismo desconsiderou os ritmos emocionais e não deu atenção à construção das incertezas. A intervenção reinventou-se assumindo um papel significativo como mediadora entre situações de contraste agindo, não sobre a realidade, mas sim dentro da realidade. Este processo resulta:

- ✧ do avolumar do significado político e social das incertezas;
- ✧ da reconstrução do processo de apreensão da vida do individuo social e das suas relações com o ambiente social em que a crítica se transformou em afirmação da existência;
- ✧ da emergência de uma nova racionalidade, que valoriza o papel do sujeito, da inter-subjectividade e do contexto em que o conhecimento é produzido (Fernandes : 2000);
- ✧ do abandono da perspectiva clássica, que considerava os riscos sociais como propriedade dos grupos sociais mais desfavorecidos;
- ✧ do desenvolvimento das tecnologias de informação;
- ✧ da construção de uma nova noção de risco como “sendo inseparável das ideias de probabilidade e incerteza” (Giddens,2002 b :32), em que exclusão deixa de ser sinónimo de pobreza.

Entrou-se assim num momento singular da Etapa Intencionista, que se distingue pela relação particular e significativa que a Intervenção estabeleceu com os problemas do risco, essencialmente quando estes passaram a ser associados ao princípio da responsabilização e o seu exercício passou a estar limitado pela precaução, tal como defende Giddens (2002b:40). Mas, ao relacionar-se o risco com a capacidade de cálculo – como Giddens o faz (2002b:37), a intervenção social coloca-se no campo, quer da fragilização da capacidade de cálculo, quer da precaução. No entanto, quando são os tradicionais problemas sociais que estão em causa, a intervenção social, para além de poder ser devidamente calculada, é condicionada a exercer uma recontextualização das estratégias já experimentadas, à qual pode ser aliada a uma inovação sustentada⁶⁵. Porém, quando o que está em causa é a intervenção sobre os novos riscos sociais, esta tanto se pode servir dos modelos recriados por terem sido já experimentados e destradicionalizados, como construir novos padrões de acção em que a responsabilização surja como espinha dorsal do conteúdo formal e informal do modo de agir. E como a Globalização abriu espaço a uma discussão e a um diálogo alargado sobre a gestão da inclusão, as realidades sociais sobre as quais actua a Intervenção deixaram de ser fechadas para passarem a ser assumidas como realidades abertas, o que obriga a que a intervenção tenha deixado de ser exercida em circuito fechado⁶⁶ e tenha passado a ser desempenhada em circuito aberto⁶⁷.

Relativamente à relação entre o exercício da intervenção vivida e da intervenção pretendida, e considerando a luta entre dependência e autonomia, que segundo Giddens (2002 b:54) faz parte de um dos pólos da Globalização, importa dizer que, se por um lado o exercício da moderação da dependência pode ser considerado como pertença do modelo de intervenção social vivido, a emancipação tornou-se pertença do modelo pretendido – daí estar integrada na sua etapa intencionista. Isto significa que as práticas da intervenção social se estendem pelo campo da dependência e da emancipação, enquanto a forma social como vão ser aplicadas está directamente relacionada com as seguintes características:

⁶⁵ Por inovação sustentada concebe-se todo o modelo conceptual de agir que se impõe pela diferença e não pela destradicionalização dos modelos desenvolvidos e que foi sujeita a uma reflexão sobre o seu impacto social.

⁶⁶ Por exercício da intervenção em circuito fechado considera-se o que é conduzido por via de canais institucionais cuja acção é conduzida de forma hermética.

⁶⁷ Por exercício da intervenção em circuito aberto considera-se o que é exercido por via de parcerias ou de projectos transversais.

- ✧ a realidade social em presença;
- ✧ as instituições a partir das quais é conduzido o processo de intervenção;
- ✧ a cultura cívica existente;
- ✧ a forma como se pensa a relação Estado e mercado, ou por outras palavras, a relação entre os sectores público e privado, no meio do qual se encontra a sociedade civil e portanto a família e todas as componentes de ordem social que dão consistência ao tecido social.

Daí que o diagnóstico da realidade seja importante para identificar o tipo de intervenção a exercer⁶⁸. Em face das características do diagnóstico realizado e dos propósitos institucionais que lhe estão subjacentes, a intervenção social tanto pode praticar uma moderação da dependência como exercer uma reconfiguração ideológica da noção de igualdade que equivale à construção da emancipação. O mesmo será dizer que, ou a intervenção reage activamente perante os problemas sociais já incrustados no tecido social, criando uma nova relação com a reestruturação das estratégias de regulação social e com o processo de reinvenção da democracia, ou não reage activamente, preferindo exercer uma reforma no seu padrão identitário, servindo-se, para o efeito, da utilização da cultura de cidadania passiva desenvolvida na sociedade industrial para reformular a forma ou as formas sociais que conduzam as situações de exclusão a uma inclusão social⁶⁹. No contexto desta última opção, a intervenção não deixa de controlar as situações sociais, recorrendo para o efeito a medidas ou recursos instalados para reduzir o impacto social das situações existentes, e age em função das características do processo de transformação da cultura de integração. Isto é, ao procurar agregar à intervenção específica a razão intrínseca que gera uma nova forma de ser-conjunto, a Intervenção dá uma nova intensidade à sua acção, o que muitas vezes passa por tornar descontínuas as situações que atravessam a realidade e que retiram a força vital necessária para restaurar modos de vida e, por vezes, contrariar alguns poderes estabelecidos.

Pelo contrário, a primeira opção, a de ruptura, segue uma linha de acompanhamento entendida como de inovação. Põe em prática um modelo de acção que, para além de investir na legitimação de um modelo de cultura social - que consagra a responsabilização do colectivo pelo estado das desigualdades e

⁶⁸ Considerando as circunstâncias em que está envolvido o quotidiano social.

⁶⁹ Esta postura passa por fazer com que os indivíduos, grupos ou comunidades tomem consciência, tanto da importância do colectivo, como da sua participação na reconstrução dos seus quotidianos como elemento fundamental para a requalificação do ambiente social.

deixa de se alimentar do pressuposto de teor marxista de que a intervenção se destina a actuar ao nível dos problemas dos mais desfavorecidos -, desenvolve também estratégias de intervenção que conciliam a actuação ao nível dos riscos sociais já reconhecidos com uma actuação ao nível dos riscos sociais emergentes, que se expressam de forma transversal em termos de classe e que dão um novo significado ao conceito de bem-estar.

No seu conjunto, estas três etapas, não só demonstram que a intervenção é um processo dinâmico e valorizador das iniciativas institucionais, como também visam dar consistência ao exercício da intervenção como espaço político cujo objectivo é estabelecer uma ligação a um projecto democrático, que se deve instalar como um modelo de comunicação cultural pacífico (Wolton:2004). Estas iniciativas tornam clara a capacidade institucional de a intervenção transformar a sua imagem identitária em função da sua coabitação cultural com o meio social, sem deixar de conservar a identidade patrimonial que está devidamente ligada às suas raízes.

1.4 | Intervenção: propósitos e estratégias

A recriação dos propósitos políticos na sociedade industrial precipitou uma recontextualização do papel da intervenção na gestão, quer dos problemas sociais de cariz tradicional, quer dos novos problemas que emergiram com a sociedade do risco. Por esta razão redefiniu as estratégias de acção de acordo com as características dos problemas sociais em presença. Este facto levou a que intervenção tivesse configurado: **como problemas tradicionais todos aqueles que, surgidos no tempo, fazem parte do que está vivo na memória social e continuam a estar inscritos na realidade social do presente**, tais como: a pobreza, a habitação, saúde; e como **novos problemas sociais os que se foram legitimando enquanto tal, porque:**

- ✧ apesar de já existirem não eram valorizados, como o abandono escolar;
- ✧ se reconstituíram como tal, como a problemática da família e da tuberculose;
- ✧ se constituíram no presente, como o caso da sida;
- ✧ se vão legitimando enquanto problemas que espelham realidades do quotidiano, como a solidão, o isolamento e a igualdade;

↗ se desenham em função de uma dinâmica projectiva, como seja a 4ª idade, o lazer e o ambiente;

Todavia, enquanto os problemas tradicionais foram, por inerência, objecto de diferentes estratégias de regulação⁷⁰, já a intervenção sobre os novos problemas, ou se integra no plano estratégico utilizado para agir sobre o terreno das vulnerabilidades sociais, ou é produzida de forma inovadora tendo como referência:

- ↗ as características das necessidades de intervenção emergentes,
- ↗ a construção de novas alternativas de intervenção,
- ↗ a destraditionalização da cultura de intervenção,

constituindo-se então como uma resposta a um processo de reinvenção dos valores sociais, que relativiza as linhas de fractura produzidas por:

- ↗ a ascensão do individualismo,
- ↗ a construção das barreiras geracionais,
- ↗ a mercantilização da sociedade e das próprias relações sociais,

e que enfatiza, não só as alterações produzidas na ligação simbólica com o político, mas também a recomposição da ligação civil com a economia⁷¹ e a remoção da ligação social com a família, trabalho, comunidade e política.

Na prática, e na medida em que houve:

- ↗ necessidade política e social de que fossem recuperadas as redes de suporte social, como meio de controlo da decomposição na ligação social de base com a família,
- ↗ um avolumar do endurecimento da vida quotidiana, originado pelo crescimento da exclusão e da precarização⁷², sendo este gerado pelo cosmopolitismo e pela Globalização,

⁷⁰ O que permite partir para a acção com base num conhecimento experimental.

⁷¹ Precipitada pelo agravamento da vulnerabilidade e pela afirmação dos diferentes factores responsáveis pelo crescimento das clivagens sociais.

⁷² Mesmo nas sociedades mais ricas, como se pode verificar através dos dados publicados nos relatórios relativos ao desenvolvimento humano publicados pela Organização das Nações Unidas.

a intervenção, face ao desenvolvimento da sociedade do risco investiu num processo de recontextualização onde, independentemente de utilizar a via da recriação ou da inovação, deu um lugar de destaque à recuperação da importância que deve ser atribuída à restauração das ligações sociais como via mais indicada para desvirtuar os efeitos da massificação e da impessoalização produzidos pelo desenvolvimento tecnológico e a pela Globalização económica. Nesta medida, a questão das ligações sociais passou a ocupar um lugar de destaque nas estratégias utilizadas pela intervenção, uma vez que, tal como defende Sue (2004), a desagregação nas ligações sociais fragilizou a consistência do Estado-Nação, visto que este perdeu a sua substancialidade pelo facto de se definir com base na ideia de que a sociedade é constituída pelas relações instituídas entre as suas partes. Daí que os aspectos relacionais, que podem ser reparados através de uma reorganização da sociedade civil ou por via institucional, ao se tornarem alvo de uma atenção significativa por parte de todos os actores envolvidos no processo de intervenção social, fizeram com que se renovassem os registos de ligação social e o seu papel ressurgisse na reconstituição da representação social da democracia.

Relacionando a valorização atribuída às ligações sociais com a dinâmica da reinvenção da democracia, logo se compreende que o processo de recontextualização da intervenção social⁷³ - por via da sua recriação, ou inovação, ou por um sistema misto - já não decorre dos efeitos produzidos pelo questionamento provocado pelos movimentos sociais e políticos em torno da fórmula criada para o exercício da liberdade e da igualdade, mas sim de uma reflexão sobre o exercício da democracia, centrada não especificamente numa discussão sobre as questões relacionadas com a expressão política da democracia, mas essencialmente no estado da democracia social e no valor da democracia emocional⁷⁴. Por isso mesmo, pensar a intervenção social, num contexto de reflexão sobre uma nova concepção do exercício da democracia (Giddens:2000a:192), implica que se deixe de olhar para a democracia como ritual político, para que passe a ser associada aos domínios da vida institucional, social e cultural e emocional. Por conseguinte, torna-se fundamental, entre outros aspectos, conhecer como as instituições, neste caso concreto as de carácter social, reproduzem no quotidiano da sua vida uma cultura democrática - não

⁷³ Que se configura no contexto da construção de novos princípios ou na destradicionalização dos existentes.

⁷⁴ Conceito este paradigmaticamente desenvolvido por Giddens, Lash, Beck.

numa perspectiva simplesmente simbólica, formal e administrativa, mas sim do ponto de vista da sua acção e do seu quotidiano social. Ou seja, se:

- ✧ na prática, a vida institucional se encontra nas relações que a mesma estabelece com o poder dos que nela trabalham e o poder dos que usufruem dos seus serviços, assim como se as relações criadas pelas instituições são verticais ou horizontais, ou verticais na sua estrutura e horizontais no seu funcionamento;
- ✧ a programação da acção é próxima ou equidistante dos interesses em presença e reflecte ou não uma base de consenso ou um significado genuinamente partilhado;
- ✧ os seus objectivos se enquadram numa cultura de cidadania;
- ✧ a intervenção é estabelecida como necessidade sentida ou necessidade imposta;
- ✧ a acção se constitui como fundamental ou imaginada como tal;
- ✧ no seu habitat se respeitam os valores da liberdade e da igualdade;
- ✧ o uso da responsabilização corresponde a uma fonte de exercício de poder ou de respeito pela identidade das pessoas;
- ✧ o seu padrão identitário se transmite num modo de fusão e de emoção.

De uma forma geral, este conjunto de questões - que podem servir de indicadores para o diagnóstico do estado da democracia nas instituições sociais⁷⁵ e, ao mesmo tempo, no próprio exercício da intervenção - é aparentemente mais indicado para um reconhecimento do exercício da democracia por parte das instituições com grandes trajectórias históricas, do que para o das instituições que emergiram num quadro conjuntural em que o conceito de cidadania está consagrado como fazendo parte da mística da democracia. Objectivamente, o que está em causa é conhecer, por um lado, a destradicionalização das instituições clássicas, tendo como referências as modificações acometidas à sua actuação e aos seus propósitos e, por outro lado, o processo de absorção por parte das novas instituições sociais da reconstrução ideológica dos valores e da cultura democrática. Importa, pois, saber se instituições com grande peso histórico⁷⁶

⁷⁵ E que simultaneamente explica as características do processo de intervenção praticado.

⁷⁶ Todas aquelas com grandes trajectórias de vida institucional.

- ✧ se renovaram e criaram uma simbiose entre passado, presente e futuro e optaram por uma destradicionalização que lhes permite adoptar um modelo cultural que esteja em sintonia com as dinâmicas de reinvenção da democracia e de transformação identitária dos problemas sociais;
- ✧ se adaptaram aos novos contextos culturais mas não os assimilaram, vivendo num constante estado de hesitação e de contradição, que se traduz em estar no presente mas funcionando num registo de passado;
- ✧ criaram uma relação contratual entre o passado e o presente sem terem definido uma estratégia de futuro,

se as instituições sem peso histórico⁷⁷

- ✧ optaram por se manterem dentro de uma linha de continuidade da acção, sectorizando a sua intervenção;
- ✧ se recontextualizaram, articulando a acção com as novas dinâmicas culturais e científicas que emergiram na sociedade do risco,

e se novas instituições⁷⁸:

- ✧ se organizaram, tendo como referência a reprodução de paradigmas institucionais anacrónicos que não reconhecem a inevitabilidade das transformações culturais e geracionais, confinando-se especificamente às questões da tradição ou do lucro no investimento no social;
- ✧ se adaptaram aos novos desafios democráticos reconhecendo as alterações que se vão processando no universo da identidade cultural, quer dos problemas clássicos, quer dos novos problemas sociais;
- ✧ investiram nas realidades sociais do presente, ao mesmo tempo que se prepararam para desenhar as lógicas projectivas para a intervenção, organizando-se para o confronto com os riscos sociais que paulatinamente se vão legitimando perante o processo de projecção da sociedade do risco.

⁷⁷ Todas as que se foram institucionalizando em face das dinâmicas sociais canalizadas pelo sector público ou privado para responder às necessidades de intervenção que se constituíram socialmente.

⁷⁸ Todas as que se instituíram como resposta à construção de um mercado no sector social que emergiu nas áreas de maior falência do Estado e que correspondem a processos de organização de vontades sociais com objectivos precisos, como, no caso português, as estruturas de apoio a idosos e crianças que, exercendo um papel público, têm uma dimensão privada, o que lhes permite ser lucrativas.

Para além desta reflexão sobre a relação entre democraticidade e instituições, existe ainda um outro elemento complementar que pode igualmente contribuir para um melhor reconhecimento do sistema de democratização da intervenção, o qual se consubstancia na **participação**. **Entendendo-a, não como um processo operativo de mobilizar uma vontade colectiva que retrata uma forma de controlar uma democracia incerta, mas sim como meio de qualificar o exercício social da democracia**, tanto pode ser praticada como:

- ✧ uma reacção a uma ascensão do individualismo, tornando-se num refluxo ideológico a um certo tropismo na visão que considera que o colectivo procede do individual;
- ✧ uma forma de penetrar, quer nas ligações existentes, quer no público a que pretende chegar.

Ideologicamente, a participação serve de reflexo dos comportamentos individuais e colectivos, o que faz com que se torne essencial para se poder reconhecer a forma como se foi processando a desconstrução e reconstrução da relação da sociedade com os assuntos públicos da vida social.

Mas - não obstante a importância reconhecida na sociedade do risco à vida da democracia nas instituições⁷⁹, assim como ao exercício democrático da intervenção e da participação social - o pressuposto de que a Globalização se tornou na razão do reaparecimento das identidades culturais (Giddens, 2002b:25) faz com que a compreensão da recontextualização da intervenção num novo patamar da democracia não possa ser essencialmente fundamentada⁸⁰ no processo de organização de respostas sociais, mas sim em mais três indicadores:

- ✧ a identidade cultural dos diferentes contextos geopolíticos de raiz democrática onde se inscrevem os problemas sociais;
- ✧ a identidade social e política dos problemas sociais existentes e emergentes;
- ✧ as características ideológicas dos mecanismos públicos e privados de regulação social.

⁷⁹ Por exercerem uma ressonância sobre o significado da correlação entre cidadão e estado.

⁸⁰ Na medida em que pode conduzir a um raciocínio redutor.

Por si só, a articulação entre estes três indicadores e a revalorização das identidades culturais pode ajudar a perceber os paradoxos existentes na combinação entre economia de mercado, democracia e intervenção⁸¹. Permite ainda confirmar se a lógica que considera a participação como meio de democratização da gestão social está ou não invadida por insatisfações, que entram em colisão com a libertação das tradições e com a construção de cidadanias mais activas e mais reflexivas. Isto é, permite confirmar se na prática a participação contribui ou não para:

- ✧ restaurar os desligamentos sociais gerados na sociedade industrial e que na sociedade do risco se retratam no problema da solidão;
- ✧ recriar a igualdade no quadro de um processo de substituição das representações da desigualdade e da diferença;
- ✧ evitar que o mercado seja retomado pela moral;
- ✧ reinventar o indivíduo relacional⁸² numa sociedade de competitividade;
- ✧ produzir e reproduzir o ambiente social do indivíduo;
- ✧ demonstrar como na democracia contínua⁸³ se representam e gerem os problemas sociais e, de forma especial, a exclusão da cidadania;
- ✧ mobilizar as várias energias de acordo com a sócio-diversidade das realidades sociais.

Partindo no entanto da premissa de que, apesar de o **objectivo central da intervenção ser o agir para transformar**, uma noção mais precisa de como se conjuga tradição com inovação, mudança e mundialização ou de como se multiplicam as energias capazes de conduzir a uma heterogeneização da intervenção, faz com que a forma de agir surja:

- ✧ ou como uma estratégia de intervenção,
- ✧ ou como fazendo parte das regras sociais que particularizam a reinvenção da democracia (Santos:2002).

Por outras palavras, a relação da participação com a democratização da intervenção não deve seguir perspectivas anacrónicas, que estão ainda presentes

⁸¹ O mesmo será dizer até que ponto a identidade dos problemas sociais e os mecanismos de regulação social estão sincronizados em termos da sua conexão, ou se estão em situação de descontinuidade.

⁸² Segundo Sue (2004), por indivíduo relacional considera-se aquele que constrói uma multiplicidade de contactos e ligações sociais, tal como uma diversificação das experiências familiares e sociais.

⁸³ "La démocratie continue". Actas do colóquio de Montpellier, Paris, LGDJ, 1995

de forma sintomática na concepção liberal da gestão social⁸⁴ e que sobrevivem de forma dissimulada nas formas como são imaginadas e executadas as políticas proteccionistas de acção social. Quando integrada num quadro desta natureza, a intervenção confronta-se com uma dificuldade em desenvolver o exercício da responsabilização, dificuldade essa que demarca o modelo assistencial do emancipatório e que, por sua vez, reflecte a forma de gestão da participação. Em parte porque a participação tem características miméticas - e isto significa que, ao ser exercida no âmbito de um modelo de intervenção assistencial, seja conduzida de forma equivocada. Por outras palavras, ao mesmo tempo que enfatiza a necessidade de capacitar os indivíduos para o seu duplo papel, como agentes receptores e promotores das políticas de desenvolvimento pessoal e social, valida um discurso político e técnico dominado por uma concepção administrativa e burocrática do acesso aos benefícios da acção social. Simultaneamente, cria interdependências que se multiplicam no seu quotidiano, fazendo com que, na realidade, o processo de desenvolvimento pessoal seja condicionado a um conceito controlado, o que na prática não melhora significativamente a condição humana, nem tão pouco contribui para fazer progredir as instituições. Em termos pragmáticos, pode-se dizer que os requisitos administrativos e burocráticos instalados fazem com que a distribuição de benefícios perverta a pedagogia social que deve conter o exercício democrático da acção social. Estabelece-se deste modo a diferença entre uma política reguladora mais interessada em dominar as desigualdades sociais e uma política desagregadora empenhada em tornar as desigualdades em átomos sociais de um processo de reorganização do sistema social. Já quando se enquadra numa conjuntura em que existe um investimento real numa relação profícua entre a forma e o conteúdo da democracia, que permite desenvolver um modelo de intervenção emancipatório, a cultura das instituições sociais torna-se, não só importante para caracterizar a forma como a democracia evolui, mas também necessária para determinar as modificações que se foram operando nas concepções de espaço e de tempo pelas quais se foi orientando a intervenção social.

Contudo, existem ainda mais dois elementos essenciais para tornar clara a perspectiva que relaciona a reinvenção do exercício da democracia e a democratização da intervenção social. Um deles tem a ver com as dinâmicas de

⁸⁴ Tal como acontece com a lógica *Smithiana*, que considera que os menos aptos se devem sujeitar às regras de gestão criadas pelos mais aptos, sendo este o preço social a pagar pela sua "mediocridade social".

reprodução global da gestão da exclusão da cidadania; o outro, está mais interligado à forma como a sociedade civil se relaciona com o problema da cidadania global. Relativamente ao primeiro, e se tivermos em consideração a vasta produção de conhecimento sobre esta matéria, logo se compreende que, apesar de o conceito de exclusão ter sido recriado em função da reconstrução ideológica do conceito de igualdade, continuou, porém, por questões culturais e de acomodação social, a ser atribuído um maior significado social à exclusão que tem por origem uma precarização de cariz económico. Por isso mesmo a sua reconceptualização distorce-se, dando maior espaço aos tradicionais aspectos simbólicos que tornam fusional o conceito de pobreza com a representação social da exclusão⁸⁵. Mas, o que de facto se alterou neste campo foi precisamente a questão do seu espaço. Tradicionalmente, a exclusão de natureza económica foi enquadrada num conceito de pobreza que traduzia a grande realidade das camadas de população mais carenciadas, social e economicamente. Na sociedade do presente, a exclusão económica integrou-se num novo estereótipo de exclusão, ou seja a exclusão da cidadania⁸⁶. Deixa assim, de ter como limites as dificuldades de ordem económica e passa a ser assumida como produto de um processo de crescimento económico, pervertido ideológica e socialmente nas suas premissas sociais⁸⁷. Por isso mesmo, a atitude exercida pelo poder político e económico deixou de ter um cariz hermético e passou a ser plurifacetada⁸⁸. Isto é, a relação que o poder político passou a desenvolver com a exclusão da cidadania fez-se depender das características do modelo de gestão do social e da igualdade. Por isso mesmo a regulação do fenómeno de pobreza acompanhada pela exclusão da cidadania pode passar por utilizar:

- ✧ o desenvolvimento da iniciativa privada inspirando-se no modelo bismarkiano de protecção social;
- ✧ a dinamização da iniciativa pública, inspirando-se no modelo beveridgeniano de protecção social;

⁸⁵ Assim se justifica que o conceito de pobreza se tenha reconstruído em função de uma reclassificação económica dos padrões sociais de vida e a representação social da exclusão tenha sido dominada pelo eixo económico.

⁸⁶ Processo este que se desenvolve tendo como paradigma a afirmação global dos Direitos Humanos.

⁸⁷ Isto significa que, se nas sociedades cosmopolitas a exclusão económica não pode ser considerada como uma regra que coabita com a excepção - mas sim como uma realidade que apesar de poder ser politicamente argumentada de marginal, não pode ser assim considerada do ponto de vista social se a sua expressão for devidamente significativa - em contrapartida, nas sociedades periféricas ou semi-periféricas esta mesma exclusão é uma regra que não tem como referência a relação simbólica entre exclusão e igualdade.

⁸⁸ Circunstancialmente, e por interferência da alteração que se foi produzindo no *ethos* social da democracia, nos países mais ricos como nos mais pobres a exclusão da cidadania vai assumindo um significado simbólico cada vez maior quando o que está em causa é a pobreza.

✧ uma combinatória entre um modelo público e um modelo privado, conhecido como modelo misto.

Quanto ao outro elemento, ou seja, o que está compreendido na relação que a sociedade civil estabeleceu com o problema da cidadania global, este expressa-se mediante uma pluralidade de posicionamentos sociais, políticos e ideológicos. O que há de comum nestes posicionamentos é:

- ✧ a capacidade da sociedade civil de reagir e captar sinergias no sentido de responder a um possível desfasamento entre existência, criação, operacionalização e sustentabilidade de políticas activas de acção social;
- ✧ os indicativos práticos por onde se vai reger a actuação da intervenção ao nível da cidadania, os quais, no entanto, podem ser consentâneos em termos de acção, mas diferentes em termos de referencialidade.

O que os pode tornar distintos são as formas ideológicas e sociais de que se podem revestir os comportamentos da sociedade civil relativamente à gestão social da cidadania e que podem assumir um carácter:

- ✧ conservador
- ✧ reformista
- ✧ modernizador

O posicionamento de carácter conservador concretiza-se no exercício de práticas de ajuda social de cariz assistencialista. O posicionamento reformista utiliza um perfil assistencial pluralizado nos seus valores sociais e humanos. O de carácter modernizador investe na inclusão para dar corpo a uma reinvenção da sustentabilidade da coesão social.

Quanto às formas sociais, estas podem reproduzir-se dentro de uma perspectiva:

- ✧ tradicional
- ✧ contemporânea

Dentro da perspectiva tradicional integram-se os modelos de respostas sociais conduzidas pelo exercício de práticas sociais de intervenção⁸⁹ como meio de conduzir ao exercício da cidadania. Na perspectiva contemporânea incluem-se os processos sociais que pressupõem a recriação da intervenção sob o formato de intervenção sobre a cidadania global que, exactamente por ser global, não tem fronteiras e se torna guardiã dos direitos humanos e da igualdade. Na prática visa ilegitar atitudes que se caracterizam por:

- ✧ não exercitarem a inclusão;
- ✧ não assumirem qualquer compromisso com a cidadania;
- ✧ desenvolverem um sistema equivocado de dissipar a segregação passiva, como o que acontece com a etnicidade ou a homossexualidade.

Todos estes factores que exercem a diferença relativamente ao exercício da Intervenção fazem com que esta, na prática, tenha progressivamente abandonado uma postura de distanciamento relativamente à forma como privilegiou a sua relação com a experiência. Em contrapartida criou uma relação de compromisso com a recriação da requalificação do quotidiano social. Para o efeito alicerçou-se numa perspectiva de actuação de ordem emancipatória, a qual se singulariza pela ligação que criou com a cidadania e o exercício de uma renovação efectiva na vida social das pessoas.

Mas, mau grado a relação que se foi instituindo no tempo entre intervenção e democracia, a democratização da democracia fez com que a intervenção tivesse que partilhar com a sociedade política e civil a gestão das incertezas que se expandem pelo mundo do trabalho, da economia, do social e do quotidiano. Contraditoriamente, e porque a incerteza valoriza a importância da cidadania, a intervenção neste novo contexto cultural transformou-se num vector de desenvolvimento global de uma cultura de cidadania como meio de qualificação do quotidiano social e de reconhecimento da importância da democracia das emoções na construção de novas formas de estar na vida perante as incertezas.

⁸⁹ Que se caracterizam por desvalorizarem o conteúdo político da desigualdade para destacarem os aspectos doutrinários que subjazem no exercício da ajuda social.

1.5 | Intervenção: estilos de acção

No quadro da expressão cultural de um modelo de gestão social em que a democracia emocional exponencializa a reconstrução ideológica do conceito de liberdade, a intervenção social pode-se tornar numa componente activa de desarticulação sócio-cultural e ideo-teórico dos tradicionais processos de ajuda social.

Por este motivo, quanto às problemáticas já instaladas, junta-se-lhes um conjunto de novas problemáticas sociais que resultam:

- ✧ do processo de Globalização e de desenvolvimento científico e tecnológico que produz alterações nos quotidianos da vida social e laboral;
- ✧ de um processo reflexivo sobre a cultura instalada, o qual influencia a reconstrução dos valores e das formas de estar na vida e produz desfasamentos entre o tradicional e moderno;
- ✧ da emergência de novas preocupações sociais ligadas às formas de crescimento económico onde se integram os problemas com o ambiente, o consumo e as assimetrias económicas e sociais.

Estas novas problemáticas alteram a morfologia e a própria fisionomia dos problemas sociais. E, quando a este facto se junta também um fenómeno de crescimento da insegurança, das incertezas e da vulnerabilidade que decorre do surgimento de novas clivagens sociais e da construção de novos grupos de excluídos, instala-se socialmente a convicção de que as transformações na vida social, económica, cultural e científica estão marcadas por uma dualidade social (Fernandes:2000) que se expressa por via das discontinuidades emergentes na ordem social. Por outras palavras:

- ✧ se a ciência permitiu aumentar a longevidade, criou também problemas aos sistemas de segurança social e de saúde;
- ✧ se a inovação tecnológica qualificou o saber, desqualificou o trabalho e gerou desemprego;
- ✧ se a Globalização legitimou a desterritorialização e a mobilidade, gerou igualmente a segregação cultural.

Com base na convicção atrás referida, toma então consistência a perspectiva de que o exercício da intervenção na sociedade do risco se particulariza por gravitar em torno do princípio da negociação, como forma de sublimar uma concepção tradicional de poder que decorre da ênfase atribuída à desvalorização do conceito Estado-Nação a favor do Estado-Mundo. Daí que a recriação do modelo social de intervenção se tenha reconstruído em aparente sintonia com:

- ✧ as modificações produzidas no exercício da soberania e na representação dessa mesma soberania;
- ✧ a conjugação estabelecida entre intervenção/economia/política e a relação construída entre intervenção/regulação/controlo;
- ✧ a recriação das estratégias de exercício de poder⁹⁰;
- ✧ o crescimento da interdependência entre Estados, em simultâneo com a transformação da economia protegida em economia aberta,
- ✧ o crescimento das tensões sociais e, por consequência, uma desestabilização no campo da coesão social.

Justifica-se assim o facto de a intervenção neste contexto:

- ✧ **se ter consolidado** como um processo de trabalho considerado por Vargas e Sarmiento (2005) por imaterial⁹¹, uma vez que está directamente relacionado com a produção de um sistema de reacções à forma como se protagoniza a indústria do bem-estar e de como se deve valorizar o seu significado enquanto forma de trabalho que está dependente do exercício territorial do poder político e do capital mundial do social;
- ✧ **se ter vinculado** ao exercício de uma actuação sobre a realidade social que interfere com:
 - a produção e a reprodução dos modos de estar e dos estilos de vida;
 - o exercício do poder institucional e profissional na administração da vida em sociedade;

⁹⁰ Que reflectem o impacto produzido, quer pela produção industrial informatizada, que se justifica com a optimização do tempo e da força de trabalho, quer pelas assimetrias existentes no desenvolvimento económico, que explicam o fenómeno de deslocalização dos investimentos económicos em procura de uma produção com menores custos, quer por um reequacionamento político e ideológico dos aspectos simbólicos da informação e pelo reconhecimento da sua capacidade de se (?????) transformar em entidade socializadora, permitindo deste modo que a cultura se consiga reproduzir no tempo e no espaço da história.

⁹¹ Por trabalho imaterial considera-se o que vulgarmente é denominado, no léxico do Serviço Social, como trabalho invisível.

- a representação de um conceito de justiça social como geratriz de uma crítica ao paradigma produtivo,
- a dinâmica social de reorganização da sociedade democrática.

Por isso mesmo, e sem se preocupar em segmentar as múltiplas interdependências sociais existentes, a intervenção investiu numa função de contraponto aos efeitos desestruturantes que acompanharam a transformação da sociedade industrial em sociedade do risco. Daí que se tenha apoiado no exercício da mediação como estratégia negocial para a promoção da coesão social, a qual deve ser aferida em função de:

- ✧ as características do processo de gestão do desenvolvimento;
- ✧ a articulação entre políticas de integração e inclusão;
- ✧ uma simbiose entre inovação e democratização.

Mas, como na sociedade do risco o exercício social da mediação passou a ser utilizado como estratégia de intervenção e não como forma de intervenção⁹², a sua reorganização enquanto tal surgiu como resposta à desconstrução dos modelos de intervenção e à sua recontextualização política e ideológica. Ao reorganizar-se teve, porém, em atenção a necessidade de desenvolver:

- ✧ pluralidade no seu interior,
- ✧ democratização da sua acção,
- ✧ reestruturação do seu padrão cultural,

sem que tenha interferido sobre a representação dos estilos de actuação da intervenção, uma vez que estes se mantiveram divididos entre:

- ✧ estilo clássico, que se caracteriza por aglutinar todos os modelos de acção que contribuíram para a construção da memória simbólica da intervenção;
- ✧ estilo moderno, que surge, não só como reforço do seu poder simbólico, mas também como uma resposta aos desafios da inovação,

⁹² O que contraria a tese de Neves: 2003 que, ao integrar a mediação no quadro do exercício profissional dos assistentes sociais, a formula como um processo de trabalho que realça as competências do Serviço Social.

perante a legitimação dos novos riscos, nos quais se integram os ambientais.

Não obstante a cultura de risco não ser uma realidade inédita, tal como defende: Giddens (2000a), um dos elementos que particulariza a sociedade do risco é a sua postura prospectiva em relação ao processo de emergência de novos riscos. Com base nesta premissa, compreende-se que a intervenção no seu quotidiano se tenha confrontado com a mudança cultural do significado atribuído ao trabalho e à pobreza, bem como às oportunidades vividas e à cultura do quotidiano (Fernandes: 2000). Pretende-se assim dizer que, por influência do individualismo subjacente na afirmação de uma política neo-liberal, as questões do trabalho, emprego e quotidiano de vida passaram a ser conduzidas em função de uma perspectiva concorrencial. Por sua vez, o antagonismo existente entre política proteccionista e política concorrencial deu origem a que os padrões de acção da intervenção social se tivessem fragmentado⁹³ e, por isso mesmo, subdividido em padrões:

- ✦ **negocial**, quando cumpre o exercício do controlo ou da regulação;
- ✦ **mobilizador**, quando assume características sistémicas;
- ✦ **paliativo**, quando actua sobre situações que se revestem de uma cronicidade difícil de ser superada;
- ✦ **pedagógico**, quando se organiza em função do princípio da precaução;
- ✦ **emancipatório**, quando se estrutura de acordo com o princípio da responsabilização;
- ✦ **projectivo** quando se sustenta na organização de um plano que articula com a natureza do risco.

A sua utilização tem assumido características selectivas que se definem em função de:

- ✦ as propriedades sociais das realidades em causa;
- ✦ a visão construída sobre a realidade em presença, assim como a visão instalada sobre o processo de transformação social;
- ✦ as razões sociais que justificam a intervenção;

⁹³ Esta fragmentação explica-se sociologicamente se for tido como referência que a finalidade da intervenção é a defesa do equilíbrio necessário à reprodução do sistema de coesão social.

- ✧ os quadros explicativos usados para sustentar a acção;
- ✧ a forma social como se processa a relação entre o papel do sujeito e da inter-subjectividade;
- ✧ a relação entre a procura e a oferta da comunicação que conduz à intervenção.

Esta utilização dos padrões de acção da intervenção social tem como pressupostos:

- ✧ a reconceptualização de algumas coordenadas, como o tempo e o espaço;
- ✧ a importância da experiência e do conhecimento na redefinição de competências sociais e na valorização, tanto dos contextos, como das identidades e das relações.

No seu conjunto pretendem contrariar:

- ✧ a centralização das formas de agir sobre a realidade social;
- ✧ a desvalorização das capacidades individuais ou colectivas;
- ✧ o desfasamento entre massificação e diversidade.

Para tal investem:

- ✧ no reforço da interacção entre os diferentes agentes que estão implicados no processo de intervenção;
- ✧ numa dinâmica de participação comprometida;
- ✧ na construção da responsabilidade social;
- ✧ no desenvolvimento de uma cultura de cidadania;
- ✧ na activação da capacidade de lidar com forças opostas;
- ✧ na promoção do envolvimento individual ou colectivo na gestão das incertezas;
- ✧ na descompressão da insegurança e das incertezas;
- ✧ na descomplexização da relação entre individual e colectivo;
- ✧ na conjugação de esforços no sentido de não ocultar os paradoxos da modernização;

- ✧ na compatibilização das estratégias de mudança incentivando as relações de pressão, de apoio e de continua negociação,
- ✧ no uso sustentado da mediação na reinvenção da acção, quer da controladora, quer da reguladora.

No entanto, a necessidade de valorizar a democracia das emoções e o trabalho imaterial - como elementos relevantes na desvalorização da lógica material gerada pelo desenvolvimento tecnológico - fez com que a estratégia mediadora, por ter investido na capitalização da relação entre experiência e conhecimento, se tivesse afirmado num quadro conjuntural de aproximação a um racionalismo crítico e reflexivo. Para o efeito, serviu-se das mais-valias resultantes da forma criadora como, no contexto da Globalização⁹⁴, a intervenção se despojou de um certo ritualismo persistente que fazia parte do seu poder simbólico, para conjugar tradição com pragmatismo e destradicionalização. Criou, assim, espaço para passar a ser desenvolvida como estratégia prioritária utilizada nas respostas às necessidades de intervenção sobre as realidades criadas. Isto não significa que possa igualmente ser adoptada na regulação dos riscos calculados mais do que na desconstrução das realidades projectadas indirectamente. Esta interpretação de uma diferente maneira de exercer a intervenção social faz com que seja contraditada a tese tradicionalista de Vieira (1985), responsável por converter a intervenção num processo de ajuda social cujo universo alvo eram os mais desfavorecidos e que se sustenta numa ética social invadida por sentimentos de solidariedade e de altruísmo.

1.6 | Intervenção: expressão cultural

A expressão cultural que inicialmente foi atribuída à Intervenção Social substancia o produto resultante de uma fusão entre as componentes de uma cultura conservadora e de uma cultura reformista. Este mesmo produto esteve igualmente na base da repartição e da difusão dos traços culturais que vão convergir dentro da história cultural da Intervenção, e que exerceram influência sobre a sua “área cultural” (Cuche,2003:61)⁹⁶, o mesmo é dizer, sobre o seu domínio simbólico. Dado, porém, que o campo da sua actuação esteve sempre relacionado com a gestão dos problemas sociais subjacentes ao processo de

⁹⁴ Que, tal como defende Giddens (2000b:22), “tem implicações em relação às nossas vidas”.

⁹⁶ Segundo Cuche, por área cultural entende-se o espaço ocupado por vários traços culturais convergentes.

reprodução ideológica de uma teoria de estabilidade social⁹⁷, foi tomando configurações diferentes desde a sociedade industrial à sociedade do risco, de acordo com a relação por si estabelecida com a construção política:

- ✧ do bem-estar;
- ✧ das políticas sociais;
- ✧ da cidadania;
- ✧ da cidadania participada.

E como cada uma das configurações assume características próprias que, na prática, justificam as transformações parcelares que se foram operando na expressão cultural do exercício social da intervenção, podem, por isso mesmo, servir para diferenciar⁹⁸ os seus ciclos de recriação identitária⁹⁹, os quais se substancializam no:

- ✧ ciclo da unificação
- ✧ ciclo da reorganização
- ✧ ciclo da revitalização
- ✧ ciclo da emancipação

Por ciclo da Unificação considera-se uma fase de vida da intervenção em que esta:

assumi um papel primordial na afirmação da sociedade de bem-estar, através de:

- ✧ uma descapitalização do valor político dos processos de confronto social;
- ✧ uma recriação do seu papel conciliador;
- ✧ uma unificação dos diferentes padrões culturais de intervenção herdados do passado e reconstruídos na sociedade industrial;

tomou como padrão identitário um registo de acção de cariz paliativo e controlador, que se particularizou por ter investido:

⁹⁷ Que implicava a regulação dos problemas que, directa e indirectamente, tinham origem na produção endógena e exógena da desigualdade.

⁹⁸ Com base na sistematização das diferenças encontradas por via da reflexão desenvolvida sobre o exercício das práticas de intervenção e a reconstrução dos seus modelos de actuação. (verificar se falta do “a” não muda o sentido)

⁹⁹ Que resultam de processos de recontextualização cultural.

- ✧ numa articulação entre a gestão da pobreza absoluta¹⁰⁰ e a reconstituição da imagem política do Estado¹⁰¹;
- ✧ na construção de hábitos de consumo na área do social¹⁰²

e as suas práticas se caracterizaram por:

- ✧ assegurarem uma vertente consistente de ajuda material e moral através do exercício de uma política assistencialista;
- ✧ promover¹⁰³ uma cultura de acesso a equipamentos, recursos e serviços de ordem social¹⁰⁴, bem como da sua utilização.

Por sua vez, este investimento no consumo de serviços sociais¹⁰⁵ tornou-se, entretanto mais significativo em face da transfiguração do modo de agir do Estado na gestão do social. Isto sucedeu porque, não obstante o crescimento do Estado Social se ter confrontado com comportamentos ideologicamente ambíguos¹⁰⁶ por parte dos grupos sociais mais carenciados¹⁰⁷, não abdicou, contudo, dos seus propósitos em:

- ✧ instrumentalizar a ética política para criar um novo patamar nas relações Estado/Sociedade Civil;
- ✧ definir os espaços públicos a partir dos quais se deveriam recriar as condutas políticas;

¹⁰⁰ Normalmente através dos processos tradicionais de ajuda social de cariz caritativo, por serem de natureza material.

¹⁰¹ Igualmente relacionada com a mudança de postura política no que concerne à gestão do social.

¹⁰² Tradicionalmente, a oferta de serviços na área do social estava legitimada por um modelo cultural de raiz religiosa em que o conceito de necessidade social e o conceito de ajuda estavam envolvidos por uma mística que lhes retirava qualquer hipótese de ser concebidos culturalmente doutra forma. Com a revolução industrial e a substituição da hegemonia dos valores religiosos por valores económicos, a oferta de serviços de carácter social passou a ser valorizada dentro de um registo cultural em que o pensamento económico invadiu todos os campos de vida em sociedade.

¹⁰³ Esta alteração na concepção de uso dos recursos sociais inicia-se na fase de transição do séc. XIX para o século XX, assumindo maior visibilidade já no pós-1ª Guerra Mundial, quando houve necessidade política e económica de relançar a força de trabalho feminino no mercado de trabalho.

¹⁰⁴ Como creches, infantários, escolas, hospitais e bairros sociais.

¹⁰⁵ Já iniciado com a institucionalização dos centros sociais.

¹⁰⁶ Ou seja, comportamentos que caracterizam a transição de uma postura reivindicativa não controlada, para uma postura integrada de reivindicação, conduzida essencialmente por via negocial, quer quando conduzida por sindicatos e por via legitimadora, quer quando processada por meio de reformas ou de políticas.

¹⁰⁷ O comportamento cultural por parte dos grupos mais desprotegidos reflectia um dilema: por um lado não deixava de demonstrar uma apetência cultural para usufruir de um modelo conservador assistencialista, onde a ajuda, por não ter sido imobilizada no tempo, continuava a metabolizar o atavismo social que, simbolicamente, era representado pela pobreza; por outro lado, não podia no entanto deixar desvalorizar as suas reivindicações políticas e sociais e tornar ininteligíveis as suas reacções sociais a uma des-substancialização do registo estético das suas confrontações culturais e políticas com os valores que relativizavam, quer o respeito pela dignidade humana, quer a identidade sócio-política das suas lutas sociais.

- ✧ legitimar as variações culturais (Cuche: 2003:25) que interferiram sobre a identidade simbólica da relação estabelecida pela sociedade civil com as instituições sociais;
- ✧ activar uma política de benefícios sociais.

Como meio de desenvolver uma relação articulada entre o consumo e a oferta de serviços na área do social, as políticas públicas de benefícios sociais transformaram-se, então, no meio politicamente constituído para permitir aos grupos sociais com padrões de vida de risco social assegurarem ou melhorarem os respectivos padrões de vida. Logo, o conceito de benefício social tornou-se equivalente:

- ✧ à concessão directa de apoios económicos mediante a atribuição de contribuições financeiras, como por exemplo: o abono de família, subsídio de desemprego, subsídio de doença ou invalidez, entre outros;
- ✧ à utilização de serviços de carácter social gratuitos ou comparticipados conforme fossem prestados pelo Estado¹⁰⁸ ou por entidades privadas financiadas pelo Estado em função do seu interesse público¹⁰⁹.

Quanto à implementação política de benefícios foi feita de forma heterogénea, consoante os mecanismos de controlo da reprodução das desigualdades económicas e sociais utilizados.

Esta nova política de incentivo à utilização de serviços sociais (Casado:1994; Hidalgo:1992) tomou um novo fôlego com o desenvolvimento do modelo de gestão do social em que o Estado se tornou progressivamente em elemento de charneira na produção de uma política de bem-estar. Por isso mesmo, a Intervenção viu-se confrontada com a necessidade endógena de redefinir as suas políticas de acção tendo como referência as mudanças operadas no ethos político da sociedade industrial. Serviu-se, para o efeito, de um reforço identitário de um estilo de acção assistencialista que, independentemente de poder ser perspectivada como uma subcultura¹¹⁰, se tornou responsável pela reconstrução do processo de intervenção, como meio de evitar o crescimento ou a sedimentação de dinâmicas que aprofundassem as situações de desfiliação

¹⁰⁸ Como por exemplo, educação, saúde, habitação social.

¹⁰⁹ Como por exemplo, creches e infantários.

¹¹⁰ Este conceito de subcultura, devidamente trabalhado por Cuche (2003:82), resulta da aproximação da sociologia à antropologia; subcultura pode também ser entendida como cultura particular, pelo facto de ter especificidades e traduzir uma reflexão sobre a diversidade.)

social já existentes. Daí que, ideologicamente, se tenha recuperado a importância da vertente institucional, na condução dos processos de realinhamento do social, e se tenha redefinido as práticas sociais de ajuda como meio de socialização política das desigualdades. Para além disso, foi igualmente levado à prática um investimento numa qualificação dos agentes interventores¹¹¹, que se foram multiplicando perante:

- ✦ o aumento constante do número de instituições sociais;
- ✦ o envolvimento da sociedade civil na gestão dos problemas sociais;
- ✦ a interferência do Estado na política de controlo dos desequilíbrios sociais;
- ✦ a influência do feminismo burguês no crescimento do exercício social do voluntariado.

Quanto ao **ciclo da reorganização**, este corresponde a uma fase da vida social marcada pelo impacto da construção social de novas formas políticas e culturais de gestão da intervenção, geradas pela intensificação de envolvimento do Estado na organização das políticas sociais. Neste contexto, o modelo de intervenção social deixou de estar circunscrito à realidade social da pobreza¹¹², alargando o seu campo de actuação à generalidade dos problemas sociais e comportamentais¹¹³, considerados como resultantes de um processo de desfiliação social (Castel, 2003:51).

Aqui a intervenção singulariza-se por poder ser exercida de forma restrita ou alargada. Quando praticada de forma restrita, a sua acção é conduzida no sentido de agir sobre situações concretas de menor relevância política, social, ou económica, mas que não deveriam ser ignoradas. Isto equivale a dizer que a situação concreta se tornava no objecto de uma acção suportada numa estratégia de controlo, cujo objectivo se prendia com a necessidade de desventrar o que socialmente lhe dava um significado, e, concomitantemente, lhe atribuía importância. Por exemplo:

¹¹¹ Por agentes interventores consideram-se todos os que participavam em programas de acção social e que, até à institucionalização do Serviço Social como profissão, em 1898, eram exclusivamente voluntários. A qualificação dos voluntários iniciou-se em Inglaterra com a criação dos Cursos de Verão e com o surgimento da Womens Settlements University..

¹¹² Embora estas políticas pudessem ser simultaneamente geradoras de pobreza, tal como acontece com o alcoolismo.

¹¹³ O investimento nos problemas comportamentais tinha já assumido uma notória importância no final da 1ª Grande Guerra como meio de reintegrar socialmente os mutilados e na Depressão Económica de 29-30 relativamente ao fenómeno do desemprego.

- ✧ **Situação:** mulher viúva, 39 anos, doméstica, 4 filhos menores.
- ✧ **Problema:** alteração do seu padrão de vida familiar.
- ✧ **Estratégia:** reconstrução do padrão de vida de acordo com a nova realidade de vida.
- ✧ **Acção:** enquadramento institucional e construção ou reforço de redes informais de suporte.
- ✧ **Actuação:** encaminhamento institucional tendo em vista a utilização dos benefícios sociais disponíveis, recriação das suas estratégias de vida pessoal e familiar.
- ✧ **Práticas:** ajuda familiar, considerando a transformação no ambiente dos seus afectos, na sua forma de reorganização e de reconstrução das estratégias individuais e colectivas que simultaneamente possam assegurar o necessário rendimento familiar e permitir consignar o desenvolvimento do percurso social dos seus elementos.

Quando desenvolvida sob uma forma alargada, a acção da intervenção social circunscreve-se à organização de respostas tendo em vista uma necessidade colectiva e objectiva, através da formação de políticas de intervenção que se materializaram:

- ✧ na disponibilização de serviços, como sejam a construção de uma escola ou de um centro de saúde, a distribuição de luz eléctrica, ou a construção de redes de saneamento;
- ✧ na organização de benefícios sociais que, não resolvendo a situação, poderiam atenuar os seus efeitos sociais, tal como acontece com as rendas sociais de habitação ou o subsídio de invalidez;
- ✧ numa mobilização de energias sociais que recriem as políticas de bem-estar, aferindo-as à dinâmica de construção das necessidades.

Neste modelo de intervenção alargada, as respostas institucionais encontradas tornaram mais complexo o ecossistema da intervenção, uma vez que produziram alterações na sua idiossincrasia. Isto aconteceu porque, ao mesmo tempo que revelava a amplitude das realidades sociais, a intervenção produzia respostas que apagavam a sua representação no passado. Manifestava assim uma capacidade para provocar uma ruptura nas solidariedades, ao mesmo tempo que reforçava o processo de individuação. A intervenção, por este meio, tornava

dissolvente a dinâmica colectiva capaz de desenvolver projectos colectivos e exercia influência sobre a noção do que socialmente se entendia por bem-estar. Por outras palavras, a intervenção atomizava a responsabilidade sobre esse mesmo bem-estar e, simultaneamente, tornava consumível a política de prestação de serviços de carácter social, tal como aconteceu com os sistemas de protecção social onde se incluíam as políticas de previdência social, de saúde e de educação, entre outras. Portanto, a acção da intervenção social definia-se em função de objectivos políticos bem determinados. Quanto às suas práticas sociais, estas estruturavam-se de acordo com o papel social que a intervenção deveria assumir politicamente e, portanto, também socialmente, sendo que a sua representação dependia da representação atribuída ao conceito de bem-estar.

Neste âmbito de intervenção alargada, e muito particularmente no caso específico da Europa Central, a intervenção social passou a ser dominada por uma governamentalização das políticas sociais e por uma recriação cultural do conceito de pobreza e de desigualdade. Transformou-se, pois, num eixo de regulação social que não se deveria restringir às vulgares situações de calibragem social¹¹⁴, o que deu origem a que tivesse adquirido uma forma diferente de abordar as questões sociais, tendo como objectivos:

- ✦ o exercício social de uma política de intervenção não discriminatória;
- ✦ a desconstrução da relação entre igualdade e solidariedade;
- ✦ o reconhecimento dos direitos humanos como forma de intervir ao nível das minorias e da relação do poder com os que não possuem um poder activo;
- ✦ a descapitalização da massificação que caracterizou o desenvolvimento do modelo beveridgeneano de protecção social;
- ✦ a defesa de um modelo de ajuda social que se apoiasse na construção de redes secundárias de apoio social e de circuitos de integração nos espaços sociais e afectivos vazios;
- ✦ o equilíbrio entre o primado do colectivo e do individual como meio de desfazer os valores culturais do passado e de criar uma forma de pensar a vida, não como um mistério, mas sim como um problema.

Na prática, a intervenção social contribuiu para a recriação ideológica dos valores sociais e humanos e sedimentou no tecido social a ancoragem de uma

¹¹⁴ Na medida em que já faziam parte do seu património de actuação.

estratégia política que assentava numa perspectiva de ordem social. Esta última estava confinada a uma libertação de:

- ✧ os efeitos secundários de uma trivialização dos problemas sociais,
- ✧ a desagregação social germinada por uma concorrência que produzia a destruição do outro ao mesmo tempo que activava a perda do sentido colectivo,

e, ao projectar-se na esfera da assistência, criou:

- ✧ um desgaste social nas relações de proximidade¹¹⁵,
- ✧ uma multiplicação nos dispositivos institucionais que contornavam o mal-estar produzido pelo processo de desenvolvimento económico,
- ✧ uma divisão entre público e privado na área do social.

Mas, ao fazer os seus investimentos políticos na área social, a intervenção ocupou um espaço que tradicionalmente pertencia à iniciativa privada. Nesta medida, estabeleceu-se uma partilha, não só do espaço, como também dos propósitos intervencionistas, sendo que a definição de competências entre cada sector gerou a diversificação da responsabilidade no campo da gestão dos problemas sociais. Embora a fronteira entre público e privado, em matéria de acção social, não fosse muito rígida¹¹⁶ – na medida em que se complementavam um ao outro e as suas competências não eram concorrenciais – os dois sectores centravam-se num objectivo comum, o qual passava pela criação do espaço necessário para uma gestão eficaz das desigualdades. Mesmo em termos ideológicos, não existia um distanciamento significativo entre os projectos políticos de cada um destes sectores. Ambos partilhavam, no quotidiano, de uma cultura de individualização e consideravam a gestão do social como uma matéria sem exclusividade e que só na fusão de sinergias poderia encontrar a fórmula social indicada para dissipar os efeitos da reprodução das desigualdades. Os métodos de intervenção e as estratégias eram substancialmente as mesmas, a respectiva cultura de acção referenciava-se pelos mesmos traços culturais que marcavam a identidade da assistência, o que fazia com que partilhassem de uma configuração cultural, dado:

¹¹⁵ Este desgaste está também relacionado com o fenómeno de cosmopolitização e de desarticulação nas redes de solidariedade, gerado pelo individualismo e pela influência nele exercida pelo liberalismo.

¹¹⁶ Especialmente no contexto que antecede a governamentalização das políticas de intervenção social na Europa do pós-2ª Grande Guerra Mundial.

- ✧ servirem-se das mesmas ferramentas culturais;
- ✧ não reivindicarem espaços autóctones no domínio simbólico do exercício da acção social;
- ✧ demonstrarem o mesmo interesse em transfigurar a dimensão política das desigualdades numa dimensão simplesmente social.

Por isso mesmo, os problemas sociais passaram a ser intencionalmente esvaziados de um sentido ideológico para serem representados como dificuldades individuais em acompanhar o desenvolvimento do sistema económico.

Relativamente ao **ciclo da revitalização**, este define-se como uma **fase institucional da intervenção em que, face à alteração produzida na relação entre público e privado e à dificuldade encontrada em transformar problemas sociais em problemas individuais, se processou um reajustamento ao nível da sua actuação**. Esta fase desenvolveu-se no quadro do confronto emergente entre o modelo social capitalista e o socialista, que foi responsável pela importância que passou a ser atribuída à iniciativa pública em matéria de intervenção social e do qual resultou a separação entre as políticas públicas de protecção social¹¹⁷ e as práticas privadas do exercício da acção social¹¹⁸.

Por sua vez, a divisão entre políticas públicas e práticas privadas – em matéria de intervenção – deu origem a uma dicotomização na expressão cultural do exercício da intervenção, a qual esteve na origem da construção das culturas pública e privada de intervenção¹¹⁹. Contraditoriamente, o mesmo não aconteceu ao nível dos objectivos, estratégias e metodologias de actuação, assim como dos recursos utilizados para gerir as desigualdades e que fundamentalmente se traduziam em:

- ✧ benefícios
- ✧ medidas sociais
- ✧ programas sociais

¹¹⁷ Como meio de tornar sólido o papel do Estado na gestão das desigualdades.

¹¹⁸ Mas, enquanto as políticas públicas assumiram um carácter proteccionista, as privadas revestiram-se de um cariz assistencial. Isto significa que, enquanto o Estado se tornou responsável por uma gestão programada das desigualdades, a iniciativa privada estabeleceu o seu espaço no quadro da gestão das situações residuais que não eram tratadas pelas políticas públicas.

¹¹⁹ Que se distinguem entre si pela retórica identitária e pelos valores ideológicos que reproduzem *de per se*.

Especificamente no que concerne à cultura pública de intervenção, esta singulariza-se pelo facto de estar consignada ao espaço que a política detinha no social, o que explica a ênfase dada ao social pela política. A sua identidade incorpora as lógicas simbólicas do perfil da governação e do projecto político que visa impor as suas escolhas políticas na definição do modelo social. Ou seja, a retórica do sistema público de intervenção social formou-se com base na reconstituição dos traços culturais das práticas políticas em primeiro lugar e das práticas institucionais em segundo plano. Já quanto à cultura privada de intervenção - para além de se expressar através de uma retórica simbólica, que exprime a forma como a sociedade civil se colocou perante a realidade social e como converteu os seus interesses sociais em interesses colectivos - representa também a tendência formulada por diferentes actores a se vincularem ao dever de se comprometerem socialmente com uma actuação sobre as situações de degradação do social, o qual se transforma num padrão de relações de ajuda necessárias e importantes para manter a ordem social.

Desenvolvida sob uma forma pública, a intervenção nem sempre resultou de um diálogo com o colectivo, mas sim de um empréstimo ideológico consignado às propostas de regulação da coesão social. Assim se explica que a sua configuração e estilo de actuação se tenham feito acompanhar de uma concepção de benefícios que abriu espaço à transfiguração do social em político¹²⁰. Por este motivo os traços culturais dos benefícios descaracterizaram-se¹²¹. Em contrapartida redefiniram-se as componentes culturais do seu exercício. E, como neste contexto a distribuição de benefícios passou a ser exercida de forma condicionada, a expressão social das culturas particulares tornou-se acessória.

Foi exactamente neste campo das culturas particulares que se expandiram as instituições privadas como suportes redutores dos efeitos de marginalização, provocados pelos paradoxos gerados por uma política social proteccionista. No entanto, em termos culturais o exercício intervenção social conduzido a partir das instituições privadas continuou a ser promovido em sintonia com o paradigma da individualização e interpretado como o resultado de uma falta de coerência ideológica por parte do sistema de protecção social, ou então como uma maneira coerente de combinar assistência com acção social, transformando-

¹²⁰ Daí que a individualização da acção tenha sido substituída por um processo de massificação.

¹²¹ Também porque deixaram de isolar uma situação problemática do seu conjunto cultural.

as num todo. Inversamente, ao exercício da intervenção exercido por via das instituições públicas no âmbito das instituições privadas, a intervenção não consagrou a massificação intensiva da acção, mas sim a particularidade de cada situação. Por isso mesmo, do ponto de vista ideológico, a dinâmica da intervenção exercida pelo sector privado tornou-se mais condicionada e aparentemente mais solidária na interacção entre cultura e indivíduo, essencialmente quando o que estava em causa eram os problemas relacionados com os modos de vida¹²². De uma forma genérica, as culturas particulares adoptaram uma postura assistencialista que se suportou numa subcultura de intervenção, que congrega individualização com a articulação entre económico e social, e com um pragmatismo impregnado pelo poder simbólico de uma ajuda social, que se concretiza em bens materiais ou apoio moral. O seu padrão identitário de cariz assistencial revelou-se como um estilo de ajuda social¹²³ que regula as confrontações entre um Estado liberal e um Estado social em matéria de protecção e de acção social. Mas, enquanto no sistema público a produção de benefícios faz parte da *praxis* política e estes se legitimam como prerrogativas decorrentes da condição social, já no sistema privado se afirmam como um bem que é disponibilizado generosamente e traduzem a capacidade da sociedade civil em otimizar as sinergias sociais, assim como em mobilizar meios que, na prática, permitem contribuir para assegurar a reprodução dos padrões de vida e incrementar uma atitude participativa.

Porém, se a distribuição de benefícios tornou – e torna ainda – devidamente nítida a fronteira entre a intervenção de cariz público e a de cariz privado, já em termos da administração das medidas sociais¹²⁴ utilizadas para reduzir as ressonâncias negativas, produzidas por algumas formas de estar na vida, essa distribuição se organizou com o objectivo de intensificar o processo de socialização dos problemas sociais, criando atitudes reforçadas¹²⁵ que postulam o primado da sociedade sobre o indivíduo (Cuche:3003:84). Na sua generalidade, estas medidas:

- ✧ assumem um carácter transitório, quando circunscritas a um conjunto de respostas institucionais cujo propósito se prende com a integração

¹²² Especialmente aqueles cuja expressão social retratava as dificuldades encontradas pelos indivíduos em desempenhar os papéis sociais que socialmente lhe tinham sido cometidos.

¹²³ Que se tornou ponto de confluência das influências conservadoras.

¹²⁴ Que normalmente corresponde à projecção de iniciativas, devidamente legitimadas, para contornar os fenómenos sociais que vulgarmente não conseguem ser geridos pelo sistema de controlo dos problemas sociais instalados.

¹²⁵ Que tanto podem ser públicas como privadas.

social das situações problemáticas que causam turbulência no sistema de coesão social¹²⁶;

✧ podem servir de antecâmara à formação de compromissos entre forças políticas e sociais, devidamente importantes quando utilizados no quadro de um exercício alargado de acção social¹²⁷;

✧ funcionam como respostas a situações de desqualificação social que se tornaram objecto de um tratamento especial¹²⁸.

Quando surgem por pressões ocasionais, ou pelo facto de a identidade de um problema social ter deixado de ser particularizado pela sua pertença, a articulação entre as medidas e a sua representação social não pode ser separada da sua identidade cultural. Por isso mesmo, o padrão identitário das medidas sociais foi, e é, intrinsecamente influenciado por uma marca multiforme e incerta de gerir fragilidades específicas, as quais demonstram que o sistema de protecção social não pode ser estático ou estanque e que a acção social – que se movimenta no espaço da protecção social – está sempre por completar (Autés:2004). Mas, uma vez que o objectivo das medidas sociais se prende com a desobstaculização de uma visão higiénica e científica para o social, estas incrementam uma acção reparadora no tecido social que, não obstante consagrar uma lógica de conjugação entre a consolidação da iniciativa privada e a acção organizadora do poder público, visa secundarizar:

✧ a supremacia da racionalidade económica sobre o social;

✧ a amplitude da fragilidade do sistema de protecção social.

De uma forma global as medidas sociais são identificadas com processos políticos e, portanto, reflectem a identidade liberal ou proteccionista que serve de eixo de orientação ao exercício político da intervenção social. Quando veiculadas pelo poder público são objecto de regulamentação jurídica e passam a fazer parte do campo do “legal”, constituindo-se em mecanismos legais ou institucionais que tornam solventes as reacções sociais. No entanto, as organizações privadas podem também criar medidas sociais que, pelo facto de só poderem ter valor interno, traduzem processos de recriação da intervenção que se tornaram responsáveis pelo surgimento de formas organizadas de responder a solicitações exteriores. Quer sejam protagonizadas pelo poder político, quer por iniciativa

¹²⁶ Como acontece com as medidas de apoio aos doentes com cancro, deficiência, etc.

¹²⁷ Como acontece com as medidas de apoio a idosos dependentes.

¹²⁸ Como acontece com a gestão social das situações adjacentes ao fenómeno da emigração.

privada, a expressão cultural das medidas sociais traduz a lógica da interpretação construída sobre:

- ✧ a dinâmica de transformação social,
- ✧ a relação entre conservadorismo/reformismo e inovação/tradicionalismo.

Contudo, o seu significado depende:

- ✧ dos sistemas de valores e dos comportamentos que substancializam a forma de agir no ambiente do espaço social;
- ✧ de como se processou e se reinventou a sua legitimação no tempo.

Se porventura se baseiam em postulados organicistas, claro está que as medidas desenvolvidas manifestam um conservadorismo que pode, em face da sua forma de agir, assumir um carácter reformista. Mas se, por exemplo, tomam de empréstimo o pensamento de Bourdieu (1980) relativamente à questão da trajectória social¹²⁹ e o adaptam à realidade circunstancial dos problemas sociais, o conservadorismo¹³⁰ dá lugar a um tradicionalismo¹³¹ que, por sua vez, não tem necessariamente de ser impeditivo de uma inovação¹³² na forma de agir¹³³.

Já quanto aos programas sociais, genericamente têm sido circunscritos às formas políticas e sociais de perspectivar o modelo social para o desenvolvimento. Globalmente foram definidos, e continuam a sê-lo, em função do espectro social de:

- ✧ as assimetrias sociais, locais e territoriais, relacionadas com as disparidades acometidas ao desenvolvimento económico¹³⁴,

¹²⁹ Que segundo Cuche (2003:133) é retratada como “ a experiência de mobilidade acumulada ao longo de várias gerações”.

¹³⁰ O comportamento conservador sublinha uma perspectiva doutrinária que utiliza um conjunto de valores religiosos e laicos onde se alicerça o comportamento, quer das organizações, quer das acções por si conduzidas. A acção é exercida como uma obrigação religiosa ou social e faz parte do contrato estabelecido entre os indivíduos e as suas convicções ideológicas. A importância da sua mundanização tornou-se num elemento precipitador de reformas que visam assegurar a reprodução social e fazem com que as medidas sociais sejam regidas pela relação de quotidianidade estabelecida entre os valores religiosos e a ordem social.

¹³¹ Se por um lado a construção de medidas dirigidas para situações concretas e hipoteticamente ocasionais reflecte um comportamento político de cariz tradicional, por outro lado a relação de sintonia estabelecida com as novas formas de pensar as políticas de intervenção social e as formas de as executar abriu um espaço e criou o tempo para que a sua reconstrução se tornasse cúmplice da sua própria inovação

¹³² A inovação corresponde teoricamente a uma nova concepção de inclusão e de igualdade que articula a definição de medidas com o ambiente social, cultural e político em presença.

¹³³ Porquanto se pode desenvolver de forma mais flexível.

¹³⁴ No contexto da sociedade do risco incidem também sobre o ambiente e a qualidade de vida, quando o seu universo alvo está dirigido às novas problemáticas, ligadas não só ao ambiente como às emoções.

↗ as desigualdades relacionadas com a questão do desenvolvimento social.

Conduzidos por via de organizações públicas, estes programas partilham o interesse em regular as pressões sociais e as tensões individuais e societárias, que possam pôr em perigo:

- ↗ a coesão social
- ↗ o sistema de bem-estar social

Os programas sociais suportam-se em estratégias que são ditadas pela fisionomia e pela identidade do elemento gerador da necessidade de intervenção, o qual pode ter um carácter económico, social ou político, ou integrar todos estes elementos ou conjuntos de elementos. Enquanto a sua organização pode ser protagonizada de forma isolada ou em parceria, tal como a sua planificação, execução e avaliação, a sua gestão pode, todavia, ser conduzida de forma directiva ou participada e sob um formato multidisciplinar, interdisciplinar ou de parceria. Por sua vez, a sua finalidade está relacionada com a construção de sistemas de interpenetração social que permitam activar a diversificação nos modelos de regulação social. Mas, não obstante fazerem parte das políticas de desenvolvimento¹³⁵, são também utilizados como estratégias de desenvolvimento que, na prática, exercem uma mediação entre os interesses colectivos e as formas de regulação do bem-estar¹³⁶. Daí que, num modelo de sociedade em que o Estado assume um papel intervencionista no campo da gestão do social, os programas sociais façam parte de uma estratégia de intervenção em que o Estado, na sua figura de Estado-Nação, se tornou no protagonista principal da política do bem-estar no território onde exerce a sua soberania. Consequentemente, a cultura de intervenção exercida pelo sector público, para além de se caracterizar pelo seu papel centralizador, distingue-se ainda por utilizar um sistema de valores políticos para definir um comportamento perante a sociedade que, se por um lado faz com que as responsabilidades em matéria de intervenção social sejam inequívocas, por outro tornou ambígua a procura na sociedade civil de mecanismos de intermediação que assegurassem o funcionamento das modalidades de integração social. Podendo esta procura de mecanismos de intermediação ser sociologicamente explicada como uma

¹³⁵ Tanto económico, como social, humano ou ambiental.

¹³⁶ Que se caracterizam por uma desmultiplicação de responsabilidades sociais, geradora de uma co-responsabilização colectiva pela intervenção.

estratégia política que visava criar a diferença relativamente ao modelo planificado dos países do Leste Europeu (em que o Estado centralizava em si todo o processo de organização das políticas de bem-estar), não é paradoxal que possa também ser interpretada¹³⁷ como uma reinvenção dos modelos culturais de produção das relações de solidariedade entre Estado e Sociedade Civil. Na prática, significa que, no contexto de uma cultura pública de intervenção social, os programas sociais de intervenção, apesar de terem singularidades que resultam do peso do domínio político na organização e na retórica dos processos de intervenção, representam também a influência da tradição, da renovação e da inovação na dinâmica de transformação dos modos de vida e das formas de estar na vida. Por isso mesmo a sua substância deve ser contextualizada, razão pela qual os programas sociais:

- ⤴ se projectaram através de uma integração numa política reguladora dos desequilíbrios sociais, sem se distanciarem de um posicionamento centralizador;
- ⤴ se particularizaram, quer por utilizarem critérios políticos na selecção das prioridades do exercício da intervenção, quer por instrumentalizarem a lógica das políticas de intervenção em função dos requisitos da dinâmica de crescimento do sistema económico;
- ⤴ as suas características passaram a depender do contexto cultural, político e institucional onde se enquadram, da articulação entre a esfera social, económica e política, assim como da recriação das formas de regulação e de integração social.

Mas, quando canalizados por organizações privadas, os programas sociais assumiram-se como elementos constitutivos das políticas de desenvolvimento institucional, formuladas de acordo com os interesses colectivos. Na prática respondem à forma como, no seu conjunto, estes interesses se colocam na sociedade, como se articulam com as políticas públicas de intervenção e como respondem às solicitações da sociedade civil. A sua expressão cultural depende do seu padrão identitário, o qual está relacionado com a forma como geriu, ou gere, a sua trajectória institucional, como se procedeu a aproximação do privado

¹³⁷ Seguindo uma perspectiva mais pragmática, que toma como referência a memória social dos modelos de protecção social na Europa Central.

ao público e vice-versa e como muitas vezes o privado se transforma em público¹³⁸.

Já o ciclo da emancipação se desenvolveu como um processo de recriação da sua identidade, face a:

- ✧ a construção política do Estado-Mundo;
- ✧ a reconstrução da realidade do trabalho e da sua relação com o lazer;
- ✧ o desenvolvimento do etnocentrismo cultural;
- ✧ a reorganização das relações de poder e das relações sociais geradas pela Globalização;
- ✧ a criação de novas formas de vínculo social;
- ✧ a reinvenção dos mecanismos de controlo económico e social;
- ✧ o reequacionamento da gestão da vida;
- ✧ a perda da instantaneidade da situação a favor da universalidade da acção;
- ✧ a alteração nas formas de sentir e pensar o futuro;

e caracteriza-se por adequar as suas práticas a uma destradicionalização da concepção instalada de problema social.

Tendo, porém, o conceito de problema social sido tradicionalmente estruturado como um produto social gerado por:

- ✧ dificuldades de ordem económica ou de socialização;
- ✧ a produção cultural da exclusão;
- ✧ processos de ruptura ou de fragilização das redes primárias de suporte social,

no contexto da sociedade do risco, este mesmo conceito, tornou-se numa matéria de reflexão, sem que tivesse deixado de representar formas de mal-estar que tendencialmente se convertem em processos de desestabilização social ou emocional de ordem individual, com impacto sobre o colectivo. Pondo de lado uma forma tradicional de pensar os problemas sociais, Castel (2003)¹³⁹ defende que estes devam ser perspectivados como situações de transitoriedade que

¹³⁸ A transformação do privado em público é porém uma nova questão, que tomou maior pertinência sociológica perante a crise do Estado-Nação, a mundanização da economia, o desenvolvimento do conceito de cidadania participada e a reconstrução dos processos de regulação social.

¹³⁹ Por considerar que está viciada por um conjunto de atitudes cristalizadoras, resultantes de uma postura cultural e intelectual pouco dinâmica que, apesar de tudo, não deixou de investir na sua categorização, de forma a facilitar a sua gestão.

necessitam de um diagnóstico. Daí que os remeta para o campo da vulnerabilidade social¹⁴⁰, enquadrando-os dentro do espaço que denomina como desfiliação¹⁴¹. Portanto, os elementos identitários dos problemas sociais tornam-se, não só essenciais para o seu diagnóstico, como fundamentais para definir as estratégias de intervenção necessárias ao exercício do seu controlo, ou da sua regulação. Mas como os problemas sociais vulgarmente surgem em apêndice à reprodução das clivagens sociais, a intervenção, enquanto dispositivo de gestão da desestabilização, ao agir sobre os problemas sociais¹⁴² tem necessariamente de ajustar as suas estratégias às características dos problemas, tendo em atenção o contexto em que os mesmos se desenvolvem. Assim, se no âmbito da sociedade industrial, as estratégias de intervenção estavam essencialmente vinculadas à reprodução dos modelos culturais do exercício da política:

- ✧ de ajuda social no campo da acção social,
- ✧ de legitimação das políticas públicas e privadas de protecção social,
- ✧ de organização dos processos de desenvolvimento económico e social,

já na sociedade do risco, os vínculos das estratégias de intervenção deslocaram-se do centro político para o campo do conhecimento, tendo como referências:

- ✧ o seu capital patrimonial,
- ✧ a reconstrução das formas de regulação social,
- ✧ a reinvenção dos mecanismos de controlo,
- ✧ a afirmação de novos modelos de ética social,
- ✧ a recategorização do conceito de exclusão,
- ✧ a metamorfose das políticas de intervenção,
- ✧ a recriação cultural da lógica social em que se sustentou a noção de problema social.

Contudo, independentemente da reorientação dos vínculos desenvolvidos pelas estratégias de intervenção e apesar de, desde a sociedade industrial à

¹⁴⁰ Considerando-a como uma zona intermediária, instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade.

¹⁴¹ Por desfiliação Castel (2003:26) considera um estado, ou estados de privação, defendendo também que a noção pertence ao mesmo campo semântico da dissociação, desqualificação ou mesmo de invalidação social.

¹⁴² Porque se integra numa política reguladora dos desequilíbrios sociais.

sociedade do risco, os problemas sociais terem diversificado a sua *facies*¹⁴³, não deixaram no entanto de estar associados às situações-limite que, regra geral, coabitam com a precariedade, a vulnerabilidade e a exclusão. Por isso mesmo, a intervenção social não exerceu nenhuma ruptura na sua relação com a gestão das situações-limite¹⁴⁴. Esta realidade permitiu-lhe desenvolver, ao longo do seu trajecto de vida, a diferença ao nível da forma como passou a utilizar o conceito de problema social para refazer a sua representação ideológica¹⁴⁵. Em contrapartida, a intervenção tornou-se num mecanismo versátil que tanto se pode distinguir pela sua frontalidade, quando avoca a salvaguarda da integridade social para tornar exponencial a exclusão¹⁴⁶, como pela capacidade de invisivelmente sublimar os efeitos da crise da transição por que passa a sociedade, considerando-a, tal como Castel (2003.:41), como um produto da “*inquietação existente quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade*”. Optando, no entanto, por um ponto de vista mais pragmático – que contraria uma estratégia mediática empenhada em defender a emancipação das identidades através da atenção crítica – a renovação da substância que define o problema social pode igualmente ser perspectivada como o resultado da caução, de tipo cultural, que está na base do compromisso estabelecido entre:

- ✧ o domínio da intervenção social,
- ✧ as configurações atribuídas aos problemas sociais,
- ✧ a carga simbólica que estes transportam.

Isto equivale a dizer que, na sociedade do risco, a cultura da exclusão não foi politicamente desvitalizada. Antes pelo contrário, assumiu uma importância

¹⁴³ Isto é, aliaram circunstâncias a realidades construídas e em construção, como seja: doença, pobreza e solidão.

¹⁴⁴ O que se alterou foi a sua relação com a necessidade política de não caracterizar o verdadeiro problema, precisando para isso de o dissimular. E a sua dissimulação corresponde à necessidade de um controlo rígido da coesão social. Quando a intervenção é conduzida por agentes com menos implicações na defesa da ordem social estabelecida, a dissimulação dá lugar a um defrontar, que visa abrir espaço ou reafirmar um papel sócio-educativo que implica consciencialização e uma participação activa.

¹⁴⁵ O mesmo será dizer que, se no âmbito da sociedade pré-industrial a concepção de problema social estava circunscrita à pobreza e a sua constituição como problema tinha subjacente o interesse político e religioso em trivializar a sua representação, criando uma cumplicidade ideológica com a forma de gerir o poder, já na sociedade industrial, quando o conceito de problema começou por dar corpo à expressão de desadaptação ou de desintegração, como processo de enquadramento da pobreza numa estratégia de legitimação que tinha como objectivo tornar claro que igualdade não queria dizer igualitarismo, a intervenção passou a autonomizar o seu espaço para que os seus vínculos ideológicos se pudessem diversificar, de acordo com a transmutação política verificada no exercício do poder e na sociedade do risco. O problema social, ao integrar a noção de exclusão, veio permitir à intervenção emancipar-se das tutelas ideológicas para então se constituir como uma forma política de exercer uma acção crítica, que conduza a uma atitude reflexiva sobre os paradoxos do desenvolvimento.

¹⁴⁶ Segundo Castel (2003), a noção de exclusão resulta de experiências individuais e colectivas de discriminação que sublimam a tendência para a ruptura, na medida em que são utilizados valores e comportamentos sociais como forma de realçar a verdadeira natureza do seu processo de construção social.

sintomática no quadro da governabilidade da gestão do social, mas o seu significado pluralizou-se¹⁴⁷. Isto é, deixou de ser representada como sinónimo de pobreza para englobar todas as situações inerentes a uma renovação do conceito de igualdade, assim como à reconstrução cultural dos valores sociais necessários à relegitimação da imagem política da democracia. Mas, ao consubstanciar uma nova conexão com a reconstituição dos domínios da vida social, adquiriu diferentes significados e disformou a sua representação clássica¹⁴⁸. Ao mesmo tempo estabeleceu uma nova relação com a construção cultural de alternativas de regulação social, as quais visam legitimar a nova ordem social, que se baseia num investimento na sociabilidade como meio de condicionar a vida colectiva e o comportamento das pessoas. Este facto faz com que a recriação, a representação da exclusão e a reinvenção da definição do conceito de problema social estejam ligados a um processo de desconstrução e reconstrução dos mecanismos de regulação existentes, onde se integra a intervenção social. Isto sucede porque, se por um lado as dinâmicas territoriais se serviram de propostas sociais¹⁴⁹ para, em função da conjuntura existente e em nome do bem comum, definirem os propósitos de intervenção que vão permitir regular os problemas sociais em presença, por outro lado a densidade política e económica que a sociedade sem fronteiras vai adquirindo acaba também por demonstrar a precariedade dos sistemas sociais e sua transitoriedade em termos de permanência no tempo. E é exactamente neste contexto de transitoriedade que o ambiente social e económico – onde continuam incrustados os tradicionais problemas sociais – se vai cruzar com outros ambientes, onde os clássicos problemas como a pobreza coabitam com os novos problemas produzidos pela transformação cultural dos modos de vida gerados pela Globalização e o crescimento das incertezas, como seja a solidão. Em face destas circunstâncias, quando se esperava que o centro de gravidade da intervenção se deslocizasse por força das circunstâncias da cromatização do “habitat” dos problemas sociais, este mesmo centro de gravidade manteve-se, paradoxalmente, focalizado na precariedade social. Não só porque a exclusão económica continua a dominar o espectro dos problemas sociais, mas também porque a sua genealogia não se modificou

¹⁴⁷ Neste contexto de crise na sociedade contemporânea, a exclusão transformou-se assim numa espécie de “contentor” dos problemas sociais. Todos os processos que poderiam adular a racionalidade estética da imagem social da sociedade passaram a ser reconhecidos como formas convergentes de desconstrução de uma ideia de pluralidade que não assentava numa razão crítica, mas sim numa razão ideológica que se servia da instrumentalização da pluralidade para sublimar os paradoxos existentes no seu desenvolvimento.

¹⁴⁸ Este processo resulta do facto de ter deixado de ter como sua referência vital a pobreza, para passar a incluir novos registos de exclusão, tal como a homossexualidade ou mesmo o “vegannismo”.

¹⁴⁹ Que podem ser ou não temporárias.

substancialmente. Continua a ser identificada com um produto do desemprego, da falta de emprego, da não qualificação ou da desactualização, da precariedade social, assim como da vulnerabilidade e da desfiliação. No entanto, a exclusão que é gerada por factores de ordem cultural relativiza-se perante a premissa de que a sociedade global é simultaneamente uma sociedade plural, logo não dogmática¹⁵⁰.

Contraditoriamente ao facto da sociedade se ter tornado plural, a necessidade de ajustar práticas a realidades concretas fez com que se diversificassem as estratégias de regulação dos problemas sociais. Esta diversificação, porém, não conduziu a nenhuma ruptura com os modelos de intervenção já experimentados. Estes vão ser renovados ou reconstruídos de acordo com a natureza do meio onde se desenvolvem. O que se alterou foi a sua idiossincrasia, uma vez que a atitude pragmática que a intervenção passou a assumir foi complementada por uma acção crítica e o seu poder simbólico, embora não se tivesse perfilado como um poder dissidente, deixou todavia de ser um poder constituído, tornando-se num poder emancipatório. Ou seja, para se inovar, a intervenção investiu:

- ✧ na renovação do seu ethos cultural, através da construção de um modelo de acção que, para além de não ser segregador nem discriminatório, e sem que negligenciasse os seus propósitos sociais, se modelou à metamorfose cultural da forma de pensar a sociedade;
- ✧ numa ética social cuja estética se singulariza por não “profanar” a importância da pobreza como problema social, mas que combina a dissociação dos problemas sociais com a capacidade de entender que nem só os problemas dos mais carenciados são os verdadeiros problemas, assim como o facto de a exclusão não ser propriedade absoluta dos mais desprotegidos;
- ✧ numa forma dialógica, em que as liberdades se estruturam tendo como paradigma que o exercício do poder só se transforma consoante a capacidade que exista de o compreender;
- ✧ num universalismo, como fórmula de suscitar a pertença e de usar o “localismo” como um meio para reforçar as identidades culturais e sociais;
- ✧ numa sensibilidade ecológica e emocional que, ao mesmo tempo que contraria os pressupostos políticos que tornam fusional a relação entre

¹⁵⁰ Assim se explica o multiculturalismo, como também a etnicidade.

intervenção e ajuda social, cria simultaneamente novas lógicas de raciocínio capazes de exprimirem a ideia de que o pensamento não pode ser “inactual”;

✦ numa retórica social, que tem por objectivo traduzir o seu interesse político em não tornar abstractos os valores que dão a devida importância à força “imaginal” que, tal como Mafessolli (2004) defende, serve de suporte a uma cultura de sentimento.

Assim, e sem que se identifique com um social mecânico, racional e previsível, a intervenção social na sociedade de risco constituiu-se como uma figura de concordância que, para além de estabelecer a reversibilidade entre a moral e a política, faz também desmoronar a capacidade de modelação que politicamente lhe tem sido reconhecida. Na prática gerou um processo de interagir com os problemas sociais e com as metamorfoses da sociedade que lhe veio permitir corporizar a deslegitimação libertadora da Globalização. Portanto, como a sua natureza é predominantemente pragmática, a sua dominância no quadro da gestão do social tornou-se dependente, não só da filosofia do poder constituído, mas também da sua relação com as novas economias e as novas estratégias de regulação das igualdades, dos conflitos e das impossibilidades. A sua acção passou, assim, a expressar-se pelo seu envolvimento na gestão da realidade imediata, uma vez que o investimento da intervenção social no mediato tornou-se dependente de um conjunto de factores relacionados com a importância que:

- ✦ o processo de governamentalização atribui à previsibilidade no social e à forma como se conjuga a gestão do presente com a gestão do futuro;
- ✦ a sociedade política e a sociedade científica atribuem ao seu papel no sistema de regulação social;
- ✦ a sociedade civil atribui à sua implicação no redimensionamento do exercício crítico da participação social.

Em termos do seu investimento no imediato, este está fundamentalmente relacionado com o facto de a reconstrução da sua acção passar por uma reavaliação das estratégias e modelos de actuação, seguida de uma redefinição

dos mesmos¹⁵¹. Associando este processo a um investimento no conhecimento da realidade¹⁵², pode então a intervenção seleccionar a forma de agir que tanto pode ter um perfil clínico, como dinâmico, etiológico ou sistémico¹⁵³ e que, por sua vez, está na origem da recomposição do modelo de intervenção em modelo clínico, dinâmico, etiológico e sistémico. No que se relaciona com o modelo clínico, a opção por este modelo de intervenção supõe uma actuação sobre grande parte dos problemas sociais que resultam de processos de desfiliação social¹⁵⁴, e visa a recuperação dos desempenhos sociais. Quanto ao modelo dinâmico¹⁵⁵, tornou-se o indicado para agir sobre os problemas de exclusão, na medida em que visa promover uma relação social entre as pessoas e as ofertas locais, em matéria de apoios sociais, criando implicações com o exercício de uma cidadania que pressupõe, não só direitos, mas também deveres. Por seu lado, o modelo etiológico - que se singulariza por investir na localização real do problema para depois agir sobre o mesmo, estabelecendo a flexibilização das tensões como meio de restringir as condições em que se criam as situações de desvantagem social - tornou-se o mais indicado para os problemas de integração social. Em termos do modelo sistémico - por ter como objectivo o exercício da reconstrução dos laços sociais, como eixo de reparação dos suportes a partir dos quais se pode canalizar a intermediação e a comunicação, elementos necessários ao desenvolvimento de uma cultura do sentimento - tornou-se o mais indicado para agir sobre as situações de vulnerabilidade social.

QUADRO 7 | MODELOS DE INTERVENÇÃO: PARÂMETROS PARA A ACÇÃO

modelos de intervenção	tipo de problemas	objectivos da acção	finalidade da actuação
clínico	de desfiliação social	reconhecer especificidades a cada situação	a recuperação dos desempenhos sociais

¹⁵¹ Considerando que, apesar de terem em linha de conta o contexto e as circunstâncias em que se vão desenvolver, precisam também de adaptar o produto da sua desconstrução às dinâmicas culturais e científica em presença.

¹⁵² Para que se torne capaz de a compreender.

¹⁵³ Mas, enquanto o modelo sistémico pode ser interpretado como um novo perfil de intervenção, o clínico, o dinâmico e o etiológico devem ser entendidos como modelos reconstruídos, na medida em que têm por trás de si uma genealogia que, pelo facto de não poder ser esquecida, foi fundida com a alteração que se foi processando ao nível do seu *ethos* cultural

¹⁵⁴ Contraria assim a perspectiva que no passado defendia o pressuposto de que os problemas sociais deveriam ser assumidos como patologias sociais (Lima:1976).

¹⁵⁵ Que se particularizou por fazer um corte transversal nos problemas sociais e que tradicionalmente se sustentou num encaminhamento contido destes. Renovou-se através de uma concepção aberta de encaminhamento, que deixou de passar simplesmente por investir na informação como meio de reconhecer especificidades a cada situação.

dinâmico	de exclusão social	criar implicações com o exercício da cidadania	promover uma relação social entre as pessoas e as ofertas locais em matéria de apoio social
etiológico	de integração social	flexibilização das tensões como meio de restringir as condições em que se criam as situações de desvantagem social	investir na localização real do problema para depois agir sobre o mesmo
sistémico	de vulnerabilidade social	a reconstrução dos laços sociais como eixo de reparação dos suportes a partir dos quais se pode canalizar a intermediação e a comunicação	desenvolvimento de uma cultura do sentimento na gestão das dificuldades da resolução dos problemas

De um modo geral, estes modelos de actuação reflectem a capacidade da intervenção na sociedade de risco desenvolver diferentes papéis; estes, isoladamente, correspondem a processos de intervenção que podem ser de cariz:

- ✦ consciencializador
- ✦ sócio-educativo
- ✦ mobilizador
- ✦ pedagógico
- ✦ contratual

e que se conjugam com o exercício de uma função:

- ✦ mediadora
- ✦ reconstrutora dos sistemas de inclusão social
- ✦ potenciadora das capacidades individuais e colectivas
- ✦ dispersora de tensões
- ✦ sociabilizadora
- ✦ distensora da ajuda social
- ✦ reestruturadora das relações interpessoais
- ✦ dinamizadora de sinergias sociais
- ✦ construtora de uma cultura cívica
- ✦ desmarginalizadora dos constrangimentos sociais
- ✦ consolidadora das responsabilização e do processo emancipatório
- ✦ desvalorizadora da desumanização dos sistemas gerados em nome da optimização dos próprios sistemas

e cuja legitimação depende:

- ✧ da transformação dos modos de gestão da acção social
- ✧ do nível de desenvolvimento social, humano e ambiental
- ✧ dos processos de descentralização em curso
- ✧ das políticas de financiamento para o campo da intervenção social.

Todavia, toda esta diversidade de factores, que podem interferir sobre a organização dos modelos de actuação desenvolvidos pela intervenção, torna-se num problema, especialmente quando a organização do modelo de intervenção se confronta com a crise de representação dos mecanismos políticos achados para subverter a subjectividade que se pode encontrar nas políticas de intervenção. Por esta razão, o exercício da intervenção na sociedade do risco passou a ter como horizonte o pensar a cidadania, não só numa perspectiva assistida, mas também numa perspectiva emancipatória, ou seja, conjugar o exercício da cidadania universal com o exercício de uma cidadania diferencial que consolida os direitos sociais e humanos, tornando o discurso neo-filantrópico (Aquin:2002) num recurso que só deve ser utilizado perante situações de risco relacionadas com catástrofes com efeitos de carácter social. Isto equivale a dizer que, enquanto no âmbito das sociedades politicamente mais desenvolvidas o conceito de cidadania é expresso como uma unidade orgânica que reflecte um determinado modo de viver, pensar e sentir a vida social – impondo-se como uma estratégia emancipatória que tem como objectivo tornar consistente a participação e a responsabilização social –, nas sociedades de desenvolvimento equilibrado a cidadania é definida como um princípio educativo que deve ser adequado a um processo político-ideológico, formador de um modo de vida e que se padroniza por consolidar uma acção política que se constitui num reforço da democracia e que representa uma relação contraditória de negação e afirmação da unidade entre Estado e Sociedade Civil. Noutros contextos, como no caso das sociedades de desenvolvimento instável ou irregular, a cidadania é assumida como um eixo estruturador de um sistema de gestão social, que se particulariza por se contrapor a uma cultura subalternizante das classes sociais e por tornar assistido o processo emancipatório. Desta forma cria o estímulo para a participação activa, reduzindo o conformismo que singulariza o comportamento social produzido em circunstâncias precisas. Não sendo libertadora, desenvolve

uma recomposição da força política e social dos cidadãos que visa a construção de um novo perfil de inflexão na orientação ideológica da política assistencial. Estabelece uma dicotomização entre a possibilidade de aceder a bens e serviços e o direito a aceder aos mesmos, dando deste modo consistência a um movimento de expansão dos direitos sociais. Nas sociedades de desenvolvimento precário ou estagnado, os vínculos com o conceito de cidadania estão, na sua generalidade, reduzidos à esfera do respeito pela subsistência física. Podendo parecer, neste contexto, que o conceito de cidadania se desloca do seu corpo social e político, ele é porém utilizado numa relação de articulação entre o universal e o diferenciado. Está integrado numa cultura dominante como parte das estratégias político-culturais e, ao mesmo tempo, representa uma cidadania diferencial, na medida em que, por imperativos elementares, todo o seu modo de ser é definido em função de interesses humanitários de satisfação das necessidades relacionadas com o desenvolvimento humano. Confirma-se assim que a cidadania tem expressões culturais heterogéneas que se reflectem sobre a intervenção social, o que faz com que as contingências e as circunstâncias que a envolvem:

- ✧ condicionem a produção da acção social;
- ✧ promovam a diversidade nas necessidades e nos interesses;
- ✧ tornem complexas as formas de intervir.

Daí que a intervenção, no contexto actual, ao demarcar-se de um atavismo cultural, construa “fronteiras porosas” que lhe vão permitir gerir a sua emancipação sem criar rupturas com a sua construção cultural, mas abolindo tendencialmente o significado que lhe era atribuído e que resultava das capacidades evidenciadas no exercício. Eram estas as seguintes:

- ✧ a sublimação dos problemas sociais
- ✧ a manipulação de interesses
- ✧ a colonização ideológica

Considerando-se no entanto a emancipação como questão central deste ciclo de vida da intervenção social, que resulta da afirmação dos processos democráticos de socialização e de interacção com a justiça social, será na articulação entre política económica e política social que se define o espaço político e social da intervenção social. Mas é certo que, se a ordem política pode

não ter sido suficiente – mas todavia necessária – para o reconhecimento do seu poder simbólico, este último não conduziu a que a sua expressão social se autonomizasse da acção política. Portanto este pressuposto desvaloriza a hipótese de a intervenção se ter constituído como um outrem distinto (Mafessoli, 2004 227) dentro do ambiente das mutações sociais e da acção social. A sua emancipação é essencialmente de natureza estética e foi-se configurando a partir das alterações que se foram processando no círculo das suas ligações institucionais, sociais e culturais. A porosidade das suas fronteiras, ao mesmo tempo que foi facilitando:

- ✧ um aprofundamento da sua aproximação à multidisciplinaridade,
- ✧ uma maior flexibilização na acção ajustando-a à circunstancialidade,
- ✧ uma maior diversidade dos agentes interventores,
- ✧ uma alteração nas estratégias identitárias da intervenção,
- ✧ uma reinvenção endógena do conceito de problema e do risco social,
- ✧ uma pluralização das responsabilidades sociais,
- ✧ uma recontextualização dos modelos de intervenção,

criou, igualmente, as condições para que as suas ligações institucionais se tivessem tornado multifacetadas. Por este facto, a intervenção social deixou de exprimir o peso dos movimentos sociais ou a governamentalização da gestão social e diversificou as suas ligações com as diferentes entidades que protagonizam um compromisso com a sociedade, no sentido de fazer compreender o que se passa no mundo. Por conseguinte, ao expandir-se pelas várias áreas – política, económica, social, emocional, ecológica e cultural – não permitiu a sua transformação num anátema representativo de um mal-estar social. Antes pelo contrário, constituiu-se como um elemento construtor de uma cultura cívica progressiva, isto é, deixou de estar essencialmente circunscrita aos problemas da precariedade para ter passado a alargar a sua acção a outras franjas sociais – que tradicionalmente não faziam parte do universo alvo dos processos de intervenção¹⁵⁶. O rico, por questões relacionadas com uma concepção de bem-estar (que passou a incluir os aspectos de ordem emocional) e pelo facto de a exclusão ter deixado de ser propriedade exclusiva dos pobres, passou assim a ser incluído no universo alvo da intervenção, tornando

¹⁵⁶ Uma vez que o seu objectivo tinha como ponto fulcral a recomposição do tecido social atenuando as fragilidades de ordem económica.

ideologicamente equívoca a sua orientação política, mas inequívoca a sua compreensão sobre a reinvenção das fragilidades sociais. A intervenção deixou assim de ser pensada só em função das desigualdades, mas também em função da personalização das questões sociais, dentro de um espaço que se abre a essas mesmas questões e onde se integram, entre outros, o isolamento, o lazer, o consumo, a família ou o ambiente. Para além disso confronta-se igualmente com uma forma de pensar a sociedade que, tal como Giddens defende (2002 b:77), *“não se reduz ao Estado e ao mercado (...) entre os dois encontra-se a área da sociedade civil que inclui a família e outras instituições de natureza não económica”*.

Esta nova postura da intervenção reveste-se de características próprias, na medida em que articula, com a recriação das suas práticas, a actuação da intervenção aos níveis de:

- ✧ os tradicionais problemas¹⁵⁷ que estiveram na origem da sua construção social como mecanismo de regulação das desigualdades, desequilíbrios e assimetrias;
- ✧ as situações críticas que implicam uma intervenção incisiva, tal como acontece perante qualquer processo de exclusão;
- ✧ o diferencial por responder a novos riscos sociais, onde se incluem as novas dependências.

E é exactamente, no quadro do processo de reinvenção das práticas de intervenção que o seu poder simbólico se reforça, criando um espaço que lhe é reconhecido como sendo um domínio que se vai tornando equidistante do poder constituinte e do poder constituído, por via da afirmação de um novo significado social e político; este converte a sua importância a partir do reconhecimento de que a sua emancipação não se traduz numa imaterialização da sua universalidade, mas sim na multitude entendida tal como Prado Coelho (2004:93) a entende:: *“designando uma nova relação entre o um e o múltiplo, a possibilidade de uma universalidade singularizada, ou, se preferirem, a passagem da ideia de (...) sociedade para todos (...) para uma sociedade para cada um”*. Ao identificar-se nesta premissa de que dentro de uma sociedade para todos se deve encontrar uma sociedade para cada um, a intervenção social vence

¹⁵⁷ Como o desemprego e a pobreza.

então a barreira da territorialidade para se afirmar como uma nova alternativa social que recria a relação entre a individualização e a universalização.

1.7 | Intervenção e Serviço Social: as duas margens do desenvolvimento

A relação entre Intervenção e Serviço Social tomou a devida visibilidade e consistência no quadro de um processo de legitimação de uma visão de progresso, que assentava na construção de um modelo de desenvolvimento económico¹⁵⁸ em que as necessidades de ordem social afectavam a dinâmica desejada para o crescimento industrial- não tanto porque essas mesmas necessidades esvaziassem de sentido o projecto político pensado para a legitimação da sociedade industrial, mas sim porque eram impeditivas de “*ajustar os sentimentos e os desejos às regras do êxito social*” (Touraine.1994:117). Isto significa que tenham surgido novos paradigmas de interpretação da arquitectura política e económica do êxito social, os quais passavam por dar “autenticidade” às propostas de intervenção no contexto social e tinham como pressuposto a promoção do desenvolvimento, sem que se desvinculassem da textura complexa da criatividade e das relações com o poder. Por isso mesmo, e independentemente dos diferentes significados ideológicos que pudessem ser dados ao exercício da intervenção social, os seus propósitos¹⁵⁹ passavam essencialmente por uma actuação ao nível do universo das desigualdades sociais, tendo por base uma estratégia de conciliação entre desenvolvimento e gestão das desigualdades como meio para sublimar o carácter exponencial do “lado errado” do dito progresso. Toda a acção exercida sobre o terreno das desigualdades sociais se tornou assim numa forma elementar de corrigir as distorções sociais geradas pelo projecto político que acompanhava a construção da sociedade industrial. Mas, como o exercício da acção implicava o uso de meios e a disponibilidade de recursos, os meios foram encontrados por via da concertação de diferentes interesses que se consubstanciaram sob a forma de filantropismo¹⁶⁰, enquanto os recursos foram organizados tendo em linha de

¹⁵⁸ As transformações que se foram operando ao nível do conceito de Desenvolvimento desde a sociedade industrial devem ser entendidas como produto da dinâmica de afirmação, não só das ciências económicas e sociais, mas também da forma como evoluíram os conceitos intelectuais neste campo e progrediram as diferentes perspectivas de abordagem teórica utilizadas ao longo do tempo e que interferiram sobre o processo de regulação das assimetrias sociais.

¹⁵⁹ Estes propósitos consistiam em reduzir a vulnerabilidade gerada pelos desequilíbrios sociais mediante processos de desenvolvimento individual ou local, que incorporavam as acções produzidas pelo conjunto de actores sociais que encontraram no desenvolvimento a forma de intersectar o “corpo” social das desigualdades.

¹⁶⁰ Cujo objectivo se prendia com a produção de uma alteração na *facies* social do quotidiano da vida dos mais carenciados.

conta a rentabilização do trabalho dos agentes de intervenção e a projecção dos centros sociais como uma nova figura institucional na área do social.

Singularmente, o processo de conexão das vontades sociais com propósitos ideológicos e princípios políticos transformou-se no ponto nevralgico a partir do qual se renovaram as práticas de gestão das desigualdades, tendo como referência os valores históricos da ajuda social¹⁶¹. Isto fez com que o seu padrão identitário se tenha recriado no quadro da recontextualização da intervenção social na sociedade industrial, a qual foi influenciada pela dinâmica de laicização do seu universo simbólico. Deste modo reformulou os seus códigos de referência¹⁶² tornando-os menos dogmáticos, logo, mais flexíveis. Como resultado dessa mudança, formou-se ideologicamente uma linha divisória¹⁶³ entre ajuda e intervenção, que se tornou socialmente fictícia¹⁶⁴ apesar de politicamente comprometida.¹⁶⁵ Na prática esta divisão resultou essencialmente do facto de o exercício da ajuda ou da intervenção se suportarem em axiomas diferentes, não obstante a sua razão de existência ser a mesma. Assim se confirma que as desigualdades eram o epicentro de todas as atenções por parte das diversas correntes ideológicas¹⁶⁶, que através dos seus agentes no terreno se encontravam empenhados em descaracterizar a volumetria das necessidades sociais, mais do que a sua substância. Porém, como a eficácia do exercício desta descaracterização dependia da qualidade da rede de comunicação que deveria ser estabelecida, o exercício da proximidade tornou-se assim no elemento chave para quebrar o distanciamento incrustado nas relações entre grupos sociais com interesses divergentes. Esta questão levou a que o trabalho de intervenção desenvolvido no terreno a partir dos centros sociais se tivesse transformado num valor acrescentado para o exercício da intervenção. E isto sucede porque já se verificava que:

▲ se encontrava integrado nos sistemas de ajuda social, o que lhe permitia uma facilidade de movimentação nesta área;

¹⁶¹ Que precipitou o início de um novo ciclo na vida do exercício social da ajuda.

¹⁶² Ou seja, os de ordem religiosa.

¹⁶³ Contraditoriamente, esta mesma linha divisória alterou a lógica de pensar a moldura ideológica para a gestão das desigualdades, na medida em que, se por um lado se mantinha consistente a perspectiva que considerava a ajuda e a intervenção como “duas faces da mesma moeda”, por outro ganhou consistência uma outra perspectiva, que diferenciava ajuda e intervenção na medida em que a ajuda era considerada como uma prática e a intervenção como um processo. Em comum estas vertentes partilhavam da vontade de agir.

¹⁶⁴ Dado que, em termos sociais, ajuda e intervenção cumpriam o mesmo objectivo, ou seja, um exercício paliativo da “desformatação” política dos problemas sociais.

¹⁶⁵ Pretende-se com isto dizer que se alterou a lógica de pensar a moldura ideológica para a gestão das desigualdades.

¹⁶⁶ Económicas, políticas e sociais.

▲ tinha demonstrado capacidade necessária para assegurar o investimento político na sublimação dos comportamentos reivindicativos no campo social.

Mas como, para sublimar comportamentos, é fundamental compreender os mesmos, a formação nesta área impôs-se como uma necessidade incontestada. E foi nesta nova conjuntura – em que a conversão das realidades vividas em realidades sentidas exigiu a profissionalização dos agentes sociais envolvidos no exercício da mudança – que foi institucionalizado o Serviço Social como profissão social, vocacionada para agir sobre os anátemas da pobreza. No entanto, ao afirmar-se institucionalmente no campo da regulação da pobreza, fez transparecer a sua reprobção ética relativamente à anatomia social da pobreza. E a forma encontrada para tornar devidamente clara a sua atitude de reprobção relativamente à existência da pobreza enquanto fenómeno social, passou a ser a sua postura relativamente ao desenvolvimento e à intervenção. No que concerne ao desenvolvimento, o Serviço Social assumiu-o como a alternativa mais indicada, não só para desvalorizar qualquer política caritativa, como para responder às necessidades sociais de forma sustentada. Esta foi a razão por que investiu na construção de práticas assistenciais como meio para retratar a sua postura relativamente à estratégia liberal¹⁶⁷ em matéria de desenvolvimento. E uma vez que a gestão controlada da reprodução das desigualdades sociais se tornou vital para o projecto de desenvolvimento da sociedade industrial, o Serviço Social constituiu-se como um novo artefacto político que participaria na sua consolidação. Relativamente à intervenção, o Serviço Social criou com esta uma relação de simbiose desde a sua emergência como profissão, o que explica o facto de durante muito tempo¹⁶⁸ se ter tornado no seu principal protagonista, especificamente no que diz respeito à sua fase de execução no terreno. Criou uma interdependência com a intervenção que fez com que tivessem partilhando objectivos e propósitos, apesar da ambiguidade ideológica que envolveu os respectivos padrões identitários¹⁶⁹. No entanto, isto não inviabilizou a sedimentação da trilogia que se constituiu entre intervenção, desenvolvimento e Serviço Social, a qual encontrou como seus suportes:

¹⁶⁷ A qual se fundamentava no trabalho como via principal para a resolução dos problemas sociais, e o exercício assistencial como via colateral de assegurar a reprodução da força de trabalho.

¹⁶⁸ Especificamente até ao fenómeno de pluralização das profissões sociais que assumiu a sua curva ascendente a partir da 2ª Guerra Mundial.

¹⁶⁹ Esta ambiguidade resulta, em parte, do facto de coabitarem no mesmo espaço cultural, independentemente de se poderem diferenciar em termos dos seus princípios ideológicos.

- ✧ a valorização do trabalho voluntário, o qual se projectou como uma actividade de índole social que respondia às aspirações demonstradas pelas elites sociais¹⁷⁰, e sobremaneira pelas femininas, em alterar alguns dos seus estilos de vida;
- ✧ a organização de modelos de intervenção centrados na comunidade, os quais emergiram como resposta à afirmação do padrão cultural que caracterizava a sociedade industrial e que trouxe consigo uma nova relação do indivíduo com o seu universo de vida e de trabalho;
- ✧ a inovação das estratégias de regulação dos desequilíbrios sociais¹⁷¹, que se apoiou na relação vertiginosa entre a moral e a política e que se foi consolidando perante o crescimento do fenómeno urbanista originado pela industrialização,

A mesma trilogia exerceu o seu impacto sobre:

- ✧ a metodologia de intervenção profissional dos assistentes sociais, abrindo espaço à legitimação do Serviço Social de comunidades,
- ✧ a definição empírica de comunidade e de acção comunitária,

e legitimou-se a partir de:

- ✧ trabalho dinamizado por intermédio dos centros sociais,
- ✧ pluralização das estratégias de intervenção sobre os problemas sociais, onde se inclui a intervenção comunitária.

Em termos contextuais, esta mesma reformulação foi valorizada pela acção desenvolvida pelos centros sociais¹⁷², uma vez que desde a sua

¹⁷⁰ Isto acontece porque o envolvimento do voluntariado e, mais tarde, do Serviço Social neste processo se tornou num facto perfeitamente justificado do ponto de vista sociológico, na medida em que ambos estavam axialmente ligados aos movimentos sociais característicos dos finais do séc. XIX, onde se inseriam o filantropismo e o feminismo burguês.

¹⁷¹ Devido à influência da afirmação da Economia Social, já desde o séc. XIX era dada grande importância ao estudo dos efeitos sociais produzidos pelo desenvolvimento de uma economia de mercado. Este ramo da Economia empenhava-se na realização de estudos de carácter social que visavam recolher e analisar a informação obtida, a fim de definir linhas de orientação no campo social que permitissem corrigir aspectos do comportamento económico. Este seu interesse no estudo e análise dos indicadores sociais serviu tanto para definir padrões de vida como padrão social.

¹⁷² Foi precisamente devido à necessidade de colmatar os efeitos político-sociais da política liberal que, sob influência mitigada do conceito de justiça social emergente da Revolução Francesa, surgiu a primeira experiência de intervenção comunitária num subúrbio da cidade de Londres, então conduzida por Cannon Barret em colaboração com Arnold Toynbee, que esteve na origem da institucionalização do primeiro Centro Social, no ano de 1824, na cidade de Londres.

institucionalização¹⁷³ se particularizaram por utilizarem o binómio participação social/recolha de informação para colocarem no terreno projectos de intervenção que correspondessem, não só às necessidades reais sentidas pelas populações locais, mas também às necessidades de reestruturação da lógica política em que assentava o exercício da intervenção. Para o efeito apoiavam-se na dinamização de iniciativas institucionais que conduziam à mudança nos hábitos de vida e de estar da população carenciada¹⁷⁴, que tinha perdido a sua rede primária de apoio social¹⁷⁵ e se confrontava com uma precarização continuada da sua vida social, a qual agravava o aumento substantivo dos fenómenos de exclusão¹⁷⁶ e de desfiliação social.

Com o objectivo de afirmarem a diferença relativamente às respostas criadas pelas clássicas instituições sociais¹⁷⁷, os centros sociais, para além de investirem num modelo de iniciativas originais (como a construção de creches e infantários), apostaram também num modelo de funcionamento organizacional, de características aparentemente inovadoras¹⁷⁸, na medida em que, tal como aconteceu com o Centro Toynbee Hall¹⁷⁹, se inscreveram socialmente como um

¹⁷³ A criação dos centros sociais assumiu um interesse relevante dado ter investido na sua transformação como um instrumento que serviria simultaneamente para auxiliar a construção de uma percepção mais exacta e ampla das condições e do modo de vida da população desfavorecida, especialmente da população operária, e para acelerar a promoção de um novo modelo axiomático de intervenção social, que se sustentava na importância da consecução de levantamentos sociais como forma de diagnóstico dos problemas sociais.

¹⁷⁴ Ao segmento de população que veio para as cidades à procura de trabalho e melhores condições de vida, vulgarmente conhecidos por camponeses pobres, foi desvalorizado o capital cultural e subalternizado do seu *ethos* social e ideológico. Politicamente passaram a ser segregados, dado que o entendimento que a sociedade industrial atribuía ao fenómeno da pobreza traduzia as influências do liberalismo, explicando-o como uma forma de vadiagem ou como resultado de um fracasso individual. Descaracterizada religiosamente pelo antropocentrismo, agravou-se a desqualificação da imagem social da pobreza, que se tornou mais perturbadora perante a concentração acentuada em torno dos locais onde existia maior oferta de trabalho. Todo este fenómeno de concentração da pobreza em zonas periféricas ou degradadas do ponto de vista habitacional desencadeou um processo de “*ghettização*” social, ideológica e económica, o que deu uma maior visibilidade às questões das desigualdades sociais. Mas, se essa mesma visibilidade promoveu no inconsciente social um sentimento de mal-estar e de agitação moral, trouxe também para o plano económico e político uma tomada de consciência sobre a necessidade de o próprio liberalismo recriar as suas estratégias de dominação. Precisava de reverter a sua imagem social, não só face às críticas movidas por parte das teorias socialistas e anarco-sindicalistas, mas também frente ao significado político e às consequências económicas originadas pelos efeitos da indisciplinarização e degradação da força de trabalho. Considerando, no entanto, que a questão da disciplinarização da força de trabalho e a própria defesa da hegemonização do modelo económico (Mouro, Carvalho:1987) obrigava a uma reorganização da gestão da vida social, moral e laboral da população não integrada, e como um dos paradigmas do sistema económico era a liberalização e o individualismo, não o intervencionismo, o poder político, contraditoriamente, não deixou de reconhecer interesse nas iniciativas que pudessem contribuir para uma alteração da realidade social, que serviu e serve ainda hoje como ícone da sociedade industrial. Portanto, ao assumir a sua natureza ideológica, abriu um hiato no processo de intervenção que foi preenchido pelo protagonismo assumido pela sociedade civil e pelas organizações religiosas na gestão dos problemas sociais.

¹⁷⁵ Tradicionalmente constituída pela família e vizinhos.

¹⁷⁶ Que, sociologicamente falando, só veio a ser superada pelas gerações seguintes.

¹⁷⁷ Tais como as misericórdias, os hospitais e mesmo os Bureaux des Pauvres que constituem o arquétipo das instituições sociais da sociedade tradicional.

¹⁷⁸ Digo aparentemente inovadoras (e não inovadoras) na medida em que na organização do seu modelo de funcionamento teve como paradigma algumas das experiências de municipalização da ajuda anteriormente desenvolvidas, quer em França, quer na Itália e na Alemanha.

¹⁷⁹ Fundado também em Londres por Samuel Barnett e Octavia Rouland, em 1884, com o objectivo de homenagear Arnold Toynbee e de realizar um projecto experimental de educação da população operária. O seu ineditismo foi ainda mais profundo na medida em que os próprios fundadores decidiram residir no bairro para conhecerem plenamente a realidade comunitária e promoveram reuniões com os seus habitantes, no sentido de,

espaço que, na base de uma estratégia de dinamização social e recreativa, desenvolviam processos de inserção social e de socialização política¹⁸⁰. Dai que as actividades desenvolvidas fossem ao encontro das necessidades sentidas¹⁸¹ pelas comunidades e transmitidas e às necessidades constatadas¹⁸² por todos os que aí trabalhavam, enquanto as **acções desenvolvidas tinham como finalidade**:

- ✧ a redução da exclusão gerada pelo processo produtivo,
- ✧ o combate à desinformação em matéria de saúde pública,
- ✧ a criação de um conjunto de serviços que assegurassem o acesso a bens e recursos sociais que, de outra forma, esta população nunca teria possibilidade de utilizar¹⁸³,

e caracterizavam-se por:

- ✧ serem abertas à comunidade,
- ✧ se suportarem em programas flexíveis que atendiam à multiplicidade e variedade dos interesses da comunidade,
- ✧ promoverem a mobilização na comunidade,
- ✧ privilegiarem um modelo de intervenção que tinha como paradigma a articulação entre assistência e promoção social.

Pelo facto de terem abrigado vários serviços autónomos, que estimulavam as populações a participar nas suas iniciativas e a utilizarem os serviços criados, as Nações Unidas, em 1952, definiram os centros sociais como: *“uma organização, formal ou não, cuja finalidade é promover meios de cooperação entre pessoas residindo dentro de determinada área geográfica”*¹⁸⁴. Esta forma de

em conjunto, analisarem as necessidades locais. Além disso, apoiou-se num novo modelo de gestão de recursos humanos disponíveis – essencialmente constituídos por voluntários sociais – e na colaboração com estudantes universitários para realizar *in loco* um estudo da pobreza na sua vertente causal e na sua relação com o ambiente (Mouro:2001).

¹⁸⁰ Facto este que fez com que os centros sociais se tivessem tornado num novo paradigma de instituição social, de tal forma significativo que explica a multiplicidade de centros sociais, de entre os quais se destaca a institucionalização do primeiro centro social nos Estados Unidos fundado por Jane Adams em 1889, na cidade de Chicago. Em França as primeiras iniciativas de criação de centros sociais datam de 1900 e duraram até à 2ª Guerra Mundial, e entre eles destaca-se o centro de Levallois-Perret. Esta vaga sintomática de expansão dos centros sociais confirma-se através do facto de, nos finais do séc. XIX, em Chicago, se ter organizado um movimento federativo entre os Centros Sociais e em 1922, em França, ter surgido a Federação Internacional de Centros Sociais.

¹⁸¹ Neste quadrante integravam-se as necessidades transmitidas pela população local, ou pelos seus representantes, na interacção que geravam com os agentes que actuavam ao nível local.

¹⁸² Neste conjunto enquadravam-se as necessidades resultantes do levantamento feito por agentes externos à comunidade e que vulgarmente estavam ligados institucionalmente a estas organizações de carácter social.

¹⁸³ Neste contexto inserem-se os serviços de apoio a crianças e serviços de saúde.

¹⁸⁴ ONU “Training for Social Welfare”, 1952.

agir, que se constituiu como padrão cultural do exercício da intervenção e da participação institucional dos centros sociais na produção do desenvolvimento, tornou-se específica dos próprios centros sociais (Dessertine; Durand; Gardet; Marec; Tétard: 2004), quer por incrementar um conjunto de iniciativas enquadradas em projectos de educação social que permitiam às pessoas alterar os seus comportamentos sociais, quer por terem criado um padrão básico de inclusão social, apesar de não resolverem o problema da exclusão. Pelas particularidades que assumiu, este tipo de acção passou a ser reconhecida como **Promoção Social** e particulariza-se por:

- ✧ rejeitar a dimensão caritativa e beneficente que servia de suporte às intervenções sobre a pobreza na sociedade teocêntrica, assim como a cultura mercantilista que fomentava o clientelismo e a centralização decisória do processo de ajuda social;
- ✧ conduzir a sua acção no sentido de subalternizar as ajudas económicas, investindo em projectos de intervenção comunitária dirigidos para um colectivo populacional que pressupunha a sua organização;
- ✧ fazer uso do exercício da pressão social e política junto de entidades públicas locais para praticar um modelo de inclusão que pressupunha a construção de um padrão de vida social, onde o reconhecimento da dignidade social se tornou na premissa fundamental para modificar as condições de vida dos mais carenciados.

O seu exercício institucional serviu para satisfazer as necessidades de ordem:

- ✧ educativa
- ✧ formativa
- ✧ assistencial,

Definiu como seu objectivo a redução das privações¹⁸⁵ e afirmou-se no campo da intervenção por:

¹⁸⁵ Posteriormente foram trabalhadas pelos relatórios do desenvolvimento humano do P.N.U.D., que surgem como balanço das situações sociais que qualificam o processo de desenvolvimento nas diferentes realidades geo-políticas.

- ✧ surgir com um carácter diferenciador relativamente ao processo tradicional de intervenção sobre as desigualdades;
- ✧ desinvestir no paradigma assistencialista para investir no paradigma desenvolvimentista;
- ✧ promover uma dinâmica de partilha relativamente às preocupações das populações;
- ✧ não pretender resolver o problema da pobreza, mas sim os problemas ligados à pobreza;
- ✧ intervir ao nível colectivo e não individual, ou conciliar ambos;
- ✧ traduzir uma resposta política a um problema de consciência social;
- ✧ criar a diversidade nas respostas sociais;
- ✧ atrofiar o mal-estar social;
- ✧ sintetizar a relação entre progresso e privação;
- ✧ articular vários conhecimentos disciplinares e despertar interesse científico pela investigação social.

Em termos do seu exercício quotidiano, as práticas da promoção social construíram-se de acordo com os novos paradigmas científicos projectados na sociedade industrial, o que se traduziu na sobreposição da objectividade à intuição, utilizada pelos *family visitor*¹⁸⁶. Ou seja, investiu-se numa visão de sustentabilidade para as práticas de intervenção, com apoio em:

- ✧ dados concretos¹⁸⁷ recolhidos por via de inquérito de porta a porta¹⁸⁸;

¹⁸⁶ Esta figura existia em Inglaterra no séc. XIX e particularizava-se pela responsabilidade que algumas pessoas tinham no acompanhamento social, através de visitas domiciliárias, a um grupo de famílias pobres. Trabalhavam voluntariamente, quer nas organizações de carácter promocional de inserção comunitária, quer nas organizações assistenciais, e tinham como área de actuação, não só zonas territoriais limitadas, mas também zonas alargadas. (

¹⁸⁷ Dados estes que assentavam numa lógica racional, o que fez com que a aplicação da estatística se tivesse tornado na ferramenta que retiraria toda a subjectividade ao fenómeno. Mesmo perante a argumentação, baseada na constatação social e na apresentação pública de casos de miséria denunciados pelos reformadores sociais, como meio de retratar o que de exponencial estava subjacente ao fenómeno da pobreza, a quantificação e a qualificação deveriam dar credibilidade ao conhecimento sobre esta matéria. De uma forma concreta, pode-se dizer que a objectivação do fenómeno da pobreza resulta, não de uma simbiose de interesses científicos partilhados pela medicina social, economia, matemática e sociologia (à época conhecida por física social), mas sim de interesses particulares destas mesmas ciências. Para a medicina era importante relacionar a variável causa e efeito no que diz respeito à relação entre pobreza e doenças infecto-contagiosas. Para a economia era essencial avaliar o efeito da pobreza sobre a produtividade e sobre o processo de crescimento económico. Para a matemática o trabalho estatístico dos dados recolhidos servia para testar a pertinência científica da estatística e sobremaneira da estatística aplicada. Para a sociologia abriu espaço para o estudo dos fenómenos sociais, interligando-os com a sua hermenêutica e holicismo. Instalou-se, então, uma cultura científica em que o individualismo se sobrepunha à partilha do conhecimento. A competitividade alargava-se também ao domínio das ciências que, por sua vez, lutavam por uma primazia num contexto em que, em termos culturais, se procurava o equilíbrio dentro da própria desordem social.

¹⁸⁸ Como aconteceu com o estudo do problema da habitação degradada e sobre-ocupada realizado por Octávia Hill na cidade de Londres, nos finais do séc. XIX.

↗ levantamentos sociais realizados com o objectivo de estudar e avaliar as condições sociais de vida e de trabalho de todos os que dependiam de ajudas externas para sobreviver¹⁸⁹.

Na prática o exercício da promoção social apoiou-se no paradigma científico que se tinha tornado na “epiderme” das ciências modernas e constituiu-se num instrumento de validação das práticas no terreno que deveriam servir para criar Teoria. Daí que esta mesma Teoria, por ser conduzida por via dos centros sociais, tornou estes mesmos centros sociais em verdadeiros laboratórios sociais (Mouro; Carvalho:1989), a partir dos quais ficava mais fácil estudar os fenómenos de carácter social¹⁹⁰. Por conseguinte estas novas organizações sociais serviram de suporte a uma cultura de investigação que correspondia a uma concepção dominante de construção de teoria, isto é, nestes centros ensaiava-se a investigação empírica, apreendiam-se os requisitos da observação, treinava-se a aplicação de inquéritos e aperfeiçoavam-se os aspectos metodológicos que permitiam, não só legitimar a ruptura com o senso comum, mas também criar uma ligação entre a prática e a teoria tendo em vista a produção de um conhecimento adquirido por via da prática. Contudo, à importância atribuída ao exercício do paradigma científico para o conhecimento da realidade social, juntou-se um outro elemento, este essencialmente relacionado com a forma de ensaiar:

- ↗ a programação da intervenção;
- ↗ a construção de estratégias para o exercício da acção.

Este último elemento, que está relacionado com a necessidade de dar consistência teórica ao exercício da intervenção como meio de controlar a desqualificação da vida social, confrontou-se no tempo com o perigo criado por um exercício massificado da intervenção¹⁹¹. Por este motivo foram introduzidos critérios selectivos no recrutamento dos agentes sociais que pretendiam

¹⁸⁹ Foi neste contexto de determinar exactamente os vectores que não permitiam assegurar a coesão necessária ao processo de desenvolvimento económico iniciado com a Revolução Industrial, que surgiram os primeiros estudos sobre a pobreza, realizados por Booth e Rowntree, os quais visavam medir a pobreza para se poder então definir em termos objectivos o conceito de padrão de vida, estruturar as estratégias consideradas mais indicadas para a regulação das desigualdades e construir modelos de práticas de ajuda social.

¹⁹⁰ Também pela possibilidade que ofereciam para o lançamento de inquéritos, da realização de entrevistas, do desenvolvimento de observações participadas e de pôr em prática teorias auxiliares de pesquisa.

¹⁹¹ Essencialmente porque o crescimento do voluntariado social fez mais na base de uma relação aritmética com o reconhecimento das necessidades sociais sentidas do que com uma relação geométrica do exercício da intervenção.

desempenhar um papel activo na reconstrução do tecido social degradado. E, se numa primeira fase os requisitos criados se circunscreveram à definição do perfil indicado para desempenhar as funções que lhes eram pedidas – onde se enquadra a capacidade de comunicação e de compreensão dos comportamentos humanos –, já num segundo momento, e porque se tornou importante relativizar a intuição e o empirismo a favor da objectividade e do racionalismo¹⁹², a questão da formação dos agentes sociais tornou-se essencial para garantir uma intervenção eficaz. Daí o surgimento dos Cursos de Verão¹⁹³, destinados a dar formação aos agentes de intervenção social que dela sentissem necessidade¹⁹⁴. Assegurava-se, deste modo, um suporte de ordem teórica que permitisse desenvolver a relação da teoria com a prática. Mas, com a qualificação da acção, surgiu em paralelo o exercício da seriação¹⁹⁵, isto é, para além das capacidades de contacto com as populações e com os indivíduos, os agentes sociais deveriam igualmente ter os conhecimentos necessários para serem capazes de caracterizar situações e problemas. Por sua vez, com a institucionalização da formação estabeleceu-se a diferenciação entre agentes com formação e sem formação¹⁹⁶, o que equivale a dizer que passou a ser feita uma distinção ao nível das competências, facto este que, se por um lado não interferiu significativamente sobre o exercício quotidiano da intervenção, por outro exerceu os seus reflexos sobre o seu processo de organização, criando uma separação entre a sua programação e execução. Todavia, nesta separação entre organização e execução não se criou um sistema de vasos comunicantes que permitisse uma interacção efectiva entre a realidade construída e a realidade vivida¹⁹⁷.

Foi precisamente no contexto da linha de evolução da qualificação do exercício da intervenção que surgiram as primeiras escolas de Serviço Social nos Estados Unidos e na Europa (respectivamente em 1898 e em 1899). Os

¹⁹² Facto este directamente relacionado com o aumento da oferta feminina participante em actividades de índole social, que se tornou preponderante relativamente à masculina, o que, na prática, conduziu a uma perda de qualidade na acção gerada pela falta de qualificações académicas das mesmas.

¹⁹³ Os primeiros Cursos de Verão emergiram nos EUA criados por Edwine e realizaram-se em estâncias turísticas como uma resposta tímida às necessidades de qualificação do trabalho voluntário.

¹⁹⁴ Em 1890, foi também fundada a *Womens Settlements University*, que pretendia, não só dar formação ao voluntariado feminino que trabalhava nos *settlements*, mas também legitimar o direito das mulheres a terem outros centros de interesses para além dos relacionados com o estatuto de esposas, mães e donas de casa. Portanto, a prática do voluntariado social funcionou para as mulheres como uma alternativa para conciliar família com actividades fora do lar.

¹⁹⁵ Esta justificou-se com base no reconhecimento de que um trabalho no campo social não podia servir para resolver processos de afirmação individual, mas sim para contribuir para a afirmação do bem-estar social.

¹⁹⁶ O que equivale a dizer que aos agentes com formação competia a realização do levantamento das necessidades sociais, o diagnóstico das situações e a definição das estratégias de intervenção social. Aos sem formação eram pedidas actividades complementares, tais como a realização de inquéritos e a realização de actividades que produzissem uma aproximação entre a população para a qual eram organizadas as actividades e as instituições organizadoras das mesmas.

¹⁹⁷ Como tal, a produção de conhecimento ficava no domínio das elites académicas, enquanto a intervenção recaía sobre o campo dos agentes interventores.

profissionais formados por estas escolas integraram-se numa dinâmica de intervenção social que se bifurcava entre assistência e promoção social. Enquanto a assistência investia na individualização dos problemas sociais, a promoção social focalizava-se, não tanto nos problemas da pobreza, nem tão pouco no alívio desta¹⁹⁸, mas mais nos elementos circundantes a essa mesma pobreza, tais como a habitação, a educação e a saúde pública e comunitária. Na prática, enquanto no campo da assistência se fazia uma simbiose entre ajuda e protecção, já no campo da promoção interligavam-se assistência e desenvolvimento¹⁹⁹. Portanto, e sem descurar o facto de o acompanhamento de casos sociais não ser antagónico ao trabalho em grupo ou à dinamização comunitária, os assistentes sociais serviram-se do conhecimento construído sobre dinâmicas sociais, económicas e culturais sobre o comportamento humano, sem todavia desvalorizarem a importância da experiência adquirida através da prática profissional. Assim se compreende que os assistentes sociais tenham cultivado uma postura diferenciada relativamente a algumas áreas das Ciências Sociais no que concerne à gestão da relação entre teoria e prática²⁰⁰, dado que as suas preocupações profissionais se centravam essencialmente na construção de processos metodológicos de intervenção profissional que enfatizavam a relação dialéctica entre teoria e prática para:

- ✧ organizar as estratégias de intervenção,
- ✧ definir o processo de intervenção.

Os assistentes sociais serviam-se da teoria para dar suporte ao processo de sistematização das práticas profissionais e para desenvolver a sua representação como profissão de síntese. E foi no campo da intervenção comunitária que mais se exercitou o inquérito, a observação participante, a entrevista, e se deu consistência à dinamização de grupos, à condução de reuniões, assim como mais se passou a exercer a planificação, execução e avaliação de projectos de intervenção. Numa correlação com a idiosincrasia existente entre teoria e prática, o Serviço Social desenvolveu o campo a partir do qual ajustou as

¹⁹⁸ Quer fosse temporária, quer fosse crónica.

¹⁹⁹ Na medida em que a promoção estava totalmente envolvida com a construção de equipamentos sociais, ao mesmo tempo que organizava serviços e optimizava recursos.

²⁰⁰ Dificilmente, ou mesmo nunca, o Serviço Social conseguiu promover no seu quotidiano uma barreira densa entre prática e teoria, pois sempre foi considerada uma profissão de intervenção e, como tal, tinha a necessidade concreta de ter conhecimento e informação para agir sobre uma situação-problema sem se tornar em nenhum “reservatório” de informação.

necessidades de afirmação profissional à construção da sua propriedade intelectual.

Considerando, no entanto, que o exercício da promoção social através dos centros sociais se tornou no “palco” de ensaio das Ciências Sociais na construção de:

- ✧ uma teoria de intervenção,
- ✧ a investigação sobre a pobreza,
- ✧ a teorização do trabalho em equipa,
- ✧ a consagração do trabalho multidisciplinar,
- ✧ a elaboração do conceito e dos modelos de participação,

para o Serviço Social este mesmo palco permitiu-lhe teorizar a sua intervenção profissional ao nível do desenvolvimento projectado para as Comunidades²⁰¹, ou seja, depois de ter investido na construção da sua identidade, o que implicou a definição de:

- ✧ os seus campos de actuação,
- ✧ as suas metodologias e modelos de intervenção,
- ✧ os seus valores profissionais.

Também depois de se ter legitimado como uma profissão de intervenção, o Serviço Social empenhou-se em sistematizar a experiência adquirida através das práticas desenvolvidas ao nível das instituições assistenciais e promocionais, para poder formular as suas metodologias de intervenção, tanto ao nível do indivíduo, como do grupo e da comunidade.

O Serviço Social encontrou essencialmente no campo da intervenção comunitária uma forma de poder assumir um maior protagonismo no exercício do desenvolvimento. E, se numa primeira fase investiu no estudo das suas necessidades sociais e na dinamização de grupos de forma a promover a participação social, já posteriormente - em especial após a reconversão a que foram sujeitas as actividades promovidas pelos centros sociais, por força de terem que se recontextualizar em face da formação de novos paradigmas de gestão social emergentes no quadro da evolução da sociedade industrial - o

²⁰¹ O que fez com que os métodos clássicos de Serviço Social deixassem de estar circunscritos ao Serviço Social de Casos e de Grupos, para passarem a integrar o de Comunidades.

Serviço Social recriou o seu modelo de intervenção profissional nesta área, reajustando e exercício da acção social ao processo de intervenção comunitária.

Todavia, a combinação entre acção social e desenvolvimento comunitário, para além de ter surgido por força do processo de recontextualização cultural e política do Serviço Social na sociedade industrial, respondeu igualmente à necessidade de a profissão resolver os problemas relativos ao seu *ethos*, problemas esses que resultavam do facto de se ter afirmado como uma profissão de intervenção e de síntese num processo de trabalho que se tornava cada vez mais interdisciplinar e grupal e mais concorrencial do ponto de vista académico.

Ou seja, a referida combinatória conciliou o processo de individualização dos problemas sociais, que tomou como seu paradigma na sociedade industrial, com uma desvitalização do exercício da socialização dos problemas em detrimento de um psicologismo da acção (Mouro; Carvalho:1989), como vector de atomização dos problemas sociais. Cada problema transformou-se então no problema da pessoa em si e não da comunidade, sendo que o somatório dos problemas individuais passavam a ser os problemas da comunidade²⁰². Por esta razão o seu universo alvo passou a ser as pessoas que, mau grado o esforço por elas produzido, não tinham sido capazes de se autonomizarem económica e socialmente. Por outras palavras, a territorialidade deu lugar à factualidade, fenómeno que tem por detrás de si:

- ✧ um processo de viragem nas estratégias de desenvolvimento económico;
- ✧ a determinação na hegemonização de uma economia de mercado;
- ✧ a construção de processos de mediação social;
- ✧ a recriação dos mecanismos sociais de suporte ao exercício da regulação dos conflitos sociais.

Isto significa que, ultrapassada a fase desordenada de construção da sociedade industrial e perante a recriação do conceito de desenvolvimento - que se distinguiu por defender o equilíbrio entre o económico e o social, assim como da reinvenção do papel do Estado como produtor de bem-estar - os centros sociais, tal como os assistentes sociais que aí desenvolviam as suas actividades profissionais, redefiniram as suas coordenadas ao nível das áreas de intervenção.

²⁰² Esta situação deve-se à emergência do Estado Social, passada que estava a sua fase selvagem de legitimação.

E como o Estado só respondia às necessidades daqueles que estavam inseridos ao nível das relações de produção, ficou o sector privado, e por isso mesmo também os centros sociais, com a responsabilidade de criar respostas para os problemas não cobertos pelo sector público. Foi-se assim forjando um anátema entre intervenção e protecção. Daí não resultou nenhum antagonismo entre o papel do Estado e o da Sociedade Civil na gestão social, bem pelo contrário; formou-se uma relação de complementaridade que conduziu os centros sociais a se assumirem como:

- ✧ eixos de descentralização do exercício da acção social, ajudando os pobres locais e as suas famílias a enfrentarem os respectivos problemas de privação;
- ✧ promotores de serviços sociais para crianças marginais ou marginalizadas, criando instituições de protecção a menores;
- ✧ reanimadores das tradicionais relações de solidariedade que decorriam de uma boa vizinhança e fomentavam a construção de redes locais de suporte que minimizavam a cultura do individualismo;
- ✧ vectores de reorganização das relações sociais nas cidades;
- ✧ vectores de dinamização da organização de comunidades.

Contrariamente à trajectória do papel assumido pelos centros sociais na Europa no modelo norte-americano, e não obstante terem surgido influenciados pelo modelo inglês, estes centros sociais investiram essencialmente no exercício de um modelo de organização comunitária, que permitia, não só controlar os problemas de desenraizamento e de exclusão provenientes do fluxo emigratório existente, mas também gerir o crescimento das cidades, reproduzindo uma cultura de bem-estar que pressupunha a responsabilização do indivíduo na resolução dos problemas sentidos. Para a legitimação desta política de intervenção foi utilizada a dinamização da comunidade como estratégia de intervenção cujo objectivo se prendia com a construção de redes de suporte informal que permitissem assegurar as condições de convívio e de habitabilidade necessárias à afirmação de uma política de bem-estar²⁰³.

²⁰³ E foi exactamente este modelo de exercício da intervenção comunitária que serviu de base ao modelo teórico de Desenvolvimento Comunitário emergente na década de 60 do séc. XX e que contribuiu para uma teorização do conceito, dos processos e dos métodos de intervenção em comunidade.

Por este motivo, o significado atribuído ao conceito de comunidade, que deriva do latim “união com outros”²⁰⁴, adquiriu nova substância ideológica²⁰⁵ e descrystalizou a forma como esta foi sendo representada²⁰⁶ e pensada²⁰⁷. No entanto para o Serviço Social,²⁰⁸ enquanto Ezequiel Ander-Egg (1965:19) definiu a comunidade como “ *uma unidade social, cujos membros participam de alguma acção, interesse e função comum com consciência de pertencer, situados numa determinada área geográfica, na qual a pluralidade de pessoas se interrelaciona*

²⁰⁴ Como conceito sociológico tem uma origem anglo-saxónica e começou a ser divulgado em 1887 pelo sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, que investiu numa separação entre “comunidade” e “sociedade”. Neste mesmo quadro de abordagem pode-se referir ainda um outro alemão, George Simmel, bem como Durkheim e Frederico Le Play que, no final do Séc XIX, estudaram a relação do homem com os seus ambientes. Num outro ângulo, mas tendo também implícito um conceito de comunidade, Charles Booth e Robert Woods iniciaram o estudo de comunidades partindo de uma análise das condições de vida nos bairros operários londrinos. Charles Galpin, sociólogo americano, distinguiu-se por pesquisar as comunidades rurais, dando um enfoque especial à questão da territorialidade de espaço considerada comunidade. Um outro estudo desenvolvido entre 1925 e 1938 por Robert e Helen Lynd foi particularmente importante, não por analisar o conceito de comunidade, mas por estudar as transformações operadas numa comunidade num certo espaço temporal – nesta situação concreta, 13 anos – em face dos investimentos sociais aí realizados.

²⁰⁵ Se na Europa, até ao surgimento do fenómeno do êxodo rural gerado pelas relações comerciais, o conceito de comunidade estava muito ligado a uma noção de clã ou de família, posteriormente a industrialização trouxe para o terreno do conhecimento uma noção de comunidade que fazia a simbiose entre espaço territorial e a vida social nesse território. Todavia, na América do Norte o processo de construção do conceito de comunidade teve subjacente uma dinâmica particular, que está directamente relacionada com o processo de fixação social e geográfica dos grupos de emigrantes que, depois de se instalarem geograficamente, definiam em comum regras de convívio social que abrangiam práticas culturais e religiosas. Mas, por força do crescimento económico e porque muitas comunidades se viram transformadas em centros político-administrativos e comerciais, à vertente do convívio anexou-se também a vertente da organização da comunidade, de modo a esta poder investir em recursos e dar resposta às necessidades de vida em comum. Na América Latina e em África, os vínculos colonizadores criaram uma especificidade antropológica muito consistente. Só após os processos de independência política, que foram temporalmente dispersos, se assistiu a um conjunto de esforços ideológicos que visavam atribuir uma nova “alma” ao conceito de comunidade e que pressupunha fazê-la acreditar nas suas potencialidades.

²⁰⁶ Segundo Vieira (1981: 259), em 1939, Dwight Sanderson definia comunidade rural como uma “ *forma de associação mantida entre pessoas e/ou entre as instituições da área onde residem e onde se encontra o centro de actividades comuns*”. Depois dos anos 50 outras definições se seguiram. No entanto, vão ter como referência as relações entre pessoas dentro dum espaço geográfico. Mas, se a sociologia deu uma ênfase maior aos aspectos das relações sociais e humanas num contexto geográfico preciso, os etnólogos exploraram mais as questões culturais, considerando assim que uma comunidade é “*uma área espacial caracterizada por determinados traços culturais diferentes de outras áreas distintas*”. A perspectiva ecológica criou o conceito de comunidade “*não apenas como um agrupamento populacional, mas uma constelação formada por unidades individuais interdependentes que se distribuem espacialmente e mantêm entre si determinadas relações sujeitas a constantes mudanças condicionadas, principalmente, por factores tecnológicos*”. McIver (1944:22) valorizou a vertente psicológica considerando comunidade como “*um círculo de pessoas que vivem juntas, de sorte que buscam, não este ou aquele interesse particular, mas um conjunto interior de interesses, suficientemente amplo e completo de modo a abranger suas vidas*”. Com o objectivo de construir um conceito de comunidade que contivesse diferentes perspectivas, Warner e Lunt (1941:33) definiram-na da seguinte forma “ *A comunidade encerra um certo número de pessoas com interesses, sentimentos e atitudes compartilhadas pela participação no mesmo grupo social, localizados dentro da mesma área geográfica, a qual é transformada por eles a fim de manter a vida física e social do grupo. Todos mantêm relações directas ou indirectas uns com os outros; assim sendo, as relações sociais organizam-se e é o seu conjunto que forma a estrutura social*”. Em termos concretos esta definição incorpora, não só aspectos sociais e psicológicos da comunidade, mas também uma visão espacial.

²⁰⁷ Marx e Max Weber consideram a comunidade como uma estrutura de poder, dado que em cada comunidade existem diferentes categorias sociais que exercem controlo sobre a comunidade, influenciando assim a vida comunitária, daí que as mudanças na comunidade só possam ser possíveis se obtiverem adesão por parte daqueles que fazem parte da estrutura do poder e pelo envolvimento do maior número de pessoas nos processos decisórios. Já Parson considera a comunidade como um sistema social que, sendo formado por pequenos sistemas, dá origem a um sistema maior. Neste sentido considera que o estudo da comunidade deve passar pelo estudo dos subsistemas que a compõem e que se traduzem na produção, distribuição e consumo. Estes vectores têm o seu impacto económico, tanto na socialização, como no processo de controlo e participação, e ainda na construção da solidariedade. Na sua globalidade, ambas permitem que seja feita a avaliação da sua função social.

²⁰⁸ Tomando como referência Ezequiel Ander-Egg e Myriam Veras Batista, dois teóricos contemporâneos do Serviço Social.

*mais intensamente entre si que em outro contexto*²⁰⁹, Myriam Veras Batista (1976:50) considera-a como *"uma unidade social dinâmica, onde se destacam os factores de relacionamento, de delimitação geográfica e de função"*²¹⁰. Relativamente aos processos de actuação dos assistentes sociais na comunidade, estes desenvolveram-se em consonância com o conceito construído de comunidade e a forma como se foi desenvolvendo a relação da comunidade com os centros sociais. Numa primeira fase foram elaborados de uma forma aleatória e empírica e visavam o reconhecimento dos grupos e a construção de um relacionamento entre estes, de modo a tornar mais fácil atingir objectivos comuns que deveriam corresponder às necessidades locais, o que geralmente implicava a criação de serviços. Portanto, se a resposta às necessidades locais pressupunha a criação de serviços, estes poderiam ser organizados por via endógena²¹¹ ou exógena²¹². Quanto às metodologias de intervenção, a sua definição apoiou-se especificamente no conhecimento da comunidade na sua vertente económica, social, e demográfica, para depois, e em face da informação adquirida e analisada, avançar para um trabalho de organização de grupos que no terreno deveriam ter uma acção dirigida para a construção de redes de cooperação, de reabilitação das redes informais já existentes e de promoção de hábitos de participação. As estratégias diferiam de acordo com as características das relações sociais e humanas existentes na comunidade. Tanto podiam ter um perfil **reparador**, quando se tratava de criar condições para o desenvolvimento da comunidade aproveitando a rede social existente para a tornar mais eficaz, ou **construtor**, quando iniciavam um processo de mobilização e de organização de redes que viabilizassem a transformação do quotidiano social da comunidade.

Para o Serviço Social, a importância do trabalho de comunidades assumiu um grande significado nos finais do séc. XIX e perdeu o seu domínio durante o

²⁰⁹ Ander-Egg, Ezequiel. *Metodología y Práctica del Desarrollo de la Comunidad*. Ed. Humanitas, Buenos Aires, 1965, p.19

²¹⁰ Não esquecendo que a definição empírica de comunidade nasceu no âmbito da construção de processos de intervenção organizados a partir dos centros sociais, o conceito então obtido por esta via continha uma perspectiva de acção que, para além de pressupor um objectivo de regulação da autonomia, dos interesses e das fragilidades, tinha ainda uma outra meta relacionada com a promoção da cooperação, do bem comum e da mobilização. Na prática, não era senão uma forma de alicerçar uma proposta de acção que se sustentava numa articulação de esforços entre a comunidade e as organizações locais, no sentido de fomentar uma cultura que, se por um lado poderia contribuir para a cidadania, por outro permitiria converter a inclusão num requisito da sociedade do risco.

²¹¹ No quadro da via endógena integraram-se as iniciativas organizadas pelas forças sociais intervenientes na gestão da mobilização comunitária e que reflectem, não só as dinâmicas de participação, como também as capacidades reais dos produtores da intervenção de desenvolverem prestações de serviços à comunidade.

²¹² Na via exógena enquadram-se as iniciativas promovidas por entidades públicas ou privadas, não pertencentes à comunidade, mas que organizam, coordenam e administram serviços comunitários assistenciais, ou educacionais, ou educacionais e assistenciais. Estas entidades foram criadas com o intuito de darem respostas às necessidades do colectivo, que podem ser de ordem tanto social, como cultural.

período entre os anos 20-50²¹³, para depois, nos finais dos anos 50 e início dos anos 60, recuperar o seu protagonismo com a construção profissional do Serviço Social de Comunidades²¹⁴. Ao constituir-se como uma metodologia de intervenção em comunidades bifurcou-se em dois subprodutos onde se incluem:

- ✧ a organização de comunidades
- ✧ o desenvolvimento de comunidades

A organização de comunidades refere-se a um método de intervenção em comunidades relacionado com uma forma de agir que se foi instalando no tempo e se inscreveu paulatinamente na área do Serviço Social²¹⁵, não obstante não estar exclusivamente consignada à área deste Serviço²¹⁶. Quando desenvolvido pelo Serviço Social, o conceito adoptado de Organização de Comunidades foi o definido por Arthur Dunham (1948:3) que o considerava “... *um processo pelo qual se promove e se mantém um equilíbrio constante entre os recursos e as necessidades da comunidade num campo geográfico ou de Serviço Social*”²¹⁷. Quanto ao desenvolvimento comunitário²¹⁸, também considerado como um método de intervenção em comunidades, foi definido pela Organização das

²¹³ Nesta altura foi criado o Serviço Social de Casos e o Serviço Social de Grupos.

²¹⁴ Neste espaço temporal investiu o Serviço Social em primeiro lugar no Serviço Social de Casos, que materializava a simbiose entre liberalismo económico, teorias freudianas e Serviço Social. Posteriormente, como meio de controlar os problemas de desadaptação manifestados pelos mutilados da 1ª Grande Guerra e os desempregados da crise 29-30, surgiu o Serviço Social de Grupos e por último o Serviço Social de Comunidade, que integrava a vertente de organização de comunidades e de desenvolvimento de comunidades.

²¹⁵ Daí o facto de em 1918 ter sido criada a Associação Americana de Organização de Comunidades e, em 1921, Edward C. Lindeman ter publicado, pela Associated Press, a obra “An Introduction to the Community Leadership and Organization”. Este facto conduziu a que, em 1924, Lindeman tivesse sido convidado para leccionar a disciplina de Organização de Comunidades na New York School of Social Work, da Universidade da Columbia. No entanto, desde 1921 que esta disciplina fazia parte do plano de formação académica dos assistentes sociais americanos. Em 1928, Walter Petit publicou um estudo sobre a aplicação do processo em várias comunidades, que se intitulava “Cases Studies in Community Organization”. Em 1939 (Vieira:1981), na Conferência Americana de Serviço Social, a comissão presidida por Robert Lane concluiu que o termo Organização de Comunidades tanto podia referir-se a um processo como a um campo; no entanto, como processo podia ser aplicado por diferentes profissionais e ser utilizado como função primária ou secundária, tanto por organizações locais, como pelas energias ou nacionais. Posteriormente, e num período que antecede a 2ª Guerra Mundial, concertaram-se energias por parte das instituições académicas que davam formação em Serviço Social e os profissionais de Serviço Social no sentido de se estudar a possibilidade de a Organização de Comunidades se transformar num processo de Serviço Social. Depois de diferentes estudos realizados sobre esta matéria, chegou-se a acordo relativamente ao facto de a Organização de Comunidades poder ser exercida dentro e fora do campo do Serviço Social.

²¹⁶ Com o surgimento da Organização das Nações Unidas, abriram-se novos horizontes ao trabalho nas comunidades. Esta organização ligou muito o processo de Organização de Comunidades a uma perspectiva de desenvolvimento económico, que passava por uma “exportação” de investimentos para países subdesenvolvidos onde as necessidades económicas e sociais eram sintomáticas. No entanto verificou-se que o modelo de organização de comunidades utilizado nos países europeus e norte-americanos industrializados não era passível de ser praticado em comunidades mais coesas, com relações interpessoais fortes e com sistemas culturais bem estruturados.

²¹⁷ Esta mesma perspectiva foi igualmente reiterada por Murray Ross no seu livro “Organização da Comunidade - Teoria e Prática”, publicado nos Estados Unidos, em 1952, que se particularizou por se ter tornado num clássico do Serviço Social em Comunidades.

²¹⁸ Que, sendo de origem inglesa e experimentado pelo Governo Inglês, foi utilizado com o objectivo de preparar os países colonizados para a sua independência. Daí que entre 1939-50 já várias experiências tivessem sido levadas a efeito, tais como: no Egipto em 1939; Costa de Ouro em 1948; na Índia, especificamente em Madras e Pradesch; em 1946 e 1948, no Madagáscar e Marrocos em 1945 e 1950 respectivamente.

Nações Unidas (O.N.U.), em 1956, como uma forma de *“... designar os esforços da população, aliados aos do governo, para melhorar a situação económica, social e cultural das suas comunidades, integrá-las na vida da nação e torná-las capazes de contribuir decisivamente para o progresso nacional. Esta maneira de proceder compõe-se de dois elementos essenciais: participação do povo nos esforços para elevação do seu nível de vida, baseada na própria iniciativa, e fornecimento de assistência técnica e de outros serviços para desenvolver esta iniciativa.”*²¹⁹ Mais tarde, o desenvolvimento comunitário no Serviço Social foi teorizado, na XII Conferência Internacional de Serviço Social realizada, em 1962, no Brasil, como *“... um esforço consciente e deliberado para ajudar as comunidades a reconhecerem as suas necessidades e a assumirem responsabilidade na solução de seus problemas, pelo fortalecimento de sua capacidade em participar integralmente na vida da Nação. Este propósito obtém-se através dos serviços da comunidade e utilização eficiente de recursos por uma organização racional e pela participação completa da comunidade no melhoramento das condições económicas, sociais e culturais do povo”*. Entre estas duas definições existem pontos comuns que passam pela participação²²⁰ e criação de serviços.

Na sua globalidade, o envolvimento do Serviço Social no processo de intervenção comunitária fez com que a relação entre Serviço Social, Organização e Desenvolvimento Comunitário e Desenvolvimento se vá particularizar por assentar numa distância sem medida²²¹. Sucedeu isto porque, tanto ao nível do processo de organização como do desenvolvimento comunitário, a questão do equilíbrio sempre esteve bastante presente no inconsciente profissional dos assistentes sociais. Em termos de estratégias de acção, a intervenção grupal foi o eixo mais utilizado para activar um relacionamento efectivo com a população. O seu protagonismo resultou da capacidade então reconhecida aos profissionais do Serviço Social, quer de comunicar e de criar canais de comunicação, quer de ouvir e saber ouvir. E, numa fase em que o processo de intervenção em comunidades

²¹⁹ ONU documento 2/1956

²²⁰ Paradoxalmente, a valorização da participação pode ser vista como uma forma pouco ortodoxa de contrariar a dinâmica instalada pelo espírito protector cultivado pelo modelo de protecção social europeu de características beverigdeanas. No entanto, para se compreender a força cultural que passou a ser atribuída à participação, não se pode perder como referência a visão de Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Participativo, que se legitimou na década de 60 como um dos modelos de Desenvolvimento.

²²¹ Relativamente às práticas de intervenção comunitária desenvolvidas pelo Serviço Social, estas estão intrinsecamente relacionadas com a natureza da dinâmica de legitimação profissional do Serviço Social de Comunidades, como processo profissional que se singularizou pelo facto de ter sido precedido por um modelo de prática profissional que, apesar de não estar devidamente sistematizado, se enquadrava, contudo, no seu campo de actuação profissional. Isto aconteceu porque, até à sua institucionalização como método de intervenção profissional, não tornou dicotómica a relação entre os pressupostos da intervenção e os da integração.

ainda não se tinha autonomizado enquanto método profissional do Serviço Social, os assistentes sociais recorriam às suas mais-valias profissionais, tais como:

- ✧ saber ouvir e observar,
- ✧ saber aliviar tensões,
- ✧ compreender os problemas,
- ✧ respeitar a individualidade das situações,
- ✧ manter o segredo confiado,

bem como se valiam do recurso ao Serviço Social de casos e de grupos para estruturar um modelo de actuação que, dentro dos seus paradigmas, se adaptasse às necessidades de intervenção ao nível das comunidades. Ou seja, socorreram-se dos paradigmas processuais do Serviço Social de casos e de grupos – estudo e diagnóstico – e das suas capacidades de interagir para activar a mobilização das comunidades no sentido de se promover a interacção que serviria de suporte à organização da participação ou das formas de participação. Isto significa que o exercício profissional da intervenção comunitária por parte dos assistentes sociais era precedido de uma recolha de informação – denominada fase de estudo – para depois avançar para a fase de diagnóstico, a qual pode ser interpretada como um processo dialéctico na medida em que, através da informação e da análise dos dados recolhidos, relacionando-os e explicando-os à luz de uma teoria, se podia chegar à compreensão e conhecimento da realidade. Seguidamente, e com base no conhecimento da realidade que resultava do estudo e do diagnóstico, eram definidas as estratégias metodológicas de intervenção e, simultaneamente, construía-se o plano de intervenção. No quadro do processo de definição metodológica da intervenção, eram utilizadas a individualização e a dinamização de grupos como meios de criação das necessárias redes de comunicação com a comunidade²²². Seleccionadas as estratégias de intervenção – que podiam ou não ser partilhadas com as populações e seus representantes – a acção era estruturada em função do plano de intervenção elaborado. No entanto o plano de intervenção, que era antecedido por uma planificação da acção e uma orçamentação dos custos da intervenção, poderia ou não ir ao encontro dos interesses da comunidade ou das

²²²Logo, até à construção efectiva de um sistema de “vasos comunicantes” entre a comunidade e o Serviço Social, reproduziram-se os processos metodológicos utilizados em contextos de actuação profissional que não eram específicos da intervenção comunitária, mas sim mais utilizados no âmbito da acção social ou das terapias grupais, e mesmo na dinamização social.

perspectivas de desenvolvimento criadas. A terceira fase do processo metodológico do Serviço Social de comunidades, denominada de Intervenção, dividia-se em fase de planeamento e fase de execução. A execução é condicionada pelos aspectos ligados aos objectivos da intervenção, à situação-problema e ao tipo de programa de desenvolvimento. Para além disso, era tido em linha de conta o facto de a iniciativa:

- ✧ ter partido de agentes externos ou locais,
- ✧ corresponder ou não aos interesses da comunidade ou da entidade promotora,
- aplicar-se ou não como programa ou como projecto.

Mas, enquanto as fases de estudo e diagnóstico eram cumpridas com bastante rigor, a fase de execução, onde mais claramente se desenvolvia a intervenção activa, estava menos padronizada. Dependia de:

- ✧ a natureza do projecto,
- ✧ as características do meio,
- ✧ a relação construída entre o meio e os técnicos.

Pese embora o facto de o Serviço Social na Comunidade ter estado mais adstrito ao exercício alargado da acção social ou da solução de problemas do que às questões intrínsecas ao desenvolvimento local ou ao planeamento social, a sua acção tanto podia ser desenvolvida em zonas rurais como em zonas urbanas, independentemente do caso concreto. O certo é que, se por um lado o Serviço Social de Comunidades valorizava a participação como meio de descomprimir as tensões ou de exercitar a cidadania, quando integrava a vertente da acção social fazia com que a sua função política se tornasse mais complexa, na medida em que a sua relação com o desenvolvimento podia tornar-se parasitária. Formaram-se assim hiatos sintomáticos entre as dinâmicas e as acções.

Neste sentido a relação entre Serviço Social e Desenvolvimento tornou-se mais ambígua, mas não antagónica²²³. E independentemente desta nova questão

²²³ Isto porque se tinha enfatizado o perfil conservador do Serviço Social Europeu e norte-americano e, como o Desenvolvimento se assumiu como um ícone de mudança, tornou-se difícil ao Serviço Social criar uma verdadeira relação de partilha com outros actores profissionais que reivindicavam uma acção que não se identificava como exercício da acção social.

relacionada com a ambiguidade²²⁴, que na sociedade de risco atravessou o Serviço Social de Comunidades como um todo, continuou a pôr em prática um conjunto de técnicas que visavam um objectivo geral:

- ✧ ser dinâmico para poder acompanhar as transformações da realidade objecto de intervenção;
- ✧ utilizar o planeamento para assegurar a eficiência e a coesão;
- ✧ promover a mobilização geral das forças vitais, indivíduos, grupos e instituições;
- ✧ exercer a capacidade de desenvolver relações sociais activas;
- ✧ trabalhar para promover o bem-estar da comunidade e fazer elevar o nível de vida das comunidades.

Podendo, na sociedade do risco, continuar a ser perspectivado como um processo de síntese entre acção social e desenvolvimento (segundo os profissionais presentes no Seminário de Bristol realizado pelas Nações Unidas em 1959), o Serviço Social de Comunidades definiu então, e ainda fora de um contexto vinculado à sociedade do risco, como principais objectivos: “*auxiliar na pesquisa e interpretação das necessidades do povo; ajudar a descobrir os recursos; suscitar a coordenação dos serviços e da acção das organizações de todo o género; intervir ao nível dos serviços oficiais e nos grupos de população local; promover a integração dos indivíduos, das famílias e dos grupos na colectividade; encorajar a formação espontânea de grupos e de associações; descobrir, formar e apoiar os chefes locais*”(Ataíde, 1960:24). Se, por um lado, este perfil de desempenho profissional retirava protagonismo ao Serviço Social na área da pesquisa, por outro lado reforçava as suas competências no campo da intervenção. Foi este reconhecimento institucional das suas competências no campo da intervenção social que provocou uma desvalorização das mesmas nas fases de estudo e diagnóstico, onde prioritariamente se desenvolvia a pesquisa²²⁵, para valorizar a sua capacidade de acção, necessária à fase de intervenção

²²⁴ Situação esta que se tornou mais evidente depois dos anos setenta, de acordo o suporte documental que retrata o percurso profissional do Serviço Social desde 1898 até à sua crise existencial dos anos 70. Com base numa reflexão sobre a documentação recolhida - de onde se destaca o Relatório de Estudos Europeus realizado em Palermo em 1958, as conclusões do Seminário de Bristol e muito especificamente o trabalho aí apresentado por Caroline Ware sobre Serviço Social de Comunidades - pode-se efectivamente concluir que, paradoxalmente, muitas das orientações técnicas que foram utilizadas no Desenvolvimento Social já faziam parte do património metodológico dos assistentes sociais.

²²⁵ Esta competência foi então atribuída a outros profissionais da área das Ciências Sociais (economistas, sociólogos, antropólogos), que a exerciam vulgarmente em parceria. Os assistentes Sociais não eram considerados profissionais naturalmente vocacionados para o trabalho de investigação social.

sustentada. Mesmo depois do ponto de viragem da sociedade industrial para a sociedade do risco, o Serviço Social de Comunidades continuou, paradoxalmente, a perspectivar a sua actuação dentro de uma linha de abordagem que passava por articular uma actuação centrada numa visão micro-social do fenómeno de exclusão social com um conceito de Desenvolvimento Participativo (Amaro: 2004) que se singulariza pela utilização de uma metodologia participativa que permita conduzir a uma afirmação plena da cidadania. Portanto, a relação entre Serviço Social de Comunidades e Intervenção afirmou-se e projectou-se profissionalmente como um processo onde a articulação entre mudança e acção se transformou, numa via de qualificação da vida social na sociedade do risco.

Todavia, em consequência do processo de recontextualização do Serviço Social na sociedade do risco, os seus métodos de intervenção tornaram-se objecto de uma destradicionalização. E, ao destradicionalizar-se²²⁶, o Serviço Social de comunidades deu lugar ao surgimento da **intervenção territorializada e da intervenção em comunidades**. Esta conversão justifica-se, tendo em linha de conta:

- ✧ as transformações culturais em que se envolveu o conceito de comunidade, deixando de estar adstrita a uma noção de área geográfica para passar a ser perspectivada segundo uma lógica de afinidades culturais ou identitárias;
- ✧ a recriação do conceito de território perante uma estratégia de legitimação da Globalização em que a figura de Estado-território se confronta com a figura do Estado-Mundo.

Em termos concretos, a intervenção territorializada será, pelas suas características fundamentais, o modelo de intervenção que mais se aproxima do exercício clássico do Serviço Social de comunidades:

- ✧ partilham de um exercício de intervenção que está circunscrito a barreiras geográficas e utilizam a mobilização como vector de condução da participação das populações;

²²⁶ O que fez com que tivesse passado a usufruir de um estatuto que o consignou como fazendo parte da metodologia clássica do Serviço Social.

- ⤴ apoiam-se na construção de lideranças para promover, no caso do Serviço Social de comunidades, a participação representativa e, no caso da intervenção territorial, a participação activa;
- ⤴ utilizam a individualização e o trabalho com grupos para dar consistência à acção;
- ⤴ fundamentam-se no desenvolvimento como elemento de legitimação da mudança.

No entanto diferenciam-se (Quadro:2) na medida em que:

- ⤴ o exercício da mobilização social no quadro do Serviço Social de comunidades tem como paradigma a gestão controlada das assimetrias sociais, enquanto na intervenção no território pressupõe o exercício da responsabilização cívica na construção de um modelo de desenvolvimento local;
- ⤴ o exercício da participação, para o Serviço Social de comunidades implica o envolvimento dos interessados ou dos seus representantes locais, no exercício da transformação das necessidades sentidas em respostas às necessidades; já na intervenção no território a participação é gerida na articulação das responsabilidades entre todos os agentes sociais, comprometidos institucionalmente em exercer uma mudança na realidade local;
- ⤴ o exercício do desenvolvimento segue lógicas não coincidentes. Relativamente ao Serviço Social de comunidades o modelo de desenvolvimento reproduzido segue a linha de pensamento presente no conceito de desenvolvimento social; por sua vez, na intervenção no território, a forma adoptada é a do desenvolvimento integrado.

QUADRO 8 | DIFERENÇAS ENTRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL DE COMUNIDADES E A INTERVENÇÃO TERRITORIALIZADA

exercício	mobilização	participação	desenvolvimento
Serviço Social de comunidades	praticado de acordo com os requisitos do processo de gestão controlada das assimetrias	gerida de acordo com a importância sentida no envolvimento dos interessados ou dos seus representantes locais na transformação das necessidades sentidas	tendo como paradigma o exercício do modelo de desenvolvimento social

		em respostas às respectivas necessidades	
Intervenção territorializada	praticada de acordo com exercício da responsabilização cívica na construção de um modelo de desenvolvimento local	gerida na articulação das responsabilidades entre todos os agentes sociais comprometidos institucionalmente em exercer uma mudança na realidade local	tendo como paradigma o exercício do modelo de desenvolvimento integrado.

Em termos da intervenção em comunidades, esta tem em comum com o Serviço Social de comunidades os factos de:

- ✦ o seu objecto de intervenção se centrar nos aspectos sociais que estão na base da degradação do quotidiano de vida de grupos sociais;
- ✦ o seu objectivo ser a proposta de socialização de franjas da população que são marginalizadas socialmente.

Os aspectos que os distinguem são (Quadro: 3):

- ✦ as formas sociais utilizadas no processo de inclusão social;
- ✦ os postulados subjacentes à definição das suas necessidades;
- ✦ os princípios de gestão;
- ✦ os procedimentos utilizados na compreensão da realidade.

QUADRO 9 | DIFERENÇAS ENTRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL DE COMUNIDADES E A INTERVENÇÃO NA COMUNIDADE

intervenção	formas sociais	postulados	princípios	procedimentos
Serviço Social de comunidades	inclusão via inserção	referenciados pelo exercício da objectividade	homogeneização cultural	características dedutivas
Intervenção em comunidades	inclusão via emancipação	reflectidos com base na conjugação entre necessidades reais e simbólicas	heterogeneização cultural	características indutivas

De uma forma global, as transformações realizadas no Serviço Social correspondem igualmente às alterações que se foram produzindo nos padrões culturais do exercício da intervenção social que, na sua essência, não recusam os protagonismos, mas criam disjunções entre as estruturas de sentido mais ou menos complexo que acompanharam o reconhecimento do significado social, cultural, político e económico da exclusão e da desigualdade na sociedade do risco.

1.8 | Síntese conclusiva:

Em termos conclusivos pode-se considerar em primeiro lugar que o exercício da Intervenção Social não surgiu de forma despropositada, na medida em que respondeu mais a uma necessidade política do que a uma necessidade de desenvolver os valores da solidariedade. Apesar de se ter constituído na sociedade industrial como um processo de regulação das desigualdades, na sociedade do risco alargou o seu campo de actuação aos processos de vulnerabilização das formas de estar na vida e de relação com a vida social. Em segundo lugar pode-se constatar que o exercício da intervenção social corresponde a uma dinâmica que, tendo emergido no contexto da sociedade civil sob a forma de ajuda social, foi absorvida pelo poder político, transformando-se num artefacto social com capacidade de converter a intervenção política numa prática social e vice-versa. Em terceiro lugar pode-se verificar que a relação da intervenção com o desenvolvimento e o Serviço Social foi construída em função da importância assumida pelo trabalho comunitário que se foi desenvolvendo a partir do princípio do séc. XIX, como resposta a uma necessidade de legitimação de um conceito de progresso social baseado no crescimento económico. Como o seu epicentro se circunscrevia a uma actuação ao nível das desigualdades sociais e a necessidade de legitimar a concepção teórica que defende que a requalificação das condições de vida da população carenciada era imperativa para o exercício do desenvolvimento, o Serviço Social projectou-se como instrumento activo da sua confirmação. Para o efeito, associou o paradigma científico construído pela sociedade industrial, no sentido de tornar a realidade objectiva sem que se questionasse o valor dessa objectividade ao seu propósito profissional de articular conhecimento e acção, embora a acção assumisse um lugar de maior destaque. Mas como a relação entre teoria e prática não se transformou no axioma fundamental do Serviço Social, a sua função na

intervenção comunitária ao longo da sociedade industrial foi condicionada essencialmente pela filosofia do projecto de intervenção, que profissionalmente incorporava, e pelas características ideológicas do processo de gestão do social. Daí que o Serviço Social de comunidades se tenha segmentado em dois eixos: o desenvolvimento de comunidades e a organização de comunidades. Todavia, uma vez que o exercício da intervenção se foi recontextualizando em sintonia com os ciclos de revitalização ideológica e a política do exercício do desenvolvimento, no contexto da sociedade do risco, perante a recriação cultural do conceito de comunidade e a reflexão sobre a idiossincrasia do exercício social do desenvolvimento, o Serviço Social de comunidades destradicionalizou-se e integrou-se na relação simbiótica entre desenvolvimento e intervenção que na sociedade do risco se consignaram sob a forma de intervenção territorializada e intervenção em comunidade.

Na prática a reorganização do Serviço Social de comunidades corresponde a um processo de recontextualização cultural do Serviço Social, onde o desenvolvimento e a intervenção se constituíram em duas margens de um mesmo processo. Todo este processo visa a requalificação da vida social, tornando menos opaca a gestão social das desigualdades e da exclusão. Esta nova realidade fez com que os assistentes sociais levassem à prática a conversão da forma social como foi recriado o seu poder simbólico e o seu protagonismo no campo da transfiguração social do político.

2.1 | INTRODUÇÃO

Neste capítulo, totalmente dedicado ao Serviço Social, pretende-se dar uma visão panorâmica sobre o processo de recriação do Serviço Social com o objectivo de demonstrar que as transformações operadas na identidade cultural da profissão não resultaram de nenhum processo de ruptura com o seu passado, mas sim de um processo contínuo de decomposição e recomposição ideológica e cultural que desenvolveu ao longo da sua trajectória de vida social.

Para o efeito, são enfatizados os aspectos considerados como fundamentais para se poder confirmar a capacidade demonstrada pela profissão de corresponder aos desafios que lhe foram feitos no quadro da dinâmica do processo de gestão do social, capacidade essa que faz com que possa ser qualificada como **uma profissão viva**. A selecção destes aspectos teve em linha de conta a sua imprescindibilidade para uma melhor compreensão da sua recriação. E como a sua recriação se iniciou a partir do momento em que a profissão foi institucionalizada, a desconstrução da sua emergência tornou-se no meio de explicar as características da sua trajectória de vida; a reflexão sobre a sua construção profissional, identitária e cultural serve de estratégia para melhor se avaliar a relação que estabeleceu consigo mesma, com a sociedade e com a realidade em que se foi inserindo; a sistematização da sua produção intelectual permite-nos reconhecer a forma como foi conduzindo a auto-confrontação com os efeitos do seu desenvolvimento.

Daí que este capítulo esteja dividido em três patamares: um, que traduz uma forma sustentada de olhar para o interior da profissão com o intuito de demonstrar como refundiu a sua carga genética no seu processo de modernização; outro, que se particulariza por ter como epicentro os aspectos

centrais que dão corpo, não só ao seu poder simbólico, como também ao seu poder profissional, portanto os substanciam; ainda, outro, em que se destaca o exercício de uma desmistificação das descoincidências entre a sua introspecção e a sua exteriorização profissional.

Ou seja, em termos globais, é um exercício de reflexão sobre o movimento de rotação e de translação da profissão em torno da sua realidade existencial. Em termos particulares, reproduz o efeito refractário que a profissão exerceu sobre o universo da intervenção social.

2.2 | Serviço Social: construção profissional

No contexto da sociedade industrial, entendida esta como **um espaço-tempo marcado pelo impacte do desenvolvimento industrial e pela construção de uma cultura de legitimação do bem-estar como forma de reinventar a política**, o modelo de intervenção criado na época pré-industrial só é dissipado no quadro de uma alteração dos modos de vida iniciada em simultâneo com o fenómeno de desenraizamento social da população camponesa, isto é, perante:

- ✧ a emergência dos movimentos sociais gerados em face da ruptura de comunicação criada entre o económico e o social;
- ✧ o processo de desconstrução da moralidade que caracterizou a mudança de estilos de vida;
- ✧ a crise de expansão dos subúrbios, acompanhada por uma concentração habitacional nas zonas degradadas das cidades;
- ✧ a agudização das situações de desintegração, desfiliação e exclusão social;
- ✧ a desestruturação de uma cultura de família e de solidariedade;
- ✧ a manipulação das capacidades sociais exercida em face da supremacia atribuída à função económica;
- ✧ o aumento significativo do desemprego.

O modelo de gestão do social tornou-se retractive face a:

- ✧ novas formas de pensar o exercício político de regulação das desigualdades;

- ↗ desvalorização de uma repartição de responsabilidades na regulação das incertezas;
- ↗ uma generalização de uma concepção democrática de não subtrair à acção sobre a realidade social o espírito de tolerância.

Foi com base nestes pressupostos que, no âmbito da sociedade industrial, se reorganizou o modelo de intervenção social que, pelas suas características pragmáticas, se segmentou em dois eixos, a saber, **o promocional e o assistencialista**, os quais se afirmaram como traços culturais de uma cultura com dimensões particularistas.

O eixo promocional traduziu um traço cultural do modelo de intervenção que se distingue por:

- ↗ ser conduzido numa linha de aproximação às realidades sociais;
- ↗ conceber a intervenção como um processo democrático de agir sobre a realidade concreta;
- ↗ actuar sobre o meio, as mentalidades e os comportamentos sociais dos mais desfavorecidos.

Criou, como seu espaço de acção, a sociabilização e, como área de actuação, as realidades circundantes aos problemas de desintegração e de desfiliação. Por conseguinte, investiu na reconstrução de suportes sociais que substituíam as redes primárias, uma vez que, por consequência das alterações produzidas no quotidiano da vida social dos mais desfavorecidos, se desvirtualizou o papel da família na produção dos sistemas simbólicos de apoio aos seus elementos de pertença.

Em termos mais concretos, a promoção social como modelo de intervenção surgiu com a institucionalização dos centros sociais em Inglaterra, tendo o primeiro surgido em 1824 na cidade de Londres (Mouro, 2001a:111). A partir deste centro ensaiou-se um processo de intervenção que se singularizou por a sua acção estar condicionada por limites de ordem geográfica¹ ou de identidade social². As suas práticas traduziam-se em acções que tinham por objectivo central promover o desenvolvimento social. Portanto, o seu objecto primordial era a transformação das condições sociais de vida das populações carenciadas. As respostas criadas não eram de natureza material, mas sim educacional ou

¹ Ao tempo, o elemento de referência mais utilizado para definir os limites geográficos para a intervenção correspondia à área geográfica das paróquias.

² Ou seja, por um conceito de comunidade social em termos de agrupamentos humanos.

institucional. Desenvolviam essencialmente projectos de criação de equipamentos ou recursos sociais que deveriam corresponder às necessidades colectivas, e não às individuais, e eram profícuos na sua atitude educativa e profiláctica. O estilo do seu exercício particularizou-se pela interacção criada com a população-alvo e pela utilização do diálogo como meio de concertação de interesses e de contratualização das acções. Na prática preconizava:

- ✧ a inversão do estigma do infortúnio;
- ✧ a reparação dos vínculos sociais;
- ✧ a mobilização de sinergias como imperativo de recuperação da solidariedade enquanto mecanismo de consolidação do individualismo, num contexto de valorização ideológica do humanismo cristão.

Nesta medida, os centros sociais tornaram-se em elementos de charneira na prossecução da legitimação do paradoxo em que se constituiu o tornar as oposições simbólicas em normas de pertença identitária. Assim se compreende que, no seu processo de evolução institucional, para além das dimensões já construídas como a educativa e a profiláctica, tenham progressivamente avançado para o campo recreativo e cultural. Não investiram activamente no exercício da acção social, sendo que este, quando executado, era realizado para que não se transformasse no propósito principal. Porém, já numa fase da sociedade industrial³ na qual o problema de ajuda aos mais desfavorecidos assumiu uma ênfase significativa e em que a filantropia religiosa se recriou por via de uma concepção sócio-antropológica do processo de intervenção⁴, foi utilizada a mobilização da comunidade e o exercício passivo de uma certa ajuda material para restaurar os suportes sociais e as relações de proximidade a que se refere Castel (2003). Por isso mesmo, conjunturalmente, passaram a recriar a sua identidade, deixando de estar exclusivamente adstritos ao exercício social da promoção social. Promoveram então a diversificação dos seus próprios traços culturais em função das dinâmicas de afirmação económica e social da sociedade industrial. Daí que, contraditoriamente, tenham igualmente desenvolvido uma “fileira” de ajuda social que se particularizava pelo seu “carácter inacabado, uma vez que exercitava um tipo de ajuda que se desenvolvia a termo, e não a prazo. Esta “fileira” de ajuda social recusava uma colagem à figura identitária da

³ Esta fase corresponde à segunda metade do século XIX.

⁴ A produzir por parte de um conjunto de entidades privadas, que pretendiam utilizar o crescimento das instâncias institucionais já politicamente e socialmente instaladas para reconstruir os seus vínculos sociais.

caridade, o que fez com que se tivesse acantonado no espaço da integração⁵ e se tivesse colocado no âmbito das relações horizontais, e não no das verticais⁶. Neste sentido, revestiu a sua acção de um discurso de solidariedade que caucionava o contrato social pensado por Durkheim (Mouro; Carvalho: 1987), ao mesmo tempo que se distanciou da ajuda caritativa.

Mas, quando a imagem identitária do risco de desfiliação⁷ se alterou⁸ e se processou uma mudança no quadro de referência em que a promoção social operava enquanto modelo de intervenção, esta desactivou os eixos de intervenção considerados como elementos primários para recompor o seu equilíbrio. Para o efeito, modelou outras alternativas que pudessem reconstruir a vitalidade institucional dos centros sociais. Deste facto resultou a sua distensão para os novos riscos de desfiliação que, não obstante acompanharem a sua regulação e o seu impacte sobre a vida social, expressavam também novas formas de organização das estratégias locais de intervenção social. Nesta medida, uma subalternização da vertente profiláctica como resposta a uma recuperação positiva nos indicadores de saúde pública não pode ser entendida como uma forma de reduzir a participação na vida social, antes pelo contrário, representa uma modernização do seu papel na gestão das respostas criadas, quer aos problemas sociais existentes, quer aos emergentes.

Relativamente ao eixo assistencialista, que se caracteriza por actuar em função da solicitação e não do conhecimento empírico da realidade social, este toma uma consistência significativa só depois da segunda metade do século XIX, mais concretamente depois da institucionalização, em Inglaterra, das *Charities Organization Societies*, em 1869, por Henry Solly. Esta instituição assistencial - que depressa se desenvolveu, tendo criado delegações nas diferentes zonas inglesas mais industrializadas e tendo-se tornado numa instituição de referência⁹ - apresentou-se como uma resposta sócio-institucional aos problemas de carência económica e social que não eram resolvidos por via da promoção social.

Se, por um lado, a formulação destes dois eixos de intervenção - o promocional e o assistencialista - desconfigurou o sistema tradicional de

⁵ A transformação do modelo de integração social concretizava-se tendo em consideração as “conquistas sociais” dos mais carenciados, especificamente no campo das condições de trabalho e de vida.

⁶ Por relações horizontais compreenda-se as relações de solidariedade consanguínea ou social e por relações verticais todas aquelas que se estabelecem entre o poder político-económico e os indivíduos.

⁷ Considerado por Castel (op.ct.p.51) quando “o conjunto de relações de proximidade que o indivíduo mantém a partir da sua inscrição territorial, que é também sua inscrição familiar e social, é insuficiente para reproduzir a sua existência e para assegurar a protecção.”

⁸ Por inerência da consolidação de um reformismo de Estado.

⁹ O que justifica a sua extensão à sociedade americana onde, em 1898, abriu uma sucursal.

regulação dos problemas sociais¹⁰, já os resultados obtidos¹¹ por alguns trabalhos empíricos realizados sobre a pobreza¹² permitiram às instituições sociais tomar consciência da necessidade de assegurarem a eficácia dos seus projectos de intervenção¹³.

Em face destas circunstâncias, e perante um avolumar dos problemas de subsistência e de reprodução da força de trabalho, a regulação dos níveis de pobreza, e não a regulação da pobreza enquanto problema social, obrigou a que fossem criadas alternativas institucionais a partir das quais se promoveriam ajudas materiais como forma de evitar uma ruptura na sociabilidade primária. Estas estratégias de intervenção levaram à construção de novos axiomas e de uma outra estética de intervenção. Em termos axiomáticos, o assistencialismo, que singularizava o eixo assistencialista, organizou-se como alternativa que não pretendia anular a promoção social, mas que se apresentava como uma outra forma de actuação que visava o pobre, e não a pobreza. Quanto à sua estética, esta caracterizava-se, não por utilizar uma intervenção de carácter estritamente territorial, mas sim uma intervenção individual, enquanto o exercício da proximidade tinha como alvo, não a realidade colectiva, mas sim a realidade individual. Como se pode verificar, corresponde a uma outra perspectiva de actuação, em que os investimentos eram canalizados para uma pragmatização da acção e para uma responsabilização passiva do indivíduo sobre a sua situação social. Nesta medida, a ajuda económica era o meio considerado mais eficaz para “aliviar” a pobreza e para criar uma dependência institucional que poderia servir para fazer reconhecer as instâncias de poder e fazer ajustar ideologicamente o conceito de justiça social às implicações espaciais de articulação entre o económico e o político.

Este novo traço identitário que matizou o modelo de intervenção posto em prática na sociedade industrial reflecte igualmente a produção de um modelo de

¹⁰ O desenvolvimento dos dois eixos de intervenção, o promocional e o assistencial, configurou-se de acordo, não só com a avaliação realizada dos problemas sociais quanto ao seu género, mas também em função da natureza e das necessidades de legitimação do processo de intervenção social.

¹¹ Na prática, os resultados obtidos dos trabalhos empíricos realizados sobre a pobreza, conduzidos ou tutelados pelos reformadores sociais, eram então entendidos como instrumentos metodológicos que, uma vez apoiados na objectividade como quadro de referência axiológica do exercício da prática científica, serviriam de suporte ao processo de redefinição do modelo conceptual de ideologia para o social. Posteriormente, foram confirmados pelos estudos científicos de Booth, Rowntree e Booley que levaram a concluir que, de facto, a pobreza era o problema central que estava na base do fenómeno de desfiliação social teorizado por Castel e que, segundo Mouro (2001 a, op.ct., p.198.), deu origem “à emergência de se levar à prática uma pragmatização da acção social recriando os processos de a exercer”.

¹² Estes trabalhos numa primeira fase foram uma resposta dos reformadores sociais às políticas não intervencionistas do Estado e ao pensamento dos teóricos do liberalismo económico.

¹³ Por este meio era posta em prática uma avaliação dos efeitos sociais da dinâmica do dito progresso social defendido por Adam Smith e Stuart Mill e objecto de reflexão como tema teórico pelo positivismo, evolucionismo e marxismo.

Estado que, no contexto das Teorias Pluralistas do Estado caracterizadas por Serra (2002:39-41), é referenciado como o que: “...*corporiza o interesse geral na medida em que restringe a sua intervenção a funções mínimas e socialmente consensuais ...*”. Com efeito, as suas implicações espaciais converteram-se num elemento incontável de reconfiguração da acção política e da acção social. Por isso mesmo, o eixo assistencialista do modelo de intervenção social¹⁴ assumiu um particular significado por pretender recolocar no espaço de acção um processo de ajuda social que se particularizava por reconverter o exercício institucional da caridade num processo sistematizado e racionalizado. Daí que todos os pedidos de ajuda fossem sujeitos a uma avaliação e a um diagnóstico da situação. As respostas ao pedido eram estruturadas em função da análise realizada e eram consubstanciadas em bens que, por sua vez, eram distribuídos de forma empírica, não sob a forma de um direito *versus* benefício, mas sim de uma dádiva *versus* esmola.

Porém, a ausência de uma postura lógica e racional no exercício social do eixo assistencial precipitou a construção social do assistencialismo. Este afirmou-se como uma forma redutora de conduzir o exercício social da ajuda que se singularizou por estar impregnada de valores laico-religiosos, os quais reflectiam, tanto a recuperação de poder por parte das estruturas religiosas, como a própria reorganização do poder e também uma modernização da caridade.

Como processo social de ajuda aos mais desfavorecidos, o assistencialismo foi tutelado por uma forma de pensamento que considerava os problemas sociais – e muito especialmente a pobreza – como um problema de ordem que criava riscos, não como um problema do risco. Contudo – e apesar da existência de uma tendência por parte das correntes sociológicas *comtenianas* e *durkheimianas* para tornar marginal o papel do Estado na gestão da pobreza, dando maior atenção à representação individual e colectiva dos fenómenos sociais – o reconhecimento do papel do Estado enquanto instância de regulação social e de promoção do bem-estar tornou-se imperativo de reflexão e de teorização.

Desta recomposição cultural do papel do Estado, de onde resultará a figura de Estado-Nação¹⁵, gerou-se uma noção de intervenção que:

¹⁴ Iniciado pelas *Charities Organization Societies* e desenvolvido por todas as organizações sociais que partilhavam o mesmo processo de intervenção.

¹⁵ Que se particulariza pela importância dada à noção de território e de soberania.

- ⤴ está relacionada com as novas relações de poder organizadas em função da desconstrução cultural do papel do Estado na gestão dos problemas sociais;
- ⤴ justifica o facto de a cultura de origem do processo de ajuda social e do património genético dos modelos de intervenção se ter tornado fluida.

Daí que a promoção social e o assistencialismo, que faziam parte da mesma unidade genética do modelo assistencialista construído na sociedade industrial, tenham diluído as diferenças existentes entre ambos. O mesmo é dizer que o modelo de intervenção, ao investir numa dimensão operatória, se tornou num dos elementos que fez evoluir a perspectiva política e social de intervenção. E, uma vez que na sociedade pós-industrial o Estado assegurou a responsabilidade de não reproduzir a polissemia da palavra que devia designar bem-estar, impôs-se a importância da representação do bem-estar ser acoplada ao exercício de uma regulação efectiva das desigualdades. Alterou-se, deste modo, o peso da correlação entre o público e o privado na gestão dos problemas sociais, ficando o público com uma maior pertença simbólica relativamente ao privado. Por isso, o passado mítico da assistência deu lugar a uma reconstituição cultural da sua identidade, a qual, necessariamente, foi marcada por uma retórica que valorizava a disciplina e a recriação dos modos de vida, através de uma política de bem-estar que se devia reflectir no modo de pensar o processo de intervenção.

Como modelo de intervenção, e dado o valor atribuído à dimensão operatória, a assistência secundarizou a vertente assistencialista que, por simbolizar uma mística doutrinária, deixou de ser eficaz. A assistência emergiu assim associada ao investimento numa estratégia de revalorização social que passava por dar uma nova ênfase à questão da justiça e dos direitos sociais. Respondia deste modo aos novos desafios culturais criados pela sociedade industrial que promoveu as condições para que se investisse na procura de uma cultura de bem-estar.

No entanto, a construção do bem-estar implicava a definição de uma política activa de valorização de um investimento na reparação do quotidiano social que só era passível de ser concretizada se fosse integrada num sistema de financiamento público de uma política de protecção social. Neste sentido, o sistema de protecção social deveria - através da criação de um conjunto de benefícios, da oferta de serviços/recursos sociais, assim como da construção de

hábitos de consumo das ofertas públicas e privadas em matéria de apoio social - regular a reprodução das desigualdades sociais e tornar o quotidiano social da sociedade industrial mais harmonioso. Porém, ao tornar-se numa estrutura que investia numa desconstrução da imagem tradicional da assistência, simbolicamente marcada por uma “domesticidade” da acção, reconstruiu deliberadamente a sua tradição. Para o efeito optou por um estilo compulsivo de, sem criar nenhum corte com o passado, legitimar os poderes emergentes, não deixando esvaziar os contextos institucionais de acção e reforçando a sua tradição de mecanismo disciplinador das pretensões sociais.

Conforme Beck (2000:10) referencia, *“a sociedade industrial, a ordem social civil e, particularmente, o Estado providência e o Estado de bem-estar, estão sujeitos à exigência de tornar as situações de vida humana controláveis pela racionalidade instrumental, fabricáveis, praticáveis e individual e legalmente explicáveis”*¹⁶. Neste sentido, e considerando que a consolidação da concepção de uma política de bem-estar pressupõe a construção de padrões de vida e de padrões sociais de vida¹⁷, a população que não beneficiava da cobertura dos riscos sociais e de trabalho tornou-se, paradoxalmente, alvo de medidas de ajuda pública ou privada que pretendiam não ser sistemáticas. Estas medidas traduziam-se em apoios materiais e sociais que se destinavam, não só a assegurar os padrões mínimos de vida, mas também a colmatar necessidades de ordem social cuja não satisfação poderia contribuir para o seu desequilíbrio. No contexto do modelo de intervenção, podem ser consideradas formas mitigadas de recuperação de um exercício do assistencialismo racional que, no quadro espacial do Estado-providência, assumiu a designação de acção social.

No que diz respeito àqueles que contribuíam para o sistema de protecção social, estes tinham assegurado o direito ao conjunto de benefícios que estavam regulamentados e que respondiam aos riscos sociais que desde o início da sociedade industrial maior impacto tinham produzido no imaginário colectivo e que estiveram na origem de diferentes movimentos sociais que se organizaram no sentido de:

- ▲ reivindicar melhores respostas aos problemas sociais;

¹⁶ Em matéria de protecção social, esta perspectiva explica o facto de o primeiro sistema formal de previdência social criado pela sociedade industrial ter sido influenciado pelas teorias Bismarkianas que, por inerência de o seu funcionamento ser de índole contributiva, era por natureza exclutor.

¹⁷ Que estão na origem da classificação da pobreza e da definição de estratégias de intervenção que permitissem assegurar os diferentes padrões de vida.

- ✧ organizar alternativas sociais que regulassem a ansiedade social provocada pela vulnerabilização dos suportes tradicionais de apoio social.

Facilmente se concluiu que, no âmbito da sociedade industrial, o modelo de intervenção social se bifurcou em dois padrões culturais de actuação. Um, de carácter executor, que se propunha projectar e valorizar os aspectos pragmáticos e técnicos do exercício da assistência social. Outro, de carácter paliativo, cujo objectivo estava muito direccionado para os problemas de desintegração social resultantes de uma estratégia de exercício social do poder que se caracterizava por se ajustar a uma reconfiguração do significado social da assistência, ao mesmo tempo que investia na recomposição das competências sociais e na interligação entre a vida social e a vida individual. Em termos da sua morfologia, desenvolvia o primado do individual, dando consistência ao mote teórico do funcionalismo. Em termos da sua fisionomia, desenhava a sua acção em função das realidades sociais concretas que, de acordo com os aspectos sociais da vida quotidiana, não se tinham modificado no género, mais sim na substância.

Mas, independentemente da discussão teórica sobre a relação entre a evolução da sociedade e a alteração das formas de agir sobre o social, o certo é que o crescimento das cidades, como defende Beck (2000), alterou aspectos sociais da vida quotidiana directamente relacionados com a família e com a vida comunitária. Este processo, iniciado na sociedade industrial, recolocou os mesmos problemas na sociedade do risco face ao cosmopolitismo, não com as mesmas características sócio-ideológicas anteriores, mas com outras de carácter cultural que resultam do prolongamento no tempo de uma política precária de família e de ordenamento social das cidades. Ou seja, se os problemas relacionados com os riscos de trabalho, tais como invalidez, doença, desemprego ou morte, foram sendo regidos ao longo da sociedade industrial por processos activos de integração pelos diferentes sistemas de protecção social¹⁸, os restantes problemas, os que se encontravam fora da alçada das relações de trabalho, tornaram-se progressivamente, em questões de ordem, de moral e de colapso, tais como a saúde ou mesmo a habitação. Estas foram controladas através de políticas sociais que retratam a forma como se procedeu à simbiose entre problemas pessoais e colectivos.

¹⁸ Seguindo a perspectiva de teorização adoptada por Correia Campos, (2000), pode-se fazer referência aos sistemas Bismarkiano, Beverigdeanas e universal.

É no quadro desta simbiose, e como forma de dar substancialidade ao processo de controlo dos problemas individuais, que o Serviço Social se projectou profissionalmente como um mecanismo de intervenção cuja acção pressupunha tornar controláveis os problemas individuais, quer de desfiliação social, quer de desintegração, quer de exclusão, ou mesmo aqueles que retratavam o aprofundamento de um estágio de vulnerabilidade social. Para o efeito, os seus profissionais utilizavam o relacionamento e a visita domiciliária como imperativo da "evitação" que tem como pano de fundo novas formas de experiência mediada, tal como defende Giddens (2001). Foi este o espaço ocupado pelo Serviço Social na gestão dos problemas sociais e que esteve afecto ao seu reconhecimento como "autoridade" no diagnóstico das situações individuais de conflito com a sociedade¹⁹.

Perspectivado segundo a escola de pensamento de Beck, o exercício da "individualização" pelo Serviço Social, que contraria as teses clássicas do Serviço Social que o consideram como uma forma de atomização das situações sociais, pode ser interpretado como um processo de *"...descontextualização que conduz a uma recontextualização dos modos de vida da sociedade industrial substituindo-os por outros (...)"* (Beck, 2000:13). Partindo desta tese, a individualização pode ser igualmente concebida como um procedimento metodológico que, ao mesmo tempo que facilita a avaliação do risco representado em cada situação social, contribuiu também para a consolidação de uma política de bem-estar na sociedade industrial²⁰.

Por isso mesmo, o *case-work* enquanto método de intervenção e a individualização enquanto estratégia de intervenção, correspondem ao processo utilizado pelo Serviço Social para, através da organização da memória dos procedimentos que representavam o passado do processo de ajuda na sociedade pré-industrial, reabilitar as entrevistas e as visitas domiciliárias como meio de avaliar o cálculo do risco²¹ na sociedade industrial²².

¹⁹ Assim se explica o surgimento do Serviço Social de Casos como primeiro método de intervenção profissional, que se tornou num paradigma de actuação por desenvolver a individualização através de uma inter-acção criada com o "cliente", a qual se processava através dos contactos estabelecidos com o mesmo, quer na instituição, quer no domicílio.

²⁰ Tal como se pode verificar através do discurso presente na amostra de relatórios finais de curso de Serviço Social consultados e que fazem parte do trabalho empírico realizado.

²¹ A informação por este meio recolhida serviria também para projectar a organização da informação com recurso à criação dos ficheiros sociais.

²² A sua legitimação profissional que, não obstante se ter iniciado nos finais do século XIX, se tornou mais visível depois de 1917, ano da publicação da primeira obra de Serviço Social, "Diagnóstico Social", dedicada à sistematização do processo de avaliação das situações sociais e do processo de diagnóstico das situações sociais concretas. Posteriormente, em 1922, surgirá o livro "O que é o Serviço Social de casos", reeditado em 2002; no seu prefácio, da responsabilidade de Brigitte Bouquet, é afirmado o seguinte: " *C'est principalement dans la rationalization de la charité et de la philanthropie que prend racine le concept d'aide individualisée.* (p.9).

De uma forma substantiva - e sem dissecar a questão relativa ao facto de se poder entender o Serviço Social como um produto de uma tradição genuína ou de uma tradição inventada (Giddens, 2000a) na sua relação com a dinâmica cultural, económica e política da sociedade industrial - a profissão, face aos novos modos de vida cultural que “desaguam” numa atitude reflexiva, não se desligou da atenção atribuída a uma nova variedade de riscos pessoais e globais, que se denomina “sociedade global do risco”. Isto significa que, apesar de ter emergido no quadro de uma estratégia de reconstrução conceptual do que se entendia por conservador e por tradicional (Iamoto; 1992), não se fez depender dos movimentos anti-modernistas, uma vez que a sua construção social se sustentou no compromisso criado com o filantropismo, o feminismo burguês e os movimentos de renovação do papel das organizações religiosas no contexto da laicização social²³. Nesta medida, a institucionalização do Serviço Social na sociedade industrial pode ser compreendida como:

- ✧ um produto da cultura política da sociedade industrial²⁴;
- ✧ um produto da recontextualização das teorias conservadoras na sociedade industrial;
- ✧ uma força de anti-modernidade, tal como sustenta Parra (2001)²⁵.

2.3 | Serviço Social: formas de pensar a propriedade profissional

A biografia-padrão do Serviço Social caracteriza-se por representar a trajectória social da profissão, a qual foi constituída com base em:

- ✧ uma “descolonização disciplinar” dos elementos mais significativos da sua história de vida²⁶

²³ Estes movimentos, pela sua natureza política e ideológica, não se afirmaram como correntes anti-modernistas, mas sim como produto de um processo de flexibilização da estrutura política e identitária defendida pelo iluminismo. Mesmo o catolicismo social emergiu como um movimento de renovação do papel social e ideológico da Igreja num contexto de um modelo de sociedade laico.

²⁴ Apesar de esta teoria contrariar a tese de Parra (2001), já anteriormente referenciada - e que se particulariza por argumentar que o Serviço Social se integrou numa corrente anti-modernidade por, na sua génese institucional, ter postulado um catolicismo social, o que lhe atribuiu um carácter conservador - não deixa, no entanto, de assumir a devida acuidade se considerarmos que os movimentos sociais que estão na sua origem, para além de não serem exclusivamente de raiz católica (serem também em termos religiosos de origem protestante e anglicana, pois estavam essencialmente ligados ao filantropismo), espelhavam a vontade política do Estado liberal em promover a construção de dispositivos sociais que acompanhassem as alterações dos modos de vida produzidos pelo desenvolvimento da sociedade industrial.

²⁵ Esta questão é analisada no capítulo seguinte, intitulado “Serviço Social: existência institucional”.

²⁶ Como seja a sua institucionalização, a construção da sua identidade e evolução das metodologias de intervenção e modelos de acção.

- ⤵ uma difusão, nos mais diversos meios sociais e profissionais, de um trabalho de sistematização de informação que permitiu dissipar ambiguidades relativamente ao seu processo de construção, desconstrução e reconstrução profissional.

Utilizando a biografia-padrão como meio de desconstrução do seu património genético e dos consensos estabelecidos sobre a sua capacidade em gerir os aspectos simbólicos dos riscos de desagregação social, e contextualizando-a no quadro das relações desenvolvidas entre Estado / Sociedade / Economia / Cultura, logo se compreende os fundamentos em que se baseia a confirmação:

- ⤵ a profissão como elemento de pertença da sociedade industrial;
- ⤵ as suas práticas profissionais como um produto cultural da recriação do exercício da intervenção social na sociedade industrial.

O mesmo será reconhecer que o Serviço Social surgiu no decurso de um processo subsidiário de gestão das desigualdades que acompanhou a sub-política no que diz respeito às formas sociais de controlo da coesão social. Assumiu uma relação tutelar relativamente às pessoas que utilizavam os seus serviços e definiu a área da família e do trabalho, secundadas pela área da saúde²⁷, como campos prioritários de intervenção. Influenciada pelas correntes positivistas, a sua actuação foi desenhada de forma a intervir ao nível dos problemas sociais agindo sobre as normas, valores e princípios pelos quais se pautava a sua população-alvo, bem como os seus estilos de vida e condições sociais de vida.

Mas, independentemente da perspectiva institucional que domina a memória histórica em que se suporta a biografia-padrão do Serviço Social, o certo é que, no âmbito da sua propriedade intelectual, existem lógicas²⁸ diferenciadas de desconstruir o seu património genético, não obstante serem consensuais no que concerne ao facto de considerarem a “questão social” do séc. XIX como o elemento propulsor da profissionalização da assistência e, simultaneamente, do Serviço Social. Seguindo, contudo, o raciocínio desenvolvido por Parra (2001:170), existem três matrizes de análise sobre esta questão:

²⁷ Estes campos de actuação marcaram a sua trajectória profissional até ao surgimento das políticas sociais no pós-Segunda I Guerra Mundial, altura em que o Serviço Social se tornou elemento activo de consolidação de um processo político que tinha como objectivo firmar a elevação do padrão médio de vida social, bem como pluralizar e democratizar o consumo de serviços e bens sociais.

²⁸ Uma de características marxistas, partilhada por Netto, Iamamoto, Caparrós, Soto, outra evolucionista, corporizada por Rubi, Vieira, Ander-Egg e Castro.

- ✧ uma matriz teor doutrinário
- ✧ uma matriz de base racionalista e laica
- ✧ uma matriz uma de raiz filosófica

Não obstante se apoiarem em fundamentos teórico-metodológicos diferentes, não invalidam que se possa também desenvolver uma outra forma de pensar o processo de construção social da profissão²⁹. Este diferencia-se das matrizes definidas por Parra por usar a reflexividade teorizada por Giddens e Beck como uma alternativa aos modelos de análise desenvolvidos.

Mas, se por um lado as matrizes de análise utilizadas por Parra levaram a que este tivesse defendido a tese de que o Serviço Social surgiu como uma força anti-modernista, já numa perspectiva reflexiva se pode efectivamente pensar o Serviço Social como um produto da cultura moderna. Podendo parecer antagónicas, estas duas formas de interpretar a construção da profissão remetem, todavia, para uma vitalização da fluidez na sua representação e no quadro retórico sobre a emergência do Serviço Social como profissão.

Isto é, para a matriz de **cariz doutrinário**, em que se podem incluir os contributos historiográficos de Balbina Ottoni Vieira, Ander-Egg e Manrique Castro, que reflecte o peso cultural religioso sobre as propriedades referenciais da profissão, a construção profissional do Serviço Social suporta-se numa sub-cultura assistencialista, a qual privilegia o conceito de pessoa humana aliado a uma moral cristã. Por isso mesmo, as suas práticas profissionais foram-se configurando em sintonia com o exercício de representação dos aspectos míticos e simbólicos das práticas sociais caritativas, beneficentes e assistenciais. No seu conjunto, estas mesmas práticas não reflectiam grandes discontinuidades e descoincidências nos seus modos de acção³⁰. Isto sucedia porque era dada maior importância ao processo de ajuda social do que às características das formas de ajuda³¹. Simbolicamente, estas práticas profissionais, apesar de se apresentarem como sendo potencialmente plurais, comungam no entanto do mesmo sentido ideológico e político, visto que estão ontologicamente muito alicerçadas numa

²⁹ Efectivamente, se, por um lado, a partir de uma atitude analítica de cada uma destas matrizes, se pode compreender melhor a forma como se tem organizado o passado em relação ao presente, por outro lado a desconstrução das diferentes estratégias analíticas torna possível que, com base na memória social e profissional, se reconstrua a forma como social e colectivamente se tem expressado a sua tradição e qual o significado alcançado ao nível da ordem prática.

³⁰ Na medida em que, para além de coexistirem dentro do mesmo espaço e do mesmo tempo, não se realizou uma separação formal entre elas.

³¹ Por este motivo, a sua distinção só se tornou pertinente quando se pretendeu encontrar uma explicação para o facto de as práticas profissionais dos assistentes sociais terem, no tempo, adquirido um *performance* assistencial ou assistencialista.

dimensão universal de acção que se organizou como um investimento emocional numa tradição que se distingue facilmente das atitudes ou dos comportamentos de outros profissionais com papel activo no terreno social, pela simples razão de estarem mais ligadas a *status* do que às competências. Significa isso que na sua maioria estas práticas sociais partilhavam da mesma combinatória que alia o catolicismo social às:

- ✧ tradições que incorporam as preocupações humanitárias;
- ✧ consequências de uma ordem social em que a desconstrução da harmonia obriga à produção e ao recurso a fontes de energia que vão permitir a continuidade ilusória das ordens sociais preexistentes.

Por isso mesmo, e em coerência com os pressupostos analíticos em que se sustenta esta matriz, torna-se perfeitamente compreensível que a teoria sobre a institucionalização do Serviço Social como profissão possa ser justificada mediante a tese de que, não obstante ter vindo do passado, ao longo da sua trajectória manteve sempre o seu propósito de:

- ✧ atribuir o devido alcance aos aspectos negativos do processo de transformação social e de modernização;
- ✧ não desvirtuar a natureza das instituições;
- ✧ gerir o paradoxal dentro de uma existência segura e compensadora para os seres humanos.

Quanto à **matriz de base racionalista e laica**, em que se integram Netto, Iamamoto, Caparrós, Soto, singulariza-se por estar muito atravessada pelas influências do positivismo na interpretação dos fenómenos sociais e muito centrada no âmbito da dinâmica dos movimentos sociais, políticos e ideológicos que se empenharam em criar respostas para descomprimir os antagonismos sociais. Fazendo uma simbiose entre a correlação do liberalismo com o positivismo, apoiou-se na desconstrução de:

- ✧ a desqualificação da vida dos estratos sociais mais carenciados, responsável pela fragilização da confiança e da fiabilidade do sistema económico e político em que se inseriam;

- ⤴ o exercício do filantropismo como elemento mobilizador das consciências sociais e promotor de um reformismo social que faz a separação entre risco e perigo;
- ⤴ a pericialidade em matéria de acção social mediatizada essencialmente pelos higienistas sociais.

Daqui resultou a defesa da preservação de um tradicionalismo envolto em impulsos libertadores. Aparentemente, a conservação pensada das tradições³² foi utilizada como forma de estabelecer a difusão de um modelo de acção social que lançou o diálogo como meio de mediar os conflitos e contornar as perplexidades na vida quotidiana. Daí que a institucionalização da profissão, no séc. XIX, possa ser entendida como uma resposta formal às necessidades do processo de reconstrução das garantias simbólicas que asseguravam a configuração do futuro. Desalojada de uma narrativa de inspiração teológica, é deste modo perspectivada como um meio de realinhar socialmente o processo de mediação dentro de uma assunção pensada de um conservadorismo social. Ao mesmo tempo que deveria ser protagonizado de forma racional, devia também ser controlado pelos efeitos exteriores que pudessem desintegrar as cumplicidades construídas com o objectivo de deslocar para o campo moral os efeitos secundários da industrialização. Nesta matriz, apesar de não existir uma desvinculação em relação à perspectiva evolucionista utilizada para organizar a fundamentação histórica³³ da institucionalização do Serviço Social, é porém notória a existência de um outro *design* argumentativo para a sua construção social como profissão. E como se apoiou numa concepção valorativa do papel das instituições na recriação de uma cultura tradicional, tornou-se no espaço de dissolução do Serviço Social na memória da tradição e, portanto, de recriação da sua identidade, imagem e significado. Por esta razão, esta matriz particulariza-se por refutar a tese que defende que o Serviço Social, quando emergiu, já tinha um percurso pensado da tradição ou dos seus costumes na área da ajuda social, como referencia Balbina Ottoni Vieira, ou mesmo Ander-Egg. Antes pelo contrário, considera estes elementos – tradição e costumes – como o resultado de uma ordem histórica de um contexto social de acção em que o ascetismo social dissolia as motivações do poder económico. Por conseguinte, está mais centrada

³² Neste caso a conservação pensada das tradições, especialmente no que diz respeito ao processo de ajuda social emblemizada pela atenção dirigida à família e à criação de novos valores éticos que valorizavam a educação social como meio de promoção das condições de vida dos mais desfavorecidos

³³ O que justifica o facto de o seu imaginário ser interpretado, não como um composto de fragmentos desconexos, mas sim por processos interpretativos adequados a uma certa realidade.

na relação do Serviço Social com a colonização ideológica do presente e do futuro do que propriamente numa reflexão sobre o fluxo e a aquisição de informação sobre as raízes institucionais da profissão. Mas, contraditoriamente, tanto a sua imagem como a sua identidade profissional estão ambas seguramente marcadas por um pragmatismo cujo teor ideológico está dominado por um conservadorismo social que permite legitimar o individualismo e está definido pelo seu papel controlador, o qual leva a que:

- ✧ haja uma simbiose com o processo de regulação da ordem social;
- ✧ se faça a articulação entre o mundo da vida privada e o mundo dos interesses públicos;
- ✧ se desenvolva a recriação das instituições na sociedade;
- ✧ seja atomizado o exercício da intervenção social.

Por sua vez, a **matriz de raiz filosófica** em que se pode incluir Paynes diferencia-se das duas matrizes, anteriormente referenciadas e caracterizadas, por teoricamente se debruçar especificamente sobre a relação entre assistência social e direitos humanos. Destaca-se por valorizar particularmente uma estratégia analítica que se organiza tendo como paradigma a evolução de um conjunto de práticas de ajuda social, as quais tinham como finalidade promover os meios assistenciais que possibilitavam afirmar a dignidade dos indivíduos enquanto seres humanos. Pelo facto de investir numa concepção de deveres e direitos da pessoa na sociedade e por problematizar a forma de complementar o respeito social pela dignidade individual, considera que a institucionalização do Serviço Social, no quadro da industrialização - o contexto histórico em que decorreu - resulta de uma re-significação do conceito e indivíduo recriada pelos movimentos filantrópicos. É uma corrente de pensamento que, ao reflectir as influências exercidas pela filosofia de Habermas, questiona as virtudes da civilidade, ao mesmo tempo que cultiva uma análise de conteúdo filosófico que se alia a uma reflexão crítica sobre a *praxis* política. Por isso mesmo, concentra os seus argumentos numa reflexão sobre a requalificação dos direitos sociais e dos deveres do Estado. Centraliza-se na relação entre indivíduo e Estado, definindo para o Serviço Social um papel de mediador que desenvolve em consonância com as transformações realizadas na gestão política dos benefícios sociais, transformações estas que se projectaram no quadro de:

- ✧ o seu processo de integração nos diferentes modelos de políticas sociais;
- ✧ o carácter político atribuído à antinomia entre liberdade e igualdade;
- ✧ a identidade cultural da concepção pública de progresso.

Portanto, a identidade particular do Serviço Social pode não ser coincidente com a sua raiz cultural. Ou seja, não obstante o seu capital de tradição poder estar comprometido com uma fronteira social simbólica dominada pela assistência, as suas práticas de intervenção, no seu interior, podem admitir uma pluralidade cultural cujos traços são entendidos como sendo marcadores de culturas específicas. Daí que dentro deste quadro analítico assuma uma particular importância a forma social como a profissão:

- ✧ harmonizou a relação entre direitos humanos e a tutela social dos indivíduos, sem que axiomáticamente seja reconhecida a liberdade originária do Homem;
- ✧ utilizou uma concepção funcionalista da liberdade, ao deixar transparecer nas suas práticas o pressuposto de que a legalidade serve para afirmar a efectividade da liberdade;
- ✧ revelou o desejo de lutar contra a desigualdade, implicando-se na defesa do postulado que cria a obrigação de completar os direitos do cidadão com os direitos sociais e económicos.

De uma forma ampla, a pluralização destas formas de abordar a razão existencial do Serviço Social contraria qualquer teoria que pretenda poder explicar tudo sobre a emergência institucional da profissão, uma vez que qualquer teoria recorre a um dado relativismo cultural para justificar os seus fins específicos. Por isso mesmo, cada cultura particular tem também um estilo próprio que resulta da sua compreensão relativamente ao contexto cultural e às situações sociais que influem sobre o comportamento e a relação dos indivíduos com a sociedade. Serve-se também de uma componente de análise que, não se referenciando por uma perspectiva historicista ou evolucionista, utiliza um eixo construtivista para substanciar a sua tese sobre os postulados culturais em que se sustenta a legitimação da razão social da profissão.

Apesar da singularidade de cada uma destas matrizes analisadas, tanto em relação ao processo de institucionalização, como quanto ao corpo que define a

sua moral simbólica cujo poder é imanente à consciência cívica, elas partilham, no seu conjunto, de um mesmo pressuposto: **o de que a profissão existe para proteger os mais desfavorecidos dos efeitos nefastos vindos do exterior, através de uma intervenção profissional que tem por base uma concepção ontológica da gestão quotidiana das desigualdades sociais**³⁴. Estas matrizes permitem também registar a existência de continuidades e de descontinuidades entre o moderno e o tradicional, assim como de uma extensividade e uma intensidade nas transformações profissionais. Fazendo uso de uma abordagem reflexiva, consegue-se determinar que, no contexto do seu quotidiano profissional, os assistentes sociais tomaram como epicentro da sua intervenção a desigualdade³⁵, tornando-a numa das mais fortes razões sociais da profissão. Assim se justifica o facto de os assistentes sociais não terem conseguido profissionalmente abandonar em definitivo o modelo assistencial de intervenção que era frequentemente utilizado para libertar o espaço político necessário à transfiguração do político pelo jurídico, tal como Rousseau demonstrou na sua obra “Contrato Social”. Mas, ao terem-no assumido como fazendo parte das estratégias de intervenção profissional, paradoxalmente, incorporaram-no no uso do princípio do contraditório que, à semelhança de um qualquer irracionalismo, estabelece uma uniformização de soluções que beneficiam o princípio da objectividade fraca e relativista. Pode-se assim compreender que, devido à ligação profissional dos assistentes sociais com a desigualdade, concretizada na imagem da pobreza, os processos de intervenção profissional se tenham desenvolvido por via de organização de respostas mais restritas e mais incisivas. Contudo, ao integrar-se numa mudança de atitude política e ideológica que se foi operando relativamente à pobreza enquanto problema social e político, o Serviço Social cruzou razão com mito, o que conduziu ao entrelaçar da tradição com a razão. Nesta medida, o seu envolvimento com a pobreza tornou-o então cúmplice de um processo de dessacralização da imagem da pobreza sem que, no entanto, tivesse investido no desfazer do seu misticismo. Isto é, no seu quotidiano profissional, a acção produzida pelos assistentes sociais, para além de reflectir a interpretação

³⁴ Mas, visto o seu exercício profissional estar condicionado por circunstâncias históricas e territoriais, a formação dos seus profissionais foi condicionada pelo imperativo de terem de recentrar continuamente os objectivos da sua intervenção de forma a não tornar equívocos os seus fundamentos. Por isso mesmo, o seu processo formativo tornou-se na figura determinante do auto-desenvolvimento profissional, uma vez que se constituiu **como uma disciplina académica cuja afirmação não esteve sujeita a padrões muito herméticos, tendo mesmo, circunstancialmente, sido colocada no mercado das profissões como uma profissão cuja identidade foi acompanhando as metamorfoses simbólicas da pobreza**. Na prática, traduzem a existência, por um lado, de uma heterogeneização das formas políticas de reflectir sobre as origens da profissão, por outro, de uma diversificação no campo da sua fundamentação epistemológica.

³⁵ Não criou uma ruptura com a teoria clássica da evocação dos ciclos crónicos da pobreza, nem tão pouco com a forma de a relacionar com o “epitélio” social que está na sua origem.

simbólica atribuída à pobreza, respeitou as suas especificidades sem contrariar as convergências políticas sobre o método de intervenção que tornasse infalível o processo de ajuda a todos os que viviam na zona da sombra dos benefícios sociais. Já quanto à construção das suas práticas de intervenção, que tem sido relativizada do ponto de vista cultural, a metabolização das suas características simbólicas não tem permitido:

- ✧ nem a des-substancialização do processo de recriação da sua identidade,
- ✧ nem a destruição da abstrusa concepção tribalista da profissão.

Na prática, tornou-se assim possível pensar o Serviço Social como um produto da história, e não como um produto da cultura na História, o que permite compreender a razão pela qual, quer a sua emergência, quer a sua legitimação profissional, possam ser entendidas como uma resposta a:

- ✧ a nova geografia dos problemas sociais decorrentes da promessa “modernista” de bem-estar (Mommas:2001), estabelecida no quadro de uma simbiose entre capitalismo e democracia;
- ✧ um discurso identitário que tinha uma concepção particularista de cultura³⁶ que não se antagonizava com a construção de culturas particulares e em que podia ser incorporada a emergência do Serviço Social enquanto profissão.

Já a sua adaptação ao meio ambiente pode ser equacionada segundo duas correntes de pensamento:

- ✧ uma conservadora
- ✧ uma marxista

Para a corrente marxista, tanto a legitimação da profissão, como a construção do seu modelo de intervenção – **entendido como um conjunto de acções que paradigmaticam a forma de agir** – são o resultado de um processo de organização das estratégias de dispersão dos conflitos criadas pelo

³⁶ Que se aproximava do conceito defendido por Boas, que tem uma visão particular da cultura e que se tornou particularmente conhecido por ter desenvolvido a etnografia.

capitalismo para assegurar a sua hegemonização e reprodução como sistema económico dominante. Para os clássicos contemporâneos do Serviço Social, tais como Paulo Netto (1991,1992) e Natalio Kisnerman (1978)³⁷, a construção social do Serviço Social como profissão corresponde a uma nova profissão criada pelo capitalismo para pôr em prática formas sociais de integração dos indivíduos num novo contexto de modelo societário. Portanto, e considerando o contexto social, político e económico da sua institucionalização assim como o seu objectivo profissional, o seu papel teria necessariamente de se revestir de uma função sócio-educativa de carácter paliativo³⁸. Por isso mesmo dificilmente pode estar divorciado de um exercício assistencial ou mesmo assistencialista (Alayon:1992). Deste modo a sua actuação consubstanciava uma acção sobre os indivíduos e famílias, com o objectivo de desproblematizar a gestão das igualdades. A sua relação com o ambiente desenvolveu-se profissionalmente como um mecanismo de dispersão dos conflitos. Assumiu, para o efeito, um papel de mediação entre interesses antagónicos, isto é, o do capital e o do trabalho. O seu modelo de intervenção foi definido em consonância com o modelo de gestão social criado pelo poder político em função dos interesses do poder económico. Quanto ao seu modelo de actuação, destacou-se por fundir acção social com assistência. Por conseguinte, a intervenção conduzida pelos assistentes sociais não estava dicotomizada. Os profissionais desenvolviam a polivalência da acção como meio de colmatar eventuais brechas entre os indivíduos e as instituições. Para a corrente conservadora, a profissionalização e a legitimação do Serviço Social no século XIX resultou de um processo de evolução da arte de bem-fazer que, tendo as suas raízes nas sociedades clássicas, assumiu um elevado protagonismo no período marcado pelo domínio da Igreja Católica. O bem-fazer, que se constituiu neste contexto histórico como uma arte social, traduziu-se num conjunto de práticas conduzidas pela sociedade civil como forma de cumprir uma obrigação religiosa que se iniciou com o exercício social da caridade e se multiplicou sob a forma de beneficência e de assistência. A noção de necessidade era social e politicamente desvitalizada, visto que a pobreza se justificava à luz da teoria teocêntrica. O pobre era aceite como expressão da vontade divina (Geremek: 1980; 1995) e por tal fazia parte de um mosaico social que representava o pensamento construído sobre o papel dos diferentes actores sociais na gestão das desigualdades. Mas, tanto a noção de necessidade, como a forma de actuar

³⁷ Por se apoiarem numa teoria que considerava os conflitos como fruto de um processo instalado de luta de classes.

³⁸ Esse papel educativo teria sido veiculado por meio dos centros sociais e das organizações assistenciais.

sobre este campo, foram-se alterando em sintonia com as transformações culturais e económicas que se produziram sobre o processo de regulação social. Por esse motivo, as práticas de ajuda exercidas pelos assistentes sociais adquiriram características diferentes, sem, todavia, se substituírem umas às outras.

Este facto serviu de argumento para defender que o Serviço Social emergiu de um processo permanente de criação e actualização de práticas de ajuda aos mais desfavorecidos. Este pressuposto ideológico pode levar a compreender o facto de Vieira (1981;71) ter definido o Serviço Social como *“a arte de ajudar as pessoas a se ajudarem a si mesmas, cooperando com elas a fim de beneficiá-las e, ao mesmo tempo, à sociedade em geral”*. Contudo, sem fazer “tábua rasa” sobre as diferentes formas de pensar a construção profissional do Serviço Social em termos simbólicos, e especificamente no quadro da sociedade industrial, o modelo de acção profissional baseada no exercício da ajuda social desenvolvida pelos assistentes sociais na sociedade industrial diferencia-se significativamente dos arquétipos de ajuda social tradicionalmente desenvolvidos nos contextos históricos que precederam a Revolução Cultural gerada pelo Iluminismo. Isto porque o exercício da ajuda, em face da dinâmica do processo de transformação cultural, desvirtuou o entropismo que a tinha singularizado no espaço de tempo que antecede o reconhecimento da sociedade industrial. Mas, não obstante o exercício da intervenção conduzido pelos assistentes sociais ter reflectido as alterações procedentes do facto de as práticas de ajuda se terem heterogeneizado, contraditoriamente não se viu envolvido em nenhum processo de ruptura. Antes pelo contrário, foi considerado de continuidade, dado que a perspectiva subjacente na sua forma de actuação traduz os reflexos de uma articulação entre influências de cariz religioso³⁹ e as tendências individualistas que qualificam a natureza do liberalismo económico. Nesta medida, a acção profissional dos assistentes sociais centrou-se mais no indivíduo do que no seu meio ambiente, não pondo absolutamente de parte a relação do indivíduo com o seu meio social. Por influência do liberalismo, a profissão investiu num modelo de intervenção que, ao mesmo tempo que responsabilizava o indivíduo por procurar os recursos que o poderiam ajudar a desenvolver as suas competências sociais, criava igualmente o exercício de uma “tutoria” social que permitia acompanhar e controlar o percurso social dos que beneficiavam dos seus

³⁹ Especialmente nos países católicos dominados pelo espírito da doutrina social da Igreja Católica e da encíclica *Rerum Novarum*.

serviços. Esta mesma gestão da responsabilização por parte dos assistentes sociais levou a que os beneficiados se tornassem elementos de “combate” a atitudes parasitárias, de forma a encontrarem um meio de participarem na transformação da vida social, o que favorecia a legitimação de um mundo social racional. Estrategicamente, pode-se dizer que utilizaram um processo de conciliação das exigências do direito natural com as da eficácia económica, de acordo com a tese de Castel (2003:234), o que, no quadro do exercício profissional dos assistentes sociais, se traduzia numa atitude de conversão ideológica de uma religiosidade atomizada dentro de um contexto de laicização da vida social. A contradição velada que esta posição continha fez subestimar o antagonismo de interesses que marcavam discretamente o inconsciente social da sociedade industrial. Por outro lado, ajudou ainda a recriar os suportes relacionais e sociais e, concomitantemente, conciliou a esfera pública com a esfera privada na reintegração do indivíduo no seu espaço social e comunitário.

Mas, mau grado as diferenças contidas entre a perspectiva marxista e conservadora no que diz respeito ao exercício do Serviço Social, o certo é porém que em ambas as correntes de pensamento está claro o facto de a questão relacionada com a sócio-espacialidade dos problemas sociais se sobrepor a uma reflexão sobre os agentes de produção do bem-estar e de regulação social. Esta mesma lógica estende-se assim às representações sociais e colectivas do bem-estar, dissociando-as dos fenómenos de vulnerabilidade, de invalidação e de desfiliação social, tal como os define Castel (2003:51).

Porém, se optarmos por uma reflexão sobre a trajectória de vida do Serviço Social sustentada numa orientação patrimonialista, o facto de se descontextualizar a sua construção profissional para a recontextualizar no espaço e no tempo torna possível encontrar um conjunto de elementos que permitem defender o pressuposto de que o Serviço Social é um produto profissional cuja génese resulta, não de uma reorganização político-social da ligação ideológica entre o catolicismo social e o conservadorismo, mas sim de uma dinâmica de interferência do racionalismo na reconstrução dos dispositivos sociais necessários ao desenvolvimento da construção da sociedade industrial.

Isto significa que, se tivermos como referência o processo de afirmação política, cultural e económica da sociedade industrial e a importância então atribuída à alteração dos modos de vida e da organização social, logo se identifica a existência de uma necessidade de recriação dos processos de integração social que acompanhe a reorganização das relações sociais na

sociedade industrial. O mesmo será dizer que, por força da reconstrução da vida social, as realidades sociais já instaladas e as emergentes impulsionaram novos propósitos políticos de agregar à intervenção social outros postulados de ordem político-social que permitissem assegurar os índices de coesão social fundamentais à reprodução do liberalismo *versus* capitalismo. Nesta medida, e uma vez que já existiam propostas concretas no que dizia respeito ao projecto económico e político da sociedade industrial, deveria também ser encontrado um projecto social que não negasse a existência de interesses contraditórios, mas que, ao reconhecê-los⁴⁰, deveria desenvolver uma política de subalternização ideológica acrescida dos problemas sociais. Ou seja, não se deveriam criar desfazamentos sintomáticos entre o pretendido e o vivido no quadro de um processo de reinvenção da legitimação das desigualdades sociais, o qual promovia uma descoincidência entre o vivido e o pretendido em termos sociais. Assim se justificam os factos de:

- ✧ o padrão cultural da gestão do social também se ter modificado, criando uma ruptura com a sacralização dos problemas sociais, em especial com o da pobreza;
- ✧ o investimento realizado na laicização das estratégias de intervenção social e na construção de novos dispositivos institucionais se distinguir do precedente pelo seu dinamismo e por reflectir o efeito produzido pelo impacte exercido pela erosão dos hábitos e costumes tradicionais em matéria de intervenção social.

Em face destas circunstâncias, a formação de novas instituições tornou-se num meio de substituir na memória social as instituições tradicionais e de organizar novas alternativas de respostas sociais, as quais deveriam aliar inovação à reconstrução dos quotidianos sociais e dos estilos de vida. Por sua vez, estas novas alternativas⁴¹ particularizaram-se:

- ✧ pela forma como construíram o seu relacionamento com o seu universo alvo, sendo que para o efeito se serviam de uma estratégia de fixação geográfica de perfil localista, a qual facilitava uma aproximação

⁴⁰ Especificamente através da negociação social e da mediação dos conflitos.

⁴¹ Que expressavam as novas sinergias sociais e políticas emergentes, onde se integra o filantropismo.

institucional e política à realidade social concreta e tornava mais fácil e eficaz um envolvimento activo com a realidade em presença;

✧ pelo facto de a sua identidade institucional ter abandonado o hermetismo que vulgarmente influenciava o *modus operandi* do processo de intervenção social tradicional;

✧ por reflectirem um exercício do poder que desenvolvia um novo *facies* no perfil de funcionamento das instituições, servindo-se da flexibilização da acção e da pluralização da actuação para controlar a interiorização social dos conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade;

✧ pela importância institucional atribuída à construção de um profissionalismo para a área da gestão dos problemas sociais que superasse a perspectiva subjectiva que estigmatizava a intervenção institucional e o amadorismo protagonizado pelo voluntariado social;

✧ pela absorção do racionalismo na forma de pensar, tanto a gestão dos problemas sociais, como o processo social de transformação cultural das mentalidades dos segmentos de população mais vulneráveis;

✧ pela reapropriação da capacidade de se envolverem na resolução dos constrangimentos sociais vindos do mundo exterior.

Uma vez associadas a um novo projecto social de intervenção, as instituições sociais emergentes na sociedade industrial estabeleceram, contudo, um distanciamento relativamente à acção interventora conduzida por via das instituições clássicas de ajuda social já que na sociedade industrial, os investimentos das forças sociais na gestão do social convergiram no sentido de levar à prática uma recontextualização das estratégias de intervenção e de ajuda social, assim como das formas de actuação. Ou seja, a preocupação que passaram a protagonizar com a intervenção comunitária sobrepôs-se à intervenção individual. O grupo e a comunidade assumiram-se então como novos eixos a partir dos quais deveria ser conduzido o processo social de integração dos indivíduos nos novos quotidianos de vida. Consequentemente, o exercício institucional da ajuda, que no quadro das instituições clássicas era essencialmente circunstancial, nas novas instituições passou a ser desenvolvido de forma organizada e tendencialmente estruturada e planificada. E, sendo que tradicionalmente o exercício social da ajuda tinha somente valorizado a

importância das realidades sociais visíveis⁴², ao ser recriado na sociedade industrial passou a alargar o seu campo de actuação também às realidades invisíveis⁴³. Por conseguinte, teve necessidade de reajustar a acção que protagonizava, descentralizando o seu epicentro dos aspectos económicos, tornando-a deste modo mais abrangente e ao mesmo tempo mais subtil. Por seu lado, esta alteração que se processou no exercício da acção deu origem a um processo de enfatização da importância do profissionalismo na gestão das desigualdades, visto que o empirismo que envolvia a dinâmica do exercício da intervenção e da ajuda social tornou saliente a descontinuidade que se foi formando entre a natureza do funcionamento das novas instituições sociais e as formas instaladas de controlar os efeitos sociais do processo de transformação social, quer porque aos agentes no terreno não era pedido qualquer conhecimento sobre:

- ✧ a morfologia dos problemas sociais,
- ✧ o desenvolvimento da sociedade industrial,
- ✧ o comportamento das pessoas,
- ✧ a relação dos indivíduos com os sistemas sociais que o vinculavam ao tempo e ao espaço,

quer porque, ao nível das novas instituições sociais, o modelo de intervenção utilizado se fundamentava na compreensão como factor essencial para a condução de um processo de reconstrução da vida social daqueles a quem dirigia a sua actuação. A actuação era por isso mesmo limitada, estabelecendo fronteiras que promoviam impasses e dificuldades para a interacção, as quais por seu lado tornavam descontínuos os processos de inserção dos mais desfavorecidos na vida social. Deste modo se compreende que os investimentos realizados pelas novas instituições sociais no campo da intervenção sobre o ambiente social fossem essencialmente protagonizados a partir das instituições de raiz comunitária, não só porque os problemas sociais tomaram uma nova expressão cultural na sociedade industrial, isto é, abandonaram a fisionomia ideológica e política que lhes tinha sido reconhecida e passaram a ser objecto de uma distinção, mas também porque institucionalmente foi desenvolvida a

⁴² Por realidades visíveis consideravam-se todas aquelas que tinham uma visibilidade social significativa, como seja a pobreza absoluta.

⁴³ Por realidades invisíveis consideram-se todas aquelas passíveis de serem ocultadas, como sejam a deficiência, a pobreza relativa, a sida e outras formas de dependência.

categorização dos problemas sociais, como problemas de desemprego, habitação, saúde e de família.

Não deixando estes problemas de, na prática, serem considerados como problemas de pobreza e portanto de desigualdade e simultaneamente de exclusão, foram no entanto desagregados do todo, por vários motivos

↳ questões de gestão política da sua visibilidade social, como:

↳ por influência do positivismo no processo de análise dos fenómenos sociais;

↳ por as reformas sociais seguirem a um ritmo oscilante e factual, acompanhando a pressão exercida pelo impacte sócio-político e ideológico assumido por situações concretas, como o que aconteceu com a mortalidade infantil.

Mas, enquanto numa primeira fase a estratégia utilizada no processo de regulação das desigualdades passou por uma recriação cultural dos processos de intervenção⁴⁴, numa segunda fase caracterizou-se por ter investido numa interconexão entre o ritmo e o âmbito da transformação da sociedade com a construção de uma natureza específica para as instituições sociais que se constituíram na sociedade industrial (Giddens, 2001:19). Daí que as novas instituições sociais tenham optado por reinventar o seu significado ideológico sem terem deixado de manter o seu princípio político de mediador de conflitos, o que fez com que a sua idiossincrasia tivesse sido em parte preservada, independentemente de o racionalismo ter avocado para as novas instituições o papel principal na gestão dos problemas sociais. Isto sucedeu porque, apesar de ter sido delegado nas novas instituições sociais todo um poder que lhes permitia assumir uma responsabilidade quase total sobre a gestão dos problemas sociais, verificou-se todavia que prevaleceu o seu estatuto de instituições privadas, o que na prática lhes permitiu preservar uma autonomia politicamente negociada. Esta mesma autonomia contribuiu para que se mantivesse o protagonismo político e social adquirido pelas instituições tradicionais no campo da acção social, dado que acompanharam a natureza cultural do processo de reorganização do

⁴⁴ Esta recriação, se por um lado conduziu ao reconhecimento de uma clivagem nas reservas sociais que deveriam servir de suporte ao impacte exercido pela alteração produzida nos modos de vida, por outro lado serviu de enquadramento a uma fusão comprometida entre tradição e inovação que acompanhou as transformações geracionais dos comportamentos e das formas de estar na vida.

exercício político da governação. Em termos do seu pensamento, paradoxalmente, desvincularam-se de uma perspectiva liberal que tendencialmente culpabilizava o próprio indivíduo pela sua situação social, para se identificarem com um pressuposto, mais ideológico do que político, defensor da teoria de que a alteração da moral social se tinha repercutido na ordem social. Mas, o facto de se terem aproximado mais do pensamento comteniano do que do smitheniano, gerou socialmente um pressuposto político, o qual integrava as novas instituições sociais dentro de uma linha de pensamento conservador. No entanto, se analisarmos a *praxis* institucional destas instituições sociais podemos desde logo considerar que as suas estratégias de intervenção eram inovadoras e se aproximavam de um perfil de actuação que se distanciava do tradicional, dado:

- ↗ investirem numa relação de envolvimento acrescentado com a realidade social;
- ↗ as suas práticas se desenvolverem tendo como objectivo a transformação do quotidiano social, e não a sua cristalização;
- ↗ a sua cultura se caracterizar por ser uma cultura de transição que se legitimava dentro de limites variáveis que dependiam da superação dos bloqueios ideológicos que condicionavam o investimento numa destradicionalização do seu padrão de acção.

E, como se pode confirmar através das características da dinâmica cultural e pela renovação do seu estilo de actuação, todas as mudanças exercidas na identidade das novas instituições sociais fizeram com que estas se tivessem tornado em figuras destacadas na reconstrução dos suportes que deveriam penetrar nos contornos das irregularidades sociais. Por esse mesmo motivo, adquiriram uma importância reconhecida na construção de novas comunicabilidades no cenário da intervenção mediada⁴⁵. Porém, não se libertaram de alguns dos anátemas ideológicos que tinham vinculado os estilos de actuação institucional a uma moralidade que se incorporou no seu habitat, em face das pretensas inseguranças metodológicas.

Foi exactamente a dificuldade demonstrada por estas instituições em reconfigurar o seu sistema abstracto, mediante uma reorganização dos seus sistemas referenciais, que abriu espaço para que fosse subvalorizada a mudança de atitude das instituições, em detrimento de uma valorização de uma

⁴⁵ Entenda-se por intervenção mediada a intervenção conduzida por via institucional.

contratendência que reenquadrava as questões da moralidade dentro dos factores externos que interferiam sobre os sistemas sociais da sociedade industrial. Neste sentido, a separação da natureza das instituições e a forma de as incluir no processo de isolamento das questões relativas à ética e à moralidade tornaram complexa a interconexão dos esforços institucionais. Pretendia-se legitimar o novo empenhamento cultural das instituições com as novas formas políticas e ideológicas de atribuir um significado moral à actuação institucional. Por esta razão as novas instituições demonstraram alguma dificuldade em estabelecer uma relação concertada entre a busca de uma nova identidade e a conversão da sua acção socializadora. Daí o terem recorrido a um conjunto de elementos mobilizadores que lhes permitisse intensificar a sua recontextualização cultural e ideológica, embora não evitassem o isolamento da experiência definido por Giddens (2001:144) como “ *processos interligados de conciliação que separam as rotinas da vida ordinária dos seguintes fenómenos: loucura, criminalidade, doença e morte, sexualidade e natureza*”.

Ou seja, no quadro desta recontextualização, as novas instituições sociais destacaram-se das restantes por terem investido num processo de intervenção que permitisse isolar os “*aspectos básicos da experiência de vida, inclusive e em especial as crises morais, das regularidades da vida do dia a dia*” (Giddens, 2001:144). Assim se explica o facto de se ter criado uma diferenciação entre instituições de intervenção e instituições de ajuda. Nas primeiras incluíam-se as instituições sociais que actuavam sobre o quotidiano social da vida dos mais desfavorecidos, como o caso dos centros sociais. Nas segundas consideravam-se as instituições cujo universo-alvo eram os fenómenos que, não fazendo parte da regularidade do dia a dia, criavam problemas a essa mesma regularidade, tais como as prisões e os hospitais.

Esta fractura na natureza das instituições sociais não fez, todavia, com que as mesmas tivessem adulterado o seu objectivo de confirmar a noção de que a vida social não é impermeável às grandes mudanças sociais. Nem, tão pouco, que os efeitos das transformações sobre os comportamentos fossem incontroláveis, nem mesmo ingeríveis. Antes pelo contrário, apresentaram alternativas de intervenção que passavam por processos de controlo ou directo, ou mediado. **O controlo directo era exercido pelas organizações locais de inserção comunitária, que se apoiavam na educação social e moral como meio de reabilitarem os quotidianos socialmente tumultuados.** Por sua vez, **o controlo mediado era conduzido por instituições referenciais públicas ou privadas,**

que utilizavam critérios internos de isolamento das situações individuais consideradas perturbadoras e que, uma vez circunscritas, permitiam restaurar a regularidade da vida social.

Consignando o controlo como uma das competências das instituições sociais - e uma vez que o controlo, no pensamento de Giddens (2002), pode ser utilizado como meio de requalificar o ambiente social - este mesmo controlo serviu também para revelar a existência, ou não, da incorporação no tecido institucional de uma atitude segregadora. Esta atitude segregadora revestiu-se de uma dimensão moral ao reconhecer que os aspectos negativos da vida social deveriam ser objecto de uma acção transformadora ou mesmo curativa⁴⁶. Por sua vez, o controlo na acção transformadora, ou se servia da comunicabilidade para exercer uma disciplinarização moral e social, ou então de uma maximização da vigilância para assegurar a rotinização da disciplinarização. No âmbito da acção curativa, que se integrava num cenário especial, traduzia-se numa forma artificial e, portanto, mais sofisticada de reabilitar comportamentos perturbados ou incapacidades físicas que se tornaram objecto de preocupação e que, por isso, deveriam ser, em alternativa:

- ✧ reprimidos institucionalmente,
- ✧ objecto de tratamento dirigido de acordo com as singularidades das situações em presença.

Pela importância social e política que a disciplinarização adquiriu no contexto da reconstrução ideológica das instituições sociais, ela tornou-se no elemento de conversão de uma política discriminatória. Esta política discriminatória alimentava-se dos propósitos culturais de transformar as oposições críticas num conjunto de forças que, sem se tornarem politicamente inertes, se reconfiguravam como componentes de sensibilidades existenciais que se preocupavam com as “moralidades deterioradas da vida quotidiana” (Giddens 2001:155) e, por isso mesmo, empenhadas numa inversão das realidades sociais.

Por este motivo, e ainda porque a regularização do quotidiano social implicava uma redução das tensões sociais, as instituições sociais no geral e o Serviço Social de uma forma particular, passaram a investir numa cultura de

⁴⁶ Quando era canalizada por via do processo de controlo praticado pelas instituições sociais, a acção transformadora distinguia-se da acção curativa, não só por utilizar estratégias distintas no exercício do próprio controlo, mas também por investir em perspectivas de actuação cuja natureza se diferenciava por se apoiar em estratégias metodológicas diferenciadas.

requalificação do ambiente social. Como forma de dar corpo a este objectivo, serviram-se da construção de micro-cenários de intervenção que, para além de substanciarem a recriação da acção, influenciavam também os sistemas sociais que consolidavam as assimetrias de poder, produzindo uma vigilância sobre as condições de reprodução social das desigualdades. Mas se, por um lado, a inclusão dos micro-cenários de intervenção no modelo de gestão dos problemas sociais acelerou o processo de desmultiplicação dos agentes e dos dispositivos interventores, por outro lado rotinizou a intervenção e tornou os mecanismos de vigilância social mais abrangentes e politicamente mais diversificados.

Consequentemente, e sem que o sistema organizado de intervenção social tivesse deixado de ser assumido como um elemento referencial, a acção interventiva recriou-se perante o ressurgimento político-ideológico das forças sociais e religiosas subalternizadas pelo processo de laicização e de politização do social. Este facto interferiu sobre:

- ✦ o processo de disciplinarização e moralização das relações sociais;
- ✦ a recriação da identidade institucional das instituições sociais;
- ✦ o estilo da acção construído em função da articulação existente entre as novas exigências do padrão de acumulação, a reorganização do trabalho e o crescimento da massa de desempregados;
- ✦ a descontinuidade entre a subordinação social e a instrumentalização da responsabilização social do indivíduo enquanto sujeito;
- ✦ a transformação da questão social em problemas de assistência ou de violência.

Criou também espaço para a recuperação das clássicas forças sociais, em que se integram as religiosas, no universo do exercício da intervenção social. Este facto não alterou substancialmente a idiossincrasia do processo de disciplinarização ou da moralização das relações sociais. Houve, sim, uma sua recontextualização, uma vez que não “desformataram” o modelo instituído. Isto é, integraram nos novos propósitos institucionais as propostas já existentes e criaram novas propostas⁴⁷.

⁴⁷Em que se enquadram os centros sociais e de que se destacam o protagonizado por Frederico Osanan em 1833 em França, através do qual se organizaram as conferencias vicentinas, assim como o centro social surgido na cidade de Londres em 1824 pela mão do ministro anglicano Cannon Barret e o estudante Arnold Toynbee, e também as “Charity Organization Societies”, surgidas inicialmente em Inglaterra no ano de 1869 e posteriormente, em 1877, nos Estados Unidos da América, com a finalidade de coordenar as Catholic Charities, que se tinham pulverizado socialmente com o objectivo de gerir racionalmente o exercício da caridade.

Assim, e sem que fosse politicamente profanado o exercício da racionalidade na gestão dos problemas sociais, no seu conjunto as propostas de intervenção social accionaram uma simbiose ideológica entre racionalismo e humanismo cristão para que a sua cultura institucional tivesse possibilidade de desenvolver um equilíbrio entre a secularização e a religiosidade, assim como entre o racional e o pragmático. Entretanto, a afirmação política desta nova textura ideológica, que resultou deste processo de simbiose entre correntes antagónicas, alterou a morfologia cultural das instituições sociais, bem como o exercício da intervenção sobre realidades degradadas ou situações de vulnerabilidade social. Paradoxalmente, este processo fez ressurgir um moralismo por parte de algumas das instituições que protagonizavam o exercício da mudança, o qual se reflectiu na consolidação do pensamento moderno sobre a natureza das instituições⁴⁸. Em termos institucionais, e de acordo com a perspectiva de Ander-Egg (1985:19), *“las prácticas sociales están condicionadas por situaciones contextuales; al mismo tempo, la situación contextual puede ser influída por las práctica sociales”*. No entanto, como as práticas de intervenção traduzem um processo de osmose entre contexto e transformação, a sua imagem social passou a reflectir a densidade dos vínculos que reforçaram o aspecto instrumental e operativo que marca o carácter ontológico e emancipatório da intervenção social na sociedade industrial. Em contrapartida, a sua imagem ideológica passou a traduzir a recuperação da tradição e dos costumes como elementos constitutivos da sociedade que deveriam ser geridos como princípios organizadores da sociedade e a partir dos quais a defesa da ordem social tomou a devida consistência. Quanto à pluralização ideológica do processo de intervenção que se afirmou no quadro do surgimento dos micro-cenários de intervenção social, esta diversificou a natureza ideológica da acção. Ou seja, centrou na família a estratégia de controlo dos factores exógenos e endógenos que tornavam vulnerável o espaço político em que eram definidas as regras de circulação da autoridade invisível e da des-subjectivação das formas de agir que, por si só, pretendiam retirar a descontinuidade existente na consolidação democrática. Já quanto ao seu poder simbólico, este alterou-se. Não porque a autonomia das instituições sociais se tivesse substancialmente relativizado em função da sua incorporação em estratégias que visavam um novo equilíbrio de

⁴⁸ Pensamento este que as considerava como dispositivos de regulação das tensões sociais originadas pela reprodução das desigualdades.

forças, mas sim porque se estabeleceram novos compromissos sociais ao recuperar algumas formas tradicionais de ajuda material, adaptando-as:

- ✧ a uma nova realidade política vinculada aos princípios doutrinários da democracia;
- ✧ aos novos compromissos políticos que se particularizavam por se vincularem a uma socialização dos custos da produção e se desvincularem das variantes revolucionárias da luta de classes, mais especificamente as que estavam identificadas com os valores políticos do socialismo.

Esta postura política das instituições sociais de rejeição ao socialismo favoreceu a sua identificação com as tendências reformistas, à qual, no quadro de uma perspectiva marxista, se convencionou chamar conservadora⁴⁹. Na verdade, para o marxismo as instituições de ajuda social eram consideradas como obstaculizadoras de um processo de mudança política (Parra: 2001), visto focalizarem a sua acção junto das famílias, reabilitando-lhes o seu poder simbólico e optando por uma estratégia que pressupunha a defesa de construção de respostas para os problemas imediatos em detrimento dos interesses históricos. O mesmo é dizer que, para a corrente marxista, as instituições sociais eram consideradas como elementos galvanizadores de uma visão social-democrata do desenvolvimento social e económico. Como resposta, as instituições sociais, ao sentirem-se politicamente penalizadas, aproximaram-se de uma proposta de reorganização do modelo social da sociedade industrial. Para o efeito, sustentaram-se em reformas sociais conduzidas pelo poder político e convertidas em acção recuperadora pela sociedade civil. Estas reformas substanciavam-se num compromisso do estado com as classes mais desfavorecidas, respeitando a democratização da sociedade industrial e a consolidação dos ideais da democracia política. Daí que as instituições sociais se tenham empenhado em valorizar uma cultura de acção em que o seu “*self*” exprimia a sua relação com a vida na sociedade industrial, sem que se centrasse especificamente numa bipolarização entre riqueza e pobreza. Relativamente às práticas de intervenção, estas desenvolveram-se então em consonância com a análise produzida pelas instituições e pelos produtores do conhecimento sobre o carácter constituinte dos problemas sociais e seu impacte sobre o quotidiano

⁴⁹ Esta perspectiva, construída sobre a cultura das instituições, reflecte uma abordagem de teor marxista que se particulariza por enfatizar o papel das instituições na legitimação de uma política redistributiva da riqueza que não tinha por objectivo a superação das desigualdades.

social. Por sua vez, as estratégias de intervenção, então definidas como sendo as mais propositadas tendo em vista a necessidade de assegurar o exercício da eficácia, resultavam especificamente de uma reflexão sobre as análises desenvolvidas sobre a realidade social, em articulação com a opção política encontrada para consolidar a importância institucional de um modelo de gestão do social que fosse ao encontro às expectativas criadas.

Em face destes pressupostos - e contrariamente aos da teoria marxista que vincula o exercício da intervenção por parte das novas instituições sociais a correntes conservadoras e configura as práticas de intervenção como práticas de índole conservadorista por utilizarem a família e a moral para exercerem a disciplinarização do social - a cultura destas mesmas instituições pode ser equacionada como um produto de um processo contínuo de contextualização e de recontextualização do exercício da intervenção social, dado existir uma conexão circular entre:

- ✧ o estilo de intervenção conduzido pelas instituições públicas e privadas;
- ✧ as formas políticas de governação dos problemas sociais e o reconhecimento da transfiguração do exercício político da governação;
- ✧ a apropriação política dos avanços e refluxos das formas de pressão exercida pelos movimentos sociais;
- ✧ as determinações históricas que estão na base da recomposição política e cultural das relações de hegemonia.

Quanto ao seu papel na sociedade democrática, este inscreve-se no exercício da mediação praticado através de espaços ocupacionais onde se integrou o Serviço Social.

De um ponto de vista ideológico dificilmente se poderão considerar as práticas de intervenção social como conservadoras, dado que as instituições sociais na sociedade industrial não promoviam o atavismo, nem o ascetismo social, nem tão pouco a desidentificação dos problemas sociais. Neste contexto, as instituições sociais e o Serviço Social projectavam-se em consonância com a recriação de:

- ✧ o processo de regulação dos problemas sociais;
- ✧ o conhecimento nas áreas do direito e do sindicalismo,

↗ o desenvolvimento do conhecimento nas áreas da psicologia, medicina preventiva, sociologia e filosofia.

No entanto a forma como, quer as instituições sociais, quer o Serviço Social, aplicavam o conhecimento no exercício da acção, criou um desfasamento nas lógicas de pensamento que estimulavam o enquadramento das práticas de intervenção no espaço do exercício doutrinário⁵⁰. Todavia, a sua inadequação a uma exterioridade de cariz doutrinário tornou-se por demais evidente, se considerarmos a forma como as instituições criaram o seu espaço de comunicação sem que o deixassem transformar em zonas de sombra de ligações invisíveis a processos de desfiguração da realidade social. As práticas de intervenção conduzidas pelo Serviço Social que as executava investiram então fundamentalmente numa capacidade de transformação que se revelava através da metabolização do que se pode apelidar como “descoberta do autêntico”. Isto é, o Serviço Social constituiu-se numa espécie de um “fora” de um “dentro” social, expressão que Gil (2004:27) utiliza quando se refere ao poder do espaço público. Especificamente no que diz respeito às suas práticas de intervenção geradas no contexto da sociedade industrial, estas de facto particularizam-se por se terem empenhado em utilizar o inquérito e a entrevista para produzirem um diagnóstico social das situações sociais. A partir do diagnóstico realizado pelos seus profissionais, os assistentes sociais definiam então as estratégias a utilizar para devolver à sociedade a responsabilidade que deveria ter sobre a gestão do social, ao mesmo tempo que se transformavam em profissionais com uma autoridade invisível na gestão desses mesmos problemas. Mas a legitimação dessa mesma autoridade pressupõe que os diagnósticos realizados fossem realizados com recurso ao conhecimento desenvolvido. Para além de serem criativos, na medida em que não se limitavam ao conhecimento das realidades observadas e avaliadas, traduziam pela acção constituída uma ruptura com o anonimato das situações sociais e expressavam a construção do espaço a partir do qual se poderia exercer a transformação.

Estando as práticas de intervenção exercidas pelo Serviço Social vinculadas à dinâmica de desenvolvimento das instituições sociais emergentes na sociedade industrial, por isso mesmo não eram descoincidentes dos propósitos institucionais socialmente instalados. E como estes não se fundamentavam em

⁵⁰ O exercício doutrinário pode ser encontrado no âmbito das sociedades cujo regime político se distanciava do projecto democrático.

atitudes conservadoras, por criarem resistência às mudanças, logo anti-modernistas, o Serviço Social não teve condições, tanto no espaço como no tempo, de se organizar como uma contra-corrente à lógica de regulação dos problemas sociais já instituída. Portanto, inscreveu-se no espaço cultural da modernidade e inseriu-se numa dinâmica de des-subjectivação da realidade social, sem que, contudo, tomasse uma direcção crítica ou então expressiva das limitações a que estava sujeito. Longe de uma atitude desvinculativa do sistema de comunicação em que não se questionava, mas se pensava e se agia, construiu no entanto o seu espaço:

- ✧ interiorizando regras horizontais na aquisição de conhecimentos e regras verticais na aplicação do conhecimento adquirido pela sua experiência no campo social;
- ✧ afirmando-se como interlocutor na gestão dos problemas sociais;
- ✧ exteriorizando os sinais de entropia que estavam incorporados nos planos da vida social e individual;
- ✧ assumindo um papel regulador na transição de uma sociedade disciplinadora para uma sociedade de controlo;
- ✧ dominando os micro-cenários, como refere Castel (2003:234), da intervenção social;
- ✧ demonstrando a sua capacidade de reinventar o modelo afectivo-relacional da família;
- ✧ operacionalizando as estratégias de conversão do conflito em situações de desintegração social;
- ✧ criando competências na avaliação das situações sociais e individuais de desfiliação social;
- ✧ transformando-se num mecanismo de desenvolvimento dos recursos sociais;
- ✧ constituindo-se como elemento de concertação entre o exercício do poder e o laxismo de uma não acção política;
- ✧ investindo na construção de laços de sociabilidade e de comunicabilidade social;
- ✧ incorporando uma cultura de intervenção que compatibilizava a transformação com o desenvolvimento da consciência social;
- ✧ estabelecendo uma relação circular com a diversidade profissional;
- ✧ representando a acção no real;

- ✧ expressando o papel das instituições sociais na centralização do discurso humanista;
- ✧ desenvolvendo a homogeneização dos comportamentos sociais através de uma forma de agir que, ao mesmo tempo que particularizava a situação, a circunscrevia, tornando-a assim socialmente invisível.

Com efeito, a sua afirmação profissional consubstanciou-se numa relação contraditória de negação e de afirmação, no sentido em que a sua relação com a sociedade política é orgânica, enquanto que a sua relação com a sociedade civil, apesar de estar atravessada pelo económico, pelo político e pelo ideológico, é essencialmente de compromisso. Este compromisso, que se consubstanciou na recomposição das bases político-culturais em que se sustentou a organização da intervenção profissional dos assistentes sociais, bem como a definição das suas competências profissionais no campo interventivo, corresponde à cumplicidade profissional criada com os estratos de população desfavorecida e com as determinações das políticas públicas e privadas de intervenção social. Relativamente aos seus campos de actuação, como refere Abreu (2002:31) *“correspondem às instâncias sócio-institucionais por meio das quais a prática do assistente social se objectiva como parte das respostas a determinadas requisições colocadas pelas classes sociais no enfrentamento da questão social”*.

Considerando assim os pressupostos básicos que caracterizam a desconstrução das instituições tradicionais de ajuda social e a sua reconstrução no contexto da sociedade industrial, a profissionalização do Serviço Social pode ser compreendida como um produto resultante da reorganização cultural do processo de intervenção e, por conseguinte, também da recriação das formas de agir sobre as realidades sociais degradadas. A sua consolidação no campo da gestão dos problemas sociais foi gerada por:

- ✧ as consequências sociais de uma vitalização do modelo taylorista-fordista do processo de produção;
- ✧ as transformações na ordem social exercidas pelas estratégias de articulação entre interesses económicos, políticos, ideológicos e sociais;
- ✧ a reorganização da posição do estado e da sociedade civil relativamente às formas de intervenção e à recomposição cultural da pobreza;
- ✧ o redimensionamento da sua função educativa construída através da experiência adquirida no exercício da educação social;

✧ a capacidade de compreensão da necessidade de actuar sobre um determinado modo de vida, considerando as expressões particulares do espaço e do tempo em que o mesmo se forma.

Daí que a profissionalização do exercício da intervenção social e da ajuda se tivesse tornado património dos assistentes sociais. Este facto deu origem ao reconhecimento das suas competências técnicas, políticas e educativas, bem como ao desenvolvimento teórico/metodológico e político/ideológico que promoveu a construção social da sua identidade profissional.

2.4 | Serviço Social: construção identitária

A forte ligação do Serviço Social aos interstícios das desigualdades envolveu a profissão num exercício socializador que, conduzido por via assistencial, atravessou a própria gestão da cidadania, tal como é focada por Selma Schons (1999) e Marília Iamamoto (1992). Daí que, no quadro das teorias clássicas do Serviço Social, se considere que a construção identitária da profissão resultou do confronto por si criado com o poder simbólico de um sistema de intervenção social sustentado num modelo de ajuda social de cariz assistencial, a qual se evidenciou por:

✧ articular uma linguagem passiva com um modo de pensar e agir que, ao querer dessacralizar a acção, a transformou num somatório de saber empírico, saber este que operacionalizou em função da desconstrução política das desigualdades.

Compreende-se assim que o Serviço Social tenha capitalizado ideologicamente o seu código genético⁵¹ em matéria de intervenção social e tenha dado uma importância significativa à recomposição cultural e ideológica do seu exercício. Esta opção de fundir o passado com a realidade do momento permitiu à profissão:

✧ dissipar as características simbólicas herdadas de um sistema de intervenção social sustentado na trajectória cultural da ajuda;

⁵¹ Código este que, no quadro da escola clássica do Serviço Social, se particulariza pela relação intrínseca com as práticas de ajuda que se foram desenvolvendo a partir da construção da sociedade de classes.

- ↗ retratar a forma como foi organizando a sua relação com o poder e como geriu o seu poder;
- ↗ sublinhar o facto de a sua identidade profissional ser influenciada, tanto pela evolução dos modelos de intervenção social, como pela afirmação de um conceito de cultura de intervenção em que a acção se consubstancia em função de uma concepção de mundo e de vida que não se diferencia substancialmente do projecto definido para a sociedade.

No entanto, como:

- ↗ os modelos de intervenção se foram recriando de acordo com as características conjunturais do processo político de regulação social;
- ↗ a cultura de intervenção social e profissional está associada a uma permanente transformação do *facies* social (Cuche. 2003.:107) da sociedade,

a construção da identidade profissional dos assistentes sociais não pode ser vista como um facto, na medida em que traduz o particularismo da profissão na forma de actuar sobre os problemas sociais.

E o particularismo da profissão, que se consagrou ao longo da sua trajectória de vida profissional, resulta da forma como a profissão tem ajustado a sua representação identitária às alterações que se foram processando na relação entre a profissão e as realidades sociais construídas e desenvolvidas, e que se foram metabolizando em função de:

- ↗ as transformações operadas ao nível dos dispositivos de intervenção social adoptados para regular as tensões sociais intrínsecas ou extrínsecas ao processo de reprodução social das desigualdades;
- ↗ o contexto cultural em que ocorre a acção profissional.

Todavia, como no quadro da sua legitimação profissional o Serviço Social⁵² foi, em parte, confundido com as estratégias de intervenção política utilizadas para reduzir os níveis de tensão social, ou mesmo para pôr em prática uma disciplinarização do social, a sua construção identitária foi inevitavelmente marcada pela relação simbiótica que na sua origem estabeleceu com o exercício

⁵² Especialmente até à formação da sua metodologia profissional, isto é, 1917.

indiscriminado da ajuda social. Esta foi a razão pela qual, aquando do processo de reconstrução do seu perfil profissional, que coincidiu com a sua fase de reconceptualização, se confrontou com uma relativa dificuldade em sublimar esta realidade histórica. Isto sucedeu porque, na sua fase de emergência, institucionalização e legitimação, enfatizou e se apropriou dos traços culturais que davam a devida identidade ao processo de intervenção e de ajuda social, o que fez com que, na prática, reflectisse os efeitos decorrentes da combinatória criada entre:

- ✧ os aspectos simbólicos da caridade⁵³, beneficência e assistência⁵⁴,
- ✧ as influências das diferentes perspectivas de análise da transformação social;
- ✧ o espaço conquistado profissionalmente no universo dos dispositivos entrópicos.

Contraditoriamente, e apesar de a assistência ter sido o vector que exerceu um papel ascendente sobre o exercício profissional dos assistentes sociais – o que fez com que por vezes se confundisse, e se confunda ainda, Serviço Social com assistência⁵⁵ –, na construção da sua identidade, a profissão não se serviu somente dos traços culturais da assistência para fazer germinar e intensificar a sua ofensiva sobre as práticas profissionais. Utilizou também outros recursos identitários, os quais interferiam sobre a morfologia cultural dos seus registos da acção. Estes, porém, dependiam da posição ideológica dos agentes interventores e da interacção criada com os diferentes recursos institucionais e o modo estratégico de utilizar:

- ✧ as quebras de pertença no sistema social que modificam a consciência identitária;

⁵³ Isto é, a caridade funcionou até à afirmação cultural do antropocentrismo e da reforma protestante como um modelo de intervenção social que permitia assegurar o processo de coesão social. Mas se este modelo de intervenção se caracterizava por uma subjectividade activa, que resultava do exercício individual da caridade, a sua integração num sistema institucional não desactivou o exercício individual da mesma, continuando a ser reconhecido por caridade.

⁵⁴ Sendo que a própria assistência tenha exercido um domínio mais significativo sobre a sua legitimação profissional, uma vez que emergiu como uma resposta cultural aos desafios da hegemonização da sociedade industrial.

⁵⁵ Assim se explica o facto de que, ainda nos dias de hoje e especificamente na sociedade portuguesa, ao nível do senso-comum ainda se faça referência aos profissionais do Serviço Social como os profissionais da assistência.

- ✧ a manipulação na representação simbólica dos processos de intervenção⁵⁶;
- ✧ os empréstimos da identidade cultural que, apesar de remeterem para modos de pensar, não estão isentos de ambiguidades;
- ✧ a articulação entre “uma cultura paroquial centrada em interesses locais com uma cultura de sujeição que alimenta a passividade nos indivíduos” (Cuche.2003:158).

Toda esta articulação entre elementos constantes e voláteis interferiu sobre a modernização do Serviço Social, criando um desgaste na identidade convencional da profissão onde a assistência tomava um lugar de relevo.

Analizada sob o ponto de vista das funções, a identidade do Serviço Social é perspectivada como o resultado da necessidade de a profissão se ter tornado num imperativo de intervenção decorrente do processo de organização e adequação das forças institucionais à problematização do conceito de pobreza e de empobrecimento. Por isso mesmo, e não obstante ter consubstanciado um papel reflector das inculcações ideológicas no plano da gestão das necessidades sociais, assumiu simultaneamente um papel difusor, tanto activo como passivo, de respostas às próprias necessidades sociais⁵⁷. Mas, como meio de desvirtuar a relação orgânica que, deste modo, estabeleceu com a dimensão política das suas funções, e para corrigir a probabilidade de os seus profissionais serem identificados como “intermediários da política” (Abreu, 2002:51)⁵⁸, fez realçar a sua opção humanista, empenhando-se em se fazer reconhecer como defensor de uma relação monogâmica com o interesse social. Por este motivo, a sua construção identitária tornou-se paradoxal, não só porque recusava a evidência, como transformava a evidência num elemento acessório. Ou seja, transformava a sua realidade endógena num meio de evitar o confronto do sistema social e político em que se integrava com as suas principais premissas. Criou assim as condições necessárias para que a sua simbiose histórica com a assistência se

⁵⁶ O qual se consubstanciou na construção social da beneficência e que revela outra forma de interacção dos desfavorecidos com os suportes de ajuda social que, não substituindo o modelo de interacção desenvolvido pela caridade, confirma, porém, a sua renovação.

⁵⁷ Isto significa que o Serviço Social se empenhou na construção de uma aproximação aos interesses sociais, políticos e religiosos que interferiam sobre o processo de intervenção, o qual, por sua vez, se tornou num elemento de avaliação do enraizamento da profissão nas práticas de controlo social e de reconhecimento da função política da profissão.

⁵⁸ Compreende-se assim que o seu discurso, bem como a sua postura e forma de agir, se caracterizam pela sua sintonia relativamente a um padrão de comportamento profissional que intensifica a consolidação do campo ocupacional dos assistentes sociais no redimensionamento de um padrão de acção, o qual se foi constituindo num acompanhamento das situações sociais que reflectem as distorções existentes entre relações de produção e de reprodução social.

tivesse generalizado. E, não obstante se terem desvirtuado no tempo os fundamentos culturais e sociais que justificaram esta mesma simbiose, fez deslizar de modo não planeado a ideia de que o auto-entendimento do exercício da assistência teria de acompanhar os processos de transição social e ser ajustado em função das linhas de conflito existentes, sem no entanto questionar a necessidade de criar outro ritmo na sua acção, uma flexibilização no seu ordenamento político e uma modernização. Nesta medida, deixou que emergisse uma desclivagem na sua natureza política, a qual coincidiu com uma mudança de significado das práticas tradicionais de ajuda social e uma intensificação na reconceptualização do exercício profissional da intervenção. Mas, se for enquadrada numa linha de pensamento reflexivo, a construção identitária do Serviço Social pode ser interpretada como um produto que, fazendo parte do corolário de um processo de recriação dos recursos identitários que vinham do passado e que criavam dificuldades às instituições sociais em:

- ✧ definir um novo sistema de valores, ao constituir um domínio localizado da vida quotidiana (Mommas.2001. p.169),
- ✧ emancipar as suas estratégias de intervenção relativamente àquelas que tinham sido até então desenvolvidas⁵⁹,

se desenvolveu dentro de um padrão de reordenamento das células de intervenção social que deveriam romper com os limites culturais do exercício da assistência. No contexto desta lógica de desconstrução da construção identitária, o Serviço Social pode então surgir como uma das consequências resultantes de uma nova acção mobilizadora de competências profissionais específicas ao nível da assistência. Todavia, como a assistência integrava o sistema de controlo social, os assistentes sociais, quando confrontados com o processo de racionalização da assistência, inscreveram-se nos processos político-culturais de disciplinarização das relações sociais que visavam a requalificação do ambiente social e a reorganização dos mecanismos de controlo do equilíbrio social. Daí que se tenha envolvido numa modernização da gestão do social que se consubstanciou, em parte, num investimento político e ideológico activo em aferir a cultura das instituições sociais à reconstrução dos valores morais e das condutas sociais que faziam parte do património cultural da sociedade moderna.

⁵⁹ Isto porque, mesmo no quadro das instituições modernas, como aconteceu com as conferências vicentinas criadas por Frederico Osanam em 1833, o exercício da caridade institucional acompanha o processo de ajuda social canalizada por estas organizações.

Esta modernização, ao ter exercido um efeito sobre o *ethos* dos sistemas de ajuda social⁶⁰, não conseguiu porém descaracterizar o poder simbólico das formas tradicionais de intervenção social⁶¹. Portanto recriou-as através de um diálogo ideológico entre os agentes interventores e as entidades responsáveis pela organização de respostas sociais às necessidades criadas. Em termos concretos, consubstanciou um reforço de uma laicização e de uma racionalização do exercício da assistência, que foi posto em prática de uma forma pura⁶² através das organizações assistenciais privadas ou públicas, ou de uma forma impura por via dos centros sociais ou de organizações locais ou não locais que utilizavam o meio para chegar ao indivíduo. Contudo, como o Serviço Social se institucionalizou no contexto de modernização dos processos de ajuda e intervenção social, podendo por isso ser considerado como um produto da sociedade moderna, o que contraria a tese de Parra (2001), o seu exercício profissional confundiu-se com a identidade do exercício da assistência. Por conseguinte, e dado que partilhavam o mesmo espaço de intervenção, a construção da sua identidade não podia estar desvinculada desta mesma realidade. Assim se justifica que, tal como a assistência, o Serviço Social tenha na sua fase de emergência e institucionalização sido identificado como um dispositivo de controlo social, como defendem Netto (1992), Alayon (1992). Daí o ter enfatizado o pressuposto de que a sua legitimação profissional se expandiu em concomitância com o desenvolvimento da assistência como mecanismo de controlo social. Assim se explica o facto de ter acompanhado todas as transformações operadas no *ethos* social e político do *habitat* assistencial.

Isto significa que, no quadro desta abordagem reflexiva, se postule a construção identitária do Serviço Social como tendo sido influenciada pelos investimentos ideológicos e políticos realizados na gestão dos processos de incapacidade social, considerados estes como problemas de integração. Pode-se assim considerar que, até à interferência das teorias keynesianas e beveridgeanas na gestão do social⁶³, a identidade do Serviço Social foi modelada em função da lógica cultural do sistema de intervenção posto em prática para converter os fenómenos sociais que, passiva ou activamente, criavam “brechas” na forma social de interpretar:

⁶⁰ Na medida em que tornou irreversível a sua laicização.

⁶¹ Assim se explica o facto de a sociedade moderna ter mantido as práticas de ajuda de raiz caritativa.

⁶² Isto é, através da prestação de ajudas de carácter material ou moral.

⁶³ Período a partir do qual os modelos de gestão dos problemas sociais se alteram por interferência das teorias keynesianas e beveridgeanas.

- ✧ a alteração dos valores sociais,
- ✧ a uniformização de um relacionamento entre o social e o cultural que legitimasse a assimilação política dos problemas sociais.

E, uma vez que a acção profissional dos assistentes sociais, bem como os objectivos do sistema social de ajuda, e de forma particular os da assistência, se serviam mutuamente do exercício social da integração como meio de substanciar uma reconstrução democrática, racionalizada e moderna do modelo de sociedade (Abreu.2002:45), a identidade profissional do Serviço Social revela características integradoras que se coadunam com os processos de adaptação social tradicionalmente utilizados ao nível do exercício da ajuda social.

No entanto, a decomposição da forma de pensar a sociedade no pós-guerra, a qual estava relacionada com:

- ✧ a desconstrução cultural do modelo de sociedade;
- ✧ a alteração produzida nas formas de estar na vida, aliadas à crise do *ethos* capitalista dos anos 60;
- ✧ o desenvolvimento do desgaste ideológico da racionalização da vida social, acompanhado por uma substanciação na ordem do afectivo e do emocional;
- ✧ a perda de autonomia por parte dos problemas simbólicos e ideológicos;
- ✧ a re-significação da ética da consciência social;
- ✧ a transformação na noção de pertença social;
- ✧ as alterações às estratégias identitárias dos problemas sociais;
- ✧ a evolução nos modos de relação entre grupos;

activou uma reorganização identitária no Serviço Social, a qual se tornou mais evidente e mais significativa já no quadro da sociedade dos anos 70 ⁶⁴, em face da recriação da sua relação com:

- ✧ a saturação política do sistema de regulação do bem social;
- ✧ os propósitos políticos em criar um espaço artificial para legitimar políticas de intervenção;

⁶⁴ Que reflectia, não só a crise de valores ideológicos, mas também a crise dos valores profissionais do Serviço Social.

▲ as modificações operadas, tanto na visão ideológica e política dos problemas sociais, como no impacto pelos mesmos exercido sobre a consciência do colectivo social.

Neste contexto, que abre o espaço necessário para a reconfiguração identitária do Serviço Social, a integração, sem que tenha deixado de ser utilizada como eixo paradigmático da acção dos profissionais, foi todavia secundarizada por uma dinâmica complexa que atravessou o sistema de gestão social. Esta dinâmica singularizou-se por, em face das alterações produzidas na morfologia e na fisionomia social e ideológica dos problemas sociais⁶⁵, pretender recriar a adaptação e a integração como meio de enfrentar os problemas de exclusão e desfiliação. Mas, como a sua reconfiguração implicou um investimento na sua reorganização identitária, passou em primeiro lugar por uma recontextualização dos seus modelos de intervenção. Para o efeito, tomou como pressuposto que a participação da intervenção pública⁶⁶ no processo de regulação social exerceu uma interferência sintomática sobre a dinâmica, tanto da produção assistencial, como da construção de um modelo público de intervenção social. Em segundo lugar, como as políticas intervencionistas atribuíram novas competências ao sector público e o domínio do público sobre o privado era significativo, o que fazia com o privado que fosse reconhecido como útil e válido, reavaliou a sua posição conjuntural privilegiando a maximização das potencialidades do sector público, tornando assim descontínua a sua relação com o privado. Passou então a acreditar nas possibilidades de um futuro social, em que a presença efectiva do Estado na gestão dos problemas sociais não era considerada como um facto episódico, mas sim como um indicador credível de ampliação simbólica do reconhecimento de uma política de futuro com uma nova semântica ideológica. Assim, e por necessidade de se distanciar de uma imagem construída no quadro da sua intensa relação institucional com o sector privado de ajuda social, procurou, no espaço da intervenção pública, uma nova credibilidade profissional que convencionalmente lhe poderia resolver os problemas da subjectividade da acção que lhe vinham reduzindo o seu espaço de afirmação no horizonte das ciências sociais. Em face destas circunstâncias, o Serviço Social desenvolveu a convicção profissional de que uma não desvalorização das suas práticas, tal como a não desqualificação dos seus profissionais, passava pela sua vinculação ao

⁶⁵ O que justifica a bifurcação do sistema de ajuda em assistência e acção social.

⁶⁶ Especificamente no quadro dos modelos sociais de características proteccionistas por parte do Estado, e não no contexto do modelo social não intervencionista em que a iniciativa privada se sobrepõe à iniciativa pública.

sistema público de intervenção social⁶⁷. No entanto, não acautelou a questão do seu quotidiano no quadro do processo de protagonização das políticas de intervenção. E como os seus propósitos profissionais se referenciavam por um pragmatismo da acção, a questão do protagonismo tornou-se num campo difuso, o que fez com que tivesse investido essencialmente num papel executor das políticas de intervenção, consubstanciadas em políticas sociais, facto este que lhe limitou a capacidade de se reinventar. Mas em face de toda uma reorganização interna, conduzida pelos movimentos de reconceptualização do Serviço Social⁶⁸, o seu padrão identitário redefiniu-se em função de:

- ✧ as suas novas bases políticas e culturais, em que se sustentou o exercício da sociabilidade;
- ✧ o alargamento da sua acção a novas realidades sociais;
- ✧ a gestão da sua experiência profissional;
- ✧ a forma como se envolveu na consolidação da hegemonia, trivializando a diferença.

Com base nestes elementos e na dinâmica do seu processo de reorganização, que não se traduziu efectivamente numa destradicionalização efectiva, criou então, já numa fase seguinte⁶⁹, um processo de recontextualização. O exercício profissional da sua recontextualização permitiu ao Serviço Social criar um novo traço de identidade, o qual corresponde a um esforço interno de ampliar o seu poder simbólico através da sua validação profissional como executor de políticas de intervenção. Este novo traço juntou-se aos traços identitários originários que já faziam parte do seu património cultural. Daqui resultou o facto de, à sua função integradora de características assistenciais, se ter juntado uma função executora de características mediadoras.

Em termos concretos, assistiu-se assim a uma desuniformização dos traços identitários⁷⁰ do Serviço Social que se estendeu dentro de um quadro de clivagens no que dizia respeito à forma de conceber política e ideologicamente os processos de ajuda social. Consequentemente, desdogmatizou-se a construção cultural da perspectiva que considerava o Serviço Social como uma forma mais

⁶⁷ Visto que a sua actuação estaria assim mais protegida e portanto menos vulnerável à avaliação da sua qualidade, ou mesmo da sua relevância.

⁶⁸ Emergentes na década de 60-70, na América Latina.

⁶⁹ Que coincide com o exercício, nos anos 80-90, da “invasão” social da Globalização.

⁷⁰ Independentemente de ter criado as condições para que se tivesse desenvolvido uma repartição espacial no seu modelo de intervenção profissional, não deixou de estar identificado com a nova ordem social emergente da modernidade.

sofisticada de exercer a assistência⁷¹. Isto aconteceu porque a repartição espacial da sua actuação fez evidenciar o facto de existirem diferentes traços culturais (Cuche, 2003. 63) que retratam políticas distintas de conceber o exercício da intervenção por parte dos assistentes sociais⁷². Isto é, à vertente assistencial, muito ligada a um modelo tradicional de exercício da profissão, juntou-se uma vertente executiva substantivamente aliada a uma cultura de intervenção, em que a ajuda social é reconhecida como um direito e não como um privilégio. Deste processo resultou a perda, por parte da profissão, de um hermetismo cultural que teve a sua ressonância sobre a sua identidade profissional dos assistentes sociais. Assim se compreende que a identidade profissional do Serviço Social se tenha dicotomizado em termos da sua expressão identitária. Por um lado, e especificamente ao nível do sector privado, continuou a ser explorado o uso da política de proximidade para a intervenção; por outro lado, mais exactamente ao nível do sector público, passou a existir um investimento no alinhamento da acção, de acordo com os princípios orientadores do modelo social instituído. Neste sentido, pode dizer-se que as alterações nas formas de agir e de estar da profissão não conduziram propriamente a uma reconstrução identitária, mas sim a uma renovação na sua representação profissional. Por este motivo também, não se pode falar em transformação na profissão, mas sim numa transfiguração ideológica. Esta transfiguração visava, não tanto uma re-significação do exercício do Serviço Social, mas sim um fortalecimento, quer da coerência dos seus princípios ontológicos, quer da sua capacidade de responder às exigências criadas, tanto pelo sistema político e económico, como pelo sistema social. Mas em face da conexão estabelecida entre as estratégias de regulação social e os novos princípios políticos que estão na origem da reformulação dos processos de intervenção social e da sua reprojectão no quadro de um compromisso político de deslegitimar as fórmulas de expressão da marginalização social, a profissão investiu numa reformulação da sua postura e da sua conduta. Deixou de usar o conformismo que, de acordo com Abreu (2002), postulava a defesa do equilíbrio psico-físico que fazia parte de uma reinvenção do humanismo, para em alternativa ter optado pelo exercício de um conformismo dinâmico o qual, para além de adaptar o individuo ao seu ambiente, o torna responsável pela sua transformação.

⁷¹ Resultante da perspectiva de Castro (1993) que defendia a existência de uma relação intrínseca entre o Serviço Social e a arte do bem-fazer.

⁷² Que se distinguem em função de a sua raiz cultural ter por base características, quer caritativas, quer beneficentes, quer ainda filantrópicas.

De todo este processo emergiu um novo modelo de exercício profissional da intervenção que se singularizou por assumir características construtivistas e uma função já não exclusivamente controladora, mas também inclusora. A sua consolidação no espaço da intervenção profissional, exerceu os seus efeitos sobre a sua representação identitária e fez com que se tornasse mais claro o interesse dos profissionais em desenvolver uma postura reconstrutora do Serviço Social.

A legitimidade atribuída endógena e exogenamente à importância da reconstrução do exercício profissional da intervenção, tendo em vista uma possível destradicionalização das práticas profissionais, tornou-se cada vez mais pertinente perante:

- ✧ o impacto sociológico produzido pela importância política e económica atribuída à Globalização;
- ✧ a afirmação da sociedade do risco;
- ✧ o reconhecimento da reflexividade como meio de construir conhecimento.

Paradoxalmente, este novo cenário social em que se inscreve a Globalização e a sociedade do risco, em vez de conduzir a uma desconstrução efectiva da identidade profissional do Serviço Social, produziu, sim, campos policêntricos da sua acção que se revelaram em consonância com as alterações que se foram produzindo nas características do modelo social de intervenção já experimentado e no exercício profissional da intervenção exercido pelos assistentes sociais. Estes campos policêntricos, para além de permitirem uma diversificação na acção de acordo com os processos de contextualização em presença, precipitaram igualmente a queda de um estereótipo de Serviço Social muito vinculado aos poderes simbólicos da assistência e contribuíram para que a destradicionalização do Serviço Social não fosse impeditiva de uma inovação.

Neste novo quadro político, económico e social em que o Serviço Social é confrontado com a inevitabilidade de ter de enfrentar as novas lógicas culturais em que assentou a construção e emergência dos novos riscos sociais, a sua resposta à realidade em presença levou a uma sua recriação, a qual se singulariza por:

- ✧ estabelecer uma forma menos comprometida com o passado;

↗ consagrar novas competências no seu desempenho profissional que lhe vão permitir:

1. enfrentar realidades não sincopadas no tempo, como a pobreza;
2. restaurar desempenhos, como o da família;
3. responder às realidades sociais supranumerárias, tais como a exclusão, e ainda à inscrição social de novos fenómenos, como o lazer ou mesmo a negligência social.

Não obstante o exercício da recriação do Serviço Social poder ser considerado um processo tendencialmente contínuo, na sua confrontação com a sociedade do risco caracteriza-se por ter aferido as transformações que se processaram no modelo de actuação profissional dos assistentes sociais com as alterações registadas nos padrões culturais e de conhecimento.

Na prática, foi esta adequação das práticas profissionais dos assistentes sociais às influências contextuais e conjunturais do desenvolvimento e da crise do capitalismo que fizeram com que a identidade do Serviço Social não possa hoje em dia ser marginalizada de um quadro de validação em que a sua compreensão no singular não deixe de comprometer a sua compreensão no plural. Por outras palavras, para se poder sublinhar a identidade do Serviço Social na sociedade do risco, torna-se fundamental articular diferentes quadros explicativos, uma vez que, não sendo fruto das circunstâncias, necessita efectivamente de tornar inteligíveis as suas interdependências com a cultura, a política e a economia e, como diria Jameson, (*apud* Fernandes 2000:38), também com a estética.

Isto é, para se poder definir a moldura universal da identidade do Serviço Social de forma abrangente, e evitando uma leitura simplesmente segmentada, é essencial - de modo a que se não caia na tentação de enveredar por uma meta narrativa - que sejam “filtrados” os grandes propósitos profissionais que, além de terem interferido sobre o processo de representação profissional, serviram também de meios para credibilizar as acções e definir a forma como estas se legitimaram. E, como a principal função que tem iconografado o trajecto de vida social e profissional do Serviço Social tem sido a humanização social e a gestão da pobreza, os seus traços identitários retratam a forma como a profissão tem agilizado a intervenção profissional de acordo com os conceitos de justiça social e de desenvolvimento social.

Portanto, em termos genéricos, a identidade global do Serviço Social está por este motivo muito centralizada na questão da justiça social e do desenvolvimento social e portanto muito ligada a estímulos e incentivos que reajustam ou reinterpretam a sua utilização de acordo com:

- ✧ a dinâmica dos processos de mudança;
- ✧ os movimentos de reestruturação da sua compreensão;
- ✧ os enfoques adoptados no desempenho profissional.

Mas, sem contrariar a teoria de Melano (2001:58) que considera que “*a identidade profissional está essencialmente associada às funções que o assistente social realiza*”, pode-se efectivamente verificar que, uma vez que as funções não podem ser reduzidas à humanização social e à gestão da pobreza, o que na verdade tornava, bastante redutor o seu exercício profissional, e porque as suas funções se foram constituindo e reconstituindo em simultâneo com:

- ✧ o desenvolvimento da diversificação dos problemas sociais,
- ✧ a reorganização das respostas sociais,
- ✧ o reequacionamento das estratégias de intervenção social e da ajuda,
- ✧ a reformulação das perspectivas de compreensão e de análise dos problemas sociais,

a identidade do Serviço Social flexibilizou-se em sintonia com as alterações que foram levadas à prática no âmbito do seu *ethos* profissional. No entanto, como as mudanças nas funções do Serviço Social estão associadas a mudanças geracionais do próprio Serviço Social, quando no presente se pretende referenciar o padrão identitário da profissão torna-se assim mais correcto integrá-lo no âmbito do seu enquadramento geracional⁷³. No contexto desta lógica, pode-se então identificar três fases geracionais no Serviço Social que coincidem com os diferentes momentos da reconstrução da sua afirmação profissional e que abrem espaço para a sua reinvenção identitária. Uma primeira fase, a **fase de construção, corresponde ao período que vai da sua emergência até à sua fase de legitimação profissional** (segunda metade do século XIX até à primeira metade do século XX); está, de uma forma global, marcada pelas correntes positivistas e por

⁷³ Isto sucede porque a identidade do Serviço Social no contexto dos finais do século XIX é diferente da sua identidade no século XX. Pode partilhar características, mas não comunga dos mesmos propósitos.

uma perspectiva de acção que se distinguia pela sua natureza assistencial e que servia de estratégia para pôr em prática uma política de dispersão dos problemas sociais através do exercício do conformismo passivo. A segunda fase, a **fase de consolidação**, desenvolveu-se no período de vida da profissão que medeia entre a sua fase de legitimação e a sua fase de sincretismo (Mouro: 2001), isto é, dos anos 50 do século XX até aos finais dos anos 70 do mesmo século. Diferencia-se por reflectir as influências funcionalistas e por enfatizar uma função executora e simultaneamente mediadora dos conflitos como resposta aos desafios da sua modernização. A terceira fase, a **fase de reconstrução das práticas profissionais**, corresponde ao período de recontextualização e de destradiconalização da profissão (a partir dos anos 80 do século XX), que se particulariza pela nova ordem cultural da sociedade do risco ter precipitado a necessidade de recomposição das identidades tradicionais e em que a inclusão e a igualização se constituíram em novas referências nos movimentos profissionais que visam a reinvenção profissional.

Todavia, quando neste processo de reconstrução profissional se quer falar da construção identitária do Serviço Social, normalmente recorre-se a um conjunto de elementos, entre os quais:

- ✦ as características das práticas profissionais,
- ✦ a sua representação profissional,
- ✦ as funções que desenvolve.

A partir destes elementos e da sua simbiose e síntese, resulta uma figura simbólica que se denominou por identidade profissional. A identidade profissional pode também ser entendida como o resultado do somatório de diferentes padrões identitários. Estes resultam do facto de as práticas profissionais serem diversificadas e dificilmente se poder falar objectivamente num Serviço Social sem que se tenha em atenção a existência de diferentes modelos de Serviço Social, uma vez que o Serviço Social norte-americano é necessariamente diferente do sul-americano ou mesmo do europeu⁷⁴. Esta diversificação existente na natureza político-ideológica do exercício profissional do Serviço Social reflecte uma pluralização nos seus modos de agir e de se colocar profissionalmente perante as diferentes realidades sociais. Isso significa

⁷⁴ Mesmo dentro do modelo europeu, existem especificidades que demonstram que o Serviço Social anglo-saxónico não é igual ao francófono, nem tão pouco ao vigente no antigo bloco do leste.

que se criaram diferentes expressões identitárias das práticas profissionais que tomam diferentes singularidades consoante o impacte exercido no quadro da trajectória da vida social da profissão. Todavia não interferem significativamente sobre a sua dimensão global, porque, na sociedade contemporânea, a relação entre o singular e o plural tem uma coexistência cultural que pode ser interpretada como uma forma inconsciente de exercer um processo de destradicionalização resultante das novas formas de compreender a realidade e que, tal como Melano defende (2001:27), obrigam a:

- ✧ repensar conceitos, abandonando os que se tornaram ultrapassados pelo desenvolvimento do conhecimento;
- ✧ reinterpretar acções;
- ✧ formular novas propostas de intervenção através de uma recriação das já existentes ou da construção de novas alternativas de intervenção, que tenham em linha de conta as suas estratégias de afirmação num universo de conhecimentos em que o domínio de fronteira foi substituído pela identidade patrimonial da acção.

O mesmo será dizer que a reconstrução identitária do Serviço Social no presente histórico e social se distingue por separar, ao mesmo tempo que aglutina, os aspectos simbólicos da profissão. Ou seja, a validação do seu objecto histórico não limita a consolidação das suas possibilidades em recriar as interacções que vão interferir sobre:

- ✧ a definição do objecto da intervenção,
- ✧ a produção das práticas profissionais,
- ✧ a construção da sua auto-imagem profissional,
- ✧ a sua credibilidade profissional,
- ✧ o seu quotidiano profissional.

Tomando, portanto, como indicador o impacte produzido por um conjunto de práticas profissionais que, no seu conjunto, exercem função idênticas na gestão dos problemas sociais, torna-se possível identificar no tempo o efeito então exercido sobre as formas identitárias que estão na origem das construções identitárias das profissões sociais. Quanto ao processo de construção identitária do Serviço Social, pode-se confirmar, através de uma reflexão sobre as alterações

das suas características ao longo da sua trajectória social, que a sua raiz está profundamente vinculada à existência e configuração ideológica, tanto da ajuda como da intervenção social. Relativamente à sua consistência cultural e ideológica, verifica-se que esta depende das reacções mais ou menos significativas às mudanças que se foram operando no *ethos* do Serviço Social. Mas, quanto à sua configuração profissional, esta está intrinsecamente ligada à substância política e cultural que particulariza determinados momentos da sua vida social, os quais assumem uma nitidez particular e ganham textura significativa no campo da acção. Logo, torna-se mais fácil falar em identidades geracionais e em identidades locais. As primeiras reflectem a dinâmica de transformação que ocorre dentro da sua vida profissional e institucional, que visa a afirmação cíclica de um movimento reconstrutor dentro do Serviço Social. As segundas referem-se às características das suas práticas e das suas funções dentro de uma geografia localizada da acção e correspondem a processos de adequação dessas mesmas práticas a realidades sociais concretas que estão localizadas no tempo e no espaço.

Embora tradicionalmente a questão da identidade do Serviço Social tenha sido analisada mediante códigos de referência bem precisos (práticas, funções e representações), com a desconstrução dos processos analíticos que está na origem de uma ampliação das abordagens reflexivas, faz-se sentir a necessidade de se levar à prática uma reformulação no processo de compreensão da sua construção identitária, já que a construção identitária do Serviço Social, quando enquadrada numa perspectiva reflexiva, passa a ser entendida como um processo que, ao mesmo tempo que conduz à criação do espaço público da profissão, cria as condições para que se tornem visíveis as suas especificidades. Assim, da mesma forma que lhe permite não ser confundida com outras profissões que partilham funções congéneres, facilita-lhe também a afirmação dentro de um quadro a que Cuche (2003:68) denomina como culturas próximas. Mas, não obstante a perspectiva utilizada na desconstrução epistemológica da identidade do Serviço Social, a questão da relação cultural com outras profissões sociais, bem como a da relação com diferentes correntes de conhecimento e com a estrutura cultural e política das entidades condutoras dos programas de intervenção social, constituem-se em elemento de grande importância para o exercício do protagonismo profissional. Contraditoriamente, a mesma relação com outras profissões sociais precipitou a criação de zonas de sombra na forma como o Serviço Social se passou a exteriorizar e fez emergir linhas quase

invisíveis na delimitação das dinâmicas profissionais e, sobretudo, na afirmação das suas dimensões existenciais.

Por conseguinte, não só a construção identitária do Serviço Social, como também a definição da(s) sua(s) identidade(s), estão implicitamente ligadas a um ideal imaginário que se modifica em consonância com a cartografia cultural, política, económica e estética, que faz com que no tempo se consolidem alguns padrões identitários mais arcaicos e emirjam novos padrões. Estes novos padrões distinguem-se por reflectirem a posição que o Serviço Social assume no quadro dos dispositivos sociais instalados, bem como a forma como investiu na metabolização do conhecimento. Mas, enquanto a posição do Serviço Social, no quadro dos dispositivos sociais, determina a sua capacidade de intervir ao nível da gestão dos problemas sociais, o que equivale a reconhecer o seu poder, o investimento na área do conhecimento permite-lhe definir o seu espaço em:

- ✧ a sublimação dos aspectos sociais, afectivos e ecológicos que fazem degenerar as evidências indiscutíveis;
- ✧ a valorização do equilíbrio como meio de defender uma forma transformada de supressão da exclusão ou de quaisquer outros sintomas de mal-estar no quadro de uma sociedade de transição que articula os flagelos planetários (Gil: 2004), como toxicodependência, pobreza, sida, desemprego, violência e solidão, que ocupam toda a superfície social, com os problemas territoriais e locais que resultam da substituição do arcaico por novas formas de pensar e agir.

2.5 | Serviço Social: construção e recriação da sua imagem cultural

O reconhecimento da existência de momentos distintos na vida profissional dos assistentes sociais, não só traduz as implicações da sobreposição da sua modernização com o desenvolvimento da sua trajectória de vida social, como corresponde aos diferentes ciclos da reorganização da sua cultura profissional, gerada por:

- ✧ uma aferição activa ou passiva dos profissionais às alterações da cultura política de gestão do social;
- ✧ as mudanças de estratégia cultural utilizada na sintonização da relação entre experiência profissional e mercado de trabalho;

- ✧ a reconstrução contínua de uma cultura profissional que sempre se pretendeu que fosse de consenso.

Estes momentos distintos, se centrados na sua vida cultural, podem ser divididos em três ciclos que só por si outorgam comportamentos culturais que se diferenciam entre si pelos axiomas em que se sustentam. Ou seja, um primeiro ciclo estendeu-se pela fase de institucionalização e legitimação profissional⁷⁵. Particulariza-se por o Serviço Social se ter assumido como uma profissão de carácter social que visava ajudar os indivíduos a resolver os seus problemas e cuja acção era determinada em função das características da situação⁷⁶, assim como se servia da gestão das situações sociais⁷⁷ para, como diz Vieira (1985:92):

- ✧ “*minorar sofrimentos oriundos da miséria*”;
- ✧ “*recolocar os indivíduos e famílias em condições normais de existência*”;
- ✧ “*melhorar as condições sociais de vida dos mais desfavorecidos e elevar o nível da sua existência*”.

O mesmo é dizer que conduzia os seus investimentos profissionais mediante um processo de atomização dos problemas sociais que visava o exercício da sua socialização por via da inscrição dos mesmos na sociedade. Este estilo de agir, se por um lado reflectia a importância que reconheceu à sua herança cultural, por outro esteve na origem da dificuldade encontrada para desenvolver um paradigma cultural menos atomizador que permitisse à profissão recriar o seu universo simbólico num contexto de emergência das novas combinações ideológicas e políticas a que se tinha vinculado o pensamento europeu ocidental. Por esta razão, em 1955, Harleigh Trecker, ao referir-se à profissão, afirma que “*o Serviço Social opera dentro de uma cultura onde se manifestam interesses e necessidades, atendidas por uma diversidade de entidades que empregam métodos de intervenção, administração e pesquisa*” (apud Vieira;1985:92). Um segundo ciclo, que integra a fase de qualificação e afirmação⁷⁸, foi dominado por uma imagem profissional estandardizada de raiz ocidental e de características assistenciais, não obstante o seu comportamento cultural se ter pluralizado. Isso significa que deixou de circunscrever a sua

⁷⁵ E que está compreendida entre os finais do século XIX e a crise económica de 29-30.

⁷⁶ O que fazia com que pudesse assumir um papel paliativo, curativo ou preventivo.

⁷⁷ Tal como foi definido na 1ª Conferência Internacional de Serviço Social realizada em 1928.

⁷⁸ Que se enquadra no período entre a crise dos anos 30 e a dos finais dos anos 60.

actividade profissional ao exercício da inserção social, uma vez que a sua acção profissional passou a acompanhar a dinâmica de evolução de:

- ✧ as formas de pensar a gestão do social, que era exercida de forma centralizadora e integradora;
- ✧ as metodologias de intervenção profissional que, sem que tivesse deixado de valorizar o exercício da individualização, o estendeu a grupos e comunidades;
- ✧ a modernização do conhecimento essencialmente na área da sociologia, psicologia e antropologia;
- ✧ o processo de governação das políticas sociais emergentes⁷⁹.

Especificamente no que diz respeito à sua acção profissional, esta deixou de ser preferencialmente ocasional e de estar condicionada pela necessidade de descomprimir socialmente as situações problemáticas, uma vez que surgiram novos modelos de acção, os quais vão estar na origem de:

- ✧ a consolidação da heterogeneização dos comportamentos profissionais,
- ✧ a adopção de uma cultura profissional constituída por vários padrões comportamentais que se foram metamorfoseando em sintonia com os móveis subjacentes à forma como o Serviço Social se remoldou perante a contínua necessidade de afirmação profissional.

Desta metamorfose, que se enfatizou já no seu terceiro ciclo, o que atravessou a sua fase de sincretismo e de reidentificação⁸⁰, surgiram novos modelos de acção. Estes modelos distinguiram-se dos anteriores por corresponderem a novos desideratos ideológicos e culturais que se prendem com o exercício profissional da inclusão.

Em termos de trajectória, a imagem cultural do Serviço Social está desde a sua génese⁸¹ muito ligada aos laços e trocas ideológicos estabelecidos entre a profissão e a assistência. Por esse motivo, os assistentes sociais assumiram de empréstimo a expressão cultural da assistência, adaptando-a devidamente ao seu modelo de intervenção profissional. Para o efeito, integraram no seu quotidiano

⁷⁹ Que, para além de reproduzir uma nova cultura política de intervenção, gera novas concepções de administração social do espaço da exclusão.

⁸⁰ E que se situa a partir dos anos 70.

⁸¹ Consequência do facto de se rever no alinhamento cultural, político e ideológico da assistência.

de vida profissional o exercício assistencial. Contudo, ao inscrever-se neste quadro de referência cultural, produziu uma ubiquidade entre a identidade cultural da assistência e a do Serviço Social.

Relativamente à assistência, o facto de os seus traços culturais⁸² se terem difundido no tempo e mantido convergentes do ponto de vista ideológico fez com que se tivesse convertido numa “área cultural”⁸³ cuja textura ideológica resultava de um diálogo passivo⁸⁴ entre os traços culturais das diferentes formas políticas de exercer o controlo da reprodução dos problemas sociais⁸⁵. Enquanto traço cultural que caracterizou, e simbolicamente ainda caracteriza, uma forma do Serviço Social intervir profissionalmente, a assistência:

- ✧ transformou-se numa linha dorsal do processo de intervenção social desenvolvido ao nível das precariedades de ordem económica e social;
- ✧ foi socialmente entendida como processo de ajuda social aos mais desfavorecidos;
- ✧ exerceu uma interferência, de tal forma significativa, sobre a morfologia ideológica do modelo de intervenção profissional dos assistentes sociais, que se tornou temporalmente no meio profissional privilegiado para minimizar as situações de risco social.

Quando desenvolvida no quadro do exercício profissional dos assistentes sociais, a assistência projectou-se, essencialmente, através das práticas de ajuda social conduzidas no quadro do exercício da acção social. Daí que, neste contexto, os assistentes sociais tenham feito uso do processo instalado de distribuição de ajudas económicas para pôr em prática uma estratégia de gestão dos comportamentos individuais, adaptando-os ao seu meio ambiente. Por outras palavras, esta prática de ajuda servia para:

- ✧ vincular o indivíduo a um processo de socialização que, para além de se constituir num meio de fixar os indivíduos à estrutura social,

⁸²Por traços culturais, e servindo-me das referências teóricas desenvolvidas por Cuche (2003), considero os elementos simbólicos que particularizam a invariabilidade dos princípios culturais por que se regem.

⁸³ Isto acontece porque, segundo Cuche (2003:60), expressa publicamente a convergência no seu espaço de um conjunto de traços culturais que, para além de serem culturalmente semelhantes, partilham de uma mesma identidade ideológica.

⁸⁴ Digo passivo, na medida em que era constitutivo e não estipulado de forma convencional.

⁸⁵ A sua coexistência com processos de ajuda alternativos, como o caso da promoção social, metabolizava a identidade cultural da assistência.

indirectamente contribuía para assegurar o exercício da democracia política;

- ✧ controlar a reprodução das problemáticas sociais diagnosticadas;
- ✧ regular as tensões entre o indivíduo e o Estado.

Como “área cultural”, tornou-se no espaço ideológico partilhado pelas diferentes formas sociais de ajuda sustentadas em dinâmicas sociais e políticas diferenciadas e protagonizadas fundamentalmente por assistentes sociais, com o propósito de reduzir o impacte social produzido pelas situações de grande vulnerabilidade social. Mas, quando praticada por via profissional, neste caso o Serviço Social, o seu exercício, ao mesmo tempo que se caracteriza pelo facto de ser abrangente, torna-se no entanto igualmente limitativo e limitado. Isto é, abrangente por poder responder a um leque diversificado de problemas sociais que tanto podem ser de ordem religiosa, como política, ideológica ou cultural; limitativo, por o seu padrão de comportamento não combater o animismo social e se converter num comportamento multiforme que se orienta no sentido de criar modos de viver e de fazer que se organizam em padrões consistentes de ajuda, os quais, por se desenvolverem dentro de uma cultura assistencial, transformam a assistência numa cultura viva; limitado, por se circunscrever a situações de degradação social profunda.

Mas, se o modelo cultural de adopção do Serviço Social foi a assistência, já a sua imagem profissional, quando dominada pela cultura europeia ocidental, assumiu uma expressão que variou entre o ser individualizadora ou proteccionista⁸⁶, enquanto na cultura norte-americana se revelou como dinâmica e incentivadora⁸⁷, e na cultura latino-americana doutrinária e mobilizadora⁸⁸. Por sua vez, no contexto africano, asiático e do leste europeu, a questão da imagem cultural e profissional do Serviço Social tornou-se mais fluida na medida em que:

- ✧ ou foi superada pelo fenómeno da pobreza absoluta, assim como pela inexistência de planos organizados de acção social, como no caso de África⁸⁹;

⁸⁶ Por estar muito vinculada a um perfil de governação proteccionista.

⁸⁷ Como revela a sua opção por uma estratégia não simulada de legitimação de uma sociedade de contrastes, em que a gestão desses mesmos contrastes passa essencialmente por não os tornar paralizadores da ordem social e económica.

⁸⁸ Que resulta da incapacidade dos profissionais de tornar menos complexo o universo local da reprodução social das desigualdades.

⁸⁹ À excepção da África do Sul, onde são evidentes os efeitos sociais e organizacionais da desconstrução da herança colonizadora e a construção da sua emancipação democrática.

- ✧ ou foi subalternizada pelo facto de a sua referencialidade ser complexa, dado os seus padrões culturais de ajuda serem autóctones ou produto de uma interferência cultural externa, como acontece no continente asiático;
- ✧ ou foi reconvertida por efeito de uma europeização social decorrente de uma ruptura com os modelos sociais planificados, tal como vem sucedendo nos países do leste europeu.

Esta diversificação na sua imagem profissional não faz, no entanto, com que a sua imagem cultural dependa da forma como a sua tradição profissional se foi modificando por pressão das transformações que se foram operando na sociedade. Partindo deste pressuposto e de uma recharacterização da sua memória histórica, e sem que seja “mutilado” o seu exercício de destradicionalização ou subvertida a dinâmica da sua renovação, pode-se assim identificar as alterações que se foram processando tanto nas formas culturais do Serviço Social, como nas suas imagens culturais, através de:

- ✧ a reconstrução de conexões históricas assentes numa qualificação da distribuição de feições particulares existentes no exercício profissional do Serviço Social;
- ✧ uma reflexão sobre as estratégias de intervenção profissional exercitadas pelos assistentes sociais, que deve ser acrescentada por uma análise das culturas profissionais locais e independentes.

E com base na relação patrimonial entre Serviço Social e cultura profissional, torna-se ainda possível:

- ✧ captar o sentido do comportamento cultural da profissão;
- ✧ avaliar a integração ou a falta dela em culturas aparentadas;
- ✧ conhecer os seus impulsos culturais;
- ✧ determinar os aspectos culturais particulares que dão conteúdo ao conjunto de padrões que retratam a forma como a profissão se tentou desembaraçar da sua cultura tradicional por via geracional, adoptando modelos culturais, não originais, mas importados de outras culturas profissionais, ou criando variantes que resultam da adaptação das suas práticas às realidades culturais em presença.

Especialmente no que se refere à imagem cultural da profissão em termos absolutos, a assistência, face ao fenómeno relacionado com a standardização civilizacional da mesma, que escora o ciclo vital das alterações produzidas nas configurações culturais das práticas profissionais dos assistentes sociais, tem funcionado como epicentro de um modelo de actuação profissional a partir do qual a profissão, na sociedade industrial, foi tradicionalmente promovendo a sua realização cultural. Compreende-se assim que, num quadro clássico do exercício profissional do Serviço Social, exista uma cumplicidade ideológica entre o exercício da ajuda por parte dos assistentes sociais e o uso das práticas de assistência no seu quotidiano profissional. No entanto, se a assistência implica ajuda, a ajuda não implica necessariamente assistência. Mas, porque culturalmente a assistência se constituiu num padrão clássico de ajuda⁹⁰ e passou a representar um meio para criar poder, o seu significado deixou de fazer parte da essência da existência do Serviço Social, como defendem os não tradicionalistas do Serviço Social. Passou a ser considerada como um organismo vivo que se aprofunda em face do dualismo criado relativamente à interpretação da sua existência como valor ou como expressão cultural de uma forma de agir. Como, no quadro da ordem social instalada, se transformou num padrão-hábito dos assistentes sociais que atravessou as sociedades menos complexas, assim como as complexas e mesmo as mais complexas⁹¹, a importância da assistência tornou-se, por isso mesmo, incomensurável. No entanto, o seu exercício tanto pode ser representado:

- ✧ como um costume que interfere sobre os comportamentos em sociedade;
- ✧ como um processo cultural que relativiza, através das motivações e dos propósitos, a compreensão multilateral das fragilidades sociais;
- ✧ como um comportamento cultural de expressão incisiva que reconhece a importância das atitudes, de forma a tornar indivisível a obrigação social e política, assim como a relação do pensamento com as funções institucionais.

Independentemente de como é identificado, o exercício da assistência exercido ou não por assistentes sociais retrata uma forma mítica de pensar e agir

⁹⁰ Que se foi constituindo numa área cultural.

⁹¹ Isto é, alargou-se a todos os modelos de sociedade e tipos culturais de sociedade.

sobre os problemas sociais que, à medida que se despadroniza, gera a construção de padrões complementares de intervenção sobre a realidade social, os quais correspondem, em alternativa:

- ✧ ao produto da sua integração na cultura local;
- ✧ à compreensão seleccionada das realidades sociais presentes;
- ✧ à adaptação a soluções de compromisso entre o social, o económico e o político;
- ✧ a motivações de ordem reguladora.

Mas, pelo facto de ter criado vínculos ideológicos bastante consistentes com o Serviço Social, a relação que a assistência estabeleceu com a profissão tornou-se naturalmente equilibrada e rítmica⁹² e foi-se transformando de acordo com a evolução da própria relação que, por sua vez, pode ser dividida em três estádios:

- ✧ o estádio de convergência, que corresponde à construção e à afirmação de uma imagem estereotipada do Serviço Social dominada pelo exercício profissional da assistência, que se desenvolveu em concomitância com o processo de legitimação e crescimento da sociedade industrial;
- ✧ o estádio de concertação, que se traduziu por uma desdogmatização da atitude serventúria do Serviço Social relativamente ao exercício da assistência, enquadrando-o no exercício da acção social por efeito das mudanças verificadas no processo de governação do social ao longo do processo de mudança que acompanhou a sociedade industrial;
- ✧ o estádio de autonomização, em que o exercício da assistência se transformou num dos eixos de actuação do Serviço Social face à projecção de uma cultura de solidariedade global⁹³ e de uma cultura do risco, que enfatizaram a transformação da sociedade industrial em sociedade do risco.

Mais concretamente no que diz respeito ao exercício da assistência pelo Serviço Social, este, numa primeira fase, processou-se de forma **intuitiva**, e numa

⁹² Rítmica porque, se houve ocasiões em que os seus objectivos eram partilhados, noutras tomou direcções paralelas, sem no entanto desvirtuarem o seu fim cultural de constituir um todo harmónico.

⁹³ Que, por vezes, se aproxima de um exercício mais sofisticado de caridade e que se situa no quadro de regulação das grandes assimetrias que tomaram uma maior densidade perante o crescimento de uma economia global e a afirmação da sociedade do risco.

segunda fase, de forma **sistematizada**, sendo que a forma sistematizada tanto pode ser conduzida em moldes:

- ✧ fusionais, quando conjuga emoção com razão e intuição com constatação;
- ✧ racionais, quando avalia racionalmente os problemas para depois definir a acção;
- ✧ críticos, quando opera tendo em linha de conta que “*a razão actua parcelar ou topicamente sobre o problema*” Espada; Rosas (2004: 21).

A **intuitiva** foi, e é ainda, vulgarmente posta em prática de maneira desestruturada por pessoas ou organizações empenhadas em revitalizar as formas culturais de ajudar todos os que necessitavam de ser ajudados. Corresponde a impulsos de boa-vontade social, ou então a manifestações culturais enraizadas no tecido social, ou ainda a fórmulas políticas de intervir sem agir. Na prática, traduz um modelo de exercício da ajuda social que se foi destradicionalizando de acordo com a transformação do estilo consignado do bem-fazer e a evolução política da arte do bem-fazer (Castro:1993). Tal como no passado, no presente ainda é influenciada pela sensibilidade e pela apetência individual/profissional para reconhecer as situações problemáticas e gerir as suas obrigações sociais, éticas, religiosas, ideológicas e profissionais. Ou seja, reflecte a forma como:

- ✧ se posicionou ou posiciona perante os outros,
- ✧ foi assumindo a sua relação com os outros,
- ✧ se colocou em face da produção e da reprodução das desigualdades e da indiferença.

Em termos singulares, o exercício intuitivo da assistência está interligado com o universo das emoções e das obrigações. Retrata formas de estar na vida e de pensar a vida, tal como processos de mercantilização dos hábitos culturais e sociais. Corresponde a interesses individuais ou colectivos que se vão redesenhando ao mesmo tempo que se articulam com a construção social da responsabilidade individual e da responsabilidade colectiva. Como prática social, tem a sua génese na caridade, e não na solidariedade. O seu formato particulariza-se por poder ser integrado numa engenharia social parcelar como

um mecanismo descentralizado que se envolve “*em aliviar o sofrimento humano susceptível de ser aliviado*” (Espada; Rosas, 2004:22). A **sistematizada** corresponde a um modelo de exercício organizado da assistência conduzido de forma racional por instituições privadas ou públicas e desenvolvido no âmbito da dinâmica cultural de construção institucional do processo de ajuda. O seu objectivo está relacionado com a reconstrução dos princípios humanitários e dos valores morais através da sua reprodução por intermédio de organizações ou instituições com apetência para corrigir os problemas parcelares da sociedade. Sem se envolver no redesenhar da sociedade ou na reformulação das políticas públicas e não públicas de ajuda social, empiricamente, mas em nome da razão, definiu como seu campo de incidência o produto do atavismo social, e não propriamente o atavismo social. Tanto pode ser conduzida partindo do global para o particular, como do particular para o global.

**QUADRO 10 | DIFERENÇAS ENTRE FORMA INTUITIVA E SISTEMATIZADA DO EXERCÍCIO DA ASSISTÊNCIA
PELO SERVIÇO SOCIAL**

	exercício	objecto	acção	actividade
intuitiva	desestruturado	o produto do animismo	empírica	controladora
sistematizada	organizado	o produto do atavismo e da desintegração social	racional	reguladora

Mas quando o exercício da assistência articula a intuição com a sistematização, essa articulação equivale a falar de processos específicos que podem ser decompostos para mais facilmente serem compreendidos e que são constituídos por duas dimensões que se distorcem automaticamente perante o efeito produzido pela utilização de um dualismo de padrões que cria eficácia à intervenção. O mesmo aconteceu com o Serviço Social na sua fase de legitimação, que não desvalorizou o uso da intuição por parte dos seus profissionais pelo facto de ter tornado sofisticada a utilização do racionalismo no campo do seu exercício profissional. Através do contacto com a realidade específica, assim como a envolvente e a circundante de cada uma das situações que empiricamente se lhe configuravam como problemáticas, apreendia a importância da situação e o significado que lhe poderia ser atribuído. Com base no estudo da informação obtida, determinava as suas opções relativamente à organização ou não⁹⁴ de um processo de intervenção que, quando existente, se processava de uma forma

⁹⁴ Ou ainda a um encaminhamento.

sistematizada e em que o conhecimento objectivo da situação era insubstituível para que pudesse dar consistência à fase processual da intervenção. Equivale a dizer que o Serviço Social, ao desenvolver a sua actuação sustentado num eixo intuitivo e num eixo sistematizador, serviu-se então do património cultural da assistência para se projectar como uma profissão que fazia a síntese entre o racionalismo e o humanismo. Esta atitude fomentou uma conversão do exercício da assistência por parte do Serviço Social, adaptando-o à lógica do pensamento moderno e pós-moderno em matéria de intervenção social, e singularizando-o por o profissionalismo se ter sobreposto ao amadorismo⁹⁵. No entanto, em termos do universo do exercício da assistência, estes dois modos de a exercer, profissional e não profissional⁹⁶, não provocaram grandes convulsões na sua representação, o que leva a concluir que existia uma sintonia entre:

- ✧ o desenvolvimento da assistência;
- ✧ a expressão cultural do Serviço Social;
- ✧ as concepções englobantes da ajuda social, independentemente das concepções particulares subjacentes, que não afectavam “os consensos sobrepostos” (Sá, 2004:72), nem tão pouco a forma de exercer poder na gestão dos problemas sociais.

Isto significa que Serviço Social e assistência foram, ao longo da sua trajectória de vida social, partilhando dos mesmos princípios de carácter deontológico e ideológico que estavam subjacentes ao reconhecimento da existência de diferenças entre pessoas ao mesmo tempo que lhes outorgava direitos iguais. Indirectamente, promoviam conjuntamente uma cultura de conformismo através da ênfase de um pragmatismo que envolvia a acção e de que se serviam para exercer uma mediação relacional que eliminava o político (despolitização) e o crítico⁹⁷.

Será, em parte, esta relação paradoxal entre o explícito e o implícito em matéria de postura profissional que contribuiu para que, no tempo, se tenha procedido a uma desconstrução ideológica da imagem do Serviço Social, e

⁹⁵ Numa primeira fase, foram os agentes com vontade de protagonizar o bem-fazer, assim como o voluntariado social, que assumiram um papel importante no exercício da assistência. Posteriormente, com a dinamização de um conceito desarticulado do exercício da cidadania, recupera-se a mística não profissional do exercício da assistência.

⁹⁶ Que se consubstanciavam essencialmente na forma de organização da acção e nos aspectos metodológicos que davam forma e consistência à decomposição da sua vida social.

⁹⁷ Daí que, contraditoriamente, o Serviço Social tenha sido caracterizado pelos pensadores clássicos como uma profissão neutra, se bem que, em termos práticos, o seu próprio poder seja argumentado como um elemento de conversão da justiça social.

consequentemente a uma recriação do modo de expressar o significado dos problemas de ordem social, sem que a sua perspectiva deontológica pudesse ser considerada como constitutiva de uma cultura de aparência. Por este motivo, e por questões de ordem estratégica relacionadas com o exercício de uma re-significação do seu poder simbólico no contexto do processo de recriação da sociedade industrial, transformou, com o propósito de desfazer o equívoco criado em torno das suas identidades, a sua relação de convergência com a assistência numa relação concertada⁹⁸.

Na prática, esta mudança na relação entre Serviço Social e assistência exerceu os seus efeitos sobre a imagem cultural da profissão, tornando-a mais asséptica do ponto de vista cultural, mas menos híbrida do ponto de vista político e social, já que abriu espaço para que os assistentes sociais se empenhassem em promover uma perspectiva de intervenção em que a concepção de ajuda crónica foi preterida em face de um modelo de ajuda em que o exercício profissional da promoção do desenvolvimento pessoal e social se tornou dominante. Consequentemente, formaram-se então duas fileiras de actuação profissional. Uma que se fundamenta no exercício tradicional de um modelo de ajuda social que reflecte o processo de simbiose ideológica entre o Serviço Social e a assistência paliativa que já se vinha desenvolvendo. Outra que expressa uma relação politicamente comprometida com a assistência. Esta relação deixou de ser de subordinação à natureza identitária da assistência. Substancializou-se num modelo de actuação profissional que visava uma articulação entre um modelo de ajuda personalizado, em que a gestão dos problemas passa por uma sua aparente resolução, e um modelo de ajuda governamentalizado, que se consubstancia sob a forma de prestação de benefícios⁹⁹. No entanto, esta bifurcação na forma social da actuação profissional singulariza-se por não ter provocado grandes transformações nos seus objectivos¹⁰⁰. Porém, a forma como a assistência passou a ser exercida é que se heterogeneizou. Não porque se tivessem alterado os seus objectivos e os seus princípios, mas sim porque os mecanismos de controlo social se foram reorganizando em sintonia com a

⁹⁸ Esta destaca-se por ter investido na reconstrução da sua imagem cultural, sustentando-se no reforço dos vínculos com a assistência por um lado numa diferenciação relativamente à mesma por outro, na medida em que o seu desempenho profissional não se extinguia no exercício da assistência.

⁹⁹ Assim se explica que a conversão da ajuda numa forma de intervenção, que tem como objectivo ajudar o indivíduo, o grupo ou a comunidade a ultrapassar as suas incapacidades para gerir as mudanças, se tenha massificado em função das políticas de intervenção conduzidas através das políticas sociais e das políticas de desenvolvimento económico e social.

¹⁰⁰ Também porque, nesta fase de reestruturação da imagem cultural do Serviço Social, a articulação que a profissão fez das influências exercidas, quer pela Escola Diagnóstica, quer pela Escola Funcionalista, não permitiu que a aproximação existente entre Serviço Social e Assistência se desvirtuasse.

dinâmica do processo de desenvolvimento económico e político - mais especificamente em função da forma como o liberalismo interferiu na gestão política do social¹⁰¹ e na cultura política de intervenção social.

Por outras palavras, a “desformatação” do modelo clássico de intervenção social, que esteve na origem da construção de novos estilos de intervenção e de novos modos de agir por parte do Serviço Social, levou a que, em termos profissionais, o exercício da assistência não se tivesse tornado descoincidente da lógica a que presidia a gestão do social. Por isso mesmo, aliou o estilo convencional ao de conveniência. Daí que tenha projectado uma forma concertada de fazer uso, quer dos processos clássicos de ajuda, quer dos novos modelos em que o espaço de actuação do Serviço Social se tornou menos difuso no que diz respeito à sua fisionomia, mas mais consistente do ponto de vista metodológico. A intuição foi então desvalorizada e, em contrapartida, a sistematização tornou-se no grande paradigma da intervenção profissional. Por este motivo, a identidade cultural da intervenção profissional dos assistentes sociais sofreu necessariamente algumas alterações. Estas alterações tomaram maior significado quando confrontadas com uma imagem do passado em que o Serviço Social se distinguia no mosaico das profissões sociais pela sensibilidade que impregnava na sua relação com os fenómenos sociais, e muito em particular com as situações de degradação social. Esta postura, que resultava do facto de se ter afirmado como uma profissão de terreno, foi substituída por uma atitude de enfeudamento a uma política de governamentalização e de gestão massificada dos problemas sociais, tal como aconteceu aquando da afirmação do Estado Providência. Mas a perda da sua singularidade como profissão de terreno, com que concretamente se viu confrontada por força da burocratização a que ficou sujeito o exercício da ajuda social e que legitimava a dominância do racionalismo no estudo das situações sociais, permitiu-lhe recriar os seus atributos culturais¹⁰². Assim se explica o facto de se ter auto-sustentado na cultura da assistência para, sem criar resistências ou desvalorizar os aspectos simbólicos que evidenciam a sua importância social, então reinventar a sua identidade legitimadora¹⁰³ de acordo com a dinâmica ideológica das instituições de acolhimento. Portanto, a sua imagem cultural passou, no quadro da recriação do exercício da assistência,

¹⁰¹ Assim se explica a diferença de governação do social entre a Europa Ocidental e os Estados Unidos da América depois da II Guerra Mundial.

¹⁰² Que na prática estavam “colonizados” pela assistência.

¹⁰³ Ou seja, apesar de estar essencialmente enfatizada por uma expressão atemporal dominada pelos fluxos identitários da assistência, passou a reflectir uma auto-definição de sua identidade primária, conceito este utilizado por Castells (2003:3) para expressar “a identidade que estrutura as demais”.

a expressar-se de forma dicotómica: por um lado, servindo-se de uma imagem assistencial culturalmente sincopada pelo desenvolvimento das políticas sociais e dos direitos humanos vulgarmente conduzidas pelo sector público; por outro lado, servindo-se de uma imagem assistencialista que traduz uma reconversão da ajuda económica e moral em ajuda social, exercida fundamentalmente pelas instituições privadas e organizações humanitárias de forma menos estruturada e menos sistematizada.

Entretanto, e por efeito de uma pressão interna, influenciada por um ambiente de um criticismo relativamente à condução do processo social e político que envolveu a recriação da sociedade industrial, foi desencadeado no seio do Serviço Social um processo de auto-interpretação, quer das políticas liberais¹⁰⁴, quer da sua concepção de desenvolvimento. Foi assim aberto o espaço necessário para que a profissão se re-situasse politicamente e, em simultâneo, revisse o seu papel perante a busca e a construção de novas concepções e estratégias para o desenvolvimento. Em face destas circunstâncias - e de acordo com a forma social como se posicionou perante a evolução de um quadro de degradação do quotidiano social¹⁰⁵ relacionado, não só com o crescimento do cosmopolitismo e do individualismo, mas também com os custos sociais dos processos de um mau desenvolvimento (Amaro:2004) - criou uma combinatória entre modelo de actuação tradicional, que iconografava a sua trajectória de vida, e outros modelos de intervenção social gerados pelo processo interno de crescimento profissional.

Perante esta nova realidade, a estratégia praticada pelo Serviço Social para legitimar a reconstrução da sua imagem cultural, passou:

- ✧ por uma redefinição do significado político atribuído à profissão;
- ✧ pela revitalização da experiência adquirida através da intervenção de proximidade que, entretanto, se tinha desvitalizado.

E se, no caso do seu significado, a questão se prendia com a vontade profissional em se destradicionalizar como meio de se modernizar, já quanto à experiência, e uma vez que já lhe tinha sido reconhecida a sua capacidade de agir ao nível da gestão do quotidiano da pobreza, havia que capitalizar as suas mais-valias profissionais para se afirmar profissionalmente em áreas:

¹⁰⁴ Que coincide com a crise petrolífera dos anos 70.

¹⁰⁵ Sintomas que se revelam por um aumento da desfiliação social por um lado, e da exclusão por outro, que se traduzem pelo surgimento de “novas pobreza” e o aumento dos sem-abrigo, assim como pelas manifestações de mal-estar social em que se incluem, entre outros, o fenómeno da solidão, do “stress”, do suicídio, do divórcio, da violência.

- ✧ onde a sua experiência não se tinha ainda validado, como no campo das novas problemáticas emergentes por força legitimadora do industrialismo e da Globalização - o lazer, a solidão e as novas dependências que consubstanciam as novas realidades adjacentes à questão do emprego, não emprego (reforma ou incapacidade para o trabalho) e desemprego;
- ✧ em que a experiência tinha sido adquirida de forma partilhada com outros profissionais¹⁰⁶ fazendo com que a sua força legitimadora se tivesse tornado dependente. Esta dependência fazia-se tanto relativamente à identidade legitimadora das instituições e dos projectos de intervenção social, como à forma como foi sendo gerida a construção do seu espaço profissional no quadro da dinâmica de afirmação da identidade dos diferentes actores sociais que se envolveram na consolidação da ordem pós-tradicional, como, por exemplo, no campo da toxicodependência.

Desta correlação entre a capitalização da experiência legitimada e a legitimar resultou a desconfiguração dos seus traços culturais. Estes, ao se desconfigurarem, provocaram por sua vez uma modificação na sua expressão cultural e, por conseguinte, também na sua imagem cultural¹⁰⁷. Isto significa que os seus objectivos profissionais - que tinham sido concebidos para, através do exercício profissional da integração, converter os problemas sociais em problemas individuais - foram reestruturados face à legitimação da lógica política que reconhece no exercício da cidadania o meio mais indicado para reabilitar as sinergias sociais capazes de fazer com que o colectivo social assuma a sua quota de responsabilidade sobre o exercício da regulação das desigualdades sociais, assim como da consignação social e política dos direitos sociais e humanos.

Em face desta nova realidade política, o exercício profissional da assistência passou a ser profissionalmente praticado, não como uma forma primária de protecção social, mas sim como meio complementar da protecção social. Evidentemente que se pode considerar controversa a relação profissional em que os princípios da cidadania coabitam com o exercício da assistência. Mas o certo é que esta coabitação pode ser profissionalmente justificada na medida em

¹⁰⁶ Tais como psicólogos, sociólogos e todos os demais que desempenhavam funções profissionais na área do social.

¹⁰⁷ Ou seja, se numa primeira instância, paradoxalmente, a sua imagem cultural não se alterou substancialmente visto ter continuado a investir no reconhecimento do seu valor patrimonial, como o que aconteceu relativamente à sua actuação ao nível da pobreza¹⁰⁷, numa segunda instância, ao ter constituído novas interfaces com a gestão do social, desenvolveu novos estilos de intervenção profissional que, por sua vez, desafectaram a imagem cultural da profissão da imagem da assistência pura ou sofisticada.

que a imagem cultural da assistência, especificamente na Europa Comunitária, também sofreu alterações¹⁰⁸.

Desta conjugação de alterações na imagem cultural do Serviço Social e da assistência, desenvolveu-se uma cultura de intervenção que se distingue pelos factos de:

- ✧ incluir o Serviço Social no quadro das forças de transformação social;
- ✧ desdogmatizar o exercício da assistência, assumindo-o como vector de transformação;
- ✧ democratizar as práticas de intervenção, estendendo-as a todos os grupos sociais e a todas as problemáticas sociais que interferem sobre a qualidade do quotidiano da vida social,

e que fez com que, em face das características da realidade social em presença, e da especificidade dos problemas sociais instalados ou emergentes, o exercício profissional do Serviço Social se pudesse afirmar como de¹⁰⁹:

- ✧ interdependência, quando a existência da intervenção profissional está condicionada à existência de uma degradação da realidade social;
- ✧ simultaneidade, quando a intervenção profissional está em concordância com a sua intencionalidade e cria uma interacção com as características da realidade social e dos problemas sociais existentes;
- ✧ circularidade, quando a intervenção profissional se organiza e reorganiza, se estrutura e reestrutura, em função da experiência obtida;
- ✧ transformação, quando a intervenção profissional produz alterações no quadro inicial a partir do qual se estabelecem os novos princípios que conduzem à criação de novos processos de intervenção;

ou então como:

- ✧ contraditório, quando a intervenção profissional se diferencia dos objectivos das unidades que a geraram.

¹⁰⁸ Passou a ser identificada como um mecanismo de regulação das desigualdades sociais, e não como um suporte paliativo de desagudização das situações sociais concretas. Estas alterações resultam também da sua destradicionalização para que, ao se recontextualizar, corresponda às novas exigências culturais com que se passou a confrontar.

¹⁰⁹ Esta grelha de caracterização reproduz a grelha utilizada por Santos (1999:28) para caracterizar a relação do Serviço Social com a produção de conhecimento.

Quanto aos seus propósitos estes passaram a distinguir-se em função das características que assumem e que podem ser de cariz:

- ✧ regulador, quando estão empenhados em assegurar o equilíbrio social;
- ✧ controlador, quando se propõem fazer valer as normas socialmente estabelecidas e aceites;
- ✧ transformador, quando se tornam agentes activos de mudança.

Relativamente à sua forma de agir, esta pode revestir-se de características específicas que resultam da interacção entre:

- ✧ as estratégias de actuação profissional,
- ✧ as estratégias de desenvolvimento,
- ✧ o “input” e o “output” das metodologias de intervenção.

Na prática, a sua imagem cultural em termos particulares depende da relação desenvolvida entre o modelo de intervenção e:

- ✧ a realidade social constituída ou imaginada,
- ✧ os propósitos ideológicos subjacentes ao seu processo de intervenção,
- ✧ as características culturais das formas de agir.

Ou seja, de acordo com o seu comportamento profissional, o qual se organiza tendo como referência duas variáveis:

- ✧ a forma de agir,
- ✧ a forma de pensar a acção.

No que diz respeito à forma de agir, esta corresponde ou:

- ✧ integralmente a uma construção profissional;
- ✧ a uma concordância entre a sua identidade legitimadora e a identidade das entidades empregadoras;
- ✧ a uma gestão convencional de fidelização aos interesses das entidades empregadoras;

↗ a uma adequação instantânea dos seus interesses profissionais às iniciativas que lhe são propostas.

Quanto à forma de pensar, esta pode:

- ↗ estar automatizada e seguir a lógica que preside aos seus objectivos profissionais que, na sociedade do risco, e utilizando a grelha organizada por Gazier (2005:139), se constituem em quatro: a defesa da liberdade, a promoção da solidariedade, a afirmação da eficácia e a sua preparação para a gestão dos riscos sociais;
- ↗ ser reflexiva, se seguir uma linha de desconstrução da realidade para a compreender e usar uma postura crítica e construtiva na sua reconstrução;
- ↗ ser dependente de uma articulação ajustada entre as suas formas de pensar e as formas de pensar que são propriedade de outros agentes intelectuais.

Para além destes elementos, existe ainda um outro de ordem extrínseca, directamente relacionado com as características do meio cultural em que se insere. Isto significa que a imagem particular do Serviço Social latino-americano tenha necessariamente que ser diferente do Serviço Social da Europa Ocidental, da Central, ou mesmo da de Leste. E em cada um destes territórios pode ainda variar em função da identidade política e cultural de cada um dos países. Se em Portugal o Serviço Social expressa culturalmente os efeitos da sua interacção com as dinâmicas culturais das instituições governamentais e das instituições sociais públicas e privadas, em Inglaterra sobressaem mais os efeitos do seu papel na interface que faz com as políticas públicas de acção social. Da mesma forma se explica o facto de a expressão cultural do Serviço Social chileno, ou mesmo do argentino, estar muito marcada por uma opção cultural do Serviço Social local em investir num desempenho profissional que simbolicamente assume uma postura política activa por se desenvolver numa cultura de participação que visa, não só promover a consciência política e social, como também desenvolver uma identidade social reconstrutora que esteja emancipada da subordinação política e económica a que historicamente foi submetida. Neste contexto, a sua imagem política confunde-se com a sua imagem cultural, daí que se encaixe dentro de uma moldura emancipatória. Poder-se-á ainda fazer referência a uma moldura cultural desenvolvimentista, reconstrutora, e à emergência de uma cultura

ambientalista, que estão na origem da construção dos respectivos padrões de desempenho profissional. A desenvolvimentista adquire o seu espaço no quadro das realidades territoriais – nacionais ou locais – onde a pobreza crónica e as assimetrias no desenvolvimento económico e social assumem dimensões bastante profundas. A reconstrutora projecta-se no quadro dos contextos societários onde a prioridade do Serviço Social se destaca pelo facto de actuar, não no sentido absoluto de transformar, mas sim no de preservar o equilíbrio social, investindo na construção e reinvenção de formas de comunicabilidade que permitem:

- ✧ assegurar a igualdade,
- ✧ prevenir as disfuncionalidades dos comportamentais sociais,
- ✧ preservar a qualidade do quotidiano social,
- ✧ desenvolver a democracia emocional.

Por sua vez, a ambientalista caracteriza-se por se integrar num processo de promoção da dimensão social do bem-estar que pressupõe que esse mesmo bem-estar não possa ser exclusivamente perspectivado em termos sócio-económicos, mas também em termos culturais, políticos e ambientais.

QUADRO 11 | PADRÕES DE DESEMPENHO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS

	desenvolvimentista	reconstrutora	emancipatória	ambientalista
objectivo	corrigir assimetrias	preservar o equilíbrio social	criar a autonomia social	promoção de um bem-estar sustentado
finalidades	o empenho no desenvolvimento das capacidades e competências sociais	o empenho na reconstrução dos suportes sociais	o empenho na participação activa e na responsabilização	o empenho numa cultura consciencializadora e de cidadania

Na realidade, esta diversidade de imagens culturais traduz as diferentes maneiras, em diferentes sociedades, de o Serviço Social considerar a sua condição para intervir reconhecendo as variáveis que culturalmente particularizam a fisionomia do seu comportamento profissional. Deste modo, o seu significado profissional depende tanto da sua interpenetração nos elementos que dão uma visão de conjunto ao comportamento organizado da sociedade, como da forma pela qual a sociedade se comporta perante as factores que a vulnerabilizam ou que a degradam socialmente.

Relativamente à difusão da sua imagem cultural, sendo esta sobretudo da responsabilidade da profissão e dos profissionais, ela é, no entanto, igualmente influenciada pela relação que o Serviço Social estabelece com:

- ✦ o Estado,
- ✦ as políticas sociais,
- ✦ as instituições sociais públicas e privadas,
- ✦ as concepções estratégicas para o desenvolvimento,
- ✦ as dinâmicas de transformação social,
- ✦ a investigação social,
- ✦ e as pessoas ou entidades com quem cria uma relação profissional.

Daí que possa ser:

- ✦ mais ou menos clássica, quando segue uma linha de continuidade da acção aferindo-a às transformações nos contextos;
- ✦ renovadora, quando, sem criar rupturas, se serve das transformações sociais para se transformar;

✧ inovadora, quando projecta novas formas de agir, estar, pensar e reproduzir profissionalmente.

de acordo com a conexão distinta que o Serviço Social foi promovendo com a substância da sua acção, assim como a essência da sua auto representação e o conteúdo do conhecimento que a sociedade tem sobre si.

Será, exactamente, através do uso de um conhecimento relacionado (Santos, 1999:20) que se projecta a imagem construída. E vulgarmente a imagem do Serviço Social traduz um todo único coerente que revela os aspectos singulares da profissão. Estes aspectos singulares que se ligam ao conjunto da realidade profissional, esta última constituída por contradições e por particularidades, são determinantes para o desenvolvimento do Serviço Social. É no seio desta interacção entre o todo único coerente com as contradições existentes que a transformação se opera. Pode-se assim dizer que a contradição funciona como o impulso da inovação. Mais concretamente, a imagem cultural do Serviço Social formou-se na base de uma capitalização do seu património e foi-se renovando em consentâneo com:

✧ as transformações que se foram processando no seu modo de agir e de estar,

✧ a inovação produzida a partir do confronto entre o passado e o presente.

2.6 | Serviço Social: modelos de intervenção profissional

Do empenho em dar uma nova orientação político-ideológica às práticas de intervenção social no quadro da organização da sociedade industrial, surgiu uma alternativa de intervenção sobre as realidades sociais degradadas que, apesar de não resolver os problemas de ordem estrutural, não impedia todavia que se criassem respostas às necessidades consideradas tangíveis e que se articulavam com as reivindicações sociais e políticas existentes.

Foi precisamente neste contexto que o Serviço Social, não só definiu o seu modelo de actuação tendo em linha de conta:

✧ as características das estratégias utilizadas na gestão dos problemas sociais,

- ✧ a importância atribuída ao aumento do rendimento das instituições sociais,
- ✧ as funções que pretendia desempenhar¹¹⁰,

como também o legitimou como um dispositivo institucional vocacionado para relativizar os conflitos de forma a garantir a preservação dos privilégios. Mas, para que a sua consolidação profissional se tornasse segura, investiu no contacto directo com as realidades concretas¹¹¹ e desenvolveu os modelos de intervenção profissional considerados como necessários e que:

- ✧ respeitavam a especificidade que era reconhecida à profissão na gestão das dificuldades sociais;
- ✧ respondiam aos efeitos sociais produzidos pela dinâmica do processo económico;
- ✧ criavam uma relação convergente entre as instituições e as estratégias de regulação do equilíbrio social.

Na prática, transformou o exercício profissional da intervenção¹¹² num vector importante de:

- ✧ moralização dos comportamentos sociais, políticos e económicos;
- ✧ dinamização da participação civil e religiosa na gestão das desigualdades e da exclusão.

E, independentemente de a profissão ter sido considerada como “*uma forma sistemática de ajuda*” (Vieira: 1981)¹¹³, todavia as suas práticas profissionais reflectem:

¹¹⁰ As quais, segundo Martin (1992:48), podiam ser de ordem: curativa quando pressupunham a restauração das condições normais de existência dos indivíduos ou famílias; paliativa, quando o seu desempenho tinha como objectivo a redução dos efeitos de um quotidiano deteriorado, muito ligado à reprodução da miséria; preventiva quando actuavam de forma a controlar o crescimento dos problemas sociais; construtiva, também conhecida por promocional, quando investiam num conjunto de actividades cuja finalidade se prendia com o melhorar das condições sociais de vida dos mais desfavorecidos.

¹¹¹ Tornou-se singular na medida em que se afirmou como uma profissão de terreno cuja actuação se caracterizava por ser viva e em constante aferição com as alterações produzidas no tecido social.

¹¹² Distinguiram-se das demais práticas de ajuda social pelas capacidades demonstradas em canalizar as diferentes energias sociais fundamentais à catalisação das reacções ideológicas geradas pelo processo de formação e desenvolvimento dos antagonismos sociais. Na prática, impuseram-se ideologicamente como mecanismos de mediação que, no concreto, exerciam o papel de corpos intermédios entre interesses divergentes.

¹¹³ Isto sucede porque, na sua perspectiva, a profissão, desde a sua emergência, foi-se expandindo de forma organizada como um elemento que, apesar de se ter tornado invasor de uma reorganização política e ideológica dos processos de ajuda social, deu também sustentabilidade ao desenvolvimento de um modelo de intervenção social de cariz assistencial que, não pretendendo ser mimético nem plagiário de novas alquimias políticas, se tornou, no entanto, reprodutor da evolução na continuidade das estratégias de ajuda já socialmente experimentadas nas sociedades tradicionais, ajustando-as simplesmente.

- ⤴ a relação concertada que estabeleceu, não só com os interesses políticos e culturais que estavam subjacentes à organização de um sistema embrionário de protecção social, cujo propósito incidia na construção de respostas sociais que conciliavam a gestão de um conceito *taylorista* ou *fordista* de necessidades sociais, mas também com o crescimento dos recursos institucionais públicos e privados em matéria de cariz social, assim como com a modernização das práticas assistenciais;
- ⤴ a afinidade consentida com os projectos de intervenção institucional que visavam exercer uma transformação nos alinhamentos ideológicos e culturais dos quotidianos de vida.

No seguimento desta lógica de raciocínio, compreende-se então que o exercício da intervenção desempenhado pelos assistentes sociais tenha sido envolvido num estilo próprio, o qual tinha como objectivo tornar suportáveis as realidades sociais que criavam, ou podiam criar, impasses ou entraves ao processo produtivo. Daí a razão de os assistentes sociais se terem servido de uma estratégia persuasiva de delegar no indivíduo a responsabilidade em se tornar no seu próprio agente de mudança. Para o efeito, fomentavam uma interacção com os indivíduos e suas famílias¹¹⁴ e utilizavam uma forma de agir que se consubstanciava num modelo de actuação profissional considerado por Martin (1999) de tipo confessional¹¹⁵. E como meio de assegurar que os grupos mais vulneráveis consentissem numa ingerência na sua vida pessoal e familiar, desenvolveram um papel profissional que fazia transparecer uma simbiose entre uma função assistencial e uma função educativa¹¹⁶.

Para Marina Abreu (2002: 43), todo este processo de organização do modelo de intervenção social adoptado pelos assistentes sociais “...*significa uma adequação do processo ideológico formador de determinado modo de vida – cultura – às necessidades e imperativos de um tipo de racionalização produtiva*”. Mas, pelo facto de não estar intrinsecamente ligado à criação de recursos

¹¹⁴ Que podia ser estabelecida por via directa (entrevistas, reuniões, visitas domiciliárias), ou colateral (família, vizinhos, companheiros de trabalho ou de lazer).

¹¹⁵ Dado que se servia da individualização dos problemas e do relacionamento criado com as pessoas em situação de crise, tanto para controlar a situação vivida, como para mediar interesses.

¹¹⁶ Enquanto, através da função assistencial, eram produzidas as condições favoráveis para conduzir o enquadramento dos mais desfavorecidos nos padrões morais da sociabilidade e assegurar a sua integração na realidade contextual. Relativamente à função educativa, esta tinha implícitos princípios educativos, os quais foram adoptados e tornados explícitos pelo Serviço Social no quadro do quotidiano de vida profissional dos assistentes sociais durante o período em que o Serviço Social era uma profissão hegemónica na gestão dos problemas sociais.

institucionais, mas sim à construção de respostas institucionais às necessidades consideradas concretas e que vulgarmente se articulavam com as reivindicações existentes¹¹⁷, distinguiu-se por circunstanciar o próprio significado cultural dessas mesmas necessidades¹¹⁸. O mesmo é dizer que projectava uma forma de intervenção individual ou familiar que se servia da ajuda económica para, a partir dela, intervir ao nível dos hábitos de vida e das formas de estar na vida. Mas, embora enfatizasse a importância de ajudar quem necessitasse, não perdia de vista a pertinência em promover melhores condições de vida para os mais desfavorecidos. Ou seja, tornava pragmático o sentido político que pretendia atribuir à intervenção profissional, transformando a sua actuação **numa prática social que, revestida de uma dimensão humanista, funcionava como meio de exercitar a ajuda económica e social como defesa de uma cultura de coesão social**.

Contudo, e uma vez que, no contexto da evolução da industrialização, se redefiniu a relação entre a tradição e o moderno¹¹⁹, o exercício profissional dos assistentes sociais passou a ser influenciado por uma nova dinâmica cultural de síntese entre passado e presente que, não tendo interferido no significado social do processo de intervenção profissional, mas tendo alterado o seu poder simbólico, se reflectiu profusamente na preservação das suas características¹²⁰ e dos seus propósitos, o que significa que o **padrão caritativo**, que faz parte do mapa genético do Serviço Social, continuou a ser aleatório, inconsistente e alienatório, mas deixou de estar confinado pela sua raiz religiosa e foi integrado nos dispositivos sociais de controlo da exclusão social. Por sua vez, o **padrão beneficente**, que se afirmou como evangelizador, dualista, redutor, por promover a religiosidade da intervenção, foi assimilado pelo padrão caritativo ou exercido em circuitos fechados de natureza religiosa¹²¹. No que diz respeito ao **padrão assistencial**, por ser não só disciplinador, reequilibrador e flutuante, mas também

¹¹⁷ Que faziam parte das competências do sistema de protecção social.

¹¹⁸ Assim se justifica o facto de, contextualmente, as práticas de intervenção exercidas pelos assistentes sociais se destacarem por privilegiarem a função paliativa em detrimento da função construtiva.

¹¹⁹ Também porque a defesa em si de uma cultura de coesão social veio reactivar a recriação das formas de ajuda social.

¹²⁰ Isto é, se por um lado não interferiu sobre o significado social do processo de intervenção profissional, por outro exerceu influência sobre o seu poder simbólico.

¹²¹ Isto é, nos países em que a recuperação do poder religioso se tornou numa realidade política, o exercício da ajuda beneficente enquadrou-se essencialmente no âmbito das organizações religiosas, criadas com a finalidade de ajudar os mais necessitados, mas de acordo com os valores religiosos pelos quais se orientavam. Nesta situação apresentaram-se, e apresentam-se, por exemplo, as “Conferências Vicentinas”.

por fomentar o individualismo e a nucleação do social, tornou-se num elemento de conversão política dos benefícios sociais¹²² (Quadro 12).

QUADRO 12 | PADRÕES CLÁSSICOS DE EXERCÍCIO DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

características	padrão caritativo	padrão beneficente	padrão assistencial
	aleatório, inconsistente e alienatório	evangelizador, dualista, redutor	disciplinador, reequilibrador e flutuante
raiz	raiz religiosa	raiz religiosa	raiz laico/religiosa
objectivo	dispersão da exclusão social	controlo dos perigos sociais	conversão política dos benefícios sociais
finalidade	exercício de um modelo de ajuda passiva	exercício da redução das vulnerabilidades sociais	exercício do individualismo e da nucleação do social

Paradoxalmente, estes ajustamentos que se processaram nos padrões clássicos do exercício profissional da intervenção partilharam do empenho demonstrado pelos profissionais em promover uma melhor adaptação dos indivíduos ao seu meio ambiente, servindo-se para o efeito dos dois pilares em que se sustentava o exercício da acção, isto é, o paliativo e o promocional/construtivo¹²³.

Assim, no quadro da sociedade industrial em que os feixes de tensão, conflito e contradição assumiam uma dimensão ideológica e cultural que reflectia o efeito do passado sobre a dinâmica que conduziu ao presente, as práticas profissionais dos assistentes sociais foram-se recriando em função dos efeitos políticos por si operados no processo de metamorfose da vida social. E, como actividade que emergiu e se inscreveu na divisão social do trabalho (Merignas:1978), serviu-se, não só da distribuição dos benefícios sociais, mas também da criação de recursos sociais para se afirmar como uma profissão

¹²² A sua forma de praticar o exercício dos benefícios sociais é que se bifurcou ideologicamente, o que explica o facto de poder ser exercitado segundo uma vertente paliativa que se redimensiona socialmente mediante uma "performance" assistencialista, ou então assistencial, quando desenvolve uma função construtiva.

¹²³ Enquanto o pilar paliativo vivia da combinação entre processos persuasivos e coercivos (Abreu: 2002), e se reproduzia sob a forma de ajuda moral e económica, o pilar promocional/construtivo sustentava-se numa dinâmica formativa que fazia parte das aptidões pedagógicas preexistentes no Serviço Social e era essencialmente aplicado na gestão dos quotidianos de vida das populações mais desfavorecidas. Este pilar promocional/construtivo, que apelava à participação dos interessados nas alterações das condições de vida, avançou igualmente para uma fileira administrativa e burocrática que a racionalidade tecnológica em desenvolvimento acabou por impor.

intermediária de uma política de intervenção social que optou¹²⁴ por privilegiar uma cultura de compromisso, a qual se consagrou através do exercício de:

- ✧ um modelo de práticas assistenciais que deslocou o epicentro profissional para o campo da protecção social, utilizando a assistência como via para implementar as políticas sociais que asseguravam a qualidade social da força de trabalho;
- ✧ um modelo de práticas assistencialistas que se consolidaram no campo da acção social e que incutiam o imobilismo ao distribuir, de forma equivocada, apoios que na prática cristalizavam interesses e aspirações em todos aqueles que não participavam activamente no processo produtivo.

Tendo porém como referência as características dos padrões clássicos da intervenção profissional, pode-se efectivamente dizer que a divisão das práticas profissionais em assistenciais e assistencialistas deu origem a uma reestruturação dos seus padrões de exercício profissional, ao constituírem-se em:

- ✧ padrão assistencial vinculado à distribuição de benefícios, que representava um meio de gestão das regalias sociais adquiridas por todos os que eram abrangidos por um sistema de protecção social;
- ✧ padrão assistencialista vinculado à distribuição de ajudas, que traduzia uma forma racional de gerir a herança cultural do exercício da ajuda social e, simultaneamente, representava uma forma de agir sobre os estilos de vida dos que se tornaram efectivamente dependentes das ajudas externas.

Formou-se, assim, uma divisão política e ideológica entre assistência e assistencialismo¹²⁵, a qual se processou mediante a afirmação de uma concepção de prática profissional que, para além de se integrar no quadro da dialéctica existente entre a prestação de benefícios e a conquista de direitos, traduzia a capitalização ideológica do seu património cultural e profissional, não como forma de sobrevivência, mas sim como exercício de uma catarse libertadora da sua identidade cultural. Daí que o Serviço Social se tenha envolvido numa

¹²⁴ Opção esta que coincidiu com o seu absoluto distanciamento relativamente à filantropia, o reforço da sua aproximação ao poder político na gestão do social, e a sua consolidação como corpo intermédio que deveria representar os interesses homogeneizados que tinham em vista a moralização dos quotidianos da vida social dos mais desfavorecidos, a dispersão dos efeitos morais e materiais do trabalho assalariado e a dispersão dos efeitos políticos do desemprego existente.

¹²⁵ A qual foi gerida de acordo com a relação criada entre o público e o privado em matéria de intervenção social.

dinâmica política e social, quer da reformulação da sua relação com a questão da ordem social, com o objectivo de responder a:

- ✧ as exigências do fluxo circular entre a tradição e o moderno que emergiu na sociedade industrial,
- ✧ as necessidades de legitimação política do poder e dos alinhamentos ideológicos e culturais a partir dos quais foram criadas as características específicas da acção social em geral, e não das suas formas sociais específicas (Giddens 2002:16),

quer da confirmação de:

- ✧ as garantias simbólicas¹²⁶ que acompanhavam a alteração da ordem cultural que identificava os traços distintos da vida social da sociedade industrial;
- ✧ a transformação que entretanto se operou na oferta de serviços de carácter social¹²⁷.

Isto acontece porque, e especificamente no contexto do modelo social da Europa Ocidental, as práticas profissionais dos assistentes sociais, ao serem assimiladas pelo sector público¹²⁸, centraram-se então mais nas questões relativas à gestão das inadaptações do que das segregações. Por esta razão, em termos de imagem profissional, o Serviço Social passou a ser representado como um dispositivo profissional de ressocialização das desigualdades, uma vez que interferia em:

- ✧ a recomposição identitária da inadaptação como risco social,
- ✧ a reconstrução identitária da segregação como perigo social.

Mas, ao expandir-se profissionalmente sobre o campo do risco e ao reconfirmar-se no campo do perigo, firmou a parte nuclear do seu poder simbólico. Isto equivale a dizer que não se deixou desvanecer perante as atitudes estigmatizadoras, mesmo quando estas deixaram de estar simplesmente

¹²⁶ Onde se integravam os meios de legitimação política do poder.

¹²⁷ Por seu lado, a criação de uma variedade alargada de serviços sociais fez com que o sistema de protecção social se tivesse tornado mais complexo e, por isso mesmo, mais pesado e nem sempre muito bem articulado no que concerne à relação entre público e privado em matéria de acção social.

¹²⁸ Que reflectia a evolução do conceito de bem-estar social no pós-guerra, no qual a intervenção pública era alargada na medida em que o modelo de protecção também o era.

circunscritas às situações sociais geradas por problemas de precariedade económica para passarem a estar igualmente relacionadas com a produção e reprodução de certos comportamentos e condutas sociais promotores de processos de exclusão capazes de conduzir a:

- ✧ uma limitação da autonomia social dos indivíduos,
- ✧ a degradação da sua vida social,
- ✧ a adulteração do seu estilo de vida.

No entanto, e para que os assistentes sociais mantivessem a qualidade do exercício profissional da intervenção num contexto em que a desvalorização do seu papel no exercício da acção social foi acompanhada por uma valorização do mesmo no âmbito da gestão das políticas sociais, foram sublinhadas as capacidades técnicas e operativas dos seus profissionais e legitimadas as alterações que se foram processando na sua identidade cultural. Assim, e ao invés do que se poderia pensar, isto é, que o reforço do racionalismo por via do método científico pervertesse o capital simbólico da acção interventora, houve, sim, uma adequação do seu padrão de intervenção a uma nova realidade política, social e cultural que envolveu a gestão do social no quadro da evolução da forma de pensar a sociedade industrial dentro do paradigma da democracia, da cidadania e do pluralismo. Serviu-se, para o efeito, do património cultural do exercício profissional da intervenção, assim como do espólio das formas de protecção social, para dar a devida consistência ao seu capital ideológico ao reinvestir em:

- ✧ uma reconceptualização cultural do exercício da intervenção profissional tendo como premissa o reconhecimento dos direitos sociais,
- ✧ a construção de novas estratégias para o exercício profissional da intervenção¹²⁹.

Vulgarmente perspectivados à luz da reconhecida combinação entre tradicional e moderno¹³⁰, que marcou o percurso de vida da sociedade industrial,

¹²⁹ Que deveriam articular a importância de um espírito colegial na construção de respostas sociais com a criação de mecanismos alternativos, os quais deveriam ser estruturados em face da necessidade de estabelecer novos mecanismos de suporte social que permitissem não desvalorizar o significado político e social dos problemas sociais secundarizados pelo sistema de protecção social.

os modelos de intervenção conduzidos pelos assistentes sociais, pelo facto de terem sido assimilados pela lógica a partir da qual a sociedade industrial tornou as práticas de intervenção mais racionais, implicaram-se cada vez mais na gestão do quotidiano social dos mais desfavorecidos e criaram o espaço necessário para que a profissão se reorientasse no sentido de se afirmar como uma prática experimental que poderia ser impulsionada, tanto por imperativos institucionais, como por imperativos relacionados com a moral humana.

Daí que, e ainda por influência das correntes funcionalistas, a profissão se tenha reconfigurado e, ao reconfigurar-se, se tenha assumido como mecanismo de interface na condução do processo de mudança social, funcionando como fonte potencial de um poder invisível e invasivo com capacidade para interferir sobre os comportamentos e hábitos de vida. Consequentemente, o seu exercício transformou-se numa forma de agir profissional que, perante a necessidade de se distanciar do exercício clássico da profissão¹³¹ e de o diferenciar das restantes profissões sociais, investiu num novo modelo de intervenção profissional de características psico-educativas, **modelo psico-educativo**, cuja actuação se alicerçava em:

- ✧ uma vertente de ajuda psico-social, que se distinguiu por utilizar o conhecimento adquirido ao nível da psiquiatria e da psicologia para actuar sobre os problemas de desfiliação e de exclusão social;
- ✧ uma vertente educativa, que se singularizava por, através da difusão e incorporação da informação, permitir ao indivíduo, aos grupos e às comunidades orientarem-se sustentadamente na resolução das suas necessidades.

A sua vulgarização como novo modelo de intervenção profissional produziu um remanejamento no perfil profissional e contribuiu para que os assistentes sociais se relegitimassem como agentes sociais com capacidades acrescidas em:

- ✧ consolidar uma política de coesão social;
- ✧ regular a reprodução social das desigualdades.

¹³⁰ É exactamente neste contexto de afirmação da sociedade industrial e da legitimação de intervencionismo estatal que vão ser constituídos os serviços públicos que visavam afirmar o Estado como parceiro na gestão do social.

¹³¹ Com o devido relevo para o assistencial, por ser o que estava mais vivo na memória colectiva.

Ao mesmo tempo deu uma nova ênfase a:

- ✧ as competências dos assistentes sociais, tornando-as mais abrangentes;
- ✧ as capacidades operativas dos assistentes sociais implicados no exercício profissional da inserção social da população que vivia à margem do sistema de produção;
- ✧ a conversão da profissão num instrumento da política de intervenção sobre os fenómenos de exclusão.

Em termos do seu exercício profissional, o seu público-alvo deixou de estar centrado nas pessoas para, em contrapartida, tomar as situações individuais ou não individuais de inadaptação social como focos principais da sua intervenção. Quanto à sua área de actuação, deixou de se restringir à gestão das situações de inadaptação social, na medida em que se alargou também à gestão dos benefícios¹³². No entanto, a sua acção passou a ser prioritariamente canalizada para a ressocialização dos inadaptados, utilizando, para o efeito, um conjunto de práticas que se distinguiam por se sustentarem numa estratégia de actuação de cariz educativo. O mesmo será dizer que a razão que presidiu ao facto de na sua origem a sua função profissional ter desenvolvido uma finalidade curativa e preventiva é exactamente a mesma que fez com que, no quadro da sua recontextualização cultural, os assistentes sociais não tivessem abandonado o exercício da individualização, tornando-o, por influência das ciências “psi”, essencialmente mais técnico e especializado¹³³. Portanto, a intervenção psico-educativa funcionou como um dispositivo de inserção que actuava também como dispositivo de conversão qualificada da inadaptação social (Martin:1999) e que, por tal, desempenhava um papel significativo na defesa do exercício de uma política de coesão social¹³⁴. Face ao interesse social que lhe foi reconhecido, o

¹³² Foi exactamente esta área de actuação ligada à gestão dos benefícios que, perante a sua integração em instituições complexas, favoreceu um envolvimento funcional dos assistentes sociais na dimensão administrativa da gestão dos benefícios.

¹³³ Isto sucedeu porque o exercício da individualização por parte dos assistentes sociais deixou de ser empírico para se tornar qualitativo, o que obrigou a uma utilização do conhecimento produzido sobre os comportamentos e atitudes do outro ou dos outros para, de acordo com o conhecimento adquirido, corrigir e ajustar esses mesmos comportamentos e atitudes de forma a tornarem-se concordantes com os padrões definidos como de normalidade.

¹³⁴ Estrategicamente, o processo de recriação das práticas de intervenção profissional por parte do Serviço Social coincidiu no tempo com um processo de dinamização da diversificação das práticas profissionais que, por sua vez, está interligado com a afirmação política, quer do interesse estratégico demonstrado pela sociedade industrial em se tornar economicamente dominante, quer da importância política em legitimar um modelo de protecção social fundado num novo conceito cultural de solidariedade, em que a questão da responsabilidade social sobre os efeitos sociais produzidos pelo desenvolvimento económico é gerida, ou pelo Estado, como no caso do modelo social europeu, ou por entidades sociais que se mobilizaram no sentido de dar consistência a uma articulação entre os diferentes sistemas fechados ou autónomos institucionalizados para promover uma dimensão organizacional nas formas de intervenção social, como acontece nos Estados Unidos da América e nos

exercício profissional dos assistentes sociais perdeu o aspecto monolítico que o caracterizava e tomou visibilidade a emergência de uma dinâmica profissional de transformação das estratégias de controlo dos problemas sociais, tendo como referência:

- ✦ as modificações produzidas nas relações de poder;
- ✦ a reinvenção, tanto do exercício da governação, como do processo político de gestão do social;
- ✦ a organização de novas formas políticas de participação social;
- ✦ as alterações instaladas no exercício da intervenção social por parte das instituições sociais;
- ✦ a reconstrução dos compromissos institucionais gerados pela reorganização dos sistemas de protecção social¹³⁵.

Em termos de realidade circunstancial, o impacte produzido pela afirmação de um novo modelo de intervenção profissional, o psico-educativo, deu nova consistência, não só à relação entre o princípio regulador e crescimento económico, como à renovação política do conceito de protecção social. Atribui também a devida importância à reformulação dos dispositivos de gestão das dificuldades sociais. Este facto justifica a relação de convergência que se instalou entre:

- ✦ a construção do modelo de intervenção social,
- ✦ o exercício profissional da intervenção,
- ✦ a organização do modelo de protecção social e de assistência,
- ✦ a inscrição do Serviço Social no exercício do “*empowerment*”.

Entre si, estes quatro elementos tinham um interesse comum, isto é, a minimização dos efeitos gerados por uma forma ortodoxa de pensar o desenvolvimento no contexto¹³⁶ de uma mutabilidade ideológica e de uma política activa que deu um novo impulso a:

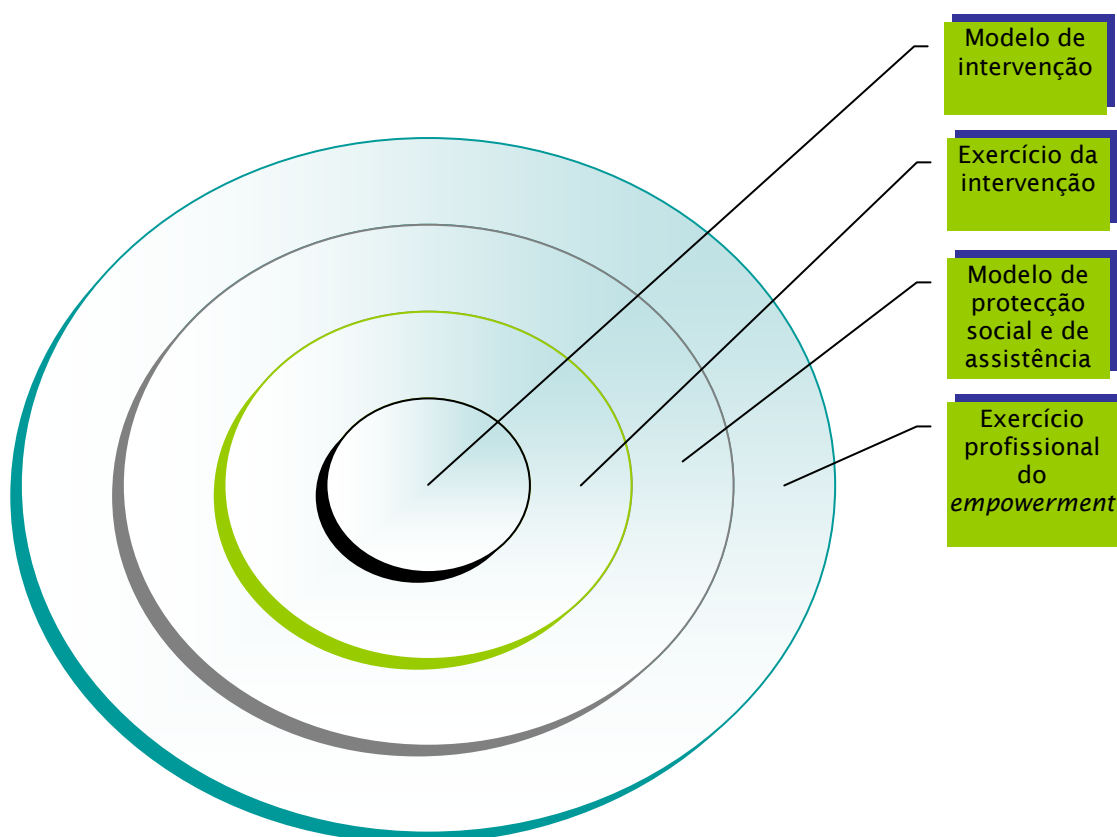
restantes países em que, de uma maneira geral, o protecção de Estado, ou é aleatório, ou inexistente, ou então difuso.

¹³⁵ Muito especialmente depois de 1945 na Europa não socialista.

¹³⁶ Marcado pelo evoluir da denominada “guerra-fria” entre o sistema socialista e o capitalista.

- ⤴ a reconstrução do processo de regulação das desigualdades por via da reorganização do sistema de protecção social¹³⁷;
- ⤴ a reinvenção do conceito de bem-estar, tendo como paradigma a economização do social e a socialização do económico;
- ⤴ o facto de a noção de necessidade social ter deixado de estar adstrita às circunstâncias de vida dos grupos sociais com reduzido poder económico.

FIGURA 4 | RELAÇÃO DE CONVERGÊNCIA ENTRE INTERVENÇÃO, PROTECÇÃO SOCIAL, EMPOWERMENT E SERVIÇO SOCIAL



E, como o direito ao usufruto de ajudas e benefícios passou a consubstanciar uma ideologia que se distinguia por promover a igualdade e a solidariedade como pressupostos em que deveria assentar a gestão das desigualdades, a relação que, por influência da teoria “fordista”, galvanizou o binómio protecção social e Serviço Social tornou-se fundamental na construção cultural de uma nova perspectiva de intervenção social que deveria servir de

¹³⁷ Que se aproxima da teoria keynesiana de concretização da democracia social e económica e do novo entendimento do conceito de cidadão consequente à publicação do plano Beveridge.

paradigma ao exercício da intervenção pelos assistentes sociais¹³⁸. Por este facto, o exercício profissional da intervenção pelos assistentes sociais passou ideologicamente a constituir-se como um dispositivo de mediação social que poderia ser utilizado, tanto ao nível da sublimação dos processos de desintegração, como dos de desfiliação e ainda dos de exclusão social. E porque o exercício da protecção social veio permitir delimitar duas grandes zonas de intervenção que correspondiam ao universo da desintegração e da exclusão, os assistentes sociais dividiram profissionalmente também as suas formas de actuação de acordo com a divisão estabelecida em termos de natureza dos problemas, sendo que:

- ✧ **uma** se centrava em sectores da população colocados nas franjas do mercado de trabalho e de consumo (marginais, delinquentes, pobres absolutos) onde as formas tradicionais de intervenção social se podiam pontualmente revelar como eficazes para agir sobre a exclusão;
- ✧ **outra** situava-se no quadro dos problemas de integração que, como um todo, eram controlados por via das políticas sociais, e em particular pelas sectoriais.

Contudo, ao vincular-se activamente à acção política sobre os problemas de desintegração e de exclusão, o Serviço Social tornou-se dependente das modificações operadas nas estratégias de intervenção social veiculadas pelo sistema de governação das políticas sociais¹³⁹. Isto significa que, em termos do seu quotidiano profissional, se tenha visto confrontado com dois grandes desafios. O primeiro estava relacionado com a ligação entre público e privado no que dizia respeito à gestão dos problemas sociais no quadro de uma política de inter-institucionalidade. O segundo prendia-se com a forma de gerir o seu papel de mediador entre direitos e benefícios. E a resposta encontrada consubstanciou-se sob a forma de organização de novos modelos de intervenção profissional onde se integram:

¹³⁸ E que se deveria projectar como um novo paradigma para os profissionais que desenvolviam um papel activo na gestão dos problemas sociais.

¹³⁹ Assim, e numa fase em que o papel do poder político foi profundamente contido em termos sociais, assistiu-se estrategicamente a uma maior representação da sociedade civil e do Serviço Social no processo de regulação das desigualdades. Porém, com a progressiva afirmação do poder político na gestão do social, a sociedade civil reduziu o seu protagonismo em matéria de acção social e o Serviço Social assumiu uma dimensão mais técnica na prossecução política das intencionalidades presentes nos sistemas de protecção social que resultavam da dinâmica política, a qual passou a atravessar a consubstanciação das políticas sociais.

- ✧ o modelo pedagógico de intervenção,
- ✧ o modelo emancipatório de intervenção.

Através destes dois novos modelos de intervenção profissional, o Serviço Social respondeu aos desafios de:

- ✧ um processo de modernização da sua actuação profissional que permitisse articular os seus propósitos profissionais com a actualização das dinâmicas de regulação das descontinuidades existentes no exercício da intervenção social;
- ✧ a projecção de um modelo de desempenho profissional que se identificava com uma cultura de cidadania.

Por sua vez, a consolidação destes dois modelos de intervenção profissionais – pedagógico e emancipatório – dentro de uma polivalência gerada pela sua inscrição em domínios de intervenção distintos¹⁴⁰ (Martin:1999: 63) levou a uma redefinição dos seus objectivos profissionais segundo uma lógica da intervenção que tomou orientações particulares. E estas orientações particulares consignavam-se no reconhecimento de “o direito a “ que não desvirtuasse a intervenção conduzida a partir das instituições ligadas ao sistema de protecção social e ao exercício da acção social. Mas, ao conciliar o “direito a” com a forma singular que atribuiu ao domínio da cidadania, estabeleceu um modo específico de recriar os seus modelos de intervenção profissional. O que significa que, no **modelo pedagógico de intervenção**, o exercício da intervenção profissional, para além de se inscrever num processo de mediação formativa - por perspectivar os benefícios como direitos e por ampliar o significado do bem-estar social como forma de evitar o “colapso” do enquadramento do pensamento na acção política - activou também uma estratégia de recomposição das ligações sociais a qual tinha por base uma racionalidade dialéctica que contribuiu para que os limites das instituições não desvalorizassem a sua autonomia e nem, tão pouco, a sua responsabilidade fosse anulada pela sua legitimidade. Fez ainda com que a profissão adquirisse um carácter de serviço público que tomava orientações particulares de acordo com a interacção que estabeleceu com a mudança social. Por isso mesmo, tornou-se num suporte profissional que caucionava um intervencionismo institucional. Sem grande autonomia para conceber a acção

¹⁴⁰ Resultante de um processo de sectorização social e de diversificação das instituições sociais.

sobre os problemas sociais, e podendo mesmo divergir das formas de legitimação dos processos instituídos de tratamento social, na prática este modelo de intervenção pode ser considerado, em alternativa, como:

- ✧ um meio de descomplexar o viver com as dificuldades;
- ✧ uma opção profissional de utilizar a cidadania como meio de prevenção colectiva dos processos de desfiliação social.

Se, na primeira hipótese, a vertente educativa domina a forma de acção, podendo ser desenvolvida mediante uma intervenção persuasiva ou coerciva dependendo das características da conexão existente no espaço entre a cultura institucional e a profissional, na segunda hipótese ressalta um domínio de uma vertente pedagógica que faz com que a recriação da democracia adquira a sua importância na ressonância social da profissão e com que a preferência da estética seja preterida em detrimento da ética. Pode ser entendido como uma nova prática cultural de intervenção desenvolvida pelos assistentes sociais, a qual reflecte a existência de continuidades e descontinuidades nos aspectos que marcam a condução da relação do indivíduo com a realidade social. Integra-se num contexto em que predomina a profusão de uma complexidade na gestão dos problemas sociais que se particulariza por utilizar os valores com o propósito de destruir o significado das aparências. Para Abreu (2002), as funções pedagógicas exercidas pelo Serviço Social, independentemente da forma como são utilizadas, levam ao enquadramento da prática profissional na reprodução social dos padrões de sociabilidade e de controlo político. Mais ainda: considera que a profissão, ao seguir uma estratégia de afirmação em que a atitude pedagógica desenvolve novas formas de agir, cria novos componentes simbólicos ligados à autonomização social sem, contudo, deixar de ser perspectivada como um elemento formador de determinados modos de vida, ou seja, que investe mais numa cultura de compromisso do que numa cultura de metamorfose, assim como faz ressaltar a inexistência de uma simbiose entre uma subordinação às políticas sociais de cunho paternalista e a democratização das relações entre Estado e sociedade.

Por sua vez, **o modelo emancipatório de intervenção do Serviço Social** investiu na reconstrução da sua ética profissional servindo-se da emancipação para atribuir uma nova expressão ao processo de intervenção profissional. A sua afirmação como modelo de intervenção do Serviço Social gerou uma dualização

de sensibilidades ideológicas e culturais no exercício profissional, ou seja, a emancipatória e a integradora, que na prática traduz a forma como a profissão foi endogenamente equacionando o problema da relação entre classe e cultura num contexto de padrões amplos de mudança social. Formou-se então um outro desafio, este entre as suas raízes e a inovação, o qual interferiu sobre a sua concepção de individualização, na medida em que passou a incluir a distinção entre ideia e cultura, o que levou a uma enfatização das continuidades de acordo com as transformações na morfologia do pensamento que predetermina a mundividência que afecta as interpretações do seu significado no exercício profissional.

Considerando, todavia, que o conceito de individualização no Serviço Social não pode ter uma definição exacta, na medida em que todas as gerações de assistentes sociais vão adicionando novos objectos e novos significados ao conceito inicial, o certo é que, apesar de tudo, continuou a ser utilizado como código de comunicação quando se torna necessário sincronizar padrões distintos de comportamento. Daí que, com base nos conhecimentos e na experiência adquirida, utilize a relação entre a vida quotidiana e o saber para, na sociedade do risco, desenvolver um exercício da individualização que se caracteriza por ser utilizado, quer como elemento estrutural que deveria ser revalorizado no quadro da universalização dos problemas sociais, quer como meio de relegitimar os processos que favoreciam:

- ✧ a emancipação dentro de relações activas entre massificação, pluralismo, multiculturalismo, deslocalização e mobilidade social;
- ✧ a diversificação de papéis sociais nas sociedades ocidentais;
- ✧ a utilização da integração como defesa da homogeneização.

Assim se compreende que o conceito de emancipação não seja incompatível com o de integração, não obstante a sua estrutura simbólica da integração continuar a servir de base ao seu significado profissional, uma vez que emergiu de uma criação colectiva e não profissional. No entanto, o seu conceito operativo tornou-se mais flexível à medida que a massificação das formas culturais, a atomização do social e a vulgarização das normas e valores que orientam a acção social criaram códigos de permuta entre os diversos sistemas e subsistemas sociais. Isto sucedeu porque a propensão cada vez mais acentuada em considerar, tal como Giddens (2000 b:2000), que tanto a estrutura, como a

forma pela qual os indivíduos actuam como elementos interdependentes que não se podem sobrepor uns aos outros, permitem fortalecer a ideia de que o processo de integração não deve obedecer a modos estruturados de actuar ou de produzir acção, mas sim favorecer a construção de modos de actuar ou de construir a acção de acordo com as estratégias formadas para responder a diferentes situações sociais.

Neste sentido, o exercício da integração pelo Serviço Social passou a fazer parte de um dos modos de actuar do Serviço Social que, entretanto, deixou de ser o elemento crucial na intervenção ao nível das situações de inadaptação ou de desfiliação social, já que - dadas as descontinuidades e rupturas que invadiram os aspectos da existência humana em face das transformações operadas no tecido social e das crises criadas nos diversos campos da vida, que desestabilizaram o modo de pensar ou de estar na sua passagem para a sociedade da informação - se tornou cada vez mais difícil definir a actuação sem tomar em consideração os diferentes contextos em que a mesma se processa. Por esta razão a experiência da profissão em matéria de intervenção social e a forma de a interpretar se confrontaram com uma insuficiência na criação de um conhecimento novo por parte da profissão¹⁴¹. Mas, quando os propósitos de homogeneização social e cultural¹⁴² se foram desenvolvendo¹⁴³, a diversificação no uso dos modelos profissionais de intervenção por parte do Serviço Social ¹⁴⁴ - clássicos¹⁴⁵, modernos, e inovadores¹⁴⁶ - fez com que fossem realçadas:

- ✧ a importância da diversidade, enquanto princípio orientador que não era incompatível com a autonomização social do indivíduo;
- ✧ a reconstrução do sentido do colectivo.

Simultaneamente, a pluralização dos modelos de intervenção profissional tornou mais organizada a acção, apesar de mais comprometida ideológica e

¹⁴¹ Tornou-se assim profundamente pertinente afirmar que, não em termos de modelos de intervenção, mas sim em termos dos processos de actuação dos assistentes sociais, tenha havido alguma inconsistência teórica e metodológica, que pode ser justificada pelo facto de poderem ser entendidos como o resultado de uma compreensão individualizada de uma forma de agir que foi modelada pelas pressuposições em que assenta a lógica, a ética e as formas culturais e sociais associadas a uma cultura de modernidade, mas que se prolongam no rescaldo cultural da própria modernidade.

¹⁴² Subsequentes à atitude crítica relativamente ao processo de Globalização.

¹⁴³ Que tomou forma no contexto da sociedade pós-industrial por via dos movimentos sociais emergentes constituídos, tendo como objectivo o exercício de uma reflexão sobre o impacto do processo de Globalização.

¹⁴⁴ Isto sucede porque, referencialmente, os modelos de ajuda social exercidos pelo Serviço Social sempre se definiram em função do contexto em que deviam ser desenvolvidos. Daí que o modelo de ajuda exercitado na América Latina seja diferente do utilizado nos países europeus ocidentais.

¹⁴⁵ Assistencial e assistencialista.

¹⁴⁶ O pedagógico e o emancipatório.

politicamente¹⁴⁷. E porque as grandes transformações culturais originadas pela revolução tecnológica despertaram, não só uma nova forma de estar na vida, mas também uma nova forma de pensar, a massificação da acção, em que a palavra de ordem era a integração, redimensionou a necessidade de a selecção do modelo de intervenção profissional obedecer a uma utilização, integrada ou não, dos modelos construídos. Foi exactamente a cultura individual, entendida como forma de expressão da identidade do indivíduo, que conduziu à afirmação profissional do **modelo emancipatório de intervenção** no campo do Serviço Social. Com este novo modelo, que se diferencia do pedagógico por actuar tendo em vista a correcção das relações de dependência fruto do processo de sociabilidade influenciado por um sistema de protecção social de regalias preexistentes (Campos:2002), prepararam-se as condições para que tivesse surgido o conceito de “inclusão” e com ele uma nova estratégia de reconversão das situações sociais que traduziam o desmoronamento da noção iluminista e da proposta “fordista” de progresso social. A intervenção emancipatória legitimou-se então como nova proposta de intervenção já no rescaldo do pós-industrialismo e tomou consistência na sociedade do risco. Pressupõe uma acção de carácter promocional baseada, não numa tutela construtiva, mas sim numa tutela reconstrutiva. Por outras palavras, não pode ser entendida como uma forma de ajudar os outros a utilizarem os recursos e benefícios sociais disponíveis para resolverem as suas situações de vulnerabilidade social, mas sim como um meio de dar a devida dimensão à afirmação ideológica da igualdade. Contrariamente ao significado que na sociedade industrial o conceito de integração adquiriu, o qual equivalia a uma socialização dos hábitos e estilos de vida, na sociedade do risco este mesmo conceito, para além de se ter tornado num elemento de controlo das distorções sociais, transformou-se em:

- ✧ um mecanismo de activação das políticas sociais;
- ✧ um projecto de construção cultural da desigualdade;
- ✧ uma consagração do exercício da responsabilidade de uns relativamente aos outros ;
- ✧ uma outorga da inclusão como um processo derivado da integração.

Por este facto, a sua representação tornou-se mimética e deixou de produzir o impacto desejado a partir do momento em que as entidades sociais passaram a socorrer-se de uma engenharia social para acompanhar a economia de serviços

¹⁴⁷ Casos como as “Ligas de Amigos”, os “Grupos de Ajuda”, os “Movimentos Ecológicos”, etc.

que, de acordo com as teorias de Daniel Bell (1973), na sociedade pós-industrial alcançou uma maior importância relativamente à produção de bens.

Em face do processo de transformação social que, para Stuart Hall (1997), está relacionado com a legitimação do capitalismo “pós-fordista” e que, para Scott Lash (2000), está implicado com o fenómeno de desorganização do capitalismo, a questão da integração assumiu uma nova dimensão política. E, como a vida cultural se tornou mais segmentada e ao mesmo tempo mais pluralística, a convicção política de que a integração deveria ser assegurada para assim se preservar a coesão social foi necessariamente substituída por um conjunto de incertezas ontológicas e por dinâmicas de reflexão sobre o exercício do seu poder. Consequentemente, as suas estratégias de acção do Serviço Social passaram por uma combinação de estilos. Nesta combinação de estilos foi consignado o respeito pela referencialidade histórica e pela construção de uma nova concepção de integração que faz uso de novas diagonais ideológicas, como a inclusão e a emancipação, e desloca os eixos de actuação para novas problemáticas sociais. Para o efeito descentrou as suas formas de agir no sentido de abarcar, quer as tradicionais situações-problema em que se inclui a pobreza, quer as novas problemáticas sociais, como a solidão. O mesmo será dizer que, sem rejeitar as formas já construídas, define sobretudo a personalização e a assimilação das capacidades individuais como meio de recriar os modelos clássicos de intervenção profissional e de lhes devolver os princípios da diferença e da heterogeneidade como directivas a fim de que, no confronto com a erosão da sociedade industrial, tenha de conquistar uma identidade que recusa a eliminação da modernização, mas que se serve da articulação entre a modernização e o passado para, deste modo, se recontextualizar e desenvolver um contínuo processo de destradicionalização.

2.7 | Serviço Social: produção do conhecimento

A discussão sobre a investigação no Serviço Social assume uma expressão pertinente quando enquadrada numa dinâmica de reflexão acerca da relação entre o processo de qualificação do Serviço Social e o seu modelo de afirmação disciplinar na sociedade.

Se, por um lado, esta reflexão traz para o terreno do debate o espaço que a investigação tem ocupado na cultura académica e não académica do Serviço Social, por outro lado permite ainda avaliar o percurso da sua produção teórica e

dos seus saberes práticos, sem contudo esquecer a forma, quer como tem gerido as suas experiências no quadro de um processo de viragem da ciência na sociedade industrial, quer como se tem colocado na fronteira entre o ortodoxo e o paradoxo.

Esta mesma reflexão desenvolve as condições necessárias para identificar, não só as diferentes estratégias utilizadas pelo Serviço Social na interacção desenvolvida com as Ciências Sociais e Humanas no que respeita à partilha de conhecimentos, mas também as estéticas diferenciadas por que se tem pautado para “olhar” a questão da investigação e da produção do conhecimento no interior do Serviço Social.

Relativamente à investigação no Serviço Social, esta não é de facto uma questão meramente contemporânea. A importância e o próprio espaço que foi ocupando no contexto do seu processo de legitimação e de qualificação profissional, isto é, no período entre 1917 e o 1960, reflecte sem dúvida o significado que a mesma foi assumindo no contexto de evolução da profissão na sociedade industrial.

Seguindo uma matriz de análise histórico-sociológica e articulando-a com uma reflexão antropológica da sua cultura profissional, pode-se efectivamente verificar que, mesmo ainda antes de os assistentes sociais terem adquirido formalmente um estatuto profissional¹⁴⁸, a generalidade dos agentes de intervenção social cedo passou a participar em:

- ✧ o levantamento das necessidades sociais locais;
- ✧ a organização de ficheiros sociais, tendo em vista a implementação de um processo de ajuda organizado;
- ✧ os estudos sobre a pobreza¹⁴⁹.

Foi este seu envolvimento numa estratégia que visava exercitar um modelo de ajuda social sustentada num conhecimento objectivo da realidade social que conduziu ao surgimento de diferentes pesquisas¹⁵⁰ que influenciaram algumas experiências em matéria de intervenção social, entre as quais se destacam as

¹⁴⁸ A sua participação empírica em projectos de investigação remonta aos finais do séc. XIX, período em que o Serviço Social enquanto profissão estava ainda numa fase de organização.

¹⁴⁹ Estes mesmos estudos sobre a pobreza iniciaram-se no séc. XIX na cidade de Londres, realizados por Rowntree, Booth e Bowley, e prolongaram-se até à 1ª Grande Guerra Mundial.

¹⁵⁰ Mas, independentemente dos novos paradigmas de intervenção (Mouro: 2004) terem tido o seu corolário na segunda metade do séc. XIX, o certo é porém que já em 1823 Thomas Chalmers utilizava o questionário como meio de conhecer e avaliar a situação social dos “necessitados” que recorriam à ajuda nas organizações sociais pelas quais era responsável (Vieira 1981:66).

praticadas no Centro Toynbee Hall¹⁵¹ e as realizadas por Octavia Hill na área da administração social¹⁵². Estes passos significativos na qualificação da intervenção social particularizaram-se pelo investimento realizado em estudos sociais e de terreno devidamente fundamentados¹⁵³. Simultaneamente, permitiram ao Serviço Social, pelo facto de se ter tornado herdeiro natural do património das organizações sociais, capitalizar o exercício analítico já anteriormente outorgado e torná-lo num axioma profissional com uma importância específica a partir do momento em que a investigação se multiplicou, dando origem a uma atomização do eixo da “investigação social”. Daí que já Octavia Hill, em 1869, numa conferência realizada em Londres, na Social Science Society, tivesse assumido a defesa de uma perspectiva de investigação no campo social que não estivesse exclusivamente baseada em meros indicadores económicos, mas que contemplasse também indicadores de ordem social. Por isso mesmo utilizou o termo “investigação” sempre que fazia referência às suas pesquisas, as quais se orientavam essencialmente numa linha de investigação que no contexto da sociedade actual se tornou conhecida por “investigação-acção” (Guerra: 2002). Deste modo pode-se dizer que Octavia Hill rompeu com o ortodoxo para investir no paradoxo. Integrada num contexto histórico muito marcado por um paradigma clássico de ciência cultivado pelas ciências exactas, naturais e médicas, os seus trabalhos fugiram a este modelo paradigmático para construir novas metodologias de análise dos problemas sociais que, por sua vez, impulsionaram novos processos de intervenção social. Esta diferença revela-se na utilização de novos paradigmas analíticos, que se singularizaram por se apoiarem na síntese dos resultados obtidos mediante uma análise científica interdisciplinar que se tinha construído na base da investigação multidisciplinar resultante da emergência de uma nova ideologia de liberdade e de um novo conceito de bem-estar em liberdade, o qual resultou da legitimação de um clima de inspiração democrática criado pela Revolução Francesa.

Por sua vez, Mary Richmond – autora clássica do Serviço Social que investiu fortemente numa construção da identidade profissional através da apresentação da primeira proposta metodológica para o Serviço Social, ao fazer alusão à questão da investigação - diz o seguinte: *“Investigação social distingue-se da*

¹⁵¹ Este centro foi criado em 1896 pelas denominadas “União das meninas para os serviços sociais”. Este é um movimento dos estabelecimentos iniciados em 1884 pelos fundadores de Tonybee. Funcionava na extremidade leste da cidade de Londres e promovia em larga escala actividades educacionais e sociais. Foi registada como *Charity Organization*.

¹⁵² Estas experiências tiveram como pressuposto que as condições de habitação exerciam os seus efeitos sobre a reprodução da qualidade da mão-de-obra.

¹⁵³ Com este termo “sustentado” pretende-se fazer a fronteira com o subjectivo e o empírico.

usada nas ciências naturais e da que se segue nos tribunais (...) não tanto porque os factos admitidos não sejam os mesmos (...) mas por ser muito diferente o valor que lhe é admitido” (Vieira.1981:68). Esta postura de Mary Richmond foi determinante para que o Serviço Social tivesse assumido a investigação como uma “molécula” em que se deveriam conservar as propriedades características da sua substância. Neste sentido, tornou-a numa “coisa pública” na área do Serviço Social. E, num curto espaço de tempo, traduziu os seus investimentos teóricos na organização de novas metodologias de intervenção profissional. Assim se compreende que, para tornar claro o seu pensamento sobre o espaço da investigação no campo do Serviço Social, tivesse utilizado a seguinte afirmação de Octavia Hill: “*conhecimento do carácter é mais do que saber se o homem é um bêbedo ou a mulher desonesta. É conhecimento das paixões, esperanças, a história da pessoa, em relação às tentações que a assaltam; como planearia a sua vida se fosse apoiada; qual a sua experiência; como mobilizá-la, alcançá-la e ensiná-la*” (Vieira.1981:67).

Identificada com o pressuposto de análise defendido por Octavia Hill, Mary Richmond tornou-se, no Serviço Social, na primeira grande defensora da teoria como uma “*orientação para a acção*” (Vieira.1981:90). Segura desta sua perspectiva teórica, empenhou-se ainda em definir a **pessoa** como objecto da intervenção profissional e colocou a experiência e a observação como eixos de sustentação dos modelos de abordagem analítica dos problemas sociais. Porém, pelo facto de ter definido a pessoa como objecto do Serviço Social, permitiu que perante os quadros clássicos de classificação das Ciências, o Serviço Social tivesse então sido integrado dentro do universo das Ciências Hermenêuticas, visto o objecto destas ciências se constituir a partir da acção humana. Portanto, a sua *praxis* apoiava-se na teoria produzida por estas ciências como forma de compreender os fenómenos sociais existentes. E, na base da explicação encontrada, era então formado o esquema operativo/funcional que foi predominantemente utilizado na actuação profissional dos assistentes sociais.

Na verdade, o facto de Mary Richmond se ter envolvido nas questões da visibilidade sustentada do Serviço Social, desenvolveu nela o interesse em quebrar a aparência e em expandir os conhecimentos que, não afectando a tradição histórica, dessem a solidez necessária ao projecto profissional. Deste seu propósito resultou a divulgação do seu primeiro livro intitulado “Diagnóstico Social” que, tendo sido publicado em 1917, passou a ser considerado a primeira obra de vulto do Serviço Social. Concomitantemente, tornou-se ainda num

símbolo dos investimentos realizados no sentido de dar ao Serviço Social um conjunto de princípios que durante muito tempo se vão constituir em parâmetros de orientação para a prática profissional dos assistentes sociais, bem como de eixo de orientação para a reflexão analítica, tanto dos problemas sociais, como do exercício profissional.

Mas, por influência da consagração do mito do equilíbrio, tão característico das ciências modernas, assim como da reconstrução económica da ética protestante, foi reconfigurada a fisionomia da intervenção profissional, passando esta a ser caracterizada por uma visão microscópica dos problemas sociais e a intervenção a ser assumida como um processo específico que tinha como objectivo desenvolver a personalidade dos indivíduos através de ajustes dos mesmos ao seu ambiente social. Esta teoria de ligação do indivíduo ao meio, defendida por Mary Richmond, foi novamente revalorizada no conteúdo do seu segundo livro publicado em 1922, intitulado “O que é o Serviço Social de Casos”, e que foi secundada por Gordon Hamilton, em 1941, quando definiu o Serviço Social como: “*a arte de ajudar as pessoas a se ajudarem a si mesmas, cooperando com elas a fim de beneficiá-las e, ao mesmo tempo, à sociedade em geral.*” (Vieira 1985:71) Daqui resultou o reforço da teoria da relação da pessoa com o ambiente que vai estar na origem da construção de uma teoria do “social”. Esta mesma teoria conduziu o Serviço Social a transformar o **social** num seu novo objecto, e neste processo foram produzidas alterações na sua propriedade intelectual.

Mais concretamente no que se relaciona com o exercício profissional da investigação por parte dos assistentes sociais, o certo é que a sustentação teórica das suas práticas profissionais conduziu a que, ao integrar-se profissionalmente num contexto dominado pelas ciências modernas e tendo-se tornado permeável à absorção das mudanças no modo de trabalhar – que passou a pertencer a uma cadeia de produção ¹⁵⁴ – a sua cultura de investigação adoptou uma relação de conveniência. Esta relação de conveniência traduziu-se num investimento relativamente à produção teórica de teor disciplinar que tinha como objectivo, não uma interacção profunda entre a acção e a reflexão, mas sim a construção de uma metodologia pragmática que reflectia as ressonâncias das ciências modernas e da democratização da ciência e que, ao mesmo tempo, produzia intervenções de ordem reparadora ou compensadora, mas não transformadora. Pode-se, assim justificar o aparecimento de um conjunto significativo de produção teórica que

¹⁵⁴ Influências tayloristas e fordistas.

tinha como alvo central as questões ligadas aos aspectos processuais de definição e organização das metodologias de intervenção, em que se enquadra o Serviço Social de Casos, Grupos e de Comunidades.

Depois de definido o seu campo metodológico e tendo-se alicerçado num objectivo muito concreto de socialização das dificuldades sociais, então necessária à legitimação de um modelo de Estado redutor das incertezas e portanto protector, o Serviço Social conduziu o seu trajecto no campo da investigação. Assumiu como quadro de referência um modelo de sociedade orgânica dominada por uma concepção alargada, em que a vertente económica e social alcançou um peso primordial na grelha de análise pela qual se orientou para poder estudar os problemas sociais. Nesta medida, e considerando a estrutura da sua componente analítica, focalizou mais a sua atenção nos problemas de ordem social do que nas questões da intervenção profissional a que se tinha proposto, dados os limites a que a sua actuação estava sujeita. Mas, ao reformular a sua intervenção, automaticamente demarcou também limites à sua propriedade intelectual. No entanto esta realidade tornou-se mais evidente perante o processo de composição e de decomposição do social e da construção e desconstrução das relações entre os indivíduos num contexto em que a sociedade deixou de ser pensada a partir do corpo para ser pensada a partir do mercado e em que o Estado libertou a sociedade da necessidade e do risco (Rosavallon: 1981).

Esta mudança da figura de Estado, uma vez sustentada num compromisso keynesiano e norteadada por um conceito de acção em que o valor de necessidade se “encaixa” num espaço entre igualdade e diferenciação e entre a sobrevivência e a abundância, fez com que o Serviço Social se tivesse confrontado com alguma dificuldade em encontrar uma percepção clara sobre as representações do futuro, assim como da manutenção das aquisições sociais alcançadas. Por conseguinte, desenvolveu uma postura profissional e intelectual de defesa das conquistas adquiridas sem, todavia, se preocupar em formular objectivos para analisar a sua consolidação mediante postulados de futuro. Em face desta realidade vivida pela profissão, projectou nas suas práticas profissionais o princípio da indissociabilidade do social e criou uma densidade no diálogo que passou a estabelecer com as ciências modernas, diálogo este que se tornou complexo por estabelecer pontes e rupturas entre a teoria e a prática. Contudo, e apesar de

este diálogo se ter tornado profícuo, embora não axiomático¹⁵⁵, rapidamente se sentiu colocado perante uma diversidade de contributos científicos canalizados por diferentes áreas disciplinares que fizeram com que, no seu universo, se reforçasse a problemática dos seus limites profissionais, facto este que se tornou num obstáculo à sua afirmação no campo das ciências sociais. Como meio de superar este e outros obstáculos com que teve de se confrontar, levou a efeito um corte radical em relação à visão etnocêntrica do seu exercício profissional e criou, por um lado uma expressão societal dos seus valores e dos seus princípios e, por outro, a condição necessária e suficiente para se associar às Ciências Sociais no sentido de converterem em sinónimo de intervenção social a sua actuação dentro do paradigma de modernização definido em função das lógicas do bem-estar social da sociedade industrial.

Esta ligação, embora desenvolvida na base de uma concertação de interesses resultante do facto de ambos (Serviço Social e Ciências Sociais) partilharem dos mesmos paradigmas de desenvolvimento e de ambos estarem sintonizados com a teoria do equilíbrio construída pelo Estado Providência, viu-se confrontada nos finais dos anos 60 e princípios dos anos 70, por um conjunto de sintomas claros de mal-estar que se expressavam em formas de agitação social¹⁵⁶. A complexidade que passou a atravessar a sociedade desta época pôs fim à fecundação recíproca entre bem-estar e desenvolvimento. Portanto, os paradigmas de desenvolvimento e mesmo os de intervenção social foram obrigados a recriarem-se. No caso específico do Serviço Social, este foi confrontado com a necessidade profissional de reavaliar os paradigmas circunstancialmente adoptados na resolução dos obstáculos sentidos, ou por si criados, na gestão dos desequilíbrios sociais.

Deste facto resultou uma reformulação dos seus modelos de intervenção que retratavam a influência resultante do reforço das suas pontes com as Ciências Sociais¹⁵⁷. Esta foi a estratégia encontrada para ultrapassar os limites sentidos e para operar um reordenamento ideológico nas estruturas de pensamento do Serviço Social.

Na verdade, este compromisso então estabelecido com as Ciências Sociais não relativizou substancialmente a sua autonomização disciplinar, antes pelo

¹⁵⁵ Como se pode confirmar pela leitura das obras clássicas do Serviço Social e por pressões exógenas relacionadas com as novas exigências político-económicas decorrentes das teorias a favor da ideia de progresso projectada depois da 2ª Guerra Mundial.

¹⁵⁶ Tais como o Maio de 68 em França e de 69 em Itália, os protestos nos E.U.A contra a Guerra do Vietname e o crescimento generalizado dos movimentos “hippies”.

¹⁵⁷ Esta fase corresponde aos anos 70, período este muito marcado pela crise das ciências burguesas provocada pela crise petrolífera que marcou este espaço temporal.

contrário, recriou-lhe a possibilidade de participar no colectivo das abordagens que “clonavam” a compreensão dos obstáculos ao progresso. Portanto, as suas propostas metodológicas passaram a ser organizadas dentro de um quadro de pesquisa colectiva e interdisciplinar empenhado em desvalorizar a essência política da questão sem promover a conflitualidade social.

Por este motivo, a investigação passou também a estar essencialmente enquadrada dentro do sistema interdisciplinar, contribuindo deste modo para que a análise dos problemas sociais se tornasse, paradoxalmente, mais diluída e mais consistente, traduzindo desta forma as relações de poder entre as diferentes ciências dominantes.

Em face destes novos propósitos científicos construídos, o Serviço Social iniciou então um novo ciclo de vida no campo da investigação, o qual se particularizou por não ser hermético, nem tão pouco corporativista, tal como tradicionalmente se tinha revestido o exercício da pesquisa por si desenvolvido. Mas, não obstante ter criado uma nova postura, viu-se no entanto envolvido numa crise de representação gerada pela dinâmica de desenvolvimento de um confronto entre uma linguagem defensiva por parte das organizações públicas como contraponto a uma linguagem ofensiva projectada pelos movimentos sociais anti-capitalistas. Perante este cenário político e como estratégia de assegurar a sua transformação no futuro, foi tornando cada vez menos opacos e cada vez mais “voláteis” os seus investimentos na investigação. Por isso mesmo, a investigação não foi agressivamente subalternizada, se bem que tivesse alterado as suas formas de produção. Isto é, concebeu:

- ✧ uma forma mais direccionada para a reversão do passado no presente e que se distingue por definir o epicentro dos investimentos analíticos na área específica do Serviço Social;
- ✧ uma forma, menos ortodoxa, que se assumiu essencialmente como mais interessada em valorizar os desempenhos profissionais por via de uma ênfase na investigação dentro das áreas de actuação do Serviço Social, relegando para um plano secundário a questão da problemática das competências profissionais.

Utilizando estes dois eixos de organização do processo de investigação, as mais-valias alcançadas foram sendo concretizadas na produção teórica que, tornada pública, serviu de referência para a avaliação dos investimentos

efectivados pelo Serviço Social na promoção da sua imagem académica e na capitalização das suas experiências profissionais. Pode-se no entanto verificar que - mediante uma análise avaliativa da sua produção de conhecimentos, tendo partido de um paradigma científico que utilizava a experiência para produzir teoria - a sua adaptação ao paradigma lógico-racional criou-lhe uma dificuldade de autonomização do objecto de investigação. Por este motivo, a produção da investigação foi seguindo diferentes pilares que se diferenciaram uns dos outros pelas estratégias e procedimentos adoptados. Desta forma podem referir-se três pilares. **Um primeiro pilar** que, utilizando o paradigma lógico-racional, avança num processo de investigação que usa o sistema *Top-Dow*, isto é, de fora para dentro e de cima para baixo, e que parte do axioma de que o Serviço Social deve ser visto como uma disciplina autónoma com bibliografia específica e uma fundamentação científica traduzida em teses de mestrado e de doutoramento e em artigos científicos reconhecidos internacionalmente como de referência. Este pilar de investigação produz uma visão uniformizada em nome da construção de uma especificidade que se traduz em visões individualistas. **Um segundo pilar** que opta pelo paradigma científico para, através de um sistema integrador, desenvolver uma ressonância entre a produção na área do Serviço Social, a modernização e a eficiência no acto produtivo por investigação e unidade de tempo e que usa uma forma copulativa para dar consistência ao processo investigador posto em prática, o que torna a produção despartilhada e, por isso mesmo, mais participada e plural. **Um terceiro pilar** que surge duma fusão entre o modelo de investigação praticado na área do Serviço Social nos finais do século XIX e início do século XX, a qual partia da prática para a teoria como meio de enaltecer a experiência na construção da teoria e que se identifica com a construção dos novos paradigmas científicos contemporâneos em que a experiência, a via dedutiva e a via emocional são eixos fundamentais para se proceder à produção dos conhecimentos¹⁵⁸.

Foi exactamente neste contexto de valorização da profissão, retirando-a do perigo de poder ser interpretada como um exercício parasitário de uma acção conducente a um objectivo determinado pelas necessidades sociais dominantes, que emergiu um esforço sintomático promovido no seio do próprio Serviço Social no sentido de diferenciar o exercício profissional dos assistentes sociais das práticas profissionais dos diversos agentes com quem tinham criado vínculos ao nível epistemológico e científico.

¹⁵⁸ Veja-se o "Erro de Descartes" de António Damásio, ou a "Inteligência Emocional" de Daniel Goleman.

Em termos concretos, o investimento realizado na diferenciação profissional, bem como na qualificação da actuação e na produção de conhecimento, foi exactamente iniciado por Mary Richmond com a publicação das suas duas obras: o “Diagnóstico Social” em 1917, e “O que é o Serviço Social de Casos” em 1922. Com estas obras, a autora iniciou uma etapa significativa no ciclo da produção teórica no campo do Serviço Social, a qual se tornou bastante importante, não só para a construção da sua identidade profissional, mas também para estimular no inconsciente profissional o dever ético/científico de não viver na dependência exclusiva da produção do conhecimento por parte das outras ciências. Assim, e pela sua mão, veio para o domínio público o projecto de uma profissão que, sendo considerada nova pelo facto de se ter institucionalizado só nos finais do séc. XIX e de sofrer de uma vulnerabilidade científica inerente à falta de uma autonomia científica¹⁵⁹, não pretendia todavia, transformar-se em elemento acessório no processo de produção do conhecimento para a intervenção social.

Nestas suas duas obras anteriormente referenciadas, Mary Richmond, com base numa análise dos processos metodológicos utilizados na área das ciências médicas e da sistematização dos conhecimentos adquiridos no âmbito das ciências sociais e humanas, criou para o Serviço Social a teoria da individualização – *case-work* – e adaptou às necessidades da intervenção profissional dos assistentes sociais a técnica da entrevista. Foi no entanto com o reconhecimento dos investimentos teóricos por si desenvolvidos ao nível das metodologias profissionais que se deu início a uma fase de vida do Serviço Social em que a questão da investigação não era considerada como um problema de sustentabilidade, tal como acontecia em algumas áreas das ciências humanas e sociais, mas sim de qualificação e diferenciação profissional.

Especificamente nos Estados Unidos da América, a questão da evolução das metodologias profissionais foi acompanhada de:

- ✦ uma permanente construção de conceitos – os quais passaram a singularizar a linguagem do Serviço Social¹⁶⁰,

¹⁵⁹ Esta questão está bem patente, tanto nos Cursos de Verão promovidos pelas *Charities Organization Societies*, como nas *Women Settlement Universities* e nas primeiras escolas de Serviço Social surgidas nos Estados Unidos e na Europa.

¹⁶⁰ Tal como o termo “cliente”.

▲ um outro propósito profissional em alargar a sua actuação a novos campos de intervenção, acrescido ainda de um interesse singular em definir novos modelos de actuação.

Daí o surgimento do Serviço Social de Grupo em primeiro lugar, e posteriormente do Serviço Social de Comunidade. Inerentemente, e por necessidade de valorizar as questões processuais e as ferramentas técnicas postas em prática no terreno das metodologias de acção, foi igualmente atribuída uma importância significativa ao tratamento teórico dado, tanto ao processo de Ajuda no Serviço Social, como às questões ligadas à Entrevista¹⁶¹ e a outros processos e técnicas que, no período dos anos 30 a 60, deram especificidade ao exercício profissional dos assistentes sociais.

Curiosamente, o investimento realizado numa actualização e na construção de novos processos e métodos de intervenção profissional não foi um trabalho que tivesse estado circunscrito a um número restrito de autores. Antes pelo contrário, durante o período atrás referido, os investimentos na produção teórica na área do Serviço Social foram bastante significativos e alargados e, por tal, a sua dinâmica foi responsável pela fileira conceptual do Serviço Social que se instalou nas “margens” da ciência. Mais concretamente quanto à questão dos investimentos, pode na realidade verificar-se que, de uma forma geral, estes mesmos investimentos se centravam especialmente no universo da acção sem todavia descurarem as questões epistemológicas, ou mesmo as de ordem ético-profissional. Para este facto concorreu a produção teórica desenvolvida de uma forma especial entre os anos 40-60 por Virgínia Robison, Gordon Hamilton, Florence Hollis, Clara Kaiser, Grace Coley, J. Liberman, Doroty Sullivan, Harleight Trecker, Gisela Konopka, Annett Garret, Walter Petit e Murray Ross. Estes autores, entre outros, assumiram um protagonismo fundamental na construção de processos de teorização sobre as questões que directa ou indirectamente qualificavam a intervenção dos assistentes sociais no campo social e, por isso mesmo, contribuíram para que a profissão tivesse adquirido temporalmente um papel de carácter hegemónico na gestão dos problemas sociais.

Este processo de afirmação profissional, que coincidiu com a fase de recuperação económica do pós-guerra, de entre várias consequências teve uma imediata: os profissionais, ao terem-se empenhado em não deixar subalternizar a

¹⁶¹ Neste campo é de destacar o livro de Annett Garret, *A Entrevista, Seus Princípios e Métodos*, publicado em 1949.

profissão relativamente às outras profissões sociais, criaram com as mesmas uma relação de partilha de conhecimentos, mas não de acção. Daí que, os investimentos então realizados no campo da propriedade intelectual do Serviço Social tivessem igualmente servido para tornar clara a estratégia por si posta em prática. Esta estratégia visava a sua afirmação como uma profissão capaz de dar corpo à simbiose dos conhecimentos adquiridos por via do processo de sistematização alcançado através da cooptação entre os conhecimentos absorvidos na área das Ciências Sociais e Humanas e os conhecimentos empíricos adquiridos através da experimentação e da observação, que eram então postos em prática no campo da prática profissional dos assistentes sociais.

Em termos contextuais, pode considerar-se que os investimentos intelectuais desenvolvidos pelo Serviço Social durante esta época se caracterizaram pelo propósito de o mesmo não se ter desvinculado da sua ligação histórica com as Ciências Sociais, criando com as mesmas uma dinâmica de síntese entre os interesses emblemáticos do Serviço Social e a interiorização do substrato científico produzido pelas Ciências Sociais, respeitando sempre o princípio da não ingerência intelectual.

Foi, em parte, esta estética profissional de gestão da investigação que particularizou, e particulariza, a postura desenvolvida pelo Serviço Social perante as Ciências Sociais e Humanas, a qual se traduz numa combinatória entre a textura da análise e do objecto, com o imperativo de enfrentar os anátemas da especificidade. A sua afirmação avalizou os conhecidos contornos históricos da colocação ideológica do exercício profissional. Por isso mesmo, o princípio da não ingerência profissional, que na prática se plasmou também na área da intervenção quotidiana no terreno da gestão dos problemas sociais, conduziu a que a vertente da técnica tivesse passado a fazer parte de um crescimento integrado das respostas funcionais que passaram a reconfigurar a imagem institucional do Serviço Social nos anos 60.

Todo este processo de transformação na sua cultura profissional está interligado com a necessidade emergente em desenvolver e aperfeiçoar os mecanismos de regulação das desigualdades inerentes ao processo de construção política e económica da figura do Estado Protector na Europa Central. E foi precisamente no âmbito da recriação do processo de regulação social promovido pelo Estado Protector que se passou a assistir a uma valorização ideológica do pragmatismo no Serviço Social, tornando-o o mais consistente possível. Por esse motivo, o processo de intervenção profissional passou a ter

que se adaptar às novas exigências do projecto político europeu decorrente dos desafios criados por:

- ✧ a reconstrução europeia, contextualmente apoiada no Plano Marshall,
- ✧ os confrontos Leste-Oeste,
- ✧ a afirmação económica e política das teorias keynesianas,
- ✧ a revalorização do conceito de bem-estar.

Estando em face de um novo contexto, dominado pelas influências da teoria do equilíbrio, da ordem e da estabilidade, a cultura teórica produzida pelo Serviço Social passou a centrar-se em explicações causais lineares, assim como num conhecimento microscópico e, ainda, numa tendência para uma especialização afunilada.

Quanto à sua actuação profissional, esta passou a reflectir o peso do domínio da especialização ao promover uma intervenção sectorial que foi definida em função da pluralização dos campos de actuação profissional¹⁶² gerados pela legitimação política das políticas sociais sectoriais. Em termos do quotidiano, a actuação compartimentou-se por áreas sectoriais ligadas a saúde, emprego/trabalho, habitação, justiça, segurança social e educação, as quais foram definidas numa correlação com a política de bem-estar e com a configuração dominante dos riscos sociais que estavam muito confinados às problemáticas da não-integração.

Como consequência da adaptação do Serviço Social à pragmatização do processo de intervenção social, tomou consistência um investimento interno relativamente à experimentação e à análise do “observado”. Estes vectores, pelos quais foi conduzida a análise do social por parte do Serviço Social, entraram em confronto com um modelo de produção de conhecimento que assumia como paradigma a construção lógica e racional apoiada numa metodologia de pesquisa. Por esta razão, as suas análises e problematização das realidades sociais, que tinham como objectivo a construção de conhecimentos e a fundamentação de teorias, passaram então a ser novamente secundadas, como diz Balbina Ottoni Vieira (1985), *“por uma perspectiva hermenêutica onde a interpretação é mais valorizada que a pesquisa e em que o seu objecto se constitui a partir da acção humana ou da vontade de alcançar um fim”*.

¹⁶² Será neste contexto de reconfiguração das práticas profissionais dos assistentes sociais que constituirão as áreas sectoriais do Serviço Social, tais como saúde, habitação, educação, segurança social, justiça, etc.

Na prática, a ênfase do pragmatismo fez com que a questão da *praxis* se tivesse passado a organizar em função do esquema operativo funcional que passou a envolver a intervenção exercida pelo Serviço Social no campo da gestão dos problemas sociais. Esta alteração na sua postura profissional produziu os seus efeitos na sua propriedade intelectual. E por tal se compreende que, dentro da perspectiva conservadora do Serviço Social, se defendesse, e se defenda ainda, que a produção de conhecimento no Serviço Social tenha então entrado numa fase empírico-positivista considerada como “*uma tentativa do Serviço Social a caminho do pensamento e agir científico*” (Vieira:91). Mas, ao analisar-se esta tese mediante uma perspectiva menos focalizada naquilo que a mesma corrente conservadora considera de mais significativo e menos significativo do Serviço Social, facilmente somos levados a considerar que a importância consignada às influências das teorias freudianas no processo diagnóstico utilizado pelo Serviço Social no âmbito do exercício profissional acabou por exercer um efeito de descapitalização do esforço de construção do quadro formal e teórico a partir do qual se definia a intervenção profissional. Neste contexto, e por influência do surgimento de duas escolas de pensamento no Serviço Social – ou seja, a “escola diagnóstica” e a “escola funcional”, uma mais centrada na teoria, defendendo como o epicentro da mudança o assistente social que diagnostica o problema e cria as estratégias para o tratamento do problema, outra defendendo que o Serviço Social, através do relacionamento, ajuda o cliente exercer a mudança –, vão surgir diferentes estéticas de pensar os processos de intervenção profissional¹⁶³.

Estas diferentes formas estéticas, ideológicas e epistemológicas de equacionar a orientação da intervenção profissional, por sua vez, abrem espaço ao aparecimento de uma heterogeneidade na produção teórica. Esta heterogeneidade na produção teórica tornar-se-á mais evidente a partir da crise do capitalismo gerada num espaço intelectual em que as transformações ao nível das ciências reflectem a desordem disciplinar gerada pelo impacte exercido pela evolução do papel das ciências na sociedade pós-industrial.

A partir deste período e utilizando o sistema de recurso epistemológico para formatar a construção da sua epistemologia, o Serviço Social foi deste modo investindo num processo de acção que, tornando-se em objecto de análise, promoveu a aquisição do conhecimento da realidade social então considerado

¹⁶³ Estas diferentes formas de pensar a intervenção social estão na origem da organização de uma tipologia da intervenção. Assim, a intervenção pode ser de carácter assistencial, regulador, participativo, transformador, terapêutico.

essencial para a organização das estratégias de intervenção no terreno, bem como para a produção de conhecimento sobre o terreno onde actuava.

Consequentemente, distanciou-se de um modelo de produção de conhecimento que estava balizado por um sistema de investigação em que a teoria deveria ter uma influência determinante sobre o exercício prático. Em contrapartida, capitalizou o peso da prática no exercício profissional, tornando-a numa sua mais-valia relativamente às Ciências Sociais e Humanas. Neste sentido, serviu-se do conhecimento empírico retirado das suas práticas para poder fazer uso da experimentação e da dedução como meio de construção de novas formas de produzir conhecimento.

Porém - perante uma crítica crescente ao empirismo e uma descrença acelerada na tecnologia que tinha despontado com o confronto emergente nas ciências sociais durante os anos 60, e dado ainda o processo de recriação das formas de agir sobre o social sofrerem a influência de uma dimensão moralizadora e normativa da expressão cultural do processo de intervenção social - a vertente investigadora no Serviço Social foi superada pela importância exógena atribuída à dimensão praticista e executora por que se passou a pautar a globalidade das práticas profissionais dos assistentes sociais.

Concretamente, pode verificar-se, através de uma análise às mudanças operadas nas práticas de intervenção profissional, que o investimento realizado na vertente praticista do Serviço Social o distanciou do que se conhece por pesquisa social. Contudo, não anulou o processo de revisão teórica em que se apoiava a multiplicação das práticas, não desvalorizou a importância das abordagens de teor racionalista que serviriam de suporte às práticas reflectidas e nem sequer adulterou o respeito pelos princípios metodológicos que deveriam sustentar a intervenção profissional. Na prática, as posturas epistemológicas é que sofreram alterações. Todavia, as práticas profissionais dos assistentes sociais eram, dentro e fora do Serviço Social, consideradas como sendo a matéria-prima a que dificilmente as outras profissões sociais tinham acesso. A cultura de proximidade com as realidades sociais e com os indivíduos promovida pelo Serviço Social permitia-lhe ter um conhecimento "*in loco*" dos problemas sociais. A sua capacidade de observação, adquirida e treinada ao nível da formação académica, facilitava-lhe a recolha de informação que, depois de analisada, era revertida para uma qualificação das práticas, das metodologias e das estratégias de intervenção profissional.

Por esta razão, as teorias do Serviço Social desenvolvidas no quadro do seu processo de qualificação, que se arrastou até aos anos 70, transformaram-se num modelo de teorias clássicas que se singularizavam por terem apostado na articulação da via indutiva com a via dedutiva.

Quanto à importância que, no próprio seio do Serviço Social, foi atribuída às suas capacidades operativas, esta pode ser entendida como uma estratégia de recriar o poder simbólico do Serviço Social na gestão dos problemas sociais, o qual tinha tradicionalmente contribuído para a sua afirmação profissional. Contudo, se por um lado a dimensão operativa da profissão capitalizou a sua sub-face no âmbito da engenharia social, por outro o seu capital analítico e o valor que atribuía à investigação não foi alvo do investimento necessário para manter seguro e estável o seu reconhecimento público nesta matéria. Houve aqui um erro estratégico que foi contraproducente para a imagem académica do Serviço Social. Construíram-se deste modo as condições para que, perante a comunidade intelectual, o Serviço Social tivesse produzido uma estilização do seu exercício profissional que foi essencialmente provocada pela vertente da prática em detrimento da vertente da pesquisa. Sucedeu isto porque, por influência da dinâmica dos processos analíticos em torno dos diferentes riscos sociais que ideologicamente tinham emergido da reestruturação estratégica da forma de gerir o social por parte do capitalismo de Estado, a intervenção no plano da acção social e na execução das políticas sociais que legitimavam a figura política do “Estado Providência” se tornou fatalmente no grande campo de acção do Serviço Social da Europa Central.

Por isso mesmo, o problema de recriação dos investimentos produzidos pelo Serviço Social neste contexto territorial está muito relacionado com o modelo francófono de formação profissional e académica que, durante mais tempo, prolongou a sua relação “umbilical” com um poder religioso de cariz conservador e desenvolveu uma estratégia profissional que passou por criar uma grelha de análise dos problemas sociais, a qual traduzia a simbiose existente entre a escola doutrinária da Igreja Católica e a concepção humanista que procurava relativizar a dominação das concepções liberais do desenvolvimento social.

Na realidade, estas grelhas de análise estão bem presentes na intervenção aureolada de uma forte vertente moralista então desenvolvida pelo Serviço Social, que traduzia uma cultura profissional assente numa problematização “comteniana” dos fenómenos sociais, uma vez que considerava os problemas

sociais como consequências de uma fragilização dos valores éticos e sociais da sociedade (Mouro;Carvalho:1987). Por conseguinte, no universo deste modelo de Serviço Social, tornou-se vulgar dar a ênfase necessária ao vínculo que prendia o exercício profissional à doutrina social da Igreja, relativizando assim os esforços teóricos desenvolvidos no sentido de incrementar um gnosticismo nas teorias e nas práticas profissionais. Pode-se, pois, verificar que o movimento de sustentação de um modelo de exercício profissional que identificasse os interesses da Igreja com os interesses do Serviço Social foi projectado através de diferentes publicações. Na publicação editada pela União Católica Internacional de Serviço Social, destaca-se fundamentalmente o número dedicado ao Código de Moral do Serviço Social elaborado em 1947, que retrata o investimento feito numa definição de Serviço Social, na caracterização da sua natureza e na construção de uma moral especial do Serviço Social. Nas “Seleccções de Serviço Social” assume invulgar interesse o seu terceiro número, no qual se analisam especificamente os aspectos da pesquisa no Serviço Social. A “Association National des assistants sociales et des assistants sociaux” promoveu também uma publicação periódica da qual se destaca o número da sua revista editado em 1946 dedicado ao “Service Social et Structures Nouvelles”, bem como outros números que focalizavam aspectos considerados fundamentais para o desenvolvimento do Serviço Social, tais como:

- ✧ em 1947, “Service Social et Culture Humaine”, em que foram trabalhadas as questões filosóficas da natureza da profissão;
- ✧ em 1948, “Service Social et Technique” analisou a relação da profissão com a técnica;
- ✧ em 1949, “Service Social et Fonction et Status “;
- ✧ em 1950, “Service Social-Unité de Fonction, Diversités de Réalisations “;
- ✧ em 1951, “ Service Social – Entraves-Efficacité “;
- ✧ em 1952, “ L ´Enquête en Service Social“;
- ✧ em 1953, “Adaptation do Service Social aux milieux des vides”;
- ✧ em 1954, “Realité du Service Social”;
- ✧ em 1955, “Action Social et Service Social, responsabilités de notre profession “;
- ✧ em 1956, “Action Social et Service Social, Problèmes d’efficacité”;
- ✧ em 1957, “Relations de travail à l’intérieur du Service Social “;
- ✧ em 1958, “Recherche de méthodes pour l’analyse du Service Social “;

- ✧ em 1959, “Y a-t-il une Action Social et Service Social, fonction de Service Social Familier ? “;
- ✧ em 1960, “Hospitalisation et aide médicale à domicile “ ;
- ✧ em 1961, “ Facteurs Actuelles de l’évolution du Service Social “.

Posteriormente, já na década de 60, uma outra organização de Serviço Social denominada “Asociación de asistentes sociales de Barcelona”, especificamente no seu número 28, publicado em 1967, traduziu a reflexão e a análise que os assistentes sociais vinham fazendo sobre a relação do Serviço Social com as políticas sociais. De igual forma, também nos Cadernos de Serviço Social da Associação Brasileira de Assistentes Sociais, editados no Brasil a partir de 1949, e considerando particularmente o seu número um, é perceptível o significado especial que foi atribuído aos princípios genéricos do Serviço Social. Em Portugal, nos Cadernos de Serviço Social, editados a partir de 1957 sob a forma de Boletim das Trabalhadoras Sociais Portuguesas, são sintomaticamente mediatizadas as preocupações teóricas ligadas ao campo profissional, o que justifica que, no seu número 14, publicado em 1962, se continue a dar importância e a desenvolver a discussão teórica em torno do *case-worker*.

Ainda dentro desta mesma corrente do Serviço Social, pode também destacar-se o valor intelectual da obra de Balbina Ottoni Vieira como referência de uma forma específica de pensar sobre a génese e a evolução do Serviço Social enquanto profissão e sobre os seus processos e técnicas que, não obstante ter tido origem no Brasil, foi genericamente cooptada pelas escolas da linha francófona. René Sand é outra figura clássica do Serviço Social que se enquadra nesta sua linha conservadora. Muito vulnerável às influências da doutrina social da Igreja e dos pressupostos ideológicos em que assentava a Encíclica *Rerum Novarum*, publicada pelo Papa Leão XIII nos finais do séc.XIX, destacou-se, sobretudo, por se ter empenhado activamente na criação de um corpo próprio de actuação para a profissão, abrindo deste modo as condições para a legitimação de uma identidade profissional que lhe permitia autonomizar-se profissionalmente.

Na sua totalidade, os clássicos do Serviço Social deram adequadamente um contributo muito especial para a construção da profissão, não só no campo das metodologias profissionais, mas também na produção de um modelo de intervenção profissional que recorria às sinergias de índole conservadora e à produção científica das Ciências Sociais e Humanas dominantes, a fim de criar um

corpo teórico/metodológico do Serviço Social que servisse de “moldura” teórica ao processo de intervenção profissional e que, ao mesmo tempo, atribuía um significado ideológico ao discurso e à imagem do Serviço Social.

No campo epistemológico e no quadro dos países com uma linha de actuação profissional de perfil conservador, no período dos anos 50-60 foi construída uma interacção com os conhecimentos cientificamente instituídos e socialmente legitimados. Esta interacção desencadeou no Serviço Social uma dinâmica de produção que foi reproduzida nas revistas da especialidade, mais dirigida para o desempenho técnico, funcional e operativo promovido no campo da actuação profissional, do que para uma pesquisa de ordem teórica ou metodológica. O facto de a sua postura profissional se caracterizar por ser mais operativa do que crítica facilitou a criação de um sistema de vasos comunicantes que se alargava às redes de poder político, à sociedade política, à sociedade civil e religiosa e às franjas de população mais fragilizadas económica e socialmente. Por isso mesmo, do ponto de vista institucional e ideológico, o Serviço Social assumiu um protagonismo sintomático no processo de controlo social. Daí lhe ter sido atribuído, por parte da comunidade científica, da comunidade política e da sociedade civil, um carisma profissional muito particular que, sendo por vezes redundante pelo peso assistencialista que incutiam à sua imagem social, resultava fundamentalmente da sua capacidade de:

- ✧ articular a sua imagem histórica com a reformulação da sua actuação;
- ✧ renovar as lógicas teóricas e ideológicas em que se fundamentava o seu pensamento social.

Em termos da produção intelectual, esta não se esgotou quando a escola clássica passou a ser objecto de uma crítica intelectual dentro e fora do Serviço Social. Conduzida por um movimento reformista liderado pelo Serviço Social latino-americano, esta crítica exerceu a sua influência sobre a generalidade do Serviço Social e de forma especial no modelo em que o eixo doutrinário exercia um peso ideológico no exercício profissional. Era o início do plasmar político do marxismo na área do Serviço Social. A partir de então, tomou formas consistentes, não só um processo de autoavaliação profissional que se singularizou pela sua postura bastante crítica relativamente aos posicionamentos ideológicos cultivados desde a sua origem, mas também uma defesa da

construção de alternativas de intervenção que se deveriam fundamentar no método científico e legitimar pelas mudanças introduzidas no seu *ethos* político.

Assiste-se assim a uma mudança nos paradigmas científicos e nas matrizes de pensamento social que corresponde a uma fase de colocação científica no processo de passagem da ciência da modernidade para a ciência pós-moderna. Foi, por assim dizer, o desmantelar da complexidade em que se encontrava envolto o Serviço Social para dar lugar à construção de outra forma, também algo complexa, de enfrentar as exigências científicas, económicas e sociais do pós-modernismo.

A sua posição no contexto pós-industrial foi marcada por um movimento crítico ao papel exercido pelo mesmo Serviço Social na reprodução de um modelo de gestão social das desigualdades que, através da assistência e do assistencialismo, assegurava a própria reprodução das desigualdades. Este movimento crítico, que defendia a autonomia política do Serviço Social como profissão, ao analisar as formas de intervenção e as estratégias dominantes utilizadas na esfera da intervenção por parte do Serviço Social europeu e americano precipitou a necessidade de dar consistência intelectual às suas análises. Nesta medida pode constatar-se que, nos finais dos anos 60 e durante os anos 70, começou a surgir uma nova linha de produção de conhecimentos a qual, oriunda da América Latina, se projectou tanto pela maioria dos países europeus, como no âmbito da própria realidade norte-americana.

Pode mesmo dizer-se que, a partir destes movimentos críticos que estiveram na origem do processo de reconceptualização¹⁶⁴ do Serviço Social liderado pelos países latino-americanos, e muito corporeamente pelo Brasil, a produção teórica sobre o Serviço Social acabou por se tornar bastante intensa e significativa. Não obstante estar apoiada numa linha de pensamento ideologicamente comprometida com uma perspectiva marxista, a produção de conhecimento na área do Serviço Social traduzir-se-á na construção teórica de novos processos metodológicos que se distanciam dos modelos clássicos pelo seu novo reordenamento ideológico e pela recriação do seu objecto. Neste âmbito, o objecto do Serviço Social passou a ser a sociedade e a intervenção passou a ser definida como de carácter transformador. Portanto, a produção teórica realizada no contexto latino-americano vai ser referenciada por estes pressupostos e daí o papel inovador que passou a ter no campo do

¹⁶⁴ Estes movimentos de reconceptualização assumiram um significado político muito preciso depois da divulgação do Documento de Araxá e de Teresópolis que define novas linhas de orientação ideológica para o Serviço Social.

redimensionamento da profissão. Contextualmente abriu-se assim o espaço para a formação de um clima que proporcionava um choque entre uma cultura conservadora e uma cultura marxista. Se no quadro da cultura conservadora se destacou um conjunto de autores que deram corpo a uma visão de intervenção profissional de carácter reparador ou compensador já anteriormente referidos, neste novo quadro de construção de uma intervenção transformadora destaca-se um outro conjunto de autores tais como, entre outros, Ander-Egg, Natalio Kisnerman, Boris Lima, Paulo Netto, Vicente Paula Faleiros¹⁶⁵, que na sociedade contemporânea se tornaram figuras de referência na história da produção teórica do Serviço Social. Centrados na perspectiva de que o Serviço Social deveria focalizar a sua acção na emancipação social, tomam como argumentos as relações Estado/Sociedade para organizar e legitimar uma nova corrente ao nível do Serviço Social que apostaria na ruptura com o perfil assistencial que tradicionalmente caracterizava a corrente conservadora do Serviço Social.

Por conseguinte, a construção social de um movimento alternativo ao modelo clássico do Serviço Social caracterizou-se por defender uma postura política de índole radical e ainda por defender a utilização do método científico como vector de qualificação do investimento por si realizado no campo da pesquisa teórica. Neste sentido - e apesar de o eixo que a partir de então passou a atravessar o processo de pesquisa estar muito centrado numa análise reflectida sobre as novas orientações ideológicas que deveriam preencher a “alma” política do Serviço Social - o certo é, porém, que a forma como se expandiu a sua produção seguiu estratégias diferenciadas. Ou avançou sobre o campo metodológico, como no caso de Boris Lima e de Natalio Kisnerman, ou sobre a ideologia, como no caso de Ander-Egg ou Paulo Netto, ou ainda sobre o campo da qualificação da intervenção, como no caso de Vicente Paula Faleiros. Mas, na sua globalidade, as práticas profissionais foram então consideradas como um produto final da investigação que deveria preceder a intervenção. Portanto, a acção tomou uma estrutura piramidal em que no cimo estava a investigação, na base a intervenção, e os lados laterais eram constituídos pelas práticas. É no fundo um desafio político que surge como decisivo para ultrapassar a situação de “caos” controlado, desencadeado pelos movimentos críticos¹⁶⁶.

¹⁶⁵ Este conjunto de autores destaca-se pela sua firmeza na defesa de construção de modelos alternativos de intervenção profissional que se afirmassem pela qualificação científica da acção.

¹⁶⁶ Por movimentos críticos entende-se os movimentos de reconceptualização do Serviço Social emergentes na América Latina e Brasil.

Na prática, a afirmação desta nova cultura científica no Serviço Social veio permitir a sua integração no ensino universitário. Daí que as preocupações sentidas pela geração dos anos 70 sobre a produção de conhecimentos, a formação e a investigação na própria área do Serviço Social tenha sido avocada como preocupação central das gerações de assistentes sociais da América do Sul, que tiveram um protagonismo no campo teórico da recriação ideológica do Serviço Social. Por este motivo, na globalidade dos países onde o Serviço Social adquiriu uma formação universitária e onde o desenvolvimento do espírito de análise se tornou mais expressivo e o corporativismo profissional mais profundo, passou então a evidenciar-se uma cultura de Serviço Social na qual era dada uma maior ênfase à produção teórica. Estruturou-se então uma inteligibilidade neste modelo de Serviço Social que produziu outras formas de sobre ele falar. Ou seja, deixou de ser separado pela interdisciplinaridade e pelo discurso produzido, tornando-se notória a simbiose produzida entre a realidade específica e a periférica.

Mas as transformações que se foram operando no universo da cultura do Serviço Social deram origem a uma bifurcação na estética da sua investigação, isto é, surgiu uma corrente de investigação mais dirigida para o interior do Serviço Social e outra que se focalizou mais sobre a realidade a partir da qual o Serviço Social pode intervir. Logo, o processo de produção de conhecimento passou a ser heterogéneo, não deixando contudo de interferir sobre o modelo de formação académico dos assistentes sociais. No entanto, ao nível do modelo francófono, como no anglo-saxónico e no sul-americano, foi mantido um interesse comum e contínuo em aprofundar os investimentos intelectuais produzidos na área do Serviço Social e em alargar a sua propriedade intelectual. No âmbito do modelo francófono, tornou-se referência histórica a revista "*Service Social dans le monde*", editada desde o ano de 1941 na Bélgica, a qual se distinguiu por ter projectado uma cultura profissional que traduzia a relação do Serviço Social com o Estado, o mercado e a comunidade, e um modelo de intervenção que, por não apostar na emancipação social das classes mais desfavorecidas, se integrava no exercício social de manutenção de um equilíbrio entre Estado e Mercado. Contraditoriamente, a absorção das influências do movimento de reconceptualização latino-americano no modelo francófono recriou-se dentro dum espectro conservador que, não interferindo sobre o mercado, defendia sobretudo uma política de investimentos no sector social por via da criação de uma política pública de bem-estar que assegurasse os padrões

de vida social (Campos,Correia:2000). Por sua vez, o processo de difusão da governamentalização das políticas de intervenção social instituído no quadro dos países europeus fez emergir um papel executor que o Serviço Social passou a desempenhar no âmbito do processo de regulação social.

Deste modo, e perante a construção social e política de modelos diferenciados de intervir ao nível da gestão das desigualdades, abriu-se o espaço necessário para o surgimento de duas correntes internas ao Serviço Social, as quais se vinham a diferenciar por utilizar processos distintos no trabalhar dos investimentos teóricos. Uma, de cariz crítico, que conduziu no imediato a um processo de auto-avaliação profissional relativamente aos posicionamentos ideológicos cultivados e que manteve uma produção centrada no corpo do Serviço Social. Nela se destaca a produção francesa dos anos 60 e 70 sobre as questões do desempenho exercido pelo Serviço Social na regulação dos conflitos sociais, com especial relevo para:

- ✧ *Les Polices des Familles*, de Jacques Donzellot;
- ✧ *Service Social Contrôle Social?*, da Association Nationale des Assistants de Service Social,
- ✧ *Le Social en Plan*, de Bruno Jobert;
- ✧ *La Clientèle du Service Social*, de Jacotte Bobroff e Micheline Luccioni.

Outra, de cariz reformista, mais ligada a uma produção que se focaliza nas competências do Serviço Social no quadro das políticas sectoriais e que opta por um processo de desdogmatização do teor corporativista que tinha sido vivenciado pelo Serviço Social francófono e da Europa Ocidental até ao período da Segunda Guerra Mundial. Nesta corrente enquadra-se o modelo anglo-saxónico, cuja produção de conhecimento está sintonizada com o próprio modelo de formação académica. Isto é, os grandes investimentos são feitos nas áreas de especialização ou das situações implicitamente ligadas ao exercício profissional. As grandes apostas fazem-se na qualificação profissional como meio de assegurar uma relação de paridade com os campos profissionais que partilham com o Serviço Social uma intervenção no terreno. Imbuído de um certo pragmatismo intelectual, gere os seus interesses no sentido de privilegiar a qualidade da acção, sem que para isso tivesse excluído a importância da dimensão da anatomia dos modelos de actuação e das metodologias dos processos de intervenção profissional. Consequentemente, os seus investimentos

teóricos orientaram-se no sentido de uma produção circular ao Serviço Social. Por isso mesmo, este processo de produção teórica não se autonomizou. Mais concretamente, criou com as Ciências Sociais uma cumplicidade intelectual que, apesar de poder ser analisada como vantajosa para o Serviço Social pelos resultados do “deve” e do “haver” obtidos na construção de uma postura investigadora, pode também ser considerada como penalizadora pela posição de subsidiariedade que interiorizou no quadro da lógica de afirmação dos poderes intelectuais das Ciências Sociais.

Mas, se por um lado se criaram dificuldades na definição da propriedade intelectual do Serviço Social, por outro a questão da produção não foi afectada. Distanciada de uma especificidade, ou engajada num pressuposto de especificidade, a produção de conhecimento pelo e no Serviço Social seguiu estilos diferenciados de investigação: **um endógeno** e concordante com a sua idiossincrasia, **outro exógeno**, mais sintonizado com uma dimensão holística e com a sua ignescência social.

Porém, independentemente da diversificação no estilo, a investigação e a produção teórica no Serviço Social continuaram a ter uma função activa que, apesar de estar assente numa actividade continuada, se traduz actualmente num processo de:

- ✦ revitalização da sua memória social e histórica;
- ✦ renovação da sua centralidade no espaço das ciências sociais;
- ✦ recriação dos seus modelos e processos de intervenção;
- ✦ actualização das suas teorias.

Ao nível da Europa Central, a produção teórica foi-se focalizando essencialmente na reconstrução do desempenho profissional e na revitalização das questões ligadas às competências, legitimidades e procedimentos profissionais. A este nível pode referenciar-se, entre outras, as obras de:

- ✦ Sarah Banks, *Ethic and Values in Social Work*;
- ✦ Brigitte Bouque, *Assistante social aujourd'hui* ;
- ✦ Hélène Hatzfeld, *Construire de nouvelles légitimités en Travail Social*;
- ✦ Neil Thompson, *Understanding Social Work*;
- ✦ David Howe, *An Introduction Social Work Theory*;
- ✦ Malcon Paynes, *A modern theory of Social Work*.

No seu conjunto vão desenvolver novas teorias, novas concepções de práticas e novas formas de colocar a relação do Serviço Social com a comunidade científica e a comunidade académica. Na Europa do Sul, as estratégias de investigação e de produção passaram essencialmente por se sustentarem nas referências paradigmáticas de produção de conhecimento na área das ciências sociais e por testá-las no campo do Serviço Social. Daqui resultou uma estratégia de cooptação das novas teorias emergentes nas diferentes áreas do conhecimento para o campo do conhecimento no Serviço Social, sem nunca as integrar como unidades isoladas. Desta cooptação surgiu a formação de um conhecimento objectivo que se tornou pertença de um desenvolvimento da capacidade de formar representações que reflectam o mundo objectivo do Serviço Social e a sua reacção em forma de acção. Nesta linha, posiciona-se a obra *“Servicio Social y Modelo Sistémico”* da italiana Annamaria Campanini e de Francesco Luppi. Na Europa do Norte, a cultura investigadora do Serviço Social aproxima-se mais do modelo norte-americano em que os investimentos se orientam particularmente na qualificação do desempenho profissional. Por isso mesmo, tornam-no no epicentro da sua produção de conhecimentos e a investigação produzida orienta-se essencialmente em torno das problemáticas sociais com que os assistentes sociais trabalham, com o objectivo de definir os processos de intervenção mais adequados. Em termos da América do Sul, a produção do conhecimento está atravessada por dinâmicas de ordem política e ideológica, daí fazer uma simbiose entre as realidades particulares do Serviço Social e as realidades conjunturais e ético-política que circundam os problemas sociais. Neste contexto geográfico, a produção teórica tem um percurso que, sendo denso em termos de produtividade, se singulariza porém por ter desenvolvido um modelo marxista de Serviço Social que, contraditoriamente, foi objecto de estudo e análise por parte do Serviço Social inglês (Howe:1987).

No caso específico da sociedade portuguesa, o Serviço Social português enfrentou a sua crise de confronto com os anátemas políticos do passado, assumindo como paradigma um modelo de Serviço Social que, pretendendo ser de ruptura, era um produto da sua dificuldade em gerir os bens do conhecimento e a economia das ideias. Historicamente sustentado numa perspectiva conservadora em que a autoridade do Estado inibia a desconstrução das teorias, a recriação do Serviço Social Português na sociedade pós-moderna conduziu a uma ideia de resistência contra a capitulação da conceitualização clássica do seu pensamento. Rodeado de uma linguagem crítica, sem desenvolver uma posição

firme relativamente às relações do poder, construiu um cenário de ressonância no qual desvirtualizou as suas práticas profissionais e deu ênfase aos limites do estruturalismo, ao mesmo tempo que resgatava no pós-marxismo o discurso marxista cultivado nas realidades latino-americanas. Isto significa que as mudanças de contexto político criaram a ilusão profissional de que a criação da diferença dentro da mesma sociedade só poderia ser possível se a sua expressividade estratégica se materializasse numa relação de complementariedade entre a hermenêutica e o projecto científico baseado na teoria.

Na verdade, o programa teórico da desconstrução ideológica das suas práticas desfez as emoções primárias criadas pela mudança de regime político, mas não criou uma ruptura, nem tão pouco uma viragem necessária no interior das suas inquietudes profissionais e académicas. As suas concepções doutrinárias e ideológicas tiveram uma continuidade temporal de tal forma que exerceram repercussões duradouras e fecundas na sua representação social. A persistência deste fenómeno dificultou o equilíbrio entre a gestão da sua mística e a imagem contraditória que pretendia, por pressões do movimento de reconceptualização, desenvolver uma perspectiva de natureza científica para o Serviço Social Português.

O medo de um vazio de existência produziu um efeito espiral que, sendo dicotómico na fase dos anos 80-90 por se terem criado alternativas diferenciadas para a colocação da sua redescoberta, se tornou consensual no que dizia respeito à sua revitalização. Foi neste contexto de interesses partilhados que se consagrou o seu novo estatuto académico, o qual, não tendo sido fruto dos investimentos do Serviço Social Português em matéria de investigação ou de produção teórica no e do Serviço Social, não deixou todavia de lhe criar novas obrigações intelectuais. A forma como mitigou esta questão tornou-se paradoxalmente simples, apesar de simultaneamente difícil. Isto é, ao ser integrada no ensino universitário, criou por um lado um falso sentido de posse sobre o território científico sem desconstruir devidamente o seu espaço neste território ou, mais especificamente, sem determinar como deveria defender ou construir a sua propriedade intelectual; por outro lado, e como resultado dessa não desconstrução, mitigou a importância do uso do pressuposto básico a que devem corresponder as suas ambições académicas e profissionais.

Em termos práticos, pode-se apontar a existência de uma produção teórica que, não tendo um peso muito expressivo, espelha as influências das correntes francófonas, anglo-saxónicas e latino-americanas na cultura de investigação do

Serviço Social português. Por esse facto, a sua propriedade intelectual, sendo difusa, não é especificamente atípica, mas reflecte a interacção criada consigo mesmo e com as diferentes Ciências Sociais e Humanas. Não é propriamente um problema de *ethos*, mas talvez de pluralização do seu pensamento. A dominância das visões instituídas retrata:

- ✧ a forma controversa como se posiciona no pensamento crítico contemporâneo;
- ✧ a forma como investe na sua representação cultural e intelectual;
- ✧ a forma como posiciona a sua área epistemológica.

Por isso mesmo a investigação no Serviço Social não é de todo uma sua construção na sociedade contemporânea. Ela sofreu dinâmicas culturais e simbólicas de acordo com as mudanças que se foram operando no tecido cultural e científico da sociedade moderna e pós-moderna. Os seus paradigmas acompanham as relações de dominância no quadro do universo científico. Por sua vez, a sua produção teórica traduz a realidade diversificada do Serviço Social, as suas opções estratégicas de afirmação e de qualificação e a sua relação com as Ciências Sociais e Humanas. Se for seguida a lógica do consumo do conhecimento, poderemos concluir que houve fases da vida do Serviço Social em que este foi mais produtor de conhecimentos, outras existem em que se tornou mais consumidor, o que pode ser entendido como um produto de uma interacção criadora de uma cultura pública (Afonso:2002).

2.8 | Síntese conclusiva

A assimilação do exercício da intervenção social pelas políticas públicas de ajuda social levou a que os problemas sociais tivessem sido reconhecidos como elementos perturbadores da ordem social, desagregadores da ordem económica e desestabilizadores da ordem política. Como resposta, o Serviço Social gerou um reforço de intenções no sentido de revitalizar uma política de intervenção que se suportava em apoios de carácter material. Estes apoios complementavam-se com outros apoios, mas estes de ordem moral e social, como meio de atribuir uma expressão e um significado humanitário ao perfil da intervenção social desenvolvida pelos assistentes sociais. O objectivo era desvirtuar ideológica e socialmente as situações geradoras ou potenciadoras de algum mal-estar. Para o

efeito a individualização foi utilizada pelos assistentes sociais como estratégia de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, mesmo que para isso houvesse recurso à família e fosse utilizada uma assistência intuitiva como patamar para uma intervenção de teor humanista.

Tomando a intervenção como propósito fundamental da profissão, o Serviço Social ao longo da sua trajectória estabeleceu com a mesma uma relação de cumplicidade, a qual interferiu, não somente sobre a sua construção identitária, como também com a sua imagem cultural. E, se numa primeira fase a intervenção fez com que a relação do Serviço Social com a assistência se tivesse transformado numa relação equivocada, já numa segunda fase o Serviço Social tornou-se no elemento que agregava a assistência ao exercício social da intervenção. Esta alteração na correlação entre convergência e divergência e entre Serviço Social e assistência fez com que a imagem profissional dos assistentes sociais se flexibilizasse em consonância com a fragmentação dos seus modelos de actuação. Assim se compreende que o exercício da assistência se tivesse autonomizado em termos de actuação profissional, fazendo no entanto parte do todo da intervenção profissional dos assistentes sociais. Isto é, emancipou-se como modelo de actuação e criou um território onde se expandiu sem que pusesse em causa o desenvolvimento das outras linhas de actuação profissional.

Todo este processo de segmentação das práticas de actuação dos assistentes sociais não alterou os seus traços culturais na medida em que a profissão continuou a ser entendida como um processo de regulação da exclusão e da desfiliação social. No entanto, ao querer agir com especificidade, criou continuamente uma aproximação ao universo da produção do conhecimento, tornando-se mais agente receptor do que produtor de conhecimento, mas não alheado do mundo da investigação. E, da mesma forma que dissimuladamente enriqueceu a sua cultura do conhecimento, este enriquecimento contribuiu também para as alterações que se processaram, tanto na cultura da identidade profissional, como nas sub-culturas da profissão, permitindo também a diversificação dos modelos culturais de acção profissional. Contraditoriamente, a recriação da sua identidade profissional tornou-se responsável pelo facto de a sua forma de agir se distinguir da dos outros profissionais sociais. Nesta recriação foi feita uma separação entre a identidade global da profissão como profissão de intervenção e de transformação, a identidade geracional que traduz formas, não episódicas, mas temporárias, de consolidação de uma forma de agir profissional e as identidades locais que fazem com que o Serviço Social português tenha

diferenças relativamente ao norte-americano, sul-americano e o europeu, e ainda, dentro do europeu, relativamente ao inglês, ao sueco ou aos restantes países da Europa.

3.1 | INTRODUÇÃO

Partindo da afirmação “*tradição é um meio de organização da memória colectiva*” (Giddens:2000a:61) e considerando que a tradição no Serviço Social se iniciou com o desgaste cultural e político das suas práticas profissionais, a sua modernização – **entendida como um sistema particular de desenvolvimento**¹ – pode ser sistematizada segundo dois tipos de abordagem. Uma dessas abordagens, de características simbólicas, perspectiva a modernização do Serviço Social como o meio de compatibilização do seu arquétipo cultural com as novas construções culturais da intervenção desenvolvidas a partir da sociedade industrial². Outra abordagem, de características ontológicas, interpreta a modernização como um exercício continuado de recontextualização profissional face aos problemas de ordem que na sociedade de risco se mitigaram sobre a forma de desintegração e de exclusão. Mas, quer uma, quer outra, partilham do pressuposto de que as mudanças que se foram processando nas práticas profissionais do Serviço Social são o resultado da forma como a profissão se foi recriando no tempo. Porém, enquanto o modelo de características ontológicas enquadra a modernização do Serviço Social num processo de destradicionalização dos quotidianos de vida já incrustados³, no modelo de características míticas a modernização surge como uma resposta a uma

¹ Esta definição foi encontrada como forma de tornar conciso um entendimento dado ao processo de desenvolvimento e de recriação do Serviço Social.

² Talvez porque, não obstante o Serviço Socialter emergido no contexto de legitimação política do projecto de sociedade industrial, no quadro da construção da sua identidade cultural fez uma simbiose entre o modelo cultural do exercício da ajuda social projectado na sociedade pré-industrial – o que explica a invasão do assistencialismo e da assistência nas suas práticas profissionais – e as novas dinâmicas culturais que favoreceram a colocação da promoção social no centro do exercício da intervenção social.

³ Porque este cenário começou a ser construído na passagem da sociedade industrial para a sociedade do risco.

necessidade de concordância entre as práticas de intervenção que legitimam as transformações do presente e as práticas de intervenção que visam organizar no tempo o futuro do exercício da regulação social. Sem objectivo algum em desfazer o contraditório existente nestas duas dimensões de interpretação antropológica da morfogenia do processo de transformação do exercício profissional do Serviço Social, e como forma de se apreender a ligação do passado/presente ao futuro, torna-se importante realçar como a profissão foi reconstruindo a sua existência no contexto de uma cultura de intervenção onde as questões de risco não podem ser convertidas em questões de ordem, tal como defende Beck (2000:10), ou seja, como se contextualizou face ao imperativo epistemológico da Revolução Tecnológica e Informacional e da dinâmica cultural adstrita à Globalização. O mesmo será dizer como enfrentou os efeitos das alterações na realidade social e como compreende a realidade em transformação. Ou então, de uma forma mais precisa, como encontrou as respostas que criou para intersectar os fenómenos societários microcósmicos sem deixar de estar implicado no projecto político, económico e cultural da construção da sociedade do risco.

Por isso mesmo, neste capítulo, as duas grandes questões da contemporaneidade do Serviço Social - que se consubstanciam na contextualização do exercício profissional no presente e da sua projecção no futuro, na sua relação com a modernização e com a Globalização - tornam-se por si mesmos inevitáveis para melhor se compreender a desconstrução e reconstrução do exercício profissional dos assistentes sociais.

3.2 | Serviço Social: Modernização

A idiossincrasia do Serviço Social, quando este se legitimou profissionalmente num contexto em que, em matéria de intervenção social, algumas das suas tradições foram reinventadas⁴, passou por este motivo a reflectir a relação estabelecida entre a sua exterioridade profissional e o processo de recomposição das práticas de intervenção do passado⁵. Isto é, fez uma mediação que permitiu aos modelos de acção enquadrarem-se em cenários institucionais que deveriam assegurar a transformação das situações que

⁴ Consideram-se tradições reinventadas todas as que, já tendo origem em tradições inventadas, e que Giddens (2000a:90) define como não sendo deliberadamente construídas, se recriaram e se tornaram novamente consistentes, como seja a transformação epistemológica da assistência e do assistencialismo.

⁵ Recomposição esta que se processou de acordo com as balizas culturais por onde se regeu a afirmação da sociedade industrial.

geravam mal-estar social. Por isso mesmo, enquanto as suas práticas de intervenção passaram a reflectir o produto de uma destradicionalização do processo de intervenção social gerado pelas alterações operadas na ordem cultural, as suas balizas metodológicas passaram a ser definidas tendo como referência um processo de criação que se particularizou por ter adoptado e se ter adaptado às finalidades profissionais, os processos metodológicos⁶ construídos pelas ciências humanas e sociais⁷. Na prática, e tendo em vista a importância de criar o seu próprio espaço profissional sem se omitir do ambiente cultural e científico onde se integrava, conciliou estrategicamente a destradicionalização das práticas de intervenção e do conhecimento para se projectar como uma profissão com capacidade de desempenhar o exercício da sociabilidade como meio de agir sobre as modulações da vida social que se foram processando ao longo da sociedade industrial. Mas o facto de ter compatibilizado destradicionalização com recriação e as suas práticas profissionais se terem tornado determinantes na conciliação entre modelo social e recursos institucionais, levou a profissão a assumir-se como elemento de charneira na organização da dita sociedade do bem-estar (Chopart:2000). Daí que se tenha configurado como uma profissão que, embora actuasse sobre o presente, estava simultaneamente a preparar o terreno social do futuro. Paradoxalmente, a facilidade com que internamente geria a coexistência destes dois poderes, isto é, o de actuar sobre o presente e o futuro, não foi devidamente sublinhada quando, por motivos relacionados com a sua desconstrução, se afirmou como uma profissão de síntese (Mouro:2001)⁸. Não era então contemplado o alcance das suas discontinuidades relativamente às culturas tradicionais, nem tão pouco era enfatizada a correlação por si feita quanto à forma como ligou o tempo e o espaço com os sistemas sociais. Isto terá sucedido porque na prática a composição do Serviço Social se integrou num processo de decomposição do modo de pensar a organização institucional na sociedade. Não pode, por isso, ser considerado um acaso o facto de a composição profissional e a decomposição da sociedade terem vivido em “paredes-meias”. Este convívio, se por um lado não comprometeu as perspectivas do Serviço Social sobre a sua apropriação

⁶ Neste contexto integra-se o exercício profissional do assistencialismo, – entendido este como uma forma ideologicamente mais estruturada de exercer a caridade – que, ao ser aglutinado pelo Serviço Social passou a fazer parte das práticas de intervenção profissional conduzidas pelo Serviço Social.

⁷ Ou seja, reconstruiu os seus processos metodológicos de intervenção profissional como meio de manter activa a simbiose entre a cultura científica da sociedade industrial e as suas necessidades de reconstrução profissional.

⁸ Esta classificação como profissão de síntese deriva da dificuldade em definir as especificidades do Serviço Social e surge do produto da simbiose que sempre fez das aprendizagens adquiridas ao nível de diferentes áreas disciplinares.

profissional relativamente ao processo de intervenção social, gerou contudo algumas dificuldades na compreensão do seu processo de destradicionalização.

Partindo, contudo, da premissa de que destradicionalização deve ser entendida como um processo social que visa uma modernização que não implica uma ruptura quer com o passado, quer com a memória e a tradição, mas sim uma sua sujeição a uma nova lógica de interpretação e de intervenção (Fortuna, 2001:234), pode-se então considerar que a metabolização institucional e cultural que o Serviço Social foi produzindo durante o seu processo de modernização corresponde a:

- ↗ as exigências de transformação com que se foi confrontando no tempo e no espaço,
- ↗ um processo de destradicionalização que foi gerindo também no tempo e no espaço.

Isto é, corresponde à forma como se foi recriando face à projecção de uma política global que se particulariza por, da mesma maneira que investe na reconstrução da semelhança, produzir igualmente o reforço da diferença. No entanto, como o seu processo de destradicionalização profissional não deve e não pode ser confundido com a dinâmica de destradicionalização da sociedade pré-industrial, até pelo simples facto de ter emergido neste mesmo contexto, pode, portanto, ser acoplado a um sistema de modernização que está na base de “... uma mudança na sociedade industrial, a qual ocorre sub-repticiamente e de modo não planeado no acordar de uma modernização normal...”Beck (2000:3)⁹. Por conseguinte, e independentemente de se poder integrar a institucionalização do Serviço Social no contexto da destradicionalização da sociedade pré-industrial, o certo é que, no que se refere à sua destradicionalização profissional, esta foi-se realizando em sintonia com a dinâmica de modernização que acompanhou o evoluir da sociedade industrial. Daí poder-se afirmar que a destradicionalização e a modernização que se desenvolveram no habitat profissional do Serviço Social tenham decorrido em simultâneo com a sua inscrição no processo de transformação cultural da gestão das desigualdades. Mas, tanto a modernização como a destradicionalização, apesar de não estarem intrincadas dentro de uma mesma lógica conceptual e o seu significado ser distinto, não permitiram contudo que fecundasse a utilização falaciosa de uma postura “transideológica” onde se

⁹ Modernização normal, dado o autor ter criado uma diferenciação entre modernização normal e reflexiva.

suportava o quotidiano profissional¹⁰. Isto significa que, enquanto a destradicionalização não contempla um alinhamento efectivo das variáveis do tempo e do espaço, nem tão pouco uma ruptura com o passado, já a modernização se caracteriza por utilizar um processo de distensão do tempo e do espaço, criando conexões entre diferentes contextos sociais e diferentes formas de perspectivar a acção em função do momento presente. De uma forma mais pragmática pode-se dizer que, se a destradicionalização ajusta e reconfigura o significado social do passado da profissão e da sua tradição em matéria de intervenção social¹¹, por sua vez a modernização desnormaliza as formas de actuação profissional através de uma reestruturação da acção. Por isso mesmo a destradicionalização do Serviço Social só começou a acontecer a partir do momento em que a profissão se confrontou com a sua memória histórica e se viu na necessidade de a interpelar¹² e de reajustar a sua identidade em função da reconfiguração do significado profissional do passado, ou seja, mais especificamente na recta final da sua fase de qualificação, quando surgiram novos estilos de actuação¹³ profissional como resposta às novas necessidades decorrentes de uma reformulação ideológica dos mecanismos de regulação social (Mouro:2004). Por esse motivo, fez com que as práticas profissionais articulassem os processos metodológicos tradicionais com a dinâmica de recriação das práticas de intervenção social¹⁴.

Mais concretamente no que diz respeito à sua modernização, esta foi-se processando, e processa-se ainda, em conexão com a emergência de novos modos de pensar o exercício da intervenção profissional, como afirma Fortuna (2001:235): *“se a destradicionalização moderniza, ela não é modernização em si.”* A destradicionalização e a modernização podem ser confluentes, mas não o são necessariamente. Daí que, no caso específico do Serviço Social e uma vez que a sua destradicionalização se contextualiza no âmbito da confirmação da sua modernização¹⁵, particulariza-se por:

¹⁰ E que foi responsável pelas alterações que se foram processando na fisionomia do exercício profissional dos assistentes sociais.

¹¹ Na prática condiciona a possibilidade de inverter um ambiente estático, onde o passado é gerido como meio de não desvirtuar a dimensão simbólica da profissão.

¹² Especificamente através das obras publicadas sobre as questões da génese e evolução do Serviço Social.

¹³ Estes novos estilos de actuação estão directamente relacionados com as novas formas de organização da intervenção social.

¹⁴ O que faz com que se compreenda o facto de os investimentos produzidos pelo modelo de Serviço Social anglo-saxónico visarem, não só o reforço da qualificação do “case-work”, como também a sua utilização para produzir conhecimento através da acção.

¹⁵ Isto é, anos 60-70, pressionados pelos movimentos de reconceptualização do Serviço Social emergentes na América Latina.

- ✧ reflectir a vontade por si demonstrada em preservar a sua individualidade profissional;
- ✧ se suportar numa gestão concertada das pressões externas que interferem, quer sobre o seu significado profissional, quer sobre o compromisso que estabeleceu com o presente;
- ✧ articular a sua imagem patrimonialista com a imagem de modernização que foi produzindo.

Uma vez entendida **como uma questão inacabada que decorre da forma externa como responde à desproblematização do questionamento a que está sujeita por interferência da recriação dos processos de transformação da sociedade e da circularidade do conhecimento**, a modernização do Serviço Social desenvolveu contornos irregulares na sua legitimação que podem ser interpretados, em alternativa, como:

- ✧ consequência de uma instrumentalização da sua prossecução originada pela desqualificação tecno-económica da sociedade industrial;
- ✧ uma opção utilizada para dar o devido relevo à sua destradicionalização.

Na prática, a modernização do Serviço Social transformou-se num meio para investir num reforço das competências profissionais no espaço da regulação dos níveis de tensão produzidos pela relação vertiginosa entre cultura de diferenciação e de igualdade. Isto significa que pode ser identificada como uma estratégia de reequilíbrio do Serviço Social que decorre da inevitabilidade de este ter que ciclicamente se reposicionar face à necessidade de ir renovando os seus modelos de intervenção profissional. Assim, e para que a modernização não fosse incompatível com a sua destradicionalização, a profissão serviu-se de:

- ✧ a condição sócio-espacial do processo de modernização que se desenrolou em sintonia com a desfragmentação económica e política da sociedade industrial;
- ✧ um processo de inovação que se confirmou culturalmente e ideologicamente na sociedade do risco¹⁶,

¹⁶ E que esteve na origem da construção da sociedade do risco gerada pela Globalização.

para incorporar uma dinâmica de concertação de interesses que, paradoxalmente, produziu uma ambivalência na produção da sua imagem profissional. Não que a ambivalência já não existisse; não estava era tão exposta, em parte porque a sua imagem patrimonial, contrariamente ao que sucedia com a generalidade das profissões¹⁷, foi conseguindo desde a sua institucionalização superar qualquer des-substancialização exercida pelo tempo. Daí que, em termos do presente, não seja invulgar o facto de a profissão ser ainda identificada segundo os parâmetros que caracterizam a sua representação tradicional e que a integram no mundo imaterial da assistência¹⁸. Por esta razão também, irreflectidamente ou não, e de uma forma particular em Portugal, quando por vezes se quer fazer menção aos profissionais do Serviço Social estes sejam ainda identificados como os profissionais da “assistência”. Este contraditório, ao mesmo tempo que revaloriza as potencialidades do Serviço Social tradicional, reforça, simultaneamente, a necessidade de:

- ✧ tornar mais eficaz a captação social da reconstrução profissional da sua imagem;
- ✧ tornar mais evidente o seu processo de modernização;
- ✧ tornar mais eficiente o reequacionamento da forma estratégica como tem conduzido a sua destradicionalização.

De uma forma simbólica e considerando, tal como Fortuna (2001:235) que *“a destradicionalização conduz a uma modernização mas que não é modernização”*, o desinvestimento na individualização, que historicamente serviu de ícone ao exercício profissional dos assistentes sociais durante o seu período de legitimação e qualificação profissional, marca o início da modernização do Serviço Social, mas não o da sua destradicionalização. No entanto, por coincidir com:

- ✧ a reorganização da expressão pública da sua cultura;
- ✧ a adaptação e a reinterpretação do seu papel profissional em função das transformações operadas no campo do conhecimento na área das ciências sociais;
- ✧ o reforço da relação de convergência criada com os diferentes modelos de desenvolvimento social e humano,

¹⁷ Como por exemplo, o caso da medicina. Os efeitos da sua modernização sobre a sua imagem desfizeram a imagem tradicional do seu exercício tornando-a numa imagem patrimonial.

¹⁸ Ou seja, no que diz respeito ao seu simbolismo.

faz com que se torne mais evidente a sintonia existente entre a sua modernização profissional e o processo de modernização da sociedade industrial. Quanto à sua condução no tempo e no espaço, este processo não assume grande relevância na medida em que ocorre de modo não planeado e não exerceu qualquer pressão sobre os propósitos profissionais, nem tão pouco criou linhas de conflito com o processo de recriação da intervenção social. Fundamentalmente consubstanciou uma reorganização da sua acção de acordo com novas formas de pensar a intervenção social. Portanto, da mesma forma que a reorganização da sua acção pode servir de barómetro ao desenvolvimento da sua modernização, permite igualmente, não só identificar os diferentes momentos por que tem passado, mas também fazer o diagnóstico cultural e ideológico de como se foi processando.

Em termos mais concretos, a expressão da sua modernização constituiu-se num elemento concreto que nos pode levar a reconhecer se:

- ✧ o desinvestimento simbólico na identidade tradicional do Serviço Social implicou ou não uma alteração nos seus atributos;
- ✧ na recriação do seu significado profissional e das suas funções se manteve ou não a valorização patrimonial.

Ou seja, permite reconhecer se a sua modernização foi acompanhada ou não por uma destradicionalização.

Mas, quanto à sua modernização, esta singulariza-se pela forma como:

- ✧ foi recriando os seus atributos profissionais;
- ✧ a repartição espacial dos seus traços culturais precisa o processo de difusão da sua modernização.

Mais especificamente no que diz respeito aos seus atributos profissionais, a sua recriação é essencialmente assíncrona porque está mais dependente da carga energética que acompanha a reconstrução dos seus propósitos institucionais do que da variabilidade dos seus vínculos na consolidação das transformações do seu pensamento. O mesmo será dizer que o Serviço Social - pelo facto de ter desenvolvido um processo de modernização que não dissolveu as ambiguidades que dificultavam a reconstrução da sua imagem profissional,

nem tão pouco contornou os paradoxos da sua configuração ideológica - quando pretendeu estabelecer novas regras para o seu exercício profissional teve de contornar dois requisitos. O primeiro está relacionado com a dificuldade sentida pelos assistentes sociais em fazer desprender a sua história profissional da história da ajuda aos pobres, como se pode ver através de uma análise evolutiva dos fundamentos que se tem atribuído ao Serviço Social¹⁹ (Sain Martin, 1999; Parra, 2001; Ander-Egg, 1995; Hatzfeld, 1998; Karsz, 2004; Castro, 1984). O segundo prende-se com a capacidade dos profissionais de demonstrarem o seu empenho em ultrapassar uma ideologia de desinteresse por uma ingerência profissional na política social²⁰ (Lima, 1976; Faleiros, 1997). Quanto aos problemas sentidos no cumprimento destes mesmos requisitos, e por serem nevrálgicos, originaram uma descontinuidade no seu plano de modernização. Por isso mesmo, o seu plano de modernização passou, em face da dessincronização das tomadas de decisão política no campo social, a ser gerido mais num âmbito local do que global. Daí que a sua modernização tenha ficado muito condicionada pela forma como a profissão passou a investir na qualificação da sua experiência profissional, (Martin, 1999; Rossel, 2001; Mondolfo, 1997), e de como se renovou em função dos contornos históricos e culturais que envolveram a recriação do sistema de gestão do social (Balestero: 2005). Mas como estes processos foram heterogêneos, dado o próprio carácter descontinuista da modernização, para se ter uma visão global da modernização do Serviço Social torna-se importante considerar como a profissão, local e globalmente, foi:

- ✧ gerindo a sua cultura de compromisso;
- ✧ resolvendo o crescimento do espaço profissional com o desenvolvimento profissional;
- ✧ mediatizando as suas dificuldades em assegurar uma produção sustentada e significativa²¹ da sua propriedade intelectual;
- ✧ conduzindo a reflexão sobre os seus campos de actuação,
- ✧ sistematizando a experiência adquirida através das práticas;
- ✧ competindo com outras profissões sociais;
- ✧ acompanhando a crise de crescimento das ciências sociais.

¹⁹ Esta análise processou-se tendo como suporte o levantamento bibliográfico do Serviço Social e tendo como balizas cronológicas 1917, quando surge o primeiro livro de Serviço Social, até aos livros editados no presente e que se colocam na área das teorias e metodologias do Serviço Social.

²⁰ É bastante visível no contexto dos movimentos de reconceptualização do Serviço Social.

²¹ Tendo como referência o crescimento da propriedade intelectual das restantes profissões sociais.

Não obstante todos estes elementos serem essenciais para que as questões parcelares da modernização não distorçam a sua função essencial, que está relacionada com a sua valoração profissional, não menos essenciais são os propósitos profissionais emergentes em:

- ✧ distorcer a imagem moralizadora e normativa da profissão que tem perdurado no tempo apesar de estar enquadrada no espaço;
- ✧ desmistificar a relação de carácter colonizador estabelecida entre as Ciências Sociais e Humanas e o Serviço Social resultante da própria competição instalada no universo das Ciências Sociais e responsável, em parte²², pelo facto de ao Serviço Social ter sido reconhecido institucionalmente, não um papel central, mas sim colateral, no estudo e análise dos fenómenos de ordem social.

Em termos pragmáticos a sua modernização revela-se através de:

- ✧ a desconstrução e a reconstrução da sua concepção de problema social que se substancia no facto de ter deixado de estar limitado aos *problemas de ordem económica*, que particularizaram a sua intervenção até à 2ªGuerra Mundial, para alargar a sua intervenção os *problemas de ordem comportamental e*, posteriormente, canalizar a sua atenção para os de *ordem social* relacionados com as questões de cidadania e da igualdade;
- ✧ a alteração que desenvolveu na sua relação com os problemas sociais, passando de uma *atitude proteccionista* para com aqueles que davam visibilidade aos próprios problemas, para uma *atitude reguladora* que exacerbou, e exacerba, a importância das reformas sociais na interacção de forças múltiplas na correcção das distorções sociais e, depois, para uma *atitude emancipatória* que corresponde a uma recuperação do individualismo moral;
- ✧ a mudança operada nas características da sua acção profissional, o que explica não só o facto de *ter deixado de agir de forma monolítica e selectiva*, limitando a sua intervenção ao universo da pobreza, mas também de *passar a desenvolver uma forma de agir franqueada* tendo em linha de conta a correlação criada entre a desapropriação do exercício da

²² Em parte, na medida em que não foi o único factor que contribuiu para a subalternização do Serviço Social no campo das Ciências Sociais e Humanas. Os outros factores estão intimamente ligados às características da relação do Serviço Social com o seu processo de afirmação e de qualificação profissional.

intervenção sobre os problemas sociais, a transformação no conceito de necessidade social, o desenvolvimento da política de investimentos em termos de recursos sociais e ainda a segmentação da acção social, assim como o de *ter acrescentado formas partilhadas de actuação* que, traduzindo-se em parcerias ou em trabalho em rede, não interferem no entanto sobre a identidade profissional, e antes pelo contrário, reforçam-na;

^ a reorganização das suas competências, *que deixam de estar predominantemente vinculadas ao exercício da acção social*, como aconteceu durante o seu período de legitimação, *alargando a sua actuação no quadro da funcionalização da política social e tornando-se elemento-chave na gestão pragmática das políticas sectoriais* para, perante uma reconceptualização da intervenção ao nível dos problemas sociais e numa fase de recriação da intervenção social, *reforçar as suas competências no exercício profissional da acção social, criar novas competências na área da gestão de equipamentos e direcção de serviços de carácter social, assim como recriar as desenvolvidas no campo da investigação e da intervenção no terreno*;

^ a transformação operada nos processos de intervenção; depois de utilizar uma metodologia em que enfatizou o uso da *individualização* como mecanismo de atomização dos problemas sociais, que esteve duradouramente subjacente no trabalho com grupos e comunidade, subalternizou-a em detrimento da *contextualização* que elegia o primado do social sobre o individual, para numa fase de requalificação da profissão se projectar no uso da *investigação-acção* como meio de reduzir a expressão praticista que era atribuída ao Serviço Social;

^ a recriação da linguagem que, ultrapassada a sua fase *intimista e paroquial*, investiu numa *forma mais estilizada que, sendo polimorfa, é simultaneamente mais tecnicista* e respondia às necessidades de um estilo de intervenção generalista, para se tornar *mais ou menos pigmentada do ponto de vista cultural e científico* de acordo com a sua saliência ideológica no processo de intervenção social, a sua inculcação institucional, bem como com a relação instituída com o corpo teórico ou profissional onde se movimenta.

Deixando de parte esta forma sincopada de reflectir sobre a questão da modernização e analisando as mudanças macro-societárias que estiveram na origem das alterações que se realizaram:

- ✧ no exercício profissional;
- ✧ nos espaços de intervenção;
- ✧ nos objectivos da intervenção;
- ✧ nas funções da profissão;
- ✧ na criação de critérios para aquisição de novas legitimidades;
- ✧ na adopção de valores e princípios ético-políticos,

e relacionando-as com:

- ✧ as transformações que se foram operando ao nível do mundo do trabalho, dos sistemas de protecção social e na relação entre público e privado na gestão das políticas sociais,

torna-se significativo o facto de a dimensão instrumental da profissão necessitar de aprofundar os seus vínculos com o projecto ético/político que se distinguiu por, ao defender os direitos sociais e da democracia, projectar novos fundamentos para o exercício profissional²³. Mas, enquanto em termos da sua modernização estes novos fundamentos surgem como uma resposta a um conjunto de determinações societárias amplas que particularizam as alterações produzidas nos traços da cultura profissional, no quadro da sua destradicionalização estes mesmos fundamentos resultam de mediações sócio-históricas objectivas e subjectivas que a profissão foi estabelecendo e recriando de acordo com a reconstrução de:

- ✧ o seu objecto,
- ✧ objectivos,
- ✧ finalidades,
- ✧ princípios,
- ✧ valores,
- ✧ orientações políticas,

²³ Estes novos fundamentos de ordem teórica, metodológica e política produziram uma reorientação nas práticas profissionais tornando-as menos estáticas e menos herméticas.

- ✧ referencial técnico, teórico, metodológico, ídeo-cultural e estratégico,
- ✧ modos de actuação,
- ✧ estilos de intervenção social.

Não obstante as modificações exercidas nos fundamentos sócio-históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social poderem ter um impacto diferente, tanto ao nível da modernização como da sua destradicionalização, esses fundamentos exerceram, contudo, uma interferência significativa sobre:

- ✧ o quotidiano profissional,
- ✧ os processos de intervenção profissional,
- ✧ os modos de actuação,
- ✧ as formas de existência profissional,
- ✧ a consciência colectiva e individual do assistente social.

Um dos primeiros traços que mais profundamente marcou, e marca, a modernização do Serviço Social está relacionado com o desinvestimento na utilização da individualização como meio de seriar os problemas sociais. Tendo esta funcionado como elemento referencial do seu desempenho profissional, foi no entanto utilizada como meio de transfiguração do político e desenvolvida como uma competência profissional que derivava do facto de o Serviço Social poder ser integrado no universo da sub-política²⁴, onde *os agentes externos ao sistema político ou corporativo estão autorizados a aparecer no cenário do desenho social* (Beck, 2000: 22). Portanto, a forma como a individualização se inscreveu na vida profissional dos assistentes sociais demonstra a capacidade dos profissionais de interferirem sobre os processos de fricção social resultantes da “lubrificação social e ideológica” do processo de industrialização. Mas, ao deixar de estar centrada no indivíduo²⁵, passou então a organizar-se em função das responsabilidades do Estado e da democracia na gestão dos problemas sociais e, posteriormente, na confirmação da legitimidade social reconhecida à construção política do conceito de cidadania. Daí que o seu exercício profissional também se tenha recriado. Ou seja, se num primeiro momento a adaptação foi adoptada como uma forma estratégica de neutralizar a cultura de conflito herdada do período da “questão social” do séc. XIX, já a integração está implicada com a

²⁴ Para Beck a sub-política significava configurar a sociedade a partir de baixo.

²⁵ Processo este que coincidiu com o impacto da afirmação da escola funcionalista no Serviço Social.

forma como o Serviço Social se posicionou face à gestão das desigualdades sociais e económicas; a inclusão, que se afirmou no contexto a que Giddens denomina de alta modernidade, tornou-se numa resposta profissional ao fenómeno de exclusão que sintomaticamente reflectia a forma como a profissão se comportou relativamente às problemáticas da diferença e da igualdade.

Pode-se assim dizer que a modernização do Serviço Social se sustentou sistematicamente no confronto da profissão com o seu passado, ou seja, na forma como na prática geriu a ressonância do seu passado sobre o presente e como optimizou essa mesma ressonância na construção do seu futuro. Se esse confronto se consubstanciou num processo de intenções de corte com o passado, tal como aconteceu com os propósitos do Movimento de Reconceptualização na América Latina, naturalmente que a sua modernização foi concebida tendo como objectivo a construção de uma nova imagem política para a profissão que interferia sobre o seu padrão cultural e que obrigava a uma reorganização do seu poder simbólico e da sua identidade. Mas se o mesmo confronto se corporizou num exercício da sua destradicionalização - tal como se processou na Europa Central, do Norte e Ocidental, assim como no âmbito da sociedade norte-americana - a recriação do seu exercício profissional foi usada como um modo de reorganização da intervenção profissional tendo em vista o seu futuro. Assim se compreende a revitalização da individualização na sociedade do risco que, tendo a sua raiz na sociedade industrial, se reinventou como prática de intervenção profissional objectivada para responder à forma como a massificação dos problemas sociais gera paradoxos em:

- ✧ a concepção formal e informal dos problemas sociais,
- ✧ a distinção entre problemas da sociedade e problemas dos indivíduos.

Porém, se no passado a individualização era exercida pelo Serviço Social como uma estratégia de acção que permitia consolidar uma forma singular de a profissão se deixar penetrar pelos postulados do liberalismo revertendo-os no exercício da acção social, no quadro da sociedade do risco a individualização ressurgiu como um meio de confinar os problemas à sua realidade concreta num contexto de luta entre dependência e autonomia e de desqualificação e requalificação da vida quotidiana. Por isso mesmo redefiniu-se, tendo como paradigma a reconfiguração da condição cultural do exercício da individualização. Não pode ser exclusivamente interpretada como uma resposta à contradição

existente entre a aspiração demonstrada pela expansão económica e o “desejo” de estabilidade e de coerência que passou a invadir a sociedade civil. Deve ser assumida como uma forma de intervenção social que torna mais explícita a revalorização do consumo de ajuda social e que traduz a sua assimilação pelo novo investimento cultural numa democracia das emoções e numa gestão da desfiliação social que deixou de estar consignada aos problemas sociais residuais para se estender às formas individuais exteriorizadas, ou simplesmente somatizadas, que revelam dificuldades em assegurar a qualidade emocional ao quotidiano de vida.

Por sua vez, a revalorização emocional e social do consumo da ajuda teve reflexos imediatos, não só sobre o seu exercício, mas também sobre o seu padrão cultural, o que significa que este padrão deixou de ser redutor pelo facto de ter deixado de se cingir a uma concepção cultural de ajuda que pressupunha uma intervenção ao nível dos problemas sociais associados à precariedade económica e social, assim como aos comportamentos e às condutas sociais descontínuas. Em contrapartida passou a ser associado a um processo fusional entre capacitação e desenvolvimento humano. Simultaneamente integrou-se numa estratégia de “higienização” da vida social e individual num contexto em que a articulação da auto-imagem do indivíduo com a sua imagem social tem como pressuposto o evitar do confronto, ou a sua aglutinação com, ou pela, reconstrução identitária dos problemas sociais.

E foi mais precisamente a reconstrução identitária dos problemas sociais, precipitada pelas alterações produzidas na organização do trabalho e do quotidiano social, que fez com que o Serviço Social sentisse a necessidade de se reposicionar profissionalmente perante:

- ✧ a transformação do conceito de proximidade e de distância como consequência pragmática da Globalização;
- ✧ a construção de novas competências no domínio social face à da reinvenção da profissionalidade;
- ✧ o facto de as políticas de territorialização conduzirem a novas práticas de acção social;
- ✧ o facto de a intervenção vertical criada no universo racional ser confrontada com uma intervenção globalizada prescrita sob o ideal da democracia participativa;

- ✧ o facto de o cruzamento entre descentralização e centralização das iniciativas por parte do Estado ter gerado uma complexidade na gestão do social;
- ✧ o facto de o desenvolvimento das políticas transversais ter conduzido a uma alteração na gestão da acção social.

Nesta medida, a necessidade sentida profissionalmente pelos assistentes sociais em se reposicionarem perante as novas dinâmicas políticas de gestão do social para não perderem o seu espaço profissional – e que se traduz na forma como progressivamente dentro do universo profissional dos assistentes sociais emergiu uma tendência de resistência a uma intervenção profissional sectorizada²⁶ – levou o Serviço Social a tomar consciência de que a Globalização exercia os seus efeitos sobre o presente e o futuro da sua modernização. E, perante a lógica dedutiva que considera o facto de a Globalização gerar a dissolução de espaços, identidades e práticas sociais, estabeleceu-se uma certa dificuldade em encontrar na destradicionalização ou na modernização do Serviço Social uma resposta institucional efectiva ao fenómeno da Globalização. Isto significa que a relação do Serviço Social com a Globalização se rodeou de uma certa complexidade cultural que envolve o seu contraditório quando se referencia que a profissão, ao actuar sobre o presente, prepara o futuro. No entanto, como o objectivo da Globalização em fazer colapsar a figura de Estado-Nação substituindo-a pela de Estado-Mundo (Serra:2002) fez reaparecer a valorização das identidades culturais, a destradicionalização do Serviço Social no próprio contexto da Globalização pode levar a que:

- ✧ por um lado, se compreenda que a destradicionalização do Serviço Social, ao ser fundamentalmente pressionada por factores exógenos, tem contudo correspondido a uma necessidade endógena de confirmação da importância da profissão;
- ✧ por outro lado, se desconstruam as circunstâncias que fazem com que a Globalização condicione a profissão a integrar uma rede complexa de processos que operam de forma contraditória, quando o que está em causa é a gestão das desigualdades e das incertezas.

²⁶ Saúde, habitação, segurança social, justiça, educação, trabalho/emprego.

Portanto, e porque a avaliação da dimensão relacional da destradicionalização do Serviço Social pode ajudar a determinar a sua extensividade, o uso de uma abordagem diacrónica torna-se no meio através do qual a recuperação da sua base de legitimidade pode permitir identificar, em face do reconhecimento do seu património histórico e cultural, as modificações produzidas nos seus atributos e competências profissionais. Assim, tendo como referência este mesmo património, mais facilmente se identificam as mudanças culturais e políticas que significativamente se processaram na sua imagem profissional. Partindo desta perspectiva e dando realce à sua exterioridade, o movimento de reconceptualização do Serviço Social, por ter marcado uma mudança sintomática na relação do Serviço Social com as suas hierarquias simbólicas, tornou-se no ícone da sua recriação e passou a ser assumido como elemento precipitador da sua destradicionalização. Esta associação torna-se porém menos clara se considerarmos o facto de este movimento ter surgido num contexto cultural marcado pela falência do proteccionismo da Europa “Beveridgeneana” e se ter desenvolvido num quadro conjuntural de contestação alargada a um modelo de intervenção sobre o social que não correspondia às expectativas criadas em torno do binómio democracia/igualdade no caso da Europa Central, ou da correlação entre liberalismo e o princípio da precaução no caso Norte-Americano. Também, muitas vezes associado a uma necessidade de modernização profissional, que passava por um desinvestimento nos atributos simbólicos e no uso do seu património, este mesmo movimento deve no entanto ser entendido como o resultado de uma brecha no seu espaço colectivo, a qual resultou da diversificação da sua identidade cultural local e alterou a geografia ideológica da profissão. Mas, apesar de não poder ser integralmente assumido como um ícone da destradicionalização ou da modernização do Serviço Social, não pode, contudo, deixar de ser considerado como um ícone de um processo de dinamização e mobilização dos assistentes sociais, o qual visava:

- ✦ a recriação cultural das práticas de intervenção social,
- ✦ a reinvenção da imagem política e profissional do Serviço Social.

Surge deste modo a possibilidade de se optar por relacionar o impacto produzido pelo movimento de reconceptualização no Serviço Social com o processo de destradicionalização da profissão, ou mesmo da sua modernização. Mas esta opção pode por si mesma ser condicionadora, uma vez que transfigura

ou reconfigura a profissão a um espaço de ilusão deliberada que, apesar de suprimir as imperfeições profissionais, não incorpora o contributo dado para a compreensão da sua heterogeneização cultural. Está, por sua vez, condicionada por um sintoma que resultou de um processo de descompressão política que traduzia uma reacção a um sistema de colonização política e económica que foi “invadindo” a América Latina durante a sociedade industrial. Portanto, e partindo da realidade de que existe um “antes” e um “depois” do reconhecimento do movimento de reconceptualização do Serviço Social, este deve ser assumido como um epifenómeno que faz parte da constelação criada pelo fenómeno de modernização e de destradicionalização do Serviço Social, não como um marco cronológico dessa mesma destradicionalização ou modernização.

Como, todavia, existem momentos de desequilíbrio entre modernização e destradicionalização, a sua atomização torna-se na condição necessária para substanciar os seus cenários de organização, de adaptação ao meio e de apropriação sobre a sua recriação. Por isso, e como se pode compreender, a destradicionalização do Serviço Social deve ser consagrada a dois níveis, a saber:

- ✧ o global
- ✧ o local

Ao nível do global, a dissecação deste fenómeno, para além de não poder ser descontextualizada dos processos de recriação do modelo económico, cultural e político de intervenção social, leva-nos a perceber:

- ✧ o impacto produzido pelas pressões vindas do exterior sobre o universo do Serviço Social;
- ✧ como a profissão as assimilou e respondeu reconstruindo a sua expressão política e cultural.

Ao nível do local, revela as capacidades microcósmicas do Serviço Social em:

- ✧ absorver no contexto diferenciado do quotidiano profissional a dinâmica de reconstrução do Serviço Social;
- ✧ reproduzir a sua reconstrução profissional em consonância com as necessidades locais de intervenção,

e leva-nos ainda a perceber como, perante as transformações das realidades sociais contextuais:

- ✧ se incorporou na gestão dos problemas sociais com maior impacto local;
- ✧ afirmou as suas capacidades de se envolver na articulação das transformações da realidade local com as potencialidades transformadoras da contemporaneidade;
- ✧ organizou o seu modelo de intervenção social no âmbito da relação criada entre as características do projecto societário local e as tensões produzidas pelas contradições geradas pelo processo de desenvolvimento da Globalização.

Quer a nível global, quer a nível local, a destraditionalização do Serviço Social utiliza a sua memória convertida em património²⁷ para a tornar em elemento de referência que nos permite “radiografar” as alterações introduzidas ao nível do seu processo de trabalho e de legitimação. E como, a nível global, mais do que a local²⁸, a dimensão temporal pode ser usada como elemento estratégico da destraditionalização da imagem (Fortuna:2001), a alteração na imagem do Serviço Social e uma mudança no discurso dos assistentes sociais, no seu conjunto, que acompanhe essa alteração, podem - e sem que o elemento espacial seja subordinado ao elemento temporal (Mommaas:2001) - servir de indicadores da transformação operada, tanto no campo simbólico da profissão, como na sua *facies* profissional. Deste modo, articulando a transformação com o espaço e o tempo em que a mesma decorre, encontram-se os elementos periciais que nos permitem reflectir e compreender o processo de destraditionalização do Serviço Social. Portanto as alterações, quer no discurso, quer na imagem profissional, podem servir para melhor se percepçionar as consequências para a própria profissão e que decorrem de uma destraditionalização do Serviço Social num contexto global. Claro está que a questão das práticas de intervenção é igualmente importante. Mas, como a imagem e o discurso representam a zona de confluência dos propósitos institucionais, a sua exponencialidade neste cenário

²⁷ Consubstanciada em registos orais e documentais, entre os quais se incluem, não só os testemunhos, mas também os trabalhos de fim de curso na área do Serviço Social e a bibliografia definida como bibliografia clássica do Serviço Social, especificamente a de autoria dos pioneiros do Serviço Social.

²⁸ Compreende-se pelo facto de, a nível local, a correlação entre tempo e espaço ser subordinante, e não subordinativa.

de descontextualização e recontextualização do Serviço Social retrata a desconstrução e respectiva reconstrução da sua essencialidade.

3.3 | A Reinvenção do Serviço Social:

Tendo como suporte a memória e um processo de “diálise” informativa que permite evidenciar a transformação profissional do Serviço Social da sociedade industrial à sociedade do risco, pode-se, com base nas fontes bibliográficas consultadas²⁹, definir a existência de três patamares na sua relação com a colectividade social, os quais correspondem aos seus ciclos de:

- ↗ construção
- ↗ desconstrução
- ↗ reconstrução

Quanto ao ciclo de construção, que é indissociável da afirmação da sociedade industrial, apesar de ter sido bicéfalo por se ter processado em simultâneo na Europa e nos Estados Unidos³⁰, tanto a imagem como o discurso do Serviço Social não apresentam sinais significativos de discordância, quer política, quer cultural. Este facto deve-se, não só ao facto de a bifurcação da sua institucionalização não ter comprometido a sua contextualização no quadro do crescimento da industrialização e do industrialismo³¹, mas também à circunstância de o seu comportamento relativamente à gestão dos problemas sociais não se ter diferenciado substancialmente entre as realidades europeia e norte-americana. O uso da assistência foi comum, apesar de os pressupostos ideológicos, que estavam subjacentes à sua utilização como mecanismo de dispersão dos conflitos, terem um teor sócio-político diferente³². Mas, para uma melhor apreensão do seu mimetismo e, portanto, das singularidades das suas transformações, pode ainda ser subdividido em duas etapas:

- ↗ a da legitimação
- ↗ a da consolidação

²⁹ Especificamente as que abordam a trajectória profissional do Serviço Social.

³⁰ Isto sucede porque ambas as escolas surgiram nos finais do século XIX com uma diferença temporal de um ano: nos Estados Unidos em 1889 e na Holanda em 1899.

³¹ Que se expandiu de forma concertada com o desenvolvimento do liberalismo económico.

³² Pode-se dizer que tinham um teor social e não político diferente na medida em que o uso da assistência se adaptou contextualmente ao padrão cultural do exercício da ajuda social desenvolvido em cada uma das realidades territoriais.

A divisão deste ciclo em duas etapas corresponde respectivamente ao tempo da afirmação e ao do reconhecimento público da profissão. E como esta divisão não exerceu, nem grandes interferências, nem tão pouco ameaças significativas sobre a sua identidade profissional, isso significa que a relação de sintonia que vivia consigo mesmo se manteve até ao ciclo da desconstrução. A única dissonância existente está exactamente centrada na diferença existente na imagem e no discurso produzidos pelo Serviço Social durante este ciclo na Europa e nos Estados Unidos da América. Enquanto na Europa, por questões de cultura ambiental e de gestão patrimonial, a imagem e o discurso dos assistentes sociais deixaram transparecer a interferência do protagonismo religioso na organização dos recursos institucionais³³, já nos Estados Unidos, apesar de o seu discurso ser mais asséptico e inodoro do ponto de vista religioso, a sua imagem, embora mais opaca, não deixou porém de ser focada no quadro da mesma perspectiva utilizada para espelhar a imagem da assistência na Europa. Isto significa que, quer na vida corrente da profissão, quer na ordem do seu pensamento, a assistência tornou-se numa forma de metabolizar o passado, tornando-se esta mesma metabolização em algo de competitivo.

Talvez seja por este motivo que, tanto a imagem, como o discurso do Serviço Social ao nível global, se particularizem por, em termos da sua exterioridade, exprimirem:

- ✧ uma despersonalização ideológica que habilmente é utilizada como um empreendimento cultural e que foi incorporada profissionalmente para alienar as consequências do progresso económico;
- ✧ a afectação ideológica do seu tempo social ao espaço cultural e político.

Por outras palavras, se por um lado o discurso do Serviço Social podia ser simultaneamente puro e impuro, relativamente à sua imagem esta podia ser ou não refractada, uma vez que se fez depender das capacidades demonstradas na galvanização do seu *ethos* profissional. Mas, mais concretamente no que diz respeito ao discurso profissional, se na fase da sua legitimação houve um esforço sintomático para atribuir um conteúdo específico investindo na criação de uma linguagem técnica de forma a instalar a diferença relativamente ao discurso do

³³ O que explica o facto de o seu discurso se identificar substancialmente com a arquitectura das práticas discursivas das entidades que investiram na gestão do crescimento das instituições sociais e a sua imagem ter sido focada pelo mesmo ângulo por que é retratado o exercício social da assistência.

voluntariado social, já no contexto da sua consolidação, e porque foi construída uma distinção institucional entre o trabalho dos voluntários e o dos assistentes sociais, a linguagem e o léxico profissional do Serviço Social deixou-se penetrar pela necessidade de anexar ao discurso institucional um outro discurso de teor mais subjectivo. Este tinha como pressuposto o facto de a cultura ambiental e de as necessidades ideológicas resultantes do papel que exercia na mediação entre a moral e a política - daí a sua “impureza” ideológica - terem interferido sobre a sua legitimidade institucional (Hartzfeld:1998). E foi exactamente este seu interesse profissional em exercer um maior impacto no cenário da reconstrução das relações sociais que fez alterar a composição do seu discurso. Isto é, quando se legitimou profissionalmente, uma das primeiras preocupações da profissão foi a construção de um discurso profissional emocional, o qual se foi reforçando de acordo com a sua projecção no contexto da sociedade industrial e, posteriormente, objecto de uma reinvenção na sociedade do risco. Este facto pode servir para demonstrar que, na sua origem, informalmente, detinha uma estrutura organizada que alinhava a emoção dentro da razão. Daí que os assistentes sociais, quando descreviam situações que faziam parte da sua experiência profissional ou que retratavam a sua actividade profissional, tivessem a preocupação de aliar a uma linguagem construída profissionalmente³⁴ um estilo linguístico de características humanistas. Este estilo expressava uma maneira singular de se diferenciar de outras formas profissionais de agir e de exprimir o processo como ele se ia desenvolvendo através da sua acção profissional. Devidamente presente e perceptível nos relatórios sociais profissionais onde se encontram descrições narrativas de uma multiplicidade de situações sociais, às questões de ordem processual e deontológica é dada grande relevância e uma grande ênfase ao rigor no cumprimento dos princípios de relacionamento, entre os quais se incluía:

- ✧ o não envolvimento emocional
- ✧ a auto determinação
- ✧ a individualização
- ✧ a aceitação
- ✧ o não julgamento
- ✧ a expressão de sentimentos tendo em vista um objectivo

³⁴ Como, por exemplo, o termo “cliente” quando se referia ao indivíduo que utilizava os seus serviços, ou então, “diagnóstico social” quando pretendia caracterizar a avaliação da situação social em presença.

✧ o segredo profissional

Se por um lado houve um esforço³⁵ nítido em fazer ressaltar uma linguagem profissionalmente pouco hermética, por outro a sua construção simbólica foi contemplada na construção da sua imagem patrimonial. Mas, apesar da falta de hermetismo ter criado o postulado que defendia a sobreposição da subjectividade à objectividade, o certo é que, em termos de formação e de preparação para a actividade profissional, existiu um investimento bastante significativo e cuidadoso³⁶ em gerir a especificidade cultural do Serviço Social para que esta se transformasse num valor acrescentado na definição dos contornos do exercício profissional.

Toda esta questão relativa à sua especificidade cultural tornou-se no tempo numa forma equivocada de questionar a identidade do Serviço Social e tomou uma expressão mais significativa na década de 60-70³⁷. No entanto não deixou também de ser relevante ³⁸ nos anos 40-60, visto ter surgido como um produto que:

✧ por imperativo da sua contextualização e de estar associado à sua valorização profissional, alicerçou o conhecimento objectivo numa cultura instantânea³⁹, a qual resultava da pertinência profissional em não criar uma ruptura com o discurso moral a que estava vinculada a cultura de reflexão sobre os problemas sociais.

Daí que, ao nível do discurso institucional, tenha enfatizado uma política de profissionalização do Serviço Social cuja *performance* se caracteriza por ter agregado uma reflexão ao estilo desenvolvido⁴⁰ na conversão ideológica da sua finalidade e dos valores que norteavam o seu pensamento e a sua acção. Por este motivo, o seu discurso traduziu então a influência da razão instrumental própria

³⁵ De acordo com a análise realizada às fontes documentais consideradas por mais indicadas, nas quais se podem incluir apresentações a congressos de Serviço Social, assim como obras e revistas publicadas neste contexto.

³⁶ Devidamente patente na literatura clássica do Serviço Social.

³⁷ Especificamente com a publicação do documento de Araxá e de Teresópolis. Este documento, se por um lado tem um grande valor simbólico na medida em que expressa a dinâmica endógena que atravessava a realidade intrínseca ao Serviço Social, por outro demonstra a forma equivocada como a micro-realidade sul-americana se pretendeu impor com uma macro-expressão do Serviço Social.

³⁸ Todo este processo coincide com a fase de desconstrução do Serviço Social, dada a interferência produzida pelo movimento de reconceptualização na pulverização do seu corpo ideológico, ou seja, as críticas produzidas neste contexto, ao sobrevalorizarem a subjectividade imanente no *ethos* profissional, que faz parte dos seus anátemas e da relação contraditória que gera consigo mesma, tornavam redundante a expressão social do Serviço Social. No entanto podem ser compreendidas numa relação concertada entre o global e o local.

³⁹ Por cultura instantânea, e de acordo com o conceito referido por (Fernandes:2000), entenda-se a cultura que se apoia numa racionalidade que sobrevaloriza a relação meio/fins.

⁴⁰ Isto é, o da maximização profissional.

das ciências positivistas orientadas para as explicações causais e para o controlo das condições externas do meio ambiente. Já na fase da sua confirmação social como profissão, apercebeu-se do significado que tem para o sujeito o seu discurso, bem como a acção com que está comprometido (Fernandes:2000) e, por isso mesmo, reorientou a estratégia do seu discurso institucional no sentido de:

- ✧ dar continuidade à profusão dos métodos profissionais no seu processo de comunicação verbal,
- ✧ atomizar as situações sociais centrando-as no seu circunstancialismo,
- ✧ procurar evidenciar a relação causa/efeito.

Em termos figurativos e no seu todo, o discurso do Serviço Social passou então a funcionar como uma espiral de Arquimedes em que o raio vector constituído pela correlação entre pensamento e acção varia proporcionalmente ao ângulo polar constituído pelos seus atributos profissionais. Isto é, desenvolvia uma análise do problema, por exemplo o alcoolismo, individualizando-o seguindo os procedimentos profissionais⁴¹, para posteriormente o enquadrar numa relação causa/efeito, como seja na problemática da desestruturação das famílias ou na do desemprego.

Este estilo de discurso, ao mesmo tempo que tornava explícita a vontade profissional em não deixar de dar continuidade aos mecanismos de conformidade e de iniciativa, deu também sentido a uma forma de pensar a profissão que, ambigualmente, tanto projectava os seus profissionais como actores passivos, bem como agentes activos da cultura ambiente. Na prática, o objectivo final do discurso centrou-se mais numa adaptação profissional à dinâmica do fluxo ininterrupto de um reenraizamento da ligação dos contrários que permitia a estabilidade e o equilíbrio do indivíduo dentro de um ritmo estático, do que numa lógica defensora de que o equilíbrio é orientado por uma razão externa que obedece a uma concepção de ritmo que se inscreve num processo dinâmico com sequências estáticas (Mafessioli:2004).

Objectivamente, o discurso recriado nesta fase de confirmação, que teve como referência o desenvolvido durante a sua legitimação, não se distanciou substancialmente do seu formato original. Isto significa que a cultura de

⁴¹ Que se traduzem no estudo, diagnóstico e tratamento servindo-se para o efeito dos suportes técnicos como a entrevista ou o inquérito.

proximidade à realidade social se manteve e, conseqüentemente, a conciliação da pedagogia com a informação. Para o efeito fazia uso de um estilo intimista para, deste modo, tornar menos complexa a relação profissional com as entidades receptoras do seu discurso. Enquanto do ponto de vista linguístico era sóbrio e expressava a preocupação em ser assimilado pelo seu público-alvo, do ponto de vista do seu artefacto singularizava-se pela interface que fazia entre uma função doutrinária, uma função ética e uma função detractora dos ruídos sociais que perturbavam a ordem social. Daí que utilizasse a familiaridade como meio de projectar pelo discurso uma imagem profissional em que transpareciam os reflexos de uma cultura de intervenção que se tinha então instalado como meio de recriar as relações familiares e de trabalho. Foi-se assim compaginando de acordo com:

- ✧ a evolução da transfiguração social do político;
- ✧ a complexidade gerada na relação entre ambiente social e cultural, sem esquecer que o seu objectivo estava intimamente ligado à recuperação do papel social da família⁴², da reconstrução dos poderes e da revalorização social do trabalho⁴³.

Relativamente à imagem profissional, esta traduz⁴⁴ a relação que os assistentes sociais estabeleceram com a forma de perspectivar a sua intervenção sobre os problemas sociais sem se distanciarem da forma de pensar, não só as causas e efeitos dos problemas sociais, mas também o modelo de acção a utilizar para agir sobre a realidade degradada. Mas, dada a afinidade criada com o processo de intervenção, as suas características correspondem às características das estratégias de intervenção social de que se serviu para tornar mais profícua a relação que a profissão estabelecia com o processo de regulação das desigualdades. Por conseguinte, a interacção entre as práticas e a imagem da profissão revelava:

⁴² Esta preocupação com o papel da família resultava do facto de, em termos da moral social, existir a consciência de que a desfragmentação da família produzida no contexto de uma mudança cultural do modelo social tinha feito cair as redes primárias de suporte social, o que na prática significa um aumento de vulnerabilidade nas relações inter pessoais.

⁴³ A revalorização social do trabalho surge como uma resposta à relação traumática dos trabalhadores com o trabalho, construída em face dos efeitos sociais criados pela Revolução Industrial.

⁴⁴ Uma vez que as suas práticas profissionais no contexto da sua legitimação se reflectiam no entendimento construído sobre o papel a exercer pelos assistentes sociais na gestão dos problemas estruturais e residuais que singularizavam o ambiente social da sociedade industrial.

- ✧ a forma como o Serviço Social absorveu os valores sociais e éticos da sociedade industrial;
- ✧ os seus propósitos institucionais que, podendo ser de ordem paroxística, como conter uma certa fluidez, ou então perversamente inoperantes⁴⁵, contribuíam para influenciar o ambiente social.

No entanto, porque se legitimou num contexto cultural onde teve a possibilidade de usufruir do estatuto de uma nova profissão, não foi confrontado com grandes constrangimentos na definição dos seus conteúdos funcionais. Isto porque, sendo a sua relação com o exercício da assistência bastante concreta e forte⁴⁶, uma vez que dava corpo ao propósito central da profissão, a questão da definição dos respectivos conteúdos funcionais tornou-se num processo de trabalho que reflectia a capacidade de transmissibilidade dos propósitos instituídos para o campo da exequibilidade. Por seu lado, os seus propósitos profissionais, apesar de precisos, por se focalizarem no exercício social da ajuda eram concomitantemente abrangentes – na medida em que a ajuda tanto podia assumir um carácter económico, como moral ou social – e revelavam também, tanto o seu comportamento, como o seu padrão de conduta profissional. Quanto às competências, não foi criada nenhuma dificuldade em as identificar na medida que estavam em correlação directa com os seus objectivos profissionais. Mas, no que se relaciona com a definição do conteúdo funcional do seu desempenho profissional, a situação tornou-se relativamente inversa, dada a multiplicidade de funções que desenvolvia tendo em vista o objectivo profissional a que se propunha. E foi exactamente a multiplicidade de funções que, uma vez acoplada à organização do seu modelo de intervenção e à determinação das características das práticas profissionais, permitiu identificar:

- ✧ as suas áreas de actuação,
- ✧ o seu papel profissional,
- ✧ os seus modelos de intervenção profissional,

assim como determinar as características:

- ✧ do seu papel social,

⁴⁵ Dependendo do potencial do ritmo da intervenção e da eficácia conseguida na transformação do social efectivo.

⁴⁶ Dada a sua relação umbilical e partilha cromossomática.

- ✧ da sua arquitectura ideológica e política,
- ✧ da sua metodologia de intervenção profissional.

Já na sua fase de consolidação, a sua imagem distinguiu-se por demonstrar uma relação sincronizada com o seu discurso. Em termos latos, consubstanciou a forma como a profissão manifestou a pregnância dos valores culturais e dos valores profissionais. Isto sucedeu porque, no âmbito da construção da identidade profissional, a imagem do Serviço Social organizou-se tendo em linha de conta o seu interesse, não só em participar na galvanização das crispações moralistas que pretendiam desconstruir o projecto comunista legitimado pela revolução Russa de 1917, mas também em estimular uma sociabilidade de base que se distinguiu por ter um laço de parentesco com a multiplicidade das acções de ajuda social espiritualizadas ou laicizadas que dominavam o campo da intervenção social. Nesta medida, e como certamente a defesa de um sistema democrático e capitalista exigia uma estratégia de regulação social e política dos problemas sociais, os assistentes sociais empenharam-se na confirmação de uma prática profissional de teor democrático. Para o efeito serviram-se dos princípios da autodeterminação do cliente, da aceitação e da atitude de não julgamento para assegurar a coerência do seu corpo ético e, simultaneamente, para dar consistência ao seu propósito de se inscrever como que numa força centrífuga, cuja acção deveria criar de forma controlada uma reinvenção da noção de justiça social. Assim, e sem que se anulasse a centralidade subterrânea a que a justiça social ficou relegada por efeito da abulia social gerada pela construção política do Estado Social e pelo individualismo liberal e, ainda, sem que se evitasse a sua utilização de uma forma frívola, a sua invocação ao nível do discurso profissional dos assistentes sociais⁴⁷, bem como o seu enquadramento ao nível dos propósitos do Serviço Social, permitiu esbater os sintomas de uma duplicidade antropológica que na sociedade industrial interferiu sobre a imagem do Serviço Social⁴⁸. Encaixilhada a sua mística neste contexto de consolidação da sua imagem profissional numa moldura, quer religiosa, quer política, o Serviço Social não deixou de expressar a sua concepção do mundo, a qual se foi revitalizando em função da política de acção que foi adoptando. Mas, como a sua concepção do mundo se substanciou numa relação que não diferencia a trilogia estabelecida

⁴⁷ O que se pode concluir através de uma análise de conteúdo dos relatórios de fim de curso consultados.

⁴⁸ Numa perspectiva de coerência com as propostas integradas neste trabalho, já se poderia fazer referência a uma triplicidade antropológica, na medida em que o eixo cultural também foi considerado como vector interveniente na construção da imagem do Serviço Social.

entre a estética, a ética profissional e o domínio do pensamento social, não se distinguiu relativamente aos dados mundanos que expressam o pensamento social. Portanto, a sua proximidade às influências exteriores sobre o seu corpo profissional demonstra um ajustamento da auto-criação de uma interacção que estabeleceu com as forças culturais que desenvolviam o “querer viver” individual. Por outras palavras, em termos simbólicos fez uma adequação da sua ordem interior, movida pela importância das emoções na configuração estética da sua actuação profissional, à expressão do mundo exterior. E foi precisamente a forma de inculcar emoções na sua actuação profissional que deu origem a que, do ponto de vista exterior, a profissão fosse percebida socialmente como uma profissão que, uma vez fundamentada na inter-subjectividade e na interacção, desenvolvia capacidades acrescidas na gestão dos problemas sociais, o que na prática fazia com que nos jogos da aparência contrariasse os postulados racionalistas que se projectaram com a cultura moderna. No entanto, e como meio de compreender a sua dissociação relativamente à acção concertada entre racionalismo e legitimação política, importa referir que a religiosidade ambiente foi o meio encontrado para tornar flexíveis as liberdades intersticiais que particularizavam a transfiguração do político e que preveniam contra uma “contaminação política” vinda da Europa do Leste. Todavia, esta religiosidade, ao mesmo tempo que serviu de metamorfose a uma harmonia de raiz conflitual, permitiu contornar a lógica societal emergente, a qual exprimia a convicção de que todo o tipo de problemas sociais decorriam das dificuldades em:

- ✧ perturbar as certezas relativamente à compreensão dos problemas sociais;
- ✧ garantir uma sociabilidade activa das desigualdades;
- ✧ contrariar os pensamentos inactuais que dificultavam a desfragmentação das verdades pré-estabelecidas no que concerne à realidade social;
- ✧ reduzir a tensão paradoxal entre a realidade pensada e a realidade vivida.

De uma forma mais ou menos precisa, a utilização por parte do Serviço Social da justiça social como meio para reconfigurar a religiosidade ambiental, sustentou-se num modelo de intervenção profissional que utilizava estrategicamente as emoções para servir de condição e de possibilidade para desenvolver uma força profissional que lhe serviu de segurança e de legitimação

à sua relação com o poder. Para além disso, e ao mesmo tempo, tornou concreta a sua vontade em se afirmar como uma profissão protagonista de uma regulação da opção racional que serviu de argumento ao progresso industrial.

Nesta medida a gestão da sua imagem profissional, visto ter correspondido às exigências da complexidade que por pressões sociais e políticas se iam impondo sobre a sociedade, não deixou, porém, margem para que tivesse passado despercebida ou criado alguma indiferença. Antes pelo contrário, em termos de imagem a profissão foi reconhecida como relevante por duas ordens de razões. Uma que se relaciona com o facto de ter correspondido às expectativas ideológicas criadas aquando e depois da sua legitimação. Outra que deriva da capacidade dos profissionais de fazerem com que a razão tivesse deixado de ter um uso simplesmente teórico e instrumental, para passar a ser utilizada de forma prática e crítica. Existe ainda um outro elemento menos explorado, mas nem por isso menos importante, essencialmente relacionado com o investimento produzido pela profissão ao nível do processo interpretativo dos problemas sociais em que a compreensão inter-subjectiva é construída a partir, quer dos princípios do relacionamento profissional⁴⁹, quer da facilidade demonstrada em aprender a argumentar e a construir argumentos (Fernandes:2000) para justificar a acção. Todo o investimento que entretanto produziu para estabelecer uma comunicação entre profissionais e utilizadores dos serviços tornou assim relativamente mais fácil a valorização do seu conhecimento, sendo que este estava baseado no uso prático da razão. Por este motivo, e dentro desta perspectiva em que a razão na sua forma comunicativa interferiu sobre a compreensão, criou as condições para que se tenham constituído novos critérios de validação das acções e dos valores, tal como o que sucedeu com o uso profissional da justiça social.

Sob o ponto de vista reflexivo, a relação do Serviço Social com a justiça social pode ser encarada, em alternativa, como:

- ✦ o resultado de um processo de absorção cultural dos valores sociais e ideológicos que dominavam o espectro político e cultural da sociedade industrial;
- ✦ a forma como contraditoriamente geriu a sua relação profissional com a desigualdade e o desenvolvimento.

⁴⁹ Mais especificamente do princípio da autodeterminação através do qual foi criada a possibilidade de o cliente definir as suas opções relativamente às estratégias de "resolução" do seu problema,

O mesmo será dizer que, se por um lado o Serviço Social ao nível do discurso e da imagem inventada criou uma relação dissimulada com os seus propósitos profissionais, por outro lado, e no que se relaciona com a intervenção profissional, o seu querer profissional, ao confrontar-se com o querer político, fez com que o espaço que passou a ocupar na gestão das desigualdades se tivesse tornado numa reacção profissional à tensão política resultante da discrepância cristalizada entre noção e expressão da justiça social. Por conseguinte, se o seu exercício de uma sociabilização das desigualdades se apresentou como uma estratégia do Serviço Social para manter presente a sua capacidade criativa para reinventar a concepção de justiça social recalcada pelas correntes marxistas, a sua imagem profissional, ao reflectir as atitudes políticas de cariz reformista assumidas pela profissão⁵⁰, desenvolveu uma forma sintonizada de, ao fazer extrapolar os seus propósitos, fazer também com que a sociedade a reconheça nesses mesmos propósitos. Portanto, como os seus propósitos profissionais tinham uma dimensão política, a sua imagem deveria resultar da difusão desses mesmos propósitos. No entanto, e paradoxalmente, a sua imagem política e cultural foi desvalorizada no tempo ⁵¹em detrimento de um processo de valorização simbólica de um pretensu papel doutrinário que serviu de suporte à estratégia ideológica de reconversão dos valores sociais e morais dos mais desprotegidos, com defende Durkheim (Mouro; Carvalho:1987). Isto aconteceu porque, na medida em que estrategicamente centrou a sua actuação profissional na regulação da pobreza através de uma intervenção que tinha como referência o paradigma reformista/desenvolvimentista (Ander-Egg: 95), fez automaticamente uma aproximação ao exercício da acção social, o que deu origem a que a sua imagem política se tenha desvirtuado e dado lugar a uma imagem assistencial, que, não deixando de ser política, tinha contudo:

- ✧ uma direcionalidade que correspondia ao contexto ideológico, político e cultural onde se integrava;
- ✧ uma intencionalidade que se revia no seu interesse em intervir ao nível das condições sociais resultantes da insatisfação de certas necessidades básicas e de existência.

⁵⁰ O que contraria a tese de Iamamoto sobre o peso do conservadorismo no Serviço Social (1992).

⁵¹ Especificamente no contexto do modelo social protector.

Como tal, a imagem profissional dos assistentes sociais, quando passou a ser definida como doutrinária (Iamamoto:1992), automaticamente relativizou a sua capacidade de:

- ✧ agilização da razão;
- ✧ reinvenção da compreensão;
- ✧ exercício da reflexão;
- ✧ recriação do seu envolvimento profissional, não só na mudança, como também na produção da mudança.

Mas, enquanto no quadro da corrente ligada ao humanismo-cristão a imagem do Serviço Social é inexoravelmente configurada em conexão com o propósito político de equiparar o exercício da ajuda social ao exercício da assistência, na corrente marxista a imagem profissional corresponde a uma institucionalização teórica e organizacional da assistência social. Todavia, se no âmbito do humanismo cristão as práticas dos assistentes sociais foram muito identificadas com as variáveis sociais que comprometiam o desenvolvimento da acção social, por questões de lógica factual uma correlação reflexiva entre Serviço Social e acção social tornou-se na forma mais plausível para:

- ✧ compreender o efeito institucional produzido pelo impacto social e político das transformações ocasionadas no modelo cultural e político da gestão das desigualdades;
- ✧ gerar uma aprendizagem relativamente aos estados positivos e negativos intrínsecos ao processo de mudança social;
- ✧ desenvolver a recriação dos modelos de intervenção ao nível das desigualdades;
- ✧ avaliar o efeito da crise de identidade do sistema de ajuda social.

No contexto da corrente marxista, o Serviço Social é identificado com o controlo das necessidades sociais e da regulação dos problemas detectados. E, dado considerar que os profissionais:

- ✧ deram um grande impulso na recriação dos mecanismos de dispersão dos conflitos projectados pela sociedade industrial;
- ✧ não projectaram a identidade política dos problemas sociais;

- ⤴ suscitar uma relação equivocada com o sentimento de privação ou de descontentamento social;
- ⤴ reconstruíram a importância da mobilização dos sentimentos como meio de criar um compromisso de transformar as relações sociais;
- ⤴ participaram na ressocialização política dos mais desfavorecidos,

confirmou subtilmente a hipótese defendida por Mouro (2004), segundo a qual o Serviço Social dissimulou a responsabilização política através de uma postura profissional que promovia um distanciamento entre a vida social e a vida política.

Quanto ao ciclo de desconstrução, este processou-se em sintonia com a crise capitalista dos anos 70 e iniciou-se por força do impacto produzido interna e externamente pelos movimentos de reconceptualização do Serviço Social. Vulgarmente associado a uma resposta profissional aos movimentos críticos que tinham por objectivo redimensionar ideologicamente o exercício profissional, reflecte essencialmente todo um processo de reflexão sobre a relação de poder com o Serviço Social. Estes movimentos, ao reivindicarem uma transformação na postura e na organização profissional, não estavam senão a criar um referencial de actividade profissional que consideravam dever ser revertido política e profissionalmente. Neste sentido construíram a sua crítica em torno da relação do Serviço Social com o capitalismo. Daí o argumentarem que as práticas profissionais estavam marcadas por sintomas de difracção na sua finalidade institucional, na medida em que se caracterizavam por pontos de incompatibilidade que, podendo ter a mesma formação discursiva, eram utilizados com fins contraditórios, apesar de terem pontos de equivalência, tais como a convergência do espaço ocupado pela justiça social na representação da sua identidade profissional.

Não obstante esta teoria, o certo é que a justiça social foi um elemento constante no discurso do Serviço Social, funcionando como vector, quer de junção, quer de incoerência. Isto é, se por um lado serviu para fazer com que os princípios do Serviço Social se tornassem suficientemente abrangentes tornando também clara a sua utilização para se expandir no campo da regulação das desigualdades sociais, por outro lado fez também com que a sua relação com o processo de gestão das desigualdades se tivesse tornado equívoca, uma vez que as suas práticas de intervenção, ao investirem na integração social dos mais desfavorecidos, podiam igualmente ser interpretadas como mecanismos

acessórios de regulação da reprodução das desigualdades, mas não de alteração do seu índice de refração.

Foi esta mesma ambiguidade que se gerou em torno da forma ideológica como a profissão incorporou a variável relacionada com a promoção da justiça social que vitalizou o movimento crítico no Serviço Social⁵². Paradoxalmente este mesmo movimento, apesar de defender uma ruptura com o passado, tornou mais significativa a sua existência, essencialmente devido a:

- ✧ avivar os paradoxos políticos em que se sustentavam os propósitos profissionais do Serviço Social;
- ✧ tornar mais explícitas as contradições ideológicas que substanciavam as práticas profissionais;
- ✧ projectar os diferentes traços culturais que atravessavam a cultura profissional;
- ✧ afirmar o fim de uma atitude ritualista nas modalidades de intervenção;
- ✧ expressar a crise de insegurança que envolvia a formação profissional;
- ✧ potenciar a relação de transferência que se foi sedimentando entre a perda de *status*, conhecimentos e poder, assim como as críticas internas que expunham as próprias debilidades do Serviço Social;
- ✧ desenvolver a resolubilidade de atitudes que se tornavam persecutórias quando não eram entendidas como mutações que se iam processando no campo profissional.

E como a ruptura com o passado não foi conseguida, na medida em que no exercício da sua reconceptualização se mantiveram os pontos de convergência com o Serviço Social tradicional exactamente ao nível das suas finalidades⁵³, os seus pontos de divergência localizaram-se essencialmente no campo dos processos e estratégias de intervenção. Abriu no entanto condições para a emergência de modelos de actuação profissional que se distinguiam por:

- ✧ expressarem uma postura crítica;
- ✧ terem recriado os instrumentos metodológicos utilizados na intervenção profissional;

⁵² O qual está na origem do surgimento de formações alternativas na área do Serviço Social, que tinham por objectivo a desconstrução ideológica e política da profissão.

⁵³ Ou seja, por ambos reivindicarem um papel interventor ao nível da gestão dos efeitos sociais resultantes do processo de reprodução das desigualdades sociais.

✧ terem reinventado os valores políticos que serviam de linha dorsal na organização da intervenção.

Por isso mesmo, a imagem de concertação de interesses⁵⁴ que particularizou o exercício profissional desenvolvido até aos anos 60, foi subalternizada por uma proposta de intervenção radicalizada, cujo compromisso se circunscrevia a:

- ✧ um processo de construção de novas práticas profissionais que deveriam obedecer a uma nova intencionalidade política;
- ✧ uma reestruturação na imagem e na representação social da profissão;
- ✧ um projecto de trabalho cujos vínculos a estabelecer estavam condicionados à construção de um modelo de intervenção que investia especificamente na capacitação;
- ✧ uma substituição da individualização por um “comunitarismo” da acção;
- ✧ a adopção de uma cultura crítica.

Na prática, o que se pretendia era, não só modificar a imagem social da profissão, como desenvolver uma transformação acentuada na sua representação (Mondolfo:1997). Neste sentido foi aproveitada a mobilização profissional para fomentar um corte com os vínculos políticos incrustados, investindo então na construção de novos vínculos. Por sua vez, estes novos vínculos passaram mais pela construção de projectos de intencionalidade visto que, apesar de se terem afirmado no terreno, não tiveram as necessárias condições para se incorporarem de uma forma sólida no corpo social da profissão. Ou seja, neste contexto o Serviço Social, ao querer cortar os seus laços com as estruturas representativas do poder capitalista e ao tomar uma posição de fundo ao lado dos movimentos anti-capitalistas, tornou-se concomitantemente numa profissão marginal, não obstante lutar contra a marginalização. E, se inexoravelmente criou uma melhor aceitação junto do seu público-alvo e ganhou um poder de mobilização e de contestação, perdeu igualmente parte do poder de distender os equívocos e de definir a relação das partes com as instituições. Esta posição levou a que o exercício profissional fosse exercido como uma “espécie de trabalho de militância política”, o que não deixa de ser curioso dado que, no quadro da sua génese, os profissionais eram vulgarmente identificados como “militantes das causas

⁵⁴ A qual passava por um processo de mediação.

sociais”. Desta dicotomização entre Serviço Social tradicional e crítico não surgiram grandes alterações no seu mapa genético. Mas - como perspectivar o exercício profissional nesta linha de pensamento crítico poderia levar a um estrangulamento, não só na sua identidade, como na função social - houve todo um esforço profissional exterior a estas correntes no sentido de desacelerar o exercício da desconstrução da profissão para que todo o movimento contínuo de descontextualização pudesse dar lugar a um processo de recontextualização.

Claro que a forma como genericamente se processou a recontextualização do Serviço Social durante o seu processo de desconstrução esteve condicionada, não tanto, como já foi anteriormente referenciado, pelo impacto produzido pelos movimentos de reconceptualização do Serviço Social que não foi homogéneo⁵⁵, mas, fundamentalmente, pelas características do processo de desconstrução da profissão que, se na América Latina foi de características **políticas**, já no contexto Europeu foi mais de carácter **cultural**

A desconstrução cultural está bastante interligada com o facto de o processo de desenvolvimento económico e social da Europa Democrática⁵⁶ ter consubstanciado sistemas de protecção social que, para além de assegurarem regalias sociais por via da acção social, pretendiam responder às necessidades das franjas de população económica e socialmente mais vulneráveis. Daí que neste contexto o exercício profissional tenha deixado de ser dimensionado com competências exclusivas na gestão das necessidades, para ser incorporado no campo da gestão dos benefícios. Transformou-se num eixo de convergência entre direitos e regalias. E, inversamente à opção por uma intervenção comunitária, estrategicamente investiu numa sedimentação ao nível institucional como meio de não deixar perverter, por parte das instituições, o reconhecimento dos direitos sociais que deveriam assistir a todo o cidadão. Estabeleceu um perfil de actuação que se foi decompondo em função da utilização de uma lógica de intervenção que se podia diferenciar pelo facto de a sua acção se organizar de acordo com um objectivo integrador, ou inclusor. A sua actuação transformou-se no produto de um processo legitimador conduzido por forças institucionais e reconhecido pelos utilizadores das instituições como forma de exercer um papel de “provedor”, quando o que estava em causa era a necessidade de dar a devida

⁵⁵ Uma vez que, tal como já foi referenciado, dependeu essencialmente da forma como o Serviço Social recapitulou em cada continente e em cada país a sua experiência no passado ao construir o seu presente e de como foi desconstruindo o seu significado e reconstruindo o seu discurso e a sua identidade.

⁵⁶ No contexto dos países não democráticos a inculcação do Serviço Social no meio institucional é considerada como uma capitalização da sua relação recursiva entre o seu significado e a sua conduta.

O Serviço Social passou a ser perspectivado como uma profissão de mediação que, para além de desvirtuar as tensões sociais, concertava a relação entre público e privado no sector social.

visibilidade à degradação do quotidiano de vida dos mais carenciados. Este facto permitiu à profissão adquirir um poder que, não sendo perceptível no imediato, funcionou de forma penumbrosa, uma vez que era exercido através de:

- ✧ comunicação
- ✧ discurso
- ✧ reconstrução da realidade concreta
- ✧ estratégias de pedagogia social que desenvolvia

Não fazia uso de um papel desafiador, como na América Latina, mas a qualidade de serviços e da rede relacional que faziam, e fazem, com que as políticas de intervenção não se tornassem marginais, dependiam dos investimentos profissionais que visavam criar um contacto entre a realidade social e a realidade da acção. Por isso mesmo, contextualmente, a profissão investiu numa função formativa que, para além de retratar as posições que tomava perante o social, traduzia também o seu espírito crítico perante as políticas institucionais. Esta sua opção concedeu-lhe a possibilidade de assumir um papel relevante numa acção educativa e promocional que se afirmou por não ser desagregador, o que fez com que social e institucionalmente lhe fosse reconhecido um poder de pertença na inscrição do indivíduo na sociedade, e o qual resultava de:

- ✧ a sua capacidade de interacção com as pessoas no seu campo de trabalho,
- ✧ a facilidade em utilizar a expressão do quotidiano social para influir sobre os sistemas ideológicos instalados.

Como se pode depreender, a sua intervenção ao nível das desigualdades passou essencialmente por inscrever o indivíduo no projecto político escolhido pelos próprios cidadãos dentro do uso dos seus direitos políticos numa sociedade democrática. Para o efeito, actuava directamente sobre a marginalização⁵⁷ e indirectamente sobre a valorização ou desvalorização dos agentes de difusão do desenvolvimento. Isto é, actuava de modo a fazer com que Estado de direito funcionasse e cumprisse os seus propósitos e com que as pessoas reconhecessem os seus direitos e deveres no contexto do modelo

⁵⁷ Tanto sobre a marginalização institucional, como sobre a social e a auto-marginalização.

político em que se integrava. Logo, a intervenção profissional passou por fazer, não somente com que os indivíduos se inscrevessem dentro desta mesma realidade, mas também com que participassem na construção da realidade colectiva e da individual. Assim se explica a sua não implicação directa na organização das políticas de desenvolvimento social e económico, bem como a conversão das práticas profissionais em práticas de intervenção dirigida. Estas práticas de intervenção dirigida apoiavam-se tanto no conhecimento da rede de interdependências do sujeito, como na compreensão do sujeito relativamente aos elementos perturbadores da sua vida, os quais podiam ser:

- ✧ de origem social quando estavam relacionados com problemas de ordem social, tal como o desemprego;
- ✧ de ordem relacional quando o que estava em causa era o produto da sua relação com a sociedade, tal como violência, criminalidade;
- ✧ de ordem identitária quando traduziam as consequência da sua dificuldade em restabelecer a sua identidade, ou em associarem a flexibilidade colectiva de resposta às mudanças de situação e à capacidade de agir de forma a transformar as situações.

Quanto ao ciclo de reconstrução que atravessa a sociedade pós-industrial e se expande no reconhecimento da sociedade do risco - apesar de ter centrado os seus objectivos profissionais numa partilha de responsabilidades na gestão do bem-estar e ter mantido o seu interesse em não desvirtuar o seu valor simbólico como transformador das realidades degradadas - investiu numa reconstrução da profissão. Esta reconstrução resulta de uma reflexão endógena sobre a relação entre desigualdade e bem-estar social, risco e incerteza, reflexão essa que por sua vez se expressa mediante:

- ✧ uma revisão conceptual e metodológica do exercício da intervenção profissional onde se incluem as propostas de Paynes (1997);
- ✧ uma recriação, quer dos seus campos de actuação, quer do seu trabalho de campo, como acontece com Kisnerman (1978;1981;1999);
- ✧ uma recuperação da sistematização do processo de intervenção e dos conhecimentos adquiridos na área de actuação profissional, tal como propõe Faleiros (2001;1997;1991;1985).

▲ uma redefinição do seu papel pedagógico, tal como propõem Abreu(2002) e Melano (2001)

Em termos conceptuais e metodológicos utilizados no exercício profissional da intervenção, neste ciclo de reconstrução o Serviço Social cooptou as alterações produzidas nesta matéria no campo das ciências sociais e, de uma forma muito específica, no que diz respeito aos processos de abordagem às realidades concretas. Quanto aos seus campos de actuação, estes deixaram de estar centrados dentro do perímetro definido através do modelo de organização das políticas sectoriais para se empenharem em focalizar a sua acção numa perspectiva de ordem sistémica (Campannini;Luppi:2001). Empenhou-se, também, numa desfragmentação do epicentro da sistematização das suas práticas de intervenção, dissociando-a do centro nevrálgico do Serviço Social. Em contrapartida expandiu-se através de uma relação composta com as Ciências Sociais, a qual se tornou de referência para a valorização das práticas de intervenção sectorial e permitiu encontrar pontos de convergência que promoviam uma sinergia partilhada por diferentes áreas disciplinares⁵⁸. Este seu reposicionamento relativamente à construção do conhecimento na área do Serviço Social proporcionou igualmente uma reversão das suas descontinuidades. Ou seja, foi substituindo a individualização dos domínios da acção por novos postulados de intervenção social que se tornaram responsáveis por tentar obter um novo sentido para a acção, aprofundando a sua vertente pedagógica e jogando com a recriação da democracia participativa para controlar os efeitos das dominâncias sobre os desfasamentos sociais e as reminiscências da decomposição política do conceito de intervenção social.

Por outras palavras, enquanto na América Latina o processo de desconstrução e reconstrução do Serviço Social foi profissionalmente e politicamente agitado, no contexto Europeu e Norte-Americano foi relativamente moderado⁵⁹. Assim se compreende que, no quadro da realidade europeia, o processo de modernização do Serviço Social não se tenha antagonizado com o processo de destradicionalização. Antes pelo contrário, no âmbito da sua revisão conceptual e metodológica, em vez de terem emergido alternativas ou se terem

⁵⁸ Esta estratégia de uma certa "colagem" aos interesses de investigação protagonizados pelas Ciências Sociais criou ao Serviço Social a possibilidade de superar as debilidades sentidas na sua propriedade intelectual e que se aprofundaram de acordo com a inflexão demonstrada perante o desenvolvimento e modernização das outras Ciências.

⁵⁹ Quer pelas diferenças culturais e políticas existentes entre estas duas realidades territoriais, quer também porque as questões da modernização tiveram nestes contextos dinâmicas de legitimação discordantes

cooptado as alternativas construídas na América Latina, houve sim um investimento sintomático numa reorganização da sua acção que na prática seguiu a seguinte orientação: conduziu a uma reconstrução profissional de forma protegida e controlada, tanto política como culturalmente. Esta reconstrução foi influenciada pela posição adoptada relativamente à evolução da importância atribuída ao social, assim como às transformações realizadas nos elementos integrantes dos problemas sociais. Neste contexto a profissão assumiu uma dinâmica reformadora, o que permitiu que se relegitimasse como profissão de intervenção. Como forma de legitimar a sua estratégia de reconstrução utilizou os cenários institucionais existentes para:

- ✧ dissipar os problemas residuais da sociedade industrial,
- ✧ exercer uma forma de mediação particular de efeitos terapêuticos que funcionasse como vector de ajustamentos sociais das clivagens emergentes no quadro de uma política de bem-estar,

impondo-se assim num elemento que se mostrou:

- ✧ negociador dos circuitos de informação e de ajuda;
- ✧ renovador de uma pedagogia da acção que, ao mesmo tempo que permite restringir a sua polivalência em prejuízo de uma interdisciplinaridade, faz com que lhe sejam reconhecidas aptidões específicas para diagnosticar os processos de desvinculação social, assim como para aprofundar as capacidades acrescidas na gestão da instabilidade individual.

Em termos processuais, ao reconstruir-se desta forma a profissão serviu-se de uma destradicionalização das suas práticas para as aferir às novas formas culturais de intervenção, onde se integra o aconselhamento. Enquadrou-se em estruturas intermediárias com o objectivo de reactivar o acompanhamento social como meio de recuperar as suas capacidades de redinamizar os circuitos da requalificação social e invalidar a desertificação emocional. Deste modo revalorizou um processo de intervenção que pretendeu desenvolver a sociabilidade e as capacidades de acção, ou - mais concretamente - reinscrever as pessoas num conjunto de relações. Quanto aos Estados Unidos, este processo apresenta-se ali como menos construtivista e portanto mais afirmativo, mas não

menos reflexivo. Impôs uma nova direcção ao Serviço Social, a qual se traduz por não deixar desvalorizar os aspectos identitários da profissão mantendo activos os modelos de práticas de intervenção, reorganizando-os em sintonia com a forma como as ciências sociais utilizavam os meios para produzir conhecimento. E como a profissão se sentia confrontada com a emergência de novas práticas e novos campos de intervenção, requalificou-se para responder às transformações, quer dos sistemas de intervenção, quer das necessidades sociais. Sem se distanciar ou se deixar ultrapassar pela dinâmica de transformação dos processos de intervenção social, o que justifica a capitalização das suas capacidades profissionais em trabalhar interdisciplinarmente, não deixou, porém, que fosse desvalorizado o seu papel institucional. Neste sentido criou uma estratégia concorrencial com as outras profissões sociais que passou pela sua liberalização, o que na prática deu uma nova configuração aos seus vínculos profissionais e de trabalho⁶⁰. Não deixou que os paradigmas dos seus processos metodológicos se desgastassem profissionalmente, investindo para o efeito numa requalificação contínua dos mesmos, recontextualizando-os e adequando-os de acordo com:

- ✧ a evolução do conhecimento na área do social;
- ✧ as transformações que se foram processando no campo da sua actuação;
- ✧ a sistematização da sua experiência profissional.

Serviu-se essencialmente do trabalho individual, bem como do de grupo e do da comunidade, para manter um estilo de intervenção, mas não alterou a forma de pensar os problemas sociais. Estes continuaram a ser concebidos como sendo problemas dos indivíduos, devendo por isso investir numa intervenção individualizada, usando a destradicionalização da individualização como meio de reafirmação das suas competências profissionais dentro de uma mutabilidade da imagem do seu percurso profissional. Estrategicamente, foi reforçando os seus mecanismos dialógicos com as estruturas reguladoras da inserção social e com as realidades construídas⁶¹. Na organização das suas práticas profissionais, serviu-se de uma relação simbiótica entre as características do seu exercício profissional e as novas representações dos problemas sociais. Portanto desviou-

⁶⁰ Contrariamente à realidade europeia onde os vínculos de trabalho eram simplesmente de carácter institucional, podendo-se alargar entre o sector público ou privado.

⁶¹ Como se pode verificar através de uma análise de conteúdo da produção de conhecimento na área do Serviço Social norte-americano.

se de um pendor generalista que marcou o Serviço Social Europeu para, na sua relação com a realidade social, promover a especialização e absorver uma forma de actuação que se aproximava mais de um processo de engenharia social. A sua relação com a ajuda tornou-se mais circunstanciada ao aconselhamento social, ao encaminhamento e à organização de recursos sociais, do que propriamente ao campo específico da acção social. Assimilou uma função pedagógica que lhe advinha do seu processo de socialização na sociedade americana em detrimento de uma função mediadora que esteve na génese social da profissão no continente europeu.

Independentemente de estas duas funções não serem incompatíveis entre si, nem tão pouco com a função mobilizadora defendida pelo Serviço Social da América Latina, foram todavia, no seu conjunto, impulsionadoras da diversificação na renovação da profissão, o que faz sublinhar as diferenças entre si e reforçar a ideia de que não existe uma homogeneidade no Serviço Social e de que a sua heterogeneidade se confirma através das distintas configurações culturais de que se revestiu e reveste.

Mas, se por um lado estas mesmas configurações revelam a existência de diferenças assinaláveis, por outro demonstram a forma como as ideias e os processos geram transformações na maneira de ver a realidade e na forma de agir sobre a mesma. A construção da realidade, ou seja, a maneira como os indivíduos membros de um grupo concebem as coisas, (Darré:1999) é, portanto, concebida como um produto social. Logo não deixa de poder ser analisada enquanto produto de interações entre indivíduos que se informam e que se procuram influenciar através de troca de ideias, e donde podem surgir novas ideias. Nesta óptica, tanto a função pedagógica, como a mediadora e a mobilizadora podem ser concebidas como um produto das interações conseguidas entre:

- ✦ a profissão e a estrutura do pensamento em matéria do social;
- ✦ os grupos sociais que substanciam a realidade social;
- ✦ as estruturas com capacidade de decisão sobre a gestão do social.

Estão invariavelmente relacionadas com uma dupla pertença na medida em que, para além de representarem a capacidade dos assistentes sociais de gerirem o valor social e o valor intrínseco da realidade social, estão também dependentes da argumentação desenvolvida pelas estruturas políticas e intelectuais para

tornar concordante o significado da acção com a interpretação do pensamento social sobre intervenção.

Consequentemente todo o processo de reconstrução do Serviço Social nunca pode ser considerado atípico. Antes pelo contrário, não obstante ter como base uma intenção colectiva de ajustar as transformações do Serviço Social à necessidade constante de uma sua permanente modernização, esta mesma modernização, para além de não poder ser descontínua, tem também que ser singular na medida em que não deve criar qualquer desfasamento nas suas funções profissionais, mas deve promover as condições para que:

- ✧ não se inverta política e culturalmente o movimento regulador da sua imagem profissional;
- ✧ não surjam pólos de oscilação na sua representação identitária e pontos de inflexão na sua reconstrução profissional;
- ✧ não se constituam instantes de desregulação na causalidade da sua modernização e da sua destradicionalização.

Por sua vez, as mutações que se foram processando no contexto do processo de desconstrução do Serviço Social, ao mesmo tempo que permitiram:

- ✧ criar uma consciência histórica da profissão,
- ✧ fazer da análise histórica o discurso do contínuo,
- ✧ organizar uma visão do passado,
- ✧ descentrar as formas da sua linguagem das regras da sua acção,
- ✧ reactivar a sua continuidade na história,

abriram também espaço para a sua reconstrução se confirmar num processo de afirmação da profissão como:

- ✧ uma profissão de intervenção,
- ✧ uma forma reflectida de exercício profissional da ajuda social,
- ✧ um meio de empreendimento político de carácter social,
- ✧ um regresso à descoberta do princípio da sua delimitação e da sua individualização profissional.

Por isso mesmo, a caracterização da sua reconstrução tem necessariamente que implicar uma desconstrução crítica das suas aprendizagens políticas e da forma como integrou as suas transformações no quadro de uma tomada de consciência das realidades sociais e dos mecanismos de mudança gestionários da difusão dos conhecimentos e da desvalorização do valor explicativo dos processos sociais de intervenção.

Fruto de toda esta dinâmica que desenvolveu a possibilidade do Serviço Social recriar as suas expressões profissionais, formou-se um universalismo profissional constituído por particularismos que não vão desclassificar a necessidade de recentrar a discussão sobre as novas expressões profissionais que tornam legítima a diversidade profissional. Ao mesmo tempo formou-se um localismo que torna relevantes as metamorfoses profissionais através de:

- ✧ a inversão da relação da ciência com a igualdade;
- ✧ a reabilitação da igualdade como princípio essencial da democracia;
- ✧ o reconhecimento da desigualdade como problema da democracia.

Em termos universais o exercício da desconstrução e da reconstrução profissional do Serviço Social afirmou-se como paradoxal, na medida em que:

- ✧ não resulta do somatório das reconstruções do Serviço Social em termos locais,
- ✧ não representa uma síntese das diferentes estratégias encontradas para recriar a profissão em face das mutações sociais,

mas revela um empenhamento colectivo dos profissionais para que, perante o alcance do princípio da diferença, se dissolvam os efeitos contraditórios na organização e reorganização dos modelos de intervenção profissional e se ultrapasse a neutralidade liberal que, para além de criar paradoxos na identidade democrática, favorece o surgimento de limites à cidadania na relação entre universalidade e diferença.

3.4 | Serviço Social e Globalização:

No contexto da sociedade actual a Globalização, entendida por Giddens (2002:24) *enquanto uma rede de processos complexos que operam de forma*

contraditória ou em oposição aberta a qual tem sido influenciada pelo progresso dos sistemas de comunicação registados a partir do final da década de 60, tem sido apontada como responsável por um conjunto de mudanças geradas por factores de ordem económica, política, tecnológica e cultural que estão na origem de:

- ✧ uma re-significação social e cultural das desigualdades;
- ✧ um redimensionamento político e cultural da nova questão social.

Mas, enquanto as transformações atribuídas à Globalização fizeram com que os problemas de exclusão se tivessem tornado⁶² no epicentro de uma discussão por parte de uma cultura crítica que visa uma avaliação do impacto produzido pela referida Globalização na esfera da vida social, por sua vez o conceito de inclusão foi institucionalmente legitimado, com especial relevo para as sociedades ocidentais, independentemente da concepção política da forma de pensar a desigualdade e a diferença.

Foi exactamente neste contexto de uma aparente política de sintonização, do *superavit* dos fenómenos de exclusão com a reduzida superlativação dos processos de inclusão, que se consignou uma relação de convergência entre:

- ✧ os efeitos sociais de um processo de Globalização não regulado;
- ✧ o reconhecimento da actual questão social que está relacionada com a recriação de um poder hegemónico que não subtrai a essencialidade da inclusão como processo de reconversão social, económica e política das disparidades construídas.

Nesta medida - e de acordo com a teoria da Globalização defendida por Waters (2000), a qual enfatiza o facto de os fundamentos da mudança produzida pela Globalização estarem essencialmente concentrados na relação entre organização social e territorialidade - a determinação através da capacidade de cálculo, da medida do risco social e do índice de crescimento das desigualdades não deixou que fosse diluída a importância da relação entre desenvolvimento e desigualdade, essencialmente quando o que está em causa é a construção de um

⁶² Por força da sua matéria substantiva e das particularidades da sua expressão.

sistema-mundo onde se possam integrar⁶³ os estados centrais, as regiões periféricas e as semiperiféricas. E como esta proposta política implica uma adesão a princípios transformadores contraditórios⁶⁴, suporta-se em processos tendencialmente universalizantes por terem como objectivo o anular de fronteiras e diferenças no sentido de criar uma convergência no processo de organização social, de modo a que se constituam as condições necessárias para um desenvolvimento individual e colectivo. O mesmo será dizer que o que está em causa ⁶⁵ é a formação de uma cultura de massas que detenha o necessário poder para reconfirmar a capacidade de hegemonização por parte dos que exercem o controlo da produção. Daí a correlação por vezes instalada entre Globalização e sociedade pós-industrial, independentemente das teses existentes sobre as origens da Globalização⁶⁶. Mas - tal como na sociedade industrial em que as alterações produzidas na estrutura social criaram padrões de diferenciação na vida social e geraram uma substituição de valores que abriram espaço à afirmação do individualismo, do universalismo, da secularização e do racionalismo - também com a Globalização o impacto produzido pela diferenciação promoveu a recriação do padrão do desenvolvimento, bem como dos valores fundamentais onde se sustentam as relações sociais. Portanto, mantém-se ainda pertinente a tese defendida por Durkheim sobre a diferenciação por considerar que um investimento na integração torna necessariamente o sistema mais inclusivo. Da mesma forma assume a devida acuidade a tese de Levy (apud Waters 2002:16) quando identifica a Globalização com uma nova modernização reflexiva, em que a reflexividade vai estabelecer um padrão sistémico de inter-relações entre as sociedades. Mas, se a lógica de Durkheim pode ser considerada como ainda actual, o que justifica a importância social e política atribuída aos fenómenos de desintegração e de desfiliação sistematizados por Castel (2003) e que legitimam os processos de intervenção social, por sua vez, tal como na revolução industrial, os fenómenos sociais relacionados com a alteração produzida nos espaços têm consequências:

↗ reactivam, por um lado, as expressões sociais dos problemas relacionados com a deslocalização, o cosmopolitismo e a inovação;

⁶³ Sem contrariar as regras dos mais fortes, tal como Adam Smith defendia no séc. XIX quando se referia à supremacia dos mais aptos sobre os menos aptos.

⁶⁴ Muitas vezes avocados em nome de uma cultura de solidariedade.

⁶⁵ Perspectiva esta que reflecte uma visão marxista.

⁶⁶ Tal como a tese de que liga aos descobrimentos, etc.

▲ reforçam, por outro lado, a necessidade de se redesenvolverem e reinventarem as estratégias de regulação social tendo em linha de conta o surgimento de novas interfaces na relação entre produção e consumo.

Nesta medida a Globalização, ao mesmo tempo que através da comunicação aniquila o espaço e desenvolve o consumo, paradoxalmente territorializa também a produção de acordo com as vantagens dos custos⁶⁷. Isto é, ao mesmo tempo que o fenómeno de distanciação se reduz, aumenta a diferenciação e com ela os efeitos colaterais resultantes, quer das sociedades de abundância, quer das sociedades de privação. Portanto a industrialização globalizante, da mesma forma que igualiza, também diferencia, e ao mesmo tempo que massifica torna mais significativas as diversidades culturais. Por esta razão, do mesmo modo que investe numa reorganização do capitalismo, que passa por um imediatismo do consumo e uma flexibilização do trabalho, torna-se incapaz de monitorizar a sua imagem perante os efeitos nocivos sobre o sistema ambiental e social. E, não obstante se poder pensar a Globalização como um novo ciclo da industrialização ou como uma etapa da modernização reflexiva⁶⁸, o certo é que os efeitos sobre a vida social activaram o reconhecimento da sua dimensão e das suas características⁶⁹ e, simultaneamente, promoveram a reconstrução dos mecanismos de regulação das descontinuidades do sistema social.

Não se defende aqui uma teoria que se fundamenta no facto da inevitabilidade do progresso implicar um aprofundamento dos problemas sociais e a construção de novos problemas, mas também não se segue o pressuposto de que a recriação dos processos de homogeneização do sistema económico não tenham custos sociais, os quais vulgarmente se traduzem no produto social que reflecte os paradoxos dos processos de hegemonização. Por outras palavras, o que se pretende dizer é que, perante um processo activo ou passivo de transformação das realidades sociais, existe na verdade uma mutabilidade nos movimentos de rotação e de translação dos problemas sociais. Isto é, da mesma forma que a gestão organizada dos problemas sociais não os erradica de acordo com os desideratos políticos, pode, no entanto, modificá-los em função desses mesmos desideratos. Para o efeito vai dando continuidade à regulação da sua

⁶⁷ Daí a mobilidade empresarial em função da procura de mão-de-obra barata.

⁶⁸ Tal como defende Beck (2000).

⁶⁹ Como aconteceu aquando da construção da sociedade industrial.

reprodução⁷⁰, desenvolvendo então o seu movimento de rotação em torno do Estado e dos sistemas de protecção social e o de translação em torno das irregularidades do sistema social.

Tendo porém em consideração as dificuldades emergentes em manter contínuo este movimento centrado no Estado e nos sistemas de protecção social, pelo simples facto de teoricamente o Estado-Nação ter entrado em confronto com o Estado-Mundo e os sistemas sociais protecționistas se terem precarizado em face do crescimento de uma política neo-liberal para a acção social, a regulação dos problemas sociais passou a:

- ⤴ ter novas interfaces criadas por diferentes actores sociais que se destacaram a partir das iniciativas de intervenção conduzidas a partir do sector privado, das instituições de interesse público ou dos movimentos sociais de natureza cultivada ou espontânea;
- ⤴ adoptar uma marca social de intervenção que se distingue pelo facto de as noções de propriedade e de espacialidade se irem desprendendo progressivamente de uma noção clássica de dispositivo espacial, para em contrapartida se desenvolverem com base numa mobilidade da acção que se reproduz através da utilização de uma multiplicidade de espaços e da sua inscrição no que se entende por *não lugar* (Auge:1992).

Perante este quadro em que a Globalização se transformou *num processo social através do qual diminuíram os constrangimentos geográficos sobre os processos sociais e culturais e em que os indivíduos se consciencializam cada vez mais dessa redução* (Waters,2002:3), a lógica da territorialidade desapareceu enquanto princípio organizativo da vida cultural e social. No entanto, e contraditoriamente, não se desincorporou em absoluto das práticas de intervenção social independentemente dos aspectos intencionais que levaram a que o sistema capitalista se ramificasse pelos domínios políticos e culturais. Isto sucedeu por que os aspectos não intencionais favoreceram paradoxalmente a reprodução da diferenciação através de um conjunto de compromissos político-culturais que legitimaram, não só o reconhecimento de uma pluralização nos estilos de vida, mas também a importância do Estado-Nação como solucionador dos problemas sociais. Mas, dado que um dos objectivos da Globalização se prende com o crescimento da homogeneização, concretamente no que diz

⁷⁰ O que nos remete para uma reflexão sobre o papel do Estado providência.

respeito ao processo de intervenção social este princípio começou a visualizar-se desde a institucionalização, tanto das organizações intergovernamentais⁷¹, como das organizações internacionais não governamentais⁷². Contudo, o facto de a intervenção social ter alcançado uma nova centralidade com o surgimento destas organizações de perfil transnacional ligadas às questões do desenvolvimento, fez também com que a sua acção se tivesse desde então vinculado a :

- ✧ um redimensionamento cultural e político da produção das desigualdades;
- ✧ uma forma de pensar a gestão local e global dos problemas sociais⁷³.

Contraditoriamente, a possibilidade criada de intervir ao nível conjuntural e estrutural dos problemas sociais que marcavam a diferença entre países desenvolvidos, periféricos e não desenvolvidos, não fez, todavia, com que se desvalorizassem os problemas sociais em termos locais e territoriais. Não por que a sua natureza fosse distinta. Antes pelo contrário, na sua globalidade tinham um denominador que era a pobreza resultante do não trabalho, se bem que a questão do não trabalho tanto possa estar interligada ao desenvolvimento tecnológico, como ao não desenvolvimento económico. Por isso mesmo faz parte dos diferentes patamares de desenvolvimento e comprova que o equívoco instalado acerca do não trabalho exprime, não só as distorções históricas socialmente determinadas, mas também a trajectória do processo civilizatório preconizado por Wallerstein: (1974) e Braudel (1989).

Esta constatação - que nos pode levar ainda a pensar sobre os propósitos dos processos culturais presentes que emprestam um significado a um problema social gerado pelos factores que potencializam a Globalização - conduz também a uma reflexão sobre:

- ✧ os processos de estruturação e de desestruturação do/s significado/s assumido/s pelos problemas sociais;
- ✧ as formas de intervenção humana sobre os mesmos;
- ✧ a produção e a reprodução, tanto da vida imediata, como dos “sistemas adaptativos “ tal como são definidos por Romão (2004:31-47).

⁷¹ Como a UNICEF, FAO, OMS entre outras.

⁷² Tal como a Caritas Internacional.

⁷³ Especialmente na relação público/privado.

Compreende-se assim que a relação entre Globalização e Serviço Social não possa ser exclusivamente entendida na base de um processo de associação ao “desarcaísmo” dos problemas sociais que por si mesmo se expressa através da articulação entre a representação e a captação das realidades sociais. Deve também ser integrada num processo de partilha de intervenção directa sobre a realidade, que todavia se sustenta em conotações processuais diferentes, as quais substanciam a existência de uma incompletude. Mas o facto de não se completarem deriva, não só de na realidade exercerem diferentes formas de agir que por si mesmas se auto - impulsionam - na medida em que as alterações produzidas na realidade social por via do processo de mudança, desencadeiam a inevitabilidade de as instituições se prepararem para enfrentar as necessidades sociais, “institucionalizando-as” -, mas também promoverem acções como instrumentos de desenvolvimento. Ou seja, a relação entre Globalização e Serviço Social instituiu-se a partir do contraditório existente entre:

- ✧ o desenvolvimento económico e o crescimento da desigualdade, da exclusão e da desqualificação das relações sociais e humanas,
- ✧ a transformação produzida na cultura do social e as alterações produzidas no processo de organização do trabalho.

Em termos de Serviço Social, e mediante uma reflexão centrada na informação recolhida nos relatórios finais do fim de curso da licenciatura em Serviço Social⁷⁴, torna-se claro que na actualidade, profissionalmente, os assistentes sociais canalizam as suas sinergias profissionais para o campo da institucionalização dos desequilíbrios e das desconexões sociais. Para o efeito, redirigiram a sua acção para o campo das vivências do quotidiano onde as questões dos desequilíbrios e das desconexões sociais se tornaram mais significativas. Em face desta circunstância e na medida em que esta realidade não é uma realidade territorializada⁷⁵, e também em face da reflexão sobre a propriedade intelectual produzida pelo Serviço Social sobre a Globalização em termos transnacionais⁷⁶, deixa-se antever que o processo de Globalização conduziu a uma desconstrução da profissão que, tendo-se iniciado a partir dos anos 70, se reflectiu na sua necessidade de se reposicionar perante:

⁷⁴ Os relatórios referidos dizem respeito aos apresentados em final de licenciatura de Serviço Social no Instituto Superior Miguel Torga e que fazem parte do trabalho empírico.

⁷⁵ Neste caso à sociedade portuguesa.

⁷⁶ Conclusão que é obtida através de uma desconstrução da bibliografia que incide sobre a Globalização e o Serviço Social

- ✧ a alteração produzida na importância social e política atribuída à questão da igualdade e da paridade,
- ✧ a redefinição conceptual da exclusão,
- ✧ a construção das formas repensadas da integração,
- ✧ a reinterpretação das lógicas profissionais e institucionais,
- ✧ as metamorfoses das competências profissionais,
- ✧ a questão da qualificação profissional.

Esta necessidade de se reposicionar profissionalmente face às modificações produzidas, tanto na identidade dos problemas sociais, como nos processos de intervenção e de agilização da intervenção, pode-se explicar se considerarmos o espaço que o Serviço Social ocupa na gestão das fragilidades sociais que estão incrustadas no quotidiano social, bem como o impacto da profusão da Globalização neste mesmo quotidiano social. Isto sucede porque, tendo a Globalização sido desenvolvida como uma estratégia para alterar o cenário político-económico mundial, ao investir numa alteração das relações económicas, políticas e culturais criou uma modificação ao nível da realidade social. E como o Serviço Social está implicado na gestão do social, o seu envolvimento com a Globalização é um envolvimento que, apesar de estar para além da sua vontade profissional, por força das circunstâncias está também, implícito na actuação profissional. Em termos mais objectivos pode-se contextualizar a relação do Serviço Social com a Globalização a três níveis. Um que está relacionado com a forma como os assistentes sociais foram acompanhando a re-significação dos problemas sociais. Outro que se prende com a sua colocação profissional perante as novas interfaces da intervenção social. Um terceiro, que está substanciado pela pressão exercida pela Globalização na recontextualização das formas de pensar e de agir dos assistentes sociais.

Quanto ao primeiro aspecto, ou seja, o que se relaciona com a forma como o Serviço Social foi perspectivando a sua intervenção profissional em face da re-significação dos problemas sociais, pode-se confirmar, com base numa perspectiva diacrónica, que o modelo de intervenção profissional se foi reconfigurando em função de:

- ✧ as características do modelo social de cada país⁷⁷ ou das modificações de que o mesmo foi alvo;
- ✧ a importância política e social atribuída pelos poderes políticos, quer aos problemas residentes⁷⁸, quer aos problemas que se foram inscrevendo socialmente perante as alterações produzidas no quadro das relações económicas, sociais e culturais.

Na prática, esta reconfiguração traduz-se no produto resultante da articulação entre a pragmatização do exercício profissional dos assistentes sociais e o envolvimento dos profissionais, tanto com a regulação do quotidiano social, como com a reparação das discontinuidades produzidas pela não homogeneização a que se propunha a Globalização. Por este motivo não atribuiu a si mesmo qualquer protagonismo na recriação da vida social no contexto de um novo modelo de sociedade dominado pela revolução tecnológica e pelas novas estratégias de desenvolvimento das relações de produção – não só porque a sua destradicionalização nem sempre esteve devidamente sintonizada com a recriação dos problemas sociais produzida num cenário social onde os conflitos surgiam da dificuldade da sua integração num modelo de sociedade onde a heterogeneidade e a fragmentação deu origem a um aumento da exclusão, mas também porque as coordenadas da sua destradicionalização nem sempre interferiram sobre as reservas culturais que mantinham intocável o sistema social, apesar da emergência de novos conflitos⁷⁹ e de novas relações de força e de espaço onde se enquadram as novas disputas económicas e culturais. Isto é, em termos práticos a Globalização, ao reforçar as competências profissionais e, por inerência, ao centrar a intervenção na área da exclusão social de raiz económica, tornou os propósitos profissionais do Serviço Social cada vez mais redundantes. Daí que a sua destradicionalização se tivesse tornado numa

⁷⁷ Isto sucede porque o seu processo de socialização cultural resulta das formas de sociabilidade que criaram as realidades concretas.

⁷⁸ Por problemas residentes entenda-se aqueles que, ao tempo, estavam instalados no tecido social.

⁷⁹ Os conflitos deixaram de ter uma natureza essencialmente económica para se revestirem de um carácter cultural.

condição de sobrevivência para a profissão. No entanto, como os cenários da exclusão se diversificaram em concomitância com a deslegitimação da divisão entre o económico e o social e o reconhecimento da ligação entre o social e o cultural, a exclusão, para além de ter sofrido uma reestruturação da sua identidade, sofreu igualmente uma desmistificação do seu campo simbólico. Por isso mesmo, no quadro dos países desenvolvidos e mesmo dos periféricos, a exclusão deixou de estar vinculada apenas a:

- ✧ o desemprego;
- ✧ o trabalho precário e infantil;
- ✧ a condição de reformado,

para se alargar a outras questões, a saber:

- ✧ a igualdade e a paridade, onde se integra o trabalho desempenhado pelas mulheres;
- ✧ a diferença e cidadania, onde se incluem os problemas ligados à etnicidade, à opção sexual e religiosa, bem como à deficiência;
- ✧ o desvio e a marginalização, dos quais fazem parte a toxicodependência, a violência e a criminalidade.

Já no contexto dos países pobres o problema da exclusão é um problema estrutural e endógeno que assume o devido significado quando analisado pelos países ricos, passando a ser considerado como um problema de desenvolvimento.

Em face desta recriação social e cultural do que se definia por problema social, o Serviço Social criou uma conexão entre os processos de intervenção reconceptualizados por força da sua destradicionalização e os processos de intervenção utilizados pelos diferentes agentes com um papel activo no campo da intervenção social. Por isso mesmo, para além de utilizar profissionalmente a sua força centrífuga na condução institucional dos processos sociais de crise individual, desenvolveu novas competências na gestão de equipamentos sociais e de projectos sociais que tinham como objectivo a recuperação das ligações sociais de grupos ou de comunidades no contexto do espaço público. Para o

feito, socorreu-se de estratégias de dinamização que passam, ou por processos de animação, ou por processos de organização. A escolha desenvolvida pelos profissionais do Serviço Social depende essencialmente da realidade em presença, do seu enquadramento institucional e dos propósitos sociais, institucionais e profissionais a alcançar. Na perspectiva de Paynes (2002), os novos modelos de intervenção profissional resultam da forma como o Serviço Social utiliza a teoria na prática⁸⁰, assim como da perspectiva que os profissionais detenham da sua própria profissão⁸¹. Esta visão, se por um lado reflecte uma flexibilização no universo da acção do Serviço Social como meio de superar os seus anátemas que, entretanto, foram produzidos pelas suas inseguranças, por outro lado afecta a construção de uma política do Serviço Social que se distingue por criar teoria através de um exercício de reflexão e de sistematização da sua experiência. Mas, se esta política anula qualquer síndrome de fundamentalismo profissional, também fragiliza a sua relação com a re-significação dos problemas sociais na medida em que a sua acção aparece a jusante de todo um processo de reconhecimento das vicissitudes que contrariam o exercício de mudança social. Esta proposta de Paynes leva a pensar que o Serviço Social, não obstante poder reconhecer os efeitos sociais da Globalização, deve preparar-se concretamente para utilizar os conhecimentos adquiridos na área das ciências sociais como meio de valorizar um processo de engenharia social que favoreça a consolidação das racionalidades. Segundo o ponto de vista do Serviço Social latino-americano, e muito particularmente na perspectiva de Iamamoto (2002), é realçado o pressuposto de que a relação do Serviço Social com a nova questão social, gerada pela confirmação económica e tecnológica do processo de Globalização, está influenciada pelo facto de o Serviço Social ser uma profissão assalariada e, como tal, ter que desempenhar as funções que lhe são conferidas pelas instituições públicas e privadas, as quais reflectem a forma como o Estado e a Sociedade Civil reagem aos efeitos sociais e culturais produzidos pela Globalização.

Contraditoriamente, ambas as perspectivas, não obstante se integrarem no leque das teorias modernas do Serviço Social, não reformulam as capacidades demonstradas pelos assistentes sociais de conduzir a construção de novas competências no contexto da gestão da nova Questão Social. Para Paynes será a

⁸⁰ Assim explica a construção do próprio Serviço Social de Casos, Grupos e Comunidades que se foram legitimando no campo do exercício profissional de acordo com as situações em concreto e a assimilação das teorias desenvolvidas no campo das ciências sociais e humanas. Um bom exemplo será o Serviço Social de grupos na medida em que o seu exercício profissional é aplicado a grupos e a sua vertente terapêutica reflecte a forma como o Serviço Social integrou nas suas práticas as teorias de Moreno.

⁸¹ A este respeito refira-se que perante uma situação concreta os seguidores das teorias anti-opressivas terão um comportamento profissional diferente do dos defensores da perspectiva humanista e existencial.

sua relação da profissão com o conhecimento que determinará a forma de agir profissional. Quanto a Yamamoto, a forma de agir depende em parte da dinâmica das instituições e da sua relação com a gestão da cidadania, a defesa dos direitos sociais e a democratização do poder como processo de construção de uma contra-hegemonia no interior das relações de classe. Sem que se forme qualquer paradoxo, o certo é que em nenhum destes modelos de recriação do processo de intervenção profissional dos assistentes sociais é capitalizado o valor da sua experiência profissional na reconstrução das estratégias de intervenção sobre os processos de desfasamento social gerados, quer pela inovação tecnológica, quer pela deslocalização dos trabalhadores e do trabalho, quer ainda pela legitimação da diferença. Daí que não seja viabilizada a possibilidade de a experiência adquirida no âmbito do seu exercício profissional da intervenção se tornar numa força bruta a partir da qual se possa conduzir a desconstrução do seu modelo de intervenção, para depois o reconstruir em função das novas fisionomias dos problemas sociais. Ou seja, ou partiu de uma simbiose entre as teorias produzidas e os seus propósitos profissionais, ou então subalternizou-se na relação disjuntiva entre a micro-política de um Estado-Nação e a política social global. Por isso mesmo foi-se confrontando com um sincretismo que invadiu a recriação profissional (Mouro:2001) e que marcou a forma como foi arquitectando os seus processos de intervenção social. Na prática subordinou a sua acção a uma política cultural que se radicava nas irregularidades que caracterizam as formas desorganizadas de intervir profissionalmente. E, perante uma desconstrução das políticas de intervenção desenvolvidas no contexto do reconhecimento cultural da Globalização, pode-se efectivamente descobrir a forma desorganizada como os assistentes sociais responderam à necessidade de reconceptualizar o binómio igualdade/diferença. Ou seja, definiram o seu espaço profissional de intervenção dentro de um contexto de escala onde, em simultâneo, se cruza uma dinâmica nacional com um movimento transnacional. E, como a dinâmica nacional reflecte as pressões da transnacionalidade que foi gerada pela evolução da Globalização, as actuações dos assistentes sociais, apesar de condicionadas pelas políticas nacionais que estão na origem da territorialização da acção, não deixam de reflectir os sintomas da interferência da Globalização na construção do seu conhecimento sobre as problemáticas sociais que decorrem do desenvolvimento e das formas de reconhecimento do desigual.

Portanto, e apesar destas duas concepções sobre as premissas em que se pode fundamentar o processo de intervenção conduzido pelo Serviço Social num

contexto de reconstrução da vida social, na realidade o seu impacto sobre a sua modernização profissional deve ser avaliado tendo como parâmetros a sua disseminação no campo da actuação profissional e a sua inserção no campo iconográfico. Contudo, como a sua modernização se processou desordenadamente, em consequência a reconstrução dos modelos de intervenção estabeleceu-se também desorganizadamente e de acordo com a gestão particular de:

- ✧ a desfragmentação dos paradigmas clássicos que influenciaram o exercício profissional do Serviço Social devido à relação de dependência estabelecida com as ciências sociais;
- ✧ a interferência de fluxos culturais globais que reforçaram a diversificação cultural do Serviço Social;
- ✧ a inflexão produzida pela localização histórica e linguística e pela política de diferentes tipos de actores, tais como Estados, movimentos sociais, sociedade civil.

Em face desta particularidade construíram-se mundos imaginados no Serviço Social que correspondem, no entender de Appadurai (2004:51) sobre esta matéria, *a múltiplos universos que são constituídos por imaginações historicamente situadas de pessoas e grupos espalhados pelo globo*. E, dado o seu modelo de reconstrução ser desorganizado, a recriação dos seus modelos de intervenção vão ser condicionados a processar-se em função do mundo imaginado onde está inscrito. Por isso mesmo, a sua refacção social tornou-se policromática e as características do processo de intervenção passaram a depender do espaço que lhe é reconhecido no contexto da relação existente entre os propósitos profissionais e:

- ✧ a economia política global,
- ✧ a disseminação dos interesses públicos e privados de contexto para contexto,
- ✧ a valorização colectiva da desterritorialização dos problemas sociais,
- ✧ a reprodução cultural dos padrões de desenvolvimento e de calibragem social.

De uma forma mais precisa pode-se dizer que, se este conjunto de elementos interferiram sobre a morfologia da sua acção tal como está retratado na (Figura 5), tornando-a mais ou menos consistente de acordo com a interconexão estabelecida entre os diferentes elementos que determinam a substância da acção por parte do Serviço Social, já a sua fisionomia dependia de um conjunto de outros factores que, tal como se vê pela figura 6, interferem com a sua forma de actuação profissional.

FIGURA 5 | INTERVENÇÃO / MUNDO IMAGINADO / MORFOLOGIA

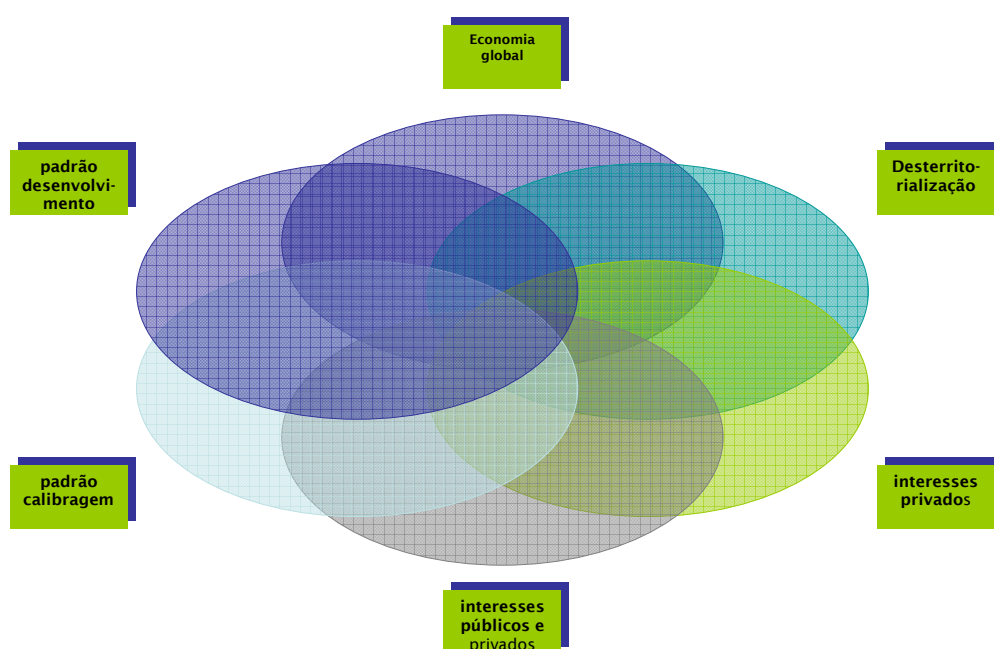
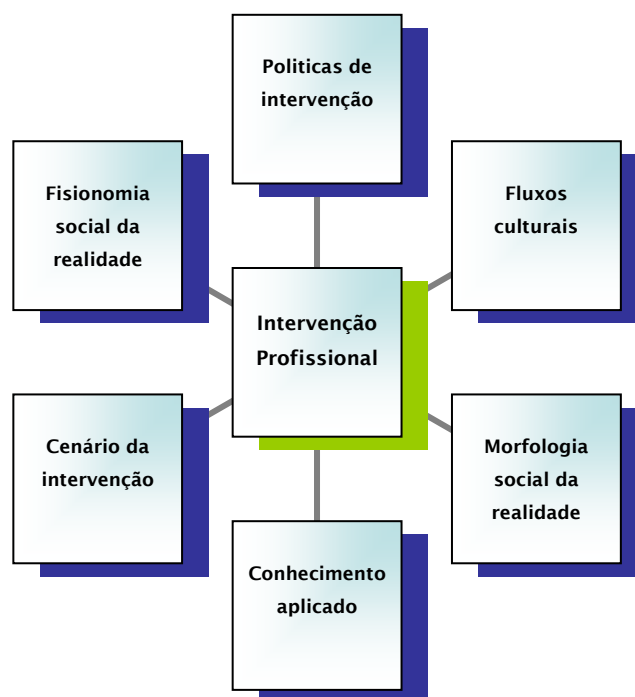


FIGURA 6 | INTERVENÇÃO / MUNDO IMAGINADO / FISIONOMIA



Por este motivo, o modelo de intervenção profissional desenvolvido no âmbito da Globalização deve ser definido tendo em conta o cruzamento entre a dinâmica global e a local, o que faz com que a atenção dispensada aos problemas sociais assuma três dimensões:

- ⤴ uma que se traduz na importância atribuída à realidade territorial a qual, apesar de estar atravessada pelos efeitos da Globalização essencialmente no que diz respeito à comunicação, tem os seus problemas fortemente relacionados com a questão do desenvolvimento;
- ⤴ outra que exprime a preocupação profissional com a Globalização efectiva de alguns dos problemas sociais mais nevrálgicos, como a sida, a toxicodependência;
- ⤴ uma terceira que está relacionada, não só com o agravamento das desigualdades geradas no contexto da nova questão social, mas também com o surgimento de novas formas de intervenção ao nível do mundo da precariedade, e que se reflecte no processo de reconhecimento da pobreza que por vezes se torna difícil de identificar, especialmente quando está integrada num contexto de conformismo que cria dificuldades na

percepção da sua dimensão se não for conhecida através do mundo emocional⁸².

Em face da dimensão da atenção prestada aos problemas sociais, bem como do processo relacional que a profissão estabeleceu com o quotidiano social e do seu do padrão cultural do exercício profissional da intervenção, e considerando ainda a relação existente entre a sua etno-realidade⁸³, a ideo-realidade profissional⁸⁴ e a media-realidade profissional⁸⁵, podem-se compaginar **três padrões de intervenção profissional**. Estes três padrões distinguem-se entre si, quer pelos paradigmas de intervenção adoptados, quer pelos fluxos culturais que interferem sobre as suas estratégias de acção, quer ainda pela forma como gerem as novas interfaces da intervenção social. O mesmo será dizer que **a intervenção profissional pode ser concertada**, o que corresponde a um padrão quando existe uma sincronia entre estes diferentes elementos, ou seja quando existe uma compatibilidade entre as suas características etnográficas e ideológicas que se estabelece de acordo com a ordem estrutural/causal partilhada pelos novos agentes de intervenção e pelos poderes organizadores do modelo social em que, por interferência dos fluxos mediáticos globais, podem gerar uma intervenção global⁸⁶, tal como está representada na figura 3.

⁸² Como por exemplo a pobreza nos idosos, nos deficientes, nos doentes.

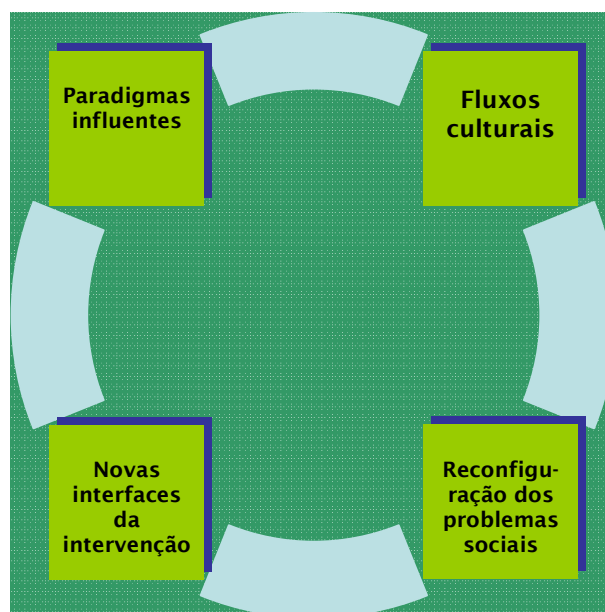
⁸³ Por **etno-realidade** compreenda-se a reprodução social, territorial e cultural da sua identidade profissional.

⁸⁴ Por **ideo-realidade** compreenda-se a imagem de fluxo ideológico que atravessa a dinâmica profissional.

⁸⁵ Por **media-realidade** compreenda-se a expressão profissional que resulta da conexão produzida entre pessoas, tecnologias e informação com os fluxos mediáticos que atravessam os problemas sociais e muito especialmente os de natureza transnacional.

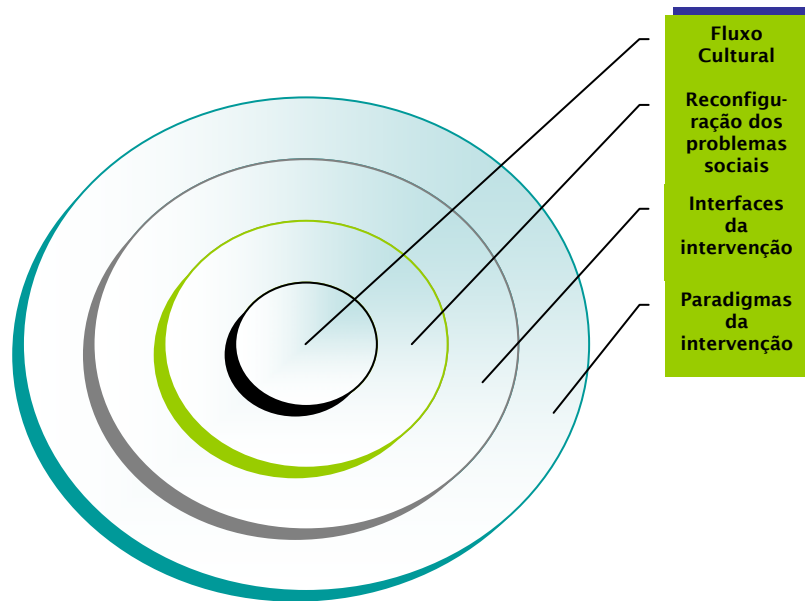
⁸⁶ Como acontece em situações de catástrofe ou de intervenção transnacional.

FIGURA 7 | MODELO DE INTERVENÇÃO CONCERTADO



Neste padrão de intervenção profissional, o exercício profissional é definido tendo em linha de conta os paradigmas de intervenção desenvolvidos no quadro de outras áreas profissionais e em função da articulação estabelecida entre a reconfiguração dos problemas sociais e os fluxos culturais que influenciaram esta mesma reconfiguração. Existe, na prática, uma relação sintomática de concordância espontânea ou construída na afectação profissional dos assistentes sociais ao processo de intervenção social. Neste contexto formulam-se propósitos de intervenção profissional que são previamente discutidos e, se necessário, negociados, em face do grau de decisão de que os profissionais dispõem para determinarem quando e quem será abrangido pela intervenção. Em termos práticos, neste padrão integram-se os processos de intervenção em rede que podem ser unicromáticos quando os diferentes agentes institucionais são exclusivamente assistentes sociais, ou policromáticos quando os agentes de intervenção estão dispersos por diferentes áreas profissionais. Em comum definem as estratégias de intervenção, tendo por base um diagnóstico social da realidade alvo; as metodologias são definidas tendo como referência os objectivos a atingir e o significado da acção em termos de tempo e de oportunidade. **Pode também ser confluyente**, outro padrão, quando o propósito do exercício profissional da intervenção está para além do simbólico, tendo especificamente um cariz pericial. Tal como está representado na Figura 8,

Figura 8



define-se em face de uma situação alvo de intervenção que pode ser individual, grupal, territorial ou global. O *designer* da intervenção caracteriza-se por se suportar numa política de confluências dos diferentes elementos sincréticos que contribuem para a construção da idiossincrasia do modelo de intervenção. Pelo facto de a sua relevância depender essencialmente da sua transição no espaço e no território, as coordenadas por que se orienta conferem-lhe a virtualidade de criar uma cadeia causal onde as contingências do processo de intervenção profissional interferem sobre a esfera da interacção que se desenvolve entre os padrões culturais e a vida social das problemáticas sociais inscritas, quer nas sociedades de pequena escala, quer nas de grande escala. Ou seja, este padrão de intervenção profissional, apesar de aglutinar um conjunto de elementos que reflectem as alterações produzidas pela ordem cultural global, confina-se essencialmente a uma interferência sobre pessoas ou domínios especiais que singularizam momentos de vida ou se restringem a lugares especiais. Mas, dado que a deslocalização, tal como a desterritorialização das pessoas, se foi afirmando perante a contradição crescente entre a construção das vidas possíveis e o fabrico das vidas sociais produzidas por força dos meios de comunicação social (Appadurai:2004), este padrão de intervenção profissional é sobretudo indicado para actuar sobre as contingências das vidas individuais. Para

o efeito serve-se de uma estratégia de acumulação de interesses, de modo a, eventualmente e de forma isolada, desempenhar um papel activo, tanto sobre os aspectos residuais da vida social, como sobre a aferição das vidas individuais às capacidades da sociedade política em gerar novas políticas de gestão do social e, por conseguinte, reconstruir as expressões atribuídas à vida colectiva. Em termos profissionais, ao ficar consignada a uma intervenção ao nível da vida social define como seu objectivo uma acção essencialmente sobre o indivíduo. Esta acção está fundamentalmente vinculada ao espaço institucional vocacionado para o exercício da acção social, a partir do qual é legitimada a intervenção. Canalizada e legitimada a partir destas instâncias, a intervenção confluyente actua sobre a realidade concreta com tendência para a banalização quando interpretada como fenómeno de grande escala, ou para a sua localização quando representam as particularidades vividas numa sociedade de pequena escala. A sua finalidade é penetrar no mundo dos mais desprotegidos ou dos marginalizados que contribuem para aprofundar e alargar o universo da exclusão. Serve-se da relação de ajuda para, de forma privilegiada, pôr em prática um modo de agir que desenvolve as competências pessoais e sociais que permitem ajustar as expectativas individuais com as expectativas da sociedade. Por isso mesmo, suporta-se numa estratégia pró-activa que serve para promover a mobilização das sinergias individuais ou familiares necessárias à renovação das capacidades individuais e sociais a investir num retorno à vida social. Como **terceiro padrão** de intervenção profissional existe **o modelo de intervenção disjuntivo que se particulariza pelo facto de os elementos intervenientes na acção⁸⁷ interferirem sobre a acção profissional sem que estejam obrigatoriamente inter-conectados**. Por este motivo, pode tomar diversas consistências culturais, as quais se constituem como alternativas de actuação dos assistentes sociais. Apesar de os elementos interferentes serem exógenos (figura 9), podem tornar-se endógenos quando o que está em causa é a avaliação das suas particularidades e o reconhecimento da sua zona de identidade relativa, a qual é formada pela identidade das relações instituídas e da complexidade das posições profissionais relativamente ao mundo exterior. Quanto ao seu modo de operar, este depende da qualidade da observação desenvolvida pelos profissionais, assim como das intenções que condicionam os seus propósitos interventivos, e ainda do diagnóstico social da situação. O mesmo é dizer que este padrão de intervenção profissional, para além de se organizar no espaço, constituiu o seu próprio

⁸⁷Acção esta que pretende ser reconstrutora dos modos de vida pessoal ou colectiva.

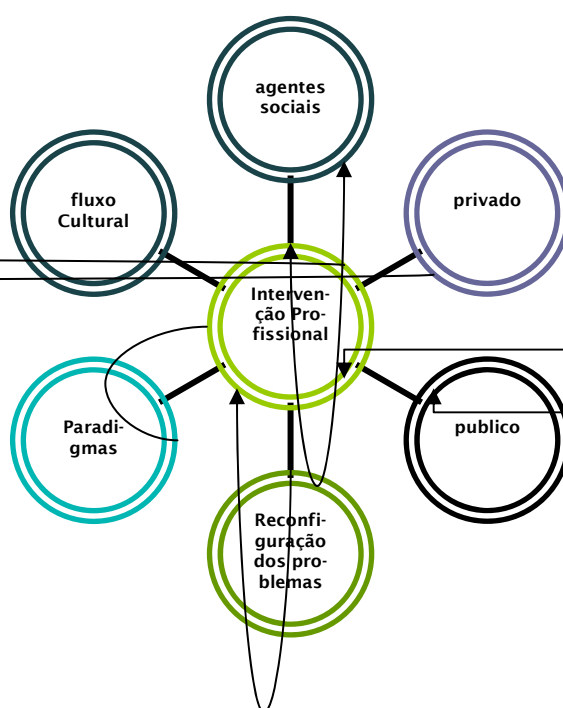
espaço. Ou seja, criou razões positivas que justificam o seu trabalho no terreno e serve-se do conhecimento adquirido para:

- ✧ circunscrever os limites da sua acção;
- ✧ reforçar a representatividade da sua actuação.

Por isso mesmo assume características identitárias, relacionais e históricas de acordo com os elementos constitutivos da sua identidade. Daí que a intervenção profissional na América Latina se diferencie da exercida na América do Norte. Pode, contudo, organizar-se dentro do mesmo espaço, de acordo com:

- ✧ a identidade da situação e dos elementos distintos e singulares dessa mesma situação;
- ✧ o lugar que ocupa na configuração instantânea das posições dos problemas sociais na estrutura cultural e social e da sua inscrição social.

FIGURA 9 | MODELO DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DISJUNTIVO



Pode ser conduzido por assistentes sociais ou de forma partilhada com outros agentes sociais, centra-se na situação em presença e actua de acordo com:

- ✧ a especificidade dessa mesma situação no quadro da reconfiguração dos problemas sociais;
- ✧ os paradigmas por que é orientada a intervenção profissional;

▲ a relação instituída entre privado e público na gestão da descoesão social.

A sua acção depende do ambiente social e cultural em que está inscrita a situação, e as estratégias são definidas mais em função da sua circunstancialidade do que da sua essencialidade. Quanto aos diferentes elementos que interferem sobre o processo de intervenção, se por um lado convergem no sentido de desenvolverem novas legitimidades ao exercício profissional da intervenção conduzido por assistentes sociais, por outro tornam heterogénea a sua consistência cultural, o que faz com que a intersecção das suas linhas de actuação dependam do ponto de intersecção da acção. Isto acontece porque a formulação da acção decorre dentro e através da crescente disjuntura nos actuais fluxos globais dos modelos de intervenção social, assim como da dissimilitude crescente na forma de pensar o “social”. Por tal, os fluxos globais que estabelecem a predisposição ideológica para uma homogeneização dos modelos de intervenção social formulam também as condições para que a acção possa partilhar das mesmas interferências, mas simultaneamente possa optar por configurações dissemelhantes de acordo com a ideo-realidade onde se integra. Por outras palavras, o padrão de intervenção disjuntivo profissional expressa a existência de uma rede de intenções que comunga do mesmo propósito, mas que não partilha da mesma cultura de intervenção e, por vezes, nem sequer da mesma estratégia para conduzir a acção. Dentro do seu universo cria diferentes metodologias de contacto efectivo com os interlocutores⁸⁸. Define escalas de intervenção que são adaptadas às características do objecto empírico real e, ao mesmo tempo, seleccionadas em função da sua representatividade. Centraliza a sua acção no que se pode denominar “questão do outro social ” ou então “questão dos desprotegidos”. Sem que anule a construção por si criada, reinventa o seu objecto intelectual e cria novos terrenos empíricos que correspondem a uma redefinição do conceito de necessidade. A forma como se posiciona reflecte a flexibilização emergente no seu sistema de pensamento. É também responsável por ter instituído a alternância complementar que está na base constitutiva da individualidade da situação e, portanto, da acção. Faz ainda com que se dissocie a identidade colectiva da identidade individual da intervenção profissional. Na prática, este padrão toma consistência perante a renovação geracional dos assistentes sociais. Aplica-se essencialmente em

⁸⁸ Que passa, ou por entrevistas, ou por inquéritos.

contextos onde, perante a reformulação cultural da vida social, a substancialidade dos laços sociais não só representa a paisagem da vida social, como a possibilidade de localizar no tempo e no espaço qualquer indivíduo dessa sociedade, contrariando assim os paradigmas da Globalização. É um trabalho que, indo ao encontro a uma reformulação das competências profissionais, retoma a individualização como meio de transfigurar a sua ideologia. Ou seja, interpenetra-se nas transformações da vida social como princípio de inteligibilidade que permite aos assistentes sociais ultrapassarem os registos tradicionais⁸⁹ por onde se orientava a sua intervenção, para tomarem como paradigma o “outro social”, entendendo este como **um dos átomos que faz, do fenómeno social total, o conjunto dos aspectos descontínuos que produzem a desqualificação da vida social. Este átomo é importante na gestão da vida social, não na medida em que o seu valor não se situa por referência à ordem que lhe atribui um lugar na sociedade, mas sim por exprimir o carácter problemático que pode instituir no interior dos sistemas estabelecidos.** Em termos mais objectivos, o Serviço Social através deste padrão de intervenção desenvolve um trabalho que deixa de estar centrado nas margens do sistema para se situar no âmbito dos diferentes níveis que impõem a necessidade da intervenção. Este facto contraria uma concepção parasitária da intervenção, dado que só é exercitado quando manifestamente existem as razões institucionais que justificam a acção profissional.

Já quanto à relação profissional dos assistentes sociais com as novas interfaces da intervenção social – **considerando estas como os novos mecanismos políticos, sociais e profissionais que se foram organizando, não só para exercer uma acção reparadora ou reguladora da democratização, como para tornar efectiva a democratização da intervenção**⁹⁰ – aquela pode-se caracterizar por, numa primeira instância, os profissionais terem investido numa relativização do processo de intervenção profissional organizado em função de um propósito ideológico de pôr em prática uma forma de agir redutora de uma conflitualidade que acompanhava a reprodução das desigualdades e que se tornou no lugar comum do Serviço Social, assim como na sua marca profissional⁹¹. Depois de ultrapassada esta fase de desvitalização de uma

⁸⁹ Como as políticas sociais, institucionais ou locais.

⁹⁰ Considerando a democratização, tal como Giddens, como um meio para defender a igualdade e o reconhecimento da importância da harmonização emocional.

⁹¹ Corresponde a uma fase de adequação do Serviço Social às mudanças que se foram operando na gestão do social, com o propósito de demonstrar que a democratização da intervenção se tinha tornado numa nova realidade política.

dinâmica de acção que faz parte do seu património profissional, e reconhecendo o fenómeno de democratização dos processos de intervenção – sem que desvalorizasse a intervenção como sua marca profissional – o Serviço Social investiu na redefinição das novas balizas profissionais que deveriam servir para reinventar a sua identidade profissional. Na prática, a reconstrução destas balizas teve por base uma recriação e recontextualização dos seus conteúdos funcionais, dado o interesse demonstrado pela profissão⁹² em se manter vinculada a uma modernização da intervenção social que neste contexto se tornou simplesmente complexa⁹³.

Mas, as novas interfaces da intervenção social, não obstante partilharem de um mesmo propósito – ou seja, a descompressão das tensões sociais e emocionais que surgem num contexto de mudança – não comungavam todavia dos mesmos pressupostos políticos e culturais. Por isso mesmo a similitude dos seus propósitos passou a conviver com as diferenças profissionais existentes ao nível dos diferentes protagonistas envolvidos no processo de intervenção social. Daí a construção da sua complexidade⁹⁴. Mas, como reacção a toda esta dinâmica de pulverização das interfaces da intervenção social⁹⁵, o Serviço Social procurou preservar a sua ideo-identidade profissional sem contudo descurar, quer a competição profissional que se foi instalando no campo das ciências sociais, quer o fenómeno de revalorização da solidariedade como mecanismo de regulação das incapacidades formais de responder aos problemas de cidadania⁹⁶. Não obstante este esforço em não deixar desprestigiar as suas competências profissionais e em não desvalorizar o seu desempenho no campo da intervenção social⁹⁷, ajustou a sua *praxis* face ao desenvolvimento da Globalização e criou uma inflexão no lugar que assumia no campo da intervenção social. Esta questão tornou-se profissionalmente incómoda na medida em que a área da intervenção social tinha sido tradicionalmente assumida como o espaço ideal para:

1. projectar as funções profissionais,
2. definir as suas competências em matéria de intervenção social.

⁹² Através da destradicionalização do seu modelo clássico de intervenção.

⁹³ Na medida em que implicou encontrar pontos de interesse convergentes por parte de diferentes agentes sociais que, podendo assumir uma dimensão mais social do que política, sublinhavam, contudo, a existência de indefinição de especificidades por parte do Serviço Social especificamente no que diz respeito ao exercício da intervenção social.

⁹⁴ Evidentemente que a acção conduzida por assistentes sociais, que usufruíam de uma experiência adquirida, diferenciava-se daquela que passou a ser desenvolvida por novos profissionais como os sociólogos, os psicólogos, entre outros.

⁹⁵ Que se consubstanciaram mais significativamente com a alteração da postura ética e política desenvolvida pelo sector público e privado na gestão das discontinuidades sociais geradas por um desequilíbrio no sistema de coesão social e de regulação dos processos de desafecção social.

⁹⁶ Tal como foi referido no Capítulo I deste trabalho.

⁹⁷ Por falta de investimento na produção teórica que deveria resultar da sistematização das suas práticas.

Por isso mesmo, ao ter que dividir este espaço com outros agentes sociais, tornou mais vulnerável a posição que a profissão ocupava na organização e a gestão dos processos de intervenção social. Ao mesmo tempo viu-se confrontada com a necessidade de redefinir o seu espaço neste campo que, entretanto, passou a ser um espaço partilhado com outros profissionais. Não que mantivesse ainda a hegemonia do exercício profissional da intervenção, tal como tinha acontecido durante a sua fase de legitimação profissional⁹⁸. Esta mesma posição já se tinha alterado perante um crescimento significativo dos protagonismos formais e informais que tinham tido a sua origem no fenómeno de desterritorialização profissional do exercício da ajuda social⁹⁹. No entanto, a consolidação da perda efectiva da sua supremacia no campo do exercício profissional da intervenção social, para além de consequentemente ter deixado de ser assumida como sua marca de referência¹⁰⁰, tornou também intrincada a relação entre desempenho e competências profissionais.

Por outras palavras, se durante o período de tempo em que o Serviço Social exerceu o seu domínio sobre o processo de intervenção social existia uma sintonia entre desempenho e competências, já num contexto de desfragmentação cultural da sociedade industrial¹⁰¹ formou-se uma clivagem oculta entre o desempenho e as competências do Serviço Social; ou seja, depois de uma fase de sintonia, seguiu-se uma fase de segmentação que acompanhou as flutuações profissionais que se tornaram mais profícuas em face do processo e das formas sociais do crescimento da sociedade global. Mas, enquanto o problema do desempenho não suscitou grandes apanágios pela simples razão de que tanto podia ser moldável como moldado, já a questão das competências tornou-se mais complexa na medida em que dependia da concertação de interesses internos e externos no que dizia respeito à definição de:

- ✧ as suas funções profissionais;
- ✧ a responsabilidade que lhe era reconhecida no quotidiano relativamente ao exercício profissional da intervenção social.

⁹⁸ Essencialmente dado o cunho doutrinário e moralizador do processo de intervenção social e a sua tendência empirista e pragmática ter sido progressivamente substituída por uma razão instrumental que promovia soluções racionais, simultaneamente manipuladoras da razão emancipadora.

⁹⁹ Fundamentalmente no que se relaciona com a intervenção, a média e a larga escala, desenvolvida pelas ONG ou outros organismos, como a FAO ou a UNESCO.

¹⁰⁰ Apesar de continuar a ser mitigado no quadro da sua destradicionalização.

¹⁰¹ Que coincidiu com o processo de Globalização do exercício social da ajuda e de legitimação da diversificação dos agentes sociais implicados no processo de intervenção social.

Em face destas circunstâncias, uma das primeiras questões¹⁰² com que se passou a debater, foi com a importância havida em:

- ✧ diferenciar as competências dos assistentes sociais no tocante aos restantes profissionais que passaram a actuar no terreno da intervenção social;
- ✧ recriar os propósitos dos assistentes sociais relativamente aos processos de actuação profissional;
- ✧ desenvolver e qualificar o seu desempenho profissional;
- ✧ compreender as grandes transformações culturais e tecnológicas que se estenderam ao processo de intervenção;
- ✧ reconstruir uma cultura de partilha da acção com outros profissionais.

Mas, ao confrontar-se com a importância em diferenciar as suas competências profissionais em matéria de intervenção ao nível das situações problemáticas vividas por pessoas, grupos ou comunidades, empiricamente a profissão desenvolveu uma lógica de articulação entre a defesa do seu capital patrimonial e a sua inscrição nos novos dispositivos de intervenção. Assim se explica a teoria de Ander-Egg (1995) quando faz a distinção entre funções específicas e funções partilhadas do Serviço Social. Por funções específicas, considerou o autor todas as que eram reconhecidas como da competência profissional dos assistentes sociais, tal como o levantamento sócio-económico da situação de crise e sua condução, especificamente quando se integrava no âmbito da acção social. Por funções partilhadas considerou todas as funções que são comumente exercidas por diferentes profissionais e que particularizam um desempenho funcional, como acontece com a terapia familiar. Esta distinção, ao ser confirmada – o que se tornou inevitável e essencial dada a pluralização dos agentes sociais que passaram a actuar no terreno da intervenção social – deu origem a:

- ✧ uma reformulação ao nível das estratégias relacionais;

¹⁰² Em face desta nova realidade, a profissão reestruturou as suas estratégias e, neste sentido, criou novos vínculos com os dispositivos alternativos, formais e informais, que passaram a integrar o cenário da intervenção; simultaneamente, preparou o seu novo estágio de sociabilidade.

⤴ uma decomposição e recomposição do desempenho profissional que na prática fez com que se tivesse tornado menos equívoca a desfragmentação cultural das suas competências profissionais.

Por esta razão, as **competências do Serviço Social no quadro de um processo contínuo de Globalização não devem ser entendidas como um corpo de regras que, sustentadas numa deontologia, permitem posicionar as capacidades do grupo profissional perante as normas implícitas decorrentes das suas formas particulares de sociabilidade.** Antes pelo contrário, **devem ser enquadradas no âmbito do que se designa por trabalho imaterial que visa a promoção do bem-estar colectivo e a defesa da cidadania global que envolve a re-significação dos problemas sociais.** Mas, quanto ao seu desempenho, este deve ser apreendido como uma forma activa de colocação profissional perante a substância da pressão exercida pela Globalização na recontextualização das formas de pensar e de agir dos assistentes sociais. Traduz, essencialmente, a recriação das estratégias da acção tendo em linha de conta, tanto a dinâmica da forma de repensar a acção social (Mondolfo:1997), como a construção de novas legitimidades como agente de mudança. Por isso mesmo - podendo o seu desempenho passar pela mediação social, por um papel psicossocial ou então por um trabalho colectivo sustentado num partenariado,- deve contudo articular a lógica económica, social, política e cultural ao papel das estruturas de inserção que desenvolvem a implicação necessária à construção de uma oferta alargada de serviços. No entanto, estes serviços diferenciam-se dos já existentes por promoverem, mediante uma relação de proximidade às situações problemáticas, uma cultura que não deve ser distante de uma cultura de consensualidade na medida em que pretende instituir um modelo de exercício profissional que condiciona a uma participação na construção de objectivos que devem ser acordados e assumidos como comuns.

Nesta medida, a recriação do exercício profissional deve passar objectivamente, não só pela pressão da necessidade constante de a profissão estar contextualizada no modelo de sociedade em que está inscrita, mas também pela necessidade de se inscrever e acompanhar de forma consciente a transformação do *modus operandis* da intervenção social. No entanto, enquanto na sociedade industrial o Serviço Social de Casos, o de Grupos e o de Comunidades eram considerados os métodos mais indicados e eficazes para os assistentes sociais conduzirem no terreno o exercício da intervenção, já na

sociedade do risco o partenariado, o trabalho em rede, a intervenção territorializada e a gestão de casos podem ser consideradas como formas alternativas de exercer a intervenção social. Toda a legitimação dos novos cenários, a partir dos quais se reexpandiu o exercício profissional dos assistentes sociais, deve ser compreendida como o produto de uma desconstrução dos métodos clássicos¹⁰³. É, sem dúvida, uma resposta aos efeitos gerados por um processo de massificação emergente produzido pelo papel que desenvolvia no âmbito da construção das políticas sociais em que o assistente social via formatadas as suas funções de acordo com a sua definição por via administrativa¹⁰⁴. As novas tecnologias constituem-se deste modo numa das mais novas interfaces da intervenção social. No entanto não vão surgir como substitutas, mas sim como fazendo parte das novas realidades que podem ter um papel importante, não especificamente na recriação do processo de trabalho dos assistentes sociais, mas especificamente na condução da actuação, assim como na redefinição das estratégias de intervenção.

Quanto à articulação da inovação com a qualificação no Serviço Social, esta toma uma nova expressão no presente. Pode ser entendida como uma resposta ao problema da competição profissional e da re-significação do seu papel profissional. Demonstra ainda a atenção prestada profissionalmente, e com mais acuidade pelas novas gerações, a:

- ✧ a recontextualização dos processos de trabalho no Serviço Social;
- ✧ a existência de uma maior apetência profissional para levar à prática um reflexão sustentada sobre o impacto das transformações culturais no quotidiano da vida social;
- ✧ a importância do uso das novas tecnologias na desformatação dos processos de intervenção e de relacionamento com os utilizadores dos seus serviços.

Em termos culturais, o facto de a Globalização ter reposto a importância da cidadania como forma de resgatar a legitimidade da reprodução das desigualdades, abre o acesso às generalizações por parte da profissão quando esta se refere às problemáticas sociais, tornando abstractas as diferenças. Esta

¹⁰³ Esta desconstrução, por ser desenvolvida no contexto da sociedade de informação, passou a estar integrada numa dinâmica cruzada da intervenção social, bem como numa reconstrução e devida recontextualização num ambiente profissional onde, para além dos meios humano, podem também ser utilizados os meios tecnológicos como opções estratégicas para não deixar desvirtuar a importância que a proximidade tem na singularidade atribuída ao exercício profissional da intervenção por parte dos assistentes sociais.

¹⁰⁴ Tal como aconteceu em Portugal no período da sua reconfiguração como executor das políticas sociais.

atitude faz com que não haja uma posição diferente entre realidade social e conhecimento da vida quotidiana. Por isso mesmo, e por não estar fechada ao confronto e ao diálogo dado estar ainda resistente ao facto de transformar as actividades de execução em actividades de concepção, concentra as suas energias profissionais no reforço da sua aptidão para registar as situações-problema. Para o efeito avalia os sinais objectivos e os que nem sempre são previsíveis, mas que são indicativos da vulnerabilidade contida na situação. Desenvolvendo ou não uma concepção sobre a intervenção, que depende, em parte, da sua relação profissional e territorial, antes de intervir assume como pressuposto a necessidade de dever saber como os indivíduos pensam e como pensam, o modo como transformam o seu modo de pensar, as suas maneiras de pensar - e não como se transformam sob tais ou tais determinações e influências (Darré:2002). Simultaneamente torna fundamental o dever profissional de saber, sem que seja obrigada a ter uma posição sobre o saber, como se operam ou podem operar as actividades do conhecimento entre pares, ou nas relações de cooperação com diferentes ou não diferentes agentes sociais. Torna-se assim menos ambígua a sua capacidade para identificar as situações sociais de risco e para usufruir do seu poder nas decisões sobre o processo de gestão do social. Na realidade este seu comportamento activa a premissa de que a profissão é eminentemente política e de que a reconstrução da sua ideo-identidade passa por:

- ✧ a recriação da relação de ajuda no Serviço Social (Garbarini:2002);
- ✧ uma desconversão do “aqui” e do “agora” no Serviço Social;
- ✧ uma renovação dos seus interesses;
- ✧ a construção de novos interesses que são gerados pela necessidade de compreender e descrever fenómenos de desigualdade que fogem às análises estritamente económicas dos fenómenos estigmatizantes e que servem para desfidelizar a sociedade global dos seus compromissos éticos com a cidadania global.

Em suma, a Globalização - ao produzir um agravamento das desigualdades económicas e sociais e ao desenvolver novas realidades sociais que decorrem das alterações exercidas, quer nos estilos de vida, quer das relações sociais e perante a evolução da ciência - fez com o Serviço Social reforçasse as suas competências ao nível da acção social, qualificasse o seu desempenho sobre os

comportamentos e redefinissem a sua actuação ao nível das novas problemáticas sociais que estão intimamente interligadas com a relação que o indivíduo tem com a sociedade, o ambiente social e os dispositivos institucionais de ajuda social.

3.5 | A atitude dos assistentes sociais face à modernização e à Globalização

Se do ponto de vista teórico a relação do Serviço Social com a Globalização e modernização traduzem uma relação de causa e efeito que se expressa através da recriação do Serviço Social, do ponto de vista da reflexão dos próprios assistentes sociais face a estes dois elementos regista-se um conjunto de atitudes que, apesar de não contrariarem o pressuposto teórico, deixam no entanto transparecer os diferentes padrões culturais e identitários da profissão. Estas diferenças de âmbito cultural e identitário existentes no Serviço Social podem ser interpretadas como o produto do princípio da autonomia que a profissão cultivou, o qual não pode ser confundido com o princípio emancipatório. Isto acontece porque, tal como se pode verificar através do exame às respostas recolhidas através do questionário realizado via Internet, as opiniões constituem-se de uma forma livre, mas respeitam os ambientes da vida social da profissão. Sofrem, porém, de constrangimentos que resultam de uma relutância em tomar posições não evasivas porque, ou ainda não fizeram a sua catarse profissional, ou no seu inconsciente continuam activas as reacções tradicionalistas que fazem com que os profissionais transfiram o impulso opressivo que desenvolveram na sua prática para uma reflexão existencial. Com base neste pressuposto pode-se justificar as não respostas ao questionário, bem como a falta de responsabilidade demonstrada. Mas, seguindo a metodologia de análise apresentada, as respostas recebidas traduzem a existência de formulações muito variadas no que diz respeito ao modo como interpretam a relação do Serviço Social com as realidades invasoras, realidades essas que criam novos impulsos no sentido do desenvolvimento da profissão. A epitomização deste processo revela-se nas respostas ao questionário referido, as quais, sujeitas a uma análise, traduzem as diferentes formas de pensar a Globalização e a modernização do Serviço Social. Estes dados foram igualmente sujeitos a uma análise comparativa que comporta duas dimensões: uma horizontal, entre países da mesma região, e outra vertical, entre países de regiões diferentes. Analisados os dados recolhidos de uma forma vertical, verifica-se o que a seguir se descreve.

3.5.1 | Análise Vertical

3.5.1.1 | REGIÃO EUROPEIA

Europa do Norte

Suécia

Não fazendo referência ao processo de institucionalização e desenvolvimento do Serviço Social na Suécia, o inquirido considera que o mesmo esteve até 1990 integrado, enquanto serviço público, no Welfare System.

A partir daquela data, em consequência da crise económica o sistema sofreu algumas restrições que obrigaram a uma reformulação das formas de intervenção, quer do Estado, quer do Serviço Social. Dito de outro modo, tornou-se óbvia a necessidade de rever e procurar alternativas consensuais no âmbito do **modelo de modernização**.

Neste contexto, e como realça o inquirido, uma das principais alternativas decorre da transferência da intervenção e das formas de exercício da actividade profissional para o domínio das Organizações não Governamentais (ONG's), entretanto criadas ao nível da sociedade civil.

Na opinião do inquirido, estas redes foram privilegiadas na reestruturação do sistema de bem-estar em relação ao sector social privado que, embora existindo e dando o seu contributo, não oferece as mesmas vantagens. Entre as que relevam das ONG's reportam-se as que decorrem da relação custos/despesas. Com efeito, não estando vocacionadas para a obtenção de lucros que subjazem ao exercício da actividade social privada, permitem-se oferecer, com qualidade idêntica, serviços com menores custos. Nesta perspectiva podem cobrir áreas não contempladas pelo sector privado, como sejam, entre outros, o apoio às populações excluídas social e economicamente, como por exemplo, os desempregados e os toxicodependentes. A um outro nível a criação de redes de ONG's reforça as relações de solidariedade entre os diferentes parceiros sociais através do aumento da implicação nas acções de voluntariado que se repercutem no aumento do sentido para a vida e do reforço das capacidades de resposta das comunidades locais para a diversidade de situações que se afirmam no presente e se possam vir a desenvolver no futuro.

Para o inquirido, a **Globalização** apresenta-se como um “open eye” atento a fenómenos que não são ainda completamente visíveis e/ou perceptíveis na sociedade sueca. Esta situação resulta do facto de a Suécia não ter sofrido, ao nível das suas diferentes infra-estruturas, no pós-Segunda Guerra Mundial, os efeitos que sacrificaram outros países. Daqui decorre a possibilidade de os efeitos da Globalização não terem na Suécia os mesmos efeitos que no resto do mundo ocidental. Esta hipótese não impede, no entanto, que os trabalhadores sociais persistam na busca de alternativas ao modelo de modernização para enfrentarem os desafios da Globalização.

Neste contexto, têm vindo a ser desenvolvidos contactos, reflexões e estudos centrados na experiência de outros países, como sejam:

- ✦ a experiência das cooperativas sociais do Norte de Itália;
- ✦ a experiência das modalidades de voluntariado no Reino Unido e na Alemanha e Canadá;
- ✦ a aliança entre a Universidade e o Sector Público na promoção da Economia Industrial.

Em termos de conclusão, o inquirido considera que a principal alternativa ao modelo tradicional da modernização reside no alargamento do voluntariado no âmbito das ONG's e no aumento da cooperação destas com os outros parceiros envolvidos na actividade social que procuram atingir os mesmos objectivos (igrejas, associações cívicas, serviços públicos, sector privado, etc.)

Noruega

Do ponto de vista da **Modernização**, o inquirido acentua que, até um momento recente, a institucionalização e o exercício da profissão estiveram dependentes das estruturas estatais e das definições governamentais das políticas sociais. Actualmente (não explicita a data da mudança), o Serviço Social articula a sua actividade com dois tipos de instâncias: duas de âmbito estatal – Administração do Mercado de Trabalho e Sistema de Segurança Social; outra que se situa ao nível das municipalidades – “Municipal Social Welfare “ e “Social Service Office.

Estes serviços, embora mantenham ao nível da sua gestão um tipo semelhante ao que se verificava anteriormente, têm hoje como objectivo uma

maior cooperação ao nível organizacional entre todos os serviços ao abrigo da nova lei promulgada em 2006 – “New Employment and Welfare Administration”.

Esta reorganização tem no entanto algumas implicações ao nível do financiamento. Enquanto as duas primeiras instâncias são directamente financiadas pelo Governo, a terceira está dependente dos recursos de cada um dos municípios. A principal consequência é a forma de administração financeira que coloca. Esta promove diferenciações entre municípios que se sentem obrigados, para suprir as suas necessidades, a recorrer aos serviços prestados pelo sector privado, com a consequente submissão aos princípios da economia de mercado.

Do ponto de vista da **Globalização**, a principal característica decorre da passagem de uma sociedade de bem-estar para os municípios de bem-estar, com problemas acrescidos pelo aumento das desigualdades sociais e da pobreza, o que promove a emergência de novos problemas éticos aos profissionais de Serviço Social, uma vez que dentro da perspectiva tradicional estavam adstritos aos problemas de carência económica e/ou populações de risco, como sejam as crianças incluídas em famílias desintegradas ou as populações mais idosas protegidas por sistemas insuficientes de seguros.

Reino Unido I

No Reino Unido, no âmbito do modelo da **Modernização**, existem duas instâncias na organização do exercício da actividade social: uma ao nível dos sistemas estatais e outra ao nível das Organizações não Governamentais – ONG’s.

No entanto, ultimamente, ao nível dos sistemas estatais têm vindo a decorrer mudanças significativas. Por exemplo, os serviços para adultos foram separados dos serviços para famílias e crianças. Determinados serviços relativos a estas últimas foram incorporados nos Departamentos de Educação, enquanto outros, como a saúde e a justiça, foram afectados a diversas agências cujo principal objectivo é a prevenção definida desde 2004 pelo Children Act.

Estas mudanças são vistas pelo inquirido com algum pessimismo por recear que os possíveis resultados possam não vir a ser claros e transparentes, dado que em algumas situações se restringiu o domínio de actuação - como é o caso da Justiça, muito centrada nos casos de abuso sexual infantil - assistindo-se, ao mesmo tempo à pulverização da actuação por uma multiplicidade de agências.

Em suma, nota uma preocupação com a “burocratização” que promove um isolamento da profissão no quadro do fraccionamento do holismo do sistema.

No que respeita à **Globalização**, o inquirido assinala apenas os principais problemas emergentes, a saber:

- ✧ turismo sexual;
- ✧ necessidades emocionais das crianças de famílias refugiadas que procuram asilo;
- ✧ processos internacionais de legalização envolvendo crianças, provenientes de diversas regiões, separadas das famílias;
- ✧ multiculturalismo;
- ✧ inclusão social das minorias étnicas.

Reino Unido II

Para este outro inquirido, no âmbito do processo de **Modernização** do Serviço Social os mais recentes desenvolvimentos centram-se em três aspectos: o primeiro reporta-se à criação de disciplinas multidisciplinares *versus* parcerias; o segundo, o providenciamento, ao nível das comunidades, de serviços dirigidos às pessoas com dificuldades em exprimirem as suas necessidades; por último, o envolvimento de voluntários, através de organizações nacionais e/ou locais, no desenvolvimento de diversas políticas e estratégias na promoção/prevenção da saúde, da integração/inclusão social, da promoção e reforço das capacidades individuais, grupais e comunitárias.

Este inquirido, embora verifique que estas três vertentes procuram promover teoricamente os princípios da cooperação e da coordenação para evitar a duplicação e a pulverização, considera que estes objectivos são difíceis de atingir, quer na articulação horizontal entre serviços, quer na articulação vertical entre os níveis nacionais/locais.

No âmbito da **Globalização**, as principais questões que se colocam ao nível da actuação dos trabalhadores de Serviço Social relevam, em primeiro lugar, da supremacia do controlo das corporações multinacionais sobre as corporações nacionais que impedem a emergência de oportunidades de dar uma maior consistência ao desenvolvimento das capacidades locais de desenvolvimento; em segundo lugar e, em consequência, o perigo de as nações mais poderosas ditarem as agendas na promoção dos serviços destinados aos grupos mais

vulneráveis. Neste contexto, o inquirido conclui haver uma mais efectiva propensão para a exploração do trabalho dos diversos agentes sociais.

Holanda

Em relação à **Modernização** existem, na Holanda, dois períodos distintos. O primeiro ocorre no pós-Segunda Guerra Mundial em que, através da construção do Welfare State, a legislação social cresceu como nunca tinha acontecido no país. O segundo período surge após os anos oitenta com a retracção da intervenção do Estado no domínio da esfera do social, o que promove um amplo conjunto de interrogações/debates em torno de matérias diversas, tais como objectivos, alvos de referência, capacidade e meios de financiamento, entre outras.

Neste contexto, a gestão do social constitui-se, metaforicamente, na “dupla face de Janus” ou seja, a tentativa de combinar os atributos das perspectivas social-democrata e conservadora. As principais consequências reflectem-se numa diminuição da acção reguladora dos serviços sociais e num crescendo da intervenção jurídica na prevenção/resolução dos conflitos sociais.

Do ponto de vista pragmático, a desregulação dos serviços sociais é interpretada como a passagem de uma proposta liberal a uma proposta que se afirma como cada vez mais neo-liberal, que promete menos regulação e menos burocracia. Esta transição traduz um paradoxo: “cada vez mais os trabalhadores sociais são forçados a cumprir tarefas administrativas. As palavras-chave são a tentativa de conciliar a contabilidade com a transparência”.

Em relação à **Globalização**, na sequência do que foi dito anteriormente, assiste-se a uma transição das responsabilidades inerentes aos serviços públicos para o sector privado e do âmbito central para o local. Assim, enquanto o Governo central legisla e monitoriza as formas de regulação, cabe aos sectores privado e/ou local a concretização e desenvolvimento dos projectos. (Social Support Act 2006)

Este modelo, designado pelo inquirido como “polder-model”, tem provocado inúmeras reacções em relação a diversas questões emergentes, como sejam:

✧ a emigração e o fundamentalismo islâmico

- ✧ a mobilidade da população, a migração ilegal e os tráficos diferenciados de pessoas e bens.

Europa Central

França

O inquirido francês apresenta uma resposta muito sucinta em relação a ambas as problemáticas. Assim, em relação à **Modernização** salienta como aspectos mais relevantes:

- ✧ a descentralização, isto é, a transferência de competências do topo para a base da hierarquia do Estado;
- ✧ o desenho de novas formas de metodologias de intervenção através do incremento das acções colectivas que envolvem novos métodos e práticas (que não explicita nem especifica) dirigidas a populações específicas, como sejam as que habitam os subúrbios;
- ✧ a capacidade de os trabalhadores sociais participarem na avaliação dos resultados dos programas e acções desenvolvidas.

No que se refere à **Globalização** considera que os desafios que se colocam aos trabalhadores sociais resultam de:

- ✧ o seu posicionamento face ao poder político;
- ✧ as formas de aproximação às populações;
- ✧ a dimensão ética da actuação na garantia de uma melhor qualidade dos serviços prestados.

Áustria

Do mesmo modo que o inquirido francês, as respostas são muito sintéticas. Assim, considera que no âmbito do processo de **Modernização** as principais mudanças decorrem dos seguintes aspectos:

- ✧ mudanças que remetem para o Welfare-Mix, ou seja, uma combinação entre as prestações dos serviços públicos e privados;

- ✧ a propensão para uma democratização dos serviços;
- ✧ um maior investimento na formação dos trabalhadores sociais, quer no âmbito da formação estritamente académica, como no melhoramento das abordagens metodológicas.

Na perspectiva da Globalização salienta como principais alterações as que decorrem de:

- ✧ a migração mundial
- ✧ a expansão do Capitalismo neo-liberal
- ✧ a propensão para a standartização da profissão
- ✧ a diminuição dos recursos financeiros
- ✧ o economicismo

República Checa

O inquirido, não respondendo directamente às questões colocadas, apresenta no entanto as suas razões. Estas prendem-se com o facto de a República Checa estar a viver um momento de transição entre o que foi o regime centralista e uma economia que designa por economia “quase de mercado”.

Não sofrendo os problemas que afectam os países que optaram pelo regime de Welfare State, existem no entanto problemas similares, como os que resultam das tentativas do actual sistema de reduzir os recursos financeiros do sistema anterior. Assim, as mudanças que esperava dependeriam dos resultados das eleições a ocorrerem na Primavera de 2006, que poderiam provocar mudanças ainda não visíveis, mas que apontavam, numa primeira instância, para a construção do sistema jurídico. Entre as inovações que o inquirido prevê que a nova legislação contemple é a do “Service User”.

Europa do Sul

Itália

No processo de **Modernização**, institucionalmente, o reconhecimento da profissão acontece em finais do séc. XIX com a Lei Crispi – Lei-Quadro do Sistema integrado de Intervenção e de Serviço Social. De acordo com o seu conteúdo, o Serviço Social define-se “como elemento fundamental da qualidade de vida, do bem-estar dos cidadãos, do direito de cidadania e da responsabilidade familiar”. Tendo como trave mestra na concretização destes objectivos o Serviço Social Profissional, compete a este a promoção de um sistema social integrado através da concertação/cooperação com os principais agentes sociais dos sectores público, privado e sindical.

Com estes objectivos define-se igualmente o perfil do trabalhador social desafiando-o a uma mudança de atitude prestacionista, reparadora e curativa para uma postura de prevenção e promoção do bem-estar, assente na criatividade, na mediação e na negociação.

Em tempos mais recentes, em situação de crise económica e dentro de uma lógica neo-liberal, tende-se a transferir a prestação de serviços para o sector privado e a tornar o nível local – comuna – como principal agente regulador de eventuais conflitos.

Por sua vez, segundo o inquirido, o processo de **Globalização**, tende a colocar ao Serviço Social novos desafios, dos quais salienta, entre outros:

- ✧ a dimensão cultural, isto é, a dissolução das formas de organização familiar tradicional, quer pelo aumento de divórcios e separações, quer pela emergência de uma nova tipologia familiar (monoparentalismo, relações de género, novas modalidades de reivindicação e emancipação feminina, etc.)
- ✧ o questionamento do trabalho nas suas diferentes formas de precarização, mobilidade, qualificações, migrações, relação produção-consumo;
- ✧ novas formas de precariedade: desagregação familiar, instabilidade emocional e psicológica, toxicodependência, distúrbios alimentares, solidão, etc.

Em relação a estes problemas o inquirido considera como eventuais vias de solução:

- ✧ o aprofundamento dos mecanismos de integração social pelo reconhecimento dos direitos sociais e civis dos excluídos e desintegrados;
- ✧ um novo paradigma alicerçado na tolerância, na solidariedade e na construção de respostas flexíveis e inovadoras na solução dos problemas sociais.

3.5.1.2 | América Latina e Central

Brasil I, II e III

A resposta de Brasil I é uma quase uma não resposta, já que o inquirido considera que o principal traço da **Modernização**, a principal exigência colocada ao Serviço Social, é a da reconceptualização que prevê a não separação entre a teoria e a prática. Quanto à **Globalização**, considera que criou por via dos interesses do capital a “coisificação” do sujeito, pela qual este é entendido apenas nos seus atributos de produtor e consumidor.

Para o segundo inquirido, a fase da **Modernização** situa-se num contexto de redefinição do capitalismo, pelo que cabe aos trabalhadores de Serviço Social a interpretação política das exigências que este coloca. Assim, é perante esta interpretação que o profissional poderá definir prioridades, nomeadamente no quadro deontológico, mas também na escolha dos instrumentos de intervenção profissional.

Partindo destes pressupostos, o processo de **Globalização** mais não fez do que reforçar as tendências anteriores, ou seja, a exploração dos trabalhadores, a redução/eliminação dos direitos sociais, sendo assim que o principal desafio que se coloca é a busca de meios que permitam preservar os que ainda existem e interpretar quais os interesses que estão a servir.

O terceiro inquirido responde de forma mais abrangente considerando existirem em relação à **modernização** três aspectos significativos. O primeiro resulta da laicização e da secularização da profissão, que assim obteve um maior rigor teórico e metodológico permissor de uma intervenção social que o afastou

decisivamente das formas de exercício acrítico, pontual e empirista dos modelos de acção propostos pela Igreja Católica. O segundo relaciona-se com a aproximação ao pensamento crítico-dialéctico que permitiu um reforço teórico dos seus quadros de pensamento através de um diálogo profícuo com as Ciências Sociais. Em consequência, e aqui surge o terceiro aspecto, foi possível integrar no seu referencial teórico, de uma forma mais consistente, outras problemáticas como sejam os processos de produção e reprodução sociais, o papel do Estado, a relação entre este e as classes sociais, assim como a relação entre o Estado e a profissão, nomeadamente do lugar que os profissionais de Serviço Social ocupam na divisão sócio-técnica do trabalho e da sua condição de assalariamento.

Em relação aos desafios colocados pela **Globalização** (que expressa uma crise do capitalismo) os principais situam-se nos seguintes âmbitos:

- ✧ alterações no mercado de trabalho (aumento e/ou ameaça de desemprego, achatamento do tecto salarial; precarização das condições de trabalho, aprofundamento dos processo de pauperização);
- ✧ mudança dos parâmetros legais e institucionais que regulam as relações de trabalho (definição do contrato de trabalho, do perfil profissional, das metas de produtividade, etc.)

Estes desafios obrigam os profissionais a repensar as formas de legitimação da profissão, o seu reconhecimento profissional e o perfil das suas qualificações. Cada vez mais estes aspectos estão submetidos a uma racionalidade que decorre das exigências cada vez maiores de um mercado orientado para a acumulação/valorização do capital. Neste contexto, os profissionais vão cumprindo tarefas administrativas e burocráticas em detrimento do seu trabalho de acção e intervenção sociais que se torna rotineiro, pontual, imediatista e assistencialista. A este último nível assiste-se à clara oposição entre as exigências do capital e as necessidades dos clientes.

Para o inquirido, a capacitação dos trabalhadores de Serviço Social necessita de reforçar vínculos no âmbito de um projecto ético-político em defesa dos direitos sociais e do aprofundamento da democracia.

Costa Rica

Considerando que a problemática do trabalho surge no contexto de expansão do capitalismo de carácter monopolista, o processo de **Modernização**, inicia-se nos anos quarenta com a passagem de um Estado de inspiração liberal para um Estado de carácter reformista, que hoje tende a aproximar-se de uma configuração neo-liberal. Para o inquirido, os aspectos mais significativos, neste contexto, resultam do Movimento de Reconceptualização surgido nos anos setenta, na América Latina. No âmbito das propostas deste movimento, o Serviço Social abandona a perspectiva psicologizante veiculada pelos USA Social Work, para se centrar numa abordagem das causas macro-históricas geradoras das desigualdades sociais.

Acresce ainda que na Costa Rica a Igreja não teve uma influência significativa na formação dos trabalhadores sociais, uma vez que a Escola criada em 1942 integrou -se, pouco depois, na Universidade Pública.

Assim, o quadro de Modernização desenvolveu-se segundo os seguintes parâmetros:

- ✧ tentativa de superação da dicotomia cliente/beneficiário pela promoção da participação activa dos sujeitos na busca de soluções mais adequadas aos seus casos;
- ✧ uma maior atenção à promoção dos Direitos Humanos, que neste tipo de sociedades são teoricamente considerados, mas que acabam por ser subordinados aos critérios (desiguais) da distribuição da riqueza socialmente produzida;
- ✧ uma tentativa de superar a metodologia tradicional (caso, grupo e comunidade), partindo do pressuposto de que a intervenção se deve desenvolver a vários níveis, a saber:
 1. assistencial, promoção sócio-educativa, promoção sócio-terapêutica e gestão das políticas sociais;
 2. interpretação das políticas sociais como espaço de expressão de diversos interesses sociais e, consequentemente, como espaço de construção de cidadanias e amplificação e execução dos direitos humanos. Entre estes salientam-se as questões de género, a exclusão social e as diferentes possibilidades de auditorias sociais.

Quanto à **Globalização**, definida como o imperialismo do capital, os principais desafios resultam de:

- ✧ as novas formas de organização do trabalho que põem em confronto as competências das novas tecnologias com as formas de estabilidade do trabalho, através da terciarização dos processos produtivos;
- ✧ a precariedade do mercado de trabalho que promove diversos tipos de exclusão social solicitando uma maior intervenção social que promove um paradoxo: o Estado, ao centrar a sua atenção na contenção da pobreza, obriga o trabalho social a um retorno ao assistencialismo e ao neo-filantropismo. Deste paradoxo resulta o aumento de diversos tipos de violência aos níveis familiar, comunitário e societal;
- ✧ uma cada vez maior tendência do Estado, no quadro do neo-liberalismo, para transferir as suas competências e responsabilidades para o domínio privados e o das ONG's.

O inquirido conclui que os paradoxos do neo-liberalismo colocam os trabalhadores sociais num terreno igualmente contraditório. Por um lado, ao mesmo tempo que são chamados a uma maior intervenção na busca de soluções para os diferentes problemas sociais, dispõem, ao nível do seu exercício profissional, das mesmas condições dos outros trabalhadores, como seja a redução da sua capacidade de actuação por diminuição dos recursos disponíveis, por uma cada vez menor intervenção do Estado e pelas precariedade e instabilidade de emprego.

Assim, os principais desafios que se lhes colocam resultam de:

- ✧ a exigência de um aumento de competências que articule a dimensão sócio-histórica do universal com o quotidiano dos sujeitos;
- ✧ a exigência de uma maior intervenção na elaboração, gestão e implementação de políticas sociais no sentido de ampliar os processos de democratização e de transformação dos modos de distribuição da riqueza socialmente produzida.

3.5.1.3 | América do Norte

Canadá

De uma forma sucinta, o inquirido canadiano considera que os aspectos mais relevantes no processo de **Modernização** do Serviço Social decorreram da necessidade de:

- ✧ rever o lugar do trabalho com as comunidades no contexto da sociedade pós-moderna;
- ✧ reflectir a coordenação entre as diferentes profissões do trabalho social como forma de valorizar as competências específicas do Serviço Social;
- ✧ explicitar as formas de intervenção dos trabalhadores sociais sobre o sistema-intervenção (aparelhos, dispositivos e políticas)
- ✧ reflectir a perspectiva designada por “evidence-based.

Quanto às mudanças produzidas no Serviço Social pelo processo da **Globalização** o inquirido considera pertinentes as que resultam de:

- ✧ as formas de mobilização das comunidades, sobretudo entre os mais jovens, em que cada um dá um sentido particular à sua forma de participação;
- ✧ os diferentes e variados cenários relacionados com os movimentos migratórios que desenham uma quase-cultura de migração com maior pertinência do que a cultura étnica;
- ✧ uma menor pertinência do trabalho social por via de um menor peso do Estado Social;
- ✧ a transformação das práticas de informação dos clientes que encontram na Internet a maior parte das informações necessárias à resolução dos seus problemas;
- ✧ o retorno, em força, de uma epistemologia neo-positivista o que enfraquece o trabalho social.

Estados Unidos da América I

Considerando que não se sabe bem o que pode ser entendido por **Modernização**, o inquirido adianta contudo que as principais transformações se inscrevem no conjunto de valores, nas implicações que os diferentes contextos inscrevem na formulação das políticas sociais, na afirmação de diferentes padrões familiares, no papel da tecnologia e na própria avaliação dos recursos disponíveis.

Assim, os principais desafios da **Globalização**, inscrita no quadro de um crescente desenvolvimento das perspectivas conservadoras, que aumentam o hiato entre os que têm e os que não têm, colocam como principal interrogação a forma como preparar os trabalhadores sociais no sentido de contribuírem para a compreensão, tanto dos modelos sociais de desenvolvimento, quanto dos modelos mais tradicionais do Serviço Social.

Estados Unidos da América II

A resposta do segundo inquirido resulta, como ele mesmo reconhece, da sua pertença institucional, uma vez que considera que o âmbito de actuação dos trabalhadores de Serviço Social é marcado pelo trabalho desenvolvido, maioritariamente nos serviços de saúde mental. Assim, as principais mudanças ocorridas neste domínio resultam, embora com diferenças entre os diferentes estados federais, de:

- ⤴ uma progressiva privatização dos serviços de saúde mental, que revelam uma diminuição da sua quantidade e qualidade afectando sobretudo as crianças e os pobres;
- ⤴ o facto de o envolvimento do sector privado, ao ter como objectivo o controlo das despesas com os serviços de saúde nos Estados Unidos, promover a standartização das “melhores práticas” que influenciam decisivamente o conhecimento, as práticas e a cultura dos programas e os serviços de saúde mental.

Em relação ao processo de **Globalização**, o inquirido considera, ironicamente, que não pode imputar as transformações ocorridas a este processo, mas que tal facto resulta da sua falta de imaginação.

Estados Unidos III

Para este terceiro inquirido, a principal dimensão da **Modernização** decorre da “revolução tecnológica” que considera ter permitido uma maior comunicação, quer com os clientes, quer nas ligações com outras organizações, e inclusive com os próprios legisladores. Neste sentido considera haver uma maior individualização e um maior respeito pelo cliente, que pode ser o indivíduo, o grupo, ou a comunidade.

Em relação à **Globalização**, as directrizes ditadas pelo G8 – liberalização do mercado, comércio livre, etc. – promoveram a deslocação dos trabalhadores através do mundo. E embora estes países se assumam como “protectores das pessoas”, o facto é que as pessoas são cada vez mais servidas por empresas privadas ou empresas não lucrativas. Quer isto dizer que, tanto a Norte como a Sul do globo, as pessoas recebem cada vez menos apoios dos serviços sociais. Para além destes aspectos, os trabalhadores sociais são cada vez mais solicitados para realizarem serviços administrativos com os óbvios impactos na atenção que devia ser dada aos clientes.

3.5.2 | Análise Horizontal

3.5.2.1 | Região Europeia

Nas respostas dos inquiridos que representam os diferentes países da Região Europeia, a maioria afirma que, no âmbito da modernização, o Serviço Social teve como principal parceiro as instituições governamentais no quadro do Welfare State. Esta situação modifica-se, no entanto, a partir das duas últimas décadas do século passado, com a emergência da crise económica que obriga o Estado a reformular a forma de definir as políticas sociais, as suas responsabilidades, as formas de intervenção ao nível social, assim como a relação com os seus tradicionais parceiros. Esta reorganização, que afirma a passagem de um Estado Providência para um Estado de inspiração neo-liberal, pode ler-se, segundo a opinião dos inquiridos, segundo dois eixos que não se excluem mutuamente, surgindo como a dupla face de Janus como referia o inquirido holandês. Assim, em países como a Noruega e o Reino Unido, a reorganização do Estado passou por uma mais intensa actividade legislativa, nomeadamente ao

nível jurídico, o que levou a uma maior burocratização dos procedimentos de acção e intervenção sociais. Embora esta vertente esteja presente nos outros países, o caso em que este aspecto é menos referido é o da Suécia que, tendo uma situação económica mais próspera do que os restantes países e uma história muito marcada por acções de solidariedade, rapidamente encontrou ao nível da sociedade civil os mecanismos para contornar a crise: a expansão do voluntariado e a criação de ONG's, que tanto podem actuar a nível local como a nível nacional. Este sector tornou-se o interlocutor privilegiado do Estado pela avaliação dos custos/benefícios, uma vez que, não tendo como objectivo a obtenção de lucros, prestam serviços com a mesma qualidade a preços menos onerosos dos que os praticados pelo sector social privado.

Para os restantes países, o processo de burocratização a que nos referimos, por um lado procura, na transferência das responsabilidades sociais e financeiras para o privado e para os municípios, garantir uma maior coordenação e harmonização entre os diferentes agentes envolvidos; por outro lado, na prática, aquela intenção traduziu-se na pulverização, quer dos serviços que se foram entretanto, quer do próprio agir profissional dos trabalhadores de Serviço Social. A precarização das suas condições de trabalho, aliada a uma restrição dos recursos financeiros, leva-os, em muitas circunstâncias à realização de tarefas administrativas em detrimento das suas funções específicas e, consequentemente, à dispersão das suas actividades

Em relação ao processo de **Globalização**, os países escandinavos são os únicos que referem que o principal desafio se coloca em encontrar formas alternativas de conter o tendencial crescimento das desigualdades sociais e da pobreza. Assim, os desafios que vão ser referidos pelos outros inquiridos – integração/exclusão – não se colocam aos escandinavos, dada a sua longa experiência histórica na integração, quer das populações nacionais, quer das populações migrantes.

É justamente a questão da integração/exclusão que, para os restantes países europeus, coloca maiores desafios. Por um lado, as populações excluídas social e economicamente, como são os casos dos idosos, dos desempregados e dos toxicodependentes; por outro lado as populações migrantes, quer se refiram ao mercado de trabalho, quer se refiram ao refúgio e/ou refúgio. Em relação a este último aspecto cabe referir o caso das populações mais vulneráveis, como sejam as crianças refugiadas afastadas das suas famílias de origem e os

migrantes clandestinos envolvidos em vastos e complexos processos nacionais e internacionais de legalização.

Outros dos desafios referidos relacionam-se com o fundamentalismo islâmico, os diferentes tipos de tráfegos internacionais e o turismo sexual infantil.

São ainda referidas as questões relacionadas com a reorganização do modelo familiar que contempla novos modelos, a precarização do emprego e o aumento das perturbações do foro psicológico – distúrbios mentais e emocionais, solidão.

Neste contexto, os inquiridos salientam a necessidade de reflectir, não só sobre a própria qualificação profissional, mas igualmente sobre a maneira de contornar as dificuldades que se colocam às suas formas de agir nos domínios da acção e da intervenção sociais.

O único país que se diferencia de todos os outros é a República Checa, na medida em que se encontra numa fase de transição. Com efeito, só este ano foi aprovada a nova legislação que define as alternativas ao centralismo de Estado.

3.5.2.2 | Regiões da América Central e Latina

Brasil

Entre os três inquiridos brasileiros podemos distinguir dois tipos de repostas. As dos dois primeiros são marcadamente sucintas, tendo em comum os seguintes aspectos: por um lado o processo de **modernização** centrado no movimento de reconceptualização permitiu aos profissionais a interpretação do significado político da sua acção, assim como uma melhor compreensão do contexto social em que estava inserido. No que diz respeito ao processo de **Globalização**, o neo-liberalismo mais não fez do que reforçar as condições de exploração dos trabalhadores, o que se fez acompanhar por uma restrição, quando não a eliminação, dos seus direitos sociais e económicos.

O terceiro inquirido, que responde de uma forma mais aprofundada, permite compreender que no Brasil o processo de **modernização** foi marcado por três momentos que se unem pela progressiva profissionalização dos trabalhadores sociais. Um primeiro momento resulta da laicização e secularização do Serviço Social que se afasta, assim, das práticas propostas pela Igreja Católica. Um segundo momento deriva da aproximação ao pensamento crítico-dialéctico.

Finalmente dá-se o desenvolvimento de uma relação mais profunda com as Ciências Sociais. Todos estes momentos se traduziram num maior rigor teórico, conceptual e metodológico que se reflectiu numa maior qualidade das práticas e da avaliação das situações em que os profissionais estavam implicados.

Os principais desafios que a **Globalização** coloca resultam da crise do capitalismo que torna mais complexo o perfil dos problemas sociais, nomeadamente os que resultam das alterações do mercado de trabalho e do quadro legal e institucional que o regula. Com um modelo económico orientado pelos interesses de acumulação/valorização do capital, as próprias condições de exercício da profissão também se alteram, obrigando os profissionais a ficar adstritos a diferentes tipos de actividades administrativas e acabando por ver diminuídas a qualidade e as competências das suas formas de acção e intervenção sociais.

Costa Rica

Para o inquirido da Costa Rica, o Trabalho Social, na sequência da expansão do capitalismo, nos anos quarenta, passou de um Estado de inspiração liberal a um estado reformista. Contudo os aspectos mais significativos acontecem nos anos setenta com o movimento de reconceptualização da América Latina. A principal influência deste movimento foi ter permitido abandonar a perspectiva “psicologizante” do Serviço Social dos Estados Unidos, o que simultaneamente o levou a centrar-se, segundo uma perspectiva macro-histórica, nas causas que estavam na origem de diversos problemas sociais, como por exemplo as desigualdades sociais. Contrariamente à realidade de outros países, a Igreja Católica não teve um papel decisivo na formação dos trabalhadores de Serviço Social, uma vez que a Escola criada em 1942 foi pouco tempo depois integrada na Universidade Pública.

A promoção da participação activa dos cidadãos na busca de soluções para os seus próprios problemas, a consciencialização dos direitos humanos e a tentativa de superar a metodologia tradicional (caso, grupo e comunidade) foram as principais dimensões que caracterizaram o exercício profissional.

No domínio da **Globalização, definida como o imperialismo do capital**, os principais desafios resultam das novas formas de organização do trabalho, da precariedade do mercado de trabalho que promove cada vez mais a exclusão social e da transferência das responsabilidades do Estado para o domínio privado

que coloca os trabalhadores sociais ao mesmo nível dos restantes trabalhadores, retirando-lhes competências.

Assim, o desafio que se coloca à profissão remete para a necessidade de repensar as competências e articulá-las com o quotidiano dos sujeitos. Coloca-se igualmente a exigência de uma maior intervenção dos profissionais na elaboração, na gestão e na implementação das políticas sociais no sentido de se garantir uma transformação dos processos de ampliação da democracia e das formas de redistribuição da riqueza social.

Apesar das diferenças históricas, há entre o Brasil e a Costa Rica um processo semelhante, quer quanto ao processo histórico de formação profissional, quer quanto aos desafios colocados pela Globalização.

3.5.2.3 | América do Norte – Estados Unidos e Canadá

O tipo de respostas dos inquiridos norte-americanos reflecte, apesar da proximidade geográfica, a especificidade histórica de cada um dos países. Assim, para o inquirido Canadano a questão central, quer do ponto de vista da **modernização**, quer do ponto de vista da **Globalização**, é a da participação das comunidades na prevenção e na solução dos problemas sociais segundo duas vertentes: a da sua mobilização, nomeadamente, entre as camadas mais jovens, e na atenção que deve ser dada aos diferentes cenários resultantes da existência de uma quase-cultura dos movimentos migratórios que ultrapassam as tradicionais dimensões das designadas culturas étnicas.

Este contexto coloca aos profissionais de Serviço Social uma dupla exigência: por um lado, a de uma maior coordenação entre os diferentes profissionais do trabalho social que possa valorizar as especificidades do Serviço Social; por outro lado e, num certo sentido paradoxalmente, a perspectiva neo-liberal e o retorno do neo-positivismo que precariza as condições de trabalho e as suas formas de intervenção.

O que há de comum com os inquiridos dos Estados Unidos resulta do papel das novas tecnologias que permitem aos utilizadores uma mais rápida informação sobre as suas situações particulares, assim como do crescente predomínio das políticas conservadoras ditadas pelo G8, que implicam um aumento das desigualdades sociais. As consequências da crescente privatização dos serviços sociais traduzem-se numa diminuição da qualidade e da quantidade de serviços prestados, a que acresce o facto de os trabalhadores serem

envolvidos em tarefas burocráticas que impedem a plena realização das suas funções.

Face a esta forma de análise, pode-se assim definir que a construção das opiniões dos assistentes sociais no que diz respeito à modernização e à Globalização não é inócua, nem tão pouco representa uma forma global de perceber a importância, quer da modernização, quer da Globalização. Traduz a sua integração no contexto onde se insere e reflecte a sua forma de pensar a realidade social em função da realidade local. .

3.6 | Síntese conclusiva

Em face dos resultados da abordagem realizada neste capítulo pode-se efectivamente concluir que o exercício profissional do Serviço Social no presente está significativamente marcado por uma “insegurança” vivida no interior da profissão que resulta de uma relação ainda não totalmente resolvida com o seu passado e por resolver relativamente ao futuro.

Quanto à relação que no presente o Serviço Social criou com o seu passado, esta tem sido gerida mediante duas variáveis, isto é, a da destradicionalização e a da ruptura. Enquanto a destradicionalização se serve da desconstrução do significado social do passado da profissão e da sua tradição em matéria de intervenção social para recriar as suas competências profissionais, a ruptura optou por exercer uma brecha entre passado e presente para inovar o seu desempenho. Se na primeira o passado se transformou num investimento no futuro, na segunda o passado faz parte de um ciclo de vida. E se na destradicionalização se alia concertadamente experiência ao conhecimento, na ruptura existe uma descontinuidade significativa entre experiência e conhecimento. Não obstante o impacto produzido pelo exercício da ruptura ter uma menor expressão do que o da destradicionalização, o certo é que corresponde a uma dinâmica de modernização do que é conduzida através de uma estratégia diferente da modernização suportada na destradicionalização.

Em comum partilham de um mesmo objectivo, isto é, a modernização do como meio de garantir o seu futuro profissional. E este futuro depende em parte das suas capacidades profissionais de dar resposta efectiva, não só aos problemas de perigo e de risco já instalados, mas também aos novos problemas que foram emergindo e são identificados como novos riscos sociais. E como os novos riscos sociais estão associados às transformações nos modos de vida e de

trabalho gerados pela a modernização do exercício profissional dos assistentes sociais iniciou com um novo ciclo que se caracteriza pelo empenho profissional em renovar a sua imagem profissional através de:

- ✧ criação de novas estratégias de intervenção profissional;
- ✧ renovação da sua cultura institucional;
- ✧ reinvenção do seu desempenho e das suas competências profissionais;
- ✧ democratização do exercício profissional;
- ✧ afirmação do seu espaço na área das ciências sociais e humanas;
- ✧ redefinição da sua profissionalidade no campo das profissões sociais.

Quanto ao resultado dos questionários, estes reflectem uma desordem na consciência profissional e as respostas mostram a existência de um multiculturalismo no . Revelam, ainda, uma falta de terapia relativamente ao passado, razão por que perspectivam o presente do exercício profissional sobretudo numa linha assimétrica, dominada pelo peso dos cenários relacionados com a desigualdade em detrimento da igualdade.

CAPÍTULO 4 | SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE DO RISCO: CONVERSÃO DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

4.1 | INTRODUÇÃO

Contrariamente ao que se possa imaginar, as transformações que se foram operando na ideo-identidade do Serviço Social não foram suficientes para que a “assistência” tivesse deixado de funcionar como marca de referência da profissão. Esta realidade, que abusivamente pode parecer específica da sociedade europeia mas que no entanto atravessa todo o universo profissional, traz para o campo da discussão académica o facto de as novas legitimidades profissionais não terem conseguido alterar substancialmente a idiossincrasia da prática do Serviço Social. Partindo deste pressuposto, bem como da premissa de que o presente da profissão tem como desafio a renovação da sua imagem¹, uma reflexão sobre a construção do seu futuro deve ser filtrada de qualquer historicidade - porque o surgimento de uma economia à escala global influenciou de forma inequívoca a prática e as consequentes estratégias de intervenção do Serviço Social. Assim, a reestruturação de que a profissão tem sido alvo como resposta à evolução da noção de risco deve ser entendida como instrumento para conhecer o modo como o Serviço Social opera numa sociedade global em que risco social não pode ser confundido com perigo social. Compreender a inserção do Serviço Social no presente tendo em vista o futuro faz com que, do ponto de vista institucional, se torne igualmente importante descontextualizar as dificuldades demonstradas pelos profissionais em conduzir a sua modernização num presente social que se singulariza por:

¹ A qual, no presente, enfatiza a forma como entrelaça a inexorabilidade das transformações sociais com a inelutabilidade da recuperação das dimensões antropológicas e históricas da sua matriz de sociabilidade.

- ✧ o agravamento tendencial dos problemas sociais que expressam o estado das desigualdades,
- ✧ o confronto com a necessidade de não ignorar o desenvolvimento das incertezas que mediatizam a sociedade do risco.

Por outras palavras, a profissão tem de saber como se reencontrar no âmbito do processo instalado de reconfiguração cultural, simbólica e identitária, da ideo-realidade social que legitima o risco e a vulnerabilidade. Mas, como este seu reencontro coincide no tempo com a emergência de uma dinâmica interna de reformulação dos mecanismos de integração nos espaços sociais, o reajustamento ou as transformações que operou ou que tem necessidade de operar nos seus modelos de intervenção, ao se associarem a uma procura do seu lugar na sociedade do risco, levantam então a seguinte hipótese: esta procura do seu lugar na sociedade do risco representa, ou não, um novo ciclo na sua modernização?

Para se poder dar resposta a esta hipótese, neste capítulo será desenvolvida a fundamentação que estabelece, não somente a relação entre Serviço Social, sociedade do risco e as problemáticas sociais contemporâneas², mas também a articulação da profissão com o surgimento de novas fragilidades que se vão constituindo por força do processo de Globalização e de reconstrução das suas legitimidades no campo da intervenção social. Para o efeito, e tendo como referência teórica o pensamento de Beck e Giddens sobre risco e Globalização, em primeiro lugar será abordada a questão relativa às alterações produzidas no processo de integração dos problemas sociais conduzido pelo Serviço Social perante a re-significação do risco gerado pela consolidação da sociedade do risco. Cumprida esta etapa, para que não haja um desvio relativamente à centralidade do trabalho, é focalizada a recriação dos processos de intervenção profissional num contexto onde, aos problemas de exclusão, desigualdade e desfiliação, se acrescentam os problemas relacionados com a reconfiguração da cidadania global, com a personificação dos fenómenos e com as novas formas de precariedade geradas pelas alterações nos estilos de vida e na forma de pensar o bem-estar. Em seguida, e concertadamente, serão equacionadas as estratégias que a profissão pode adoptar para resolver os seus problemas, quer de marca, quer de identidade, face à influência da

² Onde se incluem: o desemprego, a precarização no trabalho, a desagregação das redes de suporte primárias e secundárias, a degradação dos eixos de socialização e de integração a partir do trabalho e o crescimento do carácter inacabado da exclusão.

democratização da intervenção sob a reconfiguração do sub-mundo institucional relacionado com a gestão do social e onde se movimenta profissionalmente o Serviço Social. Em síntese, reflectir-se-á sobre as questões centrais que estão na origem da recriação dos processos de intervenção profissional, desde a sociedade industrial à sociedade do risco, tal como as idealizações que definem o futuro da intervenção profissional; isto é, como o Serviço Social está a orientar a desconversão das suas práticas de intervenção e a orientar a conversão da sua modernização.

4.2 | Serviço Social e sociedade de risco

Em Maio de 2005, no último Congresso Europeu de Escolas de Serviço Social realizado em Ankara pela European Association of Schools of Social Work (EASSW), a profissão de Serviço Social foi definida nos seguintes termos:” *The social work profession promotes social changes, problem solving in human relationships and the empowerment and liberation of people to enhance well-being. Utilising theories of human behaviour and social systems, social work intervenes at the points where people interact with their environments principles of human rights and social justice is fundamental to social work.*” Com base nesta definição poderá dizer-se que, no presente³, o edifício profissional está alicerçado em três grandes pilares:

- ✧ o pilar da mudança
- ✧ o pilar da mediação
- ✧ o pilar do *empowerment*

No seu conjunto, estes três pilares expressam os propósitos profissionais do exercício da intervenção social. Para além disso, ao mesmo tempo que nos permitem adquirir uma visão alargada sobre o modelo organizativo da actuação dos assistentes sociais, ajudam-nos também a apreender as diferentes posturas políticas e ideológicas que fazem com que a profissão seja integrada pelas estruturas do poder e pela sociedade⁴ na sub-política da gestão do social. Contribuem, ainda, para que se possa efectivamente configurar o posicionamento

³ O mesmo já não se pode dizer relativamente ao futuro dos objectivos profissionais na sociedade do século XXI.

⁴ Pela sociedade na medida em que, em termos de inconsciente social, a profissão é convertida numa estrutura intermédia de mediação de interesses os quais, podendo não ser antagónicos, são no entanto o produto da relação entre as reivindicações sociais e a gestão política de um projecto comum de sociedade.

da profissão em face do meio envolvente, sendo que as características plurais que a sua actuação apresenta evidenciam, por sua vez, uma não cristalização do seu comportamento profissional⁵ relativamente às redes de sociabilização das discontinuidades existentes na estrutura social. Isoladamente⁶, estes pilares estruturais demonstram a capacidade profissional de diversificar os seus contributos, contributos esses que se expressam mediante uma exteriorização das diferentes *facies* que compõem a estrutura do exercício profissional. Daí que a relação entre o seu papel e a acção profissional se tivesse tornado menos complexa, tornando mais amplo o lugar ocupado pelo Serviço Social no espaço da intervenção. O mesmo não aconteceu no que diz respeito ao reconhecimento efectivo do seu capital profissional para fazer compreender os contextos de vida (Menezes:2002) sem pretender, de forma alguma, alterá-los, porque em termos da sua representação social a profissão não deixou de ser perspectivada de acordo com a sua história continuada. Pelo contrário, esta manteve-se mais identificada com uma forma de agir que a circunscreve à criação de respostas às necessidades materiais e sociais, do que identificada com o trabalho imaterial da emancipação. No entanto, se contextualizarmos no tempo a ambiguidade que se instalou na simbiose entre o “antes” e o “depois”⁷, a não existência de uma verdadeira precisão no lugar que ocupa - na gestão das situações de degradação social, das vulnerabilidades, das incertezas e dos riscos sociais - faz com que se compreenda o ressurgimento do pragmatismo que envolveu a profissão nos anos 60, quando esta re-situou estrategicamente a sua actuação ao nível da intervenção sobre:

- ✧ **os problemas sociais**, que Castel (2003:26) classificou como de exclusão e de desfiliação, sendo que “por exclusão são considerados os estados de privação e “por desfiliação” os processos relacionados com o percurso que conduz à desqualificação social;
- ✧ **as situações de vulnerabilização**, quando o que está em causa é a fragilização das situações sociais pela perda de redes de suporte social;

⁵ Perfeitamente confirmada pela flutuação dos seus processos de intervenção que expressam a adequação concertada das suas práticas de intervenção profissional.

⁶ E tendo em linha de conta a prossecução do seu objectivo institucional em assegurar a consolidação adquirida no espaço da intervenção social.

⁷ E que tornou complexo o processo de transição entre as formas de conceber a orientação das práticas profissionais.

✧ **a produção do bem-estar**, enquanto modo sistemático de gerir a interdependência do estatuto social relativamente ao sistema de organização ordenada da sociedade⁸.

Na prática, pelo facto de estar em afinidade com o processo de recriação dos seus modelos de actuação e de ter como cenário a internacionalização do poder e a Globalização das relações simbólicas, toda esta dinâmica dos reflexos profissionais fez com que a actuação dos profissionais se passasse a suportar essencialmente em dois eixos:

✧ **o eixo regulador**, ambíguo relativamente ao exercício da mudança⁹ e onde se incluem as práticas de integração social exercidas por assistentes sociais e sustentadas no exercício profissional da mediação;

✧ **o eixo emancipatório**, menos ambíguo quanto aos propósitos institucionais do exercício da mudança e que utiliza o *empowerment* para dar consistência a uma cultura de cidadania.

Estes dois eixos constituíram-se no tempo como um produto cultural reflexivamente globalizado. Assim, projectaram-se profissionalmente em sintonia com a despadronização cultural dos direitos humanos e da justiça social que acompanhou a consolidação do conceito de cidadania no espectro político; ou seja, o compromisso que a profissão estabeleceu com a cidadania¹⁰ deu origem a que os assistentes sociais tivessem criado uma cumplicidade mais significativa no eixo emancipatório com os aspectos instrumentais que permitem ligar os problemas imediatos a processos mais amplos de transformação social (Galper:1986). Por conseguinte, se tomarmos em atenção a necessidade de conciliação entre as esferas política, social e profissional, logo tomamos consciência de que estes mesmos eixos – **regulador e emancipatório** – se por um lado se constituíram como variáveis estratégicas que, transversalmente ou não, são utilizadas na condução da acção desenvolvida pelo Serviço Social, por

⁸ Dentro da linha teórica de Castel, também pode ser considerada como uma resposta às pressões sociais exercidas pelas reivindicações sociais conduzidas a partir da instabilidade criada ao nível das relações de produção.

⁹ Pode-se dizer que é ambíguo relativamente ao exercício da mudança, visto que a forma como na prática pode contribuir para a mudança é uma forma equivocada. Isto é, usa mais a intervenção individual para através da integração assegurar as condições de coesão necessárias a um projecto de mudança sustentado. Actua mais sobre os efeitos da exclusão e da desfiliação do que propriamente sobre as causas da exclusão ou da desfiliação.

¹⁰ Essencialmente no contexto da realidade que circunscreve a passagem da sociedade industrial para a sociedade de risco.

outro lado geraram a possibilidade de pôr em prática processos de intervenção que, para além de exercerem o seu efeito sobre o imediato, produzem também a sua influência sobre o mediato. Mas, enquanto a regulação levada a cabo pelo eixo regulador está associada a uma forma de intervenção baseada na destradicionalização de práticas de mediação que, vindas do passado, se sistematizaram no presente através da sua recontextualização profissional na sociedade global, a emancipação assume-se como um novo eixo de intervenção suportado no *empowerment* que se consolidou em sintonia com a nova dinâmica de legitimação da democracia. Todavia, tanto a regulação como a emancipação assumem como universo alvo:

- ✧ os problemas sociais resultantes dos riscos que acompanharam e acompanham as transformações que se operam nas estratégias políticas de governamentalização da gestão das desigualdades sociais e do bem-estar;
- ✧ os problemas sociais que emergiram com o reconhecimento dos novos riscos sociais instalados, na sequência das alterações produzidas pela Globalização nos estilos de vida e do impacto exercido pela metamorfose do quotidiano social sobre a vida individual¹¹.

O eixo regulador situou-se no quadro de uma desconversão cultural da representação das fragilidades sociais aferindo as suas capacidades de exercer uma acção reparadora nos modos de vida da sociedade industrial¹². Por sua vez, o eixo emancipatório legitimou-se como uma alternativa de intervenção que se constituiu em face da dinâmica cultural que envolveu a recriação dos estilos de vida¹³. Por isso mesmo, o eixo regulador centra-se especificamente num sistema complexo de intervenção profissional que se suporta num exercício da integração dos processos de exclusão (ou de risco de exclusão) que alteram a fisionomia do quotidiano social¹⁴. Para isso utiliza a mediação para intervir ao nível dos processos de relacionamento que substancializam a desfiliação¹⁵. O eixo emancipatório particulariza-se por utilizar o *empowerment* nas estratégias de intervenção sobre problemas de sociabilidade primária ou secundária, de

¹¹ Não esquecendo ainda os efeitos sociais produzidos pelo processo de democratização da democracia.

¹² Usando uma estratégia de descontextualização seguida de uma recontextualização.

¹³ Esta recriação nos estilos de vida resultam da tomada de decisão assumida pelo próprio indivíduo de acordo com o contexto de produção do bem-estar onde se insere.

¹⁴ Tendo também em linha de conta as alterações nos padrões culturais da desfiliação e da exclusão.

¹⁵ O que fez com que se tivesse constituído como mecanismo de desnormalização das formas conciliatórias abstractas, tendo em vista a manutenção da força motriz que usa o mimetismo para preservar a estrutura social.

vulnerabilidade ou de evitação. As práticas conduzidas através deste eixo diferenciam-se das de regulação (Quadro 13), não só por não atomizarem a sua acção dentro de um quadro patrimonial de prerrogativas políticas e jurídicas que dão corpo aos mecanismos de contenção da instabilidade gerada pelos fenómenos de desintegração e de desfiliação social, mas principalmente por utilizarem uma estratégia de confronto envolta numa pedagogia cívica que pode levar cada um dos indivíduos a redefinir a sua posição no processo de transformação social em curso. O seu exercício profissional está acoplado aos processos de intervenção que dependem essencialmente dos factores exógenos inerentes à relação entre os comprometimentos profissionais e o risco, e não à relação entre esses mesmos comprometimentos e os problemas relacionados com a ordem¹⁶.

QUADRO 13 | DIFERENÇAS ENTRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA REGULAÇÃO E DA EMANCIPAÇÃO

	objectivo	finalidade	práticas	problemas	estratégia	função
regulação	integração	legitimação de uma política de compromisso	mediação	ordem	pedagogia socializante	reparadora
emancipação	<i>empowerment</i>	legitimação de uma política de responsabilização	individualização	risco	pedagogia cívica	capacitadora

A utilização profissional do eixo da regulação e do eixo emancipatório pelos assistentes sociais reflecte uma pluralização do exercício profissional da intervenção social e, simultaneamente, traduz a forma como a profissão geriu a sua destradicionalização e como a articulou com a construção de um novo ciclo¹⁷ no quadro de um processo continuado de modernização.

Neste novo ciclo da sua modernização – o qual tomou um maior significado por coincidir com o seu processo de contextualização na sociedade do risco – o exercício profissional da regulação¹⁸ não deixou de ser exercido por ter passado a estar condicionado pelas formas políticas utilizadas para desconfigurar os fenómenos relacionados com a periferização e a precarização¹⁹.

¹⁶ Sobre esta matéria que distingue problemas de ordem dos problemas do risco, veja-se Beck, Al. (2000).

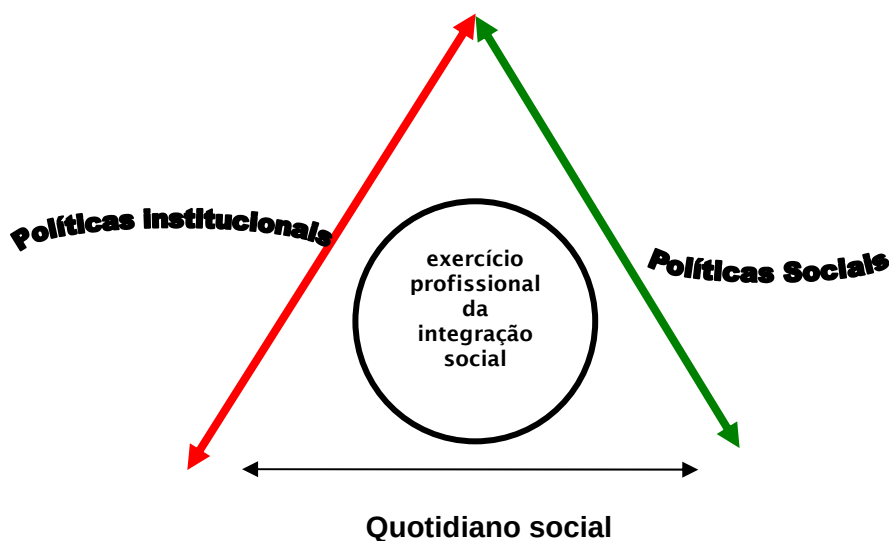
¹⁷ Este seu novo ciclo de vida, o qual passou a adquirir maior consistência perante o reconhecimento público da nova questão social, caracteriza-se por ter desenvolvido a desconversão de alguns paradigmas profissionais gerados pela sua contextualização na denominada sociedade do risco e a progressiva absorção no quotidiano profissional de uma atitude reflexiva.

¹⁸ Não pelo facto de representar a forma como se foi processando a destradicionalização das estratégias de intervenção profissional, mas sim por reflectir a recontextualização do processo de regulação na sociedade do risco.

¹⁹ Que em termos de escala são gerados pelos processos de hegemonização económica e cultural.

Simplemente optou por deixar de utilizar a **adaptação**²⁰ utilizada até então para manter a estabilidade do sistema de coesão social, passando a adotar a **integração social** como dispositivo profissional de resposta às necessidades de legitimação de uma política de compromisso avocada às políticas institucionais em particular e às políticas sociais em geral²¹. Portanto, o exercício profissional da integração social no eixo da regulação enquadrou-se no âmbito de uma relação triangular (fig. 10) entre políticas sociais, institucionais e o quotidiano social como meio de absorção dos efeitos produzidos pelas relações estabelecidas entre Mercado e Estado²².

FIGURA 10 | ENQUADRAMENTO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA INTEGRAÇÃO



Mas, como o exercício da integração social partilha os mesmos objectivos com as políticas de integração, criou-se uma ambiguidade na distinção entre o exercício da integração social e as políticas de integração. Contudo, existe uma diferença entre ambos. Enquanto as políticas de integração se expressam por via normativa, mediante uma estratégia difusionista, o exercício da integração social é conduzido por via de estratégias de intervenção sobre os problemas que ponham em risco a preservação da coesão social. No entanto, quando conduzido por assistentes sociais, o exercício da integração pode variar relativamente a processos idênticos desenvolvidos por profissões afins, visto no Serviço Social a

²⁰ Note-se que a adaptação fazia parte do modelo tradicional da integração social.

²¹ Assim se justifica o fim do paradigma profissional de que produção do bem-estar não pode ser propriedade exclusiva do desenvolvimento dos serviços públicos, bem como o pressuposto de que a sua intervenção deveria estar circunscrita aos grupos sociais mais carenciados.

²² Esta situação resulta do facto de as energias profissionais gastas no exercício da integração serem exclusivamente capitalizadas para sustentar os processos de regulação das desigualdades que corporizam situações de degradação económica e social cronicamente vividas por todos os que dela sobrevivem.

integração resultar de um processo de articulação entre as políticas de integração e as características individuais das situações em presença.

Com isto pretende-se dizer que, para além de haver uma diferença entre políticas de integração e o exercício social da integração, existe também uma particularidade no exercício da integração por parte dos assistentes sociais. Ou seja: quando conduzido por parte dos assistentes sociais diferencia-se, não somente pela substância, mas também pela forma como procedem à condução do processo de integração social uma vez que utilizam **uma estratégia de intervenção que faz uma simbiose entre ajuda e pedagogia social e pragmatizam uma acção sustentada no reconhecimento dos direitos de cidadania como meio de defesa da justiça social**. Tanto pode ser canalizado por via da acção social, como através de outras respostas institucionais criadas para agir sobre as situações-problema²³. Daí que tanto possa ser usado num sentido reparador ou legitimador dos estilos de vida. Por este motivo, a profissão não pode ser confundida com um corredor de fundo na resolução dos problemas de ordem estrutural. Quando o exercício da integração é praticado no quadro do eixo de regulação para ajudar a superar ou a sublimar rupturas que tanto podem conduzir a um processo de exclusão como de desfiliação, mediatiza-se:

- ✧ na salvaguarda dos padrões de vida social instalados, actuando sobre as situações sociais e económicas que podem pôr em risco a reprodução dos padrões de vida mais vulneráveis;
- ✧ na legitimação dos alicerces culturais que criaram zonas de sombra no campo dos comportamentos sociais, agindo sobre os fenómenos de exclusão ou de risco de exclusão;
- ✧ na recontextualização das formas sociais de bem-estar, promovendo a socialização dos riscos que podem fragilizar o sistema político-social que reconfigura a situação de classe e o poder de administrar a vida social.

Quando este mesmo exercício da integração praticado pelos assistentes sociais é conduzido através do eixo emancipatório²⁴ serve-se então do *empowerment*, tal como já foi anteriormente referido, como estratégia de actuação sobre os problemas endógenos que estão na base de uma não inscrição

²³ Independentemente das especificidades dos diferentes modelos sociais, que na sua globalidade têm como objectivo assegurar a dignidade humana.

²⁴ Apesar de os exercícios da integração, através do eixo regulador ou do emancipatório, comungarem do mesmo propósito institucional isto é: assegurar o equilíbrio no sistema social, o conteúdo político-ideológico do seu exercício profissional é substancialmente diferente em cada um dos eixos.

plena no exercício da cidadania²⁵. A valorização da cidadania - como forma ontológica de não excluir do confronto crítico a problematização dos processos reconstrutivos das histórias de vida individuais e modos de vida partilhados - fez com que o exercício profissional do *empowerment*, ao alterar os elementos simbólicos que sublinhavam a mística profissional, confirmasse as questões de pertinência que atribuíam a devida persistência à legitimação de uma nova etapa na modernização do Serviço Social. Nesta nova etapa, e sistematizando as teses sobre esta matéria de Vicente Faleiros: 1997,; Malcom Paynes: 1991,; Fernanda Rodrigues et al:1993; Manuel Menezes: 2002, pode-se considerar que **o *empowerment* se traduz num processo de interacção que se estabelece entre os profissionais do Serviço Social e os utilizadores dos seus serviços, tendo como objectivo o desenvolvimento das capacidades individuais para exercer a autodeterminação e levando em linha de conta que a autonomia dos mesmos resulta de uma tomada de consciência crítica que conduz à construção de posicionamentos sociais que anulam atitudes passivas ou conformistas.** Na prática, corresponde a uma nova dinâmica profissional de exercício da integração social que se apoia na relação dos assistentes sociais com o exercício da assistência, abdicando dos postulados integracionistas que o caracterizam no contexto, quer da evolução do tecnicismo laicizado, quer duma desconversão política do proteccionismo social galvanizado pelas políticas sociais. Esta mudança de atitude, surgida a par da nova desenvoltura ideológica que começou a atravessar o processo de intervenção profissional - substituindo as estratégias de adaptação por estratégias de capacitação - destaca-se por pretender alterar a situação de dependência institucional, muitas vezes criada pelos utilizadores dos serviços prestados pelos assistentes sociais²⁶, situação esta que, por vezes, comprometia o projecto individual de mudança. A integração social assim exercida altera a configuração estética do próprio processo de intervenção, tornando-o num processo composto; passa a incidir já não só sobre os problemas sociais que faziam parte do universo de reprodução do risco²⁷ que acompanhou a evolução da sociedade industrial, mas também sobre a relação estabelecida entre o indivíduo e o risco, o grupo e o risco e a sociedade e o risco.

²⁵ Situações problemáticas que se criam por falta de aquisição de competências sociais para exercer uma cidadania activa; nesta está implícita uma participação nos processos sociais e individuais de envolvimento nas decisões que conduzem a uma mudança dos factores exógenos. Estes factores consagram-se como forças de bloqueio ao desenvolvimento social e humano conducente a uma autonomia social, a qual não pode ser confundida com desfiliação.

²⁶ Que, para além de acarretar custos sociais, reavivam certos comportamentos atávicos que fazem comprometer a forma de estar em sociedade

²⁷ Apesar de não serem "formatados" profissionalmente como de risco.

Esta alteração no comportamento profissional relativamente ao risco social – uma vez que a noção de risco definida por Beck se poder alargar ao *domínio dos problemas sociais* (Hespanha; Carapinheiro 2001:14) - justifica-se tendo por base a tese de Giddens (2000b:35) relativamente ao facto de “*a ideia de risco ter sempre andado associada à modernidade (...) e na actualidade assumir uma importância nova e peculiar*”. Partindo do pressuposto, tal como Giddens, de que o risco “*deve ser considerado um meio de regular o futuro, de o normalizar e o colocar sob o nosso domínio*” (Giddens, 2000b:35), o Serviço Social como profissão foi assumido como um produto cultural produzido pelo pensamento moderno, que se legitimou na transformação que singularizou a consolidação da sociedade industrial. A reinvenção do seu exercício profissional na sociedade do risco, coincidente com a sua nova fase de modernização profissional, ficou associada a um novo produto cultural gerado pela Globalização e que interferiu na projecção política e social da sociedade do risco.

Contudo, para a profissão, a questão do risco só assumiu uma importância significativa quando, sintomaticamente, o exercício profissional da intervenção deixou de estar expressamente direccionado para os problemas sociais já incrustados na sociedade²⁸ (e que, aliás, faziam parte dos perigos calculados²⁹ que já eram pertença da sua herança cultural) para passar a estar centrado no risco que denominou por “risco exterior”, isto é, “*o que chega de fora, das imposições da tradição ou da natureza*” (Giddens, 2000b:35). Mas porque o risco já estava instalado na sociedade desde a modernidade, tal como defende Giddens, a ligação ao Serviço Social não é portanto uma questão inovadora³⁰ que possa ser considerada como um dos elementos galvanizadores do seu novo ciclo de modernização. Este facto justifica os investimentos profissionais realizados na área da família e do trabalho logo na sua fase de institucionalização. A opção do Serviço Social por estas duas áreas corresponde aos ambientes de risco dominantes à época, que estavam institucionalmente avaliadas como sendo os elementos que poderiam exercer maior interferência sobre o equilíbrio na vida social³¹. Isto sucedia porque os problemas ligados a estas duas áreas se enquadravam na noção de risco que resulta da síntese entre probabilidade e

²⁸ Onde se incluía a pobreza.

²⁹ E que estavam circunscritos a uma noção de espaço, e não de tempo.

³⁰ Antes pelo contrário, a sua institucionalização coincidiu com a necessidade política de se reinventarem as estratégias de intervenção sobre o risco.

³¹ Claro está que toda a instabilidade gerada à época no mercado de trabalho por efeito das alterações de comportamento, relativamente ao recrutamento da mão-de-obra, e dos impactos sociais, produzidos pelo desemprego, interferiam não só sobre o quotidiano da vida social, mas muito especialmente sobre as formas de vida familiar e sobre o clima de risco social, na medida em que a relação trabalho/família servia de parâmetro para a avaliação dos riscos sociais.

incerteza, onde se circunscreve o campo dos perigos calculados. Por outras palavras, o Serviço Social, ao investir na área da família e do trabalho, respondeu ao impacto produzido no ambiente social³² pela reconfiguração do modelo de família³³ e pelas alterações que se foram processando ao nível da organização do trabalho³⁴. Deste modo abriu espaço para a recriação dos perigos calculados relacionados com a pobreza e com os riscos criados³⁵ em face do fenómeno de fragilização das redes sociais primárias e secundárias. A atenção que então atribuiu ao risco não resultava de um envolvimento efectivo com o cálculo do risco, mas sim com a construção das medidas de precaução contra o impacto social dos riscos. Esta sua ligação com a precaução fez com que se tivesse tornado progressivamente num mecanismo de vigilância dos riscos sociais. Contrariamente à tese defendida por Giddens (2001:138) de que “*os mecanismos de vigilância amputam os sistemas sociais dos seus referentes externos*”, a sua legitimação profissional, enquanto tal, potenciou a sua capacidade de converter as confrontações a que o próprio sistema estava sujeito. Por este motivo o Serviço Social passou a assumir um papel de charneira no mundo da sub-política ao exercer uma mediação interpretante entre o saber especializado e a *praxis* quotidiana, o que de certa forma fez com que o seu papel de intérprete fosse confundido com o de guardião do regime. Significa isto que o Serviço Social, ao ter desenvolvido os limites das suas responsabilidades profissionais na gestão dos riscos sociais, não procedeu, porém, a qualquer modificação nos princípios axiais da organização do bem-estar. Assim sendo, articulou a sua intervenção sobre o risco em função dos propósitos dos actores sociais de não deixar criar uma recessão na estrutura social do bem-estar. Ou seja, em termos profissionais a intervenção sobre o risco dependeu essencialmente da condição do bem-estar em determinado momento histórico. E, se no quadro da sociedade industrial o risco social era combatido por uma política simples dirigida por regras dentro de um contexto dominado pela figura do Estado-nação e onde a governamentalização das políticas de bem-estar eram concretizadas em função da relação instituída entre crescimento económico e democracia, já na sociedade

³² Isto porque as alterações verificadas no modelo social de família não só geraram um efeito de perturbação ao nível das relações no seio da família, mas também fizeram emergir novas necessidades institucionais, como as creches e os infantários e as próprias estruturas sociais de apoio aos idosos.

³³ Dado que a sociedade industrial pelas características do seu processo de hegemonização interferia sobre a configuração do modelo tradicional de família.

³⁴ Ao nível do trabalho, a sua dinâmica de intervenção foi essencialmente canalizada para uma intervenção sobre o indivíduo e de adequação de atitudes em relação ao trabalho e às situações colaterais que se apresentavam como reactivas às transformações *tayloristas* e *fordistas* que se foram operando ao nível do processo de organização do trabalho.

³⁵ Este risco criado, que no contexto da sociedade actual está muito ligado aos problemas do ambiente, estendeu-se e estende-se, no entanto, às diversas áreas da vida social.

do risco a gestão do dito risco social é organizada no âmbito de uma política reflexiva alteradora das regras (Beck:2000). Esta política está situada no quadro de uma metamorfose do Estado que se particulariza, não só pelo facto de o exercício da política se desestruturar, porquanto deixa de ser dominado por partidos para ser partilhado com movimentos sociais, mas também se caracteriza por uma capacidade negociadora entre grupos de pessoas, organizações e agentes governamentais que se tornou fundamental para evitar uma ambivalência entre o princípio da sobrevivência e o princípio da responsabilidade em matéria de bem-estar social. Assim se explica o facto de o exercício profissional dos assistentes sociais, na transição da sociedade industrial para a sociedade de risco, ter criado uma divisão entre a intervenção ao nível dos problemas previsíveis e dos problemas não previsíveis. No quadro dos problemas previsíveis inseriram-se todos os problemas calculáveis em face das transformações que se foram processando no habitat cultural, consoante o desenvolvimento imanente, não só do processo de modernização social e tecnológica, mas também do fenómeno distensão que envolve o novo *design* da expansão económica. No âmbito destes problemas previsíveis intervencionados pelo Serviço Social enquadram-se:

- ✧ os problemas tradicionais relacionados com a pobreza;
- ✧ os problemas que atravessam a fronteira do tradicional e que, apesar de se terem destradicionalizado, não deixaram de estar localizados no campo da reprodução das desigualdades económicas e sociais;
- ✧ os problemas que se projectam como globais por estarem identificados como fazendo parte das consequências sociais geradas pela revolução tecnológica, pela mundialização da economia³⁶ e pela competição alimentada por uma economia neo-liberal; esta produz o aumento directo e indirecto do desemprego e dos problemas sociais relacionados com a multiculturalidade e com a expressão de uma ansiedade social manifestada sob a forma de mal-estar que interfere sobre os comportamentos sociais produzidos pelo confronto com a incerteza e com a falta de visibilidade na organização de respostas aos problemas de marginalização social.

³⁶ Não só porque a inovação tecnológica criou a necessidade de qualificação da mão-de-obra, tornando excedentário o trabalho não qualificado, assim como a mundialização da economia gerou a deslocalização das empresas com um impacto social notório nas economias periféricas, cujo crescimento económico depende em parte de investimentos estrangeiros.

A título de exemplo, tanto a pobreza, como a toxicodependência, o alcoolismo, a sida, o desemprego, a criminalidade, a segregação e o isolamento são situações calculáveis e, por isso mesmo, podem ser integradas no campo dos problemas previsíveis. Para estas situações calculáveis são produzidas respostas sociais que de forma mais ou menos significativa são tuteladas por assistentes sociais. Será interessante verificar que, a partir do momento em que passam a ser profissional e institucionalmente tuteladas, estas situações calculáveis convertem-se em situações de perigo que resultam de comportamentos de risco. Significa que, empiricamente, o reconhecimento abstracto do seu significado distorce a diferenciação entre risco e perigo, o que pode corresponder ao facto de a noção de risco ser relativamente recente, enquanto a noção de perigo já sedimentada corresponde às contingências que afectam a actividade humana (Giddens, 2001:22). Assim se explica que no léxico profissional do Serviço Social o termo risco seja relativamente recente e muito vinculado a comportamentos – comportamentos de risco, crianças em risco – mas muito menos utilizado para classificar problemas e de todo não para caracterizar problemas³⁷. E como o risco representa “*uma dinâmica estimuladora de uma sociedade empenhada na mudança*” (Giddens, 2002:34), no campo profissional do Serviço Social o **risco social deve ser perspectivado como uma dinâmica que interfere sobre a ordem dos problemas sociais que resultam do processo de transformação dos estilos de vida e da recontextualização contínua do conceito de bem-estar**. De forma mais pragmática, os parâmetros pelos quais é avaliado estão essencialmente consubstanciados nos meios de segurança e de protecção social (Hespanha e Carapinheiro: 2001). A estes pode-se ainda acrescentar os esforços e as capacidades institucionais para combater a ansiedade e a iniquidade social³⁸. Quanto ao perigo, Beck define-o (2000:6) como sendo “*uma construção cognitiva e social*”. Portanto, uma avaliação do perigo - e especificamente do perigo social -

³⁷ Esta afirmação sustenta-se na análise do discurso contido nos relatórios de fim de curso consultados e que nos permite verificar que, num período que se estende até aos anos 90, existem duas etapas no que diz respeito à utilização dos termos risco e perigo; a etapa que vai até aos anos 80, em que o termo perigo era hegemónico quando se queria fazer referência a situações que qualitativamente eram situações degradadas sob o ponto de vista social e a fase seguinte, que sucede aos anos 80 e se alonga até aos finais dos anos 90, em que, apesar do termo de perigo social se manter como o termo mais utilizado para se fazer referência a situações de degradação do ambiente social, acaba por se tornar mais circunscrito a situações de desqualificação social do que comportamental. Será a linguagem em torno da sida e da toxicodependência que vai abrir caminho à utilização do termo relacionado com o risco, não como elemento referente a identificação de problemas ou de contextos, mas mais de comportamentos ligados a uma concepção de desvio.

³⁸ Tal como acontece com o problema, quer do desemprego, quer da velhice. São riscos facilmente calculáveis tendo em linha de conta, no caso do desemprego, o crescimento económico e a geografia desse mesmo crescimento económico e, no caso da velhice, os indicadores demográficos com especial relevo na correlação entre natalidade e esperança de vida. Daí que a avaliação dos seus parâmetros de risco estejam, num caso, relacionadas com as políticas de combate ao desemprego e no outro caso com as políticas de apoio à dita terceira idade.

está, mau grado o exercício da acção política no domínio social, intrinsecamente relacionada por um lado com o conhecimento sobre o nível de enquistamento dos problemas sociais, por outro, com a forma como funciona o factor decisão que determina o enfrentar das consequências que vulgarmente são mediatizadas de acordo com o significado cultural que cada sociedade atribuiu ao perigo. Por exemplo, no contexto da sociedade norte-americana, o perigo de pauperização das pessoas idosas não reside no seu modelo de reforma, mas sim no facto de o indivíduo não ter sabido gerir o seu futuro escolhendo o plano de reforma adequado às suas necessidades de sobrevivência social. Em contrapartida, no norte da Europa esse mesmo perigo não é tão significativo, porquanto o modelo de protecção social é suficientemente amplo e consistente, o que permite que este perigo seja bastante reduzido (Campos:2000). Por sua vez, na Europa Central o perigo existe, já que as respostas políticas e institucionais são muito mais vulneráveis. Quanto aos países considerados pobres, este perigo não é perigo, mas sim realidade. Relativamente ao Serviço Social **o perigo representa o conjunto de hipóteses que se integram no espectro da não mudança**. Mas, como a sua actuação tanto abrange o perigo como o risco, em termos do seu quotidiano profissional formou-se uma relação equivocada entre risco e perigo, ou vice-versa. Na prática, esta relação equivocada entre perigo e risco encontra a sua explicação no facto de a profissão se ter confrontado com a dificuldade em fazer uma distinção entre o imediato e o mediato. As suas respostas profissionais sempre foram mais dirigidas para o presente do que para o futuro, o que não quer dizer que se distanciem do efectivo que caracteriza o processo de transformação da sociedade. **Nesta medida actua no campo do perigo ao agir sobre as situações que degeneram por ausência de uma intervenção que promova a mudança**. A título de exemplo, pode referir-se o caso do rendimento social de inserção em Portugal, que, entre outros, tinha como objectivo a transformação da pobreza crónica em pobreza temporária. **Actua sobre o risco social quando a sua acção incide sobre situações problemáticas que decorrem do processo de transformação social e que se podem criar, avolumar ou alterar se não forem tomadas medidas que permitam não deixar exacerbar as dinâmicas em curso**, tal como acontece com o desemprego, que pode criar pobreza em termos individuais ou familiares, avolumar a pobreza em termos colectivos, ou então re-expressar-se através da criminalidade ou da perda da auto-estima necessária para gerir o confronto com a realidade. Portanto as

diferenças entre risco e perigo, tal como estão substanciadas no Quadro 14, são inexoravelmente notórias.

QUADRO 14 | DIFERENÇAS ENTRE PERIGO E RISCO

Perigo	está relacionado com a inexistência de mudança	localiza-se no imediato	tem uma correlação com a degradação	a intervenção exige interação
Risco	está relacionado com as consequências do processo de transformação social	distende-se no tempo e no espaço	tem uma correlação com a vulnerabilidade	a intervenção exige uma mediação interpretativa que conduza ao equilíbrio

Compreende-se assim que, em termos de estratégias de intervenção profissional, sejam utilizadas estratégias de intervenção diferentes, as quais, sem que pressuponham formas de agir antagónicas, são definidas de acordo com o impacto socialmente produzido ou o significado político que lhes é reconhecido.

Mas no que diz respeito à intervenção profissional dos assistentes sociais sobre os problemas não previsíveis - por serem resultantes de situações dificilmente calculáveis e que estão relacionadas não só com catástrofes naturais provocadas por fenómenos da natureza e de ordem ambiental, mas também com fenómenos relacionados com crises económicas ou político-militares a que se acrescentam os de ordem emocional na sua expressão individual, intermédia ou extensiva³⁹ - a sua acção incide sobre os riscos, que podem ser:

- ✦ geradores de problemas, como no caso de uma empresa totalmente destruída por um ciclone, dado que gera desemprego, o qual pode ter um impacto local com algum significado;
- ✦ agudizadores de problemas já sob intervenção, tal como pode acontecer numa situação de desemprego quando acontece um desempregado sofrer um desastre que lhe cria incapacidade para o trabalho;
- ✦ solucionadores de problemas, quando convertem uma situação negativa em positiva, tal como se pode verificar em casos de infertilidade de prognóstico céptico e surge uma gravidez não esperada.

³⁹ Na expressão intermédia integra-se a dimensão de grupo familiar, ou não, enquanto na variante extensiva se enquadram situações que ultrapassam as barreiras de grupo.

A existência de uma diferença significativa no impacto produzido pelos problemas não previsíveis e previsíveis, (Quadro 15), explica o facto de o Serviço Social, quanto aos primeiros – os previsíveis –, reagir organizando processos de intervenção que permitam controlar o seu impacto social; relativamente aos segundos – os não previsíveis, - se limitar a pensar formas de agir consoante a fisionomia que adquirem, o impacto que exercem e o significado que assumem no cenário onde se vai contextualizar a acção.

QUADRO 15 | DIFERENÇAS ENTRE PROBLEMAS PREVISÍVEIS E NÃO PREVISÍVEIS

previsíveis	Integram as situações de risco e perigo que podem ser calculáveis em função dos estudos projectivos dos efeitos sociais gerados pela dinâmica do processo de transformação social e cultural.	Incluem os problemas tradicionais e contemporâneos que interferem sobre a qualidade do ambiente social.	Exigem uma organização metódica de respostas institucionais.
não previsíveis	Integram os problemas de risco não calculável por se inserirem no domínio das hipóteses.	Incluem os problemas geradores de problemas; problemas agudizadores dos problemas; situações solucionadoras de problemas.	Exigem a revisão das situações e um estudo do seu impacto sobre os indivíduos e sobre o ambiente.

Isto é, no caso de uma catástrofe natural de grandes ou médias dimensões, a intervenção, apesar de ser de características extensivas, deve ser faseada, sendo que num primeiro momento a sua prioridade prende-se com o levantamento dos dados, o estudo da informação e a construção de parcerias na intervenção; num segundo momento, em face do diagnóstico realizado, é definida a ordem de prioridades para o exercício da intervenção e, em função das prioridades estabelecidas, são organizadas as estratégias⁴⁰ a utilizar de acordo com a realidade e o contexto em presença; já num terceiro momento é definido o modelo de acompanhamento profissional, o qual pode ser feito em equipa ou de forma autónoma, ou então em concomitância; finalmente é realizada a avaliação da evolução da situação como um todo, ou em termos singulares, sendo que esta avaliação pode ser conduzida em termos horizontais quando neste processo só participam os profissionais directamente envolvidos na acção local, ou por via transversal quando tenha havido lugar a um encaminhamento para instituições fora da rede de parcerias (Quadro 16).

⁴⁰ Estas estratégias, tanto podem funcionar de forma transversal, o que quer dizer articuladamente, como de forma horizontal, quando se complementam.

QUADRO 16 | CARACTERIZAÇÃO DAS FASES DA INTERVENÇÃO EXTENSIVA

primeira fase	levantamento dos dados	análise da informação	construção de parcerias na intervenção de acordo com o levantamento das necessidades
segunda fase	definição de prioridades para a intervenção de acordo com o diagnóstico social realizado	definição da estratégia ou das estratégias de intervenção de acordo as prioridades estabelecidas	acção
terceira fase	organização do acompanhamento	avaliação da evolução da situação	redefinição das estratégias de intervenção de acordo a transformação no contexto da acção.

No caso de a situação não ter dimensões extensivas e ser de ordem restrita, a intervenção deve corresponder ao impacto social produzido pela situação em causa⁴¹. Neste contexto, a situação é reavaliada e, em função das alterações produzidas na sua fisionomia, segue-se uma revisão das estratégias adoptadas, tendo em linha de conta a necessidade de ser criada uma descompressão ou um reforço da interacção estabelecida. Pode-se por isso dizer que, no contexto da sociedade do risco, a orientação dada à *praxis* profissional e ao exercício da integração social depende em parte da natureza da pressão a que está sujeita a auto-compreensão por parte de quem vivencia uma situação de crise, assim como da sua capacidade de enfrentar os constrangimentos a que ficam sujeitos perante as perdas ou os ganhos experimentados e ainda das condições profissionais existentes para que os assistentes sociais conduzam a integração da subjectividade dentro de um confronto com a natureza exterior.

Mas, articulando o risco social com a produção do bem-estar, tendo como referência a definição de sociedade do risco por Beck (2000: 6) como sendo “*uma fase da modernidade na qual as ameaças até agora produzidas no caminho da sociedade industrial começam a predominar*”, a qual é reiterada por Giddens quando considera que “*a modernidade deve ser entendida como uma cultura do risco*”(2001:3) e ainda concordante com o seu pensamento sobre a construção

⁴¹ E que, tal como já foi anteriormente referido, tanto pode ser de carácter negativo como positivo.

da sociedade global - compreende-se, então, que o risco social, apesar de se ter sedimentado no tempo e de se ter recriado no espaço, não obstaculizou a que a intervenção sobre o mesmo por parte dos assistentes sociais se tenha reinventado em face do processo de recontextualização utilizado para assegurar o seu papel profissional no exercício da integração dos desequilíbrios que, desde a sociedade industrial até à sociedade do risco, foram interferindo na ordem social. Esta mesma implicação profissional com a dinâmica da recontextualização como forma de se manter ajustada às transformações processadas nos modos de vida, estilos de vida e na cultura de intervenção, fez com que a sua acção sobre o risco social se tivesse orientado tendo presentes as transformações que se foram processando ao longo do tempo no espaço das relações de poder e, de uma forma especial, nas formas de interrogação sobre o futuro. Será exactamente o processo de interrogação sobre o futuro - desencadeado pelos movimentos sociais que emergiram em face da construção de uma nova ordem social influenciada por uma cultura de Globalização que se projectou com o desenvolvimento da sociedade de comunicação⁴² - que marcará a construção de um novo ciclo na modernização do Serviço Social. Neste seu novo ciclo de vida, o Serviço Social confronta-se com duas questões:

- ✧ a gestão da sua imagem e da sua identidade
- ✧ a reconstrução da sua cultura de intervenção

Quanto à primeira, a gestão da sua imagem e da sua identidade, está directamente relacionada com as características específicas do exercício profissional da intervenção na sociedade do risco, uma vez que uma transformação na sua imagem e na sua identidade depende da forma como gere a sua relação profissional com o risco e como responde às novas dinâmicas de intervenção no quadro de uma relação entre local e global⁴³, ou seja, como se comporta na sequência do reconhecimento e da sedimentação de:

- ✧ uma nova forma de pensar a igualdade, a liberdade e a democracia;

⁴² Que se retrata através das alterações verificadas na realidade do trabalho, nos estilos de vida, nos modos de vida e no quotidiano da sociedade contemporânea.

⁴³ Contudo, esta focalização do exercício profissional no contexto da sociedade do risco não tem implícito um divórcio com os processos de intervenção desenvolvidos na sociedade industrial, até porque não existe também nenhuma ruptura entre os riscos sociais preexistentes na sociedade industrial e os novos riscos sociais emergentes na sociedade do risco.

- ✧ uma nova forma de estar na vida e na sociedade, não como agente passivo, mas como agente activo;
- ✧ uma transformação nos modos de vida decorrentes das modificações verificadas no quotidiano social por efeito da revolução tecnológica e da mundialização da economia;
- ✧ uma alteração nos estilos de vida decorrentes das modificações nos padrões e comportamentos culturais.

Mas como o risco existe no tempo e é plural, a intervenção sobre o mesmo não pode deixar de ser igualmente plural⁴⁴. Daí que as respostas encontradas pelo Serviço Social se possam dividir em duas variantes⁴⁵: **a convencional e a não convencional**, que, por sua vez, tanto podem ser utilizadas no contexto da intervenção sobre o risco social:

- ✧ clássico, ou seja, aquele onde se enquadram os riscos ligados à reprodução das desigualdades económicas e sociais que se expressam no risco de exclusão, a que está associado o fenómeno de pobreza; este fenómeno, vindo da sociedade tradicional, atravessou todo o percurso da sociedade industrial e prolongou-se no contexto da sociedade globalizada; podem ser considerados riscos clássicos na medida em que nunca foram dissolvidos e a sua reprodução está associada ao fenómeno de reprodução e de recriação das desigualdades;
- ✧ moderno, cuja composição e recomposição está associada à gestão dos processos de desfiliação e de vulnerabilização resultantes, quer dos processos de periferização social, quer dos processos de desvinculação que, apesar de serem controlados por via governamental, não deixam de demonstrar os propósitos governativos de usar o sistema de trocas sociais para converter a natureza dos problemas-padrão que poderiam dificultar as dinâmicas de consolidação da política económica;
- ✧ adicional, aquele que se foi consagrando como produto de novas construções sociais do risco que se “instalaram” no inconsciente social, e

⁴⁴ Por isso mesmo cria desde logo a possibilidade de, a partir da identificação das particularidades do modelo de intervenção adoptado, se reconhecer a metamorfose dos riscos sociais no espaço cronológico entre a sociedade industrial e a sociedade do risco.

⁴⁵ A construção destas duas variantes teve como base uma análise das alterações nas áreas de actuação dos assistentes sociais, das políticas de intervenção social e da reorganização cultural da concepção estrutural do risco social, *versus* problema social.

levam ao reconhecimento da alteração produzida na conceito de problema social⁴⁶, de bem-estar⁴⁷ e de cidadania⁴⁸.

Foi este reconhecimento profissional das diferenças existentes no risco que permitiu aos assistentes sociais desenvolver e diversificar os esforços profissionais, tornando-os compatíveis com o perfil do risco⁴⁹. É a adaptação realizada nas práticas de intervenção em função do perfil do risco que justifica o uso quer do modelo convencional, quer do não convencional. No que diz respeito ao modelo convencional, este distingue-se por corresponder a uma mitigação das estratégias de manipulação da identidade dos problemas sociais para os assumir como pertenças do sistema social. Integra-se fundamentalmente no campo da acção social e adapta o seu exercício de intervenção ao refluxo das políticas de integração. Por isso mesmo, impôs-se como uma força legitimadora de um espaço de intervenção onde se deveriam “resolver”, entre outros, os problemas relacionados com o sistema de regulação da vulnerabilização, da desfiliação e de todos aqueles problemas que comportam situações de risco de des-socialização (Castel, 2003:31). Daí que os profissionais conduzam a sua acção a partir de um comprometimento estabelecido entre a organização política e o sistema económico. Utilizam esta relação para recriar o processo de intervenção social, tendo em vista a sua legitimação como um espaço social cívico (Mommás, 2001:179) através do qual se pode reduzir a pressão social que dificulta a manutenção ou a formação de um estádio de equilíbrio na coesão social. É essencialmente conduzido por via institucional como forma de retracção dos compromissos que estão subjacentes no contrato social⁵⁰ já estabelecido na

⁴⁶ O conceito de problema, por influência da reconstrução do tecido cultural deixou de estar necessariamente adstrito a fenómenos de precarização económica e de vulnerabilidade social, para se alargar às formas sintomáticas e assintomáticas que, em termos objectivos ou subjectivos, criam perturbação no ambiente social e ampliam o universo das incertezas.

⁴⁷ O conceito de bem-estar ultrapassou a barreira do dogmatismo social em que o bem-estar passava essencialmente por um estado de equilíbrio que se reflectia na relação social do indivíduo, do grupo, da comunidade e da colectividade, com a organização da ordem social. Podendo ser medido e diagnosticado, a objectividade que o envolveu criou, contudo, uma relação equivocada com a interdependência instalada com um modelo de sociedade ordenado em função da posição ocupada em relação às reestruturações económicas e sociais levadas à prática. Portanto, a desconstrução desta relação equivocada leva a que se deixe de associar pela negativa bem-estar com exclusão, para passar a ser associado a uma real igualdade e a uma real condição de existir. Daí se incluir nesta condição de existir, não só os problemas ambientais referidos por Beck (2000), como também os problemas éticos relacionados com a ciência e os riscos da desmilitarização relativos aos contornos da nova ordem pós-moderna explorados por Giddens (2000^a)

⁴⁸ O conceito de cidadania recriou-se deixando de ser perspectivado numa dimensão marcadamente política e muito condicionada por um carácter integrador, que se demarcava por ser utilizado para se fazer um juízo estético sobre a acção política, para se reconstruir enquanto substância de uma maneira de estar na vida de forma consciente e clarificada por uma auto-compreensão reflexiva que possibilita uma apropriação crítica sobre a forma de gerir a igualdade.

⁴⁹ Mais facilmente consegue reconverter as situações sociais ligadas aos processos que estão na origem do risco e que muitas vezes estão interligadas com as políticas de vida e a intersecção entre consumo e justiça.

⁵⁰ Esta figura de contrato social desenvolvida por Durkeim foi-se compaginando de acordo com os compromissos estabelecidos entre a sociedade e o Estado Social.

esfera de desenvolvimento da sociedade industrial. Para o efeito, centrou-se de uma forma especial numa perspectiva institucionalizante de cariz difuso⁵¹, a qual se serve da participação para conduzir uma forma de gerir os problemas sociais que não crie um hiato entre a organização política e sistema económico. Quanto ao exercício não convencional - como o sistema de intervenção por parte do Serviço Social corresponde a um outro figurino identitário de intervenção que se caracteriza por se sustentar em relações de interdependências como meio de reordenar as descontinuidades sociais e as incertezas de forma a evitar fracturas profundas em termos sociais - consagra a sua atenção profissional às novas zonas de vulnerabilidade⁵² que podem “*alimentar as turbulências que fragilizam as situações conquistadas e desfazem os estatutos assegurados*” (Castel, 2003:27) e onde se produz a construção e a reconstrução dos riscos adicionais. Por tal, este modelo de exercício profissional passou a incidir já não só sobre o risco, mas também sobre a relação estabelecida com o risco. Daí o investimento realizado na construção de uma interacção entre o profissional e o indivíduo em situação de risco social. Com base nesta interacção e mediante uma estratégia de actuação reflexiva desenvolvida pelo assistente social, a gestão não convencional dos riscos sociais⁵³ caracteriza-se por enfatizar a importância atribuída à sua individualização⁵⁴ como meio de reconhecer a sua individualidade. Posteriormente e em face do seu reconhecimento, desenvolvem-se então as competências necessárias para conseguir avaliar a situação em causa e encontrar os meios para a poder gerir de forma a modificá-la⁵⁵. Assim, as práticas profissionais desenvolvidas neste contexto podem ser definidas, se assumirmos como referência o pensamento de Beck sobre reflexividade⁵⁶, como **práticas reflexivas de intervenção**. Isto sucede porque, para além de abrirem caminho a um outro processo de intervenção que se diferencia dos convencionais por se sustentar na

⁵¹ Difusa, na medida em que fazem uma simbiose entre o património genético da profissão com as novas exigências em promover uma actuação envolvente que se sirva da problematização para desenvolver uma unidade de posições relativamente às reestruturas económicas e sociais.

⁵² Nestas novas zonas de vulnerabilidade encontram-se os problemas ligados à etnicidade, à ética social, à multiculturalidade, à deslocalização, ou seja, às novas formas de desfiliação social.

⁵³ A gestão dos riscos sociais, pelo facto de utilizar a individualização, pode ser em termos do léxico profissional denominada “gestão de casos”.

⁵⁴ Por individualização, e utilizando a definição de Beck (2000:13), compreenda-se “*primeiro a descontextualização e segundo a recontextualização dos modos de vida da sociedade industrial substituindo-os por outros novos, nos quais os indivíduos têm que produzir, encenar e montar eles próprios as suas biografias.*”

⁵⁵ É interessante verificar que, nos princípios de relacionamento definidos na fase de qualificação profissional do Serviço Social, já o princípio da auto-determinação era contemplado. A diferença entre o exercício profissional da auto-determinação entre o “antes” e o “depois” encontra-se na forma como o seu exercício era utilizado sem ser fundamentado numa teoria crítica, enquanto que exercido reflexivamente pressupõe um exercício crítico que implique uma identificação do exercício dos poderes e uma consciencialização das capacidades em reconhecer e aplicar os poderes individuais.

⁵⁶ Por reflexividade Beck (2000:6) entende “*a transição autónoma, indesejada e imperceptível da sociedade industrial para a sociedade do risco.*”

auto-confrontação do indivíduo com a realidade social onde está inscrito, afastam-se das premissas em que se fundamenta a ordem tradicional investindo numa nova forma de exercer a acção profissional e de conduzir os processos de decisão no que diz respeito à gestão individualizada dos problemas sociais.

Todas as alterações que se foram processando no exercício das práticas de intervenção exercidas pelos assistentes sociais e que representam as transformações culturais na forma de pensar e de agir profissional fizeram com que as práticas produzidas no âmbito do exercício convencional da intervenção compreendam todas as formas de agir que se organizaram em função de um processo de descontextualização das práticas de intervenção social tradicionais, seguido de um processo de recontextualização. Por outras palavras, significa todo um processo de reestruturação das práticas de intervenção profissional que vêm ao encontro a uma perspectiva de acção profissional influenciada por:

- ✧ a metamorfose do papel do Estado na gestão dos problemas sociais e na produção do bem-estar;
- ✧ a segmentação entre problemas de bem-estar e de desigualdade;
- ✧ a organização do mundo social;
- ✧ a bipolarização entre público e privado;
- ✧ a reconfiguração do mundo social recentrando-o no trabalho e descentrando-o da família;
- ✧ a mudança e as adaptações exercidas no quotidiano;
- ✧ o conjunto de respostas culturais à desintegração da cultura tradicional;
- ✧ o desenvolvimento das instituições sociais;
- ✧ a reorganização das relações sociais no tempo e no espaço;
- ✧ a transformação das tradições genuínas ligadas à solidariedade em tradições inventadas, materializadas numa política assistencial.

Em contrapartida, as formas de agir no quadro de um exercício não convencional da intervenção profissional dos assistentes sociais singularizam-se por corresponderem a um exercício reflexivo da intervenção profissional, cujas práticas expressam o produto cultural de uma dinâmica de reflexividade que marca a passagem da sociedade industrial para a sociedade do risco e que traduz as consequências de um reequacionamento cultural, relativamente a:

- ✧ as preocupações quanto às perturbações do quotidiano geradas pelo movimento crescente da mundialização da economia;
- ✧ a reestruturação produzida no espaço das questões relativas ao bem-estar social;
- ✧ a reformulação das formas de pensar em como se pode continuar a manter níveis de equilíbrio na sociedade em face da consolidação dos riscos sociais instalados e dos novos riscos sociais emergentes;

e ainda de um equacionamento cultural quanto a:

- ✧ a articulação entre o localismo e Globalização;
- ✧ a vitalização da democracia plural;
- ✧ as dinâmicas dos novos movimentos sociais que se desenvolvem sem interesses de ordem material.

Pode-se assim dizer que na sociedade do risco a imagem da profissão depende de as suas práticas profissionais estarem integradas, quer no modelo convencional, quer no não convencional do exercício profissional. Daí que a sua imagem possa ser dividida entre uma imagem convencional e uma imagem não convencional. A imagem convencional corresponde a uma expressão profissional identificada com as características co-estruturais da capitalização dos problemas sociais. A imagem não convencional caracteriza-se pelo seu aspecto tonificador da força social e vivificador de um sentido colectivo na metamorfose dos problemas sociais.

Relativamente à segunda, que diz respeito à reconstrução da sua cultura profissional, a divisão entre o exercício convencional e não convencional da profissão permite-nos mais facilmente apreender as condições em que se processaram as alterações produzidas na forma de pensar e de agir profissional desde a sociedade industrial à sociedade do risco. Se, no quadro da sociedade industrial, a intervenção profissional estava vinculada a uma perspectiva de mudança que se apoiava na socialização dos problemas sociais - o que fazia com que a profissão fosse equacionada como um mecanismo de vigilância, não só dos problemas que poderiam comprometer a dinâmica do processo de transformação social, mas também das estratégias identitárias da mudança - já na sociedade do

risco o investimento profissional, por ter criado vínculos ideológicos⁵⁷ com as estratégias de desconstrução da homogeneização a que está vinculado o processo de Globalização e por estar inserido num contexto de reinvenção dos aspectos simbólicos que funcionam como elemento de marca do neo-liberalismo, recria-se através da individualização, a qual se reassume⁵⁸ como uma nova referência identitária para o exercício da intervenção social. No entanto no presente, e uma vez que não pode ser criada uma fronteira entre sociedade industrial e sociedade do risco, existe uma coexistência entre estas duas referências identitárias – socialização e individualização –, as quais partilham o mesmo propósito de mudança⁵⁹. Mas, pelo facto de não serem equivalentes, remete-se a sua distinção para a diferenciação nas suas estratégias identitárias. Daí que a identidade profissional do Serviço Social na sociedade de risco não possa ser considerada como absoluta, mas sim como relativa, e se confunda com as suas referências simbólicas, o que justifica a existência de variações identitárias como forma de poder conciliar o exercício convencional da profissão com o não convencional⁶⁰. Na prática, a sua diferenciação identitária depende, essencialmente, das características culturais do exercício da intervenção profissional⁶¹, sendo que o seu modelo cultural de intervenção se organiza de modo estratégico e selectivo, difundindo-se em termos policêntricos ou etnocêntricos: policêntrico, quando se expressa através da sua ideo-realidade, etnocêntrico quando desempenha um papel em função da sua etno-realidade. O mesmo será dizer que o exercício profissional da intervenção sobre a vida do indivíduo, do grupo ou da sociedade está relacionado com a capacidade dos assistentes sociais de recriarem as suas atitudes profissionais de acordo com a evolução constante dos modelos culturais que estão associados às modificações nas estratégias de intervenção e nas práticas culturais de integração social. Por esse motivo, a reconstrução da cultura profissional do Serviço Social, para além de se ter constituído como um processo plural, é também multidimensional⁶², o

⁵⁷ Estes vínculos surgem num contexto de despadronização das relações simbólicas criadas com o processo de Globalização que, paradoxalmente, serviram para legitimar a individualização que singularizava a afirmação da política neo-liberal.

⁵⁸ Diz-se *reassume*, na medida em que o exercício profissional da individualização faz parte da sua herança patrimonial, uma vez que funcionou como seu elemento de marca aquando do seu período de legitimação profissional, o qual coincidiu com o processo de expansão económica do capitalismo liberal.

⁵⁹ O qual se assume como elemento de referência na construção dos modelos de intervenção profissional.

⁶⁰ A plasticidade que envolve os seus modelos de intervenção deriva do facto de os deslocamentos da identidade resultarem da adequação da intervenção profissional às variações particulares do processo de transformação social.

⁶¹ Apesar de este exercício poder ser instrumentalizado de acordo com as formas político-ideológicas de conceber a intervenção e dos limites criados à interacção que utiliza a intervenção de modo estratégico.

⁶² Não tanto por efeito da forma continuada como desenvolveu a reformulação das diferentes referências identificativas da história dos seus modelos de intervenção, mas mais porque a sua identidade profissional assumiu múltiplas configurações, não tanto no que se relaciona com a forma, mas sim com o conteúdo. Ou seja,

que a torna complexa, não obstante a flexibilidade em que se suporta. E, se ao nível da sociedade industrial a concepção da intervenção profissional se foi diversificando de acordo com as transformações produzidas na lógica das instituições a partir das quais os assistentes sociais conduziram o seu processo de intervenção, na sociedade do risco, porém, a estratégia alterou-se. Segue-se uma estratégia de conversão do património profissional num meio de redefinir o papel do Serviço Social nas instituições, isto é, de não serem as instituições a definirem o papel a desenvolver pelos assistentes sociais para fazer cumprir os seus objectivos profissionais, mas sim os assistentes sociais a definirem o perfil da sua actuação tendo como referência, não só os objectivos da instituição, mas também as problemáticas sociais com que esta se irá confrontar, bem como a sua forma de conceber a intervenção (Martin:1999). Esta viragem na relação dos profissionais com a profissão, ao ser desenvolvida no quadro de uma teoria de re-significação profissional, fundamenta a transformação que se operou na relação interna entre o significado e a validade do Serviço Social e atribuiu uma nova pertinência ao conceito de agir. Por sua vez, a afirmação das novas formas de agir gerou novos posicionamentos profissionais, os quais traduzem a maneira como a profissão se posiciona face às dinâmicas da produção do conhecimento e à nova geometria dos problemas sociais.

Em termos das suas particularidades, o que distingue as práticas de intervenção social desenvolvidas pelos assistentes sociais no quadro do exercício convencional da intervenção é a sua capacidade de ajustarem às realidades concretas os modelos de intervenção considerados como os mais indicados para controlar a situação em presença e de utilizarem uma acção socializadora como meio de promoverem as condições necessárias à condução de uma política de coesão social. O exercício não convencional destaca-se pela diferença, visto se suportar na utilização de práticas reflexivas de intervenção em que a inovação e a reflexividade são consideradas os novos propósitos do modelo de intervenção. **Por práticas reflexivas de intervenção consideram-se todas aquelas que promovem uma nova forma de agir profissional que faz uso de uma interacção criativa e se serve da individualização, da auto-confrontação e da participação activa para desenvolver um novo processo de intervenção profissional.** Circunscrevem-se no quadro de um processo de intervenção reflexivo que se serve de uma dinâmica de actuação que utiliza uma pedagogia

por efeito da forma como geriu os espaços de acção ao associar o sentido moderno do humanismo com a expressão do seu pensamento sobre o mundo objectivo e os seus horizontes de interpretação sobre as concepções de intervenção.

cívica associada à condução do processo de capacitação e de participação para conduzir o exercício da desconstrução dos problemas e dos riscos e para promover uma reconstrução dos comportamentos perante as situações de facto. Por conseguinte, a relação estabelecida entre o profissional e o indivíduo é uma relação que se vai progressivamente decompondo e recompondo, de acordo com a evolução do processo de reconhecimento das situações e das alternativas existentes para otimizar as condições reais que permitam conduzir à decisão em certos domínios da vida pessoal capazes de interferir sobre o quotidiano da vida social. Este modelo de práticas investe, fundamentalmente, na reconstrução das formas de os indivíduos se implicarem activamente na gestão das suas vidas sem que, no entanto, percam a noção dos seus direitos como reconhecimento da sua cidadania. De uma forma mais concisa pode-se dizer que as práticas profissionais de intervenção reflexiva se diferenciam das demais práticas de intervenção profissional por implicarem um trabalho de co-produção entre assistente social e indivíduo, o qual visa encontrar formas pessoais de bem-estar que potenciem a cidadania. Esta concepção de intervenção tem como objectivo criar um espaço de diálogo entre o assistente social e o utilizador dos seus serviços, o qual deve permitir ao profissional desenvolver um sistema interpretativo e reflexivo que, para além de tornar possível a aquisição de uma cultura cívica progressiva e consistente, crie também as necessárias motivações para encontrar, não só as formas explicativas para a situação, mas também os meios para a valorização da autodeterminação num contexto contraditoriamente marcado pelas tendências globalizantes e por uma doutrina de intervenção autoritária de socialização, posta em prática pela generalidade das instituições sociais tradicionais.

Estas práticas desenvolvem-se, tendo em linha de conta diferentes etapas:

Etapas 1 - Individualização da situação, o que pressupõe um conhecimento circunstanciado da situação através da recolha e da organização da informação obtida em circuito fechado ou aberto, utilizando entrevistas, recolha de informação inter-institucional e testemunhal. O seu objectivo prende-se com a organização de um sistema permanente de actualização da informação.

Etapas 2 - Desconstrução da situação, reconhecendo o elemento, ou os diferentes elementos, que justifica(m) uma intervenção. Tem como

objectivo a decomposição e a composição do conhecimento obtido através da informação recolhida num contexto de produção de novas formas de divisão social, onde se inclui a sexual e a étnica. O seu objectivo é a uma compreensão comprometida com a situação, tendo como referência uma teoria crítica da igualdade.

Etapas 3 – Sistematização da informação e avaliação, quer do impacto sobre o sujeito e sobre o seu ambiente social e emocional, quer do risco que representa.

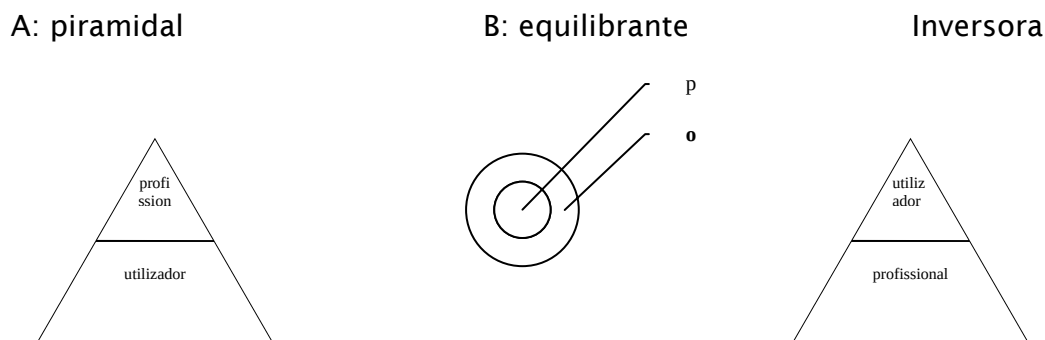
Etapas 4 – Definição das estratégias de integração tendo como objectivo a alteração dos factores de risco que interferem sobre a vida pessoal e social.

Etapas 5 – Mediatização da intervenção através da construção da situação de acordo com as políticas institucionais de integração e de recontextualização da situação.

No decorrer das diferentes etapas (fig 11) é tido em atenção que a relação com o indivíduo num primeiro momento deve ser piramidal, essencialmente durante o tempo de estudo da situação, fazendo uso das técnicas de saber observar e ouvir para, numa fase seguinte, a estrutura da relação ser equilibrante ao criar com o indivíduo uma partilha na discussão e reflexão sobre a informação obtida e, posteriormente, ser inversora⁶³ de posições; isto é, o assistente social, como meio de preparar a decisão, assume um papel de suporte à autodeterminação que o próprio indivíduo deve usar.

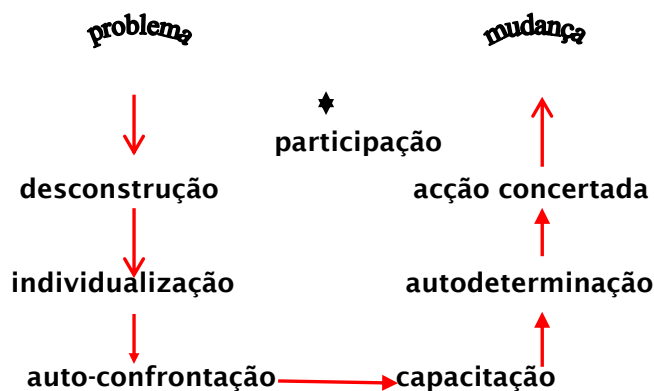
⁶³ Invertida, se tivermos em linha de conta que tradicionalmente a condução do processo tem sido, essencialmente, protagonizada pelo assistente social. Mesmo que as decisões sejam negociadas, a participação é controlada e torna-se mais ou menos relevante de acordo com a dinâmica do exercício da mediação na gestão da situação.

FIGURA 11 | TRANSMUTAÇÕES NA RELAÇÃO ENTRE ASSISTENTE SOCIAL E O UTILIZADOR DOS SERVIÇOS NUM CONTEXTO DE UMA PRÁTICA DE INTERVENÇÃO REFLEXIVA



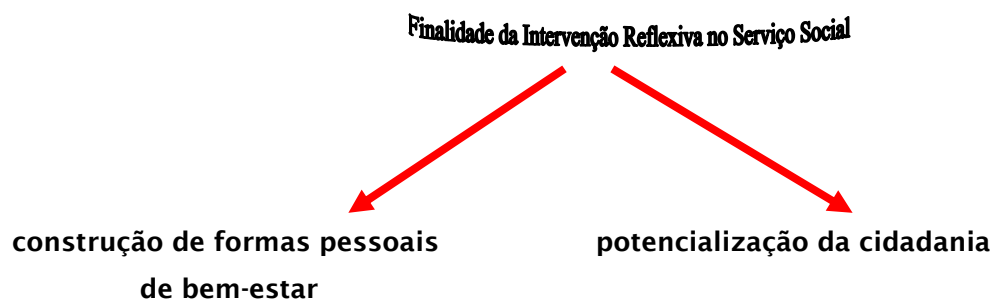
Com base nas características das práticas de intervenção reflexiva, o exercício não convencional da intervenção profissional consubstancia-se, assim, na reconversão cultural do processo de intervenção convencional, na medida em que utiliza a participação activa de todos os actores intervenientes no processo de mudança e renova a dinâmica de suporte (fig.12) dessa mesma mudança, consolidando uma nova estratégia identitária para o Serviço Social.

FIGURA 12 |



Esta nova estratégia identitária define-se em função de um exercício de intervenção profissional que absorve os princípios que orientam a intervenção reflexiva, reflexão essa cuja finalidade (fig. 13) se prende essencialmente com uma despadronização do conceito de bem-estar e com a capitalização cultural de uma concepção de cidadania global que se articula com o usufruto político da democratização da democracia e da sua expansão ao campo das emoções.

FIGURA 13 |



Mas, para que este modelo de intervenção possa substanciar as suas finalidades, definiu como objectivo prioritário a promoção de uma cultura cívica onde se depositem os esforços para que a cidadania global faça sobressair a importância reconhecida à cidadania, não pela sociedade do conhecimento, mas sim pelas instituições que, no seu quotidiano, enfrentam realidades sociais que resultam de uma falta efectiva proveniente do facto de assumir a democracia no seu aspecto simbólico e como uma realidade que não se pode manter como virtual. Este exercício da democracia implica o desenvolvimento de um sistema interpretativo e reflexivo que permita confirmar que a autodeterminação, quando assumida de forma consciente, contribui para a maturação da própria democracia. Por conseguinte, no quadro de um modelo de intervenção reflexiva, os objectivos profissionais são definidos de acordo com o que está representado na figura 14, enquanto os seus procedimentos profissionais seguem os trâmites que são retratados pela figura 15. Em termos objectivos, a construção das práticas reflexivas no Serviço Social corresponde às necessidades endógenas de substanciar o seu novo ciclo de modernização. Não é também alheia a uma vontade profissional colectiva de requalificar as suas capacidades dialógicas que, paradoxalmente, serviram para atribuir um carácter “doméstico” ao Serviço Social, mas que podem também servir para reconhecer a heterogeneidade do real, quando a gestão da harmonia conflitual passa por identificar a perturbação nas certezas e por assumir que o particularismo não é incompatível com o universalismo, nem tão pouco a sociabilidade descomprime os aspectos inflexíveis que tornam rugosas as realidades sociais.

Figura 14 |



Figura 15 |



Em suma, a prática reflexiva da intervenção profissional, para além de dar a conhecer os novos hábitos profissionais de pensar o vivido, favorece também a reconstrução da sua imagem por via do fim dos anátemas construídos por efeito de uma pertença dos assistentes sociais de dissociar a profissão da política. O fim dessa dissociação permitiu desmontar ideologicamente a especificidade cultural da profissão para, em contrapartida, torná-la numa realidade empírica e incontornável que se exprime através de racionalizações e legitimações políticas. Estas modulam-se em função dos nós fusionais que permitem mostrar a força imaginal da profissão ao tornar-se numa “força subterrânea” que pode converter a

indiferença numa reivindicação ética e social. Por isso mesmo, a intervenção reflexiva vai interferir sobre a cultura de submissão ao poder económico e político a que está vinculada a imagem convencional da profissão, abrindo espaço para desenvolver uma cultura pró-activa em que a submissão dá lugar a uma procura do bem-estar.

4.4 | Serviço Social: sociedade do risco e o seu novo ciclo de modernização

O conhecimento da realidade do Serviço Social no presente não pode ser devidamente sustentado se não se tiver em linha de conta a etnodiversidade⁶⁴ que sempre caracterizou a profissão⁶⁵ e que, no quadro da sua relação entre a identidade local e a global⁶⁶, assumiu uma importância significativa. Por isso mesmo, no contexto da sociedade do risco e em face da pressão exercida pelo processo de Globalização em curso, o desenvolvimento da sua modernização profissional faz-se depender, não só da forma como tem gerido os seus investimentos nesta matéria⁶⁷, mas também da maneira como foi “sentindo” a necessidade de responder às exigências decorrentes do processo de transformação social⁶⁸.

Teoricamente, os efeitos da Globalização sobre o Serviço Social manifestaram-se a partir do momento em que a dimensão doméstica⁶⁹, cultivada no tempo pelo Serviço Social, se esgotou perante a legitimação de uma concepção de um mundo inter-conectado, onde a interdependência se fez sentir tanto no domínio das relações económicas como no domínio das relações sociais e de trabalho⁷⁰. Consequentemente, tudo o que o Serviço Social considerava específico de uma realidade concreta e unívoca⁷¹ tornou-se numa realidade

⁶⁴ Etnodiversidade, uma vez que as suas formas de agir resultam da simbiose entre o seu processo de contextualização cultural e política e a forma de actuar sobre os problemas sociais.

⁶⁵ A qual resulta do facto de a sua expansão profissional ter uma expressão alargada, na medida em que se projectou por diferentes continentes assumindo, em cada um deles e dentro de cada um deles, estéticas profissionais diversas que resultam da sua imersão num diferente contexto geopolítico e cultural (Jovelin: 2000).

⁶⁶ Isto é, a dinâmica de mudança no Serviço Social pode ter ritmos diferentes e especificidades diferenciadas, independentemente da pressão exercida pela Globalização no sentido de a mudança ser unidimensional.

⁶⁷ Na medida em que o seu processo de modernização se caracteriza por ter uma trajectória que se diversifica em função da relação entre as dinâmicas locais e globais.

⁶⁸ Ou seja, a percepção que o Serviço Social teve do impacto produzido pela Globalização sobre as relações de ajuda social e ainda de como a Globalização iria interferir directamente sobre os processos de governação dos problemas sociais e, indirectamente, sobre o seu processo de trabalho. Do ponto de vista profissional esta questão passou a ser simplesmente inexorável e tem a ver com o modo como a Globalização foi invadindo os espaços sociais e profissionais.

⁶⁹ Esta dimensão doméstica corresponde ao modelo de intervenção casual e de repetição, desenvolvido no contexto do seu processo de legitimação profissional.

⁷⁰ Ver: “Por uma Globalização justa. Criar oportunidades para todos”, Comissão Mundial sobre a dimensão social da Globalização. Celta, Iscte .Oit. 2005.

⁷¹ Como, no caso português, a atitude cultivada relativamente ao alcoolismo num certo espaço de tempo em que a informação era limitada, considerando-o como uma realidade circunstanciada na sua expressão e na sua dimensão. Recorrendo aos relatórios de final de curso das assistentes sociais diplomadas pela Escola de

equivocada do ponto de vista social. Portanto, e não obstante todas as suas energias terem sido tradicionalmente canalizadas no sentido de melhorar o ambiente social, passou entretanto a ter que considerar como ambiente social, não só aquele sobre o qual actuava profissionalmente, mas sim todo o universo de configuração do social (Hamzaoui:2005). Neste contexto em que se viu condicionado a se recriar do ponto de vista ideológico e cultural e em que reinvestiu no propósito profissional de não deixar de afirmar a sua presença perante os sintomas de vulnerabilização social gerados pela Globalização, confrontou-se, na prática, com uma relativa dificuldade endógena⁷² em deixar de utilizar a estratégia do localismo⁷³ como uma estratégia de mediação entre poderes⁷⁴.

Esta “difracção” profissional na construção de uma sintonização entre local e global expressa como o Serviço Social foi organizando a fase preparatória de um seu novo ciclo de modernização⁷⁵. Tendo este emergido por força da Globalização, particularizou-se, porém, por ter assumido como pressuposto a preparação de novas respostas profissionais aos problemas sociais que exerciam uma certa pressão sobre as formas de governação política e económica. Contraditoriamente, e apesar de se ter envolvido na construção de novas respostas profissionais, continuou⁷⁶ apesar disso a servir-se dos recursos tradicionais⁷⁷ para reproduzir o seu poder profissional. Por isso mesmo, a sua expressão simbólica como profissão mediadora na crise de recursos que

Coimbra nos anos 50-60, verifica-se a existência de um discurso que enfatizava o alcoolismo como um problema nacional que servia para estigmatizar os hábitos e os comportamentos dos grupos sociais mais carenciados. No contexto da sociedade global, em que o poder da informação rompeu com a noção de fronteira, o alcoolismo deixou de ser interpretado como um problema local característico de um contexto geográfico preciso para passar a ser dimensionado como um problema global por ter características universais, transversal em termos de classe e não de género, como durante muito tempo foi considerado.

⁷² A qual se foi atenuando no tempo.

⁷³ Neste contexto, ao assistente social competia agir sobre os problemas detectados, sem contudo interferir sobre a legitimidade das políticas de coesão social; antes pelo contrário, competia-lhe fazer com que essa mesma legitimidade fosse reconhecida. Simbolicamente, funcionava como uma espécie de “carimbo” da acção política, considerando esta como um produto das vontades locais expressas através da consagração dos processos eleitorais que davam substancialidade ao exercício político da democracia. Nesta medida, o seu poder profissional só adquiria consistência quando o que estava em causa era o fazer cumprir as regras estipuladas para minimizar os efeitos de uma gestão social em que as desigualdades e a desfiliação eram consideradas problemas residuais que resultavam de uma política de crescimento económico. A sua legitimidade profissional resultava, assim, da sua capacidade de exercer uma acção paliativa, que se diferenciava por utilizar o bem público como meio de equilibrar o exercício da socialização e de fazer validar as formas de agir que tinham como objectivo evitar as rupturas do indivíduo com a sociedade.

⁷⁴ Portanto corresponde a uma fase do exercício profissional da intervenção em que a interpretação das problemáticas sociais eram muito centradas numa abordagem circunstanciada dos problemas, que eram divididos por categorias, as quais correspondiam a uma distinção aleatória dos problemas sociais de acordo com a sua natureza e as suas características.

⁷⁵ Por novo ciclo da modernização do Serviço Social entende-se o processo de reorganização da profissão como meio de conciliar um processo interno de inovação com a produção do conhecimento e a dinâmica da transformação social.

⁷⁶ O mesmo será dizer que manteve a sua cultura de defesa social dos mais desprotegidos sem, contudo, problematizar efectivamente o conceito de desprotegido, uma vez que o mantinha intrincado no universo conceptual da desigualdade económica.

⁷⁷ Onde se incluem o discurso, as metodologias de intervenção e a organização das estratégias de actuação.

fragilizavam os axiomas sociais onde se sustentava a ética política do poder⁷⁸ foi-se reproduzindo no tempo. E isto teve lugar mesmo quando os seus investimentos profissionais passaram definitivamente a ter como objectivo uma reorganização do seu processo de intervenção⁷⁹, o qual se incorporava no exercício profissional da sua modernização. No entanto, quando tomou a sua modernização profissional como um processo irreversível⁸⁰, fez substituir o uso do localismo como estratégia de regulação dos problemas sociais, para se focalizar mais nas políticas sociais do que em problemas⁸¹, isto é, transpôs para o campo da acção o que estava convencionado como de interesse público. Simultaneamente, redefiniu como objecto de intervenção as desigualdades sociais, o perigo, e serviu-se do lugar que detinha na mediação entre o económico e o social para alargar o seu raio de acção ao risco, uma vez que este se tornava num obstáculo ao exercício da igualdade. Por conseguinte, **a modernização profissional do Serviço Social, concretizada no período que vai entre a sociedade industrial e a sociedade do risco, deve ser entendida como um acto contínuo que, quando confrontado com descontinuidades mais agudas, faz a sua catarse através da organização de ciclos de desenvolvimento profissional, os quais se consubstanciam em etapas de modernização profissional. Cada uma dessas etapas diferencia-se da anterior**⁸² em face da recriação da relação profissional com as realidades sociais emergentes⁸³, as quais, por sua vez, estão directamente relacionadas com as alterações produzidas na morfologia, fisionomia e impacto social dos problemas sociais e, indirectamente, com a densidade política e cultural reconhecida à intervenção profissional enquanto processo de trabalho.

Pretende-se assim dizer que, se por um lado a modernização do Serviço Social se foi manifestando através da resolução dos obstáculos não visíveis e não tangíveis que resultam da tensão instalada entre o desejo de vitalizar a singularidade da intervenção conduzida pelos assistentes sociais e a necessidade

⁷⁸ Por este motivo, relacionava-se com a mudança social como fazendo parte do campo das possibilidades de modificar quotidianos sociais, o que, indirectamente, contribuía para assegurar a coesão social.

⁷⁹ Que resulta da necessidade de desenvolver um papel mais abrangente e mais activo na gestão dos desequilíbrios que tomaram novas dimensões e novas características perante o crescimento não regulado da Globalização, muito especialmente da económica.

⁸⁰ O seu modo de particularizar a acção favorecia o seu circunstancialismo a uma territorialização que dificultava uma avaliação real da amplitude das problemáticas sociais. Favorecia uma interpretação errónea quando articulava as políticas nacionais com a caracterização segmentada dos problemas sociais, não obstante se tornar menos distorcida quando, por necessidades políticas, desvirtuava o significado dos problemas ao interligá-los nas questões fundamentais ligadas à dinâmica do progresso económico.

⁸¹ Nesta medida a intervenção passou a ser exercida de forma sectorizada, favorecendo assim o mapeamento dos problemas sociais, o que permitia analisar a sua incidência, saliência e resiliência.

⁸² Quando existe a anterior. No caso da primeira etapa, esta torna-se de referência, e não de comparação.

⁸³ Nestas novas realidades sociais emergentes pode-se incluir a violência, os problemas de ordem ecológica e emocional.

de desvirtuar a prolixidade inscrita no processo de trabalho, já quanto aos seus ciclos de crescimento - que dão consistência ao processo de modernização da profissão - esses derivam da intenção profissional de articular uma actualização profissional que, ao mesmo tempo que qualifica a intervenção, a adapta às modificações produzidas, quer na morfologia, quer na fisionomia dos problemas sociais. Assim se justifica o facto de, aos problemas do desemprego, da família e da exclusão, que se tornaram na imagem de marca da desqualificação do ambiente social produzido pela industrialização, se terem indexado:

- ✧ os problemas da igualdade e da inclusão que particularizam as novas reivindicações sociais da sociedade do risco;
- ✧ os novos problemas sociais relacionados com a violência, que estimula a incerteza e a produção da insegurança, e relacionados também com a ecologia do quotidiano social que, com a sociedade do risco, despertou a atenção profissional para a deslocalização dos conflitos e a valorização do campo das emoções como meio de perspectivar os aspectos da vida social e individual que possam converter as origens da sua imprevisibilidade.

Contudo, o surgimento de novos problemas sociais a que está associada a quebra da banalidade quotidiana gerada por:

- ✧ a aceleração do crescimento das desigualdades resultantes da superlativação da mundialização da economia,
- ✧ a crise da política social adstrita ao processo de recriação do liberalismo económico,
- ✧ a turbulência cultural estimulada pela Globalização,

não fez com que os novos problemas sociais ocupassem o espaço dos já existentes, levando-os à sua subalternização. Passaram simplesmente a integrar-se num processo cumulativo, que se caracteriza por abrir espaço a todos os problemas sociais, mau grado a diferença existente entre eles. Por isso, e mau grado se poderem “estranhar” entre si, vão usufruir do mesmo estatuto, o qual expressa uma realidade que pode ser interpretada como o resultado da simbiose do social pelo social (Jovelin:2001). A sua especificidade depende da diferenciação existente de uns relativamente a outros, bem como do lugar que ocupam ao nível do risco e do perigo, e pode ser facilmente encontrada ao traçar-

se uma bissetriz entre a sua fisionomia e a sua morfologia. Por sua vez, tanto a sua expressão como a própria expressão das suas especificidades depende essencialmente das características do corpo do problema. **E por corpo do problema entenda-se o produto final que resulta da simbiose entre morfologia, fisionomia e identidade do problema social.** O conhecimento das suas especificidades⁸⁴ dita, porém, a pertinência da construção diferenciada de estratégias de intervenção, o que faz com que se produza uma proliferação de cenários sociais dotados de interesses particulares (Nora Aquín:2002). Perante esta realidade, a intervenção profissional passou a ter de actuar sobre “um campo minado de identidades”. Assim a uniformidade da acção, que tendencialmente influiu sobre o exercício profissional em termos de território, tornou-se, por si mesma, anacrónica. Como exemplo, enquanto na sociedade industrial o desemprego feminino não se transformou num problema dentro de um outro problema⁸⁵ e, portanto, não foi considerado como um problema consequente ao crescimento e à reprodução do modelo de desenvolvimento económico, todavia, já na sociedade do risco o mesmo desemprego feminino na Europa Central ou do Norte recriou-se como um problema de exclusão complexo⁸⁶, não só porque se alteraram os seus atributos políticos e culturais, mas também porque passou a estar simultaneamente inscrita no espaço da desigualdade, do risco e da exclusão. No caso da Europa de Leste, o mesmo problema pode ser, todavia, representado como uma situação de risco calculado, relacionado com a dinâmica do sistema de democratização política que gerou um fenómeno de vulnerabilização social sentido, não só em termos individuais, mas também colectivos. Na prática, a homogeneidade que tinha caracterizado a forma de conceber o corpo do problema social na sociedade industrial foi sendo substituída na sociedade do risco pela heterogeneidade e pela fragmentação. Daqui resulta que a grelha utilizada (fig:16) para conhecer a expressão social do problema seja formada pelas diferentes coordenadas onde se suporta a caracterização do corpo do problema (morfologia, fisionomia, identidade) que, por sua vez, integram as variáveis que permitem categorizar a sua relação com a sociedade em cada contexto territorial.

⁸⁴ Torna-se fundamental para que o assistente social possa mais eficazmente situar o problema na linha divisória entre risco e perigo, apesar de poder parecer fictícia – na medida em que não há perigo sem risco, nem risco sem perigo.

⁸⁵ Na medida em que era simplesmente enquadrado no contexto do problema global do desemprego.

⁸⁶ Por problema de exclusão complexo, compreendem-se os problemas que integram diferentes redes de exclusão. Tomando como referência o problema do desemprego feminino, sendo o desemprego já por si um problema social de carácter excludente por ser produzido pela dinâmica do processo económico, reforça o tónus da exclusão dado o seu género e a sua essência estarem atravessadas por profundas diferenças e conflitos.

FIGURA 16 | GRELHA PARA DETERMINAR A EXPRESSÃO SOCIAL DO CORPO SOCIAL DO PROBLEMA

fisionomia	morfologia	Identidade
perigo	igualdade	desfiliação
risco calculado não calculado	ecologia social	exclusão
	violência	
	democratização	vulnerabilização

Daí que esta grelha, quando aplicada ao desemprego feminino da Europa Central, se expresse de acordo com a figura 17; mas, se aplicada à mesma problemática ocorrida na Europa do Leste, configura-se de acordo com a figura 18.

FIGURA 17 | EXPRESSÃO DO CORPO SOCIAL DA PROBLEMÁTICA DO DESEMPREGO FEMININO NA EUROPA CENTRAL

fisionomia	morfologia	Identidade
perigo	igualdade	desfiliação
risco calculado não calculado	ecologia social	exclusão
	violência	
	democratização	vulnerabilização

FIGURA 18 | EXPRESSÃO DO CORPO SOCIAL DA PROBLEMÁTICA DO DESEMPREGO FEMININO NA EUROPA DE LESTE

fisionomia	morfologia	Identidade
perigo	igualdade	desfiliação
risco calculado não calculado	ecologia social	exclusão
	violência	
	democratização	vulnerabilização

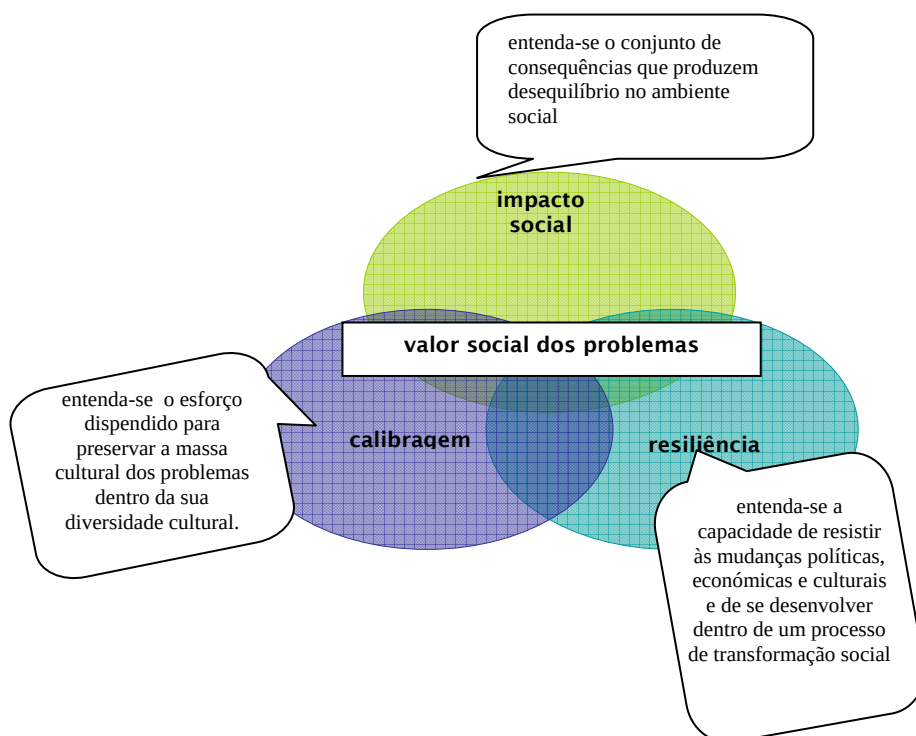
Mas, se tomarmos como referência um outro problema como a pedofilia, este pode, na sua globalidade, ser configurado conforme o que está representado na figura 19.

FIGURA 19 | EXPRESSÃO DO CORPO SOCIAL DA PROBLEMÁTICA DA PEDOFILIA

fisionomia		morfologia	Identidade
perigo		igualdade	desfiliação
risco	calculado	ecologia social	exclusão
	não calculado	violência	
		democratização	vulnerabilização

Mas, dado o facto de o corpo social do problema se singularizar pela sua heterogeneidade, tanto a fisionomia como a morfologia, assim como a identidade do problema, transformam-se em indicadores de substância que, para além de facilitarem o reconhecimento da especificidade do problema, contribuem igualmente para “ impedir a fecundidade” da ambivalência que acompanhou a construção da imagem e do significado dos problemas na sociedade industrial. Todavia, a sua expressão, encontrada através da correlação entre os seus indicadores de substância, permite desvitalizar a textura ilusória do problema, embora não consiga definir **o seu verdadeiro valor social, tal como a sua consistência**. Quanto ao **valor social dos problemas, compreende-se o produto da interacção entre o seu impacto social, a sua calibragem e a sua resiliência** (fig:20).

FIGURA 20 | CONJUNTO DE ELEMENTOS ESSENCIAIS NA CARACTERIZAÇÃO DO CORPO SOCIAL DO PROBLEMA



Isoladamente, cada um destes indicadores contribui para que se torne mais fácil determinar como os problemas sociais:

- ✦ se foram exteriorizando,
- ✦ se constituíram em “coisas” públicas,
- ✦ construíram a sua originalidade,
- ✦ conquistaram o seu espaço no tempo,
- ✦ se banalizaram ou assumiram contornos opressivos.

Já colectivamente abriram o espaço necessário para que se possa calcular o seu verdadeiro⁸⁷ valor social e, simultaneamente, a sua consistência. Relativamente ao valor social dos problemas, este não depende de realidades ilusórias, mas sim de realidades concretas, as quais são acompanhadas de uma sintomatologia indicativa de situações de frustração social que podem conduzir a um mal-estar que se reflectirá sobre o campo da coesão social⁸⁸. Por sua vez, para

⁸⁷ Não se pense que se pretende, com o termo verdadeiro, defender a existência entre verdadeiros e falsos problemas, na medida em que a partir do momento em que são consignados socialmente, os problemas são legitimados como tal.

⁸⁸ Independentemente deste pressuposto, outra questão é a relação dos indivíduos com os problemas sociais. Neste contexto pode, sim, existir uma eventual ambiguidade no reconhecimento das situações sociais em presença, mas como não faz regra deve ser interpretada como fazendo parte da ocasionalidade.

o reconhecimento da sua consistência devem ser utilizados outros dispositivos através dos quais se privilegia a dimensão ideológica como meio de fazer obedecer a determinação social do problema a critérios de relativização histórica e psíquica. Mas, se conhecer o valor social dos problemas tem como objectivo identificar a importância que lhes é outorgada no quadro de um processo que pretende ser legitimador da dignificação dos diferentes níveis dos espaços relacionais (Poché:2000) – o pessoal, o inter-pessoal, o institucional e o social - conhecer a sua consistência permite justificar a forma como os assistentes sociais “agem, operam, se imiscuem, intercedem, decidem e se tornam ou não acutilantes” (Karsz:2004:55).

Ainda quanto ao valor social dos problemas, e considerando que a certificação da sua importância conduz inexoravelmente à determinação do seu valor social, os elementos medidores⁸⁹ utilizados para o efeito correspondem:

- ✧ ao seu impacto,
- ✧ à sua calibragem,
- ✧ à sua resiliência.

No que concerne ao impacto social, este pode ser encontrado tendo por base:

- ✧ indicadores estatísticos registados pelos organismos competentes que contribuem para a obtenção de dados sobre a sua incidência;
- ✧ informações recolhidas ao nível das instituições locais e regionais que permitem obter a sua expressividade no panorama social;
- ✧ uma análise quantitativa das medidas sociais e institucionais definidas governamentalmente para responder ao problema em questão;
- ✧ uma análise quantitativa das respostas sociais criadas pela sociedade civil para superar as insuficiências ou a precariedade dos recursos públicos disponíveis.

Com base nestes elementos torna-se, assim, possível verificar se existe ou não uma correlação entre as iniciativas disponibilizadas publicamente, no sentido de colmatar a fragilização social provocada pelos problemas sociais, e o espaço

⁸⁹ Para a sua avaliação devem ser utilizados referências paramétricas como meio para encontrar o seu significado social.

que os mesmos ocupam no habitat social⁹⁰. O mesmo será dizer que estes elementos determinam o facto de existirem ou não condições de exercerem pressão junto das fontes de poder de modo a que se produza um estado de mobilização que, se por um lado pode interferir sobre as formas sociais de responder às necessidades sentidas, por outro condiciona a forma de imaginar a inexistência do Serviço Social.

Relativamente à calibragem dos problemas sociais, que se expressa por via de dinâmicas territoriais de organização convencional ou contratual de propostas de intervenção, cujo propósito passa por:

- ✧ o ajuste das respostas às necessidades de intervenção;
- ✧ o exercício da sua recriação em face da pluralização das solicitações em termos de ajuda social;
- ✧ a aplicação e gestão das medidas sociais,

a sua configuração resulta da adequação da gestão social dos problemas ao contexto social e cultural onde se desenvolvem. Esta adequação pode ser obtida por via institucional através do reconhecimento dos mecanismos de:

- ✧ redução da pressão social produzida pela exclusão, vulnerabilização e desfiliação;
- ✧ regulação do ressentimento social gerado pela alteração no equilíbrio social.

Por último, no que diz respeito à sua resiliência⁹¹, esta manifesta-se através de:

- ✧ a trajectória dos problemas socialmente legitimados;
- ✧ a atenção política prestada aos problemas em presença;
- ✧ a conversão da imagem do problema ao destradicionalizar, ou ao resistir à transformação das fragilidades na sociedade do risco.

⁹⁰ Na prática, o conjunto de informação recolhida permite, não só identificar o fluxo do seu significado social, que pode ter expressões distintas em conformidade com a atenção que lhe é prestada, mas também reconhecer a sua amplitude de forma a se poder compreender se o problema está sobrevalorizado quando compreende respostas que por vezes se podem tornar excedentárias, como acontece por vezes em situações de catástrofes em que os apelos aos sentimentos sociais criam reacções colectivas de dimensão inesperada e quando as respostas sociais ficam significativamente aquém das necessidades concretas, ou quando existe uma relação de sintonia entre a oferta de serviços e a procura dos serviços.

⁹¹ Porque a resiliência tem estado essencialmente adstrita ao campo da psicologia social americana para exprimir a capacidade de uma pessoa de se desenvolver no quadro das transformações que foram destrutivas.

Com base nos elementos recolhidos, torna-se efectivamente possível determinar tanto a **autenticidade** como a **resistência dos problemas sociais**.

Em termos da **sua consistência**, esta representa a textura dos problemas sociais, os quais podem ser considerados mais ou menos densos consoante as suas:

- ⤴ **resistência** às políticas de intervenção, a qual pode ser avaliada em função da sua perdurabilidade no tempo, como acontece com a pobreza;
- ⤴ **resolubilidade**, que se estima de acordo com o efeito produzido por certas medidas sociais, como no caso da habitação degradada quando as medidas organizadas passam pela construção de habitações sociais;
- ⤴ **residualidade**, determinada em função, quer da maior, quer da menor dimensão adquirida pelos aspectos sociais não resolvidos, ou por via da intervenção profissional, ou pelo efeito de “obstaculização” ao processo de inclusão social.

Este indicador, que está fortemente interligado ao exercício das políticas de intervenção social, completa-se se for também adoptado como critério de avaliação da eficácia das medidas de intervenção. Existe ainda uma outra referência que não deixa de ser tão importante quanto as outras já caracterizadas: a **extensão do problema**. Por extensão do problema deve-se compreender o espaço físico e político que o problema ocupa e que tanto pode ser:

- ⤴ **amplo**, quando tem uma profusão acentuada no tecido social;
- ⤴ **intermédio**, quando a sua incisão atinge zonas não muito vastas,
- ⤴ **delimitado** quando a sua incidência está localizada em termos territoriais ou humanos.

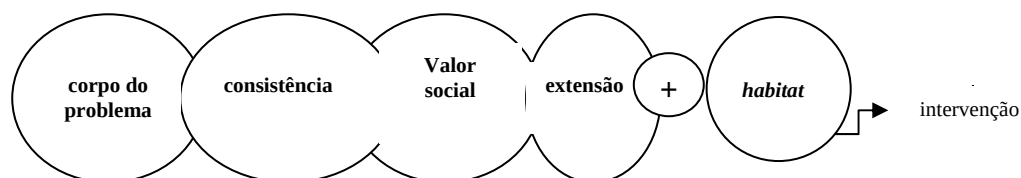
Em termos globais, esta conexão entre os diferentes elementos que produzem a heterogeneidade nos problemas sociais, se na realidade permite agir com conhecimento, produz igualmente a necessidade da intervenção se recriar acompanhando o processo de modernização profissional. Para o efeito, o exercício da intervenção profissional terá necessariamente de ser alinhado em função das características do corpo do problema, do seu valor social, das suas

consistência e extensão, podendo este alinhamento ser conduzido por via governamental ou não governamental; no tocante às suas estratégias e às metodologias utilizadas, a sua definição depende em parte da natureza do problema, isto é, se é de perigo ou de risco. Quando identificado como de perigo, levanta-se simultaneamente a questão da urgência da intervenção. Esta, todavia, depende da relação de igualdade ou de proporção entre o “eco” social que cada problema produz a montante ou a jusante da produção da realidade social, e o seu valor social⁹². Mas, quer esteja ou não já enquistado socialmente, a intervenção conduzida pelos assistentes sociais deve ter em linha de conta os seguintes factores:

- ↗ os efeitos dos problemas sociais e da sua calibragem sobre o habitat social;
- ↗ a interferência sobre a acção produzida, tanto pelo processo de recriação dos problemas sociais, como pelas alterações na sua extensão provocados por factores exógenos.

Em termos organizacionais e globais, o exercício da intervenção profissional desenvolve-se dentro de uma atmosfera política⁹³ tutelada, quer pelo sector público, quer pelo sector privado, e avocada na íntegra por assistentes sociais, ou em parceria com outros profissionais. Na fase preparatória para a acção deverá passar a socorrer-se de dois níveis de conhecimentos: um específico do problema servindo-se dos quatro indicadores referidos – corpo do problema, consistência, valor social e extensão, outro relacionado com o seu habitat⁹⁴ (fig.21).

FIGURA 21 | ELEMENTOS ESSENCIAIS DO CONHECIMENTO PARA A ACÇÃO



⁹² Apesar de poder ser deformado por efeito de ideias, preconceitos ou interesses políticos.

⁹³ Que podem estar na origem de medidas de carácter governamental ou não governamental, ou então mistas, contratualizadas ou não.

⁹⁴ Por *habitat* do problema social entenda-se o meio ambiente onde se projecta socialmente.

Este outro elemento – o *habitat* – ao mesmo tempo que permite aos profissionais estabelecerem uma incorporação dos seus conhecimentos numa realidade mais precisa e delimitada, habilitam-nos ainda a valorizar igualmente as dinâmicas locais, onde se integram as culturais, introduzindo assim a especificidade na acção. As estratégias de intervenção devem por isso ser estruturadas utilizando como referência a articulação entre:

- ✧ a realidade macro do problema objecto de intervenção profissional;
- ✧ as características da *target* local da sua intervenção;
- ✧ as medidas sociais existentes para regular o seu impacto social;
- ✧ as respostas institucionais criadas;
- ✧ as forças institucionais e locais que poderão ser envolvidas na acção.

Fundindo os dois níveis de conhecimento, avança-se para um outro momento que contempla as seguintes fases:

- ✧ elaboração do plano estratégico para intervenção
- ✧ execução da intervenção
- ✧ balanço e avaliação da intervenção

Num plano mais focalizado, quando a intervenção tem como alvo o perigo e visa o exercício de uma catarse libertadora, será estruturada em 4 fases, deste modo (Quadro17):

- ✧ fase preparatória
- ✧ fase organizativa
- ✧ fase executiva
- ✧ balanço e avaliação da acção

QUADRO 17 | FASES DA CONSTRUÇÃO DA INTERVENÇÃO SOBRE O PERIGO

	1º momento	2º momento	3º momento	4º momento
1ª Fase: preparação da intervenção	conhecimento das características do problema ou problemas	contextualização do problema em termos territoriais e culturais	conhecimento das características do problema ou problemas	conhecimento das forças sociais com incidência local
2ª Fase: elaboração do plano estratégico de intervenção	definição da missão e da visão da intervenção	determinação da população <i>target</i> da sua intervenção	definição das metodologias de intervenção	construção do plano de intervenção
3ª Fase: execução do plano estratégico de intervenção	aplicação das estratégias de contacto com a população alvo	envolvimento dos elementos -alvo na gestão da intervenção	co-participação na acção de ajuda social para a transformação	preparação dos processos de auto - determinação.
4ª Fase: balanço social da acção/ intervenção	análise da decisão	avaliação dos resultados	descodificação dos resultados	sistematização da informação e experiência adquirida

Já no que diz respeito à intervenção sobre o risco, e muito especialmente o risco calculado⁹⁵ (Quadro18), os procedimentos para assegurar um processo de trabalho qualificado, embora não sejam substancialmente diferentes do modelo adoptado para as questões do perigo, têm, no entanto, as suas particularidades. Estas particularidades são mais visíveis na fase da intervenção activa propriamente dita, do que na da preparação da intervenção ou na do balanço final da acção levada à prática.

⁹⁵ Na medida em que o risco que não pode ser calculado sem estar sujeito a planos de emergência social como foram referenciados no Cap. 3.

QUADRO 18 | FASES DA CONSTRUÇÃO DA INTERVENÇÃO SOBRE O RISCO CALCULADO

1ª Fase: preparação da intervenção	conhecimento das características do problema ou problemas	contextualização do problema em termos territoriais e culturais e no campo individual	conhecimento das respostas sociais de carácter institucional e das sinergias sociais com capacidade para agir	conhecimento dos modelos de intervenção e de forma de mobilização das vontades individuais e colectivas
2ª Fase: elaboração do plano estratégico de intervenção	definição da missão e da visão a dar à intervenção	determinação da população <i>target</i> , da sua intervenção, segundo o impacto social ou a legitimação de novas realidades problemáticas	definição das metodologias de intervenção consoante as especificidades das situações legitimadas e das situações percebidas	construção do plano de intervenção em termos profissionais e institucionais, ou interinstitucionais
3ª Fase: execução do plano estratégico de intervenção	abordagem das situações de acordo com o seu perfil (económico, social, ambiental, emocional).	envolvimento dos elementos -alvo na gestão da intervenção de forma individual ou colectiva em função das suas particularidades	responsabilização democrática no processo de ajuda social cujo objectivo é a mudança crítica e criativa	preparação dos processos de autodeterminação com base numa cultura de capacitação.
4ª Fase: balanço social da acção	análise da decisão	avaliação dos resultados	avaliação do funcionamento do projecto	avaliação dos resultados

Na intervenção sobre o risco, a actuação deverá ser flexível, dada a sua etno-diversidade. Daí que, por vezes, as metodologias de intervenção desenvolvidas pelos assistentes sociais possam ser tomadas com base numa decisão em incerteza, isto é, a opção em certas situações será por um modelo de intervenção sistémica ou por um modelo de intervenção de características cognitivas comportamentais. Como forma de colmatar esta incerteza na decisão, a selecção das metodologias deve ter como referência a saliência do concreto e um não enviesamento das probabilidades de base da sua eficácia. Por isso mesmo, cada situação/problema deve ser estrategicamente **gerida como um caso**, independentemente de poder ter ou não um cariz individual, ou de ter uma dimensão grupal, comunitária, local ou global. No modelo de gestão social do caso⁹⁶, a metodologia de intervenção a pôr em prática deverá ser definida de acordo com a forma como o problema está ancorado no contexto de vida pessoal ou colectiva. Este modelo de intervenção servirá de suporte à gestão das realidades e dos problemas. O mesmo será dizer que através da gestão social do

⁹⁶ Que se inspira na destradicionalização do Serviço Social de casos e na individualização recriada na sociedade de risco como meio de legitimar a heterogeneização cultural e identitária.

caso se avança no terreno da alteração das realidades vulneráveis e das situações de desfiliação e de exclusão.

Por **gestão social do caso** considera-se toda a **dinâmica de intervenção conduzida pelo Serviço Social tendo como referência a conciliação entre o mediato e o imediato, sendo o mediato definido em função do que se considera ser a sua missão e a sua visão (Quadro19), e o imediato como a articulação entre a estratégia deliberada e a estratégia emergente (Quadro 20).**

QUADRO 19 | ELEMENTOS DE REFERÊNCIA DO MEDIATO NO SERVIÇO SOCIAL

missão	transformar a profissão numa profissão militante da igualdade
visão	desenvolver a cidadania activa e global

QUADRO 20 | ELEMENTOS DE REFERÊNCIA NO EXERCÍCIO DO IMEDIATO NO SERVIÇO SOCIAL

estratégia deliberada	é o produto de um conjunto de decisões que visam assegurar a sustentabilidade das formas de intervenção deliberadas
estratégia emergente	são as decisões assumidas face ao aparecimento ou conhecimento de novos factos que podem interferir sobre a decisão tomada

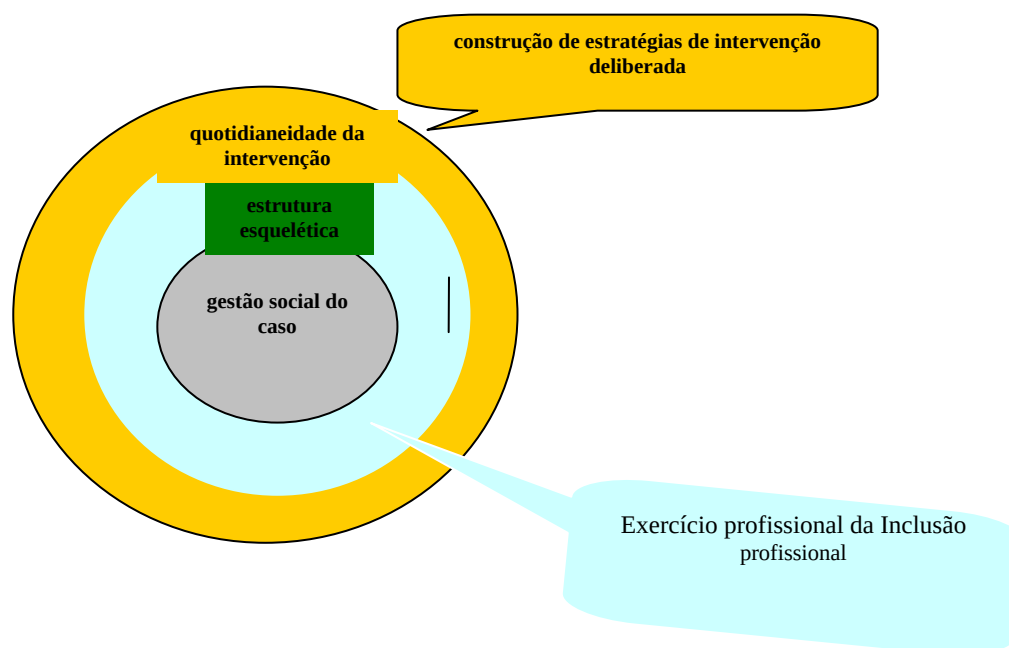
Por outras palavras, a gestão social do caso é organizada através de uma simbiose entre os elementos que dão a firmeza necessária à estrutura “esquelética” da profissão (Fig:22), onde se incluem:

- ↗ os valores que assume, que devem ser permanentes e consistentes e que confirmam a sua legitimidade profissional;
- ↗ a missão que, devendo ter características de desafio e ser ambiciosa e motivadora, retrata as ambições profissionais;
- ↗ a visão que traduz uma postura, não tanto sobre as ameaças, mas sim sobre as suas oportunidades profissionais;
- ↗ as competências técnicas, humanas e conceptuais, sendo que as técnicas se exprimem mediante as capacidades profissionais, as humanas pelo ontologismo e as conceptuais pela relação complexa que estabelece entre a envolvente e a profissão,

e a sua quotidianidade, a qual se traduz através de:

- ↗ estratégias de intervenção construídas com base num conjunto de decisões, que visam assegurar a sustentabilidade das formas de intervenção deliberadas, e de novas decisões emergentes devido ao aparecimento ou conhecimento de novos factos que vão interferir sobre o meio ambiente;
- ↗ acção, que tanto pode ser polivalente como monovalente, mas que, na sua generalidade, se constrói em função da determinação do problema e do lugar que o mesmo ocupa ao nível do risco.

FIGURA 22 | ELEMENTOS PREPONDERANTES NA ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO SOCIAL DO CASO



A gestão social dos casos assume uma maior flexibilidade quando o ambiente é estável, na medida em que se torna mais fácil prever o risco e diagnosticar o perigo. *Grosso modo*, a intervenção sobre o risco não depende da magnitude ou da amplitude dos riscos, resulta essencialmente do fundo público que os mesmos encerram⁹⁷. Daí que, ao tornar-se num padrão de intervenção, se estenda a níveis mais vastos, isto é, a grupos, comunidades e territórios. O que

⁹⁷ Portanto não implica que tenha que ser necessariamente a gestão personalizada de uma situação problemática com raízes sociais no risco. Antes pelo contrário, o que caracteriza a gestão do caso é a transformação de cada situação, independentemente das suas características, em um caso.

pode diferir no seu exercício são os métodos adoptados na intervenção e os modelos de organização da acção, bem como o princípio da totalidade⁹⁸ que atribui a cada uma das situações; já no caso fulanizado, o princípio da totalidade (Acerbi:2002: 80) está relacionado com o conjunto de condições que vão permitir ao indivíduo, não só ter acesso aos benefícios disponibilizados institucionalmente, mas também a reconhecer os valores da igualdade, da liberdade e da diferença. Por sua vez, num contexto mais alargado de intervenção, o princípio da totalidade pode ter que incorporar outras dinâmicas que se expressam, não especificamente pelo controlo dos interesses instalados, mas sim por uma pluralização das condições que favorecem sectores mais amplos da população, ao fazer com que estes adoptem uma forma de pensar a cidadania, não numa perspectiva assistida, mas sim emancipatória, e consolidem a cidadania universal como uma forma de rejeição de atitudes neo-filantrópicas que legitimam a cidadania diferencial.

Neste sentido, a gestão do caso comunga de eixos comuns, especialmente no domínio da sua filosofia, mas diferencia-se no campo da sua aplicabilidade. Estes eixos comuns consubstanciam-se ao nível de:

- ✧ os seus valores, consignando a igualdade como meio de abrir espaço para o exercício da cidadania emancipatória;
- ✧ dos seus princípios, onde o exercício da totalidade na intervenção, ao mesmo tempo que legitima a diferença, heterogeneiza a actuação;
- ✧ a natureza das suas práticas, por se sustentarem numa cultura democrática e de aproximação, onde a participação e a parceria assumem um espaço privilegiado;
- ✧ o posicionamento ético, o qual se referencia por ideais sociais onde se destaca a igualdade;
- ✧ a matéria das práticas, as quais incorporam a importância das emoções na reconfiguração ideológica das realidades específicas, as quais tanto podem ser do domínio privado como público, quer de ordem individual, quer colectiva.

Diferencia-se em vários aspectos:

⁹⁸ Por princípio da totalidade entenda-se o princípio que assume a situação como um todo, não a parcelando, tal como acontecia com a intervenção sectorizada.

- ✧ na construção de estratégias derivadas⁹⁹, as quais se singularizam por serem “desenhadas” em função das características endógenas da situação em presença;
- ✧ na dimensão do raio de acção, caso se trate de um caso individual, ou grupal, comunitário, territorial, não obstante poder ser local ou global;
- ✧ na organização do processo de intervenção, o qual pode ser definido em termos transdisciplinares ou disciplinares;
- ✧ na condução de estratégias de intervenção as quais podem ser canalizadas por via institucional ou interinstitucional, de forma directa, colateral ou mista;
- ✧ no exercício da intervenção, na medida em que são determinados em função de critérios de relativização histórica, social e psicológica do problema;
- ✧ na sua representação, uma vez que tanto pode assumir uma função pedagógica, como reguladora ou clínica.

Este modelo de intervenção apresentado como de gestão social do caso, não obstante poder parecer uma resposta a uma necessidade de reconstrução dos modelos de intervenção segundo as novas lógicas de pensar o social, pode no entanto ser confundido com um modelo que Hamzaoui (2005) denominou de “global ou transversal”¹⁰⁰. Mas, enquanto o modelo transversal/global trabalhado por Hasteou ¹⁰¹está essencialmente centrado no contexto, servindo-se de métodos de intervenção transversal para manter os níveis de equilíbrio e de coesão, já o modelo de gestão do caso concentra as suas energias na situação em causa e a intervenção por si desenvolvida é conduzida em termos horizontais e transversais, correspondendo às especificidades do contexto. O que se pretende dizer é que a intervenção profissional suportada no modelo de gestão social do

⁹⁹ Por estratégias derivadas compreende-se as estratégias adjacentes que se constituem para dar firmeza à estratégia de fundo.

¹⁰⁰ (Este modelo de Hamzaoui surgiu por oposição aos modelos tradicionais em que em termos profissionais, técnicos e institucionais os problemas sociais eram sectorizados. Esta sectorização, que era feita em sintonia com o modelo de organização das políticas sociais, fazia com que, independentemente da compreensão do problema poder ser feita de forma contextualizada, não fez com que a fórmula de intervenção utilizada não deixasse de ser parcelada. Assim que justifica o aparecimento do partenariado como mecanismo de superação formal e informal da desconstrução ideológica da intervenção categorial.

¹⁰¹ Ao definir um modelo de actuação transversal, a proposta de Hamzaoui não deixou porém de redefinir a inter-sectorialidade, ao recriar o processo de intervenção de acordo com as políticas públicas para o sector social, como sejam as políticas de inserção social, as políticas urbanas, as políticas de acção social. Existe essencialmente uma recomposição das linhas de fronteira da acção que faz com que a acção social se torne global pois, paradoxalmente, ao mesmo tempo que termina com a intervenção categorial, cria a intervenção territorializada. Na prática defendeu o reforço da intervenção sobre o contexto protagonizada por via de iniciativas locais ou de agentes políticos ou profissionais que deveria ser coordenada intersectorialmente para que o exercício da intervenção não se torne disperso e inócuo.

caso deve ser enquadrada numa nova lógica política, em que a socialização dos problemas é substituída por uma reflexividade que implica inexoravelmente uma gestão diferenciada dos indivíduos e dos territórios. Por conseguinte, **o caso deve ser entendido como toda a situação problemática gerada por factores perturbadores que, isoladamente ou em simultâneo, podem ser de ordem económica, social, psíquica, ambiental ou política, e que tanto podem ter uma dimensão individual, como grupal, comunitária, local, nacional, interterritorial ou global.** O seu processo de gestão depende do resultado do diagnóstico realizado, tendo como parâmetros os elementos de diagnóstico utilizados para conhecer as características do corpo social do problema: consistência, valor social, extensão social, bem como o ambiente social e cultural onde está inserido. Desta forma se compreende a teoria de Mary Richmond quando, ao sistematizar o Serviço Social de Casos (1923), defendia que em Serviço Social “ cada caso é um caso”. Porém, o que distingue o exercício tradicional do “*case work*” e a gestão social do caso é o **comprometimento activo e inequívoco dos profissionais ao nível político**¹⁰², que na gestão social do caso os assistentes sociais estabelecem de forma inequívoca¹⁰³. Mesmo assim, pode parecer um processo ambíguo pelo facto de, neste novo contexto de modernização profissional, serem recuperadas algumas das técnicas apuradas no quadro da formação clássica dos assistentes sociais, tal como o saber observar e o saber ouvir. Mas, para desfazer qualquer equívoco, importa dizer que - enquanto no contexto clássico o uso destas técnicas tinha como objectivo recolher contributos que, uma vez descodificados, permitissem traduzir informação ou complementar informação - neste novo contexto profissional a recuperação destas técnicas tem como objectivo dar um novo impulso à política de aproximação. Esta política de aproximação, para além de desfigurar a imagem tecnicista e burocrática assumida pelos assistentes sociais no quadro de um modelo tecnocrático que substituiu o “ modelo minimalista de intervenção social pelo Estado” (Hamzaoui, 2005:42), e que se desenvolveu na sociedade industrial, permite também recriar a relação profissional com os que usufruem dos seus serviços; não pretende recuperar qualquer propósito de “manipulação emocional”. O seu objectivo está explicitamente relacionado com a reinvenção da humanização e com a necessidade indefectível de agregar ao desenvolvimento económico o desenvolvimento social e humano. Daí que, na sociedade do risco,

¹⁰² Anteriormente, no modelo clássico do Serviço Social, existia um comprometimento passivo com as formas políticas de gerir o social.

¹⁰³ Contrariamente à defesa da neutralidade, tão marcante no contexto tradicional do exercício da profissão.

as práticas profissionais tenham como paradigma o respeito pelos valores humanos. Isto significa que a capacidade de saber observar e ouvir no assistente social, ao mesmo tempo que pode servir para diferenciar a actuação de uns profissionais relativamente a outros que actuam na mesma esfera, pode igualmente funcionar como um processo de contrariar a imobilidade histórica e como meio de promover uma relação interactiva na preparação da decisão que antecede a definição do plano estratégico para a intervenção.

No que diz respeito às características da intervenção profissional ao nível do modelo de gestão social do caso, estas singularizam-se, tal como está apresentado no Quadro 21, por atitudes tomadas pelos profissionais:

- ✧ ao se envolverem na gestão do caso, comprometerem-se política, cultural e ideologicamente;
- ✧ usarem a individualização para contrariar o fenómeno de homogeneização do exercício da intervenção social;
- ✧ promoverem a emancipação, a participação e a democratização da democracia como meio pedagógico que visa a promoção e legitimação de uma cidadania activa.

QUADRO 21 | CARACTERÍSTICAS DA INTERVENÇÃO NA GESTÃO SOCIAL DO CASO NA SOCIEDADE DO RISCO

atitude	comprometida
metodologia de intervenção	individualização
carácter	emancipatório, participativo e democrático

Já quanto à sua organização, a gestão social do caso toma como ponto fulcral da sua acção a individualização como meio de superar a intervenção categorial sendo constituída por diferentes momentos em que cada um deles tem as suas dinâmicas próprias (Quadro 22).

QUADRO 22 | PROCEDIMENTOS PROFISSIONAIS NA GESTÃO SOCIAL DO CASO

momentos	procedimentos	dinâmica	técnicas
conhecimento do problema	por sinalização,	abertura do processo social	entrevista / reunião de informação ascendente
	por procura directa		
	por encaminhamento		
recolha da informação	directamente	organização do processo social	entrevista formal e/ou informal / reuniões de contra-informação
	colateralmente		
	visita domiciliária		
	reconhecimento no local		
	institucionalmente		
discussão da informação	reconstrução dos elementos necessários para se poder adquirir um conhecimento alargado da situação	participada por todos os elementos envolvidos no processo	reunião de informação descendente / reunião de discussão
visita guiada ao problema	análise reflexiva conjunta de toda a informação recolhida	participada por todos os elementos envolvidos no processo	reunião de <i>feedback</i>
construção das hipóteses de intervenção	com base no produto da reflexão, definição das diferentes alternativas que podem ser utilizadas para ir ao encontro do propósito definido	participada por todos os elementos envolvidos no processo	reunião de discussão/ <i>brainstorming</i>
decisão da estratégia a utilizar	perante as diferentes alternativas, análise individual para que a selecção da opção seja sustentada	pelos receptores da ajuda, cumprindo o princípio da autodeterminação	reunião de análise do caso
análise da decisão	estudo das implicações geradas pela decisão tomada	pelos receptores da ajuda, cumprindo o princípio da autodeterminação	<i>briefing</i>
execução da decisão	colocação no terreno as decisões tomadas	pelos receptores da ajuda	observação
acompanhamento	acompanhamento das medidas adoptadas	pelos agentes envolvidos na intervenção	reunião de procura da informação relevante

Em termos globais, a organização do processo de intervenção na gestão social do caso, pode ser dividida em 4 fases, a saber:

primeira fase, em que se recolhe a informação necessária ao conhecimento da situação; é bastante importante para a organização de um plano de intervenção;

segunda fase, em que se estuda e discute a informação recolhida com todos os elementos envolvidos no processo, se analisam as estratégias alternativas e é tomada a decisão sobre a estratégia a seguir, a qual servirá de patamar à intervenção no terreno;

terceira fase, que consiste na execução do plano de intervenção, alterável se surgirem novos factos que impliquem o ter que se modificar o plano traçado;

quarta fase, que se prende com a avaliação da intervenção em face dos resultados obtidos, assim como da sistematização, tanto do conhecimento adquirido (investigação-acção), como da informação recolhida.

Na prática, estrutura-se tendo como premissa que cada uma das quatro fases em que se compõe se diferencia das restantes, por cada uma em si mesmo corresponder à sistematização do seu processo de organização da acção tal como está representado no Quadro 23:

QUADRO 23 | ORGANIZAÇÃO E SUBSTANCIAÇÃO DAS FASES DE QUE SE COMPÕE A GESTÃO SOCIAL DO CASO

1ª Fase: abertura do processo social	conhecimento do caso, recolha e organização da informação, definição da especificidade do caso
2ª Fase: preparação da intervenção	discussão participada da informação, construção das estratégias de intervenção, análise das propostas construídas e respectiva ponderação sobre as vantagens e desvantagens que cada uma encerra, decisão sobre a opção a tomar articulando-a com recursos e suportes disponibilizados institucionalmente e com as especificidades do caso
3ª Fase: desenvolvimento da Intervenção	desenvolvimento e acompanhamento do processo de intervenção
4ª Fase: avaliação e sistematização da Intervenção	avaliação dos resultados, reflexão sobre a informação adquirida que deverá ser sistematizada no relatório final que acompanhará o fecho do processo

Neste modelo de gestão social do caso, consoante se trate de um problema individual, grupal, comunitário ou territorial, o assistente social pode, ou não, incluir no processo de discussão e construção da estratégia de intervenção diferentes actores, que tanto podem pertencer à rede primária, como à secundária ou à terciária, mas que foram inscritos no mapa de rede de apoio social desenhada pelo assistente social como a mais indicada para a situação em causa (Nowak:2001). Esta opção depende essencialmente das necessidades de:

- ✧ dar reforço às decisões tomadas;
- ✧ criar vínculos para que se torne mais difícil qualquer ruptura com o meio ambiente;
- ✧ estabelecer um território social para a intervenção;
- ✧ definir e confirmar a geratriz da intervenção;
- ✧ criar as interfaces para a sua inscrição social¹⁰⁴.

Relativamente à *performance* do exercício da intervenção profissional num contexto de modernização, esta pode ser:

- ✧ de teor pedagógico,
- ✧ de teor clínico,

sendo que, quer uma, quer outra, se perfilam baseadas nos princípios de:

- ✧ igualdade,
- ✧ individualização do tratamento profissional como meio de diferenciar as situações,

e tanto uma como outra:

- ✧ não obedecem a um pensamento classificatório;
- ✧ não utilizam o conhecimento da vida privada, nem o seu controlo, para conduzir ao reconhecimento e exercício da cidadania;
- ✧ não socializam condutas servindo-se da interação estabelecida.

No seu quotidiano, podem-se servir de estratégias de diferentes características:

- ✧ assistenciais,
- ✧ terapêuticas,
- ✧ de desenvolvimento social,

para conduzirem o seu processo de intervenção, na medida em que definem como elementos de marca:

¹⁰⁴ Compreenda-se aqui inscrição como o oposto da desfiliação.

- ✧ a pedagogia social,
- ✧ a emancipação,
- ✧ a transformação.

Na prática, contudo, deve socorrer-se de um processo de adequação contínua às dinâmicas da transformação social que estão intrincadas com as alterações na morfologia cultural da intervenção profissional, influenciadas pelo desenvolvimento da Globalização, para não se abstrair dos novos fenómenos relacionados com:

- ✧ a crescente empresarialização do social ¹⁰⁵;
- ✧ a transformação, no tempo, do risco em perigo¹⁰⁶,
- ✧ a reconceptualização do bem-estar.

Por outras palavras, a legitimação do modelo de gestão social do caso, ao ser este equacionado num contexto em que se privilegiam as realidades próximas - considerando as distantes como estando aprisionadas ao tempo e ao lugar sem considerar que os problemas sociais deixaram de ter tempo e lugar - pode fazer com que se crie uma abstracção sobre os novos cenários sociais. No entanto, tal como está estruturado em termos de princípios e de lógica de funcionamento, há que ter em conta três questões:

- ✧ **A empresarialização do social**, que está na origem da reformulação da relação entre o público e o privado, que por um lado abre as condições para o reforço e a ampliação do poder profissional, mas por outro pode neutralizar o fluxo de perda de responsabilidade profissional criada pela política pública de diluição de responsabilidades na gestão dos problemas sociais; além disso torna clara a já evidente fragmentação do desempenho profissional¹⁰⁷ em que se fundamenta a divisão feita por Sarah Banks (2001) entre profissionais do terreno e administradores de instituições

¹⁰⁵ Por exemplo, o subsídio de renda de casa para os jovens até aos 30 anos é institucionalmente considerado como uma medida social dedicada aos jovens à procura de casa, mas acima de tudo favoreceu o inflacionamento das rendas de casa, o reforço do mercado subterrâneo dos alugueres - quando um dos objectivos era um melhor controlo fiscal dos arrendamentos. O mesmo acontece com os recursos sociais de apoio a crianças e idosos, que em termos reais se tornaram sectores lucrativos e que se tornam já áreas de investimento empresarial.

¹⁰⁶ Isto porque cada vez se torna mais difícil desligar o perigo do risco e vice-versa; com o tempo, alguns processos sociais considerados de risco, se não forem devidamente regulados, devem passar a pertencer ao universo do perigo.

¹⁰⁷ Apesar de pouco assumida profissionalmente, na prática verifica-se que em termos de competências existem diferenças significativas, o que leva à conclusão de que esta fragmentação está feita, mas não legitimada.

sociais, isto é, como gestores de problemas/casos e como administradores de recursos sociais. Simultaneamente perde pertinência a estatização do mercado de trabalho dos assistentes sociais, a que se segue, não uma fase concorrencial, mas sim uma fase de desconcentração do mercado de trabalho, o que leva a que se levante a questão da transformação da iniciativa privada em serviço público.

⤴ **A conversão do risco em perigo**, que surge quando a base é uma política pouco segura de ampliação do terreno da intervenção sobre os riscos, assim como uma não transformação eficaz da acção pública que se materializa numa regulação externa dos processos aos quais se incorpora uma regulação interna dos riscos sociais. No entanto, a alteração no estatuto do problema, ao deixar de ser de risco para passar a ser de perigo, reformula-se. Não se pretende, no entanto, levar a pressupor que os riscos sociais e as incertezas se anulem. Na prática, a sua renovação está condicionada, não exclusivamente à política pública de regulação do equilíbrio social, mas também à maneira de pensar e actuar sobre o bem-estar. Compreende-se então que as questões relativas ao equilíbrio emocional e ambiental se tenham transformado em novos riscos, que vão, efectivamente, produzir os seus efeitos no terreno do social.

⤴ **A reconceptualização do bem-estar**, na medida em que o conceito de bem-estar deixou de estar circunscrito à visão de Adam Smith, às teorias Keplerianas e Beveridgeneanas que se expandiram no quadro da sociedade industrial, para se ter alargado aos campos: emocional, ontológico, ambiental e cultural. Embora ainda periféricos, a axiologia destes novos elementos contribui para a recriação da expressão do bem-estar e promove a recomposição e a redefinição das fronteiras conceptuais da exclusão. O reconhecimento da nova expressão do bem-estar faz com que se altere a concepção preexistente do mesmo e se reconheçam novos objectivos para a política do bem-estar. Criam-se, deste modo, novas zonas de acção que se transformam em novos territórios de intervenção, os quais, parecendo de ordem meramente cívica, são também de ordem social, uma vez que lidam com a incerteza, a incompreensão e a segregação, portanto, com a exclusão.

A modernização da intervenção profissional, desde a sociedade industrial à sociedade do risco, está na origem das diferentes etapas¹⁰⁸ de organização e de afirmação que estão por sua vez na origem da sua necessidade de relegitimação consubstanciando-se a seguir em novos ciclos de relegitimação profissional; apesar de a relegitimação profissional não ter necessariamente como pressuposto a modernização profissional, o certo é que a modernização implica, necessariamente, um processo de relegitimação. E o que determina essa mesma relegitimação são, sem dúvida, as mudanças que se foram processando ao nível de:

- ✧ **a sua cultura política de intervenção profissional**, na medida em que as modificações que foram empreendidas neste terreno estão essencialmente relacionadas com os processos de ruptura ideológica e cultural¹⁰⁹ com que a profissão se confrontou ¹¹⁰;
- ✧ **a recriação da relação entre teoria e prática**, uma vez que as suas características foram dependendo da forma como foi oscilando a importância atribuída ao anátema em que se constituiu a relação do Serviço Social com as Ciências Sociais e Humanas, o que obviamente interferiu na aquisição e na produção de conhecimentos e, sobremaneira, na reestruturação dos modelos de intervenção;
- ✧ **os seus modelos de intervenção**, que se traduziram de forma heterogénea, correspondendo na prática a diferentes propósitos profissionais que se foram exprimindo através de uma diversificação de estratégias de afirmação profissional sustentadas:
 - a) numa dinâmica local de adequação das estratégias de intervenção profissional ao exercício instalado da governação do social;

¹⁰⁸ A construção sociológica das etapas da sua modernização profissional, pressionada pela dinâmica cultural da Globalização, teve por base a sistematização de informação avulsa pesquisada na bibliografia recolhida no âmbito disciplinar do Serviço Social.

¹⁰⁹ Processos estes directamente relacionados com a construção política do Estado Providência, com a crise desse mesmo modelo social de Estado e com a recriação de uma nova figura de Estado gerada pela Globalização.

¹¹⁰ Na prática o mesmo será dizer que, ao ter abandonado a sua postura asséptica para assumir uma cumplicidade com a gestão das políticas sociais, desde logo as suas práticas de intervenção se ressentiram política e profissionalmente. As consequências desta mudança repercutiram-se, não só na sua atitude perante os problemas sociais, mas também na forma de os gerir, tendo em linha de conta a necessidade de manter uma estabilidade no clima social. Já na sociedade do risco a mudança que se foi processando na sua postura política traduz-se no envolvimento com uma política de comprometimento que fará com que a profissão deixe a sua apatia ideológica e se torne cada vez mais presente na requalificação do quotidiano social.

- b) na compreensão da sua história profissional¹¹¹ e da sua relação política e cultural com o desenvolvimento dos mecanismos de contratualização social da ajuda e da afirmação dos poderes locais na regulação das desigualdades;
- c) numa desvinculação relativamente às redes externas que definiam as suas competências para investirem então na redefinição interna das mesmas, de onde pode resultar a afirmação do modelo de gestão social do caso.

Se, nesta última opção, os seus reflexos se tornaram mais visíveis na estética política da intervenção profissional, já a segunda se particulariza por ter desenvolvido o reforço dos seus aspectos simbólicos, enquanto a primeira interfere sobre as características da acção profissional. Na prática, a pluralidade de opções estratégicas para conduzir de forma diversa a afirmação profissional significa que o exercício da intervenção deixou de estar intimamente implicado com o mimetismo profissional que foi singularizando no tempo a profissão, para se vincular às necessidades de recriação do seu modelo de intervenção. Daí que tenha investido na “procura” de soluções, em que se integra o modelo de gestão social dos problemas, tendo em vista a construção de melhores acessibilidades às realidades sociais, o que fez com que se tivesse perdido a devida nitidez entre a produção do conhecimento para a acção e a respectiva aplicação. Mas, ao atribuir maior relevância aos aspectos sociais do que aos científicos, se por um lado lhe facilitou a acumulação de saberes, por outro, no contexto da sociedade do risco, criou uma ambivalência na conexão entre o seu exercício local e o global¹¹². Por isso mesmo, a sua actual reacção profissional no que concerne à articulação entre o exercício profissional da intervenção local e da global retrata-se através de uma atitude que pode ter diferentes cambiantes, na medida em que:

▲ ou está associada a dinâmicas de intervenção profissional que, podendo parecer contrárias, são todavia contraditórias, na medida em que, ao investirem numa compreensão dos fenómenos inscritos na sociedade dando-lhes relevância científica diferenciada, criam respostas sociais

¹¹¹ Onde se explica a força profissional representada nos movimentos de reconceptualização.

¹¹² As consequências no Serviço Social são conhecidas na medida em que estão expressas no movimento de reconceptualização; estenderam-se a diversos níveis da vida profissional, o que explica os constrangimentos sentidos no plano profissional quando o global assume uma supremacia sobre o local.

compatíveis com as novas formas de sociabilidade, de regulação e de organização social;

↗ ou investe na dissolução da contradição existente entre as ambições profissionais e o pragmatismo profissional, o que lhe cria uma relativa dificuldade em responder aos estímulos externos de ordem, quer institucional, quer intelectual, e que fazem com que se acentue a falta de uma autonomia remanescente;

↗ ou desenvolve esforços no sentido de que as interrogações profissionais sobre a articulação entre conhecimento e prática não sejam dissociadas do saber acumulado através da sua experiência de intervenção profissional sobre realidades degradadas.

Cada uma destas formas de pensar profissionalmente os novos pontos cardeais que vão interferir sobre a orientação a dar à reconversão do exercício profissional na sociedade do risco, paradoxalmente, tanto podem ser interpretadas como fazendo parte de diferentes estádios de legitimação do seu processo de modernização profissional¹¹³, como identificadas com formas sociais distintas de condução da sua política de modernização profissional relativamente ao processo de correcção dos riscos sociais.

No caso de serem percepcionadas como elementos integrantes de diferentes estádios de legitimação da modernização profissional, confirma-se deste modo a teoria que defende que, em termos abrangentes, a profissão vivencia diferentes formas de afirmação do seu processo de modernização na sociedade do risco. Estas formas estruturam-se em função dos parâmetros encontrados para intervir ao nível dos riscos sociais, quando o processo político e a produção do conhecimento não avançam em comum. Apesar de tudo, os diferentes estádios de legitimação da modernização profissional¹¹⁴ podem estar dessincronizados¹¹⁵ entre si em termos temporais¹¹⁶. Mas quando abordados no quadro das formas de condução da sua política profissional de correcção dos

¹¹³ Na medida em que se pode considerar que a re-modernização passou por três estádios. O primeiro corresponde a uma fase de apreensão da sua inevitabilidade ou da sua importância para a reconfirmação da sua legitimidade profissional. No segundo interroga-se sobre a forma que deve assumir e problematiza-se a consistência que lhe deve ser atribuída. No terceiro cria-se o espaço para o seu processamento.

¹¹⁴ Normalmente estão integrados em contextos em que o nível de protecção contra os riscos sociais varia de acordo com o modelo social utilizado para regular a questão do bem-estar de acordo com o contexto onde se insere.

¹¹⁵ Esta dessincronização está relacionada com as diferentes dinâmicas que atravessam a profissão e pela absorção dos ciclos económicos por cada país. l.

¹¹⁶ O que justifica um exercício da profissão de forma atípica e decomposta, o que, por sua vez, gera análises comparadas que tendem a ser baseadas em parâmetros relacionados com a forma como o exercício profissional está vinculado a mecanismos de decisão designadamente sobre a prática política da intervenção e a gestão das políticas sociais

riscos e dos perigos, as alternativas apresentadas configuram o modo como a profissão foi alterando as bases da sua legitimidade no sistema institucional. Reflectem, de resto, a maneira como se envolveu, não no debate, mas nos contributos a dar ao processo de transformação social, quando o que se apresenta em jogo é:

:

- ✧ ou a conciliação entre progresso social e progresso económico, o que corresponde a uma revitalização de uma visão conservadora de afirmação da profissão no mundo global;
- ✧ ou a institucionalização de uma política social e económica como meio de fazer reconhecer uma ordem que, sendo sensível à diferença, facilite a correcção dos distúrbios causados pelas desigualdades; singulariza-se por adaptar os postulados em que se suporta a afirmação da sua modernização profissional ao padrão cultural em que está inserido;
- ✧ ou o interesse em relacionar os princípios da cidadania com a maturação da democratização económica, política e social, que expressa uma nova filosofia de relegitimação da profissão na sociedade do risco.

Mas, como dificilmente se pode falar de modernização profissional sem que se tenha de avaliar o seu impacto sobre o exercício profissional, um olhar mais aprofundado sobre esta matéria tem necessariamente que ter em consideração:

- ✧ a influência do global sobre o local;
- ✧ a requalificação das suas competências, que poderá ser encarada como uma “reprofissionalização”;
- ✧ a gestão das confrontações inter-culturais e inter-geracionais no seio profissional.

Especificamente quanto às influências que a dimensão global pode exercer sobre o exercício local da profissão, estas devem ser compreendidas tendo como referência:

- ✧ a recriação do social em que a destradicionalização dos problemas sociais é acompanhada pela emergência de novos problemas;

- ✧ o fim da divisão equivocada entre risco e perigo;
- ✧ a transformação nas relações de ajuda em face da revalorização política do conceito de solidariedade global.

Já no que diz respeito à requalificação das suas competências, este processo desenvolve-se tendo em linha de conta as características de:

- ✧ a destraditionalização do seu exercício profissional;
- ✧ a transformação dos modelos de intervenção profissional;
- ✧ os investimentos realizados nos campos de actuação profissional responsáveis pela gestão social do caso.

Por último, e no que se relaciona com as confrontações inter-culturais e inter-geracionais, estas expressam:

- ✧ a etnodiversidade da profissão que se configurou desde o seu processo de institucionalização profissional;
- ✧ a conversão da flexibilidade de acção que funcionou como um placebo na relação do Serviço Social com os problemas sociais, dando origem ao aparecimento de formas parasitárias de intervenção;
- ✧ a despadronização política da neutralidade da profissão na sociedade de risco, criando uma relação politicamente comprometida com o exercício do desenvolvimento pessoal, institucional, territorial, ambiental e emocional;
- ✧ a desformatação da profissão como ícone do desenvolvimento, na medida em que o desenvolvimento na sociedade de risco passou a ser um processo partilhado multidisciplinarmente;
- ✧ a desapropriação cultural do espólio profissional da ajuda social, uma vez que a gestão da sua memória passou a fazer parte dos circuitos de socialização das desigualdades;
- ✧ as transformações na preparação e na formação profissional que se traduzem por investimentos palpáveis na qualificação da intervenção.

Do ponto de vista profissional, a modernização do seu projecto de intervenção, em que se pode inscrever o modelo de gestão social do caso, resulta da necessidade profissional de sublinhar, tanto o aspecto ético das suas capacidades de intervenção, como o aspecto estético da sua concepção de

intervenção¹¹⁷. Em suma, o seu papel profissional deixou de ser perspectivado como uma incógnita no quadro da resolução de uma equação social que tornasse possível avaliar os seus contributos específicos na gestão dos problemas sociais. Pode-se, contudo, constituir o contexto e a trajetória como uma variável de uma equação a que se podem juntar outras variáveis e onde se inclui a cultura, o que faz com que a solução da equação se encontre através da realização de uma única equação, ou de várias equações verdadeiras. A utilização de uma ou várias equações depende da existência de uma relação de igualdade ou de proporção entre os diferentes elementos que servem para avaliar a consistência do processo de intervenção profissional sobre os problemas de perigo ou de risco constituídos no contexto temporal entre a afirmação da sociedade industrial e a sociedade do risco.

4.4 | Serviço Social como marca de referência da intervenção social

Definidos os parâmetros que vão legitimar a recriação da intervenção profissional no contexto de um novo padrão histórico em que os paradigmas da democracia na sociedade industrial¹¹⁸ foram reinventados na sociedade do risco¹¹⁹, e uma vez subalternizados os aspectos mítico-simbólicos que no tempo vincaram a identidade assistencial do Serviço Social, a profissão vê-se assim perante uma realidade aparentemente conturbada que lhe cria a necessidade imperativa de contornar as descontinuidades instaladas ao longo do tempo. Perante este facto, o debate sobre a natureza da profissão¹²⁰ protagonizado pela escola latino-americana¹²¹ foi secundarizado pela atenção dada pela escola anglo-saxónica ao espaço de profissão face às novas profissionalidades em matéria de intervenção social. Enquanto a primeira exprime a atenção atribuída à relação da profissão com as suas questões existenciais, a segunda reflecte uma preocupação especial com os alinhamentos da profissão face às outras profissões, essencialmente quando a diferenciação e a especialização funcional se

¹¹⁷ Daí que as transformações que, por força da sua destradicionalização, se foram realizando ao nível do seu *self* profissional, assim como as que se processaram na sua cultura profissional por interferência da Globalização, perfilam-se como factores propulsores de uma dinâmica interna de reinvenção profissional que, por questões de ordem refractária, geraram este novo ciclo de vida da sua modernização.

¹¹⁸ Muito influenciados pelas teorias marxistas - defensoras de uma sociedade sem classes - mas em que a igualdade implicava o reconhecimento do direito à propriedade privada.

¹¹⁹ Ao deixarem de estar adstritos à teoria marxista, recriaram-se na sociedade do risco. Daí que o conceito de liberdade individual se tenha sobreposto ao conceito de liberdade de pensamento e de expressão, assim como o da igualdade deixou de enfatizar a igualdade económica em detrimento ao direito à diferença e a fraternidade deu lugar à reconstrução dos valores da solidariedade como novo capital social de recuperação das redes de suporte às situações de colapso social e de dever para com a sociedade.

¹²⁰ Que se revê nos livros de Iamamoto e Parra já referenciados no 2º capítulo deste trabalho.

¹²¹ A partir do movimento de reconceptualização do Serviço Social.

transformou num “problema de fronteiras” (Giddens:2001). Mas como a flexibilização do princípio da disciplinaridade, que levou à especificidade e à microscopia da acção, deu origem à transdisciplinaridade através da recomposição da segmentação profissional¹²², uma atitude reflexiva sobre a prática global dos assistentes sociais determina a importância da construção de uma compreensão mais ampla da profissão. Por outras palavras, o conhecimento sobre o seu *ethos* foi alicerçado através da desconstrução e reconstrução da sua trajectória para, em função da realidade percebida e em articulação com os conhecimentos produzidos fora da área do Serviço Social, se investir na projecção do seu futuro.

A questão do futuro profissional tornou-se assim numa questão fulcral para a sua reconfirmação como uma profissão de intervenção. Por isso mesmo, uma visão projectiva sobre a sua realidade profissional, da mesma forma que se afirma como inadiável, assume-se também como indefectível e devendo ser simultaneamente inclusora. O mesmo será dizer que deverá ter em linha de conta:

- ✧ as alterações epistemológicas que caracterizam o pensamento contemporâneo;
- ✧ a impossibilidade de desenquadrar a reorganização da relação do indivíduo com a sociedade da reconversão política do exercício de solidariedade, que muito amiúde se confunde com o dever de cidadania¹²³.

Mas, não obstante a visão projectiva ser equivalente a uma forma de pensar em termos de futuro, o certo é que a fertilização da convicção de que o futuro deve ser entendido como “a utilização da história para fazer história” (Giddens, 2002:35) permite compreender a importância actual atribuída à desmistificação da estética da intervenção profissional, sem que sejam ignoradas:

- ✧ a absorção da diversidade nos protagonismos da intervenção, por oposição ao paradigma da homogeneização que se desenvolveu em consonância com o recontextualizar da Globalização;

¹²² Também reforçada pela articulação de sinergias das diferentes gerações de profissionais.

¹²³ Solidariedade corresponde a um impulso pessoal ou colectivo que equivale à resposta a um apelo social de demonstrar a não indiferença perante uma situação de crise ou de crítica do ponto de vista social. O dever de cidadania faz parte de uma forma de estar na vida e traduz-se na consciência adquirida dos direitos e deveres perante a sociedade.

↗ a expansão da multidimensionalidade que atravessa a concepção de problema social na sociedade do risco e que tenderá a legitimar-se com o processo de reconfiguração cultural e social dos problemas sociais.

No entanto, considerando como premissa que as capacidades profissionais existentes já estão testadas e avaliadas por efeito da sua desconstrução e que as do futuro serão determinadas no tempo e no espaço¹²⁴, **a inovação constituiu-se, assim, numa alternativa de renovação do *ethos* social da profissão que, eventualmente, tenderá a interferir sobre a sua estética.** Todavia, a inovação profissional, se na lógica do pensamento de Hatzfeld (1998) pode ser considerada como o produto do movimento de construção de novas legitimidades para o Serviço Social, já na de Parra (2001) é reconhecida como uma resposta profissional às novas realidades sociais resultantes da afirmação da política neo-liberal que está na raiz da nova questão social¹²⁵. Porém, se a necessidade de inovação profissional for integrada num processo reflexivo¹²⁶, pode também ser pensada como uma reacção ontológica da profissão a uma cultura competitiva que tornou exponencial a reflexão sobre:

- ↗ as tendências globalizantes da vida social¹²⁷ e o seu impacto sobre o quotidiano individual e o colectivo;
- ↗ a desqualificação e a requalificação da vida quotidiana na sociedade do risco.

Singularmente, todas as lógicas em que se fundamentam as diferentes compreensões sobre o futuro do Serviço Social partilham de uma visão prospectiva e pró-activa e apresentam como denominador comum a utilização do passado para definir o futuro. Deste modo, o eventual risco da profissão em desvirtuar a sua identidade profissional, ou mesmo de se descaracterizar profissionalmente, deixou de ser significativo. Por seu lado, a condução da gestão da sua tradição histórica sem que se dissolvam os seus atributos, vai dar origem a que a sua recontextualização possa ser usada como uma estratégia que, para além de contrariar qualquer tentativa de fixidez histórica, abre espaço ao

¹²⁴ O que não impede que um investimento numa visão projectiva inviabilize a importância de um processo de descontextualização da profissão como meio de permitir identificar as mudanças que a profissão foi operando no seu âmago e que remete para a desconstrução das suas estratégias de intervenção a procura de respostas que confirmem as suas capacidades de, ao exercer a sua decomposição, preparar a sua recomposição.

¹²⁵ Enquanto a perspectiva de Hatzfeld é de perfil construtivista, a de Parra, por sua vez, é de perfil marxista.

¹²⁶ Dominado por uma reflexão no campo das ciências sociais sobre o binómio Globalização/sociedade tecnológica, assim como em torno da sociedade do risco.

¹²⁷ Especialmente no mundo ocidental, mas não especificamente neste, na medida em que, tal como Giddens (2002) defende, a Globalização pressupõe interdependência mundial e uma consciência planetária.

exercício da inovação através da recriação ou da construção de novas competências e funções, as quais se configuram como elementos de marca da sua reconstrução profissional com capacidade para:

- ↗ assegurar a recuperação das garantias simbólicas necessárias para desenvolver o poder do Serviço Social;
- ↗ regular as tensões provocadas pela relação de correspondência entre qualificação e competências;
- ↗ aprofundar as suas transformações profissionais relativamente à imagem do passado;
- ↗ sublinhar as suas diferenças no que concerne às outras profissões sociais.

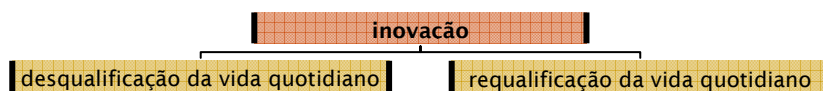
Por isso mesmo, a **recriação e a construção de novas competências e funções** impõem-se como dois eixos de suporte à inovação profissional, tal como está representado no Quadro 24.

QUADRO: 24 | EIXOS DE SUPORTE À INOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL



Em termos da sua finalidade¹²⁸ (Quadro 25), a inovação caracteriza-se por visar uma intervenção sustentada ao nível da desqualificação e requalificação da vida quotidiana na sociedade do risco¹²⁹.

QUADRO: 25 | FINALIDADE DA INOVAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL

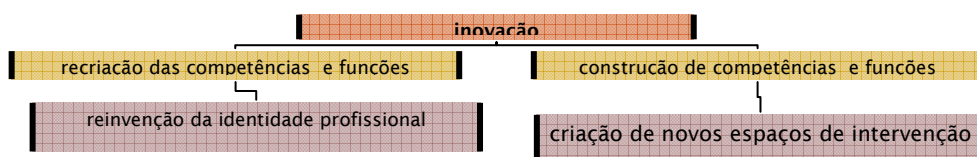


Por sua vez, o seu objectivo pressupõe a reinvenção da identidade profissional e a criação de novos espaços de intervenção (Quadro 26).

¹²⁸ Determinada de acordo com as estratégias definidas para a regulação da ubiquidade existente na relação do progresso tecnológico com a reprodução da desigualdade.

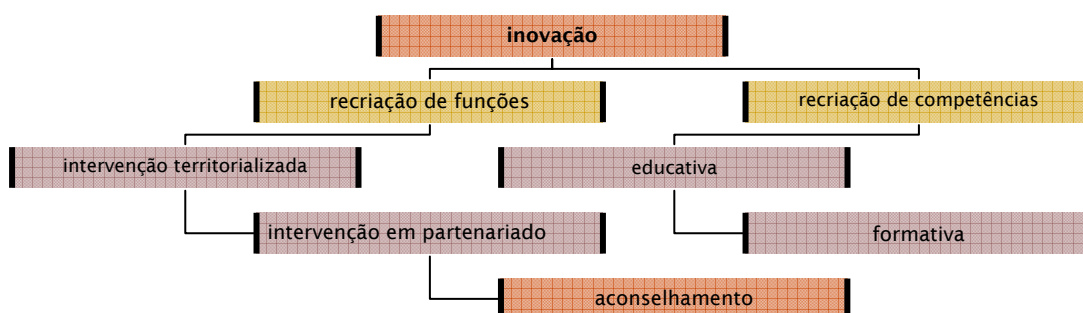
¹²⁹ O que faz com que cresça o seu valor acrescentado no mercado das profissões.

QUADRO: 26 | OBJECTIVOS DA INOVAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL

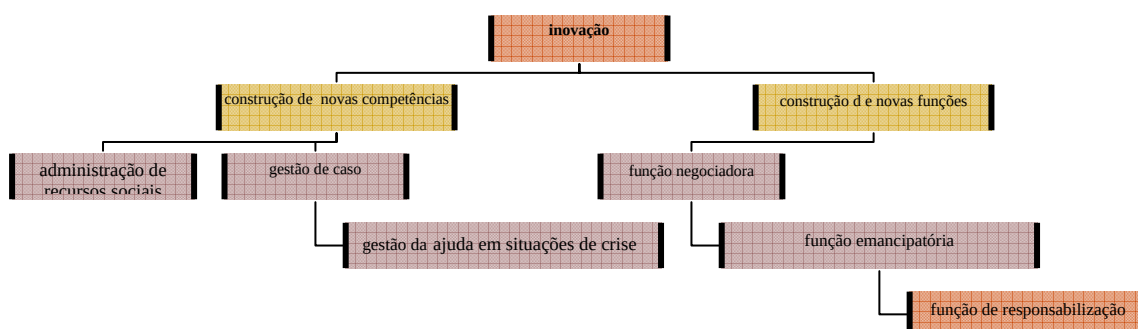


Contudo, enquanto o eixo da recriação profissional se centra na reinvenção da sua identidade tendo como referência a necessidade de se desprender dos protagonismos tradicionais, não os negando mas também não os privilegiando – o que na prática equivale a uma recontextualização dos mesmos - já o eixo da construção de competências e funções investe na organização de novos espaços de intervenção profissional, tendo em vista a renovação das condições da profissão para ultrapassar qualquer dificuldade de esta se manter alinhada com a forma social de perspectivar a intervenção em termos de futuro. Assim se explica o facto de o eixo estruturado em função da recriação de competências e funções ter um alinhamento profissional diferente relativamente ao da construção de competências e funções, tal como se pode ver pelos Quadros 27 e 28.

QUADRO 27 | ORGANIZAÇÃO DO EIXO RECREATIVO NO PROCESSO DE INOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL



QUADRO 28 | ORGANIZAÇÃO DO EIXO CONSTRUTIVO NO PROCESSO DE INOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL



No seu conjunto, estes dois eixos – o da recriação e o da construção – que servem de coordenadas ao exercício da inovação, são convergentes na responsabilidade em dar firmeza ao processo de **relegitimação e desenvolvimento do Serviço Social como profissão de intervenção**. Se expandidos de forma concertada, vão fazer com que a profissão reconfigure a sua função de vigilância social da reprodução das desigualdades, facto este que faz com que o seu espaço profissional se defina de acordo com a sua capacidade intransmissível de desfazer:

- ✧ qualquer discrepância que possa dificultar o exercício social da igualdade democrática e da cidadania participativa;
- ✧ o contraditório entre o ideário humanista e o ideário economicista que na sociedade do risco se alargou ao sector social.

Consequentemente, o seu horizonte profissional deixará necessariamente de ter como limite a conservação do seu poder junto das estruturas intermédias do poder¹³⁰. A exequibilidade do acesso de todos à transformação e ao uso da transformação para melhorar os quotidianos de vida constituem-se, assim, na sua nova linha de horizonte. Daí que se compreenda que, numa possível transfiguração dos seus objectivos, a profissão possa vir a ser definida como um trabalho imaterial (Negri:1998)¹³¹ que se requalifica mediante o propósito crítico

¹³⁰ Isto é, ao nível das instituições e organizações sociais.

¹³¹ Por trabalho imaterial, Negro considera a produção industrial informatizada, o trabalho com os afectos e os comportamentos e o tratamento da informação mediante símbolos e análise de dados.

de compreender as transformações¹³² para poder exercer a transformação. Neste sentido, e ainda pelos factos de a Globalização ter reconfirmado o económico como centro do poder e a reflexão sobre os problemas sociais se estender também ao espaço, ao tempo, ao poder e à democracia, os novos propósitos profissionais em matéria de intervenção social devem passar a ter como referência:

- ✧ **os indicadores de ordem macro** que configuram a expressão da inscrição da sociedade do risco no campo conceptual da sua apropriação político-económica criada à luz da intromissão dos sistemas abstractos que “...*tornam possíveis formas de domínio sobre as circunstâncias da vida...*”, (Giddens, 2001:177);
- ✧ **os indicadores contextuais** que se consubstanciam em:
 - a dificuldade da sociedade em destacar o singular do plural, precisando para o efeito de exercitar um modelo de intervenção que, ao mesmo tempo que reconhece a importância do plural na gestão do social, preserva também a identidade social e cultural do singular;
 - o reconhecimento da ineficácia do modelo de intervenção polivalente desenvolvido na sociedade industrial e da forma complexa de pensar a sociedade, de apreender o impacto das transformações sociais e de fazer crescer uma visão educativa de oposição aos processos de segregação social;
 - a incapacidade do processo de intervenção de conceber as virtualidades sociais e políticas dos espaços de confrontação e de conflitualidade como meio de controlar o distúrbio no ambiente social;
 - a disseminação do um sentimento de impotência relativamente à relação constituída entre tempo e urgência, bem como da vulnerabilidade interiorizada pelos grupos sociais mais desprotegidos perante os poderes político e económico e os riscos ambientais¹³³;

¹³² Para então se poder assumir como profissão de intervenção sem que tenha de colidir com a ressonância do balanço que possa ser feito sobre o papel da intervenção social na sociedade industrial, que esteve na origem da construção social do Serviço Social e da sua legitimação profissional.

¹³³ Como no caso de Chernobyl.

- o aumento das distorções sociais que emergiram em consonância com o legitimação da nova questão social produzida pelas políticas neo-liberais;
- a forma política de contextualização do espaço;
- a revalorização da intervenção social como meio de atenuar o desfasamento que, em termos globais, existe entre o desenvolvimento económico, social, humano e ambiental e as assimetrias sociais, a exclusão e as fragilidades da política de bem-estar que se projectam em termos locais;

✧ **os indicadores de ordem local** que se manifestam de forma territorial ou comunitária e que estão interligados, não só com a absorção local da disseminação das fragilidades conjunturais, mas também com as especificidades das realidades sociais em concreto.

Estes novos propósitos profissionais, enquanto indicadores de uma vontade profissional em não desviar a atenção da prioridade que deve ser dada à inovação, distinguem-se dos anteriores por alterarem a postura profissional relativamente à gestão dos problemas sociais. Portanto deixam de ser passivos, para passarem a ser profundamente activos. Se conseguirem gerar uma confluência de atitudes, darão uma nova consistência ao processo de reestruturação profissional e vão enfatizar o processo de inovação profissional.

Quanto ao seu processo de reestruturação, este deve ser conduzido tendo como referência, em primeiro lugar, a existência ou não de dinâmicas de:

- ✧ **reconfiguração profissional** que se serve dos espaços vácuos criados em torno da transformação e da resistência para recolocar a intervenção profissional como patamar negociador de uma política de mudança de modos e estilos de vida;
- ✧ **recomposição do Serviço Social** como profissão de intervenção;
- ✧ **organização de uma forma compósita** de os assistentes sociais agirem sobre as incertezas;

e, em segundo lugar, o facto da reestruturação poder significar:

- ✧ um meio de activar a transacção identitária e simbólica do Serviço Social, preservando um espaço de autonomia onde deve ser criada uma diferença relativamente às suas competências na acção;
- ✧ uma aposta metodológica de deslocar o centro de gravidade da actuação profissional para o campo da intervenção social;
- ✧ um trabalho político de reprofissionalização do Serviço Social;
- ✧ o resultado de um processo de emancipação das estruturas e das profissões da intervenção social (Bon:2003), ou de transformação das profissionalidades (Autés:2003).

A articulação entre reestruturação e inovação poderá fazer com que o papel generalista, reivindicado no tempo pelos assistentes sociais para ter acesso directo ou privilegiado à intervenção social, sofra uma desvalorização¹³⁴ significativa, a qual terá tendência a ser reforçada em consequência de:

- ✧ as alterações cometidas à autoridade localizada nas profissões (Giddens:2001);
- ✧ o processo de recontextualização das profissões na sua generalidade e das profissões sociais em particular, o qual foi responsável pela desvinculação das profissões relativamente às visões tradicionais do seu exercício¹³⁵.

Por esse motivo¹³⁶, e por força da dinâmica de recontextualização da profissão, a afirmação do desigual¹³⁷ como meio de recriar a profissão permitirá:

- ✧ resolver os seus problemas de diferenciação relativamente aos modelos anteriormente desenvolvidos e às competências dos outros profissionais que actuam no campo da intervenção social;

¹³⁴ Pese embora o facto de esta desvalorização ter sido aparentemente superada na sequência da renovação da dita autoridade das profissões conseguida através dos compromissos estabelecidos com as instituições empregadoras por imperativo do desenvolvimento do conhecimento pericial (Giddens:2001), ela reemergiu na sociedade do risco quando a forma de pensar a inovação se confrontou com a valorização da transversalidade do conhecimento e a desvalorização do conhecimento compartimentado.

¹³⁵ Facto este que se estendeu igualmente a todas as profissões e especialmente às profissões sociais.

¹³⁶ Não especificamente pelo facto de a sectorização de a intervenção social se ter tornado anacrónica perante a interferência das novas lógicas profissionais que, por não serem unívocas, se tornaram permeáveis aos novos ambientes do conhecimento instalados, mas sim pela necessidade de que se procedesse a uma diferenciação entre passado, presente e futuro, o que simultaneamente justifica a dispersão na sua destradicionalização.

¹³⁷ Quando se faz referência ao desigual pretende-se legitimar a diferença na acção, o que faz distinguir o exercício da intervenção por parte dos assistentes sociais relativamente aos outros agentes de intervenção social.

✧ fazer reconhecer a concepção valorativa da liberdade profissional¹³⁸ no seio da organização onde se integra (Mondolfo:1997).

Paradoxalmente, o futuro profissional pode deste modo servir, não só para resolver a crise de competências no presente, como também para redefinir o modelo de intervenção profissional do Serviço Social como **um modelo de acção que, tendo como paradigma a defesa da igualdade e o direito à particularidade e à diferença, exerça a transformação das realidades que possam dificultar o exercício da própria mudança**. Esta mesma redefinição do modelo de acção dos assistentes sociais, sustentada na recriação política dos seus valores profissionais, faz com que se considere que a Globalização tenha favorecido uma desvinculação relativamente ao seu *ethos*¹³⁹, mas não uma ruptura com o mesmo. Isto sucede porque a crise de competências não se expandiu de forma uniforme, na medida em que a sua configuração é heterogénea¹⁴⁰. Este facto reitera a teoria de Giddens (2001:19) quando este considera a Globalização “...como um fenómeno dialéctico, no qual os eventos num dos pólos de uma relação distanciada produzem muitas vezes ocorrências divergentes ou mesmo contrárias no outro pólo.”. Daí que as transmutações que se foram desenvolvendo no modelo de competências na fase “equinocial” da inovação no Serviço Social tanto possam ser incorporadas no âmbito de um reajustamento profissional à dinâmica de transformação da responsabilidade da Globalização, como ser enquadradas numa situação de recontextualização cultural das lógicas profissionais que tendem a contrariar os efeitos da Globalização sobre a cultura da intervenção social quando investem em:

- ✧ uma intervenção territorializada;
- ✧ o paradigma da complexidade construído através da interdisciplinaridade que resulta da recomposição da fragmentação dos conhecimentos mediante a sua decomposição e composição multidisciplinar;
- ✧ um trabalho em parceria local e institucional;
- ✧ uma visão ecocêntrica da realidade que se traduz na necessidade hermenêutica de pensar a interacção;

¹³⁸ O que justifica a existência dos segmentos da recriação e da construção.

¹³⁹ O que justifica a afirmação do trabalho em equipa pluridisciplinar e a paradoxismo quando por um lado se defende a transversalidade do conhecimento e por outro se investe na especialização do conhecimento.

¹⁴⁰ Mais concretamente, não foi sentida da mesma forma nas diferentes realidades sócio-profissionais do Serviço Social.

- ✧ a valorização da importância das competências relacionais;
- ✧ a preservação da teoria do equilíbrio na reformulação dos processos de intervenção social;
- ✧ a desmistificação da realidade profissional do Serviço Social;
- ✧ uma articulação entre o curto e o médio prazo;
- ✧ as metodologias de interdependência profissional;
- ✧ uma enfatização do exercício profissional de uma política de inclusão social;
- ✧ o recurso à contratualização social como meio de regulação dos comportamentos;
- ✧ uma formação académica transversal.

Do ponto de vista académico, pode-se efectivamente argumentar que toda a necessidade profissional do Serviço Social em demonstrar a sua capacidade em criar o seu espaço no campo da intervenção social, através da reconstrução da sua especificidade profissional e da renovação das suas competências na área da intervenção profissional, resulta **do reforço do seu papel de interface entre a lógica institucional que representa os propósitos políticos de transformação e a procura social de bens e serviços por parte de quem pretende auferir dos mesmos**. Isto sucede porque, indirectamente, vai assegurar a organização de vectores com capacidade para promover uma política de aproximação, quer no contexto do exercício profissional da mediação, do acompanhamento e do encaminhamento social, quer ao nível do plano de estruturação e desenvolvimento de projectos de intervenção territorial ou comunitária que vão permitir legitimar a política de direitos e deveres que *“liant les pouvoirs publics nationaux et locaux d’une part, les «exclus» d’autre part”* (Mondolfo:1997: 52); directamente, pode fazer com que o exercício profissional dos assistentes sociais se destaque dos restantes e se constitua no traço central da auto-identidade do seu quotidiano profissional¹⁴¹. No entanto, não se pode confundir a auto-identidade do seu quotidiano profissional, que passa pela forma como os profissionais compreendem o seu exercício profissional, com a “intimidade” do Serviço Social - na medida em que esta se circunscreve à relação da profissão consigo mesma e em que se integra o processo de reconhecimento da sua

¹⁴¹ O seu papel nas instituições passa, na maioria dos casos, por três níveis: um ligado à absorção das aspirações sociais; um segundo, que se retrata na construção de uma convergência entre as aspirações sociais dos utilizadores e dos serviços e as capacidades de resposta das instituições prestadoras desses serviços e/ou benefícios; um terceiro, de socialização das aspirações e da delegação de responsabilidades sociais sobre o seu impacto nos parceiros sociais.

relação com as outras profissões¹⁴². Considerando, tal como Giddens (2001:5), que a transformação da intimidade tem *a sua própria reflexividade e as suas formas próprias de ordem internamente referencial*, a sua recontextualização por via da inovação não produzirá alterações substanciais na sua razão existencial. Por isso mesmo, quer no contexto de construção, quer no da recriação de competências e funções, deverá confirmar a pobreza¹⁴³ como um dos principais alvos da sua atenção profissional. Contraditoriamente, indexa assim, ao exercício da inovação, a reafirmação do exercício da acção social como um campo privilegiado para o exercício da intervenção profissional¹⁴⁴. Deste modo - e mau grado todo o processo de reinvenção da concepção de problema social e de desconstrução e reconstrução das formas derivadas¹⁴⁵ de intervenção profissional que se tornaram devidamente reconhecidas por via da sua integração nas redes de regulação da desigualdade social¹⁴⁶ - pode estabelecer, por força do contraditório entre a intimidade e a exterioridade, uma ambiguidade no espaço do exercício da inclusão por parte dos assistentes sociais. Isto porque não foi profissionalmente estabelecida uma diferença substancial entre o exercício profissional da inclusão e da inserção¹⁴⁷. Mas, se a não resolução do conflito do seu *self* com a realidade envolvente tem permitido a homogeneização de um conjunto de procedimentos e técnicas que, por se terem tornado comuns a diferentes profissões, conduziram a uma redução da autonomia por parte do Serviço Social, tem servido também para legitimar as suas competências na área da acção social e, por isso mesmo, fazer com que lhe seja reconhecida a especificidade construída. Estes indicadores levam a considerar que a recriação do Serviço Social está influenciada por movimentos centrípetos e centrífugos. Os primeiros utilizam a acção social como elemento galvanizador da sua

¹⁴² Apesar de Autés (2005) trabalhar a questão da relação do Serviço Social consigo mesmo quando explora a dimensão ética da profissão, este termo de "intimidade" não é utilizado, nem tão pouco serve de eixo de argumentação para caracterizar a forma de construção da relação da profissão com os outros.

¹⁴³ Independentemente do enquadramento sociológico, cultural ou político que fosse atribuído a este problema social.

¹⁴⁴ Não se pretende afirmar que a pobreza se tornou no único alvo da intervenção profissional dos assistentes sociais, na medida em que foi acompanhando e recontextualizando as práticas profissionais de acordo com a dinâmica de legitimação dos problemas sociais.

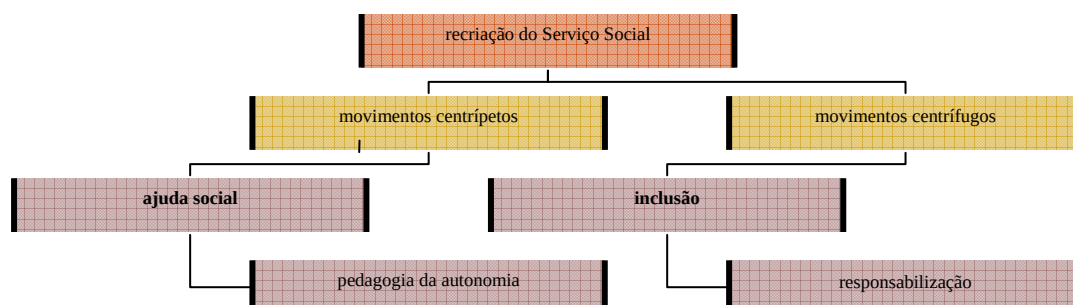
¹⁴⁵ Por formas derivadas de intervenção profissional devem ser consideradas todas aquelas que se constituíram colateralmente e que indiciam uma dinâmica passiva de modernização social exercida por pressões de ordem exógena e pela necessidade de defender a sua sobrevivência profissional face à emergência de uma cultura de competição entre as profissões sociais com alguns percalços em termos de ordem ética.

¹⁴⁶ No inquérito lançado, que faz parte do trabalho empírico realizado, as respostas relativamente à relação entre Globalização e Serviço Social centram-se no âmago da intervenção profissional dos assistentes sociais, especialmente sobre as desigualdades sociais de raiz económica.

¹⁴⁷ Esta situação assume algum relevo especificamente no campo dos emigrantes, que podem ter sido objecto de um processo de inclusão com sucesso, isto é, ter contrato de trabalho, ter protecção social e usufruir dos benefícios e recursos sociais, mas continuam a não estar inseridos socialmente, ou por problemas de adaptação a novos estilos de vida e novos contextos culturais, ou então por processos de marginalização de que se tornam vítimas.

especificidade, enquanto que os movimentos centrífugos fragmentam o centro de gravidade da intervenção profissional (Quadro 29)¹⁴⁸.

QUADRO 29 | AS INTERFERÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS NA RECRIAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL



Para o movimento centrípeto, a acção social tornou-se no elemento de salvaguarda do poder profissional adquirido pelo Serviço Social por via da sua herança cultural e tem servido para contrariar a fragilidade estrutural com a qual a profissão se tem progressivamente confrontado (Martin:99)¹⁴⁹. Todavia, a concepção clássica de ajuda desenvolvida no campo do exercício da acção social, que passava por aliar o apoio económico ao social - ou por aliar apoio moral ao social quando desenvolvida no quadro da dispersão dos conflitos -, deu lugar a uma nova forma de pensar a ajuda que deixou de ter como barreiras o económico e o moral, tal como se pode ver pelo Quadro 30. Por isso mesmo tornou-se num bem tangencial, na medida em que passou a depender mais do modelo de organização das respostas sociais do que do posicionamento dos assistentes sociais relativamente à lógica organizacional, institucional e governamental que preside à definição multiforme dos papéis que estão conferidos à profissão. Por esse motivo, corporizou o exercício dialéctico de respostas sociais, o qual, podendo, ou não, ser praticado de forma unidireccional, se diferencia pelo uso da atribuição social de responsabilidade a quem aufere da ajuda como meio propulsor da transformação da realidade.

¹⁴⁸ Criam-se, desenvolvendo, deste modo, diferentes pólos de acção que no seu todo contribuem para a construção de uma identidade no plural.

¹⁴⁹ Especialmente na sua fase de desconstrução, em que a concorrência profissional estava bastante activa.

QUADRO 30 | DIFERENÇAS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA RELAÇÃO DE AJUDA NO SERVIÇO SOCIAL

no contexto tradicional	no contexto de recriação
estabelece-se em função da procura ou da sensibilidade profissional	estabelece-se em função da procura, da informação, ou da sensibilidade profissional
é de ordem económica, social ou moral	pode ser de ordem económico-social ou simplesmente social
tem um carácter directivo	tem um carácter participativo
é influenciada pela empatia estabelecida na relação	desenvolve-se de forma não subjectiva
tem uma natureza invasiva	centra-se na responsabilização e nas competências individuais e sociais
constrói-se, tendo por base uma resposta espontânea	constrói-se com base no uso da investigação/acção para encontrar uma “solução para o problema”
desenvolve-se de forma personalizada	desenvolve-se na individualização das situações
tem características ajustadoras	tem como objectivo a transformação
implica uma competência relacional por parte do assistente social	implica uma competência relacional por parte do assistente social

Este novo modelo de prática profissional da ajuda centra-se na responsabilização do indivíduo ao participar na decisão sobre a recuperação de competências que o habilitem a exercer alterações na sua realidade de vida¹⁵⁰. Reflecte um modo de agir profissional que se focaliza na pessoa (Martinez:2001) e no seu contexto de vida, distinguindo-se – através dos seus artefactos - dos modelos de ajuda ou de entajuda canalizados pelos restantes profissionais que actuam na área social e pelos diferentes agentes¹⁵¹ que desempenham actividades no campo da ajuda¹⁵² (Quadro 31). Isto acontece porque, quando praticada por assistentes sociais, o seu objectivo vai-se prender essencialmente com a procura e desenvolvimento das competências sociais dos indivíduos. **Pode-se assim dizer que, no contexto de inovação do Serviço Social, a relação de ajuda praticada profissionalmente por assistentes sociais se fundamenta numa pedagogia da autonomia.** Em termos de quotidiano, a ética e a defesa da dignidade social para inverter os efeitos produzidos pelo discurso fatalista da Globalização surgem

¹⁵⁰ Alterações essas que contribuem para a transformação nos quotidianos sociais.

¹⁵¹ Onde se integram os voluntários.

¹⁵² Toma assim sentido a questão do investimento na qualificação da ajuda social exercida pelos assistentes sociais como meio de contornar o processo de fragilização da profissão quando o exercício da ajuda se fragmenta e passa a ser praticado por outros agentes sociais sob os auspícios do civismo ou do humanitarismo.

como meio de perversão da tendência global para a inculcação social de uma cultura de individualização e de competitividade.

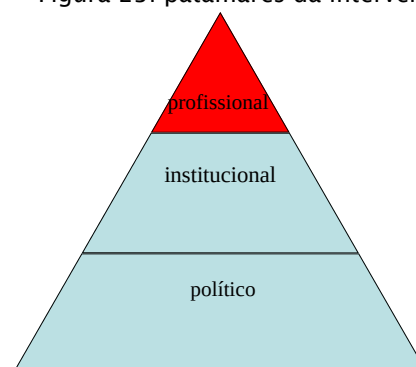
QUADRO 31 | DIFERENÇAS ENTRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA RELAÇÃO DE AJUDA PELOS ASSISTENTES SOCIAIS OU POR OUTROS AGENTES SOCIAIS NÃO QUALIFICADOS

pelos assistentes sociais	por agentes sociais não qualificados profissionalmente
é de ordem económico-social ou social	pode ser de ordem económica, social, moral ou emocional
centra-se na pessoa e no seu contexto de vida	centra-se na situação
tem um carácter participativo e não segregativo	tem um carácter difuso e espontâneo
exerce-se de forma continuada	é influenciada pela empatia estabelecida na relação
centra os seus objectivos na responsabilização e no desenvolvimento de competências.	pode ser esporádica ou continuada
desenvolve-se com base na individualização das situações	constrói-se como base numa resposta espontânea
tem como objectivo a transformação	desenvolve-se de forma personalizada
implica uma competência relacional por parte do assistente social	tem características humanitárias
	implica uma apetência comunicacional e uma capacidade de compreensão

Para os movimentos centrífugos não existe propriamente um epicentro da acção, uma vez que esta se projecta consoante as soluções democráticas criadas para dar expressão à igualdade. A acção toma a inclusão como ponto fulcral da sua orientação. Assim sendo, neste contexto, a inclusão transforma-se em paradigma da intervenção profissional. Fundamenta-se numa aproximação sintomática aos novos parâmetros ideológicos por que se regem os propósitos políticos subjacentes à legitimação dos novos valores sociais utilizados na reorganização da relação entre o local e o global. Daí o facto de representar uma resposta de dimensão política que, apesar de ter surgido como meio de enfrentar a marginalização, se afirma especialmente no campo da gestão das desigualdades. Este investimento profissional numa prática simbiótica entre a atracção genética pela acção ao nível das desigualdades e a conversão profissional da textura ilusória da inclusão, traduzida na “procura de soluções para os problemas de desfiliação e de exclusão”, revela-se através de um

conjunto de práticas profissionais que fogem a uma forma estereotipada de actuação ao assumirem a “procura dessas mesmas soluções” num exercício de cidadania que torna sustentável o processo de inclusão social¹⁵³. Logo, o exercício social da inclusão não pode ser visto como da responsabilidade absoluta do Serviço Social. Porém, quando o que está em causa são processos de desfiliação ou de exclusão social, a responsabilidade profissional dos assistentes sociais deve tornar-se então mais significativa. Ou seja, como a inclusão depende da reorganização do modelo social e da própria cultura das instituições, o seu exercício organiza-se através de um sistema “trófico” (Amaro:2005) (Fig:32) em que o seu exercício, ao passar por diferentes patamares, vai perdendo energia em cada um deles. O primeiro patamar é o político. O segundo, o institucional. O terceiro, o profissional. Se no patamar político o exercício da inclusão depende das medidas políticas/-jurídicas tomadas tendo como referência a distinção entre inclusão e desigualdade, já no patamar institucional a inclusão deve ser gerida em função da cultura política relativamente ao exercício da inclusão e da capacidade de assumir a sua legitimação como fazendo parte de um novo estágio de desenvolvimento da democracia. Relativamente ao patamar profissional e pelo facto de o seu exercício estar interligado com o exercício da cidadania, torna-se, por isso mesmo, transversal. O mesmo é dizer que passou a fazer parte dos objectivos de um conjunto alargado de profissões sociais¹⁵⁴ e tornou-se também uma responsabilidade do colectivo social, sendo que ao Serviço Social deve ser reconhecido um papel mais activo.

Figura 23: patamares da intervenção



Quando conduzido por parte dos assistentes sociais, o processo de inclusão passa a vitalizar-se, constituindo a exclusão e a não integração em objecto de intervenção profissional. O seu modelo de acção consubstancia-se mediante o desenvolvimento de projectos integrados dirigidos a pessoas ou a comunidades, tendo implícito um conceito de ordem social que, na sua generalidade, pressupõe uma organização desordenada da coesão social. Compreende-se assim que a sua pertença profissional no exercício da inclusão não esteja isenta do interesse ideológico em revalidar o seu compromisso

¹⁵³ Esta mudança de atitude por parte dos assistentes sociais, para além de legitimar a recriação ideológica do exercício profissional, demonstra igualmente que a recriação das práticas profissionais não passa necessariamente por uma mudança na sua estrutura; pode ser concretizada mantendo a sua estrutura, mas modificando a sua natureza política.

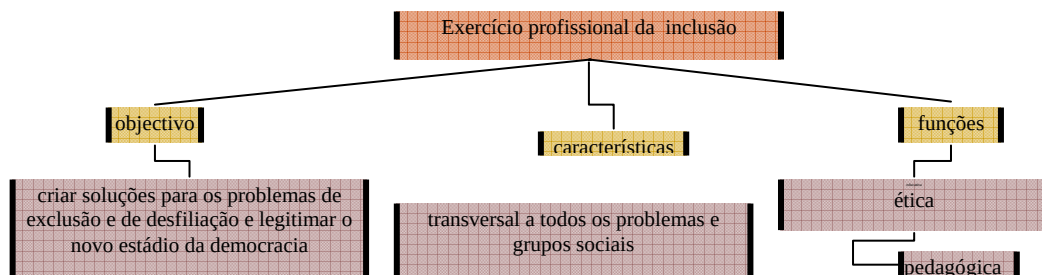
¹⁵⁴ Este fenómeno tem também como origem o redimensionamento cultural da profissionalidade.

histórico com o processo de intervenção social. Para o efeito, faz uso de uma pedagogia da autonomia, através da componente educativa que incorpora na interacção que estabelece na construção dos seus vínculos profissionais, e de uma função formadora, que potencializa a gestão participativa do exercício da cidadania. Sob esta lógica, a componente educativa destaca-se por expressar uma concepção ética e pedagógica do exercício da intervenção, manifestada na não discriminação de raça, género ou classe, e confirmada por via de uma actuação organizada tendo como premissa a desconstrução de uma ideologia fatalista e imobilizadora que se impregnou no discurso centrado sobre a Globalização no presente¹⁵⁵. No que diz respeito à função formadora, esta passa essencialmente por utilizar a inclusão para levar ao reconhecimento da diferença na compreensão dos problemas, assim como no equacionamento de respostas para os mesmos. O mesmo será dizer que, em termos de quotidiano profissional, existirão duas dimensões no exercício da inclusão: uma essencialmente de características legitimadoras da diferença que perspectiva uma forma de impor a desvalorização de uma construção hermética de democracia - onde a insubmissão, para além de concretizar a dificuldade em assegurar compromissos, faz comprometer a concepção estruturada de que a transformação não pode ser desconectada da compreensão do outro - outra dimensão que agrega à sua função legitimadora uma função pedagógica, a qual se traduz numa acção de características mobilizadoras cuja finalidade se prende com a sensibilização para o exercício da cidadania activa e global. Este exercício da inclusão como nova proposta de intervenção profissional, tal como está equacionado no Quadro 32, torna-se indicativo do processo de comprometimento profissional com o exercício da democratização da ajuda social, não exclusivamente pelo facto de sintomaticamente o seu raio de acção se alargar aos problemas criados pela incerteza e pelo risco, mas fundamentalmente por se alargar a todos os grupos sociais¹⁵⁶.

¹⁵⁵ Por este meio demonstra a sua capacidade de fazer reconhecer que tudo quanto é problemático não é necessariamente inexorável e a condicionalidade é tão perigosa quanto o determinismo que acompanha a cultura do fatalismo social.

¹⁵⁶ Pretende-se assim dizer que os mais ricos não deixam de contribuir para o crescimento da exclusão, não só porque partilham de alguns dos problemas sociais que estão massificados e que são transversais do ponto de vista social - como sejam toxicodependência, sida, deficiência - mas também por processos horizontais que estão relacionados com a elitização da sua vida quotidiana e social, como por exemplo os condomínios privados.

QUADRO 32 | EXERCÍCIO DA INCLUSÃO COMO NOVA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL



Por sua vez, a defesa do seu espaço de intervenção num contexto de desformatação ideológica e cultural dos problemas sociais, tendo como parâmetros a dinâmica do processo de mudança e a inovação profissional conduzida por via da recriação ou da construção de competências e de funções, deve ter:

- ✧ como finalidade, a emancipação social e a descompressão do espaço individual;
- ✧ como objectivo, a requalificação da vida quotidiana;
- ✧ como eixo estruturador da sua estética de intervenção profissional, o ecocentrismo;

e ainda deve:

- ✧ incorporar uma cultura de igualdade;
- ✧ desenvolver uma política de comprometimento enquadrando-a no processo de democratização da democracia;
- ✧ utilizar a pedagogia da autonomia como paradigma da intervenção profissional;
- ✧ fazer uso da proximidade como estratégia de reforço da vinculação profissional aos processos interventivos.

Deste modo, a esfera da actuação dos assistentes sociais pode difundir-se como uma nova resposta profissional ao pressuposto de que só existe uma verdadeira inovação quando se encontram as diferenças relativamente ao modelo anterior. Neste caso, as diferenças serão reais se for tida em linha de conta uma

análise comparativa entre o cenário vivido e o cenário proposto para a sua nova etapa de vida profissional (Quadro:33).

QUADRO 33 | ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O CENÁRIO VIVIDO E O CENÁRIO PROPOSTO PARA A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS

	cenário experimentado	cenário proposto
finalidade	controlo e regulação dos problemas sociais	a emancipação social e a descompressão do espaço individual;
objectivo	a gestão do equilíbrio no quotidiano da vida	a desqualificação e a requalificação na vida quotidiana na sociedade do risco
estética	de características etnocêntricas	de características ecocêntricas
cultura	proteccionista	igualitária
política	de não comprometimento	de comprometimento
paradigma	inserção social	pedagogia da autonomia
estratégia	responsabilização	proximidade

Já no plano das novas exigências que se vão colocar à profissão em face da reinvenção cultural dos valores morais, políticos, ideológicos e sociais gerados pela Globalização e que interferem sobre os padrões de comportamento social e estilos de vida, o Serviço Social terá, necessariamente, que se preparar para enfrentar os novos desafios que se desenham perante:

1. a recriação das fronteiras da intervenção social;
2. a recomposição dos processos de ajuda;
3. a modernização tecnológica e o exercício profissional.

Especificamente no que concerne à questão relacionada com o primeiro ponto, relativo à dinâmica do processo que está na origem da reestruturação das fronteiras da intervenção social, para uma melhor colocação do Serviço Social perante esta realidade e para que este possa desenvolver um projecto sustentado para a sua reinvenção profissional, deve saber identificar os factores que estão na origem das transformações operadas no campo da intervenção social e que interferiram sobre o exercício da acção profissional. O mesmo será dizer que necessita de ter uma visão concertada sobre **a desconstrução e a reconstrução**

da intervenção social, processo este que, segundo Rider (1997), está significativamente relacionado com o desenvolvimento da nova questão social, na qual:

- a) os mecanismos de socialização dos problemas sociais conduzidos por via do trabalho, da família, do exercício da solidariedade orgânica¹⁵⁷ tornaram-se insuficientes perante “as novas trajectórias de desfiliação relacionadas com a desqualificação das competências profissionais, sociais e pessoais” (Rider:1997, 13);
- b) a crise dos modelos clássicos de gestão dos sistemas de protecção social e das políticas de emprego (Rosavallon:1995,1996) contribuiu para tornar mais complexa a realidade vivida em termos de quotidiano social;
- c) aos clássicos problemas sociais juntaram-se novos problemas decorrentes da Globalização do risco nas suas intensidade e extensividade (Giddens.2002);
- d) às consequências do cosmopolitismo (solidão, violência e novas dependências)¹⁵⁸ acumularam-se os efeitos sociais da periferização, da desigualdade, da deslocalização e da mobilidade;
- e) os fenómenos de desfiliação, de exclusão e de não-integração deixaram de estar circunscritos aos tradicionais grupos-alvo por se terem tornado em fenómenos transversais, isto é, que atingem não só os que estão no ponto mais baixo da escala social, mas também as próprias elites¹⁵⁹,

levaram a que a intervenção sócia adaptasse, não os seus propósitos, mas sim os seus modelos de actuação, às necessidades criadas pelas políticas de harmonização social. Daí as estratégias de regulação das situações individuais ou não individuais de desqualificação do quotidiano social terem passado a ser reflectidas enquanto risco percebido e as metodologias que fazem parte do corpo da intervenção terem sofrido uma redefinição¹⁶⁰ ao ficarem sujeitas a uma ordem

¹⁵⁷ Tal como Durkeim defendeu, quando o que estava em causa eram os riscos de desagregação social provocados pelo indivíduo fora do mercado de trabalho e por falta de condições de vida.

¹⁵⁸ Estes fenómenos estão relacionados com as alterações dos estilos de vida gerados pelo fenómeno de Globalização que se desenvolve na sociedade contemporânea, por força da reinvenção das novas realidades que interferem sobre as formas de estar na vida e de gerir os projectos individuais e colectivos.

¹⁵⁹ As elites também criaram os seus próprios processos de exclusão quando se constituíram em comunidades/fortaleza, ao se auto-excluírem criando estilos de vida que passam, não só por não fazerem uso das políticas públicas de bem-estar, como hospitais, escolas, mas também por criarem espaços próprios de convívio social estanques, tal como acontece com os condomínios privados, entre outros.

¹⁶⁰ A qual se foi processando sem que tivessem sido criados antagonismos com a reconceptualização na construção do conhecimento e a sua utilização na reorganização dos processos de intervenção profissional, em que a objectividade e a racionalidade exerceram o seu domínio sobre a definição dos modelos de actuação profissional.

globalizante em cujo imaginário simbólico não há lugar para uma separação entre externo e interno¹⁶¹. Por este motivo, e ainda porque a interdisciplinaridade passou a ser redimensionada abrindo espaço à multidisciplinaridade, as metodologias de intervenção foram-se flexibilizando, produzindo uma desconversão na perspectiva da regularidade que sintomaticamente se fazia sentir na construção das análises e na definição das acções. E a intervenção - porque, ao se destradicionalizar, deixou de visar a profissionalização do exercício da ajuda social - perdeu não só o seu papel de tutela sobre os mais desfavorecidos¹⁶², como também a capacidade de produzir uma arbitragem eficaz entre o económico e o social. Em contrapartida, tornou-se num espaço privilegiado para negociar, tal como afirma Didier (1997:15), “*l’entrée de chaque individu en son sein*”¹⁶³. Por isso mesmo consignou-se socialmente como um dispositivo de conversão de poderes tanto de ordem profissional, como política; de ordem profissional, dado ter-se tornado num objecto de disputas profissionais¹⁶⁴, especificamente entre os diferentes actores profissionais envolvidos na procura de um lugar próprio no não-lugar (Auge:1992) onde se insere a intervenção social; de ordem política, uma vez que se tornou num meio ideal para a ênfase do investimento político público ou privado na redução dos custos sociais da exclusão e da desfiliação. Daí que, no quadro da sua reconstrução ideológica, se tenha servido da sua utilização como mecanismo promotor de mudança¹⁶⁵ para confirmar os seus atributos no processo de democratização da democracia, bem como na pragmatização das lógicas profissionais e institucionais que conferem a necessária legitimidade aos novos modelos de intervenção social, quando organizados e sustentados na base de processo de recentramento da questão da cidadania numa perspectiva global. Na prática, a responsabilidade que foi consolidando na gestão dos desfasamentos sociais permitiu, através do reforço da sua capacidade de agir no interior da acção pública, ampliar o seu poder e tornar constante o exercício da requalificação profissional. Este facto contribuiu igualmente para que as profissões sentissem necessidade de qualificar os seus papéis,

¹⁶¹ Situação que eventualmente contribuiu para o reconhecimento do facto de a inteligência emocional trazer para a ciência a questão dos afectos, sentimentos e paixões e a via indutiva fazer com que se repense a importância do senso-comum na construção do conhecimento.

¹⁶² Especialmente no quadro político de legitimação do Estado-providência.

¹⁶³ Tal como aconteceu com o Rendimento Mínimo Social em que era feita uma contratualização entre o indivíduo e o Estado que passava pela construção de um projecto pessoal de inserção caracterizado por ser proporcional ao lugar que o indivíduo ocupa na sociedade e à sua identidade social.

¹⁶⁴ Na medida em que pelo facto do exercício da integração se ter fragmentado e de forma fragmentada não permitir a exclusividade de acção sobre um processo que, por ser de natureza política, confere um valor acrescentado que pode ser rentabilizado a favor da autoridade profissional que lhe é reconhecida socialmente.

¹⁶⁵ Especificamente nas trajectórias de marginalização ou de periferização.

independentemente do poder acrescido que possa ser reconhecido às instituições.

A reorganização da acção social tomou forma a partir do momento em que o seu modelo tradicional de características assistencialistas deixou de ser capaz de cumprir na íntegra o seu objectivo, o qual se confinava ao controlo da pobreza profunda enquanto factor desestabilizador do equilíbrio social. Pelo facto de exercer uma função de carácter político que se fundamentava ideologicamente em pressupostos humanitários, a sua recriação e a respectiva reorganização foram-se processando em sintonia com as reconstruções dos propósitos políticos em matéria de política de coesão social. Por conseguinte, apesar de se ter constituído como uma resposta organizada aos problemas gerados pelas situações sociais resultantes de uma não incorporação no sistema de produção, progressivamente alargou o seu raio de acção aos problemas sociais consagrados fora da área do trabalho, tais como os das famílias, idosos, crianças, deficientes, habitação e educação. Posteriormente, e por força da tensão estabelecida entre as políticas sociais e as políticas de emprego¹⁶⁶, passou também a abranger situações específicas relacionadas com o trabalho, especialmente quando relacionados com processos de exclusão gerados por falta de qualificação para o trabalho, por situações de desemprego de longa duração, ou por dificuldades de integração no mercado de trabalho por parte dos jovens em idade de trabalhar. Assim se compreende que, sem que suprima a sua vocação institucional para agir sobre as situações sociais identificadas como situações de perigo, resultantes da falta de capacidade dos indivíduos em por si mesmos criarem uma autonomia social, se estenda também ao terreno dos riscos relacionados com a dificuldade encontrada pelos indivíduos em conseguir assumir integralmente um projecto de vida digno. Esta alteração no *facies* política da acção social fez com que esta tivesse deixado de estar exclusivamente circunscrita ao universo da exclusão, para consentaneamente se alargar ao campo da desfiliação. Na prática, acrescentou ao seu papel de controlo dos processos de exclusão, vivenciados pelos que ocupam o lugar mais baixo da pirâmide social, um papel de regulação por via dos apoios indirectos consignados pelas políticas sectoriais. Consequentemente, o seu público-alvo - classicamente constituído pela “massa parda” da pobreza absoluta - passou igualmente a

¹⁶⁶ Por efeitos da crise do modelo social cultivado pelo Estado Protector marcada pelo crescimento do desemprego e a reconfiguração das fronteiras entre o económico e o social, a relação entre políticas assistenciais e políticas sociais desvirtua-se dando lugar ao surgimento das políticas de inclusão que visam responder a todos os fenómenos de exclusão independentemente do substrato social que está na sua origem.

integrar todos os que passaram a correr o risco de fazer engrossar a pobreza pelo facto de, por razões várias¹⁶⁷, não conseguirem ultrapassar a sua situação de risco. Por este motivo, a componente proteccionista desenvolvida pela acção social, da mesma forma que gerou uma ambiguidade entre os princípios éticos da acção social e os fundamentos políticos do modelo de intervenção social, criou ainda um contraditório na bifurcação na área de intervenção, que passou a abranger o perigo e o risco, e a sua gravitação em torno da pobreza; isto é, do mesmo modo que galvanizou a sua atenção para os riscos de desagregação social continuou, contudo, a investir no exercício episódico da ajuda social como interface para a gestão do perigo. Em termos do exercício institucional da acção social, iniciado num contexto do desenvolvimento das mutações sociais e culturais produzidas pela revolução industrial¹⁶⁸, aquele deixou de estar, com a reconfiguração do papel do Estado¹⁶⁹ na gestão do social¹⁷⁰, sob a alçada da iniciativa privada¹⁷¹ para, numa fase intermédia, ser conduzido através de uma parceria entre público e privado e posteriormente quase que exclusivamente por via do sector público. Porém, perante a crise do *Welfare State* (Rosavallon:1984), o exercício da acção social retomou os seus vínculos com a iniciativa privada, passando a complementar ou a substituir a iniciativa pública consoante o seu processo de inscrição territorial. Mas, se por um lado se pode pensar que o seu formato não sofreu grandes transformações - quer seja veiculado pela iniciativa privada ou pública na medida em que sempre manteve a pobreza como razão da sua existência - por outro lado a sua transferência de um sector para outro, ou a sua fragmentação pelos dois sectores, do mesmo modo que pode ser equacionada como um produto do processo de maturação da democracia, pode também ser associada a uma luta de poderes que se expressa pela mobilidade dos papéis da ajuda social, os quais comportam formas articuladas - ou não - de gerir o quotidiano social e as oscilações políticas, culturais e sociais que acompanham a reconstrução das redes de ajuda. Dado poder ser conduzida de forma integrada ou isolada, a acção social que se expandiu inicialmente por via local, quando absorvida por parte do Estado passou a ser coordenada em termos

¹⁶⁷ Entre elas pode-se contar com factores de ordem económica, social ou comportamental.

¹⁶⁸ Isto é, num quadro referencial onde os movimentos sociais, e de forma destacada o filantropismo, assumiram um papel de liderança na organização de serviços nos quais se incluem os centros sociais e as organizações de caridade, cuja finalidade passava pela oferta de serviços que permitissem, através do recurso aos mesmos, directa ou indirectamente, contribuir para uma alteração do quotidiano de vida dos mais desprotegidos.

¹⁶⁹ Essencialmente no modelo social europeu.

¹⁷⁰ Em que o Estado se tornou líder institucional do exercício da acção social.

¹⁷¹ Com destaque para as iniciativas sociais conduzidas por organizações religiosas e laicas que, não obstante não partilharem dos mesmos interesses ideológicos, se sustentavam no mesmo pressuposto, ou seja, a calibragem do sistema social.

nacionais, mau grado poder ser conduzida sob a forma territorializada quando tem subjacente uma política de descentralização de serviços que atribui aos poderes locais¹⁷² responsabilidade nesta matéria, ou então sob a forma de uma política de execução sustentada em programas sociais de intervenção. Mas, por influência tanto da política de contratualização desenvolvida pelo sector público relativamente à gestão do social, como da relação de conveniência estabelecida entre o sector público e o privado e, ainda, da recuperação do protagonismo por parte do sector privado relativamente ao exercício da acção social, deixa de haver qualquer tipo de monopólio na sua execução. Por conseguinte, da mesma forma que o seu exercício confirma a tendência para a sua pluralização¹⁷³, a sua identidade torna-se inevitavelmente mais flexível¹⁷⁴ e o seu protagonismo passou a desenvolver-se de acordo com as necessidades do sistema de coesão social.

A reconstrução organizacional das políticas públicas, que se traduz na forma como o exercício da governação se tem relacionado com a gestão dos factores desestabilizadores da ordem social e económica, tem como pressuposto que a sua construção se processou em sintonia com a metamorfose política dos dispositivos de contenção da instabilidade social. Caracteriza-se por se servir especificamente dos problemas relacionados com o trabalho para legitimar um papel arbitral na regulação das tensões que punham em risco o modelo de organização da vida colectiva. Este mesmo papel, que se iniciou com a criação dos seguros sociais obrigatórios, tornou-se no propósito fulcral das políticas públicas que se foram desenvolvendo significativamente na sociedade europeia¹⁷⁵ de acordo com a importância política que foi sendo atribuída à regulação das aspirações sociais¹⁷⁶. Apesar de se constituírem num novo eixo de intervenção social, singularizam-se por estarem essencialmente intrincadas com a necessidade política de fazer reconhecer uma nova forma de exercitar o poder público, e não por qualquer propósito coerente de protagonizar actos de gestão social (Chauvière:97). Assim se compreende que neste contexto de investimento em políticas públicas não tenha havido uma expressiva transferência de poderes do privado para o público, mas sim a criação de uma complementaridade na acção, a qual está na origem da bifurcação emergente na responsabilidade institucional

¹⁷² Especialmente ao poder autárquico, sem excluir, todavia, a importância dos restantes organismos locais de expressão pública.

¹⁷³ Podendo ser veiculado por via do sector público, do privado e de forma convencionada.

¹⁷⁴ Ou seja, passa a ser configurada de acordo com a cultura institucional e política da organização através da qual é conduzida e dos padrões culturais em que se integra a sua produção.

¹⁷⁵ Especificamente nos países europeus com um desenvolvimento industrial mais significativo, como Inglaterra e França.

¹⁷⁶ Por este meio conduzia-se o reconhecimento do lugar que cada um deveria ocupar na sociedade.

sobre a gestão do social. Daí o facto de o sector privado ter mantido a sua tutela sobre a acção social centrando as suas sinergias no campo da família¹⁷⁷, enquanto a área da saúde e da educação integraram as políticas públicas de protecção social¹⁷⁸. No entanto, esta relativa harmonização entre os sectores público e privado alterou-se¹⁷⁹ em face da disputa política e ideológica instalada entre democracia e totalitarismo¹⁸⁰. Como nesta disputa o papel do Estado na gestão do social deixou de estar nas “zonas de sombra” do exercício político do poder, o reforço do papel do Estado no sector social tornou-se num meio de fazer reconhecer a supremacia dos poderes públicos. Para o efeito, usou-se o proteccionismo social consubstanciado por via das políticas públicas para reconfigurar o exercício do poder, o que na prática levou a uma desvalorização da política de intervenção social em que a importância da família, institucionalmente avocada pela esfera privada¹⁸¹, estava acima da importância do Estado. A intervenção social tornou-se, então, num espaço público de recriação dos poderes públicos, que se consignou através da institucionalização das políticas sociais, no geral, e das políticas sectoriais, em particular. Mas o domínio do papel do Estado na organização das políticas sociais perdeu vitalidade quando, por força da crise do proteccionismo desenvolvido pelas sociedades socialista e capitalista, a gestão política do social deixou de ser conduzida pelo Estado nos países onde qualquer dos dois tipos de sociedade existia¹⁸². A transformação cultural exercida na forma de pensar politicamente a gestão da justiça social, tendo como pressuposto o reconhecimento da Liberdade e dos Direitos Humanos, levou a que a fronteira entre direito público e direito privado se tivesse reconfigurado através da recriação da linha divisória que fez reemergir a diferenciação entre as competências dos sectores público e privado relativamente à intervenção social. Neste contexto, a reconstrução do papel do Estado na gestão do social consubstanciou-se num processo acrescido de responsabilização sobre o plano estratégico de intervenção social que, para além de ir ao encontro das necessidades do sistema de regulação social, deveria também assumir um papel primordial no enquadramento das dinâmicas sociais e

¹⁷⁷ O que demonstra o peso do catolicismo social sobre o exercício privado da acção social.

¹⁷⁸ Politicamente este exercício de poder, se por um lado se fundamentava em princípios de igualdade, contraditoriamente assumiu um papel de subsidiariedade relativamente às iniciativas privadas.

¹⁷⁹ Não obstante ter sido preservado num “estado puro” no caso norte-americano, enquanto na Europa se conciliou com alguns dos pressupostos das estratégias socialistas.

¹⁸⁰ Que se desenhou a partir da Revolução Russa de 1917.

¹⁸¹ Normalmente desenvolvida pelas instituições sociais de cariz conservador cuja forma de pensar se particularizava por fazer com que, em termos do quotidiano, a família precedesse a sociedade.

¹⁸² O que diferencia a gestão do social protagonizada pelo Estado nos países socialistas e nos países capitalistas é o facto de, nos países socialistas ser exercida de forma monolítica, enquanto nos países capitalistas era concebida sob uma forma centralizadora e estruturadora, mas não autoritária.

institucionais que emergiam com o objectivo concreto, não de tornar compósito o exercício da intervenção, mas sim de adquirir espaço na recriação da afirmação do poder. Por sua vez, o sector privado utilizou uma função de complementaridade do sector público e foi-se servindo da crise invasora do proteccionismo estatal para conquistar terreno no campo da intervenção social. Assim, e porque se sustentou nos mesmos princípios em que se fundamentava o exercício público da intervenção social, criou uma interpenetração no modelo de gestão dos problemas sociais que fez com que o sector privado se tivesse tornado num espaço de serviço público. Daí o reconhecimento da utilidade pública por parte do poder político a um número significativo de iniciativas privadas. Mas, se por um lado o reconhecimento deste estatuto a organizações privadas alterou o nível de responsabilidade do poder público na gestão dos problemas de perigo e de risco, por outro deslegitimou as premissas ideológicas e políticas em que se sustentava a organização das políticas sociais (Lesemann:1997). A responsabilidade sobre a gestão do social passou, então, a ser partilhada entre o público e o privado. Porém, esta partilha deixou de se restringir ao processo de reconhecimento político do estatuto de utilidade pública às iniciativas privadas que investiam na criação de respostas sociais para as situações de exclusão. Passou a reorganizar-se de acordo com a dinâmica conciliatória desenvolvida entre as políticas públicas e privadas face à: redefinição de poderes sobre os campos de intervenção que com a sectorização social se diversificaram, ao realinhamento dos níveis da intervenção¹⁸³ e à destradicionalização das formas de partilha. Esta mesma alteração, produzida no universo simbólico dos poderes públicos, mediatizou-se sob a forma de um processo de precarização das políticas públicas de intervenção social, o qual se consubstanciou numa perda de investimento nas políticas sociais resultantes do desfasamento entre o novo estágio de desenvolvimento do liberalismo legitimado pela construção política da economia global e o redimensionamento do processo de descentralização da gestão do social gerada, em parte, pela reconstrução das responsabilidades reconhecidas aos poderes municipais e às organizações sociais locais públicas ou privadas como meio de assegurar a relação entre o local e o global. Por conseguinte, o fenómeno de descentralização da intervenção social, ao mesmo tempo que permite uma gestão mais congruente dos quotidianos sociais, abre o espaço concorrencial à organização das respostas sociais. Daí que

¹⁸³ Isto é, ao sector público reconhecia-se a autoridade necessária para definir e organizar as políticas sociais, enquanto ao sector privado eram atribuídas competências específicas para o exercício da acção social.

as políticas públicas se tivessem passado a pautar pelo imperativo de ter que se despadronizar, na medida em que a transformação nos modos e estilos de vida se fez reflectir sobre a questão da protecção aos mais desfavorecidos, deixando de estar em causa o público dos desfavorecidos para passar a estar em foco o público com dificuldade social em conseguir a sua inclusão social. Mas como a conquista do espaço público se tornou numa característica fundamental da estratégia de legitimação da sociedade inclusiva, o partenariado surgiu como resposta à necessidade de conquista do espaço público, à falência da intervenção sectorizada, à recriação da intervenção transversal e à recriação de uma política de proximidade para a intervenção social. O partenariado transformou-se numa nova figura institucional que, constituída por diferentes forças sociais, dá impulso a uma reestruturação do exercício da acção social de uma forma particular e da intervenção social de uma forma global. Não é incompatível com o exercício público das políticas de intervenção; antes pelo contrário, torna-se subsidiário dessas mesmas políticas. Do ponto de vista ideológico, converte-se numa forma de agir com capacidades para ajudar os cidadãos a reconhecerem que não há direitos sem obrigações, nem autoridade sem democracia. De acordo com esta lógica, as políticas públicas de intervenção social devem reflectir uma fusão de interesses entre público e privado e ter uma estratégia de investimento social que concilie a democratização da acção com o princípio de descentralização, a transformação da vida pessoal e a justiça social, como preocupação nuclear da intervenção.

Relativamente ao segundo ponto, relacionado com a recomposição dos processos de ajuda, têm influência sobre a dinâmica profissional dos assistentes sociais, o Serviço Social deve ter em linha de conta a despadronização do exercício da ajuda, processo este que está intimamente interligado a toda uma dinâmica de desobstrução do hermetismo cultural que no tempo envolveu as práticas de ajuda social. Enquanto mecanismo de suporte, esta forma de ajuda emergiu vinculada a intervenções pontuais sobre situações individuais de desqualificação social. De raiz privada, definiu como seu propósito uma acção catalizadora das situações individuais de exclusão que resultavam de comportamentos passivos de dessocialização, muitas vezes associados a fenómenos de ordem discriminatória. Desenvolveu-se mantendo como linha de orientação a intervenção ao nível das situações de precariedade profunda. Estes pressupostos mantiveram-se mesmo quando o sector público passou a organizar um modelo de respostas concertadas para os problemas de trabalho, o qual se

particularizava por se basear na conversão política do exercício da solidariedade que tinha, ideologicamente, servido de paradigma na construção das práticas de ajuda social. Mas, se a transformação no modelo de respostas sociais se bifurcou entre o domínio público e o privado, conduzindo a uma dilatação ¹⁸⁴ nos dispositivos de ajuda, já a sua reprodução continuou a estar centrada numa forma de agir sobre os problemas individuais de sobrevivência social que estavam aliados a situações de pobreza crónica. No entanto, perante a consolidação das políticas públicas de intervenção social, a ajuda passou a visar uma intervenção, quer sobre as situações individuais não abrangidas por qualquer sistema organizado de protecção social¹⁸⁵ (Mondolfo:1997), quer sobre os problemas de pobreza provocados pelo cosmopolitismo¹⁸⁶, pelo não desenvolvimento socio-económico¹⁸⁷ e pela *ghettização* social e cultural¹⁸⁸ (Lesemann:1997). Todo este alargamento na sua área de influência veio, então, reconfirmar a sua legitimidade como um espaço simbólico de inserção das pessoas com dificuldades agudas em superar as situações de perigo vividas. Daí o facto de continuar a ser utilizada no âmbito do terreno da exclusão social como vector de chamada de atenção para os processos de segregação social. Esta forma de ajuda, que se foi consubstanciando em prestação de bens ou criação de equipamentos¹⁸⁹, tornou-se assim num vector de regulação das situações vividas por quem não detinha as condições requeridas para usufruir das redes formais de ajuda social. Por isso mesmo, e pela utilidade social e política que lhe era reconhecida social e politicamente, a intervenção profissional dos assistentes sociais assumiu-se numa referência aquando do processo de organização da acção social ao nível do sector público. Isto deu-se porque foi recuperada por via das políticas públicas, mais precisamente no quadro do exercício da acção social. E, independentemente de ter saído da alçada exclusiva do sector privado, todavia não modificou substancialmente a sua estética. Continuou a definir a exclusão como elemento alvo da sua intervenção. Mas como a própria concepção de exclusão se modificou ao ter deixado de estar estritamente correlacionada com os fenómenos de pobreza absoluta ou de discriminação cultural ou de raça - e se alargou aos problemas de pobreza temporária gerados por falta de trabalho, de

¹⁸⁴ Na medida em que passou a ser exercitado, não só por via dos movimentos sociais ligados ao catolicismo social, mas também por outros movimentos sociais onde se integram os movimentos sindicais.

¹⁸⁵ O que equivalia a um não reconhecimento dos seus direitos e, portanto, também ao acesso a serviços ou equipamentos.

¹⁸⁶ Que está na origem da importância social reconhecida aos denominados “*underclass*” que no vocabulário português são conhecidos por “sem abrigo”.

¹⁸⁷ Responsável pelo atavismo social e pelo crescimento e aprofundamento da pobreza.

¹⁸⁸ Relacionada com os processos de marginalização e de violência.

¹⁸⁹ Centros sociais, centros comunitários ou estruturas equivalentes.

desestruturação familiar, de falta de competências sociais para gerir o quotidiano de vida e de discriminação sexual -, esta deixou de ter como universo específico a pobreza crónica para juntar ao mesmo o universo da pobreza temporária. Iniciase, assim, o primeiro passo na despadronização do exercício da ajuda. Para além de ter deixado de ser praticada exclusivamente por via da iniciativa privada para ser conduzida também através de instituições públicas, o seu universo passou a ser preenchido pelos problemas de perigo e de risco. Ou seja, deixou de se dirigir especificamente a um segmento de população profundamente estigmatizado, para se estender às situações de disfuncionalidade social com génese nos problemas relacionados com trabalho, família e género. Na prática, e embora tenha criado resistências ideológicas a um processo de contratualização política, o certo é que, contraditoriamente, a sua cultura conservadora só se modificou relativamente aos processos de desfasamento social quando dissociou ideologicamente a pobreza da questão da protecção social e da criação de emprego. Esta alteração no seu padrão cultural, que reflecte os efeitos da desconstrução e reconstrução a que foi sujeita por se ter desenvolvido em simultâneo com a recriação do social, tornou-se num dos elementos chave para o reconhecimento de novas legitimidades ao exercício de ajuda. Mas, se por um lado as novas legitimidades criaram novas competências - as quais se vão diluir pela área do aconselhamento e do encaminhamento - por outro não desvirtuaram a sua natureza, independentemente de estarem ou não integradas numa política de não intervenção que defende a existência de um campo livre para as iniciativas individuais como meio de contrariar a abulia social. Em termos singulares, a pluralização das suas competências fez com que a ajuda tivesse deixado de estar circunscrita a um exercício classicista, uma vez que os problemas de ordem social deixaram de estar limitados aos factores de ordem económica para se alargarem a outras áreas de ordem comportamental, emocional ou organizacional, quando enquadrada no exercício de projectos de desenvolvimento sustentado. Exercida em termos individuais, grupais ou colectivos, as suas práticas deixaram de ser perspectivadas sobre uma forma segmentada, na medida em que foram reequacionadas através, quer do modelo de intervenção sistémica, quer pelo modelo cognitivo-comportamental, quer ainda pelo modelo de desenvolvimento participativo. Ultrapassou o processo de indexação ao catolicismo social e passou a ser valorizada no contexto de um tipo de abordagem psicanalítica, sociológica, psicológica ou psicossociológica (Garbarini:2002). O seu exercício multiplicou-se e, com a sua multiplicação,

confirmou-se assim a sua despadronização. Por outro lado, com a sua despadronização, o seu imaginário simbólico deixou de estar influenciado pela identidade altruísta que a atravessou. Simultaneamente, transformou-se numa ferramenta de um trabalho imaterial que tem como objectivo a recuperação das competências pessoais e sociais que permitem resolver algumas das situações de desfiliação social. Daí que se tenha criado também uma bissectriz no seu exercício; isto é, por um lado, um exercício não estruturado e não sistematizado que continuou a ser conduzido por via das práticas de solidariedade e de caridade; por outro, um exercício estruturado que visa a reabilitação social das situações de desqualificação e que tanto pode ser protagonizado por via de um enquadramento institucional, como por via de iniciativas locais ou de grupo, caso no qual se inserem os grupos de ajuda, que tanto podem ter uma vertente terapêutica¹⁹⁰, como de promoção da cidadania activa¹⁹¹. Em termos do seu quotidiano, tanto pode ser exercida de forma convencional - o que equivale a dizer de forma presencial - como não convencional, isto é, ser estabelecida de forma não presencial. Enquanto o exercício presencial se insere dentro de uma moldura clássica que supõe uma relação comunicacional completa pelo facto de serem valorizados todos os tipos de reacções expressas, já a não presencial resulta do processo de expansão de novas formas de comunicação responsáveis pela recriação do conceito de proximidade e de interacção, processo esse que permite que o exercício da ajuda possa ser feito à distância, como acontece com as linhas S.O.S. ou com os grupos utilizados via Internet. Este novo estádio da despadronização do exercício da ajuda reflecte a atomização da sua modernização, que por sua vez também está na origem da sua desapropriação por parte do Serviço Social. Dado ter-se tornado no campo privilegiado de intervenção ao nível dos processos de exclusão e de desfiliação, a partir do momento em que o Serviço Social deixou de ser uma profissão com uma posição de liderança no exercício da ajuda social, passou então a ser objecto de um processo de descalibragem, o qual permitiu a sua desapropriação e, por conseguinte, o seu exercício passou a ser tutelado por diferentes profissões sociais. Contraditoriamente, a sua mística manteve-se incólume apesar de a sua identidade se ter fragmentado, dando lugar ao surgimento de diferentes construções identitárias. Por outras palavras, o exercício da ajuda conduzido por um psicólogo não é necessariamente igual ao exercício da mesma quando

¹⁹⁰ Como seja: de alcoólicos, toxicodependentes, etc.

¹⁹¹ Onde se integram os grupos ambientalistas.

praticada por assistentes sociais. Embora o seu desempenho não tenha que ser radicalmente diferente, a sua substância depende das características do modelo de relação que estabelece. E, se para o Serviço Social a construção da relação profissional não é entendida de forma abstracta - dado corresponder não só a um propósito profissional mas também a um desejo pessoal - no quadro de outras profissões o desejo de conhecer sobrepõe-se ao desejo pessoal. Torna-se assim evidente que, como afirma Garbarini (2002: 9), “...aider est probablement une façon extraordinairement complexe d’être face à l’autre sur le plan professionnel.”. Foi a sua evolução como prática profissional que definiu as condições para que se tivessem criado diferentes lugares para o seu exercício. Assim, a sua valorização ou revalorização depende, não só do lugar em que está inscrita, mas também da projecção dos objectivos precisos ou negociados que devem acompanhar a definição dos seus limites.

Já no que se refere ao terceiro ponto, que está relacionado com **o impacto da modernização tecnológica sobre o exercício profissional dos assistentes sociais**, este deve ser reflectido com base nos efeitos da revolução informacional sobre o processo de trabalho do Serviço Social, uma vez que tornou inevitável uma adequação do sistema de trabalho dos assistentes sociais às modificações produzidas pelas novas dinâmicas de trabalho na actualidade. Convencionalmente considerada como uma profissão cujos padrões de acção se centravam na humanização das relações sociais (Vasconcelos:2002), não deixou porém de ter uma outra face administrativa e funcional, a qual se prende com o registo da informação recolhida, bem como com a gestão da própria informação em função dos propósitos profissionais definidos. Não é que a atenção prestada ao uso da informação possa ser consignada como um produto da sua modernização; antes pelo contrário, houve desde a sua institucionalização¹⁹² uma preocupação constante, de ordem pragmática, no registo da informação¹⁹³. Este pragmatismo está aliado ao facto de a profissão se ter desenvolvido em sintonia com a sua auto-imagem como uma profissão de terreno¹⁹⁴, e da qual se serviu para diferenciar o seu *ethos* profissional do *ethos* profissional reconhecido, não só à sociologia, como também à psicologia. Esta visão que tinha de si mesma,

¹⁹² Que por sua vez faz parte de uma herança cultural que remonta ao séc. XVI, altura em que institucionalmente foram organizados os primeiros ficheiros sociais com o objectivo de controlar o uso dos apoios alimentares distribuídos pelas organizações municipais a quem efectivamente deles precisava.

¹⁹³ Facto que levou, aliás, a uma falta de investimento na sistematização da sua experiência profissional e portanto, a uma significativa desvalorização na defesa da sua propriedade intelectual.

¹⁹⁴ A sua enfatização como profissão de terreno levou a que tivesse desvirtuado as suas capacidades de fazer uso do conhecimento empírico adquirido para construir as suas mais-valias em termos de qualificação profissional.

assim como a forma como foi definindo a sua ética circunscrevendo-a em parte ao universo do segredo profissional, reduziu a importância que deveria ter reconhecido à sistematização da informação e ao capital social que a mesma encerrava e encerra. Mas, a partir do momento em que a informatização se democratizou (Perci, Coelho:2001) por ter saído do domínio dos especialistas e se vulgarizou como uma nova ferramenta de trabalho, a sua utilização tornou-se profissionalmente imprescindível. Num primeiro momento, no campo da organização da informação institucional¹⁹⁵ e da informação dispersa¹⁹⁶; num segundo momento estendeu-se ao processo de trabalho, mais especificamente no que se relaciona com a informatização dos dados recolhidos no quadro do atendimento e do acompanhamento social – ficha de atendimento, registo dos contactos estabelecidos, relatórios de acompanhamento e relatório de avaliação social; já num terceiro momento houve uma expansão ao nível da comunicação à distância, o que levou à organização de redes profissionais¹⁹⁷. Por outras palavras, o fenómeno da informatização pressionou uma alteração na arquitectura do modo de trabalhar dos assistentes sociais por não ser inócuo, na medida em que dinamiza uma cultura democrática de intervenção que contraria o exercício totalitário da acção e também por estar associado a um processo de renovação geracional da profissão. Por este motivo, o fenómeno da informatização abandonou o seu ar doméstico e a importância que daí resultou contornou o desfasamento profissional que lhe poderia ser imputado. Mas, se por um lado criou novas formas de conceber a organização e a gestão da informação social¹⁹⁸, suscitou igualmente novas motivações para utilizar a informação recolhida em prol da qualificação das suas competências e do seu desempenho profissional. No quadro das competências, a informatização da parte oculta¹⁹⁹ do processo de trabalho permitiu reforçar a substância do exercício profissional, uma vez que indexou ao seu trabalho no terreno a sua capacidade de sistematizar o conhecimento empírico e de tornar esta sistematização num meio para produzir conhecimento. Contribuiu, ainda, para que a profissão se compatibilizasse com

¹⁹⁵ Onde se inclui a organização de bases de dados institucionais, ou a criação de ficheiros por utente que contemplam as diferentes etapas do processo de intervenção.

¹⁹⁶ Por informação dispersa considera-se toda a informação de interesse profissional que não está constituída em bloco, mas que é importante para desenvolver a eficácia na acção. Por exemplo, a informação avulsa sobre organizações não governamentais constituídas para intervir ao nível das crianças em risco.

¹⁹⁷ Estas redes profissionais podem ser constituídas entre assistentes sociais, entre profissionais de outras áreas, inter-institucionalmente, ao nível das parcerias, e tanto podem ter uma dimensão condicionada ao espaço como ter características globais.

¹⁹⁸ Nesta informação integra-se a que é relativa a dados pessoais, institucionais e de conhecimento.

¹⁹⁹ Por parte oculta, considera-se o trabalho relativo à organização da informação em termos restritos e amplos. Em termos restritos, diz respeito ao registo da informação relativa aos processos de ajuda social conduzidos no âmbito da relação profissional dos assistentes sociais com as pessoas, grupos ou comunidades. Em termos amplos, refere-se à informação institucional, inter-institucional, territorial e global.

as novas tecnologias e, por conseguinte, com as redes de fluxos de informação. Por sua vez, o domínio do seu uso abriu o espaço necessário para que profissionalmente desenvolvesse novos modelos de trabalho, onde inclusivamente se integra o trabalho à distância²⁰⁰. Sem que todavia seja obrigado a alienar a sua natureza ou os seus propósitos, tal como defende Perci Coelho (2001), o trabalho à distância **responde também a uma dinâmica de inovação, democratização e desterritorialização do exercício profissional**, não obstante traduzir a assimilação do fenómeno de desterritorialização gerado pela Globalização por parte do Serviço Social. Responde a uma dinâmica de inovação dado criar uma nova componente de trabalho que pretensamente se dirige a um público-alvo obviamente info-incluído, o qual tradicionalmente não recorria aos serviços dos assistentes sociais, mas que, perante as alterações que se processaram nas interações quotidianas, se tornou vulnerável à ansiedade, à insegurança e ao isolamento. No que toca à resposta a uma nova dinâmica de democratização, esta manifesta-se por tornar o exercício profissional plural porque a sua área de influência deixou de estar circunscrita aos grupos sociais considerados de perigo e risco previsível, para se estender a todos os grupos sociais. Portanto, o objecto da sua intervenção irá necessariamente tornar-se mais flexível; isto equivale a dizer que se desprenderá do factor “situação social” para se alargar aos quotidianos. Esta recontextualização da acção faz com que a profissão se desprenda do carácter exclusor que ela mesma paradoxalmente foi reproduzindo. Assim, torna-se menos monolítica e menos totalitária. O trabalho à distância responde à desterritorialização da acção pelo facto de a sua actuação poder ser exercida sem limites de espaço, quer porque a Globalização desvirtuou o conceito tradicional de território desenvolvido por Serra (2002)²⁰¹, quer porque se alteraram as estratégias de distinção das distâncias sociais, tal como defende Campenhout (2003) e o de *habitus* definido por Bordieu (1973). Simultaneamente, a trajectória social do indivíduo, o real e o relacional, as práticas culturais e as mudanças na compreensão do social assumiram um novo significado face à relação constituída entre o simbólico e o poder, especialmente quando “*a actividade simbólica configura muito especialmente as relações de poder*” (Campenhout: 2003:142). Com a introdução do trabalho à distância por parte dos assistentes sociais, reconfiguram-se os sistemas de actuação dos

²⁰⁰ O qual se funde com o exercício da desterritorialização germinada pela Globalização.

²⁰¹ No entanto, e contraditoriamente, a desterritorialização da acção que surge como contra-corrente à micro-acção é, contudo, condicionada pela articulação dialéctica entre o local e o global, assim como pelos limites institucionais ou de conhecimento.

mesmos, ou seja, cria-se a distinção entre trabalho presencial e não presencial, tal como no processo de ajuda social. Esta divisão não tem que estabelecer nenhuma incompatibilidade entre os dois modelos. Enquanto o trabalho presencial, pelo qual é conduzida a intervenção directa, pode ser entendido como *“um campo aberto cujos limites não são verdadeiramente discerníveis”* (Matures, 2003: 37), já o trabalho não presencial, que dá lugar à construção da intervenção à distância, pode ser perspectivado como *“um campo aberto cujos limites não são verdadeiramente discerníveis, (...) mas que variam segundo as configurações locais e segundo as configurações das modalidades de acção que se constitui num sistema ...que não se articula em círculos concêntricos, mas que se constrói por sistemas de acção heterogêneos, cuja aproximação é legitimada principalmente por uma lógica de públicos”*. Mais concretamente, sem que tenha de desinvestir num modelo de intervenção directa, a profissão faz reconhecer a pertinência cultural do trabalho não presencial que fomenta a intervenção à distância, definindo as condições para que o exercício do aconselhamento, encaminhamento, e mesmo do acompanhamento social, assim como o trabalho em rede, assumam um outro formato. O mesmo será dizer que a intervenção à distância, do mesmo modo que pode servir para avaliar a forma como a profissão responde ao novo quadro emblemático das grandes transformações societárias, também desfaz o estereótipo criado em torno do processo do desempenho profissional dos assistentes sociais e produz alterações no ecossistema da profissão. Isto sucede porque a intervenção à distância torna viável a expansão da sua área de influência a uma população cujos problemas estão relacionados com a trajectória individual do seu *self* e para quem a política de vida²⁰² não tem que passar exclusivamente por um exercício emancipador no que diz respeito às desigualdades, nem tão pouco pela construção de uma estratégia de requalificação do quotidiano da sua vida social, mas sim pela transformação das vidas pessoais, não em pólos de isolamento ou de contracção de sentimentos, mas sim em espaços onde as condutas estilizadas sejam substituídas por opções voluntárias de estilos de vida²⁰³. Na prática, a divisão entre trabalho presencial e não presencial faz com que se descristalizem as formas de a profissão agir sobre o social, de categorizar os problemas sociais e de gerir a relação entre cidadania

²⁰² Entenda-se tal como Giddens (2001:215) define: *a formação de um tempo de vida específico em condições de modernidade através do qual o auto-desenvolvimento, organizado reflexivamente, tende a tornar-se internamente referencial.*

²⁰³ Neste novo público inserem-se todos os que fizeram uma opção de estilo de vida que reflecte mudanças de posturas relativamente à vida, como sejam os ambientalistas, e todos a quem foi criado um estilo de vida que gera solidão, ansiedade, stress. (“a quem” contém a ideia de “lhes”)

e exclusão. Reflecte essencialmente o processo de desconstrução da forma de estar vivido pela profissão, a qual se legitimará através da sua reconstrução. Contraditoriamente, e apesar de a Internet facilitar o debate de ideias dentro do próprio Serviço Social²⁰⁴ e a sua actualização sobre a problemática renovada da questão social, a sua identidade não terá forçosamente que se alterar. O que se poderá tornar em objecto de discussão interna será a questão da salvaguarda do segredo profissional, assim como a forma de galvanização do valor da relação humana no Serviço Social; ou seja, como gerir os paradoxos que podem resultar do exercício profissional à distância. Não que este modelo de desempenho profissional implique necessariamente uma fragilização do exercício do segredo profissional, nem tão pouco deixe de atribuir a devida importância à mais-valia que tem retirado da inscrição da relação humana na sua cultura profissional; apesar de o segredo profissional e a qualidade da relação profissional desenvolvida se tornarem objecto de uma maior atenção quando a acção profissional sai dos seus parâmetros tradicionais, não se pode, porém, confundir a observação de princípios éticos e de preservação dos valores profissionais com questões operacionais²⁰⁵. Mais precisamente no que diz respeito ao desempenho profissional, se os assistentes sociais investirem num modelo de exercício profissional em que a intervenção directa não contrarie a mais-valia profissional que o Serviço Social pode retirar da intervenção à distância, criar-se-á deste modo uma compatibilidade entre um desempenho profissional que faz uso instrumental da tecnologia e um desempenho profissional que faz uso instrumental da relação baseada na humanização. A confirmação profissional desta compatibilidade abre as condições para o desenvolvimento de uma identidade transformadora da profissão, a qual se caracteriza por aliar a capacidade de promover a mudança, ao nível das situações de perigo ou de desfiliação, à capacidade de produzir modificações na substância das suas práticas de intervenção profissional. Daí que a utilização da relação de proximidade, que serviu para transformar a profissão numa profissão distinta relativamente à sociologia e à psicologia, possa ser recriada num novo contexto do exercício profissional em que a intervenção tanto pode ser exercida de forma directa como à distância. O que se pretende dizer é que o desempenho profissional não se altera quando o que está em causa é a atomização da acção; só se altera quando se requalifica ou desqualifica. Portanto,

²⁰⁴ Através dos grupos de discussão organizados na Internet estabelecem-se novas formas de participação e debate sobre as questões fundamentais relacionadas com o Serviço Social.

²⁰⁵ E neste contexto de intervenção à distância existem as condições tecnológicas necessárias para se preservar o segredo profissional, assim como para reinventar as formas de reprodução da relação humana.

a aquisição de competências na área das novas tecnologias da informação, pelo facto de permitir alargar o campo de actuação dos assistentes sociais e manter contínua a actualização do conhecimento, contribui para a sua requalificação. Indirectamente, legitima o princípio de que a organização do desempenho não obedece a uma estrutura de base duradoura, na medida em que depende tanto da recriação dos processos de intervenção como da interacção que estabelece com a produção do conhecimento. Por isso mesmo, pode assumir configurações diversas, as quais se distinguem entre si de acordo com o perfil do modelo de actuação. E como o modelo de actuação tanto pode ser autóctone como compósito, o **desempenho profissional também tanto pode ter um cariz autóctone, como compósito**: autóctone, quando segue uma linha de orientação que está em sintonia com o modelo ortodoxo do exercício profissional²⁰⁶; compósito, quando combina estilos diferentes de actuação e se orienta com base na fusão de diferentes paradigmas de desempenho profissional²⁰⁷. Mas, independentemente das características de que se possa revestir no âmbito do modelo de intervenção à distância – em que a interlocução se organiza de forma não presencial –, o desempenho profissional, ao mesmo tempo que faz reequacionar o exercício das funções relacionais especificamente no que se refere ao acompanhamento social, activa simultaneamente um outro modelo de desempenho profissional que se singulariza por validar estratégias de intervenção que descondicionam a forma de conceber o relacionamento profissional e o processo de ajuda social. Assim, e sem contrariar os propósitos profissionais instituídos e o prolongamento simbólico da sua visibilidade, estes dois modelos de intervenção vão obrigatoriamente desenvolver modificações na estética profissional. Não que qualquer deles deixe de funcionar sem ser na base da incerteza; só que para cada um deles a incerteza tem um nível de imponderabilidade diferente. Na intervenção directa, a incerteza resulta da dificuldade existente em determinar com segurança a evolução do processo de ajuda²⁰⁸ que serve de baluarte ao exercício da intervenção profissional. Na intervenção à distância, à incerteza inscrita por inerência da natureza da intervenção profissional, junta-se uma outra incerteza, esta pronunciada pela despadronização da intervenção profissional quando o seu desempenho assume

²⁰⁶ Por modelo ortodoxo do exercício profissional compreenda-se o exercício metódico da profissão que se caracteriza por se sustentar num modelo de desenvolvimento profissional cujo epicentro se centra na adequação do desempenho profissional a uma estrutura escolástica de renovação.

²⁰⁷ Que resultam de modos de cooperação profissional.

²⁰⁸ Quer porque a actividade profissional se desenvolve no quadro das ciências humanas, quer porque na realidade a matéria-prima do trabalho dos assistentes sociais é constituída por pessoas, vontades, intenções e políticas.

um novo estágio e passa a ser exercido em espaço aberto. Não é especificamente um desempenho de risco, visto que todo o desempenho dos assistentes sociais é naturalmente de risco - se entendermos este risco como ser de resultado imprevisível - mas pode ser considerado como de risco indefinido dado constituir-se em função das dinâmicas de transgressão do risco calculado, talvez porque a ausência de um contacto directo crie dúvidas que, de certa forma, eram tradicionalmente ultrapassadas pela observação *in loco*. No entanto, a subjectividade que estas observações podiam conter não alterava o desempenho. Daí que o risco e a incerteza no desempenho profissional se possam converter em elementos que obrigam os profissionais a desenvolver a decisão na incerteza como um elemento de marca do seu exercício profissional.

Definidos os significantes que devem estar presentes na reconfiguração do Serviço Social e na sua recriação no contexto da sociedade do risco, pode-se então procurar formular uma nova expressão para o Serviço Social, a qual integre a sua afirmação como elemento de marca da intervenção social. Para o efeito, e privilegiando a compreensão indutiva mais do que a exposição sistemática e abstracta²⁰⁹, a construção da sua nova expressão deve envolver uma visão de conjunto que inclui diversas variantes conexas, as quais, do mesmo modo que reflectem a sua assimilação cultural e a sua integração num conjunto social integrado, exprimem também a sua diferença cultural relativamente aos parceiros profissionais com quem partilha o exercício da intervenção social. Assim, com base numa reflexão sobre a forma como se integra na sociedade e como integra a sociedade, pode-se:

- ✦ num primeiro plano, e como resposta à questão da sua integração na sociedade, identificar, numa perspectiva macro-social, o que é ser assistente social na sociedade do risco;
- ✦ num segundo plano, e como resposta à questão de como integra a sociedade, compreender, utilizando uma abordagem meso-social, as dimensões dialécticas do exercício profissional dos assistentes sociais;
- ✦ num terceiro plano, demonstrar, utilizando um enfoque micro-social, como a afirmação das suas práticas profissionais como elemento de marca produz o reconhecimento de novas legitimidades para o Serviço Social.

²⁰⁹ Uma vez que relativamente à sua afirmação como elemento de marca não existe produção sistematizada sobre esta matéria.

Mas, para que se possa dimensionar o exercício profissional dos assistentes sociais na sociedade de risco e tornar superlativo o seu papel num contexto onde os anátemas que envolvem a profissão estão ainda muito presentes, torna-se tão importante restaurar o respeito que a profissão tem por si própria, como criar uma nova ressonância no seu impacto social. Em termos do respeito, este readquire-se se houver um investimento aprofundado e contínuo por parte da profissão em:

- ✧ a sua produção de conhecimento;
- ✧ a qualificação da formação académica dos estudantes de Serviço Social, o que equivale a dizer, a formação e a preparação dos futuros profissionais²¹⁰.

Este investimento deve ser equacionado em função de uma forma de pensar o exercício da profissão. E como o exercício da profissão deve corresponder às necessidades globais e locais, pensar o Serviço Social implica saber e expressar o que se quer do Serviço Social de uma forma ampla e específica, e o que é ser assistente social num contexto em que as desigualdades não podem ser reflectidas como um risco, mas sim como um perigo, e o risco se manifesta não só por via da incerteza, mas também por via do real. Das respostas a estas interrogações e da forma como estrategicamente são definidas as suas competências, resulta a construção identitária da profissão e a recriação das ideorealidades profissionais que vão interferir sobre os planos de formação profissional. Isto significa que a formação académica deve:

- ✧ criar competências profissionais que permitam incrementar projectos de intervenção social de carácter ético-político que traduzam uma visão conciliatória entre as necessidades do mundo biofísico, do mundo das emoções, do mundo do social e do mundo da política;
- ✧ desenvolver capacidades para exercer um diagnóstico dos riscos sociais e dos factores que produzem a desqualificação dos quotidianos;
- ✧ habilitar para uma intervenção profissional comprometida, capaz de desfazer a indiferença e de dinamizar o exercício da igualdade;

²¹⁰ Com isto pretende-se dizer que a formação e preparação dos futuros profissionais deve ser rigorosa no que diz respeito à sua vertente formativa de carácter propedêutico, mas mais ainda no que diz respeito ao desenvolvimento de competências e qualificação do desempenho.

- ✧ estabelecer as cumplicidades que visam a construção de conhecimentos que capacitem para uma intervenção sustentada;
- ✧ legitimar a qualidade da actuação profissional que se inscreve nos segmentos profissionais da intervenção.

Por este meio desenha-se, desde logo, o perfil que se pretende atribuir aos assistentes sociais, sem esquecer que a sua actividade profissional se deve referenciar por uma articulação reflexiva entre o exercício macro²¹¹, meso²¹² e micro²¹³, e pela sua contextualização no sociedade do risco em que o próprio se bifurca em risco previsível e não previsível. Consequentemente, **o ser assistente social na sociedade do risco implica ser capaz de agir sobre as realidades sociais que directa ou indirectamente produzem uma retracção na auto-estima da sociedade**. A sua forma de agir distingue-se da dos demais profissionais por poder usar a difracção dos obstáculos sociais na construção da cidadania e, ainda, por utilizar a conversão das realidades vividas no presente em processos de organização de perspectivas para o futuro. O seu método de intervenção reveste-se de uma particularidade, na medida em que tanto valida intervenções generalistas como intervenções segmentadas. A sua actuação não se limita a uma intervenção sobre as problemáticas mais enraizadas, estende-se também aos novos propósitos da intervenção na contemporaneidade, em que se inclui o investimento na consubstanciação da qualidade social do meio ambiente. Daí que os limites da sua intervenção tenham deixado de ser os aspectos degradados da vida social para passarem a ser todos os aspectos da vida social. A sua acção incide sobre o “outro” social, representado este pelo conjunto de situações que necessitam de ajuda dos assistentes sociais na reconstrução ou reorganização da vida pessoal, ou da vida em sociedade. As suas estratégias de actuação definem-se ou redefinem-se de acordo com as características dos aspectos seguintes:

- ✧ as necessidades do desenvolvimento humano
- ✧ os modos de vida
- ✧ os hábitos sociais
- ✧ as formas de estar na vida

²¹¹ Quando a intervenção é extensiva, assumindo dimensões transnacionais.

²¹² Quando o campo de acção da intervenção é de nível intermédio.

²¹³ Quando a intervenção é praticada de forma localizada.

↗ a relação entre o social e o ecológico²¹⁴.

Deve ter como referência a reconceptualização da democracia, da emancipação, da cidadania e da relação entre o social, o emocional e a ecologia para desenvolver a democratização da ajuda social, o investimento na emancipação social, a recriação do bem-estar social. Para o efeito, deve dar maior ênfase à compreensão indutiva a partir do exame da incidência sem, contudo, minimizar a importância de se apropriar de uma perspectiva teórico-metodológica e ético-política que se consagre como paradigma para a acção profissional e que, do mesmo modo que cria maior segurança para o exercício profissional, neutralize a atitude invasiva que fragilizou a acção profissional resultante de uma fictícia fractura²¹⁵ entre teoria e prática. Portanto, para a reconstrução da sua imagem de marca deve, por um lado investir nas suas capacidades em se constituir num “agrimensor” dos problemas sociais²¹⁶, por outro afirmar o seu propósito em contribuir para a construção de novos terrenos empíricos na área da vida social, constituir-se como protagonista activa na intervenção sobre as necessidades consignadas pelas políticas sociais e pelos cidadãos (Vasconcelos:2006), e como agente de mudança. **Já o Serviço Social pode ser definido como uma profissão social comprometida com o propósito legitimador da igualdade, da democracia e da humanização, que actua por via de estruturas intermédias; tem como objectivo a requalificação da vida quotidiana, como finalidade o exercício da intervenção social como meio de transformar as fragilidades sociais em força social, como objecto as situações sociais geradas pelo risco, perigo e desfiliação, e utiliza a reflexividade para ligar a política emancipatória à política da vida.** Esta redefinição fará com que se altere a imagem passiva que caracterizou o exercício profissional dos assistentes sociais e que resultou, não só da relação fusional que criou com a política social no geral ou com a política de protecção social em particular, mas também da falta de iniciativa ou de liderança no que respeita à organização de projectos de intervenção. Se optar por uma invalidação das relações de proporcionalidade profissional, que de algum modo têm dominado a execução dos programas e

²¹⁴ Isto é, como diz Trigalba (2005), se a relação entre o social e o ecológico é ou não integradora, ou se a sua direcionalidade passa por ser o ecológico a integrar o social.

²¹⁵ Digo fictícia fractura na medida em que este pressuposto resulta de uma visão conservadora sobre a relação entre teoria e prática. Não é uma questão endémica ao Serviço Social, mas também não é construída só pelo Serviço Social. Resulta essencialmente da reconstrução das profissões, bem como do processo de auto-legitimação da sua falta de segurança profissional.

²¹⁶ Tal como Auge (1992) defende para a actividade de agrimensor do social, este trabalho deve ser conduzido através de um trabalho de escala suportado em universos significativos ou universos intermédios.

projectos de intervenção social tendo como objectivo a consolidação das competências do Serviço Social, este processo desenvolverá a tendência para se hierarquizar as competências nesta área, não obstante não contrariar o exercício multidisciplinar da intervenção. Isto significa que as dinâmicas de intervenção, se se heteroginizarem, levam a que o poder do Serviço Social seja avaliado em função do equilíbrio encontrado entre o poder exercido na organização do processo de intervenção e a importância que lhe é atribuída na produção da acção. Esta associação entre poder institucional e poder profissional conduzirá a que o papel social e o papel político da profissão se divida e as suas tarefas profissionais se recriem de acordo com as três naturezas que subjazem ao exercício profissional:

- ✧ a natureza produtora de serviços encarregada de responder às necessidades do processo de intervenção;
- ✧ a natureza de guardiã da cidadania defendendo o seu cumprimento institucional;
- ✧ a natureza simbólica que se singulariza por a ordem humana ser indissociável da ordem ontológica.

Por conseguinte, investir num mundo inteligível por via da compreensão do fenómeno de indefesa social tornar-se-á no novo pressuposto onde assentará o exercício profissional na sociedade do risco. E será esta nova qualidade profissional que, para além de servir de eixo à reestruturação da unidade individual da profissão, exercerá também uma influência alargada sobre o seu impacto ao nível colectivo. O mesmo será dizer que as fortes tendências espontâneas que no tempo invadiram o exercício profissional dos assistentes sociais fizeram com que o impacto profissional não tivesse sido suficientemente persuasivo²¹⁷. Mas quando as suas práticas se tornarem num meio de reabilitação da igualdade democrática *“como uma virtude política que designa a capacidade de julgar os assuntos políticos em função do bem comum”* (Latour, 2003:69), desenvolver-se-á uma cultura política que induzirá a profissão a assumir uma partilha de responsabilidade sobre a forma de governar o social. Daí que o exercício regular da profissão possa ser perspectivado como um meio de

²¹⁷ Mesmo quando passou a ser atravessado por constrangimentos de ordem educativa e legislativa, o seu impacto ao nível colectivo não deixou de ser pouco significativo, uma vez que as suas práticas e o seu quotidiano eram essencialmente híbridos, na medida em que estavam substancialmente agregados a medidas políticas e não a um produto de raiz profissional.

contribuir para a transformação da sociedade numa sociedade mais justa. O mesmo será dizer que o seu impacto depende essencialmente da forma como o Serviço Social leva o sujeito a beneficiar da repartição do poder político, ou seja, como gere a relação do sujeito com a legitimidade intrínseca da democratização do risco. Daí o facto de a ressonância do seu impacto associar ao teor social o teor político. Nesta medida, nunca pode ser assintomática mesmo porque, se o fosse, não exerceria qualquer impacto efectivo. Porém, tanto pode ser proveitosa para todos, como só para alguns, consoante seja caucionada por uma ideologia holística ou individualista. Independentemente da sua consistência ou da sua substância, quando existe provoca sempre a erosão das práticas políticas que não consignem a igualdade como meio de legitimar a natureza da democracia, mas não interfere directamente sobre os limites da sua intervenção profissional.

A recriação dos limites da intervenção profissional está fundamentalmente adstrita às dimensões dialécticas do exercício profissional dos assistentes sociais na sociedade do risco. Supõe ainda a forma como, na área do social, a profissão foi diversificando os seus domínios de intervenção no quadro de um esforço inscrito no tempo que visa imprimir alguma originalidade no diálogo com:

- ✧ os conhecimentos partilháveis e de referência,
- ✧ a experiência vivida e adquirida ao longo da sua trajectória de vida;
- ✧ os novos riscos sociais que se foram constituindo como realidades admitidas (Campenhoudt:2003:101).

A formulação deste diálogo, iniciado na sequência do processo de destradicionalização do Serviço Social, tomou corpo perante o seu propósito em estabelecer uma nova relação com o mundo exterior. Apesar de sublinhada pelos estreitos vínculos que foi aprofundando com os valores políticos fundados na igualdade, a sua consolidação e legitimação obteve a devida consistência social em face de:

- ✧ a des-rotinização das suas práticas de intervenção social conseguida através da sua modernização que, por sua vez, está associada à legitimação da sua destradicionalização;
- ✧ a des-tipificação das suas ligações institucionais e de acção profissional levada à prática ao dissociar-se a esfera das necessidades de intervenção do campo das desigualdade sociais.

O mesmo será dizer que alterou, não só os hábitos profissionais, como os seus códigos de conduta política e a sua disposição cultural. Ou seja, pôs de lado as suas opções estéticas - responsáveis pelo facto de os assistentes sociais serem olhados como pequeno burgueses que se serviam do ascetismo social para legitimar, por um lado o seu *status quo* (Vasconcelos:2002) e por outro o padrão de vida dos mais desfavorecidos - para mudar a sua atitude passiva e acrítica quanto às distâncias objectivas e simbólicas que dão grande substrato à configuração das desigualdades. Deste modo, contrariou o seu principal traço cultural constituído por uma tendência em se fixar em valores tradicionais, especialmente no que diz respeito ao trabalho, ordem e família, o que permitiu deixar de exercer qualquer retracção no exercício da inovação profissional. Consequentemente passou a investir numa nova profissionalidade, cujo princípio gerador se sustenta em:

- ✦ uma ruptura com o conservadorismo repressivo (Iamamoto:1992) que historicamente tinha influenciado o exercício político da profissão;
- ✦ uma atitude de comprometimento político com a igualdade democrática e a democratização da democracia;
- ✦ a reinvenção das práticas profissionais conduzida por via da sua destradicionalização e da construção de novas práticas como meio de saber responder, quer às exigências criadas pela inovação, quer à necessidade de dar resposta à emergência dos novos fenómenos sociais e culturais relacionados com a Globalização, tais como a mobilidade, a deslocalização e o multiculturalismo.

Desta mesma nova relação com o mundo exterior resultou ainda um acumular do seu capital profissional, que em parte se foi expandindo sem rejeitar a aquisição de uma autonomia relativamente às novas competências adquiridas por força da legitimação das novas áreas de intervenção profissional, geradas pela transformação operada nos modos de vida e estilos de vida. No entanto, apesar da complexidade da dinâmica que envolve todo este processo de redireccionamento das suas relações com o exterior, não se formaram internamente grandes descontinuidades relativamente às experiências profissionais acumuladas (Sánchez:2002), o que tornou a acumulação de experiências suficientemente flexível. Por isso mesmo, todo este processo de

realinhamento do Serviço Social pode ser interpretado como uma forma de reapropriação do seu quotidiano e da sua experiência, que se caracteriza por não se ter antagonizado com a legitimação de um comportamento profissionalmente diferenciado das restantes profissões e que se impôs, não tanto por efeito do lugar que o Serviço Social ocupa na escala das profissões sociais (Monrose:2000), mas sim pelas soluções práticas encontradas profissionalmente para salvaguardar o seu *ethos* num universo onde a assimilação dos fenómenos sociais depende essencialmente das intenções profissionais dos diferentes actores que partilham o exercício da intervenção social. Não pode, porém, ser desinserido de um outro epifenómeno relacionado com as relações concorrenciais existentes entre as diferentes profissões sociais²¹⁸ porque a sua concorrência, sendo livre, faz com que se validem os limites abstractos da intervenção protagonizada pelo Serviço Social enquanto instituição total, tal como os limites das adaptações secundárias que inviabilizam a cristalização dos seus **“desígnios” institucionais**. Isto é, o desígnio institucional do Serviço Social, que tradicionalmente se tem traduzido na vontade profissional de intervir sobre as problemáticas sociais relacionadas com a degradação das condições de vida dos mais desfavorecidos, recria-se em face dos novos processos de compreensão do social e da reconfiguração da vida social, fazendo render as suas aptidões institucionais de modo a poder conciliar o seu papel social e político com o seu desejo profissional de intervir sobre os processos de desfiliação e de desintegração social, assim como sobre a aparência ilusória dos fenómenos sensíveis que perturbam o equilíbrio social²¹⁹. Por outras palavras, o que se pretende realçar é o facto de, no contexto da sociedade industrial, os limites do Serviço Social, que não podem ser confundidos com as suas fronteiras²²⁰, terem sido definidos tendo em linha de conta os desígnios profissionais então estabelecidos. Por isso mesmo, os seus limites eram desenhados em sintonia com o processo de legitimação das desigualdades e as suas fronteiras estavam confinadas ao exercício da acção social e das políticas de intervenção social²²¹ que eram concordantes com o espaço ocupado pelas suas

²¹⁸ Isto sucede porque, ao mesmo tempo que mostram a diferença entre as funções sociais de cada uma das profissões em causa, tornam também mais clara a propriedade social de cada uma das profissões.

²¹⁹ Para o efeito, investe na compreensão da vida social, uma vez que através do diagnóstico das incongruências, que geram dificuldades à gestão da coesão social e que interferem sobre a qualidade do quotidiano social, “desnuda” também os factores perturbadores do ambiente social.

²²⁰ Dado que os limites se impõem pelos propósitos da profissão e as fronteiras pelas competências desenvolvidas em função do conhecimento produzido e reproduzido.

²²¹ Contextualmente organizadas de acordo com a legitimação do modelo social em que estão inscritas profissionalmente.

relações²²² com as ciências sociais e humanas. Já na sociedade do risco, o seu desígnio institucional passa pelo seu propósito de criar vantagens na procura de um sociedade justa. Por isso mesmo os seus limites deixaram de estar exclusivamente circunscritos ao campo da desigualdade, para assumirem a **igualdade democrática, a particularidade, a equidade e o equilíbrio reflectido**; as novas margens dos seus limites e as balizas das suas fronteiras passaram a ser definidas em função das competências adquiridas para exercer uma intervenção emancipatória que desenvolva a requalificação social dos quotidianos de vida (Quadro 34).

QUADRO 34 | DIFERENÇAS ENTRE OS DESÍGNIOS, LIMITES E FRONTEIRAS DO SERVIÇO SOCIAL NA SOCIEDADE INDUSTRIAL E NA SOCIEDADE DO RISCO

	sociedade Industrial	sociedade do Risco
desígnio profissional	justiça social	sociedade justa
limites profissionais	a regulação das desigualdades	a legitimação da igualdade, da particularidade, da equidade e do equilíbrio
fronteiras da intervenção profissional	a acção social e as políticas públicas da intervenção social	a intervenção emancipatória e democrática

Esta alteração, produzida no desígnio profissional, interferiu também sobre a relação estabelecida entre o Serviço Social e o mundo exterior, relação essa que:

- ✦ numa primeira fase, se traduziu numa recriação do espaço político ocupado pela profissão, tornando-o não só mais alargado, na medida em que passa a abranger os novos riscos sociais, mas também mais flexível por contemplar novas situações que não faziam parte do universo alvo da intervenção profissional, tais como as questões relacionadas com o ambiente e o mundo das emoções;
- ✦ numa segunda fase, se consubstanciou na construção de uma coabitação entre a sua cultura profissional e a construção social da cultura como nova questão da política mundial (Worton:2004).

²²² Mais ou menos oscilatórias porque sempre dependeram da sua trajectória enquanto produtor de conhecimento que permitisse ser utilizado como forma de diferenciar o desempenho dos assistentes sociais do desempenho de outros profissionais sociais.

Concomitantemente, fez com que os assistentes sociais fossem associados a um projecto político e cultural em que o exercício democrático da igualdade passa pelo reconhecimento das particularidades, não como risco cultural, mas antes como uma forma de reforçar o valor da liberdade. Criou ainda uma desterritorialização da visão política do Serviço Social, o que levou a que os assistentes sociais despertassem para uma realidade global suscitada pela mundialização da informação²²³ e pode conduzir a que a profissão sinta a necessidade de estabelecer uma distinção entre particularidades e diferenças²²⁴.

As repercussões internas produzidas pela nova relação do Serviço Social com o mundo exterior fizeram com que se tenha recolocado a importância do debate sobre a sua finalidade institucional na sociedade actual, o que por um lado fará com que se torne mais fácil a sua desvinculação relativamente à perspectiva totalitária²²⁵ que, no tempo, tem servido de “lastro” político que singularizou o seu exercício profissional, por outro lado incentiva a uma reconstrução da sua identidade profissional, tendo como pressuposto a influência exercida pelo triângulo constituído entre identidade, cultura e informação²²⁶. Daí poder revalorizar-se como vector reconstrutor de um serviço público, por se tornar receptor e emissor dos valores políticos que dão legitimidade ao exercício profissional da igualdade democrática, sendo que a mesma pressupõe que “(...) *a abertura de posições sociais a todos, tome a forma de uma igualdade equitativa das oportunidades, por oposição à igualdade das oportunidades puramente formal praticada pelo liberalismo radical.*” (Latour:2001). Esta sua nova disposição política tem que, necessariamente, interferir sobre todas as suas práticas profissionais. Não que estas práticas deixem de estar ligadas às políticas sectoriais, às políticas transversais e territoriais. As suas meta-referências relativamente à acção pública não deixam de estar circunscritas a um conceito de jurisdição fundamentado numa lógica territorial (Maurel:2000). Por conseguinte, a sua expansão passa a ter por base:

²²³ A qual resulta do facto de o alargamento da informação produzir, não só uma alteração na visão do mundo, mas também um choque entre as heranças culturais e as distâncias culturais.

²²⁴ Enquanto as particularidades resultam de opções pessoais ou culturais, como acontece com certos estilos de vida, já a diferença traduz distâncias culturais que geram descontinuidade ou ruptura na comunicação, como a mutilação genital das raparigas ou os kamikazes.

²²⁵ Por perspectiva totalitária entende-se a forma hegemónica de pensar e compreender os comportamentos, as relações e o funcionamento institucional num quadro de universos sociais comprometidos com a irregularidade dos quotidianos e da vida social.

²²⁶ Da desconstrução do produto gerado pelas conexões existentes no triângulo formado entre identidade, cultura e informação, emergiu um redimensionamento das desigualdades à escala mundial, o que coloca a pertinência de associar à nova visão da desigualdade os riscos políticos de uma homogeneização cultural e da sua relação com a informação.

- ↗ a reinvenção da sua profissionalidade, que se concretiza na requalificação do desempenho e da desformatação cultural das suas competências;
- ↗ o exercício da intervenção de forma horizontal e transversal, do qual se infere a existência de uma disponibilidade profissional para ter em atenção a realidade sociológica;
- ↗ a reorganização funcional das práticas profissionais de intervenção, de acordo com a lógica modernista e globalista que aprofunda a diversidade dos processos de intervenção em concomitância com o paradoxal esforço ideológico para homogeneizar os problemas sociais.

Quanto à sua consolidação, esta processa-se, não só através da reconstrução da sua lógica de intervenção profissional comprometida com o projecto político de construção de uma sociedade justa, mas também pela sua profusão no âmbito dos níveis de intervenção, dos campos de intervenção, das áreas de actuação, das formas de actuação, dos processos de actuação, das estratégias e universo de actuação (Quadro 35).

Quadro 35 | Actuação profissional dos assistentes sociais

Níveis	campos	áreas	estratégias	processos	universo	formas
micro	família	perigo	individualizada	transversais horizontais	quotidiano	integração
meso	dependências	risco	em rede		vida social	inclusão
macro	acção social violência meio ambiente isolamento		em parceria territorializada			inserção

Esta reconstrução técnica e política da actuação dos assistentes sociais, eventualmente sustentada numa desconstrução prévia da mesma, tornou-se não apenas indicativa de uma destipificação do exercício da actuação profissional, como também imperativa perante as sucessivas tentativas criadas para ajustar a intervenção profissional aos novos quadros de referência de autonomização das funções dos assistentes sociais, num contexto de regulação do impacto produzido pelo desenvolvimento da “nova questão social” e a conversão dos

sectores incertos²²⁷ – que na perspectiva de Dubechort, Quéau e Messu (2000:148) são considerados *“construídos de forma heterogénea e empírica em torno de domínios de intervenção tão variados e diferentes como o emprego, o alojamento ou a cidade, e dimensões que se sobrepõem e que se entrecruzam”* – em problemáticas próximas que passam a fazer parte do universo da intervenção profissional dos assistentes sociais.

De forma global, a reorganização dos limites do exercício profissional do Serviço Social depende essencialmente das seguintes coordenadas, todas elas referentes às formas como:

- ✧ se posiciona e reage perante o processo de concorrência profissional;
- ✧ conduz e capitaliza a sua modernização profissional;
- ✧ gere a reconceptualização do social;
- ✧ afere as suas competências e desempenho profissional às novas dinâmicas do processo de intervenção social;
- ✧ democratiza o seu exercício profissional;
- ✧ adequa a sua função profissional à reconstrução profissional;
- ✧ transforma o seu espaço profissional;
- ✧ investe na sua propriedade intelectual;
- ✧ inova as suas esferas de acção;
- ✧ usa as suas estratégias de desenvolvimento institucional;
- ✧ determina a sua função hierárquica e promove os seus atributos relativamente às suas capacidades de negociação;
- ✧ acredita nas suas capacidades profissionais.

Mas - independentemente do esforço criado internamente para promover uma mudança significativa nos limites de actuação profissional que obriga o Serviço Social a estar próximo da realidade social e a tornar visível o seu modo de pensar e agir - o certo é que necessita de fugir ao purismo identitário que marcou a sua trajectória de vida e que se transformou num refúgio identitário nos períodos de crise de afirmação, para poder converter a sua relação de simbiose com o “social” numa coabitação cultural. Essa coabitação é necessária porque, no contexto da sociedade do risco e por interferência da Globalização, a concepção do social não pode ser integrada numa identidade cultural colectiva, na medida

²²⁷ Por sectores incertos consideram-se todos os novos campos de actuação que se constituírem em face dos novos propósitos institucionais relativamente aos novos riscos sociais onde se integra o isolamento.

em que o reconhecimento da diversidade cultural torna heterogénea a forma de gestão dos problemas e dos riscos sociais.

Face a uma política de homogeneização que aparentemente não se antagoniza com uma dinâmica de valorização da heterogeneização, a questão relacionada com o reconhecimento do Serviço Social como marca da intervenção social confunde-se, por vezes, com a própria marca do Serviço Social. Mas, enquanto a sua confirmação como marca da intervenção social depende, essencialmente de:

- ✧ **a qualidade da sua actuação profissional,**
- ✧ **o protagonismo e a liderança que desenvolvem na projecção da intervenção social como dispositivo de requalificação do quotidiano social,**
- ✧ **a legitimação da sua estratégia de reivindicação da prioridade política que deve ser consignada à intervenção social,**

já a reconstrução²²⁸ da sua marca está directamente relacionada com o **processo de recontextualização profissional onde se alicerça a sua destraditionalização e a reinvenção da sua cultura profissional e que está na origem do exercício profissional da vigilância social como novo atributo diferencial capaz de tornar o Serviço Social numa profissão distinta das outras profissões sociais.** Tanto num caso como no outro, a alteração da lógica abstracta da intervenção social e a identitária do Serviço Social, não fez, todavia, com que a profissão tenha alterado a razão da sua existência social (Cerf, M.; Falzon, P.: 2005).²²⁹ Daí que, perante uma reflexão sobre as diferentes abordagens desenvolvidas acerca das novas realidades sociais e profissionais, o Serviço Social continue a ser conceptualizado como uma profissão social vocacionada, **não especificamente para criar soluções, mas sim para gerir situações de:**

- ✧ **distúrbio ou distorção na vida individual ou colectiva;**
- ✧ **inquietação e incerteza produzidas pelo risco.**

²²⁸ Digo reconstrução, na medida em que, no quadro tradicional do exercício do Serviço Social, o seu elemento de marca era, efectivamente, a assistência.

²²⁹ Isto sucede porque, apesar do domínio, quer da intervenção social, quer da profissão, se ter alterado substancialmente em face da emergência dos novos riscos sociais que sublinham a legitimação de uma nova questão social, a razão da sua existência, paradoxalmente, não se modificou significativamente.

Portanto, e sem que tenha de negar a responsabilidade política dos diferentes agentes institucionais sobre o processo de regulação das iniquidades sociais e do bem-estar social, reconfigura-se na sociedade do risco como uma profissão filiada da intervenção social que, por sua vez, filia a própria intervenção social à sua actividade profissional. A forma utilizada para dar consistência a este seu propósito corporiza-se no seu desiderato profissional em se transformar num espaço intermédio, que se serve da responsabilidade social²³⁰ para intervir de forma a contribuir, não só para antecipar soluções, como também para preparar respostas às necessidades identificadas²³¹.

Mas o facto de, na sociedade do risco, a profissão ter reinvestido na sua filiação com a intervenção social para simultaneamente a filiar à sua actividade profissional, leva a que a **vigilância social**²³² se torne num elemento de acção partilhado pela intervenção e pelo Serviço Social. Por isso mesmo, a sua legitimação num novo contexto em que o exercício da democracia se confronta com a necessidade da sua própria democratização (Sousa Santos: 2003), fez com que se tivesse transformado numa função primária, e as funções pedagógica (Melano:2001), e providencial (Ridder:1997) se tenham tornado suas coadjuvantes²³³. **Instituiu-se, então, como uma prática de intervenção pública que:**

- ✧ **se estrutura baseada em princípios ontológicos e de igualdade;**
- ✧ **define como sua finalidade a requalificação da vida social;**
- ✧ **centra o seu objectivo no reconhecimento empírico das realidades múltiplas consubstanciadas em situações de desfiliação e de não-integração social (Soulet:2000);**
- ✧ **é conduzida de forma específica pelos assistentes sociais e de uma forma global pelos diferentes agentes de intervenção social.**

Distingue-se da prevenção social pelo facto de, enquanto a prevenção corresponde a um processo de responsabilização intrínseca num dado domínio de competências por parte de organizações ou de movimentos sociais, a

²³⁰ Que se tornará simultaneamente profissional, baseada em juízos éticos e deontológicos.

²³¹ Essencialmente através da construção de propostas ou de projectos de intervenção que tenham em linha de conta os objectivos a que se propõem e as estratégias a utilizar para fazer cumprir os objectivos definidos.

²³² Por dispositivo de vigilância considere-se não um meio de salvaguardar a ordem, mas sim como uma nova forma de olhar para a realidade em função das variáveis do tempo e do espaço e das conjunturas particulares sem que esteja condicionada pelas garantias simbólicas ou pelos sistemas periciais caracterizados por Giddens (2002).

²³³ Deixou, assim, de poder ser simplesmente interpretada como um elemento subsidiário da identidade do exercício da intervenção.

vigilância social implica uma responsabilização mais global determinada por objectivos que não estão circunscritos a uma referencialidade profissional, mas sim a um domínio da intervenção cívica e profissional. Quando praticada por assistentes sociais, tem implícita uma forma de pensar as realidades sociais que deriva da intensidade com que o Serviço Social:

- ✦ investe nas suas capacidades em criar um contacto directo com os outros por via das relações de proximidade que estabelece;
- ✦ se envolve na quotidianidade da vida social servindo-se para efeito dos seus atributos como uma “profissão de presença social” (Dubechot, Quéau e Messu: 2000);
- ✦ utiliza a observação participante e a investigação da acção para identificar e actuar sobre os fenómenos que perturbam a qualidade de vida social.

O Serviço Social caracteriza-se por corresponder a uma dinâmica de intervenção profissional que combina as suas finalidades institucionais com as da intervenção social²³⁴.

Do ponto de vista reflexivo, enquanto no quadro de uma perspectiva global e cívica a vigilância social é sociologicamente identificada como um meio de *“ajudar os sistemas sociais a dar à luz o seu próprio desenvolvimento”* (Bal: 2000. 67), já quando integrada numa dinâmica do exercício profissional dos assistentes sociais corresponde essencialmente a um processo de microrregulação social e a um meio de **dizer a verdade sobre os sistemas sociais, ajudando a definir as funções desejadas para gerir a mudança de uma forma calculada.** E será exactamente esta preocupação do Serviço Social em assegurar a mudança de uma forma calculada que leva a que estrategicamente recupere e recontextualize ²³⁵ **o exercício profissional da intervenção directa** para, articulando mudança, participação, autonomia e ajuda, mais eficazmente exercer a microrregulação social.

Não obstante Maurel (2003:44) definir intervenção directa como *“ um trabalho que implica uma ligação directa com o utente, com um objectivo de transformação da situação e de resolução dos problemas”*, pode igualmente ser

²³⁴ Ou seja, a finalidade do Serviço Social prende-se de uma forma global com a construção de um modelo de cidadania global que tem como premissa a legitimação da igualdade e a afirmação e desenvolvimento da emancipação; por seu lado, a finalidade última da intervenção social é evitar a degradação da vida quotidiana.

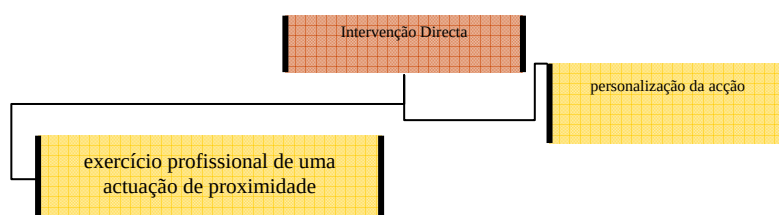
²³⁵ Diz-se “recupere” na medida em que o seu exercício profissional foi anteriormente desenvolvido com outras características ideológicas na sua fase de afirmação profissional.

contextualizada como uma variável dependente da afirmação profissional do Serviço Social na sociedade do risco que se torna num elemento referencial do exercício da intervenção social por parte dos assistentes sociais - e do qual faz uso para responder às realidades visíveis ou ocultas que atribuem um carácter específico a cada situação social em particular e ao exercício profissional da intervenção no geral. Não só porque, enquanto tal, reforça a iconização da intervenção profissional no quadro de um modelo de sociedade em que a individualização se tornou num dos axiomas que outorga o desiderato político e cultural da sociedade do risco, mas também porque reforça uma forma de agir profissional que se sustenta em:

- ✧ o exercício da proximidade²³⁶
- ✧ a personalização da acção

O mesmo será dizer que o exercício profissional da intervenção directa pelos assistentes sociais na sociedade do risco, que tradicionalmente se consubstanciou no Serviço Social de casos, singulariza-se por investir de forma significativa no desempenho profissional de uma actuação de proximidade e da personalização da acção (Figura 23), recontextualizando-as tendo em linha de conta a importância da confiança²³⁷ na relação com o risco, uma vez que, de acordo com a tese de Giddens (2002:21), “a confiança pressupõe o reconhecimento das circunstâncias do risco, enquanto a segurança não o faz”

FIGURA 24 | EIXOS DE SUSTENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO DIRECTA



²³⁶ Este mesmo exercício da proximidade, por sua vez, constitui-se num elemento de referência na gestão das situações que, explícita ou implicitamente, denunciam a existência de um conjunto de dificuldades em assegurar uma relação equilibrada no contexto da vida social

²³⁷ Tal como Giddens (2002:21), a noção de confiança “teve origem na compreensão de que os resultados inesperados podem ser consequências das nossas próprias actividades e decisões, em vez de exprimirem propósitos ocultos da natureza, ou intenções inefáveis da divindade”.

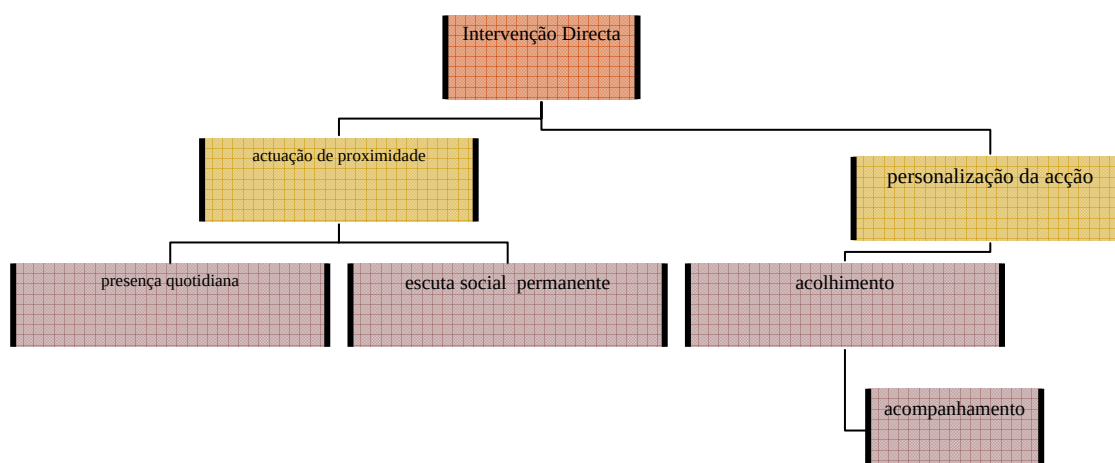
Mais especificamente no que concerne a **uma actuação de proximidade**, esta corresponde, fundamentalmente, a um estilo de intervenção profissional que:

- ✧ dispensa qualquer sistema de intermediação entre os assistentes sociais e o público-alvo da intervenção;
- ✧ se fundamenta numa presença quotidiana dos assistentes sociais no campo da acção;
- ✧ investe numa escuta social imediata e permanente (Maurel:2003) para manter uma interacção activa e profícua do ponto de vista profissional.

Por seu lado, **a personalização da acção** reflecte um modo alternativo de atomização da intervenção que tem como propósito uma autonomização da acção e que se baseia no reconhecimento da singularidade de cada situação²³⁸. Estrategicamente, vai utilizar um espaço de actuação profissional que tinha ficado vazio por inerência da dinâmica de massificação que caracterizou a administração social das respostas aos problemas sociais na sociedade industrial. E será através da própria desmassificação da acção gerada pela individualização marcante da sociedade do risco que encontrará a via para recuperar a sua diferenciação profissional. Daí que, tanto a proximidade como a personalização da acção, que canalizam as suas sinergias no sentido da intervenção sobre situações de perigo e de risco, obedeçam a um conjunto de requisitos (Figura 24) que contribuem para a elaboração dos indicadores pelos quais se pauta a sua praticabilidade.

²³⁸ Essencialmente iniciada através do acolhimento social e valorizada ao longo do processo de acompanhamento social.

FIGURA 25 | REQUISITOS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA PROXIMIDADE E DA PERSONALIZAÇÃO DA ACÇÃO



No caso do exercício profissional de uma **actuação de proximidade**, os seus indicadores de praticabilidade consubstanciam-se através de:

- ⤴ uma presença profissional que, para além de ser **efectiva e constante**, deve ainda corresponder a uma nova ordem institucional que põe em evidência as vantagens do recurso às potencialidades das relações humanas para conduzir a acção profissional; por isso mesmo, este conceito de proximidade não deve ser representado através da distância física, mas sim por uma atitude profissional “não defensiva”, a qual pretende demonstrar uma nova forma de trabalho dos assistentes sociais²³⁹;
- ⤴ uma escuta social que deve ser **contínua**²⁴⁰ e **interrogativa e que pode ter características não-verbais**; serve para alargar o conhecimento das problemáticas e pode servir de meio estimulador e não estruturante da comunicação profissional.

Quanto à personalização da acção, **o acolhimento e o acompanhamento social** são vectores que, integrados numa política de intervenção directa, facilitam a execução de um modelo de acção que desbloqueia as reacções que possam condicionar, ou mesmo desvirtuar a informação necessária à realização de um diagnóstico social que cumpra de facto os seus objectivos. Da qualidade

²³⁹ Que, tendo por base os laços profissionais estabelecidos, reflecte a sua concepção de comprometimento profissional.

²⁴⁰ Estes requisitos devem fazer parte integrante da forma de estar profissional dos assistentes sociais que desenvolvem um processo de intervenção directa.

humana do acolhimento dependem, em parte²⁴¹, as características da produção do acompanhamento da situação social em causa. Contudo, **o acolhimento social pode igualmente ser perspectivado como uma fase processual** do exercício profissional da proximidade, e não como um tipo de trabalho (Maurel :2003)²⁴². Faz parte de uma fase inicial do relacionamento profissional que visa não só a recolha de informações, mas também a activação de um processo de interacção que acompanhará todo o desenvolvimento da acção profissional. Assim se compreende que, fruto da sua recontextualização num novo tempo²⁴³ influenciado pela Globalização, as práticas de acolhimento social se incorporem numa política emancipatória²⁴⁴ e traduzam os ímpetos de uma atitude transformadora relativamente ao futuro. O seu exercício profissional **inicia-se no primeiro contacto profissional estabelecido com quem procura os serviços dos assistentes sociais, tem como objectivo a recolha da informação preliminar e necessária à identificação das situações, ou dos processos de ordem social, e como finalidades:**

✦ **dar a conhecer**, não só a concepção restrita e ampla da política da intervenção, mas também o modo como institucionalmente e profissionalmente são conduzidos os assuntos da política de vida, garantindo os direitos de cidadania e, ainda, como são preparadas as tomadas de decisão;

✦ **preparar o ambiente relacional** que crie as devidas condições para que seja estabelecida uma conexão efectiva entre acção profissional, necessidades apresentadas, política emancipatória e uma política de vida,

e, conforme se pode ver pela Fig. 25, pode ser conduzido de uma forma

✦ **estruturada**, através dum primeiro contacto estabelecido formalmente com as pessoas que recorrem ao Serviço Social por via institucional;

²⁴¹ Em parte porque a este nível interfere também o processo interactivo estabelecido com os recursos institucionais e a identidade das situações sociais.

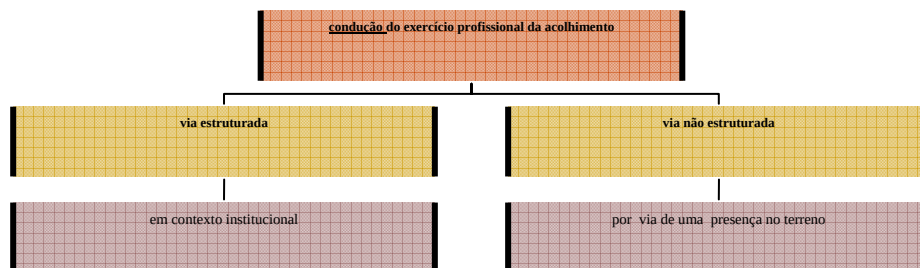
²⁴² Pelo simples facto de, no contexto da perspectiva teórica de Maurel, este ser considerado como um tipo de trabalho dos assistentes sociais.

²⁴³ Práticas estas que tinham como função específica a recolha de informação que serviria de base ao diagnóstico social.

²⁴⁴ Defendida por Giddens(2001:214) como política de libertação da exploração, da desigualdade e da opressão.

⤴ não estruturada, através dos contactos formais ou informais conduzidos por via de uma presença profissional no terreno²⁴⁵.

FIGURA 26 | VIAS DE CONDUÇÃO DO PROCESSO DE ACOLHIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL



Por sua vez, o exercício do acompanhamento social, embora deva ser programado em função do planeamento da acção, pode, no entanto, ser praticado mediante:

⤴ reuniões programadas, que vulgarmente correspondem ao fim de uma etapa da acção profissional e ao início de uma nova etapa²⁴⁶; o seu objectivo prende-se, por um lado, com uma reflexão conjunta e participada sobre a evolução do processo de intervenção e, por outro, com a construção das condições necessárias para a organização da tomada de decisão²⁴⁷;

⤴ reuniões não programadas, que surgem na sequência de situações ocasionais que justificam a reflexão espontânea sobre determinadas situações não previstas ou emergentes, mas difíceis de ser controladas;

⤴ reuniões selectivas, que se organizam em função de objectivos muito específicos que obrigam a que sejam objecto de um particularismo contextualizado;

⤴ reuniões colaterais, que podem ser estabelecidas no âmbito das visitas domiciliárias (Fourdrignier,2003 Djaoui:2004;Poché 2005; Beson; Guay:

²⁴⁵ E quando o que está em causa é consecução de um modelo de intervenção que se serve da própria presença no terreno como espaço estratégico para a organização das respostas sociais consideradas como as mais indicadas em face da reflexão sobre os resultados do diagnóstico social realizado, a definição das prioridades definidas para a intervenção e a planificação da acção.

²⁴⁶ Por exemplo, entre a fase de diagnóstico e preparação da acção.

²⁴⁷ Tomada de decisão esta que tanto pode ser de risco previsível como não previsível, consoante seja assumida com base na incerteza ou de forma calculada.

2000) quando estas são produzidas, não com o intuito policial²⁴⁸, nem tão pouco como meio de produção de uma familiaridade²⁴⁹, mas sim como consolidação do Serviço Social como interlocutor privilegiado na gestão social dos problemas do quotidiano da vida social.

O seu desempenho profissional deve ter em atenção:

- ✦ a sua contextualização no quadro do modelo social onde se integra,
- ✦ a identidade das situações sociais,
- ✦ o processo interactivo estabelecido com os recursos institucionais,
- ✦ a estrutura da participação dos indivíduos na acção colectiva.
- ✦ as características das redes de protecção existentes.

Seguindo a mesma lógica de raciocínio para a **presença no terreno**²⁵⁰, igualmente definido por Maurel (2003) como um tipo de trabalho profissional²⁵¹, por efeito da sua destradicionalização²⁵² **pode ser interpretada como uma forma de actuação exercida em espaço aberto**²⁵³ **que tem como objectivo, não especificamente uma descentralização formal do local de trabalho dos assistentes sociais, mas sim uma descentralização da forma de trabalho em que se conjugam sistemas referenciais e estilos de actuação.** Ou seja, o seu objectivo visa a proclamação das capacidades que estimulam o empreendedorismo da profissão, ajustando-as à recomposição da idiossincrasia da presença no terreno (Fig. 26).

²⁴⁸ Isto é, como meio de confirmação de informação utilizando a invasão da privacidade.

²⁴⁹ Por familiaridade entenda-se o processo de envolvimento não condicionado por parte dos assistentes sociais com o quotidiano de vida de outros, tendo em vista a construção de uma interacção complexa.

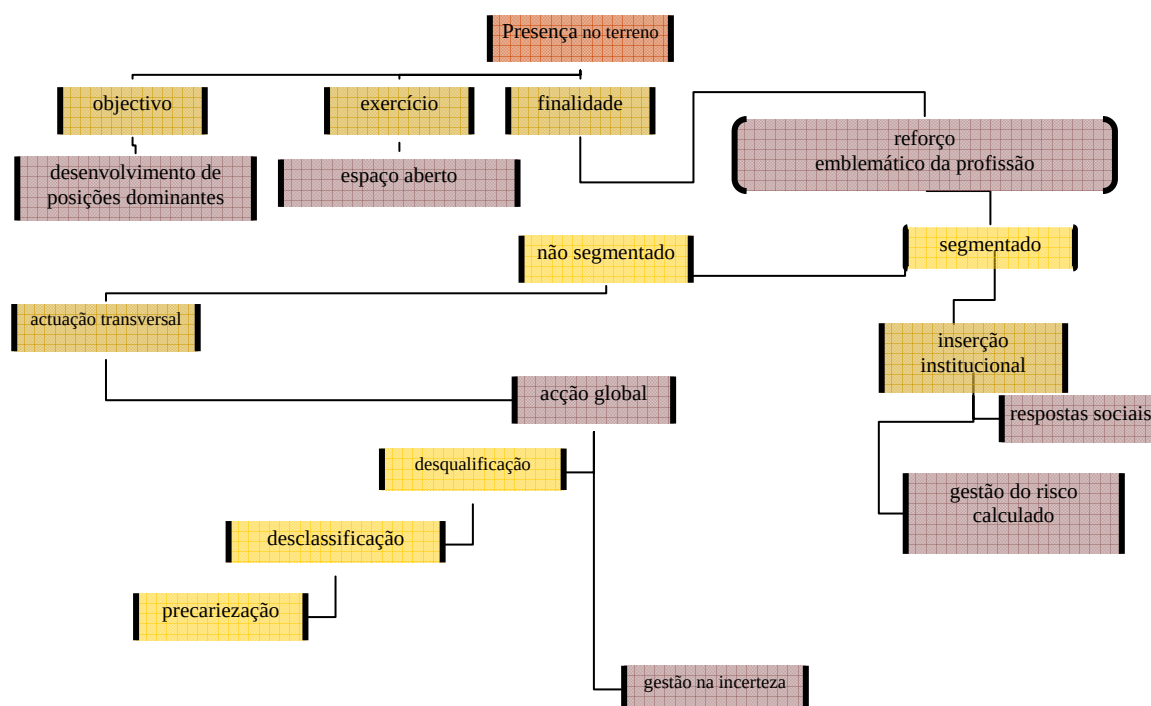
²⁵⁰ O que equivale a dizer uma reflexão sobre a sua execução, tendo como referência o seu papel ao longo da sua trajectória de vida.

²⁵¹ Trabalho este estritamente relacionado com a organização de uma tipologia dos trabalhos de intervenção.

²⁵² Destradicionalização esta que, por fazer parte da trajectória da profissão, integrou o processo de destradicionalização da mesma, ficando igualmente sujeita ao exercício de recontextualização em que se envolveu o Serviço Social.

²⁵³ Considerando por espaço aberto aquele que não obriga ao cumprimento.

FIGURA 27 | IDIOSSINCRASIA DA PRESENÇA NO TERRENO



Faz também com que se reforce o potencial emblemático da profissão perante as demais profissões instaladas no campo do social. Este reforço tanto pode ser conduzido por via de um modelo de intervenção não segmentado,²⁵⁴ como por via de um segmentado. Na prática, **a intervenção não segmentada traduz-se num exercício transversal da actuação profissional que:**

- ✧ **compreende uma acção global,**
- ✧ **se organiza em função de objectivos definidos de acordo com o diagnóstico da realidade,**
- ✧ **se desenvolve baseada em decisões na incerteza, as quais devem contribuir para evitar ou alterar a desqualificação, a desclassificação e a precarização dos quotidianos sociais.**

Em contrapartida, a intervenção segmentada, vulgarmente exercitada por via das estruturas de inserção institucional com objectivos bem patenteados,

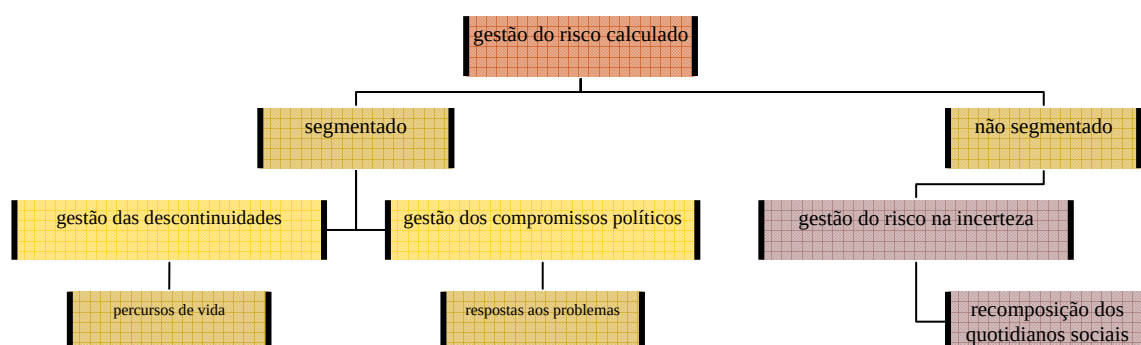
²⁵⁴ Que pode ser confundido com o exercício profissional generalista, mas que se diferencia do mesmo pelo facto de não ter por referência uma acção ampla no sentido do conhecimento, mas sim por partir do pressuposto de que o social é um espaço aberto, alicerçado em partilha de vivências e perspectivas de vida.

modula-se em função da **reinvenção das relações promovidas pelas instituições correspondentes através de combinações específicas entre as actividades institucionais e as práticas profissionais organizadas para conduzir as respostas sociais resultantes da dinâmica de gestão do risco calculado.**

Nestes dois eixos - segmentado e não segmentado - ressalta o facto de ambos se centrarem profusamente nas questões relacionadas com o risco calculado. Mas, enquanto o não segmentado se posiciona preponderantemente no campo das combinatórias das práticas que visam a recomposição dos quotidianos sociais através da gestão das incertezas, por sua vez o segmentado dissemina-se ao nível da área de resolução dos problemas. Para o efeito faz uso de combinações específicas entre actividades e práticas. Daí que se sirva do exercício do enquadramento institucional para criar uma intervenção de primeira linha²⁵⁵. Esta mesma intervenção caracteriza-se pelo facto de ao mesmo tempo, que facilita a gestão das discontinuidades que invadem os percursos de vida de pessoas, assegura também a gestão dos compromissos criados com a sociedade onde a responsabilização social e a emancipação fazem parte de uma negociação política e social, negociação essa que tem como finalidade:

- ✦ o despolementar da acção política
- ✦ a validação do modelo de gestão dos riscos calculados (Figura 27).

FIGURA 28 | A INTERVENÇÃO DIRECTA E A GESTÃO DO RISCO CALCULADO

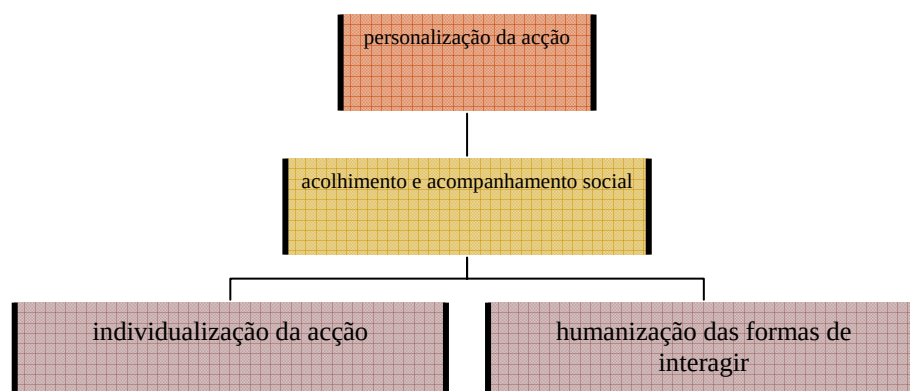


²⁵⁵ Por gestão de primeira linha entende-se o processo de intervenção profissional conduzido tendo como objectivo uma actuação de primeira instância que é seguida por outras instâncias, as quais correspondem aos diferentes patamares em que se fundamenta a intervenção e que se caracterizam por obedecer a novas dinâmicas em que se sustenta o exercício da acção.

Relativamente à **personalização da acção**, o seu exercício profissional:

- ✧ consubstancia-se no âmbito do espaço da acção de intervenção desenvolvida a partir do acolhimento e prolonga-se ao longo do processo de acompanhamento social;
- ✧ singulariza-se por se servir da individualização e da humanização²⁵⁶ para adequar o uso da relação personalizada aos seus compromissos profissionais(Fig 28).

FIGURA 29 | A PERSONALIZAÇÃO DA ACÇÃO: ESPAÇO DE ACÇÃO



O seu desempenho pelo Serviço Social contribui para que se torne mais consistente a produção da proximidade e para que se crie um relativo distanciamento no que diz respeito ao trabalho de tutorado referenciado e caracterizado por Aballéa (2003). Isto sucede porque, enquanto a personalização da acção se inscreve no quadro das modalidades de actuação democrática que têm em vista a utilização da proximidade como meio de desfazer a homogeneização do estilo de actuação profissional e das formas de interagir, tal não acontece com o exercício da tutoria, mesmo quando exercida de forma não totalitária²⁵⁷. Por outras palavras, no caso das práticas de tutoria exercidas, quer de forma horizontal, quer de forma transversal, legitimam uma incapacidade ou

²⁵⁶ A especificidade de que se revestem as relações que fazem com que o acolhimento e o acompanhamento social conduzido por assistentes sociais se distingam relativamente aos dos outros profissionais.

²⁵⁷ Quando praticada de forma totalitária, a vertente participativa pode ser omitida na medida em que não é requerida nenhuma obrigatoriedade de utilizar continuamente um contacto ordinário com a(s) pessoa(s) em situação de risco ou de perigo. A protecção, neste contexto, pode ser conduzida por via administrativa de acordo com os requisitos institucionais definidos, onde o contacto pessoal obedece a um plano de intervenção devidamente estruturado.

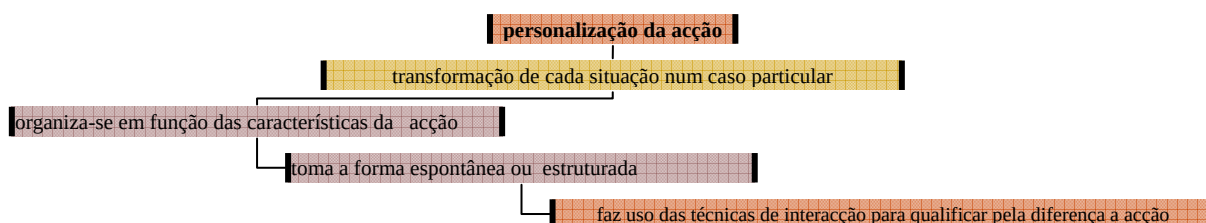
uma dificuldade real²⁵⁸ ou convencionada²⁵⁹ em gerir um projecto de vida que conduza à aquisição de competências sociais para conseguir o reconhecimento explícito em contrariar um percurso de vida de risco. Já no caso da personalização da acção, o que está implícito é exactamente a transformação de cada caso social num caso específico. Este facto faz com que se torne imprescindível a sua particularização, a qual estará sempre presente ao longo do exercício da intervenção profissional quando:

- ✧ conduzida por via institucional - que, iniciada com a entrevista de acolhimento, se estende ao longo do processo de acompanhamento que desagua na resposta encontrada para colmatar a necessidade sentida;
- ✧ projectada de forma menos estruturada - isto é, iniciada através dos primeiros contactos realizados no terreno e com continuidade ao longo do processo de intervenção profissional.

De uma forma ou de outra, tal como se pode ver pela Fig.29, a personalização da acção deve ser:

- ✧ principiada no primeiro contacto do assistente social com quem recorre, voluntariamente ou não, aos seus serviços;
- ✧ organizada em função das características da realidade em presença;
- ✧ consolidada em cada contacto estabelecido;
- ✧ consumada por via de entrevistas estruturadas ou abertas ou, então através de outras técnicas consideradas como importantes na organização da estratégia de intervenção e na relação operacional da profissão.

FIGURA 30 | PERSONALIZAÇÃO DA ACÇÃO: ESQUEMA DE REFERÊNCIA.

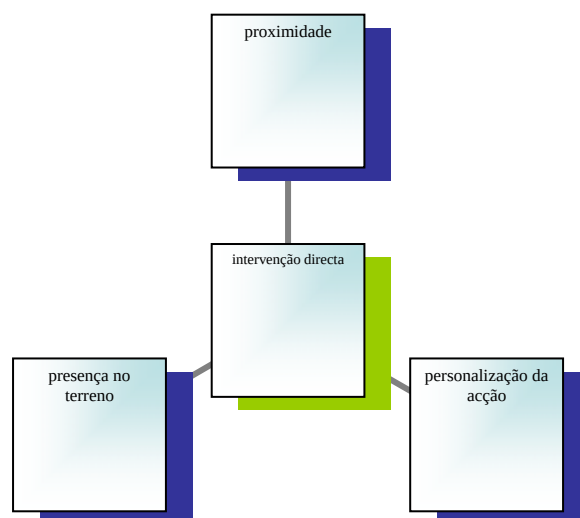


²⁵⁸ No caso específico das crianças, que não têm as condições objectivas para tomarem decisões necessárias quanto ao seu projecto de vida, por isso devem ser auxiliadas.

²⁵⁹ Como acontece quanto aos toxicodependentes a respeito dos quais, pelas características do estigma que os envolve, existe a convicção de que devem ser monitorizados nas suas decisões.

Portanto, a articulação entre proximidade, presença no terreno e personalização da acção (Figura 30) torna-se determinante para promover uma localização privilegiada do Serviço Social ao nível da Intervenção Social.

FIGURA 31 | ELEMENTOS BÁSICOS DA INTERVENÇÃO DIRECTA



Em termos adjacentes, mas não menos importantes, situam-se as figuras adoptadas para o exercício da Intervenção Social. Sob a forma de intervenção directa ou radial, a profissão serve-se destas figuras para intensificar a tonicidade da sua acção. Mas não obstante a intervenção directa se particularizar pelo uso de um sistema de interacção centrado numa relação personalizada²⁶⁰, enquanto na intervenção radial é privilegiada uma interacção partilhada (Quadro 36), no seu conjunto produzem um impacto substancial no campo da gestão do social a que se associam as consequências sociais e políticas da correlação estabelecida entre relações de força e de convicção.

²⁶⁰ A qual pode ser com enquadramento sistémico ou cognitivo.

QUADRO 36 | INTERVENÇÃO DIRECTA E RADIAL: CARACTERIZAÇÃO

	objecto	objectivo	finalidade	modelo de interacção	estilo de actuação	função	dimensão
Intervenção directa	situações de risco e perigo	requalificação social dos percursos de vida	autonomização social	personalizado	individualizado	pública	Individual territorial
Intervenção radial	situações de risco e perigo	requalificação do quotidiano social	responsabilização social	partilhado	parceria programas projectos	pública	colectiva

Por isso mesmo, as posições constituídas pela profissão para que se possa solidamente reforçar no campo da Intervenção Social terão que se impor mais pela tónica do que pelo peso. E como objectivamente o peso do Serviço Social está inevitavelmente condicionado por:

- ✧ as dinâmicas de intervenção que se consagram num quadro relacional com o universo dos beneficiários da acção;
- ✧ a reorganização do processo expansivo das profissões sociais instaladas;
- ✧ o fenómeno de hiper-profissionalização que se desenvolve tendo em vista a conquista de posições dominantes por parte das diferentes profissões sociais,

e como a questão da tónica se constitui no grande investimento da profissão, a qual se torna responsável pela sua afirmação como elemento estruturante do exercício da intervenção social, a recomposição do espaço da profissão na sociedade do risco e a sua confirmação como marca da intervenção devem estar alinhadas com os factos de:

- ✧ tendencialmente o risco se tornar preponderante face ao perigo;
- ✧ a recriação profissional passar a estar associada a uma conexão entre a qualidade do desempenho profissional e as particularidades das competências;
- ✧ a reorganização do exercício da intervenção profissional se ter transformado num campo multipolar onde se inscrevem a intervenção directa e a radial.

Daí que, por reflectir a nova política de vinculação profissional e interferir sobre a definição de novos sectores de intervenção para a profissão, a tónica se constitua na nova tarja da reconstrução do Serviço Social na sociedade do risco.

Em termos de política de vinculação, os assistentes sociais, ao servirem-se da sua inserção profissional para acompanhar a alteração da amplitude da esfera do social sem fazer perigar a evolução de funções e a segmentação da intervenção social, estabelecem uma nova lógica de organização e de gestão do campo de intervenção profissional, a qual deve estar em sintonia com as novas propostas do exercício da democracia geradas no contexto de uma reflexão sobre a transformação da sociedade industrial e a organização e legitimação da sociedade do risco. Para o Serviço Social, este novo investimento político e ideológico sobre o exercício da democracia²⁶¹ faz com que a própria profissão, ao confrontar-se com os novos desideratos políticos²⁶², tenha que repensar a sua consolidação²⁶³, tendo como referência a evolução dos conteúdos da democratização e da qualificação da intervenção profissional. Na prática, o que passa a estar em causa é a forma de exercer o seu poder, transformando-o no sentido da conversão:

- ✧ democrática das suas práticas de intervenção;
- ✧ dos seus limites e da visibilidade que deve encerrar a sua actuação.

A sua inscrição no processo de democratização da democracia, tal como está apresentada na Figura 31, e o processo interno de democratização do seu exercício profissional e modelo de acção tornam-se num contributo para que se constitua como uma profissão de:

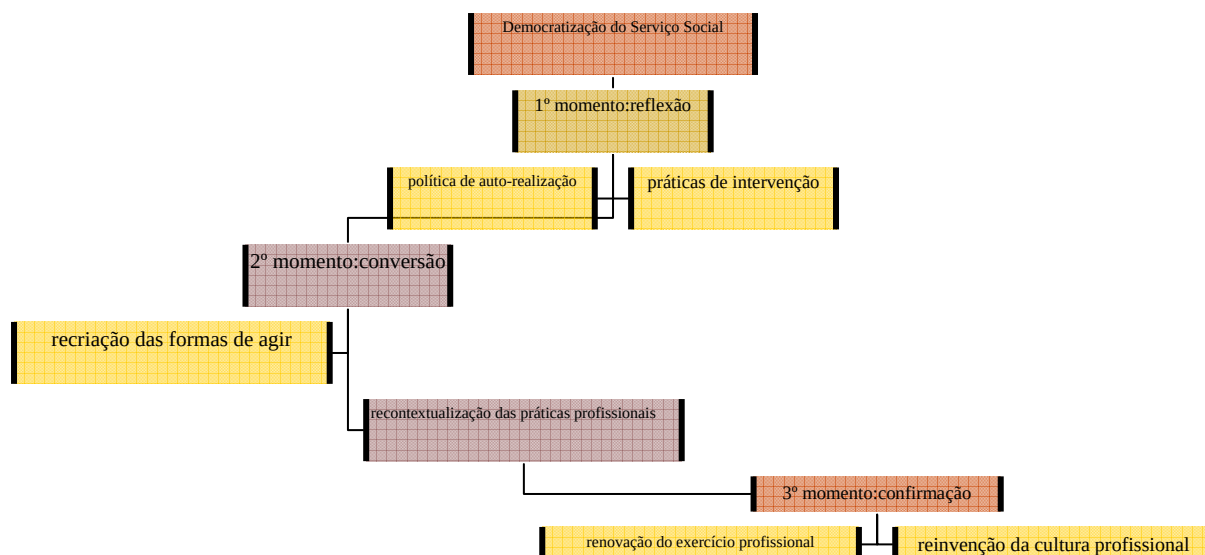
- ✧ interface no processo de redemocratização da intervenção social,
- ✧ reconfiguração da redemocratização da acção institucional,
- ✧ recomposição do exercício da democracia na gestão do social.

²⁶¹ Num contexto em que a fórmula política da sua legitimação deixou de estar circunscrita ao princípio da representatividade, passando a integrar igualmente o exercício social da participação activa e da cidadania.

²⁶² Que fazem parte de um novo estágio de desenvolvimento da democracia.

²⁶³ Sendo, porém, que a sua consolidação implica uma sua recontextualização. Esta, no entanto, dependerá, em parte, da forma como a profissão se vai servir de reacções adaptativas sem que adopte uma aceitação pragmática das transformações operadas ao nível do tecido político, cultural, económico e social.

FIGURA 32 | PROCESSO DE INSCRIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA DEMOCRATIZAÇÃO DA DEMOCRACIA

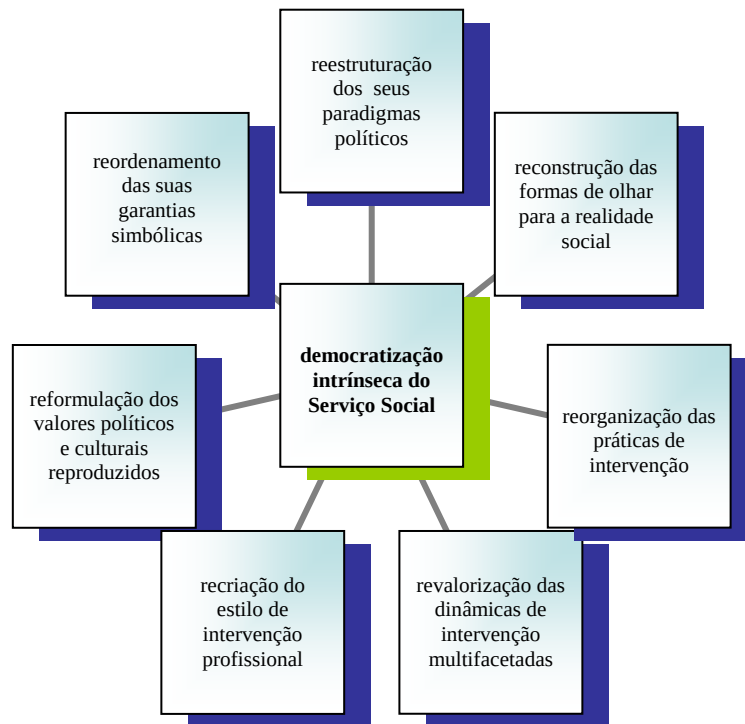


Para o efeito, deve basear-se numa expansão de actividades profissionais que, sendo de características porosas e flexíveis, se organizam tendo em linha de conta as possibilidades institucionais de tornar convergente a natureza global do perigo, do risco e da incerteza com a legitimação dos novos mecanismos de acção que permitem inscrever no seu processo de auto-realização profissional um sistema de certificação da democratização da democracia. Nesta medida, e para que a profissão estabeleça uma relação pura²⁶⁴ com a sua idiossincrasia²⁶⁵, torna-se praticamente inevitável a reformulação da natureza do seu conteúdo idiossincrático (Figura 32).

²⁶⁴ Que, na perspectiva de Giddens (2001:215), é considerada como “uma relação social que é internamente referencial, isto é, que depende fundamentalmente de satisfações ou recompensas específicas dessa mesma relação”.

²⁶⁵ A qual é fundamental, se não mesmo decisiva, na orientação da sua política de vida profissional onde as suas questões existenciais se confundem com os aspectos referenciais da sua vida interna.

FIGURA 33 | REFORMULAÇÃO DO CONTEÚDO IDIOSINCRÁTICO DO SERVIÇO SOCIAL



Esta reformulação vai, entretanto, reflectir-se em:

- ✧ o modo de agir do Serviço Social no quadro institucional;
- ✧ a forma de estar da profissão na vida social;
- ✧ a relação integral e contínua com a mutabilidade constante das circunstâncias, quer da vida pessoal, quer da vida colectiva.

No que concerne ao seu modo de agir, este deve diferenciar-se do modelo tradicional por, na intervenção sobre o risco e o perigo, tomar como pontos-chave:

- ✧ **a preparação do ambiente da acção**, através da descontextualização e da reflexividade;
- ✧ **a construção do domínio de segurança para a acção** mediante um conjunto de actividades onde se incluem a avaliação do nível do risco e a do perigo, por via do diagnóstico social;

- ✦ **a delimitação profissional do exercício da acção**, tendo em atenção as características da problemática em questão, o universo das soluções institucionais e as expectativas apresentadas por parte dos receptores activos da intervenção;
- ✦ **a definição do processo de “monitorização” da intervenção**, mediante o acompanhamento profissional personalizado ou partilhado da situação-problema;
- ✦ **a organização do modelo de intervenção**, que tanto pode ser directo como radial;
- ✦ **a planificação da intervenção**, em função de uma finalidade emancipatória;
- ✦ **a construção das estratégias de intervenção**, apoiada no exercício da proximidade e adaptada aos propósitos profissionais de inclusão, integração ou de inserção social;
- ✦ **a estruturação das práticas de intervenção**, tendo como paradigma o exercício da humanização da interacção e o papel pedagógico que podem desenvolver;
- ✦ **a execução do plano de intervenção** em moldes participativos e respeitando o princípio da responsabilização.

Na forma de estar, as grandes mudanças devem consumir-se através de:

- ✦ **o enquadramento ontológico** que faz da questão existencial da igualdade;
- ✦ **o modo singular de exercer a vigilância social**;
- ✦ **a actuação comprometida** que utiliza para conduzir o exercício da intervenção social;
- ✦ **a criação de vínculos institucionais de características multiformes**;
- ✦ **os investimentos na qualificação do desempenho e num exercício profissional transversal**;
- ✦ **a reinterpretação do modelo de acompanhamento social como mecanismo de consignação de compromissos, e não como de controlo de comportamentos**;
- ✦ **a profusão de uma visão de cidadania activa e global**;
- ✦ **a definição da sua missão como profissão militante da igualdade**;
- ✦ **a afirmação profissional da sua cultura política**;

✧ **a procura que exerce para autonomizar o seu espaço profissional.**

Já no que diz respeito à relação integral e contínua que deve criar com a mutabilidade constante das circunstâncias, tanto da vida pessoal, como da vida colectiva, esta deve tomar forma e conteúdo de acordo com os parâmetros por que se organiza a acção humana na sociedade do risco e a influência que irá exercer em:

- ✧ **a adequação das suas funções** às alterações dos modos de vida e dos estilos de vida gerados pela dinâmica do processo de Globalização;
- ✧ **a sua reconfiguração profissional** como profissão de interface entre lógicas institucionais, lógicas profissionais e lógicas económicas e políticas;
- ✧ **a reconstrução do seu espaço institucional como espaço público** para o exercício da inclusão, inserção e integração social;
- ✧ **a reformulação dos conteúdos da sua actividade profissional**, tendo como paradigma a distinção entre perigo e risco social;
- ✧ **os compromissos profissionais criados com a democratização do exercício da intervenção profissional**, deslocando o seu centro de atenção do público-alvo do processo de desqualificação social para o universo social da desqualificação dos quotidianos sociais;
- ✧ **as transformações institucionais realizadas no exercício da acção profissional**, tornando-o transversal e plural;
- ✧ **a relação entre territorialização e Globalização** que se passou a consubstanciar num processo contínuo de recontextualização constante da acção, tendo por base uma articulação entre uma visão “macro” e “micro” da actuação;
- ✧ **a sua redefinição profissional como profissão de intervenção social** que se particulariza por estar instalada numa nova lógica de missão em que os aspectos paliativos são substituídos por aspectos reconstrutivos;
- ✧ **o novo espaço que deve ocupar na gestão do social**, investindo numa diversificação de funções, entre as quais se integram a organização de serviços, a intervenção directa e a radial e o desenvolvimento social. Esta diversificação na prática contraria o exercício categorizado da intervenção profissional e que se estende aos novos riscos sociais que provocam uma descalibragem no sistema de organização da ajuda social;

- ✧ **a utilização da proximidade e da ética como novos elementos emblemáticos do exercício profissional** e que vão contribuir para uma alteração do campo simbólico da actuação profissional;
- ✧ **a reinvenção da sua identidade profissional**, que se gera no confronto com a nova questão social e as descontinuidades do *self* profissional.

Por conseguinte, todas as transformações que possam ser operadas na existência social do Serviço Social vão fazer com que os modos tradicionais, que na perspectiva de Giddens se constituíram em “práticas autenticadas”, se convertam, não numa nova questão existencial relacionada com a sua natureza, mas sim numa nova condição existencial influenciada pela posição que passou a ocupar no universo das relações entre o mundo externo e a vida humana. Por seu lado, os vínculos profissionais criados com a reflexividade constituir-se-ão num meio de conhecer a realidade e de, por via do conhecimento adquirido, organizar um presente e simular um futuro. Mas, como o aspecto temporal se torna fundamental para identificar as contradições existenciais, a existência do Serviço Social na sociedade do risco pode ser eventualmente interpretada, tal como Giddens o faz relativamente à existência (2001:45), como “*um modo de estar no mundo*”, ou então como um dispositivo para sublimar os futuros simulados. Independentemente da resposta que se possa encontrar para legitimar o exercício profissional dos assistentes sociais na sociedade do risco, o certo é que a profissão, ao querer responder às necessidades individuais ou colectivas de usufruir de uma segurança ontológica²⁶⁶, serve-se de estratégias de intervenção que se vão tornar específicas por indexarem à democratização do exercício profissional a aglutinação da tomada de consciência da sua identidade profissional, assim como o conhecimento das necessidades sentidas nos contextos de vida.

De uma forma global, todas as transmutações que se façam operar no *facies* do Serviço Social em consequência do seu processo de recontextualização profissional, bem como na forma como tem conduzido a sua interface com o seu passado, tornaram-se simultaneamente nos principais elementos que nos permitem identificar:

²⁶⁶ Que significa “possuir, ao nível do inconsciente e da consciência prática, respostas para questões existenciais fundamentais que todo o ser humano de algum modo se coloca” (Giddens 2001:44).

- ⤴ as metamorfoses do seu comportamento relativamente ao exercício da intervenção social;
- ⤴ a sua relação intrínseca com a intervenção social, de tal forma importante que faz com que, por um lado, o Serviço Social não exista se não agir e, por outro, que a intervenção não possa ser degradada na sua inteligência se não assumir o Serviço Social como um elemento constitutivo da sua essência;
- ⤴ a sua afirmação como marca da intervenção social, por assumir a representação da intervenção numa preocupação de ordem pública, o que faz com que de um modo invisível se restabeleça a privacidade do seu significado político;
- ⤴ a existência de uma relação complexa e ambígua entre a sua legitimação como marca da intervenção social e a legitimação da sua marca, por assumirem a vigilância social como denominador comum dos propósitos da intervenção social e do Serviço Social.

Nesta medida, a sua imagem como marca do processo de Intervenção Social não pode ser desligada de uma narrativa que tem como cenário as circunstâncias em que a intersecção entre o simbólico e a realidade se constitui no elemento integrado que, para além de dar a visibilidade indispensável à actividade profissional dos assistentes sociais e destacar o seu papel fundamental na protagonização da Intervenção Social, permite também construir a narrativa biográfica da Intervenção Social.

De uma forma pragmática, o Serviço Social, ao assumir a vigilância social como seu elemento de marca e ao transformá-la simultaneamente no elemento de marca da intervenção Social, faz com que a intervenção profissional privilegie mais a dimensão localizada do que a globalizada, razão pela qual a padronização do sistema de intervenção social se organiza com base na despadronização do seu exercício social, sendo que o mesmo acontece com o exercício profissional do Serviço Social. Este facto, porém, não invalida que o Serviço Social se tenha empenhado em criar um estilo de vida institucional global que liga ambientes de acção com o decurso da vida quotidiana. Mas como os ambientes da acção são múltiplos, os modos de acção terão que se adaptar aos contextos em que se desenvolvem. Por este motivo, o seu desempenho alia a experiência adquirida através das práticas de diagnóstico social com a preparação estratégica para a

vida futura como um todo. Para o efeito utiliza a avaliação do risco social como fazendo parte da integração da sua actividade profissional nos casos de:

- ✧ monitorização dos riscos e dos perigos sociais,
- ✧ reconhecimento do clima de risco social,
- ✧ construção de uma preocupação colectiva com o risco na vida social.

Na sociedade do risco, converte-se assim num elemento de interferência sobre o risco e sobre o perigo social e de requalificação, quer do quotidiano social, quer da vida pessoal e social.

Síntese

Analisado reflexivamente o processo de recontextualização do Serviço Social na sociedade do risco, verificou-se que, se por um lado a profissão se confrontou com a necessidade de se relegitimar, por outro lado foram-lhe criadas as condições para que recuperasse a sua autoconfiança. Mas, se a relegitimação, tal como se constatou, foi conduzida através do exercício da sua modernização, já a recuperação da sua autoconfiança se tornou dependente da forma como em termos globais e locais tem respondido à inovação, gerido a sua profissionalidade e encarado o seu futuro. Relativamente ao seu processo de relegitimação pode-se concluir que este corresponde a um novo ciclo da sua modernização que se sustenta em três pontos, a saber :

- ✧ uma reconstrução identitária que faz a simbiose entre o passado e o futuro e que se traduz na reconfiguração profissional do exercício da intervenção como meio de desenvolver uma política emancipatória;
- ✧ um realinhamento dos seus modelos de intervenção profissional face à distinção entre risco e perigo;
- ✧ o alargamento do seu campo de intervenção às situações de vulnerabilidade social e à produção do bem-estar,

e abriu espaço a:

- ✧ o reconhecimento da etnodiversidade profissional;
- ✧ uma despadronização da sua actuação profissional;

✧ a construção uma relação politicamente comprometida com o exercício do desenvolvimento pessoal, institucional, territorial, ambiental e emocional.

Por sua vez, quanto à autoconfiança, pode-se inferir que, pelo facto de se ter tornado numa parte integrante da reorganização da consciência profissional e fundamental na construção de vida profissional em termos de futuro, é um processo em desenvolvimento que vai tomando a necessária consistência face a:

✧ a reorganização das suas competências profissionais que paulatinamente estão a ser geradas pelas novas gerações de assistentes sociais, a qual decorre da necessidade de o Serviço Social responder ao fenómeno de transversalidade que singulariza o presente da gestão do social;

✧ a reinvenção do seu desempenho profissional perante a actual desconstrução da pericialidade, que particularizou a cultura do conhecimento na sociedade industrial,

mas que agiliza a recriação do exercício profissional reconhecendo a importância

✧ do enquadramento ontológico que deve passar a fazer da igualdade;

✧ da atitude comprometida que deve estabelecer com a democratização da democracia;

✧ da utilização do acompanhamento social como mecanismo de consignação de compromissos, e não como de controlo de comportamentos;

✧ da consolidação profissional de uma visão de cidadania que seja activa e global;

✧ da modernização tecnológica do exercício profissional da intervenção.

e permite ao Serviço Social afirmar-se como uma profissão de:

✧ vigilância

✧ proximidade

✧ compromisso

CONCLUSÃO | NO CONTEXTO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL

Em termos conclusivos - e tendo em conta que a hipótese levantada consistiu na existência, ou não, de uma relação entre as alterações produzidas nos modelos de intervenção social e as alterações que se processaram nos modelos de intervenção do Serviço Social desde a sociedade industrial à sociedade do risco - pode-se concluir que:

1. existe uma concordância entre a institucionalização do Serviço Social e a reconstrução do exercício da intervenção social na sequência da erosão dos hábitos e costumes tradicionais;
2. a recontextualização do exercício da intervenção pelo Serviço Social interferiu sobre a cultura de identidade da profissão, o que deu origem à emergência de sub-culturas dentro da sua identidade;
3. a Globalização gerou o imperativo de uma modernização do exercício profissional o qual, tendo emergido como meio de auto-defesa do Serviço Social, acabou por responder à necessidade de recriação das práticas de intervenção profissional como meio de adequar as suas respostas profissionais às transformação dos modos e dos quotidianos de vida;
4. o futuro profissional do Serviço Social depende da sua capacidade de auto-confrontação e da reconstrução dos seus estilos de actuação profissional face à reidentificação dos problemas sociais como de perigo e de risco.

Relativamente ao primeiro ponto das conclusões apresentadas, o modelo de abordagem utilizado tornou possível verificar que a institucionalização do Serviço Social resultou de um processo de simbiose que, do ponto de vista

cultural, se processou entre a construção das instituições modernas e a destradicionalização das práticas de intervenção desenvolvidas na sociedade tradicional. O mesmo será dizer que a legitimação do Serviço Social como profissão de intervenção correspondeu à reinvenção cultural do exercício da intervenção social desenvolvido na sociedade tradicional.

Daí que a construção do Serviço Social na sociedade industrial como profissão de intervenção, tenha sido acompanhada por um processo de consolidação da sua imagem como vector de mediação social que tinha como objectivo assegurar o equilíbrio dos níveis de tensão social através da prestação de serviços no campo social.

Este seu papel mediador da relação do individuo com a sociedade afirmou-se no contexto de uma alteração não só da correlação de poderes entre as sociedades religiosa e política no que respeita à gestão social das desigualdade; mas também do processo identitário do exercício da regulação social o qual passou a ser integrado na via institucional.

A inscrição institucional do exercício da intervenção social pelos assistentes sociais se por um lado não isentou as práticas de intervenção das suas características subjectivas, fez contudo com que o exercício desconcertado da ajuda social se desvalorizasse culturalmente. Permitiu, no entanto, uma manipulação na sua representação simbólica, que se consubstanciou na construção social de um modelo organizado de respostas para os problemas inscritos no contexto social. Daí que o exercício da intervenção pelo Serviço Social se tenha transformado num novo modelo de intervenção. Este não pretendia ser uma alternativa ao existente, mas sim um complemento estruturado na base do empréstimo de uma identidade cultural, a qual remetia para as modificações nos modos de vida e de pensar as práticas sociais de intervenção, uma outra forma de agir sobre os problemas sociais que também não estava isenta de ambiguidades.

No contexto das transformações culturais que singularizaram a mudança da sociedade tradicional para a sociedade industrial, o exercício da intervenção pelo Serviço Social assumiu-se então como um novo modelo de interacção entre a sociedade e os fenómenos de precariedade económica e social. O exercício profissional da intervenção tornou-se, por tal, numa nova figura social da qual o indivíduo carenciado se poderia socorrer para procurar ajuda e suportes. Com a sua consolidação como dispositivo de intervenção social, o exercício da intervenção pelo Serviço Social, para além de se ter constituído como

personalizado, passou também a ser exercido de forma disciplinada. Passou assim a fazer uma articulação entre: “uma cultura paroquial centrada em interesses locais e uma cultura de sujeição que alimenta a passividade nos indivíduos” (Cuche 2003.158). Mas sem que fossem objectivamente postos em causa – política ou ideologicamente – os modelos de intervenção já instalados, a intervenção conduzida pelos assistentes sociais não desenvolveu as condições necessárias para que o seu exercício se emancipasse relativamente aos processos de ajuda social, já reconhecidos mas que não interferiam sobre a reinvenção do sistema de valores e o domínio localizado da vida quotidiana. Todavia legitimou a transformação da identidade cultural do sistema de ajuda. Integrou-o no quadro de uma nova ordem social que pretendia diferir da anterior. Por isso mesmo, empenhou-se em construir novos paradigmas de intervenção social aos quais a sociedade civil e política atribuíram um particularismo sintomático. E foi na construção destes novos paradigmas que conjugou a destradicionalização do exercício da ajuda com a sua inovação cultural. Nesta medida, um novo modelo de exercício da assistência, conduzido por profissionais do Serviço Social, veio reflectir o produto do diálogo que na sociedade industrial se estabeleceu entre o modelo de intervenção social experimentado, as características da realidade social e a redefinição do sistema simbólico da ajuda social.

Embora não muito equidistante dos modelos de assistência protagonizados pelos diferentes agentes sociais, o exercício profissional da assistência pelos assistentes sociais consolidou-se como um novo modelo de intervenção que, no contexto da sociedade industrial, se centrou inicialmente nos processos de incapacidade social e posteriormente nos problemas de exclusão. Mas, ao tomar a incapacidade como o epicentro da sua atenção, esvaziou o exercício social da intervenção do seu conteúdo tradicional e criou novos propósitos às formas de avaliação dos problemas sociais. Por opção, o exercício da assistência pelos assistentes sociais passou a ser conceptualizado de acordo com a forma como a corrente positivista pensava os problemas sociais e como influenciou a construção do seu exercício estruturado e organizado. O mesmo será dizer que, dentro de uma perspectiva profissional, a forma de intervir deveria corresponder a um exercício completo, isto é, pensado, estruturado e avaliado. Este investimento do Serviço Social numa forma organizada e estruturada de intervir ao nível dos problemas de desigualdade levou a que as instituições sociais tivessem criado uma inoculação da interacção no exercício da intervenção social, passando o exercício da interacção a ser da responsabilidade

profissional dos assistentes sociais. Daí a correlação que foi feita entre a recriação do exercício da intervenção e a institucionalização do Serviço Social.

Tal como foi demonstrado, pode-se efectivamente considerar que a criação da profissão do Serviço Social resultou da reconversão das práticas de intervenção conduzidas pelos mais diversos agentes sociais, da relação do indivíduo com o seu universo de vida e de trabalho e ainda dos parâmetros estabelecidos para o exercício político e cultural da gestão social das desigualdades.

Esta coincidência entre a metamorfose cultural do exercício da intervenção e a reorganização das parcerias na gestão dos problemas sociais fez com que o Serviço Social conduzisse a sua expressão como profissão de intervenção. Por esse motivo, o carácter cultural da profissão confundiu-se com o da intervenção conduzida a partir das instituições que tomaram a devida consistência estrutural no contexto da sociedade industrial. Daí que a relação entre Serviço Social e intervenção seja compreendida como de importância capital na construção de um estereótipo do exercício profissional da intervenção, que ao nível da esfera social partilhava o mesmo objectivo da intervenção, ou seja, o da desconstrução da natureza imperfeita das desigualdades e o da recriação do carácter móvel das instituições sociais.

Isto sucedeu porque, na prática, existiu – e existe ainda – um compromisso entre o Serviço Social e a Intervenção. Este compromisso consubstanciou-se mediante a conexão mutuamente estabelecida para redireccionarem a regulação das desigualdades através de um modelo de transformação social que se fundamentava no exercício do desenvolvimento.

O desenvolvimento tornou-se assim no espaço a partir do qual se atomizavam os dilemas existenciais e a via através da qual se galvanizavam os problemas da moralidade. Transformou-se num sistema de controlo da “política de vida” dos mais desfavorecidos e simultaneamente tornou-se num valor proeminente da intervenção e do Serviço Social. A partilha dos mesmos objectivos dificultou a sua diferenciação existencial durante a sociedade industrial e tomou a devida expressão quando o exercício da intervenção passou a ser reivindicado por outros agentes sociais.

Por se ter legitimado na Sociedade Industrial na sequência do desenvolvimento de uma relação vacilante entre a transparência e a opacidade da gestão política das desigualdades, o Serviço Social legitimou-se profissionalmente como profissão de intervenção sem, contudo, ter tido necessidade de desenvolver

uma posição suficientemente firme relativamente à questão de saber se era possível intervir sem metabolizar a diferença. Em termos pragmáticos, pode-se dizer que, incorporou o exercício da intervenção através da validação de um modelo de práticas de intervenção que, por corresponderem ao padrão cultural do exercício da intervenção, se serviam do exercício do controlo social para desenvolver as estratégias de regulação do equilíbrio social. Daí que, apesar de pretender conciliar a construção de uma unidade de interesses dentro da diversidade de interesses e apesar de a sua actuação estar associada a formas de vida específicas, a profissão não conseguiu deixar de estar identificada com a presença do Estado no domínio individual da sociedade civil. Razão por que a compreensão da sua validação profissional se sustentou numa política do contraditório que implicou o conhecimento dos processos endógenos que permitiram o exercício da sua validação como profissão que transformava as questões de poder em questões de ordem ou de moral.

Mas, uma vez que a forma como foi gerindo a sua relação equivocada com a sociedade, e que se traduziu na postura que desenvolveu perante o processo de gestão política da coesão social,, a sua recriação profissional reflecte a forma como os assistentes sociais conduziram a recontextualização dos modos de vida da sociedade industrial sem que houvesse um desgaste da imagem política das instituições. A desmontagem desta relação entre recriação profissional e reconversão da ordem social permitiu dar uma maior nitidez, quer à gestão do seu património cultural, quer à forma como o utilizou para defender o seu espaço profissional num contexto em que a propriedade que detinha sobre o exercício da intervenção se desfez perante a pluralização das profissões sociais e a consequente desfragmentação cultural da identidade da intervenção.

Quanto ao segundo ponto, esta foi encontrada tendo como base a reflexão exercida sobre a informação recolhida através dos relatórios finais de fim de curso de Serviço Social já referenciada e da recolha documental apresentada sobre a forma de bibliografia da área, que atravessa todo o espaço de tempo compreendido entre a sociedade industrial e a sociedade do risco. O que se pretendia era demonstrar como a sociabilização do Serviço Social, entendida esta como a forma como o Serviço Social se integrou ou integra profissionalmente num determinado contexto, permitiu à profissão gerir o seu sistema simbólico, organizar o seu espaço institucional e localizar-se no espaço social colectivo. O que equivale a dizer que com base nos elementos históricos

tomados de empréstimo, se pode concluir que no contexto da sua legitimação profissional, a identidade do Serviço Social tomou uma forma monocromática, a qual resultou do facto de a sua cultura de identidade ter sido muito influenciada por uma concepção de gestão das desigualdades que indiciava os parâmetros que serviam para definir as políticas de vida face aos dilemas morais existentes. Daí que, no contexto da sua afirmação profissional, o Serviço Social se tenha identificado com uma política integradora. Esta mesma política integradora assumiu-se como elemento base de autonomização pelo trabalho e consolidou-se através dos esforços políticos utilizados na educação social como meio de contornar a degradação intensiva dos modos e estilos de vida que tinham particularizado o quotidiano da população carenciada. Culturalmente assumiu-se num suporte para a resolução dos problemas relacionados com a existência social dos que viviam nas margens da sociedade. Ao identificar-se com uma política integradora, estabeleceu uma conexão com a forma de olhar sociológico sobre as questões da ética e da moral. Por isso mesmo desenvolveu uma política profissional de reconstrução da moral social. Assim, a projecção profissional da intervenção conduzida pelos assistentes sociais caracterizou-se por:

- ✧ ter-se apoiado no exercício, transitório mas duradouro, da integração social durante a sociedade industrial, servindo-se desta para desfazer os anátemas das desigualdades sociais, fazendo uso da moral social para desconstruir estilos de vida da população carenciada;
- ✧ ter-se projectado como profissão de intervenção, afectando-se à natureza instrumental das instituições; o que permite compreender que o exercício profissional da intervenção se tenha tornado paradoxalmente repressivo do ponto de vista social, dado que atitude proteccionista que desenvolveu para com os mais desfavorecidos, fazia com que na complexidade das suas vidas pessoais se instalasse um certo reconhecimento pessoal das suas incapacidades formais em ultrapassar as dificuldades de vida com que se confrontavam;
- ✧ ter desenvolvido um discurso fundamentado no bem-estar como cultura de segurança que permitia criar as necessárias condições para poder exercer uma alteração nos comportamentos sociais que sublinhavam a existência de perigo;
- ✧ ter-se centrado no perigo como elemento conciliador entre a razão de ser da profissão e o território da desqualificação social, o que permitiu que

tivesse definido como cenário da sua actuação o perigo e a oportunidade: o perigo porque representava a desqualificação dos quotidianos sociais e a oportunidade porque abria espaço à construção de uma visão de recuperação dos ambientes sociais;

↗ ter constituído a ajuda assistencial como meio de separação entre a situação pessoal e as circunstâncias sociais da vida pessoal, assim como as circunstâncias ambientais exteriores. por isso, as vidas pessoais eram o epicentro a partir do qual se desenvolviam as suas relações profissionais com a gestão dos problemas sociais; o mesmo será dizer que a intervenção profissional se centrou especificamente nas vidas pessoais;

↗ em termos identitários, ter-se afirmado como uma profissão de intervenção cujo objectivo visava o exercício da vigilância da desfiliação social, a qual desenvolvia para levar à prática a transformação assistida das vidas pessoais;

↗ ter constituído a intervenção e a transformação nos ícones da sua cultura profissional; estes ícones contribuíram para que a profissão tivesse conseguido defender o seu espaço profissional no quadro de um processo de multiplicação das profissões sociais; o valor que a profissão lhes atribuiu fez com que se tivessem assumido como elementos que marcaram a “personalidade” da profissão e que entrelaçaram a identidade global com as identidades locais do Serviço Social;

↗ suportar-se em padrões particularistas de intervenção que fizeram com que a contextualização do Serviço Social gerasse um contínuo processo de recriação do exercício da intervenção, com vista à transformação.

Já quanto ao terceiro ponto, relacionado com o processo de recriação do exercício da intervenção pelo Serviço Social como resposta às dinâmicas de transformação nos modos e estilos de vida gerados pela Globalização, concluiu-se que este processo de recriação se baseou num exercício de desconstrução e reconstrução das práticas de intervenção profissional. o qual tinha como objectivo a recontextualização da profissão num espaço de vida social marcado pelas mudanças que se foram operando na forma de pensar o mundo. Mitigada profissionalmente por uma dinâmica de auto-confronto da profissão com as suas realidades particulares, a desconstrução e a reconstrução do exercício profissional da intervenção transformou-se num movimento de modernização que se foi processando de acordo com os imperativos locais de repensar o exercício

profissional. Independentemente das características do processo em si, na prática a recontextualização da profissão na sociedade global deu origem à reconstrução do seu poder simbólico. Simultaneamente assumiu-se numa resposta à necessidade de manter activas as suas capacidades de agir sobre as realidades degradadas, ou em risco de degradação. Daí a pertinência de o Serviço Social criar uma saída para o seu futuro profissional, tendo em linha de conta que a concorrência entre as profissões sociais se tornou numa nova realidade onde se integram os problemas relacionados com a autoridade das profissões, a pericialidade da acção e ainda as questões de ordem ontológica.

Na prática, a Globalização confrontou o Serviço Social com a inevitabilidade de ter de enfrentar o seu futuro. Mas, preparar o futuro sem criar grandes convulsões no presente implicou necessariamente a sua recontextualização num presente social dominado pelo risco e pelas incertezas. Para o efeito, a destradicionalização constituiu-se num vector de modernização que, para além de servir para assegurar a sua recontextualização, permitia também exercer uma reflexão sobre as suas razões existenciais sem pôr em causa a sua existência profissional. A destradicionalização tornou-se assim num eixo de preservação da continuidade do Serviço Social e de resposta a uma recontextualização que assegurava a firmeza da redefinição da esfera da intervenção profissional como meio de exercer uma terapia sobre os aspectos sociais que tendem a debilitar a sociedade.

Mas como o exercício da recontextualização do Serviço Social não foi um processo homogéneo, a sua modernização também não foi homogénea,. Isto porque o exercício desta última não se apoiou exclusivamente numa estratégia de destradicionalização; na medida em que se projectou tendo como referência uma outra alternativa, a qual se consubstanciou numa ruptura com o passado. Daí que as conexões que o Serviço Social estabeleceu com o processo de mudança social e cultural produzido pela Globalização se tenham tornado descontínuas, sem que tivesse sido a Globalização a exercer a diversificação na modernização do Serviço Social.

A diversificação nas estratégias de modernização constituiu-se no seio do próprio Serviço Social. A Globalização fez, sim, com que a diversificação se tivesse tornado mais nítida e notória enquanto tornava a diversidade existente na fisionomia cultural do Serviço Social menos equívoca.

Esta diversidade justifica, por um lado, a existência de opções distintas para praticar uma política de modernização do Serviço Social; por outro lado

traduz a consagração de modelos culturais descoincidentes no exercício da modernização profissional que, podendo ser coincidentes nas suas pretensões profissionais, são todavia divergentes nos padrões culturais escolhidos para o exercício da intervenção.

Analizadas as diferentes estratégias desenvolvidas para o exercício da modernização profissional, constatou-se que as utilizadas pelo Serviço Social na sua modernização partilham do mesmo objectivo, isto é, garantir o futuro profissional. No entanto, como se pode perceber, o futuro do Serviço Social passa também por um investimento no seu presente. Este investimento na requalificação da intervenção profissional no contexto da construção da sociedade global implica que a monitoragem dos problemas sociais pelo Serviço Social não possa continuar a ser exercida no quadro das tradicionais convenções sociais; a sua consciência profissional – aliada a uma ansiedade existencial – fez com que as interpretações das realidades sociais se tivessem tornado essencialmente cognitivas. Por isso mesmo, o seu campo de intervenção deixou de estar muito particularmente centrado nos problemas de exclusão já instalados, para se estender aos novos problemas que foram emergindo face às alterações na esfera pública e privada da relação do indivíduo com o mundo exterior, ou seja, aos novos riscos sociais visíveis, ou por vezes invisíveis, mas existentes. Por este motivo, no âmbito do processo de recontextualização do Serviço Social, o exercício da intervenção social deva ter como referência a satisfação e a oportunidade. Não só porque os problemas de exclusão passam pela construção de oportunidades, mas também porque os problemas de integração, desfiliação e de vulnerabilidade passam pela satisfação.

Esta reconversão do espaço de intervenção dos assistentes sociais estimulou uma alteração na sua postura profissional, pelo que, à medida que a política de dependência social se tornou incompatível com o exercício da cidadania, o Serviço Social passou a minimizar o seu tradicional papel tutelar. Em contrapartida abriu espaço à consolidação de um novo modo de agir que se caracteriza por desenvolver ou fazer reconhecer competências e que leva a que se aproxime de uma função de **Manager Social**.

Associada à necessidade do Serviço Social de se reposicionar face às transformações nos modos de vida e de trabalho gerados pela Globalização, a profissão passou a investir na renovação da sua imagem profissional, a qual se centrou em três variáveis: cultura, competências e conhecimento. De uma forma mais concreta, no que diz respeito à questão da cultura da profissão, as grandes

mudanças tomaram a devida consistência a partir do processo de afirmação de uma visão democrática do exercício profissional dos assistentes sociais. Esta visão traduz-se no facto de o exercício da intervenção pelo Serviço Social ter deixado de estar circunscrito ao universo dos mais desfavorecidos, o que significa que alargou o seu raio de acção a todos os grupos sociais. Permitiu igualmente que se tivesse estabelecido uma política de intervenção profissional que deixou de ser legitimadora das políticas institucionais para se tornar numa política mediadora entre políticas institucionais e políticas de vida.

Pode-se, assim, afirmar que as grandes transformações no Serviço Social corporizaram-se, relativamente às suas competências, nos efeitos produzidos pela revitalização destas últimas ao nível dos problemas relacionados com a pobreza absoluta e relativa, quanto à sua afirmação na capacidade para agir sobre os problemas de perigo e de risco social.

E como a intervenção deixou de ser propriedade exclusiva dos assistentes sociais e passou a ser partilhada com outros agentes sociais, as suas competências dividiram-se em específicas e mediadas. As competências específicas resultam da destraditionalização das competências que lhe foram reconhecidas na área da acção social. As competências mediadas estão relacionadas com as competências construídas no contexto de uma intervenção profissional exercida em parceria com outros profissionais do social, ou que resultam da sua capacidade de apreender a realidade externa relacionada com questões de ordem sócio-emocional, de confiança ou de incapacidade de manter a identidade social.

Em termos do conhecimento, a sua modernização trouxe para o quotidiano profissional novas exigências relacionadas com o conhecimento adquirido por força da necessidade da profissão redefinir o seu espaço na área das ciências sociais e humanas e com o conhecimento produzido para reafirmar a sua profissionalidade no campo das profissões sociais.

Por sua vez, a capitalização do conhecimento, adquirido e experimentado dentro da área do Serviço Social e adquirido na área das Ciências Sociais e Humanas, permitiu-lhe criar uma cultura de conhecimento com características específicas que se traduz no conhecimento por absorção e no conhecimento por depuração, podendo este último ser igualmente entendido como conhecimento por condição. O conhecimento por absorção reflecte um modelo de produção de conhecimento na área do Serviço Social que resulta da assimilação do conhecimento de outras áreas seguido de um processo de aplicabilidade que

passa por uma reflexão e respectiva afectação à área. O conhecimento por depuração diz respeito a todo modelo de produção de conhecimento que segue um processo, não de aplicabilidade, mas sim de construção, baseado na experimentação ou na concepção. Em parte são estes dois grandes eixos de produção do conhecimento que vão “resolver”, não só a questão do espaço do Serviço Social na área das Ciências Sociais e Humanas, mas também a questão da sua profissionalidade no âmbito de uma reconstrução identitária que vai permitir distinguir o exercício profissional dos assistentes sociais do das restantes profissões sociais.

Quanto ao futuro do Serviço Social, tema desenvolvido no IV Capítulo, tendo em linha de conta que esse futuro passa também pela forma como gere o seu presente, verificou-se que o presente depende das estratégias encontradas pela profissão para ultrapassar os “perigos internos” e os “perigos externos”. Os perigos internos consubstanciam-se em:

- ✧ a possibilidade existente de a profissão não conseguir mitigar a forma errática como ainda continua a ser identificada, transformando-se numa profissão misoneísta, portanto muito arreigada a um tradicionalismo que pode permitir que o exercício da assistência se constitua no seu único campo de actuação;
- ✧ os perigos e medos de não conseguir criar respostas aos desafios que lhe foram criados pela necessidade de se constituir numa profissão de vigilância das ansiedades sociais;
- ✧ os comportamentos profissionais herméticos que, por não terem capacidade de cálculo nem visão de futuro, se tornam em resíduos simbólicos que impedem a estabilização da imagem profissional;
- ✧ a dificuldade em criar confiança num exercício profissional cujo sentido do “ser” é ditado por processos transitórios que combinam a identidade global com a local, mas cuja realidade profissional é constituída por múltiplas realidades profissionais, as quais correspondem aos cenários onde se desenvolve a acção e a interacção com outros profissionais.

Quanto aos perigos externos, estes derivam de:

- ✧ a ordem institucional onde se integram os assistentes sociais;

- ✧ a intromissão à distância pelas forças governamentais sobre o exercício profissional;
- ✧ a familiaridade gerada pelas diferentes profissões sociais quanto à natureza da vida profissional;
- ✧ as dúvidas criadas pela concorrência profissional quanto à necessidade da existência co Serviço Social;
- ✧ a forma como as profissões criam o seu poder ou se apropriam do poder de outras profissões.

No entanto, os grandes desafios do presente com que se confronta o Serviço Social passam essencialmente pela inovação e pela qualificação do seu desempenho. Por este meio a profissão cria as condições para se relegitimar como profissão de intervenção num contexto de recontextualização dominado pelas grandes preocupações relacionadas com a requalificação do ambiente social e com a reinvenção do exercício da democracia. Para o efeito, e como meio de preparar o seu futuro, o Serviço Social necessita de:

- ✧ despadronizar os seus modelos de intervenção profissional valorizando o modelo emancipatório e tornando singular o modelo paliativo, tendo como referência a distinção entre perigo e risco;
- ✧ fazer reconhecer a etnodiversidade da profissão como meio de reforçar a heterogeneidade dentro do Serviço Social;
- ✧ definir a igualdade como a principal premissa em que deve assentar a organização dos seus projectos de intervenção profissional;
- ✧ investir na modernização tecnológica do exercício profissional da intervenção.

Consequentemente, estas mudanças nas atitudes, comportamentos e modelos de actuação terão necessariamente que produzir os seus efeitos sobre a sua imagem profissional e abrir o espaço de que necessita para se confirmar como uma profissão de:

- ✧ **vigilância**, na medida em que a sua atitude perante as realidades sociais passa a ser uma atitude pró-activa que tem como missão contribuir para uma política de vida que se referencie pelo exercício da igualdade;

✧ **proximidade**, uma vez que as suas práticas se caracterizam pelo exercício da proximidade com as realidades sociais como meio de adoptar um estilo de intervenção que se particulariza por promover uma relação não abstracta com os seus interlocutores, assim como por investir na restauração ou na criação de ligações que sirvam como suporte social ou emocional;

✧ **compromisso**, pelo facto de se relegitimar como profissão de intervenção que, ao se distanciar de uma função técnica, necessariamente aprofunda as suas implicações com as políticas de vida e, simultaneamente, com os novos parâmetros que regem a configuração do processo emancipatório dos indivíduos relativamente às ajudas sociais e de democratização dos quotidianos de vida social e emocional.

Como síntese global, através do trabalho empírico realizado poderá concluir-se que a forma como a profissão se posiciona relativamente à sua modernização e à sua relação profissional com a Globalização é um retrato da diversidade dos seus padrões e da insegurança com que se confronta. Esta insegurança é evidente nos inquéritos analisados no terceiro capítulo pelas respostas não dadas e pelas respostas que utilizaram o recurso a um discurso pouco reflectido sobre estes dois aspectos fundamentais para poder desenhar o seu trajecto para o futuro. As respostas são fluidas, senão mesmo evasivas, o que nos leva a considerar que existe um peso significativo da incerteza, a qual é escamoteada através de respostas vagas e simultaneamente dogmáticas. As mais incisivas correspondem às respostas recolhidas dentro de contextos territoriais onde, desde os movimentos de recontextualização do Serviço Social, existem hábitos instalados de auto-confrontação com impacto sintomático sobre a consciência profissional.

Quanto ao restante trabalho empírico que incidiu sobre os relatórios finais de curso de Serviço Social realizados entre 1964 e o ano 2000 no Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra/Instituto Superior Miguel Torga, não pretendendo servir para confirmar qualquer hipótese levantada sobre as transformações nos modelos de intervenção profissional, permitiu ilustrar como as transformações no exercício da intervenção profissional não são uma questão de ordem simplesmente teórica ou abstracta. Retratam uma realidade que se pode constatar, não só através das mudanças detectadas no alcance do trabalho dos estagiários, mas também nas preocupações pelos mesmos demonstradas em

enquadrarem as suas experiências mediadas dentro da lógica moldada por via da supervisão. O mesmo contributo foi dado pela auto-confrontação com o exercício da supervisão de estágios que, não se constituindo como uma forma distinta de analisar a consolidação das mudanças nos modelos de intervenção profissional, contribuiu igualmente para demonstrar que os envolvimento dos estagiários no seu estágio permitem avaliar a autenticidade das formas de reconceptualizar o exercício da intervenção profissional.

| BIBLIOGRAFIA

- A -

- ABELLÀ, Anna (1994) "La participación ciudadana: un camino a medio recorrer". In: *Revista de Treball Social*, Barcelona, 134, Juny 1994, p. 29-33.
- ABREU, Marina Maciel (2002) *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. S. Paulo: Cortez Editora.
- AFONSO, Carlos Alberto (2002) "Espirito e Prosação. Para além da justiça poética". In: *Interacções* 3 pp. 11-68.
- AGNEW, Elizabeth N. (2004) *From Charity to Social Work: Mary E. Richmond and the Creation of an American Profession*. University of Illinois.
- AGUIAR, Antonio Geraldo de (1985) *Serviço social e filosofia: das origens a Araxá*. São Paulo: Cortez.
- ALAYÓN, Norberto (1989) "Algunas reflexiones sobre la propuesta de un trabajo social alternativo". In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 10 (30) Abr. 1989, p. 63-74.
- ALAYÓN, Norberto (1990) *La resignificación de la asistencia*. In: *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, 12 (34), Dez. 1990, pp. 148-155.
- ALAYÓN, Norberto (1995) *Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?*. São Paulo: Cortez Editora.
- ALAYÓN, Norberto (1987) *Definiendo al trabajo social*. Buenos Aires: Humanitas.
- ALFANDARI, E. (dir.) (1990) *L'insertion*. Sirey.
- ALFÉRI, P. (1989) *Guillaume d'Ockham, le singulier*. Paris: Éditions de Minuit.
- ALINSKY, S. (1976) *Manuel de l'animateur social*. Paris: Seuil.
- ALMEIDA, Anna Augusta (1989) *Possibilidades e Limites da Teoria do Serviço Social*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves.
- ALMEIDA, Helena Neves (2001) *Conceptions et Pratiques de la Médiation Sociale. Les modèles de médiation dans le quotidien professionnel des assistants sociaux*. Coimbra: Fundação Bissaya Barreto.
- AMARO, Rogério Roque (2003) *A luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social em Portugal. Experiências do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza*. BIT
- AMMANN, Safira Bezerra (1981) "Considerações críticas sobre o conceito de participação" In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 2 (5) Mar. 1981, pp. 147-156.
- ANANOS, Alain - DELAUNAY, Claude (2000) *Les tableaux de bord de l'action sociale*. Voiron: La Lettre du Cadre Territorial.
- ANDER-EGG, E. (1994) *Historia del trabajo Social*. Buenos Aires: Editora Lumen.
- ANDER-EGG, E. (1978) "A politização do serviço social" In: *Cadernos - Associação dos Profissionais do Serviço Social*, Lisboa, 2, Fev.-Mar. 1978, pp. 17-26.

- ANDER-EGG, E. (1984) *História del Trabajo Social*. Buenos Aires: Humanitas.
- ANDER-EGG, E. (1986) *Ideologia, política y trabajo social*. Buenos Aires: Humanitas.
- ANDER-EGG, E. (1995) *Introdução ao trabalho social*. Petrópolis: Vozes.
- ANDERSON, John (2006) *Religion, Democracy And Democratization*. Routledge.
- ANDERSON, Perry (1998) *The Origins of Postmodernity*. London: Verso.
- ANDRADE, Marília de Carvalho Seixas (2001) *Serviço Social e Mutações do Agir na Modernidade*. São Paulo : [s.n.].
- APPADURAI, Arjun (2004) *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Teorema.
- AQUIN, Nora (2002) "Derechos Humanos y exclusión. Una mirada desde el Trabajo Social". In: SEVERINI, Sónia (org.) (2002) *Trabajo Social y Mundialización. Etiquetar desechables o promover inclusión*. Buenos Aires: Espacio Editorial, pp. 78-90. .
- ARMAND-DELILE, P.-F. (1942) *Traité de service social*. Paris: Librairie Delagrave.
- ASSOCIATION NATIONALE DES ASSISTANTES SOCIALES (1984) *Le travail social individuel et collectif dans la vie local, XXXVIII Congrès de l'ANAS, Le Mans, 1983*. Paris: Éditions ESF.
- ASSOCIATION NATIONALE DES ASSISTANTES SOCIALES ET DES ASSISTANTS SOCIAUX (1961) *Déontologie*. Paris: A.N.A.S.A.S.
- ASTRUC, Marie-Christine (1982) "Vivre le pluralisme et la pluralité dans une réalisation collective". In: *Pluralisme et Travail Social: XXXVIe Congrès de l'A.N.A.S.*. Paris: ESF, pp. 66-70.
- AUBRY J.-F.X. (1992) *La décentralisation contre l'État: l'État semi-centralisé*. LGDJ.
- AUGE, Marc (2005) *Não-lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora.
- AUTÉS, Michel (2004) *Les paradoxes du travail social*. Paris: Dunod.
- AZEVEDO, Adriana Fonseca (1998) "Serviço Social e marxismo: uma discussão da problemática do indivíduo". In: *Serviço Social e Sociedade*, Ano 19, nº 57 (Jul. 1998).

- B -

- BACHMAN, C. (1987) "Ingénierie sociale". In: *Actes du colloque de la recherche en travail social*. Talence.
- BACHMANN, Christian - De la vertu à la nécessité / Christian Bachmann. - IN: *Informations Sociales*, Paris, 6 (1982), p. 76-80
- BAECQUE, A. de (1991) *Une histoire de la démocratie en Europe*. Paris: Le Monde éditions.
- BAGUENARD, J. (1984) *La décentralisation*. Paris: PUF.
- BAILLEAU, Francis - LEFAUCHEUR, Nadine - Peyre, Vincent (1985) *Lectures sociologiques du travail social*. Paris: Editions Ouvrières.
- BAKER, Gideon (2002) *Civil Society and Democratic Theory: Alternative Voices*. London: Routledge.
- BAL, Marcel Bolle (2000) "A "realização, desafio crucial para o trabalho social". In SOULET, Marc-Henry (org.) *Da não integração*. Coimbra: Quarteto Editora, pp. 55-74.
- BALLESTEROS, Esteban Ruiz (2005) *Intervención social: cultura, discursos y poder. Aportaciones desde la Antropología*. Madrid: Talasa Ediciones.
- BANKS, Sarah (1995) *Ethics and Values in Social Work*. Basingstoke: Macmillan.
- BAPTISTA, Myrian Veras (1992) "A produção do conhecimento social contemporâneo e sua ênfase no serviço social" In: *Cadernos - ABESS*, 5, Maio 1992, pp. 84-95.
- BARÁIBAR, Ximena (1999) "Articulación de lo diverso : lecturas sobre la exclusión social y sus desafíos para

- el Trabajo Social". In: *Serviço Social e Sociedade*, Ano 20, nº 59 (Mar. 1999).
- BARBOSA, Mário da Costa - O serviço social como práxis / Mário da Costa Barbosa. - IN: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 3 (6) Set. 1981, p. 33-44
- BARBOSA, Mário da Costa (1990) "A práxis do serviço social nas instituições". In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 11 (34) Dez. 1990, pp. 5-20.
- BARRET, Violette Le service social dans la pluralité et la diversité des cultures / Violette Barret. - IN: *Pluralisme et Travail Social: XXXVIe Congrès de l'A.N.A.S.*, Paris, ESF, 1982, p. 84-88
- BARRÓN, Ana. 1996. Apoyo Social. Aspectos teóricos y aplicaciones. Siglo Veintiuno de España Editores. Madrid
- BARROS, Décio Silva - Serviço social : profissão ou ideologia? / Décio Silva Barros. - IN: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 4 (13), Dez. 1983, p. 5-21
- BARROSO, Lucas Abreu (2006) *A Obrigação de Indemnizar e a Determinação da Responsabilidade Civil por Dano Ambiental*. Rio de Janeiro: Forense.
- BASTOS, Maria Durvalina Fernandes - Divergências político-ideológicas no processo de profissionalização do serviço social nos Estados Unidos / Maria Durvalina Fernandes Bastos. - IN: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 9 (27) Out. 1988, p. 5-21
- BATESON, G. (1971) *Vers une écologie de l'esprit*. Paris: Le Seuil.
- BAUDRY, Patrick - LAGRANGE, Claude (1994) *L'institution, la violence et l'intervention sociale*. Vigneux: Editions Matrice.
- BAUER, M. (1992) *Le management. Une philosophie pour les entreprises sanitaires et sociales*. TSA Éditions.
- BEAUDRY, Madeleine (1993) "Le développement de la pensée critique, condition de l'avancement de la pratique sociale". In: *Service Social*, Québec, 42 (2), 1993, pp. 3-7.
- BECHMANN, Dan Ferran. 1992. *Bénévolat, et Solidarité*. Syros-Alternative. Paris
- BECK, U. - WILLMS, Johannes (2003) *Conversations with Ulrich Beck*. Cambridge: Polity Press.
- BECK, U. (1997) *The reinvention of politics – rethinking modernity in the global social order*. Cambridge: Polity Press.
- BECK, U. (2000) "A reinvenção da política" In *Modernização Reflexiva. Política - Tradição e Estética do Mundo Moderno*. Oeiras: Celta Editora, pp. 1-51.
- BECK, U. (2006) *The Cosmopolitan Vision*. Cambridge: Polity Press.
- BECKETT, Chris (2006) *Essential Theory for Social Work Practice*. Sage.
- BELLEY-COUSIN, C. (1987) *Les paradoxes de l'aide sociale*. Aix-Marseille-II: Mémoire DHEPs.
- BERMEJO, José Carlos - MARTINEZ, Ana (2001) *Relação de ajuda, ação social e marginalidade*. Lisboa: Paulus Editora.
- BERNARD, Anne-Marie - DEMMOU, Josette - GARGAN, Verónica et al. (2003) *La relation d'aide en service social*. Paris: Érès.
- BESSON, C. (1988) *Les théories du changement à l'oeuvre en travail social*. IES.
- BESSON, Christiane; Guay, Jérôme. 2000. *Profession Travailleur Social- Savoir évaluer, oser s'impliquer*. Gaetan morin éditeur. Canada.
- BEST, Shaun (2003) *A Beginner's Guide to Social Theory*. Sage Publications Inc
- BIESTEK, Felix P. (1960) *O relacionamento em serviço social de casos*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- BITTAR, Mariluce - Desenvolvimento do trabalho social na prática / Mariluce Bittar. - IN: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 4 (10), Dez. 1982, p. 21-40
- BLAIE, J.P. - KURC A. (Eds.) (1988) *L'évaluation en travail social*. Nancy: Presses universitaires de Nancy.

- BLAIRON, B. (1986) "Le social des années 80". In: *Service Social dans le Monde*, Mons, 45 (1) mars 1986.
- BLANC, Bernardette (1986) *Actions collectives et travail social : contextes et réalisations*. Paris: ESF.
- BLANQUART, P., «Nouvelle modernité, démocratie, travail social», in *De l'usager au citoyen* (Actes du congrès 1992 de l'ANAS), ESF, 1993.
- BLAYE, J.-P. – DOMY, J.-P. (1989) *L'action sociale en Europe*. Nancy: Presses universitaires de Nancy.
- BOBROFF, J. ; Luccioni M. 1976. La clientèle du travail social. Assiste marginaux ou travailleurs à intégrer? Éditions ESF. Paris
- BOISMEUR, G., HAMEL, P. - LABICA, G. (1992) *Les formes modernes de la démocratie*. Paris: L'Harmattan.
- BON, Christine (2003) "As profissões de deficiência". In CHOPART, Jean Noel (org.), *Os novos desafios do trabalho Social. Dinâmicas de um campo profissional*. Porto: Porto Editora, pp. 163-170.
- BONAMY, Bernadette (2005) *Technicien de l'intervention sociale et familiale: Un travailleur social de proximité*. Paris: Erès.
- BORBA, Eurico de Andrade Neves (2000) *Por uma ordem social solidária*. S. Paulo: Edições Loyola.
- BORJA, Jordi (1994) "Participación ciudadana: un desafio legal". In: *Revista de Treball Social*, Barcelona, 134, Juny 1994, p. 35-48.
- BOUDON, R. (1990) *O lugar da desordem*. Lisboa: Gradiva.
- BOUQUET B. - BARREYRE, J.-Y. (1992) "Le contrat en travail social: de l'incantation à l'implication". In: *Informations sociales*, n.º 19, 1992.
- BOUQUET, Brigitte - GARCETTE, Christine (1999) *Assistante sociale aujourd'hui*. Paris: Maloine.
- BRAYE, Susy - PRESTON-SHOOT, Michael (2003) *Empowering Practice in Social Work*. Maidenhead: Open University Press.
- BRISKMAN, Linda - PEASE, Bob – ALLAN, June (2004) *Critical Social Work: An Introduction to Theories and Practices*. Allen & Unwin.
- BRISSENET, Claudine (2006) *Toutes les clés des écrits professionnels à l'usage des travailleurs sociaux*. Paris: Editeur ESF.
- BRUNO, Frank J. (1957) *Trends in Social Work, 1874-1956: A History Based on the Proceedings of the National Conference of Social Work*. New York: Columbia University Press.
- BRYAN, William Jennings (2004) *The Peerless Leader*. Kessinger Publishing
- BURNELL, Peter – CALVERT, Peter (2003) *Civil Society in Democratization*. London: Frank Cass.
- BUTLER, Christopher (2002) *Postmodernism: A Very Short Introduction* Oxford: Oxford University Press.
- C -
- CALDAS, Alice Helena Teixeira - Especificidade do serviço social / Alice Helena Teixeira Caldas e Fátima D'Auria. - In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 2 (5) Mar. 1981, p. 45-58.
- CALVERT, Peter. (2003) *Civil Society in Democratization*. London. Frank Cass.
- CAMPANINI, A, 2001" Una prospettiva sistémica per il servizio sociale" in Mouro, H; Simões D.(orgs) 100 Anos de Serviço Social, Quarteto Editora: Coimbra . 187-211
- CAMPANINI, Annamaria (1996) *Servicio social y modelo sistémico : una nueva perspectiva para la práctica cotidiana*. Barcelona: Paidós.
- CAMPANINI, Annamaria; Luppi, Francesco. 1996. Uma nueva perspectiva para la práctica cotidiana. Paidós Ibérica. Barcelona.
- CAMPENHOUDT, Luc Van (2003) *A introdução à análise dos fenómenos sociais*. Lisboa: Gradiva.
- CAMPOS, Correia de. 2000, *Solidariedade Sustentada. Reformar a Segurança Social*, Lisboa, Editora Gradiva.

- CAPARRÓS, M^a José Escartin - SOTO, Esperanza Suárez (1994) *Introducción al Trabajo Social. I (Historia y fundamentos teórico-prácticos)*. Valência: Editorial Aguclara.
- CARVALHO, Alba Maria Pinho de (1986) *A questão da transformação e o trabalho social: uma análise gramsciana*. São Paulo: Cortez.
- CARVALHO, Maria Irene (1996) "Actuação do assistente social promotora de cidadania na transição pós-moderna". In: *Intervenção Social*, Lisboa: ISSS. - Nº 13-14 (Dez. 1996).
- CASADO, Demétrio (1994) *Introducción a los Servicios Sociales*. Editorial Popular.
- CASTEL, R. (1989) "De l'intégration sociale à l'éclatement du social: l'émergence, l'apogée et le départ à la retraite du contrôle social". In: *L'éclatement du social*. Caen: Université de Caen.
- CASTEL, Roberts (2003) *As metamorfoses da Questão Social - Uma crônica do salário*. Petrópolis: Edições Vozes.
- CASTELLS, Manuel. 2003. O Poder da Identidade. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa
- CASTRO, Manuel Manrique (1993) *História do Serviço Social na América Latina*. S. Paulo: Cortez Editora.
- CENTORE, F. F. (1991) *Being and Becoming: A Critique of Post-Modernism*. New York: Greenwood Press.
- CEREZO, José A. López (2000) *Ciencia y política del riesgo*. Madrid: Alianza Editorial.
- CERF, Marianne; Falzon, Pierre. 2005. Situaons de service: travailler dans l'intervencion. Puf. Paris
- CHAUVIÈRE, Michel - BELORGEY, Jean-Michel - LADSOU, Jacques (2006) *Reconstruire l'action sociale*. Paris: Dunod.
- CHAUVIÈRE, Michel - TRONCHE, Didier (2002) - *Qualifier le Travail Social: Dynamique Professionnelle et Qualité de Service*. Paris: Dunod.
- CHEROUTRE, M. T. (1989) *L'essor du bénévolat. Facteur d'amélioration de la qualité de la vie, Rapport du Conseil économique et social*. Paris: Documentation française.
- CHEVITARESE, L. - PEDRO, R (2005) "Risco, Poder e Tecnologia: as virtualidades de uma subjectividade pós-humana". In: *Anais do Seminário Internacional de Inclusão Social e as Perspectivas pós-estruturalistas de Análise Social*. Recife - CD-Rom.
- CHOPARD, J. N. - MARTIN, C. (1990) "Sciences de l'homme et de la société et évaluation des politiques publiques". In *Évaluation et décision, Séminaire de méthode organisé par l'École nationale des travaux publics de l'État et le Plan urbain*. Paris: Plan urbain.
- CHOPART, Jean- Noel (Org) *Les mutaton du travail social. Dynamiques d'un champ professionnel*. Paris: Dunod.
- CHOPART, Jean-Noel (Org.) (2003) *Os novos desafios do Trabalho Social. Dinâmicas de um campo profissional*. Porto: Porto Editora.
- CLARAC, Paule - Le premier congrès national de service social au Mexique / Paule Clarac. - In: *Service Social Dans le Monde*, Bruxelles, 28 (2) avr. 1969, p. 84-86
- COHEN, Sheldon (Ed.) (2000) *Social Support Measurement and Intervention: A Guide for Health and Social Scientists*. Oxford University Press, USA.
- COHN, Amélia - Desafios atuais para a assistência social : a busca de alternativas / Amélia Cohn, Sonia Draib, Ursula Karsch. - IN: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 8 (23), Abr. 1987, p. 91-111
- COLE, Jennifer, DURHAM, Deborah Lynn (2006) *Generations And Globalization: Youth, Age, and Family in the New World Economy*. Indiana University Press.
- COMPETENCE IN SOCIAL WORK PRACTICE Competence in Social Work Practice : a practical guide for professionals / edited by Kieran O'Hagan. - 7th imp. - London : Jessica Kingsley Publishers, 2003.
- COMUNE, Maria José A. - Reflexão sobre a coerência do discurso e prática na

- formação do profissional de Serviço Social / Maria José A. Comune, Rosa Maria B. Ramos e Viviane P. Delgado. - IN: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 3 (8) Mar. 1982, p. 99-110
- CONGRESSO INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, AMSTERDÃO (1997) *Professional Theory for Social Educational Care Work*. Amesterdão: Department of Social Educational Care.
- CONSEIL SUPÉRIEUR DU TRAVAIL SOCIAL (1988) *Intervention sociale d'intérêt collectif*. Paris: Documentation française.
- CONTRERAS, Manuel E. (2004) *Corporate Social Responsibility in the Promotion of Social Development*. IDB
- COOPER, Joan (1995) "O futuro do Serviço Social: Uma perspectiva pragmática". In: *Interacções*. nº 1 (Jun. 1995), pp. 19-32.
- COULMIN, P. (1986) *Le développement local*. Syros.
- COULSHED V., 1990 *Management in Social Work*. Macmillan press, London
- COULSHED, Veronica - ORME, Joan (1998) *Social Work Practice : an introduction*. New York: Palgrave.
- COX, David R. - PAWAR, Manohar S. (2005) *International Social Work: Issues, Strategies and Programs*. Sage Publications Inc.
- CRITCHLEY, Simon *et al.* (1996) *Deconstruction and Pragmatism*. New York: Routledge.
- CTNERHI (1980) *Inadaptation et société*. CTNERHI.
- CUCHE, Denys (2003) *A noção da cultura nas Ciências Sociais*. Lisboa: Fim do Século Edições.
- CURLER, Hugh Mercer (1997) *Rediscovering Values: Coming to Terms with Postmodernism*. Armonk, NY: M. E. Sharpe.
- D -
- DALEY, James G. (2006) *Advances in Social Work: Special Issue on the Futures of Social Work*. Trafford Publishing.
- DANCY, Jonathan (2002) *Epistemologia Contemporânea*. Lisboa: Edições 70.
- DARDY C. (1991) *Identités de papiers*. Lieu Commun.
- DARRÉ, Jean Pierre (2002) *A Produção do Conhecimento para a Acção*. Lisboa: Instituto Piaget.
- DATAR (1986) *Guide du développement local*. Syros.
- DAVID M. (1959) "L'aide psycho-sociale". In *La psychiatrie de l'enfant*, volume II, 2e fascicule. Paris: PUF, pp. 495-535.
- DECHAMPS, Ivan (1993) "La double portée du travail social et de ses théories". In: *L'Observatoire*, Liège, 3-4 (1993), pp. 36-40.
- DEFRANCESCO, Nicole Luciana (2006) *The adverse effects of social promotion and retention*. ProQuest /UMI.
- DELCOURT, Jacques - Le futur du service social / Jacques Delcourt. - In: *Service Social Dans le Monde*, Bruxelles, 31 (1) jan. 1972, p. 2-16. - Comunicação à «Journée d'Étude de la Fédération Nationale des Services Sociaux», Namur, 12 de Junho de 1971.
- DEPEW, David - HOLLINGER, Robert (1999) *Pragmatism: From Progressivism to Postmodernism*. Westport: Praeger Publishers.
- DESRUMAUX, Zagrodnicki P. 1998. *Manuel pratique en travail social. Dès méthodes pour être efficace*. Gaetan Morin Éditeur, Paris.
- DESSERTNE, D; Durand,R; Eloy, Ja, Gardet. M; Marec,Y: Tétard,F.2004. *Les Centres sociaux 1880-1980. Une résolution locale de la question social?* Septentrion, Presses Universitaires, Paris
- DEVINE, E. Thomas (1992) *Social Work* London. Macmillan
- DEVINE, Edward Thomas - *Social Work*. 1922 The Macmillan company
- DIAS, Rosinha Borges - Algumas considerações sobre o processo de participação / Rosinha B. Dias. - In:

- Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2 (4), Dez. 1980, p. 75-78
- DIDIER, R. - Promotion humaine et service social : la situation actuelle / R. Didier. - In: Service Social Dans le Monde, Bruxelles, 26 (4) oct. 1967, p. 149-161. - Comunicação ao XI Congresso Mundial de Serviço Social, Buenos Aires, de 10 a 16 de Julho de 1967.
- DIXON, John (2003) *Professional Ideologies and Preferences in Social Work: A Global Study*. Westport: Praeger.
- DJAOUI, Elian (2002) *Les organisations du secteur social, approche psychosociologique*. Éditions ASH.
- DJAOUI, Elian (2004) *Intervir ao domicílio*. Editions ENSP.
- DONZELOT J. (1994) *L'État animateur. Essai sur la politique de la ville*. Paris: Éd. Esprit.
- DONZELOT, J. (dir.) (1991) *Face à l'exclusion, le modèle français*. Paris: Éd. Esprit.
- DONZELOT, Jacques (1986) *L'Invention du Social*. Paris : Éditions Fayard.
- DUBAR C., 1996. La socialisation. Construction des identités sociales et professionnelles, éditions Armand Colin. Paris
- DUBECHORT, Quéau e Messu (2003) "Os Empregos de inserção e do local". In: CHOPART, Jean Noel (org.), *Os novos desafios do trabalho Social. Dinâmicas de um campo profissional*. Porto: Porto Editora, pp. 148-160.
- E -
- EAGLETON, Terry (2003) *A ideia de Cultura*. Lisboa: Temas e Debates.
- ELIAS, N. (1991) *La société des individus*. Fayard.
- ENCONTRO SOBRE SERVIÇO SOCIAL NA UNIDADE LATINO-AMERICANA, 2, (1984) *Anais: II Encontro sobre Serviço Social na Unidade Latino-Americana: Porto Alegre, Brasil, de 7 a 11 Novembro de 1983*. São Paulo: Cortez.
- ESPADA, J; Rosas, J. 2004. Pensamento Político contemporâneo. Uma introdução, Bertrand
- ESTIVILL, Jordi - La participacion de los trabajadores de nuevo a debate / Jordi Estivill. - IN: Revista de Treball Social, Barcelona, 134, Juny 1994, p. 57-63.
- EWALD, F. (1986) *L'État-providence*. Paris: Grasset.
- EZCURRA, Marta - Conceptualisation du service social / Marta Ezcurra. - In: Service Social Dans le Monde, Bruxelles, 31 (2) avr. 1972, p. 71-75
- F -
- FALCÃO, M., 1987. A prática social na modernidade: um desafio para o assistente social. Cortez Editora. S. Paulo.
- FALCÃO, Maria do Carmo - A prática social na modernidade / Maria do Carmo Falcão. - IN: Intervenção Social, Lisboa, 4, 1986, p. 9-30
- FALEIROS, Vicente de Paula - Formas ideológicas da participação / Vicente de Paula Faleiros. - IN: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 3 (9), Ago. 1982, p. 17-25
- FALEIROS, Vicente de Paula - Por um serviço social alternativo : discurso de Vicente de Paula Faleiros. - In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2 (5) Mar. 1981, p. 35-37
- FALEIROS, Vicente de Paula - Serviço social : questões presentes para o futuro / Vicente de Paula Faleiros. - In: Serviço Social e Sociedade.. - Ano 17, nº 50 (Abr. 1996), p. 9-39.
- FALEIROS, Vicente de Paula - Serviço Social nas Instituições : hegemonia e prática / Vicente de Paula Faleiros. - IN: Serviço Social & Sociedade, São Paulo, 6 (17), Abr. 1985, p. 30-40
- FALEIROS, Vicente de Paula (1974) *Trabajo Social : ideologia y metodo*. Buenos Aires: ECRO, 1974.
- FALEIROS, Vicente de Paula (1991) *Saber profissional e poder institucional*. São Paulo: Cortez.

- FALEIROS, Vicente de Paula (1997) *Estratégias em serviço social*. São Paulo: Cortez.
- FALEIROS, Vicente de Paula (2004) "Desafios do Serviço Social na Era da Globalização". In: *100 anos de Serviço Social*. Coimbra: Editora Quarteto, pp. 315-349.
- FALISE, M, 1983 "Les sociétés industrielles en mutation. Quelles incidences sur le travail social?" in *Quel Travail Social pour notre temps? Mutations de besoins, mutations des pratiques*, Éditions ESF. Paris
- FEATHERSTONE, Mike. (1995) *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo, Studio Nobel.
- FERIAN, Catarina Silva - Repensando o passado : serviço social e instituição / Catarina Silva Ferian. - IN: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 4 (13), Dez. 1983, p. 71-81.
- FERNANDES, António Teixeira (1998) *O Estado Democrático e a cidadania*. Porto: Afrontamento.
- FERNANDES, António Teixeira (1999) *Para uma sociologia da cultura*. Porto: Campo das Letras.
- FERNANDES, Margarida Ramires (2000) *Mudança e Inovação na Pós-Modernidade. Perspectivas curriculares*. Porto: Porto Editora.
- FERNANDES, Maria Manuela Leitão - Serviço social em instituição : algumas reflexões a partir da prática / Maria Manuela Leitão Fernandes. - IN: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 9 (28) Dez. 1988, p. 107-120
- FERNÁNDEZ DE HENESTROSA, Matilde - El servicio social internacional / por Matilde Fernández de Henestrosa. - IN: *Documentacion Social - Centro de Estudios de Sociologia Aplicada*, Madrid 1963, 4 (19), p. 75-102
- FERRER, Garces Jordi (1994) *La administración pública del bienestar social*. Valência: Tirant lo blanch.
- FERRERA, Maurizio - HEMERIJCH, Anton - RHODES, Martin (2000) *O futuro da Europa Social. Repensar o Trabalho e a Protecção Social na nova Economia*. Lisboa: Celta Editora.
- FISHER, David D.. (1991) *An Introduction to Constructivism for Social Workers*. New York Praeger Publishers...
- FITOUSSI, Jean-Paul - ROSANVALLON, Pierre (1996) *Le nouvel âge des inégalités*. Paris: Ed. Seuil.
- FONSECA V., Lady M. - Uma reflexão metodológica para o trabalho social : conhecer e intervir para transformar / Lady M. Fonseca V.. - IN: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 3 (9), Ago. 1982, p. 85-95
- FORTUNA, Carlos (2001) "Destradicionalização e imagem da cidade". In: *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia*. Oeiras: Celta Editora, pp. 231-257.
- FOULCAUT, Michel (1972) *Histoire de la Folie à l'âge Classique*. Paris: Gallimard.
- FOULCAUT, Michel (1990) *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- FOULCAUT, Michel (2005) *A Arqueologia do Saber*. Coimbra: Almedina.
- FRANCO SALA, Luís (1996) "La política medioambiental comunitaria: planteamientos, instrumentos y resultados" in *Revista CIDOB d'afers internacionals*, n.ºs 34-35
- FREYNET, Marie France (1999) *Les médiations du travail social. Contre l'exclusion, (re)construire les liens*. Lyon: Chronique Sociale.
- FRIEDMANN J., 1996. *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternative*, Celta Editora, Lisboa.

- G -

- GACON, Daniel (2006) *Conduire des projets en action sociale*. Dunod.
- GANDY, John - ROBERTSON, Alex - SINCLAIR, Susan (1983) *Improving Social Intervention: Changing Social Policy and Social Work Practice Through Research*. Palgrave Macmillan.
- GARBARINI, Joelle (2002) *Former à la relation d'aide en Travail Social*. Issy-les-Moulineaux: ESF.

- GARIGUE, Philippe - Les problèmes théoriques du service social / Philippe Garigue ; comentários de G. Hahn. - IN: Service Social dans le Monde, Bruxelles, 2 (1962) Avr., p. 49-77
- GAULEJAC, V. 1989. L'Ingénierie Sociale. Alternatives Sociales Syros. Paris.
- GENTILLI, Raquel de Matos Lopes (1998) *Representações e Práticas: Identidade e Processo de Trabalho no Serviço social*. São Paulo: Veras.
- GEREMEK, B. (1980) *Truands et Misérables dans l'Europe Moderne-1350-1600*. Paris: Editions Gallimard.
- GIDDENS, Anthony (2000) "Viver numa sociedade pós-tradicional" In: *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética do Mundo Moderno*. Oeiras: Celta Editora, pp. 53-104.
- GIDDENS, Anthony (2002) *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- GIDDENS, Anthony (2002) *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta Editora.
- GIDDENS, Anthony (2002) *O Mundo na era da globalização*. Queluz: Presença Editora.
- GIDDENS, Anthony (1999) *Para uma terceira via*. Queluz: Presença Editora
- GIL, Beatriz - Campos del servicio social / por Beatriz Gil. - IN: Documentacion Social - Centro de Estudios de Sociologia Aplicada, Madrid 1963, 4 (19), p. 13-21
- GIL, José (2004) *Portugal, Hoje. O medo de existir*. Lisboa: Relógio D'água.
- GINSBERG, Leon H. (1999) *Understanding Social Problems, Policies and Programs*. Univ of South Carolina Press..
- GITTERMAN, Alex (2001) *Social Work Practice with Vulnerable and Resilient Populations*. New York: Columbia University Press.
- GIUNTA DE S., Teresa - La position du service social dans le processus latino-américain de changement et de développement repensé au Séminaire de l'UCISS / Teresa Giunta de S.. - In: Service Social Dans le Monde, Bruxelles, 29 (4) oct. 1970, p. 173-175
- GOLDBLAT, David (1998) *Teoria Social e Ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.
- GOLDENBERG, I. Ira (1978) *Oppression and Social Intervention: Essays on the Human Condition and the Problems of Change*. Burnham Inc. Pub.
- GÓMEZ, J. Andrés Domínguez - AGUADO, Octavio Vasquez - PÉREZ, Alejandro Gaona Pérez (2005) *Serviço Social e meio ambiente*. São Paulo: Cortez Editora.
- GORIN, Stephen H. - REISCH, Michael (2001) "Nature of Work and Future of the Social Work Profession". *Social Work*, 46, Issue 1, 2001, pp. 9.
- GORMAN, Kevin (2006) *Constructive Work with Offenders*. Jessica Kingsley Publishers. .
- GRANT, Stephanie (2006) *The effects of social promotion*. ProQuest / UMI.
- GREENE, Roberta R. (1999) *Human Behavior Theory and Social Work Practice*. New York: Aldine De Gruyter.
- GUEIROS, Maria José Galvão (1991) *Serviço social e cidadania*. Rio de Janeiro: Agir.
- GUERRA, Isabel (2002) *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção. O planeamento em Ciências Sociais*. Cascais: Principia.
- GUERRA, Yolanda (1995) *A Instrumentalidade do Serviço Social*. S. Paulo: Cortez Editora.
- GUEVARA, Concepcion Luna Clara de - Le service social dans le processus général du développement / Concepcion Luna Clara de Guevara. - In: Service Social Dans le Monde, Bruxelles, 29 (4) oct. 1970, p. 140-143
- GUTH, S. (dir.) (1990) *L'insertion sociale*. Paris: L'Harmattan.

- H -

- HABERMAS, J. (2004) *Pensamento Pós-Metafísico*. Coimbra: Almedina.
- HABERMAS, J. (1984) *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HAHN, Georges (1982) "Le pluriel et le singulier, significations et fondements du pluralisme". In: *Pluralisme et Travail et Travail Social: XXXVIe Congrès de l'A.N.A.S.* Paris: ESF, pp. 9-31.
- HAMZAOU, Mejed (2005) *El trabajo Social territorializado. Las transformaciones de la acción pública en la intervención social*. Valência: Nau Llibres.
- HANSEN, Susan B. (2006) *Globalization and the Politics of Pay: Policy Choices in the American States*. Georgetown University Press.
- HAPGOOD, Hutchins - BARRETT, James R. (2004) *The Spirit of Labor*. University of Illinois Press
- HATZFELD, Hélène (1998) *Construire de nouvelles légimités en travail social*. Paris: Dunod.
- HEALY, Karen (2001) *Trabajo Social: perspectivas contemporáneas*. Madrid: Morata.
- HENDERSON - THOMAS (1992) *Savoir-faire en développement social local*. Bayard.
- HERING, Sabine (2003) *History of Social Work in Europe (1900-1960)*. VS Verlag.
- HESPANHA, Pedro 2001. "Desigualdades e exclusão num mundo globalizado. Novos problemas e novos desafios para a teoria social", in Boaventura Sousa Santos(org.) *Globalização: fatalidade ou utopia? Afrontamento*. Porto
- HESPANHA, Pedro; Carapinheiro, Graça. (Org) 2002. *Risco Social e incerteza. Pode o Estado Social recuar mais?* Edições Afrontamento. Porto
- HETU, J.-L. (1982) *La relation d'aide*. Ottawa: Éd. du Méridien.
- HIDALGO, Josefa López (1992) *Los Servicios Sociales*. Madrid: Narcea.
- HIGHAM, Patricia E. (2006) *Social Work: Introducing Professional Practice*. Sage.
- HOUTART, François - Servicio social y transformación social en America Latina / François Houtart. - IN: *Service Social dans le Monde*, Bruxelles, 21 (3) Jui. 1962, p. 122-129
- HOWE, David (1997) *An introduction social work theory*. Cambridge University Press.
- HUDSON, Bob (1999) *The Changing Role of Social Care*. Jessica Kingsley Publishers.
- HUMBERT C. (1976) *Conscientisation. Expériences, positions dialectiques et perspectives*. Paris: L'Harmattan.
- HUNYADI, Mark (2003) *La logique du raisonnement de précaution*. Genève: RIBios.
- HURTUBISE, Yves - DESLAURIES, Jean Pierre (2003) *Introduction au travail social. Méthodologies et pratiques nord-américaines*. Lyon: Chronique Sociale.
- I -
- IAMAMOTO Marilda. 2002. "Intervención Profesional frente a la actual cuestión social" in Severini (cood) *Trabajo Socialy Mundialización*. Etiquetar desechables o promover inclusión. Espacio Editorial. Buenos Aires.
- IAMAMOTO, Marília. 1992, *Renovação e Conservadorismo na Serviço Social*. S.Paulo, Cortez Editora.
- INGRAHAM, Chrys 2004 *Thinking Straight: the power, the promise and the paradox of heterosexuality*. Routledge
- ION, J.; Ravon, B.2002. *Les travailleurs Sociaux*. Éditions la découverte. Paris
- J -
- JAMROZIK, Adam; Nocella, Luisa. (2006) *The Sociology of Social Problems: Theoretical Perspectives and Methods of Intervention* Cambridge. Cambridge University Press .
- JORDAN, Bill 2006 *Social Policy for the*

Twenty-First Century: new perspectives, big issues. Blackwell Publishing.

JOUY-CHÉLIM, Aline - Vers une déprofessionnalisation du travail social? / Aline Jouy-Chélim. - IN: Pour, Paris, 103-104, Nov.-Déc. 1985, p. 66-71

JUSS, Satvinder Singh 2006 *International Migration And Global Justice.* Ashgate Publishing, Ltd

- K -

KADUSHIN, Alfred. 1977. Consultation in Social Work.. New York Columbia University Press.

KAHLER, Miles, WALTER, Barbara F. 2006 *Territoriality and Conflict in an Era of Globalization.* Cambridge University Press.

KARSZ, Saul, 2004, Pourquoi le Travail Social? Définition, figures, clinique, Dunod, Paris

KEIMEUL, Jean-Pierre - Une intégration sociale contractuelle : une utopie / Jean-Pierre Keimeul. - IN: L'Observatoire, Liège, 3-4 (1993), p. 50-51

KELLY, Timothy B., BERMAN-ROSSI, Toby, PALOMBO, Susanne - *Group Work: strategies for strengthening resiliency.* Haworth Press 2001

KILTY, Keith Michael, SEGAL, Elizabeth A. 2006 *The Promise of Welfare Reform: Political Rhetoric and the Reality of Poverty in the Twenty-First...* Haworth Press.

KISNERMAN, Natalio, 2001 "A cien Años de la Primera Escuela de Trabajo Social" in Moura, H; Simões D.(orgs) 100 Anos de Serviço Social, Quarteto Editora: Coimbra .13-22

KISNERMAN, Natalio.1978, *Sete Estudos sobre Serviço Social.* S. Paulo, Cortez Editora.

KLINEDINST, Mark - KALMI, Panu 2006 *Participation in the Age of Globalization and Information.* Elsevier.

KOUCHNER B., *Cherité business, Le pré aux clercs,* Belfond, Paris, 1986.

KRUSE, Herman - Para a práxis libertadora do serviço social no ano 2000 / Herman Kruse. - IN: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 7 (20), Abr. 1986, p. 94-103

KRUSE, Herman - Um conceito de serviço social / Herman Kruse. - IN: Cadernos - Associação dos Profissionais do Serviço Social, Lisboa, 1, Set.-Out. 1977, p. 5-8

KRYSIK, Judy; Moroney, Robert M. 1998. *Social Policy and Social Work: Critical Essays on the Welfare State..* New York. Aldine De Gruyter. Ed.

- L -

LASCOUMES P., «Contrôle social, bon sujet/mauvais sujet», *Revue sociologique du Sud-Est.*

LASCOUMES P., *Prévention et contrôle social. Les contradictions du travail social,* Masson, 1977.

LATOURET, Sophie Guérard. 2003. *A Sociedade Justa Igualdade e Diferença.* Porto Editora. Porto.

LE POULTIER F., *Recherches évaluatives en travail social,* Presses universitaires de Grenoble, 1990.

LE POULTIER F., *Travail social, inadaptação et processus cognitifs,* CTNERHI, 1986.

LEBBE-BERRIER P., *Pouvoir et créativité en travail social,* ESF, 1988.

LEIGHNINGER, Leslie. 1987. *Social Work: Search for Identity..* New York.Greenwood Press. Place of Publication:.

LEJEUNE R., *Revenu minimum; réussir l'insertion,* Syros, 1988.

LIMA, Boris. 1976, *Contribuição à Metodologia do Serviço Social.* Belo Horizonte, Edições Inter-Livros.

LIPOVETSKY G., *L'ère du vide,* Gallimard, 1983.

LLOVET, J; Atondo R. 1990. *Los trabajadores sociales. De la crisis de*

identidad a la profesionalización.
Editorial Popular. Madrid

LOEWENBERG, Frank. (1977)
Fundamentals of social intervention:
Core concepts and skills for social
work practice New York. Columbia
University Press .

LOPEZ, M. L. - Le travail social au futur /
M. L. Lopez, M.L. Gillard. - IN: Service
Social dans le monde, Bruxelles, 42
(2) juin. 1983, p. 5-17

LOPEZ, Manuel-Luis - Analyse et actions
dans la pratique professionnelle :
logique intentionnelle et logique
objective du travail social / Manuel-
Luis Lopez. - In: Service Social Dans le
Monde, Mons, 43 (1) mars 1984, p.
4-17

LORY, Bernard - La notion du travail
social / Bernard Lory. - In: Service
Social Dans le Monde, Mons, 33 (4)
dec. 1974, p. 168-182

LORY, Bernard - La notion du travail
social / Bernard Lory. - In: Service
Social Dans le Monde, Mons, 33 (4)
dec. 1974, p. 168-182

LOURAU R., *L'analyse institutionnelle*,
Éditions de Minuit, Paris, 1969.

- M -

MAFFESSOLI, Michel. 2004. A
transfiguração do Político. A
tribalização do mundo pós-moderno.
Instituto Piaget, Lisboa

MAIDEN, R. Paul, HERLIHY, Patricia A.,
ATTRIDGE, Mark 2006 *The Integration
of Employee Assistance, Work/Life,
and Wellness Services*. Haworth Press.

MANCINI, Luiz Carlos - Princípios,
métodos e campos de ação do
serviço social na sociedade moderna
/ Luiz Carlos Mancini. - IN: Serviço
Social, [São Paulo?], 12 (69), Set.
1953, p. 107-124

MARTIN D. et Royer-Rastoll P.,
*L'intercession institutionnelle en
travail social*, L'Harmattan, Paris,
1987.

MARTIN Saint, Corinne. 1999. Être
Assistante de Service Social. Effets de
positions et dynamique des pratiques
en organization. L'Harmattan, Paris

MARTIN, D.; Royer, P. Coord. L'
intervention institutionnelle en travail
social. L'Harmattan. Paris.

MASON, Colin 2003 *The 2030 Spike:
Countdown to Global Catastrophe*.
James & James/Earthscan

MAUREL, Élisabeth. 2003. “ Da
observação à tipologia dos trabalhos
sociais” . in “As profissões de
deficiência” in Jean Noel Chopart (
org), Os novos desafios do trabalho
Social. Dinâmicas de um campo
profissional. Porto Editora. Porto, 35-
63.

MAUSS M., «La cohésion sociale dans les
sociétés polysegmentaires», 1931, in
«Oeuvres», tome 3, Minuit, 1969.

MAUSS M., *Sociologie et anthropologie*,
PUF, 1968.

MÉDARD J.-F., *Communauté locale et
organization communautaire aux
USA*, Armand Colin, 1969, 314 p.

MEINERT, Roland. (1994) *Issues in Social
Work: A Critical Analysis*: Westport
Auburn House. Place.

MELANO, Maria Cristina. 2001. Un
trabajo Social para los nuevos
tempos. La construcción de la
ciudadanía. Lumen Humanitas.
Buenos Aires. Argentina

MENEZES, Manuel. 2002. Serviço Social
autárquico e Cidadania. A experiência
da Região Centro. Quarteto . Coimbra.

MERLO J., *L'enquête conscientisante.
Problèmes et méthodes*, L'Harmattan,
1978.

MERLO J., *Une expérience de
conscientisation par enquête en
milieu populaire*, L'Harmattan, 1982.

MESTRINER, Maria Luiza. 2001. O Estado
entre a Filantropia e a Assistência
Social, Cortez Editora, Brasil

MIDGLEY, James. (1995) *Social
Development: The Developmental*
London Sage Publications Inc

MIDGLEY, James; Hall, Hardiman; Hall
Narine. (1986) *Community*

- Participation, Social Development and the State London Routledge.
- MINGIONE, Enzo. 1991, *Fragmented Societies*. Blackwell. Oxford
- MISHRA, Ramesh. 1999. *Globalitation and the Welfare State*. E Elgar Pub.
- MISHRA, Ramesh. 1984. *The welfare State in crisis. Social thought and social change*. Harvester Press. Sussex.
- MOATI, Philippe (coord.) 2003. *Nouvelles Économie, Nouvelles Exclusions?*. éditions de l'Aube. France.
- MOHAN, Brij - *Social Work Revisited 2002* Ex libris Usa
- MOMMAS, Hans. 2001 "Modernidade, globalização e crise do modernismo social" in *Cidade Cultura e globalização: Ensaios de Sociologia*. 2ª Edição, Oeiras, Celta Editora, 165 - 187.
- MONDOLFO, Philip. (1997. *Repenser l'action social. Missions, moyens, méthodes*. Dunod. Paris
- MONGIN O., «La démocratie à corps perdu...», *Un esprit. Le corps entre illusions et savoirs*, février 1982.
- MOORE, Sharon E., DHOOPER, Surjit Singh - *Social Work Practice with Culturally Diverse People*. Sage Publications Inc, 2001
- MORALES, Armando T. - SHEAFER, Bradford W. - *Social Work: A Profession of Many Faces*. Published 1977 Allyn and Bacon
- MOREAU, Maurice - O enfoque estrutural em serviço social : e resultado de um itinerário crítico / Maurice Moreau. - IN: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 8 (23), Abr. 1987, p. 45-67.
- MORENO PESTAÑA, José L. - Ética e estética del trabajo social : nuestra profesion ante el debate de la posmodernidad / José L. Moreno Pestaña. - In: *RTS - Revista de Treball Social*. - nº 140 (Des. 1995), p. 32-39.
- MOUFFE, Chantal 2005 *On The Political*. Routledge
- MOURO, Helena, 2001 "Serviço Social: Um Século de Existência" in Moura, H; Simões D.(orgs) 100 Anos de Serviço Social, Quarteto Editora: Coimbra 23-60.
- MOURO, Helena, 2003, " Sistemas e Modelos de Protecção Social: Da caridade à Assistência", *Revista Interacções*, nº5, 131-159.
- MOURO, Helena, 2004, "A Investigação no Serviço Social: Os anátemas de uma velha questão" *Revista Interacções*, nº7, 100-108
- MOURO, Helena. 2001, *Solidariedade e Mutualismo*. Coimbra, Quarteto Editora.
- MOURO, Helena; Carvalho, Anabela. 1987, *O Serviço Social no Estado Novo*. Coimbra, Editora Fora do Texto.
- MUGNIER J.-P., *L'identité virtuelle, les jeux de l'offre et la demande dans le champ social*, ESF, Paris, 1993.
- MULLALY, Bob - *Structural Social Work : ideology, theory and practice* / Bob mullaly. - 2nd ed. - Oxford : Oxford University Press, 1997.
- MURARD, Numa; Madec, Annick. 1998. *Cidadania e Políticas Sociais*. Piaget. Lisboa
- N -
- NAEGELEN, Hélène *Service social et ordre social* / Hélène Naegelen. - IN: *Service Social dans le Monde*, Bruxelles, 11 (1) Fev. 1952, p. 4-8
- NANEZ, Rick M 2006 *Full Gospel, Fractured Minds?: A Call to Use God's Gift of the Intellect*. Zondervan
- NASSE P. (sous la direction de), *Exclus et exclusions, connaître les populations, comprendre les processus*, La documentation française, Paris, 1992, 224 p.
- NETTO, José Paulo - *Crise global contemporânea e barbárie* / João Paulo Neto. - In: *Intervenção Social*. - Ano 4, nº 9 (Jun. 1994), p. 63-79.
- NETTO, José Paulo - *O serviço social e a tradição marxista* / José Paulo Netto. - IN: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 10 (30) Abr. 1989, p. 89-102

- NETTO, Paulo. 1991, *Ditadura e Serviço Social – Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. S.Paulo, Cortez Editora.
- NETTO, Paulo. 1992, *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. S. Paulo. Cortez Editora.
- NINACS, William A. - Empowerment et Service social : approches et enjeux / William A. Ninacs. - In: Service Social.. - nº 1 (1995), p. 69-93.
- NISON, André - Expliquer et agir ensemble : expériences d'analyse et d'action à partir du terrain / André Nison. - In: Service Social Dans le Monde, Mons, 43 (1) mars 1984, p. 18-23. - Comunicação às Jornadas do "Mouvement Chrétien des Professions Sociales", Paris, 13 e 15 de Outubro de 1983.
- NOWAK, Jurgen , 2001, “ O trabalho Social de Rede. A aplicação das redes sociais no trabalho social”, in Mouro, H; Simões D.(orgs) 100 Anos de Serviço Social, Quarteto Editora: Coimbra. 149-183.
- O -
- OFFER, Jonh. (1999) Social Workers, the Community and Social Interaction: Intervention and the Sociology of Welfare. London Jessica Kingsley Publishers
- OLIVEIRA, Henrique Batista da Silva - O positivismo no serviço social / Henrique Batista da Silva Oliveira. - IN: CBCISS (org.) - Teorização do Serviço Social. Rio de Janeiro, Agir, 1988, p. 26-43
- OLIVEIRA, Raimunda N. Cruz - A mediação na prática profissional do assistente social / Raimunda N. Cruz Oliveira. - IN: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 9 (26) Abr. 1988, p. 79-93
- ONU “Training for Social Welfare”, 1952
- PADAKI, Vijav; Vaz, Manjulika. (2004) Institutional Development in Social Interventions: Towards Inter-Organizational Effectiveness . USA. Sage Publications
- PARDECK, John T. - Implicações do pós-modernismo na prática do Serviço social / John T. Pardeck, John W. Murphy, Jung Min Choi. - In: InterAcções.. - nº 3 (1996), p. 7-12.
- PARDECK, John T., MEINERT, Roland G., MURPHY, John W. - Postmodernism, Religion, and the Future of Social Work. 1998 Haworth Press
- PARÉ, Simone - De nouveaux modes d'intervention en service social? / Simone Paré. - IN: Service Social, Québec, 21 (3) Sep.-Déc. 1972, p. 2-4
- PARRA, Gustavo. 2001. Antimodernidad y Trabajo Social. Orígenes y Expansión del Trabajo Social Argentina. Espacio Editorial. Buenos Aires Argentina.
- PARROTT, Lester (2002) Social Work and Social Care. London.: Routledge.
- PARSLOE, Phyllida - CNAAN, Ram A. - *The Impact of Information Technology on Social Work Practice*. Published by Haworth Press 1989
- PARTON, Nigel - Constructive Social Work : towards a new practice / Nigel Parton ; Patrick O'Byrne. - New York : Palgrave, 2000.
- PARTON, Nigel. (1996) Social Theory, Social Change and Social Work. London. Routledge.
- PAYNE, Malcom. 2002, *Teorias do Trabalho Social Moderno. Tradução Filipe Duarte, Coimbra, Quarteto Editora*, (Edição original, 1997).
- PELEGRÍ I VIANYA, Xavier - La relació dels professionals del treball social amb em seu objecte de treball / Xavier Pelegrí i Vianya. - In: Revista de Treball Social. - nº 137 (Març 1995), p. 72-86.
- PELS, Dick 2003 *Unhastening Science: Autonomy and Reflexivity in the Social Theory of Knowledge*. Liverpool University Press
- PEREIRA, Potyara A. P. 2000. Necessidades Humanas. Subsídios à crítica dos mínimos sociais. Editora Cortez. S. Paulo. Brasil

- P -

- PERRET B., Roustang G., *L'économie contre la société, affronter la crise de l'intégration sociale et culturelle*, Le Seuil, Paris, 1993, 275 p.
- PERRON J., *Administration sociale et services sociaux*, Gaétan Morin, 1986.
- PERROT, Jean - La signification économique du travail social / Jean Perrot. - IN: Service social dans le monde, Bruxelles, 42 (4) déc. 1983, p. 1-13
- PFLANCZER, Steven - Professional social work in U.S.A. / Steven Pflanczer. - In: Service Social Dans le Monde, Bruxelles, 28 (1) jan. 1969, p. 3-10
- PIRES, M. Laura Bettencout. 2004. Teorias da Cultura. Universidade Católica Editora Lisboa.
- POCHÉ, Fred. Organiser la résistance sociale. Transformer les fragilités. 2005. Chronique Sociale Lyon.
- PONTICELLI, María dal Pra - Modelos Teóricos del Trabajo Social / María dal Pra Ponticelli. - Buenos Aires : Lumen, 1998.
- POPPER K., *La société ouverte et ses ennemis*, Le Seuil, Paris, 1979.
- POWELL, Fred The Politics of Social Work / Fred Powell. - London : Sage, 2001.
- PRADO COELHO. O fio da modernidade, 2004:, Notícias Editorial, Lisboa
- PRIEUR, E; Jovelín, E. Quel (coord.) Quel social pour quelle société au XXI^{ème} siècle? La société change, le social bouge. 2001. L'Harmattan.
- PRIMAVERA, Heloisa H. - Trabajo social y gerencia de lo social : reflexiones desde una perspectiva latinoamericana en los umbrales del año 2000 / Heloisa H. Primavera. - In: RTS - Revista de Trabajo Social. - nº 140 (Des. 1995), p. 24-31.
- PRINCIPALES FUNCIONES DE LA ASISTENCIA SOCIAL - IN: Documentación Social - Centro de Estudios de Sociología Aplicada, Madrid, 3, 1958?, p. 43-52
- PRINCIPALES FUNCIONES DE LA ASISTENCIA SOCIAL - Principales funciones de la asistencia social. - IN: Documentación Social - Centro de Estudios de Sociología Aplicada, Madrid, 3, 1958?, p. 43-52
- PROVOST M.-A., Tremblay E.-R., *Famille, inadaptation et intervention...*, Presses universitaires de Nancy, 1991.
- R -
- RAICHELIS, Rachel - A imagem social do serviço social e os valores que veicula / Rachel Raichelis. - IN: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 7 (22) Dez. 1986, p. 65-76
- RAPPORT Durlmann, *Redéfinir le travail social, réorganiser l'action sociale*, XI^e Plan, Documentation française, Paris, 1993.
- RECHERCHES économiques et sociales, «Évaluation des politiques sociales», Commissariat général du Plan, Service des études et de la recherche, nouvelle série, n.º 13-14, 1^{er} et 2^e trimestre, Paris, La documentation française, 1985.
- REICHERT, Elisabeth 2006 *Understanding Human Rights: An Exercise Book*. Sage.
- REIDER, William. (2002) *Science and Social Work: A Critical Appraisal*. New York Columbia University Press.
- RENAUT A., *L'ère de l'individu*, Gallimard, 1989.
- REVUE de l'économie sociale, *Insertion des groupes vulnérables*, 1990.
- RICHMOND, Mary. 1926. Les Méthodes nouvelles d'assistance. Le service social des cas individuels. Livrairie Félix Alcan. Paris
- RICHMOND, Mary. 1950, *Diagnóstico Social*. Tradução José Alberto Faria, Lisboa, Edições do Instituto Ricardo Jorge, (Edição original, 1917).
- RICO, Elizabeth de Melo - O serviço social como instrumento da política social : uma redificação dos objetivos profissionais / Elizabeth de Melo Rico. - In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 1, Set. 1979, p. 53-64.

- RIDDER, Guido de. 1997. Les nouvelles frontières de l'intervention sociale. L' Harmattan. Paris
- RIPOL-MILLET, Aleix - Familias Trabajo Social y Mediación / Aleix Ripol-Millet. - Barcelona : Paidós, 2001.
- ROBERT P., *Le contrôle social et ses histoires*, Congrès ANAS/ESF, 1981.
- RODRIGUES, Fernanda, 2002 "Assistência Social: Uma política reticente em tempo de globalização" in Hespénha.P; Carapinheiro, graça(org) Risco Social e Incerteza. Pode o Estado Social recuar mais?. Edições Afrontamento. Porto
- ROSANVALLON P., *La nouvelle question sociale*, Le Seuil, Paris, 1995, 223 p.
- ROSAVANVALLON, Pierre. 1981, A crise do Estado Providência. Inquérito Editora. Lisboa
- ROSEN, Aaron; Proctor. Enela. (2003) Developing Practice Guidelines for Social Work Intervention: Issues, Methods, and Research Agenda New York .Columbia University Press.)
- ROSSEL, Teresa, 2001 " Relaciones entre la Profesion y la Disciplina en el Trabajo Social" in Mouro, H; Simões D.(orgs) 100 Anos de Serviço Social, Quarteto Editora: Coimbra 239-251
- RUBI, Carmem. 1992. Introducción al Trabajo Social. Euge. Baecelona
- RUPP M. A., *Le travail social communautaire*, Privat, 1972, 142 p.
- RUPP, Marie A. - Le service social de demain / Marie A. Rupp. - In: Service Social Dans le Monde, Bruxelles, 28 (2) avr. 1969, p. 63-72
- RUZZO, Mario J. (1966). Sociologia y asistencia social: relaciones e implicancias en em sociedad en desarrollo. Buenos Aires: Humanitas.
- S -
- SÁ, Alexandre Franco de. 2004. Metamorfoses do Poder. ariadne editora. Coimbra
- SÁ, Jeanetel Martins 1989. Serviço Social e Interdisciplinaridade. Dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensini, pesquisa e extensão. Cortez Editora, Brasil
- SALBERG J.F., WELSH BONNARD S., *Action communautaire, une introduction*, Éditions ouvrières, 1970, 197 p.
- SALLAIS, *L'invention du chômage. Histoire et transformation d'une catégorie en France des années 1890 aux années 1980*, PUF, 1985.
- SÁNCHEZ, Daniela. 2002 "Derechos Humanos y exclusión. Una mirada desde el Trabajo Social" in Severini, Sónia(org) " Trabajo Social y Mundialización. Etiquetar desechables o promover inclusión. 58-76.
- SANTOS, Boaventura Sousa. 2002. Reinventar a Democracia. Edições Gradiva
- SANTOS, Boaventura Sousa (org.) 2001. Globalização. Fatalidade ou Utopia. Edições Afrontamento. Porto
- SANTOS, Boaventura Sousa (org.) 2003. Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa. Edições Afrontamento. Porto
- SANTOS, leila lima. 1999. Textos de Serviço Social. Cortez Editora. S. Paulo Brasil
- SARMIENTO, Luís: Vargas, Cláudia 2005. La globalización Como Império: Un Análisis Crítico del Concepto de Império de António Negri para la Praxis del Trabajador Social. Disponível em <http://www.ts.ucr.ac.cr/suradoc.htm>
- SARTRE J.-P., *Critique de la raison dialectique*, Gallimard, Paris, 1960.
- SAVOYE A., «Une réponse originale aux problèmes sociaux: l'ingénierie sociale», *Vie sociale*, CEDIAS, n.º 8/9, Paris, 1987.
- SCANDIAN, Maria Noélia de O. - O conceito de participação social de integração e de transformação social / Maria Noémia de O. Scandian. - IN: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 3 (9), Ago. 1982, p. 5-16
- SCHILLEBEECKX, E. - Neutralité technique et professionnelle et perspectives spirituelles du travailleur social. - IN: Service Social dans le Monde,

- Bruxelles, 25 (2) Avr. 1966, p. 103-113
- SCHLERET Y. et DONNY J.-P., «Former des ingénieurs sociaux», Nancy, URIOPSS-Lorraine, mai 1988.
- SCHONS, Selma. 1999, *Assistência Social entre a ordem e a "desordem"*. S. Paulo, Cortez Editora.
- SEGUIER M., *Mobilisation populaire, éducation mobilisante*, L'Harmattan, 1983.
- SEIDMAN, Eward (1983) *Handbook of Social Intervention*. London. Sage Publications.
- SELVINI-PALAZZOLI M., BOSCOLO L., CECCHIN G. F., PRATA G., *Paradoxe et contre-paradoxe*, ESF, Paris, 1978.
- SELVINI-PALAZZOLI M., CIRILLO S., SELVINI M., SORRENTINO A. M., *Les jeux psychotiques dans la famille*, ESF, Paris, 1990.
- SERRA, Nuno. 2002, *Estado, Território e Estratégias de habitação*. Coimbra, Quarteto Editora.
- SERRA, Rose.M.S.2000. Crise de Materialidade no Serviço Social.Cortez Editora. S.Paulo. Brasil.
- SETTERLUND, Deborah - WILSON, Jill - TURNEY, Danielle - HUGHES, Mark - O'CONNOR, Ian - *Social Work And Social Care Practice*. Sage Publications Inc, 2006
- SETTERLUND, Deborah - WILSON, Jill - TURNEY, Danielle - HUGHES, Mark - O'CONNOR, Ian 2006 *Social Work And Social Care Practice*. Sage.
- SETUBAL, Aglair Alencar - Do sincretismo da prática à prática sem sincretismo / Aglair Alencar Setubal. - In: Serviço Social & Sociedade- nº 43 (Dez. 1993), p. 93-107
- SEVERINI, Sónia (coord).Trabajo Social y Mundialización. Etiquetar desechables o promover inclusión. Espacio Editorial. Buenos Aires.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e - A crise dos projetos de transformação social e a prática profissional do serviço social / Maria Ozanira da Silva e Silva. - IN: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 13 (40) Dez. 1992, p. 101-117
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e - O serviço social radical : uma proposta de apoio à transformação das sociedades capitalistas desenvolvidas / Maria Ozanira da Silva e Silva. - IN: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 4 (13), Dez. 1983, p. 107-123.
- SILVA, Matsuel Martins da - Considerações a respeito de ideologia e "espaço institucional" / Matsuel Martins da Silva. - IN: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 4 (13), Dez. 1983, p. 63-70
- SIM, Stuart. (2001) *The Routledge Companion to Postmodernism*. London: Routledge. Place of Publication.
- SIMMEL G., *Le conflit*, Éd. Circé, 1992.
- SIMMEL G., Viellard B., *Esthétique et modernité, conflit et modernité, testament philosophique*, Payot, 1990.
- SIMON, B.,1994. *The Empowerment Tradition in American Social Work: a History*. Columbia Universities Press. New York.
- SO, Alvin. (2005) *Social Change and Development: Modernization, Dependency and World-System Theories* London Sage Publications
- SOULET, Marc-Henry (org) . 2000. Da não-integração. Quarteto Editora. Coimbra
- SOUSA SANTOS, Boaventura.2002. *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Edições Afrontamento.Porto
- SOUSA, José Vasconcelos. 2002, *O que é Mediação*. Quimera
- SOUZA, Maria Luísa de - A formação profissional e as exigências do Serviço Social no cotidiano de sua prática / Maria Luísa de Souza. - IN: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 5 (15), Ago. 1984, p. 82-102
- SOUZA, Perci Coelho, 2001 " Revolução Informacional e Serviço Social: Notas para uma Articulação Teórica Promissora" in Mouro, H; Simões D.(orgs) 100 Anos de Serviço Social. Quarteto Editora: Coimbra 351-377.

SUE, Roger.2004. Renovar a Ligação Social. Liberdade, Igualdade, associação. Campo das Letras.Porto

SUEUR J.-P., *Propositions pour le développement du volontariat des prèretraités et des retraités*, Rapport au Premier ministre, Documentation française, Paris, 1984.

- T -

TACHON, Michel - L'évaluation du travail social, une question politique / M. Tachon. - IN: Pour, Paris, 107, Juin-Août 1986, p. 6-11

TALEGHANI M., *Travail social: pour une théorie de l'aide et des solidarités*, Centre Thomas More, Évreux (69), 1983, 109 p.

TARDE, Gabriel.2003. Les Transformations du pouvoir. . Le Seuil. Paris

TEIXEIRA, Joaquina Barata - Política social e serviço social / Joaquina Barata Teixeira. - In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 1, Set. 1979, p. 65-73.

THÉVENET A., *L'Aide sociale aujourd'hui, après la décentralisation*, ESF, 1986.

THÉVENET A., *L'Aide sociale en France*, PUF.

TITMUSS R., *The Gift Relationship*, Penguin, London, 1973.

TOBÓN, María Cecilia - Una alternativa profesional / María Cecilia Tobón. - IN: Cadernos ABESS - Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, São Paulo, 2, Out. 1988, p. 57-67

TORNERO, Manuel Henrique Medina.1996. Gestión de Servicios Sociales.DM Librero. Murcia.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. 1994; Piaget, Lisboa

TOURAINÉ, Alain. Pela Sociologia. 1982. D.Quixote. Lisboa

TRACY, Elizabeth M; Whittaker, James K (1989). Social Treatment: An Introduction to Interpersonal Helping in Social Work Practice. New York Aldine de Gruyter.Ed.

TURIEL, Elliot (2002).The Culture of Morality: Social Development, Context, and Conflict. Cambridge. Cambridge University Press

TURNER, Byran S, ed. Teoria Social 2002. Difel. Lisboa

TURNER, Francis Joseph - Diagnosis in Social Work: New Imperatives. Haworth Press , 2002

TYMEN J., NOGUES H., *Action sociale et décentralisation. Tendances et prespectives*, L'Harmattan, 1998.

- U -

UBILLA, Dario - Service social et politique / Dario Ubilla. - In: Service Social Dans le Monde, Bruxelles, 29 (4) oct. 1970, p. 151-154

UHLMANN, Allon J. 2006 *Family, Gender And Kinship in Australia: the social and cultural logic of practice and subjectivity*. Ashgate Publishing, Ltd.

- V -

VANOYE F., *Le développement personnel*, ESF, 1985.

VASCONCELOS, Ana Maria.2006. A prática do Serviço Social. Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. Cortez Editora. S. Paulo. Brasil

VAUX, Alan (1988) *Theory, Research, and Intervention*. USA. Praeger Publishers

VERDIER, Pierre - Dix ans de décentralisation / Pierre Verdier. - Informations Sociales, Paris, 41, 1995, p. 17-28

VERTOVA, Giovanna 2006 *The Changing Economic Geography of Globalization: Reinventing Space*. Routledge.

VIEIRA, Ana Cristina de Souza - Serviço social e positivismo / Ana Cristina de Souza Vieira. - IN: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 8 (24), Ago. 1987, p. 70-82.

VIEIRA, Balbina Ottoni. 1981, *Serviço Social - Processos e Técnicas*. 5ª Edição. Rio de Janeiro, Agir Editora.

VIEIRA, Balbina Ottoni. 1985, *História do Serviço Social: Contribuição para a construção de uma teoria*. 7ª Edição. Rio de Janeiro, Agir Editora.

VIVERET P., *L'évaluation des politiques et des actions publiques*, Rapport au Premier ministre, Paris, La documentation française, 1989.

- W -

WACJMAN C., *L'enfance inadaptée*, Paris, 1993.

WAGNER, David - Movimentos radicais nos serviços sociais : uma base teórica / David Wagner. - IN: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 12 (35) Abr. 1991, p. 70-102

WALZER, Michael (1998) *Toward a Global Civil Society*. Providence. Berghahn Books.

WATERS, Malcom. 2002. *Globalização*. Celta Editora. Lisboa

WATZLAWICK P., BEAVIN J.-H. et JACKSON D., *Une logique de la communication*, Le Seuil, Paris, 1972.

WINTER, Gerd. (2002) "Principles of environmental protection" in AA.VV.(Avosetta Group): *Meeting - Reconsidering the Environmental Provisions of the EU-Treaties*, 11 e 12 de Outubro de 2002;

WOLFENBERGER V. & GLENN L., *Manuel Pass 3: Programme d'analyse de système de services: méthodes d'évaluation quantitative des services humains*,

Canada, Institut national de la déficience mentale, 1975.

WOLTON, Dominique. 2004. *A outra Globalização*. Difel Editora,. Lisboa

WOODS, Philip A. 2005 *Democratic Leadership In Education*. Sage Publications Inc

WUHL S., *Les exclus face à l'emploi*, Éd. Syros, 1992.

WUNENBURGER, Jean Jacques. 2003, *Uma utopia da Razão - Ensaio sobre a política moderna*. Tradução Ana Cristina Leonardo, Lisboa, Editora Instituto Piaget (Edição original, 2002).

- Z -

ZAMANILLO, Teresa (2001) "Como Compreender el Trabajo Social en la sociedad Moderna". In: MOURO, H - SIMÕES, D.(orgs.) *100 Anos de Serviço Social*. Coimbra: Quarteto Editora, pp. 125-147.

ZUNICA (1994) *Planifier et évaluer l'action sociale*. Presses de l'université de Montréal.

ZURBRUGG, Nicholas (1993) *The Parameters of Postmodernism*. Carbondale: Southern Illinois University Press.

ZURCHER, Louis (1970) *Planned social intervention: An interdisciplinary anthology*. Los Angeles: Chandler Publishing.

| ANEXO

Portugal, Coimbra 13th May 2005

Dear Colleague,

As a teacher of a Social Service College School, with 68 years of experience, in the area of Social Service teaching, in Portugal, I am working on a research work about “ Modernization in the Social Service intervention models” whose objective consists on producing knowledge about the process of breaking with traditional processes of acting in the Social service.

Conscious that the **object of study** is built by the configurations, within the resonance of the past over the present, of the intervention developed by the Social Service within the adopted models of intervention in the located domain of the considered traditional and new social risks, its **axis of investigation** support themselves of theoric-conceptual and of empiric character. Relating to the theoric-conceptual axis, reference bibliographic sources are being used which will allow not to become episodic the language and the acquired and used knowledge as well. Those which concern the empiric character become unique as they try to concert ambivalences of processes, that is , articulate the use of documental classic sources with the resort to new technological means in the implementation on the fieldwork. More precisely, the possible acquired knowledge about the intervention of the Social service inside the period of the pos-modernism will develop on the following basis:

- The study of the documental patrimony which expresses its collective memory and offers the necessary information to proceed the process of composition and of professional recomposition.
- An opinion survey which will take place through the internet to the national and international agents with responsibility in the visible formation of the social workers, that is , the schools and also the invisible , such as the opinion makers and authors of some publications within this area and fully recognized by the social workers.

This way, it's my duty to enquire for your collaboration in this work, asking you simply to fill in and deliver via e-mail the enclosed survey. Conscious of your understanding conceived by the common interest in the benefit of the profession. I am since this moment very much grateful for your attention and I make myself available through my e-mail address helenamouro@netcabo.pt to clarify any doubt.

Knowing that I can count on your collaboration, I look forward to hearing from you,

Yours faithfully

Modernization of the models of intervention in the Social Service

I would be grateful if you could objectively express your opinion about:

Which are the most relevant aspects in the modernization of the Social Service?

Which are the main challenges that the globalisation has created to the Social Service ?